

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

WAGNER BARBOSA MATIAS

**A ECONOMIA POLÍTICA DO FUTEBOL E
O “LUGAR” DO BRASIL NO MERCADO-MUNDO DA BOLA**

Brasília/DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**A ECONOMIA POLÍTICA DO FUTEBOL E
O “LUGAR” DO BRASIL NO MERCADO-MUNDO DA BOLA**

Wagner Barbosa Matias

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília para obtenção do título de doutor em Educação Física.

Área de concentração: Atividade Física e Esporte

Linha de Pesquisa: Estudos sociais e pedagógicos da educação física, esporte e lazer.

Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa e Formação Sócio Crítica em Educação Física, Esporte e Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

Brasília/DF

2018

WAGNER BARBOSA MATIAS

**A ECONOMIA POLÍTICA DO FUTEBOL E
O “LUGAR” DO BRASIL NO MERCADO-MUNDO DA BOLA**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação Strito Sensu em Educação Física da
Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília

Professor Dr. Fernando Mascarenhas

Professor Dr. Edson Marcelo Húngaro

Professor Dr. Lino Castellani Filho

Professora Dr^a. Mariana Zuaneti Martins

*Este estudo é dedicado a Maria José
Prates Barbosa Matias, minha mãe.
Muito obrigado, minha mãe! Te amo!*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da atuação de um conjunto de pessoas que eu tive a oportunidade de conviver nos últimos anos. Por isso, sou muito grato a todos pelas conversas (presenciais e virtuais), por todas as palavras de incentivo, críticas, elogios e sugestões.

Nesse sentido, agradeço especialmente os meus pais que, mesmo distantes, sempre estiveram presentes, principalmente minha mãe.

À Wilka que, com toda sua simplicidade, humildade, paciência e carinho suportou as minhas ausências, permanecendo firme ao meu lado.

Aos amigos e colegas do Avante pela convivência acadêmica, por todos os ensinamentos e por compartilhar o sonho de uma sociedade mais justa.

Aos amigos e colegas do Ministério do Esporte por toda contribuição ao longo dos últimos nove anos.

Aos companheiros das escolas que passei na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Muito obrigado pela compreensão e pelo compartilhamento das tarefas.

Agradeço aos professores Lino Castellani e Marcelo Húngaro que contribuíram diretamente com a minha formação, bem como a prof. Mariana Martins que prontamente atendeu ao convite para participar de minha banca, algo que muito me honra. Muito obrigado aos três pelo aceite para compor a minha banca e pela leitura atenta deste trabalho.

Agradeço também ao prof. Álvaro Diaz que gentilmente contribuiu para que eu pudesse fazer o Doutorado Sanduíche na *Universidad de Sevilla*.

Por fim, agradeço ao professor Dr. Fernando Mascarenhas. Muito obrigado pela parceria, por compartilhar os seus conhecimentos e pela forma franca, respeitosa e objetiva que sempre teve ao longo do processo de orientação deste estudo.

RESUMO

Este estudo analisa o processo de produção capitalista do Futebol de Espetáculo e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola. O trabalho busca contribuir com o entendimento do que é o Futebol de Espetáculo no contexto contemporâneo de transformações econômicas, políticas e culturais do modo de produção capitalista e sobre o papel exercido pelo Brasil na relação centro e periferia do mercado do espetáculo futebolístico e da Força Esportiva. Para tanto, realizou-se revisão de literatura e pesquisa documental. Nesse sentido, as discussões realizadas nos primeiros capítulos apresentam o processo de produção, circulação e consumo do Futebol de Espetáculo e da Força Esportiva, bem como as transformações nos diferentes complexos da vida humana e o processo de estruturação e organização do futebol à sua forma mercantil. Na sequência é exposto as tendências e contratendências da subsunção real do futebol, os aspectos relacionados a microeconomia dos clubes globais, a importância deste fenômeno para as economias do centro e da periferia do capitalismo e o papel exercido pela mídia, pelos grupos econômicos e pelo capital especulativo parasitário, pelos torcedores/clientes e a configuração do mercado internacional de Força Esportiva. Por fim, dedicamos a refletir sobre o desenvolvimento do futebol no Brasil, nas suas diferentes fases, apresentando uma radiografia da situação atual do mercado brasileiro. Registra-se que as análises realizadas nesta investigação demonstram o circuito do valor no processo de constituição do Futebol de Espetáculo e da Força Esportiva, a expansão e subsunção real do futebol, as consequências da mercantilização dos clubes nos países centrais, tendo um cenário de concentração de receitas, Força Esportiva e títulos, bem como de internacionalização dos clubes e de endividamento, déficits e com poucos clubes com superávits, seja no centro ou na periferia. Além disso, demonstra-se que, no cenário de mundialização do Futebol de Espetáculo, o Brasil ocupa um papel secundário de fornecimento de Força Esportiva e de consumo do espetáculo produzido pelos clubes globais das ligas dos países centrais.

ABSTRACT

This study analyzes the capitalist production process of the Football of Show and the "place" of Brazil in the world market of the ball. This work seeks to contribute to the understanding of what spectacle football is in the contemporary context of economic, political and cultural transformations of the capitalist mode of production and the role played by Brazil in the relation between the center and the periphery of the soccer spectacle market and the Sports Force. For that, a review of literature and documentary research was done. In this sense, the discussions carried out in the first chapters present the process of production, circulation and consumption of spectacle soccer and sport, as well as the transformations in the different complexes of human life and the process of structuring and organizing football to its commercial form. Following is the trends and counter-tendencies of the real subsumption of football, aspects related to the microeconomics of global clubs, the importance of this phenomenon to the economies of the center and periphery of capitalism and the role played by the media, economic groups and capital speculative parasite, by the fans / customers and the configuration of the international market of Sports Force. Finally, we dedicated to reflect on the development of football in Brazil, in its different phases, presenting an x-ray of the current situation of the Brazilian market. It is recorded that the analysis carried out in this research demonstrates the value circuit in the process of constitution of the Sports Football and Sports Force, the real expansion and subsumption of football the consequences of the commercialization of the clubs in the central countries, having a scenario of concentration of revenues, sports and titles, as well as internationalization of clubs and debt, deficits and with few clubs with surpluses, either in the center or the periphery. In addition, it is demonstrated that in the scenario of globalization of the Football of Show, Brazil plays a secondary role of supply of Sports Force and consumption of spectacle produced by the global clubs of the leagues of the central countries.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Dívida pública e déficit público dos países dos grandes clubes de futebol (2009-2016). P. 199
- Figura 2** Participação da televisão sobre a receita total dos clubes brasileiros- 2012/2016. P. 238

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Receita x lucro líquido em US\$/milhões da FIFA entre 2004 a 2014 P. 137
- Gráfico 2.** Evolução das receitas da FIFA em US\$/bilhões. P. 138
- Gráfico 3.** Evolução das receitas da FIFA, por fonte, em US\$/milhões. P. 141
- Gráfico 4.** Evolução do faturamento dos clubes das cinco grandes ligas de futebol, valores em milhões de euros. P. 162
- Gráfico 5.** Receitas dos clubes europeus em milhões de euros na temporada 2016/2017. P. 163
- Gráfico 6.** Os 10 clubes europeus com as maiores dívidas em 2015, em milhões de euros. P. 175
- Gráfico 7.** Os 20 clubes com os maiores lucros na temporada 2014/2015. P. 176
- Gráfico 8.** Comparação entre receitas e lucro do Real Madrid, em milhões de euros. P. 177
- Gráfico 9.** Divisão das receitas por fontes dos 20 clubes que mais arrecadaram recursos no período de 2006/2007 a 2015/2016, em milhões de euros P. 181
- Gráfico 10.** Distribuição dos gastos dos clubes da primeira divisão espanhola no período de 1999/2000 a 2015/2016, em milhões de euros. P. 185
- Gráfico 11.** Comparação do PIB das maiores economias do mundo em 2015. P. 194
- Gráfico 12.** Os setores que mais investem nos clubes de futebol. P. 219
- Gráfico 13.** Os maiores contratos de direitos de transmissão com redes de televisão em US\$/bilhões. P. 236
- Gráfico 14.** Número de Sócio-Torcedor dos clubes brasileiros em 2017. P. 276
- Gráfico 15.** Receitas dos clubes brasileiros com Bilheteria e Sócio-Torcedor, em milhões de R\$. P, 278
- Gráfico 16.** As ligas com os maiores percentuais de estrangeiros P. 298

nos clubes da primeira divisão na temporada 2017/2018.

- Gráfico 17.** Evolução do número de transferência de jogadores brasileiros. P. 299
- Gráfico 18.** Evolução das receitas com transferências de jogadores. P. 304
- Gráfico 19.** Representatividade da venda de jogadores de futebol dos clubes brasileiros para a balança comercial, em milhões de U\$. P. 305
- Gráfico 20.** Os clubes com as maiores arrecadações com a venda de jogadores de futebol no período de 2006/2007 a 2016/2017, em bilhões de R\$. P. 306
- Gráfico 21.** Tipos de legislação produzida sobre futebol no Brasil. P. 336
- Gráfico 22.** Distribuição anual da produção legal sobre futebol no Brasil. P. 337
- Gráfico 23.** Temas privilegiados da legislação sobre o futebol. P. 339
- Gráfico 24.** Origem dos recursos da receita bruta da CBF no período de 2012 a 2017. P. 356
- Gráfico 25.** Volume total da arrecadação da CBF no período de 2012 a 2017 em milhões de R\$. P. 360
- Gráfico 26.** Receita bruta + receita financeira e receita bruta em relação ao PIB e a Inflação. P. 361
- Gráfico 27.** Comparação da arrecadação bruta das associações nacionais em 2017 em bilhões de reais. P. 363
- Gráfico 28.** Comparação entre arrecadação da CBF com 24 clubes do Brasil e individualmente com o flamengo. P. 363
- Gráfico 29.** Relação entre a arrecadação bruta da CBF e a receita da CBV e o volume de recursos destinado pela União via orçamento. P. 365
- Gráfico 30.** Divisão percentual dos gastos da CBF entre 2012 e 2017 em milhões de R\$. P. 367
- Gráfico 31.** Evolução do gasto da CBF entre as principais P. 369

ações.

- Gráfico 32.** Relação entre receita total, gastos e lucro da entidade de 2012 a 2017 em milhões de R\$. P. 370
- Gráfico 33.** Evolução das receitas brutas das 27 federações em relação a arrecadação da CBF. P. 377
- Gráfico 34.** Distribuição regional das receitas das 27 federações no período de 2012 a 2017. P. 381
- Gráfico 35.** Número de clubes de futebol profissional no Brasil em 2018 por região geográfica. P. 421
- Gráfico 36.** Arrecadação de 27 clubes de futebol, da CBF e das federações entre 2012 e 2017 em R\$, bilhões. P. 424
- Gráfico 37.** Origem dos recursos de 27 clubes no período de 2012 a 2017 em %. P. 427
- Gráfico 38.** Evolução das dívidas de 27 clubes do Brasil no período de 2012 a 2017, em milhões de R\$. p. 438
- Gráfico 39.** Os 10 clubes que mais arrecadaram em 2017 e participam da Taça Libertadores da América em 2018. P. 467
- Gráfico 40.** Evolução do total das receitas dos 20 clubes com as maiores arrecadações do Brasil e os 20 clubes que mais angariam recurso no mundo, valores em milhões de euros. P. 469
- Gráfico 41.** Valor de mercado dos campeonatos nacionais em Euro/milhões. P. 471
- Gráfico 42.** Marcas de eventos esportivos mais valiosos em US\$/milhões. P. 472

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	O crescimento do número de países por confederações continentais no período de 1904 a 2016.	P. 127
Tabela 2.	Comparação da receita da FIFA entre 2007-2010 e 2011-2014, em US\$/bilhões.	P. 142
Tabela 3.	Indicadores macroeconômicos e sociais dos países com as principais ligas e clubes de futebol	P.198
Tabela 4.	Receita dos clubes/PIB em porcentagem.	P. 207
Tabela 5.	Os maiores patrocínios de fornecimento de material esportivo por temporada que estão vigentes, em milhões de euros.	P. 217
Tabela 6.	Os 10 maiores patrocínios dos clubes de futebol- valores anuais em milhões de euros.	P. 220
Tabela 7.	Divisão das cotas de televisão dos principais clubes do Brasil, em R\$/milhões.	P. 238
Tabela 8.	Média de público nas ligas/campeonatos nacionais entre 2011 a 2014.	P. 274
Tabela 9.	Empresas e valores destinados a CBF em 2011 e 2012 em milhões de reais.	P. 357
Tabela 10.	Distribuição do montante arrecadado pelas 27 federações no período de 2012 a 2017 em milhões de R\$ e o percentual do estado no PIB nacional.	P. 378
Tabela 11.	Relação entre receitas x despesas em milhões de R\$ e percentualmente no período de 2012 a 2017 e variação fiscal dos estados (2011-2018).	P. 385
Tabela 12.	Concentração da arrecadação dos clubes do futebol brasileiro no período de 2010 a 2016, em %.	P. 425
Tabela 13.	Superávit x déficit dos clubes que possuem as maiores arrecadações do país, em milhões de R\$.	P. 436
Tabela 14.	Endividamento dos clubes com as maiores receitas do Brasil.	P. 438

LISTA DE SIGLAS

ACAD	Associação Brasileira das Academias
ANATOG	Associação Nacional das Torcidas Organizadas
AFC	União Asiática de Futebol
AIG	<i>American International Group</i>
APFUT	Autoridade Pública de Governança do Futebol
BDO	<i>Binder Dijker Otte & Co</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Acrônimo relativo aos países membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	Confederação Africana de Futebol
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBV	Confederação Brasileira de Vôlei
CBUFF	Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino
CEF	Caixa Econômica Federal
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CND	Conselho Nacional de Desportos
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COL	Comitê Organizador Local
CONCACAF	Confederação da América Central e Caribe
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSD	Conselho Superior de Desportos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ECA	Associação dos Clubes Europeus
ESPN	<i>Entertainment and Sports Programming Network</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FBF	Federação Brasileira de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FIFPro	Sindicato Internacional dos Atletas de futebol Profissional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISL	<i>International Sports Leisure</i>
MLB	<i>Major League Baseball</i>
MLS	<i>Major League Soccer</i>
MP	Medida Provisória
NASL	<i>National American Soccer League</i>
NBA	<i>National Basketball Association</i>
NFL	<i>National Football League</i>
NHL	<i>National Hockey League</i>

NLL	<i>National Lacrosse League</i>
OFC	Confederação da Oceania
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROFUT	Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro
PSG	<i>Paris Saint-Germain</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
SAD	Sociedades Anônimas Desportivas
SAE	Sociedade Anônima Esportiva
SAF	Sociedade Anônima do Futebol
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
UE	União Europeia
UEFA	União Europeia de Futebol
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1.** Relação dos vice-presidentes eleitos da CBF e suas características. P. 392
- Quadro 2.** Dirigentes das federações e tempo no comando das entidades. P. 369

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Capítulo 1: A teoria do valor e o futebol: um negócio espetacular.....	30
1.1- Teoria do valor trabalho em Marx.....	30
1.1.1- Lucro e a exploração da força de trabalho.....	36
1.1.2- Trabalho produtivo e improdutivo.....	39
1.1.3- Acumulação, rotação do capital e o exército de reserva.....	44
1.1.4- A tendência decrescente da taxa de lucro e as crises do capitalismo.....	48
1.2- O ciclo do capital no futebol.....	51
Capítulo 2: Capitalismo Tardio e o Futebol de Espetáculo.....	68
2.1- As transformações do Modo de Produção Capitalista.....	68
2.2- Capitalismo Tardio.....	72
2.2.1- Mundo do trabalho: a condição do trabalhador e o crescimento do setor de serviços...74	
2.2.2- A economia do <i>capital fictício</i> e o Futebol de Espetáculo.....	82
2.2.3- Estado como agente econômico.....	84
2.2.4- A cultura e a reprodução ampliada do capital.....	104
Capítulo 3: Aspectos históricos e estruturais do Futebol de Espetáculo.....	117
3.1- A gênese do futebol.....	117
3.2- Internacionalização do Futebol.....	121
3.3- A caminho do Futebol de Espetáculo.....	129
3.4- Futebol de Espetáculo: As transformações da FIFA.....	133
3.4.1- Receitas e despesas.....	136
3.4.2- Dinheiro e poder: As relações entre FIFA e estados-nação.....	143
3.5-As mudanças na base jurídica dos clubes e a constituição de ligas.....	147
Capítulo 4: Aspectos econômicos do Futebol de Espetáculo.....	160
4.1- Tendências e contratendências da organização dos clubes na era do Futebol de Espetáculo.....	160
4.2- A microeconomia do Futebol de Espetáculo.....	180
4.3- Aspectos da economia política do futebol de Espetáculo.....	192
4.4- Macroeconomia do Futebol de Espetáculo.....	202
Capítulo 5: Agentes e fluxos econômicos no Futebol de Espetáculo.....	211
5.1- Grupos econômicos no futebol: As disputas para além dos gramados.....	212
5.2-As relações entre televisão, sociedade e futebol.....	227
5.2.1-Cotas de TV.....	234
5.2.2- A importância do futebol para as emissoras de TV.....	243
5.3-Pertencimento clubístico: do torcedor organizado ao cliente e Sócio-Torcedor.....	248
5.3.1- O sentimento de pertencimento e as Torcidas Organizadas.....	256
5.3.2- Arenização e Sócio-Torcedor: A era do torcedor cliente.....	265
5.4- Força Esportiva.....	282
5.4.1- A produção da Força Esportiva.....	288
5.4.2- O fluxo internacional de Força Esportiva.....	295

Capítulo 6: Aspectos históricos e legais do Futebol de Espetáculo no Brasil	308
6.1- “Via brasileira”: Aspectos históricos da modernização do futebol no Brasil.....	308
6.1.1- Primeira fase: o “futebol das elites” e “falso amadorismo”.....	310
6.1.2- Segunda fase: Profissionalização e tutela estatal.....	314
6.1.3- Terceira fase: da tutela a liberalização do futebol brasileiro.....	320
6.1.4- Quarta fase: a era do Futebol de Espetáculo no Brasil.....	323
6.2- “Via brasileira”: aspectos legais da modernização do futebol.....	336
Capítulo 7: A estrutura e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo do Futebol de Espetáculo	345
7.1- CBD, CBF e a organização do futebol brasileiro.....	346
7.2- O “padrão” de arrecadação e gastos da CBF.....	354
7.3- As federações estaduais de futebol.....	373
7.3.1- As finanças dos feudos futebolísticos.....	374
7.3.2- Coronéis da bola.....	390
7.3.3- As relações entre as entidades administrativas do futebol e o Estado.....	405
7.4- Os clubes de futebol do Brasil.....	413
7.4.1- Aspectos financeiros dos clubes brasileiros.....	422
7.4.2- A gestão dos clubes de futebol do Brasil.....	440
7.5- O lugar do Brasil no mercado-mundo da bola.....	446
7.6- Centro e Periferia no Futebol de Espetáculo.....	459
Considerações Finais:	474
Referências:.....	484

INTRODUÇÃO

“Todo começo é difícil em qualquer ciência”. A frase clássica de Karl Marx está no prefácio da 1ª edição do primeiro volume do *Capital* (2011, p. 15) e se torna ainda mais válida quando temos a proposta de falar sobre um fenômeno do cotidiano dos brasileiros. Para nós “*il calcio è la cosa più importante delle cose non importanti*”¹, citação do ex-treinador da seleção italiana da Copa do Mundo de 1994, Arrigo Sacchi, que poderia ser de qualquer brasileiro, afinal “quem não sonhou em ser um jogador de futebol”?².

Obviamente que há exageros no que dissemos anteriormente, afinal, nem todos os 208 milhões de habitantes do Brasil estão no “sambão do futebol” nas tardes de domingo, como anuncia Milton Nascimento e Fernando Bradt³, todavia, “a bola não é a inimiga como o touro, numa corrida”⁴, ao contrário, o futebol é o esporte mais praticado e consumido pelos brasileiros. Pois, entre aqueles que praticam algum esporte ou exercício físico, cerca de 40% são adeptos do baba, da pelada, do racha e do futebolzinho depois do expediente (trabalho ou escola/universidade)⁵.

A maioria da população brasileira (81,6%) torce para algum clube⁶, sendo que em 2011, 93% dos homens e 73% das mulheres, dos 121 milhões que acompanhavam algum jogo ou programa esportivo por meio das emissoras de televisão possuía preferência por essa prática social⁷. Além disso, a despeito das dificuldades de mensuração do impacto deste fenômeno para a economia nacional e global, alguns levantamentos apontam que, no âmbito econômico, o esporte em geral representou no país em 2012 cerca de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), pouco mais que Alemanha (1,5%) e menos que EUA (2,1%) e Inglaterra (1,8%), por exemplo. O futebol configura metade do PIB do esporte no Brasil⁸.

Registra-se que poderíamos apresentar mais uma avalanche de números que confirmam a importância da modalidade para os brasileiros, mas preferimos demonstrar essa relação íntima dos compatriotas com esse fenômeno com os versos de Carlos Drummond de

¹“O futebol é a coisa mais importante dentre as menos importantes”. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/torcedor/2012/04/01/arrigo-sacchi-completa-66-anos/>. Acesso em: 12 maio 2016.

² A frase é um excerto da música “é uma partida de futebol” da banda Skank, de composição de Samuel Rosa e Nando Reis.

³ Fragmentos da letra e música de “Aqui é o país do futebol”.

⁴ Extrato do Poema “O futebol brasileiro evocado da Europa” de João Cabral de Melo Neto. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Joao-Cabral-de-Melo-Neto-e-o-Futebol/39/27734>. Acesso em: 10 maio 2016.

⁵ Dados publicados pelo IBGE referente em 2015. As informações estão disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁶ Informação disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/maioria-dos-brasileiros-nao-torce-para-nenhum-time-diz-pesquisa.e8d9854e2ecc83df8c059242372a5ccfwf6wpvew.html>. Acesso em: 17 jun. 2016

⁷ Informações disponíveis em: <http://olance.com.br/maioria-dos-brasileiros-assitem-jogos-de-futebol/>. Acesso em: 13 maio 2016.

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.pluriconsultoria.com.br>. Acesso em: 18 out. 2015.

Andrade, que diz: “Futebol se joga no estádio? Futebol se joga na praia, futebol se joga na rua, futebol se joga na alma. A bola é a mesma: forma sacra para craques e pernas-de-pau. Mesma a volúpia de chutar na delirante copa-mundo ou no árido espaço do morro [...]”⁹. No chão de terra batida ou no Maracanã, no interior ou na capital, nas arquibancadas, nos bares, nas salas e cozinhas das casas, nas bancas de revistas, no escritório, enfim, em todos os lugares desse país continental temos uma bola e alguém chutando, clicando, torcendo, xingando e comemorando. É uma paixão difícil de ser explicada pela razão.

Assim, esse fenômeno ao “sol” mexe com diversos sentimentos positivos e negativos dos brasileiros, que, por si só, já seria difícil de analisá-lo, porém, é à “sombra” que aparece a sua face tendencial e verdadeira, a forma mercadoria. “O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo [...]” (GALEANO, 2015, p. 10). Um negócio lucrativo para poucos e amado por muitos. Isso o torna ainda mais complicado de decifrar.

Nesse sentido, a tendência mundial desde meados da década de 1970 é ter o futebol como um locus de acumulação de capital (BROHM, 1982). Atualmente é um mercado que movimentava cerca de R\$ 500 bilhões por ano¹⁰, tendo ainda diversos segmentos que buscam no espetáculo futebolístico valorizar suas mercadorias.

Registra-se que estamos tratando da forma espetacularizada do futebol e não do espetáculo em si ou mesmo do futebol de alto rendimento. O Futebol de Espectáculo é uma mercadoria especial permeada pela presença de empresas de mídia (sobretudo pela televisão), grandes grupos econômicos e financeiros, com um público consumidor e atletas vistos como mercadorias.

Vale salientar que a busca de dividendos com o futebol não é algo recente, porém, a subsunção real à lógica da mercadoria ocorre a partir de profundas modificações na estrutura e no funcionamento das entidades do futebol mundial no contexto de reestruturação do capitalismo mundial em meados da década de 1970. A FIFA (*Fédération Internationale de Football Association* e, em português, Federação Internacional de Futebol), as federações continentais e nacionais e, principalmente os clubes de futebol modificaram a forma de atuação junto ao mercado, inclusive com alterações estrutura jurídica, caso específico das

⁹ Trecho do poema “Futebol” de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/2014/06/futebol-por-carlos-drummond-de-andrade/>. Acesso em: 19 maio 2016.

¹⁰ Informação disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-movimenta- apenas-2-do-mercado-da-bola-13026765>. Acesso em: 16 jun. 2016.

agregações de futebol. Da mesma forma, os agentes do mercado, especialmente as emissoras de televisão investiram nas parcerias com as entidades de administração e prática do futebol.

Nesse cenário, o atleta e a sua produção estão cada vez mais submetidos às “regras do jogo da mercadoria”, um processo contínuo de espetacularização, que vende tudo, material e imaterial e atende necessidades e anseios luxuosos de todas as classes sociais, conforme as condições econômicas.

Registra-se que o valor de uso é simplesmente um chamariz para a expansão da produção e da circulação dos espetáculos futebolísticos e de outras mercadorias e serviços que são elaborados a partir deles ou que procuram no futebol formas de se valorizarem.

Desse modo, este trabalho busca refletir sobre o “futebol à sombra”, a sua forma mercadoria. O nosso objeto é o que *está sendo* o futebol espetacularizado, com alguns clubes e ligas globais, cobiçados por grandes grupos econômicos e instituições financeiras de todo o mundo, acompanhados por bilhões de pessoas em todo o planeta, produtor de força de trabalho do atleta e de espetáculos, capaz de produzir mais valia e também de ser um “palco” de valorização e de fonte de criação de outros produtos.

Ressalta-se que, apesar dessa face do futebol espetacularizado ser global, ou seja, lócus de apropriação e acumulação de capital mundial, a “indústria” do futebol não desenvolve de forma homogênea, ou seja, ainda que seja combinada, ela é desigual. A formação social de cada nação, o *status* de amadurecimento da sociedade civil, a posição política e econômica dos países no globo, a constituição do campo esportivo e seu ordenamento legal influenciam diretamente a configuração desse mercado.

No caso do Brasil, as novas formas de reprodução da vida humana implementadas nos países centrais em meados da década de 1970 chegam com mais força no início da década de 1990, com o processo de abertura econômica e a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008; GONÇALVES, 2014). Nesse contexto, a legislação esportiva que tinha um caráter intervencionista por parte Estado é rompida e os novos ordenamentos, capitaneados para o futebol, seguem o modelo de liberalização existente nos países centrais (Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha e França).

Assim, o Brasil nos últimos anos reformulou a legislação do setor, induzindo o processo de modernização via mercado dessa modalidade. Destaca-se a lei nº 13.155/2015 (BELMAR, 2016). No entanto, a atuação dos grupos de pressão no Congresso Nacional revelou que essa “modernização” não é consensual, mesmo porque, representantes de entidades que administram o futebol, setores do mercado e dos clubes lutam para manter seus

privilégios¹¹. Além do mais, o “lugar” que o Brasil ocupa no mercado mundial desse setor também se relaciona com a sua posição política e econômica no globo. Assim, as questões internas e “externas” ao campo esportivo formam um todo que determina o estágio e o “lugar” do Futebol de Espetáculo do Brasil no mundo.

Isso posto, afirma-se que estudar o Futebol de Espetáculo requer um olhar para além da sua aparência institucional de um fenômeno considerado puro e alheio aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos. Da mesma forma, cabe considerar que o processo de mercantilização da modalidade segue ritmos e formas próprias em cada nação. Assim, temos dois desafios no processo de entender o que *está sendo* o futebol: 1- o primeiro, sem dúvida, é capturar a totalidade em que ele está imerso e as características e tendências hegemônicas que perpassam a sua estrutura e organização mundial na forma da mercadoria; 2- o segundo vincula-se a pretensão de entendê-lo na sociedade brasileira contemporânea, tendo em vista as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorridas ao longo dos últimos anos, considerando tanto o avanço de sua mercantilização, bem como ponderando as contradições inerentes a este processo e o “lugar” do Brasil na economia política global.

O desafio de compreender o que *está sendo* o Futebol de Espetáculo e o “lugar” do Brasil no mercado mundial implica considerar as singularidades e os traços de universalidade presentes nesse mercado num país-continental, ainda desigual e dependente. Afinal, o futebol reflete e influencia a constituição social da vida humana, como o contrário também é verdadeiro, ou seja: ele é reflexo das relações que são construídas pelo ser humano sob os pilares do modo de produção capitalista, no caso específico, espelha as condições de desigualdade, de um país produtor de *commoditie* e dependente dos países centrais.

Porém, reitera-se que compreender as singularidades da estrutura e organização do Futebol de Espetáculo no Brasil requer anteriormente entender a própria forma como este fenômeno está imerso na lógica de produção e circulação das mercadorias. Assim, faz-se necessário entender o próprio funcionamento do modo de produção capitalista, bem como o *que foi e como chegou* à hegemonia do futebol à forma mercantil.

¹¹ Os grupos de pressão “constituem-se em organizações ou entidades que procuram influenciar no processo de decisão de órgãos estatais, visando ao atendimento de seus objetivos específicos” (TOLEDO, 1985, p. 3). Eles podem ser permanentes ou transitórios – isso depende do objeto de interesse. Diferentemente dos partidos políticos, os grupos de pressão não possuem o objetivo de assumir o poder. Enquanto aquele agrega um conjunto de interesses, este articula os interesses dos membros do seu grupo para pressionar os representantes do Estado (BASTOS, 2004; QUEIROZ, 2006). O locus e as estratégias de atuação dos grupos de pressão dependem diretamente dos seus interesses. Os grupos de pressão atuam junto aos partidos, aos poderes executivo, judiciário e principalmente no legislativo, na fase de preparação dos ordenamentos legais, quando exercem pressão sob os parlamentares. Alguns procuram inserir seus membros diretamente nos órgãos de governo, no parlamento e no judiciário (PIERINI, 2010).

Nesse sentido, é importante mencionar que a presente discussão é cada vez mais necessária tendo em vista as poucas pesquisas que se dedicam a analisar o futebol nos seus aspectos políticos e econômicos. Os estudos sobre o futebol ocorrem nas diversas áreas do conhecimento, sendo que no mundo acontece principalmente após a segunda guerra mundial e no Brasil a partir dos anos 1980, sobretudo, na área de educação física (SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2017).

Vale sinalizar que a maior parte da produção acadêmica sobre o tema circula pelos periódicos científicos (NEBREDA, et al, 2015; ANDRADE; RAMOS, 2015). Inclusive, há no Brasil uma revista dedicada exclusivamente à modalidade, a Revista Brasileira de Futsal e Futebol. Entretanto, nos poucos esforços existentes de verificação da veiculação de conhecimento sobre o futebol nos periódicos do país, nota-se a que a temática econômica e política, ou mesmo espetacular do futebol é um objeto secundário nas investigações (SILVA et al, 2009).

O baixo percentual de produções sobre a temática de interesse desse trabalho além de ser visto por Silva et al (2009) no levantamento realizado em livros, periódicos e teses e dissertações entre 1980 e 2007, também foi identificado na análise de Nebreda et al (2015) em 40 revistas espanholas sobre esportes do catálogo Latindex, entre os anos de 2001 e 2012 e de Andrade e Ramos (2015) ao analisar as publicações de todo o mundo sobre futebol, no período de 2009 a 2013, na base de dados do *Web of Science* (WoS) e da Scopus.

Ainda sobre isso, notamos que no período entre 1998 a 2015 (entre a promulgação da lei Pelé e o fim da Copa do Mundo FIFA no Brasil) foram publicados um total de 458 artigos, em 35 revistas de diversas áreas do conhecimento sobre futebol do Brasil¹². Os temas privilegiados foram os aspectos relacionados à aptidão física, a formação de jogadores e as questões técnicas e táticas. Os assuntos relacionados ao objeto dessa pesquisa, aspectos econômicos e políticos do futebol não ultrapassam os 4%. Portanto, tem-se a possibilidade com esse estudo de explorar um campo ainda incipiente, com pouca produção nacional e mundial.

¹² Os dados foram extraídos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando a palavra “futebol” no campo de busca, considerando os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos originais; artigos sobre futebol; artigos publicados em periódicos brasileiros; artigos publicados no período de 1998 a 2015. Criado em 2000 no âmbito do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos Eletrônicos (PAAP), o Portal de Periódicos da Capes é um instrumento de política pública para subsidiar o acesso ao conhecimento científico, gerido pela CAPES. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 12/10/2016.

Observa-se, portanto, que esta pesquisa procura contribuir com as análises realizadas no Brasil e, também, no exterior, acerca deste do futebol que emerge no contexto do capitalismo tardio, considerando as particularidades da formação social brasileira.

Desse modo, reitera-se que para compreender o que *está sendo* o Futebol de Espetáculo e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo desta modalidade, tal investigação perpassa pela necessidade de explicar o funcionamento do modo de produção capitalista, as homologias e os elementos que estão na base da produção do futebol como mercadoria e como setor de valorização e estímulo a criação de outras mercadorias, bem como pela identificação e compreensão das transformações que operam tanto para este novo momento do futebol quanto para a sua expansão – seja os complexos políticos, econômicos, do mundo do trabalho e da cultura e as próprias reestruturações e reorganizações da modalidade no mundo e, particularmente no Brasil.

Para tanto, temos as seguintes indagações como ponto de partida dessa pesquisa: Quais são as características da organização do futebol no contexto do capitalismo tardio? Qual é o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da produção capitalista do futebol?

Nesse sentido, o objetivo geral desta investigação é analisar o processo de produção capitalista do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo desta modalidade esportiva. De forma específica pretendemos: a) apresentar as características do processo de produção e circulação do futebol; b) demonstrar as transformações no modo de produção capitalista e também da estrutura e organização do futebol mundial; c) identificar e refletir sobre as características e o *status* da organização capitalista do futebol nos países centrais; d) expor a radiografia da estrutura e dinâmica do futebol no Brasil; e) Discutir sobre o processo de produção e circulação do futebol e o “lugar” do Brasil na relação entre centro e periferia deste setor.

Método e os procedimentos operacionais

Marx (2011, p. 31) afirma que “não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus ‘cismos luminosos’ aqueles que enfrentam a cansaça para galgá-los por veredas abruptas”. A citação de Marx é perfeita para este momento, pois o caminho que seguimos para realizar este trabalho é formado de uma série de encontros e desencontros, com idas e vindas pelas vias sinuosas do fazer científico.

Neste momento peço uma “parada técnica” aos nossos leitores para apresentar brevemente o caminho que percorremos até chegar a esta investigação e como foi realizada

esta pesquisa. Inicialmente é importante mencionar que, assim como para a maioria dos brasileiros, o futebol é parte da minha vida desde a infância. A paixão de criança teve como consequência a busca pela carreira docente em uma área em que o futebol é um dos principais conteúdos. Além disso, o futebol ocupa também parte do meu tempo de lazer como o da maioria dos brasileiros.

Apesar de o futebol não ter sido objeto de investigação ao longo da minha formação, sempre esteve tangenciando, seja nas discussões sobre educação física escolar ou, especialmente, no trato com as políticas de esporte. Afinal, é a principal manifestação esportiva do país, sendo objeto direto ou indiretamente de políticas públicas nas três esferas de governo.

O interesse em estudar o futebol surge no início do desenvolvimento deste trabalho, especificamente em julho de 2015. A proposta inicial do doutorado era pesquisar a produção legislativa sobre esporte no Brasil, porém, isso muda completamente ao identificar que a centralidade dos ordenamentos que tramitavam na Comissão de Esporte e Turismo, atualmente Comissão de Esporte, da Câmara dos Deputados, era o futebol. Além disso, conforme sinalizou posteriormente Athayde et al (2016) o futebol é o tema central dos ordenamentos sobre esporte no Brasil. Logo, fica claro que a pesquisa deveria ser sobre o futebol.

A partir daquele momento o movimento foi de capturar toda a produção legal e tudo que tramitava no Congresso Nacional sobre a modalidade. Todavia, “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (BOFF, 2017), ou seja, a aproximação que fazíamos àquele objeto de investigação estava negligenciando um aspecto básico do nosso referencial metodológico, a questão da totalidade. A produção legislativa não é descolada do movimento do real, assim, não era possível entender o nosso objeto sem compreender os complexos que formam a realidade em que ele está imerso.

Além disso, ao identificar as características da legislação mais atual sobre o futebol – Lei nº 13.155/2015 –, o Programa de Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol (PROFUT) materializado no estudo de Matias e Mascarenhas (2019, *no prelo*) não restava mais dúvida que ali era o ponto de partida e não de chegada da nossa investigação. Assim, ficou claro que a legislação é o resultado do conjunto de interesses que estão em disputa em uma sociedade de classe em que, por um lado busca-se a acumulação de capital e, por outro, a emancipação política e humana.

Portanto, somente capturando as contradições e realizando as mediações a partir dos diferentes complexos da vida humana que conseguimos entender o que *está sendo* o futebol e, obviamente, a legislação elaborada em cada país e não a partir dela mesma.

Sendo assim, depois de vagar pelos labirintos científicos inicia-se o processo de investigação sobre o *que foi*, afinal, a história – juntamente com a totalidade, contradição e mediação –, é essencial para desvelar o real, e o que *está sendo* o futebol. Porém, “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito da pesquisa: teoria” (NETTO, 2011, p. 21) não se resume em apenas detalhar aquilo que os olhos inicialmente enxergam, mas ao pesquisador é necessário “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, [...] analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que existe entre elas” (MARX, 2011, p. 28).

Neste percurso há uma necessidade de enriquecimento teórico do pesquisador para que possa delimitar seu objeto de pesquisa, separando o que de fato é essencial na investigação e o que é secundário, bem como para ultrapassar a barreira das imagens dos espetáculos futebolísticos (aparência) e chegar à essência de sua produção.

Ressalta-se que, mesmo com a concretização desta investigação, esse processo ainda está inacabado e necessitará de muitas “prorrogações” para chegar aos “cismos luminosos”. Todavia, nos próximos tópicos são apresentados os primeiros “lances”, tendo como base as categorias do método dialético que Marx utilizou para estudar a sociedade burguesa.

Ou seja, procuramos apanhar o movimento realizado pelas relações estabelecidas entre os seres humanos e destes com a natureza e não simplesmente, como na lição de Marx e Engels (2009, p. 31), o que “os homens dizem, imaginam ou representam e também dos anos narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida [...]”. Portanto, parte-se dos homens que constroem e reconstroem a realidade, conforme as condições existentes para tal.

Nesse sentido, compreende-se que a análise científica deve entender a realidade como uma produção humana concreta, em movimento, permeada por contradições. Ela não é dada, mas resultado das objetivações constituídas a partir das relações que homens estabeleceram com os outros e com a natureza ao longo do processo histórico construído pela humanidade. Portanto, estamos tratando de seres humanos produtores de história, que produzem o nosso objeto de estudo sob as condições materiais existentes em sua época.

Assim, reconhecemos uma primeira categoria central para esse método e para este estudo: a historicidade do objeto. Ao destacar o papel da história para o desenvolvimento

desta investigação, estamos assinalando que o objeto está de uma determinada forma, mas não quer dizer que sempre foi assim ou sempre será. O real, lócus de vida dos homens, não está pronto, acabado, está sempre sendo criado e renovado com novas possibilidades para a atividade social. O resultado da atividade humana se materializa no mundo objetivo, incorporando-se ao tempo e à vida, à história, tornando-se único e singular.

Para captar a estrutura e a dinâmica de um objeto é preciso reconhecer que além de histórico, ele também é um todo formado de vários complexos interligados, com uma autonomia relativa e uma dinâmica própria que, ao se articularem, formam uma totalidade concreta, que não é a simples soma das partes (PRADO JUNIOR, 1973).

Ao pesquisador cabe analisar os determinantes do seu objeto de pesquisa- identificar as contradições e fazer as mediações. Eis aqui, outras duas categorias fundamentais desse método, contradição e mediação. A contradição é o elemento presente em todas as ações dos indivíduos. Afinal, ao construir algo novo, nele está presente o velho. Uma nova realidade se constrói negando a antiga, porém dela muito se conserva. Registra-se que “sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é a sua contínua transformação” (NETTO, 2011, p. 57, *grifos do autor*). Se a realidade é um todo contraditório, ao pesquisador não resta outra coisa se não estabelecer as relações correntes nos diferentes complexos e entre elas e aquelas internas ao seu objeto. A mediação, portanto, indica que existe uma interdependência entre os múltiplos determinantes do real formando uma totalidade.

Sendo assim, o ponto de partida e chegada deste estudo é o concreto, síntese de múltiplas determinações, unidade da diversidade. No caminho de desvelamento do real vamos superando as compreensões abstratas e o pesquisador, nos movimentos de idas e vindas, aproxima-se daquilo que realmente é o objeto. Este deve apreender as determinações fundamentais do objeto e torná-las concreto pensado (HÚNGARO et al, 2008).

Para tanto, após identificar as determinações mais simples é necessário realizar o “caminho de volta”, que representa o retorno ao objeto, possibilitando uma síntese, uma visão da sua totalidade concreta. Sobre isso, Netto (2012, p. 44) diz que:

O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução.

Este estudo busca reproduzir o movimento do real, tendo a vida material dos seres humanos como ponto de partida e chegada. Parte-se da concretude que é o processo de

produção do Futebol de Espetáculo, das relações entre: acumulação e exploração da força de trabalho; centro e periferia do capitalismo; Estado, sociedade e entidades de administração e prática do futebol.

Porém, reiteramos que isso não significa que tenhamos conseguido neste estudo capturar a totalidade e as contradições da estrutura e a dinâmica do nosso objeto, ainda que busquemos reproduzir o movimento do real indo para além da aparência fenomênica.

Por fim, no que se refere aos aspectos técnicos e operacionais desta investigação, registra que trata-se de uma pesquisa explicativa, procurando interpretar o processo de produção e circulação do futebol de Espetáculo e da Força Esportiva. A abordagem escolhida será a pesquisa qualitativa, tendo os dados quantitativos como suporte.

Em relação ao sujeito investigador, reitera-se que esse é integrante do processo de conhecimento, interpretando os fenômenos, saturando o objeto de determinações e atribuindo-lhes significado. Este não é neutro e nem a investigação desenvolvida. Afinal, como assinalou Marx: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (2009, p.126). Logo, não cabe simplesmente interpretar a realidade, mas conhecê-la para poder modificá-la, conforme as necessidades dos seres humanos. Por isso, temos a necessidade de sairmos da aparência fenomênica e saturar o objeto de determinações.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa, podemos identificar três momentos que indistintamente se articulam e se sobrepõem dando unidade a este trabalho, quais sejam: *a) revisão de literatura; b) pesquisa documental; c) e, a discussão teórica-análise das informações coletadas e o debate político, econômico e social em torno do objeto da pesquisa.*

A pesquisa inicia com uma análise crítica acerca da temática do objeto de pesquisa. As leituras dos estudos produzidos sobre o problema que se pretendeu resolver foi *a priori* sustentado nas seguintes categorias: mercadoria, trabalho, mais valia, modo de produção capitalista; Futebol de Espetáculo; Força Esportiva; centro e periferia. É importante reforçar que a revisão bibliográfica fez parte de todas as fases da investigação. Além disso, vale salientar que as categorias totalidade, história, contradição e mediação, próprias do método dialético perpassam todo o trabalho.

Um segundo momento deste estudo foi feito a partir do levantamento, da coleta dos dados por meio de pesquisa documental¹³ e a análise crítica. Tal pesquisa concretiza a partir da análise dos relatórios de gestão da FIFA, Confederação Brasileira de Futebol (CBF); federações estaduais e clubes; da legislação nacional e internacional sobre futebol; relatórios da Caixa Econômica Federal (CEF); notícias publicadas em jornais de circulação nacional e matérias de *sites* especializados em futebol no Brasil e no mundo.

Desta forma, a partir do cotejo da literatura com os dados levantados realizamos uma análise crítica acerca do *que foi e está sendo* o futebol no mundo e no Brasil. Essa é a última fase da pesquisa e compreende um processo não linear, dialético de análise crítica acerca do objeto, apresentando os seus determinantes fundamentais e os resultados da pesquisa.

Quanto à organização da exposição, registra-se que temos uma totalidade que se conecta, formando um espiral, de forma que os sete capítulos se integram e se complementam, dando unidade ao trabalho.

Sendo assim, no primeiro capítulo apresentamos os fundamentos da produção capitalista da Força Esportiva e do Futebol de Espetáculo. O primeiro momento é dedicado a compreender a teoria do valor trabalho e o segundo, à produção da mais valia no futebol. A ideia geral é demonstrar o circuito da mais valia no interior do Futebol de Espetáculo.

O segundo capítulo trata das transformações do modo de produção capitalista, especialmente das características do mundo do trabalho, da esfera econômica, política e cultural no capitalismo tardio. Com isso, buscamos estabelecer mediações com as mudanças processadas na estrutura e na organização do futebol mundial na atualidade. Assim, o capítulo apresenta a totalidade em que avança a mercantilização do futebol.

No terceiro capítulo abordamos as transformações do desenvolvimento do futebol e o processo de estruturação do Futebol de Espetáculo. Assim, destacamos algumas características da gênese e expansão pelo mundo, bem como a transição para o domínio da lógica do espetáculo e os aspectos estruturais do Futebol de Espetáculo com as transformações da FIFA, dos clubes e das ligas nos países centrais. Portanto, a centralidade do capítulo são os aspectos históricos e o desenvolvimento do futebol desde sua gênese, passando pelo período de internacionalização até a subsunção real à lógica da mercadoria.

Diante disso, no quarto capítulo fazemos uma radiografia do Futebol de Espetáculo nos países centrais. Nele, abordamos as tendências e contratendências da inserção dos clubes

¹³ Os documentos podem ser classificados como sendo de primeira mão, que ainda não receberam tratamento analítico- documentos oficiais, reportagens de jornais, contratos, diário oficial etc. E, também, os de segunda mão que, de alguma forma, já foram analisados como os relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas etc.

ao mercado, os aspectos microeconômicos das finanças dos clubes, macroeconômicos – alguns impactos do futebol para o desenvolvimento econômico das nações – e as características políticas e econômicas dos países centrais do Futebol de Espetáculo.

No quinto capítulo, a discussão é em torno dos agentes que adquirem a Força Esportiva e o Futebol de Espetáculo, seja para a produção do espetáculo futebolístico, seja para produzir ou valorizar outras mercadorias. Assim, refletimos sobre a presença das emissoras de televisão, dos grupos econômicos e financeiros no futebol, na transformação dos torcedores em clientes e na formação de um mercado internacional de Força Esportiva.

No sexto e no sétimo capítulos analisamos o processo de produção e circulação do Futebol de Espetáculo no Brasil. No sexto tem como foco os aspectos históricos e legais do futebol. Nele, apresentamos as transformações da estrutura e organização da modalidade ao longo do século XX e neste início de século XXI, acompanhado das mudanças na formação social brasileira, no que se refere aos aspectos políticos, econômicos e sociais.

No sétimo é feita uma radiografia do futebol brasileiro, observando a configuração legal, financeira e da gestão das entidades de administração (CBF e federações) e de prática (clubes), apontando as tendências globais no futebol no interior do futebol brasileiro. Por fim, após apresentar o cenário do Futebol de Espetáculo nos países centrais e no Brasil refletimos sobre o “lugar” do Brasil no mercado-mundo do futebol. Assim, realizamos uma discussão sobre centro e periferia na economia mundial a partir de Marini (1973) e fazemos algumas mediações com a produção e circulação do Futebol de Espetáculo nos países centrais (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França) e o Brasil.

Desse modo, esperamos que com esta investigação o leitor tenha um material que o possibilite entender a configuração do futebol mundial a partir de meados da década de 1970, identificando o *que foi* e o que *está sendo* o Futebol de Espetáculo “à sombra” seja no centro ou na periferia.

CAPÍTULO I

TEORIA DO VALOR E FUTEBOL: UM NEGÓCIO ESPETACULAR

Neste capítulo recuperamos os escritos de Marx, na obra *O Capital*, apresentando a constituição da mercadoria, o trabalho enquanto substância criadora de valor, a diferenciação de trabalho produtivo e improdutivo entre outros aspectos fundamentais da teoria do autor. Essa exposição é fundamental para que na sequência possamos realizar as mediações com o cenário atual de subsunção real do futebol à forma mercadoria.

Nesse segundo momento apresentamos o circuito do valor no interior do futebol, ou seja, a produção do Futebol de Espetáculo, o processo de troca, a espetacularização do futebol, as possibilidades de valorização de outras mercadorias associadas à Força Esportiva e o consumo reificado sem sentido e significado para o gênero humano.

Por fim, ressalta-se que este capítulo possui um caráter introdutório, sendo o primeiro ato daquilo que será exposto nos outros e, também, uma agenda de pesquisa que não se encerra com esta produção.

1.1- Teoria do valor trabalho em Marx

A sociedade capitalista está organizada entre aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que possuem os meios de produção. A existência de trabalhadores livres e de possuidores de todo o aparato produtivo são elementos fundantes da produção capitalista.

De acordo com Marx (1988) a estrutura da sociedade capitalista é resultante da decomposição do regime feudal, pois o trabalhador somente pôde trocar sua força de trabalho no mercado quando ficou livre do senhor feudal ou da dependência de outra pessoa. Já o capitalista surge em substituição aos mestres-artesãos corporativos e aos senhores feudais.

A constituição dessas duas classes é um marco na história da humanidade. Afinal, a existência daqueles que precisam vender sua mercadoria (força de trabalho) e aqueles que possuem a propriedade dos meios de produção é uma condição indispensável para a produção de mercadorias, algo que não está presente em nenhum outro momento histórico.

Da mesma forma, Netto e Braz (2009) lembram que, para ter produção de mercadorias é preciso que exista também uma divisão social do trabalho, com os trabalhadores exercendo diferentes atividades. Isso provoca a necessidade de trocas, do contrário, a produção ocorre para satisfazer as próprias necessidades, o que não caracteriza como um modo de produção

de mercadoria. Afinal, para ser mercadoria (material ou imaterial) é preciso que tenha a troca.

O resultado da relação entre a força de trabalho e os meios de produção na sociedade capitalista é a mercadoria. O trabalhador em contato com os equipamentos transforma a natureza e produz “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2011, p. 57). Ressalta-se que neste processo intencional de transformação da natureza e criação da mercadoria, além de suprir uma necessidade, é produzida a forma de satisfazê-la (física ou não) e cria-se, também, novas necessidades.

Registra-se que quanto mais mercadorias um homem possui maior é a sua riqueza e, conseqüentemente, mais poder ele possui na sociedade. Marx (2011) inicia “O Capital” justamente com a constatação de que na sociedade capitalista mede-se a riqueza de uma pessoa pela quantidade de mercadorias que ela acumula (e, não, dinheiro, pois, esse é o mecanismo de aquisição de novas mercadorias). Por isso, ele começa sua análise pela mercadoria.

A mercadoria é qualquer coisa que satisfaz a necessidade humana de quem não a produz ou não possui a sua posse. Assim, a mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso é a capacidade que a mercadoria possui de satisfazer uma necessidade, sendo o suporte do valor de troca, que é a possibilidade de comprar outras mercadorias. A mercadoria possui um valor de uso graças ao trabalho dispendido no ato de sua produção. O seu valor de uso é a utilidade que ela possui para a humanidade.

No dia a dia adquirimos uma enorme quantidade de mercadorias e apenas fazemos isso porque possuem utilidade. As mercadorias satisfazem necessidades ou desejos, independente da origem – orgânico ou da fantasia. Observa-se que, como sua produção não é para o autoconsumo, mas para troca, o seu valor de uso é também um veículo material do valor de troca. Assim, a mercadoria, resultado do trabalho humano, é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca.

Como adverte Carcanholo (1998), se um objeto não tiver essas duas unidades não é uma mercadoria. Mas, é difícil imaginar que um produto (físico ou imaterial) não tenha valor de uso e possua valor de troca, afinal, não adquirimos mercadorias sem reconhecer sua utilidade em satisfazer a nossa necessidade.

Reitera-se que o valor de uso é a utilidade de uma mercadoria, a riqueza social produzida pelo esforço humano para atender uma necessidade, por sua vez, o valor de troca de um objeto é a proporção de troca que ela estabelece com outra mercadoria. Marx (2011,

p. 58) pondera que o valor de troca é “a relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. Portanto, é a magnitude dos valores de uso de um item que se troca por valores de uso de outro.

Ainda sobre isso, Bruschi (2016, p.37) esclarece que o valor de troca pressupõe duas mercadorias em uma relação de troca. Isso não significa que sejam trocadas apenas coisas “materiais”, pois diversos serviços referidos como imateriais no capitalismo assumem a forma de mercadoria. “Aqui são de suma importância as condições sociais sob as quais as mercadorias são produzidas – e com que finalidades. Não é decisivo o fato de uma mercadoria específica ser uma coisa ou um serviço”. Ainda vamos retomar a discussão sobre os serviços, porém, desde já assinalamos que sob o modo de produção capitalista tudo que possui a mão humana fica suscetível à troca.

Mas como é mensurado o valor de uma mercadoria? As trocas entre as mercadorias são comuns no dia a dia, mas como é estabelecido que x de um determinado item equivale a y de outro? De acordo com Marx (2011, p. 60), todas as mercadorias possuem qualidades diferentes, porém, elas possuem uma mesma origem - o trabalho humano. “Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade a de serem produtos do trabalho”. Assim, o valor é medido por meio da quantidade de substância criadora de valor, o trabalho.

Mas alguém poderia dizer que o trabalho do produtor de x é diferente do produtor de y. Isso é verdade, todavia, o mercado trata de deixá-los iguais, abstraindo as diferenças e restringindo a mensuração aos aspectos quantitativos. Assim, da mesma forma que a mercadoria possui a unidade de dois aspectos (valor de uso e valor de troca), o trabalho na sociedade capitalista é, ao mesmo tempo, trabalho concreto (útil), capaz de produzir valor de uso e trabalho abstrato - dispêndio de força humana, no sentido fisiológico, trabalho humano igual, indiferenciado. Vejamos nas palavras do próprio Marx (2011, p. 60):

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Portanto, o que se compara na troca é trabalho abstrato. O valor de troca é a representação desse trabalho. A forma de medir o valor de uma mercadoria é pelo tempo ou volume de trabalho abstrato (médio) humano socialmente necessário a sua (re)produção. Ou

seja: “é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2011, p. 62).

Sobre essa constatação de Marx é importante realizar algumas observações. A primeira é que o trabalho que ele faz referência é o aspecto quantitativo do trabalho abstrato. A segunda é que o autor está desenvolvendo o seu raciocínio considerando condições normais e não acidentais, ele não está interessado na relação de oferta e demanda, mas nas proporções de troca entre mercadorias. Por fim, um terceiro aspecto que vale ressaltar é que a mensuração do valor de uma mercadoria passa por considerar o desenvolvimento tecnológico, a qualificação da força de trabalho e também as regras do mercado (HARVEY, 2013).

Portanto, o resultado da ação de um trabalhador é quantificado pelo tempo socialmente necessário para a produção daquela mercadoria. Se para a produção de duas mercadorias diferentes é gasto o mesmo tempo de trabalho então elas possuem a mesma magnitude de valor.

No mercado, os produtos são trocados por outros, que, atualmente, é o papel moeda (dinheiro) – uma mercadoria especial na qual todas as demais expressam o seu valor¹⁴. O dinheiro é a expressão do valor de uso de todas as demais mercadorias. De acordo com Netto e Braz (2009, p. 89), com a expansão da produção mercantil essa mercadoria passou a se destacar em relação às outras expressando o seu valor através dela. Assim, ela tornou o padrão de medida do valor das demais, ou seja, ela se transformou no equivalente geral ou universal, em que

O surgimento do equivalente universal permitiu que a circulação das mercadorias avançasse ainda mais; no entanto, somente quando esse equivalente universal passou a ser uma mercadoria dotada de propriedades especiais (durabilidade, divisibilidade, facilidade de transporte etc.), a circulação mercantil pôde florescer – e foram os metais preciosos (ouro, prata), convertidos em dinheiro, que se mostraram adequados a essa função.

Por meio do dinheiro todas as mercadorias expressam o seu valor. Na prateleira dos supermercados estão expostas diversas mercadorias, com preços definidos. O preço é a “designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria” (MARX, 2011, p. 128). Registra-se que diversos fatores podem elevar ou diminuir o preço de uma mercadoria. Ainda que “quando se examina com cuidado a evolução dos preços de mercadorias em

¹⁴ Marx (2011, p. 111) sinaliza que o dinheiro “é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho, portanto, para convertê-los em mercadoria”.

séries históricas mais longas, verifica-se que as variações dos preços em relação ao valor acabam por se compensar e, na média, os preços acabam coincidindo com o valor” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 91).

Em ato contínuo, Marx (2011) destaca que o dinheiro além de equivalente geral também serve como meio de circulação, como um meio de acumulação ou entesouramento e meio de pagamento universal. O indivíduo com a posse do dinheiro pode realizar diversas trocas por outras mercadorias e movimentações financeiras no mercado local e global.

Nesse processo, ao adquirir um produto, pouco importa como ocorre a produção, as relações que estão contidas nele, afinal, normalmente observamos a marca, a aparência e o preço. Assim, a forma e as condições em que o produto foi feito não interessam. A troca, portanto, se resume àquilo em que os olhos veem, pois, os “mistérios” da coisa ou dos serviços não estão expostos nas prateleiras. Eles são “maquiados” pelo fetichismo, que nos impede de ver aquilo que realmente estamos adquirindo (CARCANHOLO, 2011).

Assim, as relações não são entre os homens, mas entre as coisas que se trocam. Como diz Marx (2011, p. 93) a “relação social entre os homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2011, p. 93). Portanto, a mercadoria não apenas oculta as relações de produção como também transforma as relações sociais em relações entre coisas.

Diante do exposto, percebe-se que as trocas que exercemos no dia a dia, para além da aparência, são trocas de acúmulo de trabalho humano, historicamente constituído e materializado naquela mercadoria.

Há ainda que se destacar que, diferentemente de outros momentos históricos, a produção mercantil na sociedade capitalista caracteriza-se pela troca com o objetivo de obtenção de mais dinheiro. Anteriormente, seja no período escravista ou feudal, as trocas de mercadorias tinham o caráter de atender demandas específicas de quem exercia tal ação. Além disso, elas ocorriam com um volume restrito. De acordo com Netto e Braz (2009), o objetivo era obter novas mercadorias de que carecia para o seu consumo pessoal ou as matérias primas e instrumentos para o seu trabalho.

A produção mercantil simples ou circulação simples caracterizava, portanto, pela troca de mercadoria, intermediada por um equivalente geral (dinheiro), tendo como finalidade a aquisição de outra mercadoria. Isso pode ser descrito pela seguinte expressão: M (mercadoria) - D (dinheiro) - M (mercadoria). Ou seja, a pessoa com o valor de uma mercadoria X e transforma isso em dinheiro e, então, ela adquire a mercadoria de que necessita.

Assim, com a posse de uma mercadoria (por exemplo, feijão) o indivíduo vai ao mercado e troca, intermediado ou não pelo equivalente geral, por outra mercadoria (por exemplo, arroz) de que necessita.

Contudo, diante do crescimento dos centros urbanos ganha importância a figura do comerciante que, de posse do equivalente geral (dinheiro), adquire a mercadoria do produtor e repassa ao consumidor com um acréscimo. Ele não participa diretamente do processo de produção e não possui como o objetivo a aquisição de mercadorias para satisfazer sua necessidade, mas busca um ganho com a venda dos itens adquiridos. O seu objetivo é obter lucro que advém da comercialização dos produtos ou serviços. O indivíduo, com a posse do dinheiro, adquire mercadorias e, ao vender, amplia o montante que foi inicialmente investido. Isto pode ser descrito da seguinte forma: D (dinheiro) - M (mercadoria) - D' (dinheiro acrescido). Assim, o indivíduo compra para poder vender e ter mais dinheiro.

Reiteramos que o objetivo não é ter uma nova mercadoria, mas é conseguir um acréscimo no que foi investido (lucro). Assim, por meio da circulação das mercadorias o comerciante busca obter lucro. Em nenhum momento ele participa diretamente do ato da produção.

Já o capitalista – diferentemente do produtor, que troca seus produtos por outros, e do comerciante que tem na circulação a sua fonte de lucro –, possui na produção o lócus de acumulação de riquezas. A contratação da força de trabalho para transformar a natureza, a partir dos meios de produção que ele possui gera para o capitalista o lucro. Assim, com o equivalente geral (dinheiro) ele adquire mercadoria (meios de produção e a força de trabalho) e com a atuação do trabalhador ele consegue ao final retomar o que foi gasto e ainda obtém lucro. A fórmula pode ser descrita da seguinte maneira: $D - M - D'$. Desse modo, a pessoa tinha um valor e adquire força de trabalho e meios de produção, assim terá uma “nova” mercadoria que será objeto de uma série de transações no mercado e obtém ao final acréscimo, ou seja, mais-valor.

Trata-se da transformação do dinheiro em capital. Como dissemos, na circulação simples o objetivo é adquirir uma nova mercadoria, já na circulação do capital, representada pela expressão acima, o objetivo é obter mais dinheiro, objeto da produção. Bruschi (2016, p. 99) faz o seguinte resumo sobre as diferentes formas de circulação e a transformação do dinheiro em capital:

Enquanto o objetivo de $M-D-M$ é a troca de um valor de uso por outro (por exemplo, uma mesa por calças), de modo que duas coisas qualitativamente diferentes estão no início e no fim do processo, uma coisa qualitativamente

igual está no início e no fim do processo D-M-D. Assim, o objetivo de D-M-D pode ser apenas uma diferença quantitativa, ter mais dinheiro ao fim do processo do que no início (D-M-D'). O movimento D-M-D' é da autovalorização do dinheiro, que Marx chama de capital. Esse movimento é ilimitado e sem fim. No caso de D-M-D, a questão não é satisfazer necessidades, mas produzir mais-valor. A satisfação de necessidades é apenas um meio com o objetivo de atingir a meta da valorização.

Ressalta-se que obter mais valor ao final de cada processo de produção é a meta do capitalista. Essa é sua necessidade básica (MÉSZÁROS, 2011). Isso somente é possível porque há compra e venda de uma mercadoria especial, a força de trabalho. De acordo com Netto e Braz (2009) essa é a peculiaridade da produção mercantil capitalista, ou seja, ela se funda sobre o trabalho assalariado, sendo a origem do lucro capitalista. Mas como ocorre o lucro do capitalista no processo de produção? Essa é a pergunta que tentamos responder a seguir.

1.1.1- Lucro e a exploração da força de trabalho

De acordo com Harvey (2013, p. 83) Marx começa sua análise no Capital com a discussão sobre a mercadoria e a dualidade entre valor de uso e valor de troca e segue:

O que encontramos por trás do valor de troca é o conceito unitário de valor, definido como tempo de trabalho socialmente necessário (“socialmente necessário” implica que alguém queira ou precise do valor de uso). O valor interioriza uma dualidade entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que se unem num ato de troca por meio do qual o valor é expresso na dualidade das formas relativa e equivalente de valor. Isso engendra uma mercadoria-dinheiro como representante da universalidade do valor, porém disfarça o significado interno deste como uma relação social, produzindo assim o fetichismo das mercadorias, entendido como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas. No mercado, as pessoas se relacionam entre si não como pessoas, mas como compradores e vendedores de coisas. Nesse ponto, Marx supõe, assim como a teoria liberal, a existência de direitos de propriedade privada, indivíduos jurídicos e mercados em perfeito funcionamento. No interior desse mundo, o dinheiro, a representação do valor, assume dois papéis distintos e potencialmente antagônicos: como medida de valor e como meio de circulação. Mas, no fim, há apenas um dinheiro, e a tensão entre os dois papéis é aparentemente resolvida por uma nova relação monetária, isto é, a relação entre devedores e credores. Isso transfere o foco da forma M-D-M de circulação para a forma D-M-D, que é, obviamente, o protótipo do conceito de capital definido não como uma coisa, mas como uma forma de circulação do valor que produz um mais-valor (lucro), $D-M-D + \Delta D$.

Portanto, chegamos ao estágio em que o autor constata que a meta de qualquer capitalista é a obtenção de lucro. Assim, um empresário ao adquirir a força de trabalho e de posse dos meios de produção deseja ao final do processo obter lucro, ou seja, ter um acréscimo no montante investido inicialmente.

O capitalista investe e compra força de trabalho e meios de produção (máquinas e matéria prima) com a atuação da força de trabalho ele obtém uma nova mercadoria que vende por um valor superior ao que investiu. Assim, obtém o lucro. Nota-se que o excedente não possui origem nas oscilações dos preços de compra e venda – como ocorre com os comerciantes –, ou de juros, mas de um acréscimo no processo de produção. Ele é resultado das relações de produção das mercadorias, por isso, não é uma coisa, mas uma relação social. Vejamos isso nas palavras do próprio Marx (2011, p. 181):

O processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado de circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por £100 é revendido por $100 + £10$, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor.

Reiteramos que com D (capital na forma de dinheiro) o capitalista compra M (força de trabalho e meios de produção) para produzir M' que ele troca por D' (dinheiro com acréscimo). M é composto por capital constante (ou trabalho morto), ou seja, itens que são utilizados no processo de produção, isto é: matérias primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, que apenas transfere o seu valor, conforme o preço gasto para sua aquisição e, capital variável (ou trabalho vivo), força de trabalho que varia de valor ao longo do processo produtivo e gera valor. De acordo com Netto e Braz (2009, p. 100):

Ao ser utilizada, ela [força de trabalho] produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.

O salário pago ao trabalhador é inferior ao que ele produz durante sua jornada de trabalho. O trabalhador recebe o necessário para sua subsistência e manutenção da força de trabalho futura (filhos), sendo que a produção excedente- mais-valia- é de propriedade daquele que adquiriu a força de trabalho. O trabalhador recebe por sua força de trabalho e não pelo trabalho que ele desenvolve ao longo da jornada de trabalho. Obviamente que o capitalista procura diminuir o montante pago pela força de trabalho, assim, será a correlação de força em cada momento histórico que irá definir as regras dessa relação.

Mas voltamos a origem do lucro capitalista: quando a jornada de trabalho diária é de 8 horas e o trabalhador precisa de 4 horas de trabalho socialmente necessário para produzir o

conjunto de mercadorias indispensáveis para atender a reprodução da força de trabalho, as outras 4 horas são tempo de trabalho excedente- mais-valia. Registramos que essa diferenciação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente não é tão simples de ser medida, bem como também, não é simples de ser percebida no dia a dia. O processo de produção é tão naturalizado que dificilmente conseguimos refletir sobre as suas nuances.

Ao fim da jornada de trabalho temos como fruto do trabalho excedente a mais-valia. A mais-valia é a diferença entre D (dinheiro para adquirir os meios de produção e força de trabalho-D` (dinheiro com acréscimo com a nova mercadoria vendida). Ela é, portanto, oriunda da exploração da força de trabalho daquele que com sua capacidade física e intelectual usou os meios de produção e modificou a natureza. O bem produzido é valor de uso e valor de troca que o capitalista, proprietário, mas não produtor, irá comercializar no mercado.

O capitalista, portanto, quer ao final além daquilo que investiu um excedente produzido pela força de trabalho (única capaz de gerar mais valor). Dentro das normas da sociedade capitalista não há nada de errado nisso, afinal, o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho e o capitalista paga o salário, conforme estabelecem as normas existentes. Em situações normais, o excedente extraído do trabalhador é feito sem qualquer violência legal, afinal, o contrato de trabalho prevê que o produto da jornada de trabalho seja daquele que adquiriu a força de trabalho e o que o trabalhador deve exercer durante o tempo estabelecido as suas obrigações. Todavia, ao sair da aparência percebe-se que o salário do trabalhador é pago por ele mesmo ao vender sua força de trabalho e ter de volta um papel moeda que irá retornar para os donos dos meios de produção. Ele recebe pelo que ele produziu em 4 horas e ainda gera lucro para quem comprou sua força de trabalho nas outras 4 horas, extraído o montante gasto com matéria prima e os meios de produção. Portanto, o lucro é o que restou do pagamento do salário e daquilo que foi gasto com o capital constante.

Registra-se que a definição do tempo da jornada de trabalho foi vista por Marx (2011) como uma conquista dos trabalhadores, pois, limitou a exploração do capitalista. Afinal, uma das formas de obter mais-valia é a extensão do tempo de trabalho excedente. A extensão da jornada de trabalho sem ampliação do salário aumenta a produção de excedente. Ela foi designada por Marx como mais-valia absoluta. Ela é a “forma que o capital utiliza para incrementar a massa de mais-valia produzida por um trabalhador. Consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la” (CARCANHOLO, 2011, p. 137).

Entretanto, com a regulamentação da jornada de trabalho o desenvolvimento técnico-científico foi a saída para incrementar a mais-valia. Essa forma é vista por Marx como mais-valia relativa. O trabalhador continua produzindo excedente, porém, com a limitação da jornada de trabalho, ele produz mais por ter meios de produção que facilitam e aumentam a quantidade de mercadorias produzidas naquele tempo. Assim, a inovação tanto nos meios de produção quanto na formação do trabalhador é bem vista pelo capitalista. Afinal, diante da resistência dos trabalhadores em estender a jornada de trabalho, o capitalista busca outras formas para manter e ampliar a mais-valia.

Como alerta Braz e Netto (2009), as duas formas, absoluta e relativa, de incrementar a mais-valia não se excluem e podem ser encontradas nos diferentes momentos da história. Ainda que predomine uma ou outra, conforme as características da formação capitalista nos diferentes territórios, ambas constituem como mecanismos resultantes da exploração da força de trabalho.

Carcanholo (2011), ainda sobre a discussão sobre mais-valia, assinala outras duas formas que os capitalistas dispõem para aumentar o volume total dos lucros. A primeira trata-se da superexploração da força de trabalho, algo apontado por Marini (1973) e, como exemplo, cita a constante tentativa dos capitalistas de diminuir o salário pago aos trabalhadores, inclusive, em alguns casos, com a manutenção do salário mínimo pago aos trabalhadores em diversos países abaixo do necessário para que eles possam ter as condições adequadas para a reprodução da sua força de trabalho¹⁵. A segunda é a “mais-valia extra”, que são os processos inovadores praticados individualmente por um tempo pelos capitalistas, que lhes proporcionam ganhos por um tempo determinado em relação aos concorrentes. À medida que as inovações se estendem esse processo deixa de ser um ganho exclusivo de um capitalista para ser uma forma relativa de mais-valia.

Seja como for, é a apropriação da força de trabalho que possibilita ao capitalista gerar valor e lucro. O trabalho é o produtor de riqueza em todas as sociedades. Na sociedade capitalista em que a força de trabalho é assalariada o enriquecimento do capitalista advém da exploração do trabalho. A seguir vamos falar um pouco mais sobre isso, procurando diferenciar o que Marx (2011) denominou de trabalho produtivo e improdutivo e produção material e imaterial. Desde já ressaltamos que essa é uma discussão complexa e envolve

¹⁵ De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o salário mínimo em janeiro de 2018 deveria ser R\$ 3.752,65, quase quatro vezes o valor real pago ao trabalhador no mesmo mês.

diversas polêmicas. A nossa proposta é apenas apresentar uma breve noção do que seja cada um na atualidade.

1.1.2-Trabalho produtivo e improdutivo

O desenvolvimento tecnológico produziu em alguns ciclos de intelectuais teorias sobre o fim da sociedade do trabalho (CARCANHOLO, 2011; ANTUNES, 2018). Porém, o que se observa é que o trabalho continua central e que a exploração e a precarização da classe que vive da sua força de trabalho estão em pleno processo de expansão.

O trabalho é a fonte de riqueza e lucro capitalista. A força de trabalho é a única mercadoria que cria valor. Porém, nem todo trabalho cumpre essa função. Marx distingue trabalho produtivo de improdutivo. Desde já é importante mencionar que não há nenhum julgamento de valor ou hierarquização das diversas funções exercidas pelos trabalhadores no mercado, mas é no sentido de identificar aquele trabalho no qual há geração de valor e mais-valia e aquele que permite o capitalista apropriar da mais-valia criada nos serviços dos funcionários. Até porque o próprio Marx (2011) disse que ser um trabalhador produtivo não é sorte, mas um azar.

Netto e Braz (2009) afirmam que o trabalho produtivo é todo o trabalho indispensável para o processo de produção que amplia a massa global de valor e mais valia. Conforme assinala Rosso (2014) na medida em que todo o processo de produção está submetido à lógica capitalista – o que Marx denominou de subsunção real em oposição a subsunção formal –, todos que participam do processo de elaboração da mercadoria fazem trabalho produtivo. Seja aquele que coloca a mão na massa ou o engenheiro, projetista, o técnico, o supervisor etc..

Antunes (2018) afirma que trabalho produtivo a partir de Marx é aquele que cria mais-valor, é pago por capital-dinheiro, e não por renda, resulta do trabalho coletivo, social e complexo, valoriza capital, tende a ser assalariado e depende de como se insere na criação e valorização do capital.

De outro modo, Mandel (1998, p. 123) afirma que todo trabalho que não aumenta a mais-valia é trabalho improdutivo. Bruschi et al (2016, p. 126) acrescenta que isso ocorre inclusive com o trabalho assalariado, ou seja, nem todo trabalho assalariado é produtivo. Para ser produtivo é preciso que tenha valor e mais-valia. Para ilustrar ele cita três exemplos:

- a) Se faço um bolo em casa para meus amigos, crio valor de uso, mas não valor de troca; b) Se faço um bolo como trabalhador assalariado em uma confeitaria capitalista, o valor e o mais-valor são produzidos. O trabalho é produtivo; c) Se faço o mesmo bolo como trabalhador assalariado em uma

casa de família produziu valor de uso para meus patrões. O trabalho é improdutivo.

Nesse sentido, Antunes (2018, p. 46) afirma que trabalho improdutivo é quando cria mercadorias úteis, valores de uso, “e não está voltado diretamente para a produção de valores de troca, ainda que seja necessário para que esta se realize. São aqueles trabalhos consumidos como valor de uso e não como valor de troca”.

Rosso (2004), Carcanholo (2011) e Antunes (2018) argumentam que Marx (2011) considera que tanto na produção de mercadorias materiais quanto imateriais, inclusive no setor de serviços, pode ocorrer produção de mais-valia, portanto, trabalho produtivo. Afinal, a diferença seria apenas que a mercadoria-serviço tem seu consumo simultâneo com a produção. Além disso, Carcanholo (2011) também considera que há atividades produtivas na circulação como é o caso do transporte, expedição, armazenagem, embalagem etc., com exceção das atividades que sejam especulativas. Por outro lado, afirma que não é trabalho produtivo aquele relacionado ao capital comercial (realizado por empresas estritamente comerciais).

Assim, de acordo com esse autor, o que interessa não é somente a produção de mais-valia, mas do excedente-valor apropriado pelo capital.

Com isso a categoria trabalho produtivo se amplia. Não interessa tampouco para a determinação do trabalho produtivo, o destino do produto desse trabalho: se consumo produtivo, improdutivo ou suntuário. Dessa maneira, além do que é normalmente considerado produtivo, considera-se como tal o trabalho de camponeses e artesãos, professores e profissionais da saúde e do serviço doméstico, além de outros que deveriam ser incluídos. De fora da categoria ficariam apenas os trabalhos e as atividades ligadas rigorosamente ao comércio e às atividades relacionadas à propaganda e publicidade, segurança, manutenção da ordem, da propriedade e da justiça, funcionamento do aparato político, elaboração e transmissão ideológica, atividades militares etc. (CARCANHOLO, 2011, p. 160).

Observa-se, portanto, que para entender trabalho como produtivo (seja material ou imaterial) é preciso analisar a forma como se está organizado e as ligações existentes com as relações de produção capitalista. “O que determina a produtividade de um trabalhador é ver seu trabalho ligado a um capital e sendo pago por um capital, estando portanto atrelado à ele. Em resumo, é um trabalho produtor de mais-valia, de um aumento de capital” (SILVA, 1991, p. 43).

Diante dessa leitura ainda fica a seguinte pergunta: é possível gerar valor nas atividades de serviço? Marx (2011) deixa claro que não há geração de valor na circulação, distribuição e consumo. Ele é oriundo da produção, com a exploração da força de trabalho de

todos os envolvidos. Logo nas atividades estritamente comerciais como sinaliza Carcanholo (2011) e nas atividades de consumo não há produção de novos valores, somente ocorre a circulação e a realização de valores criados na produção. E nos serviços?

Rosso (2014) expõe uma posição que dialoga com os escritos de Carcanholo (2011) e Antunes (2018), pois, ao perceber a hipertrofia do setor de serviços, no Brasil quase 60% da força de trabalho atuam nesse segmento, questiona se todos os serviços seriam improdutivos. Afinal, seria apenas o setor primário e secundário produtivo? Somente são produtivas as atividades em que há materialização das mercadorias? Não seria possível ter atividades de serviços produtivas não necessariamente enraizadas em formas materiais e físicas? Para responder tal questão o autor estabelece uma série de reflexões sobre trabalho produtivo e improdutivo, produção material e imaterial, concluindo que, no caso dos serviços, alguns (como sinalizamos) podem ser produtivos e outros como improdutivos.

Como ressalta Rosso (2014) na concepção de Marx (2011) parece evidente que a mercadoria nunca foi compreendida como apenas um bem material, físico, tendo em vista que também podem saciar necessidades da fantasia e desejos do espírito que não necessariamente são materiais.

Além disso, Antunes (2018) ressalta que na contemporaneidade os diferentes setores da economia estão interligados, indústria, agricultura e serviços, sendo cada vez mais controlados e totalizados pelo capital, que os converte em mercadorias.

Nesse sentido, Marx (2011) expõe que uma mesma atividade pode ter um duplo caráter em circunstâncias diferentes. Um exemplo contemporâneo é o professor que vende sua força de trabalho para uma instituição de ensino e um professor que comercializa sua força de trabalho com um cliente. No primeiro caso é trabalho produtivo, com geração de valor e mais-valia e no segundo é improdutivo por ter uma troca direta entre o trabalho e dinheiro, sem acréscimo. Vejamos o que o próprio Marx (2011, 578) diz sobre isso:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem que produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação.

Antunes (2018, p. 41) apresenta outro exemplo dado por Marx que é o segmento dos transportes, um serviço dentro da circulação, porém que gera valor, ao vender o deslocamento de um lugar. Assim, há um “processo de produção dentro do processo de circulação”.

Rosso (2014) conclui que as atividades realizadas nos setores de serviços são improdutivas “quando organizadas de maneira a trocar serviços por remuneração, mesmo que envolvendo algum substrato material, como livros, quadros, obras de arte, *softwares*; e são produtivas, quando organizadas como meio para ampliar o capital inicialmente investido”, isso independente se são materiais ou imateriais.

Do mesmo modo, Antunes (2014, p. 50, grifos do autor) ao analisar a situação da classe trabalhadora no Brasil alerta que “no capitalismo financeirizado da era informacional, desenvolve-se cada vez mais uma simbiose entre o que é *produtivo* e o que é *improdutivo*, uma vez que o mesmo trabalho executa frequentemente atividades que geram valor e, simultaneamente, conferem a qualidade do que realizaram”. Logo, a linha entre o que é produtivo ou improdutivo é cada vez mais tênue no capitalismo contemporâneo.

Antunes (2018, p.47) ainda acrescenta que o setor de serviços é cada vez mais partícipe das cadeias produtivas do valor, “legando cada vez mais ao passado sua forma improdutiva para se converter em parte integrante do processo de geração (produtiva) de valor”. Isso ocorre especialmente pela ampliação nas últimas décadas das atividades produtivas imateriais.

Vale sinalizar que estamos prolongando essa discussão porque consideramos que seja fundamental para entender o processo de trabalho existente no Futebol de Espetáculo. Assim, retomamos a reflexão sobre a materialidade do trabalho no campo dos serviços e questionamos se somente existiria trabalho produtivo quando o espetáculo futebolístico, por exemplo, fosse materializado por meio de DVDs, jogos de vídeo-*game* e pela presença da televisão? As mercadorias que não se materializam imediatamente não podem ser consideradas oriundas do trabalho produtivo e, portanto, não produziram valor?

Harvey (2011) considera que a diferença do setor de serviços e entretenimento para outros é que o processo de trabalho é em si a mercadoria a ser vendida, portanto não há intervalo de tempo entre a produção e a venda da mercadoria (o que pode ter é um tempo de preparação).

Rosso (2014, p. 11) compartilha da mesma visão e diz que as “indústrias” da música, dos concertos, das artes cênicas, produzem mercadorias, não somente quando há um produto físico, mas também quando a arte mercadoria circula dos produtores aos consumidores sem nenhum fator intermediário. Assim, para o autor, os serviços produzem mercadorias quando

estão as condições do trabalho assalariado, contratado com o objetivo de realizar ganhos, e se, “por meio do trabalho, houver produção e circulação de mercadoria de tal modo que o valor se realize, resultando em mais valia que pode ser apropriada pelos contratadores ou por outras agências do capital”. Ele ressalta que há serviços que se materializam imediatamente em produtos, o que facilita a percepção da produção da mercadoria, por assumirem uma forma material, porém, outros necessitam de mais tempo.

No caso da “indústria do esporte”, especialmente do futebol é visível a presença de atividades de serviços em que a materialização da mercadoria ocorre após a produção como também é perceptível que o processo de produção e consumo de uma mercadoria imaterial também ocorra durante a performance dos atletas. Ou seja, há uma simbiose entre produção, distribuição, troca e consumo.

Portanto, no setor de serviços está presente trabalho produtivo e improdutivo. As mercadorias produzidas nas atividades de serviço, algumas são consumidas no ato da produção e outras com um tempo maior de preparação, sendo materiais e imateriais e o mesmo ocorre no Futebol de Espetáculo.

O fato concreto é que a mercadoria (seja material ou não) para constituir como tal precisa ser produzida para a troca, sendo o valor de uso o seu chamariz. Assim, quaisquer produções não materiais que atendam algum interesse humano “[...] submetidos a troca, tornam-se mercadorias não materiais e, enquanto tal passam a apresentar todas as qualidades e consequências destas” (SILVA, 1991, p. 47).

Por fim, para concluir este tópico retomamos o que foi dito no início de que o trabalho, como forma de intercâmbio homem natureza, continua a ocupar papel central na sociedade das mercadorias, sejam materiais ou imateriais. A produção de bens e a acumulação de capital dependem diretamente da exploração da força de trabalho, pois, somente o trabalho possui a capacidade de transformar a natureza e o capitalista, de posse dos meios de produção e da força de trabalho, apropria da mais-valia e procura constantemente ampliar o volume de capital. Tema que vamos tratar a seguir.

1.1.3- Acumulação, rotação do capital e o exército de reserva

Aprendemos no dia a dia que por mais que o capitalista tenha um bom coração o que ele busca ao final da jornada de trabalho dos seus funcionários é obter mais dinheiro do que ele investiu inicialmente. Segundo Harvey (2013, p. 76), “Eles são obrigados a internalizar o motivo da busca do lucro como parte do seu ser subjetivo. Avareza, cobiça e as predileções da miséria encontram escopo para expressão em tal contexto”. Para tanto, procura explorar ao

máximo a força de trabalho, quanto mais o trabalhador é explorado, mais produz e mais lucro terá o capitalista.

A regra, portanto, é produzir por produzir e acumular por acumular. De acordo com Marx (1988) para que aconteça acumulação, a primeira condição é que o capitalista venda as mercadorias e retransforme a maior parte do dinheiro conquistado em capital. O segundo pressuposto é partilhar o que conseguiu para atender às próprias necessidades e realizar o pagamento de impostos (Marx não faz referência), juros (caso ocorra empréstimos), compartilhar com o capital comercial, entesouramento e destinar uma parte para ser empregada na própria produção (seja por meios de produção ou força de trabalho), com a perspectiva de ampliar a escala de produção ou investir em novos ramos econômicos (CARCANHOLO, 2011).

Assim, a forma de reprodução do modo de produção capitalista é ampliada, pois, não se limita a conquistar o valor investido no começo do processo de produção. Afinal, o capitalista em posse de D', capital, procura imediatamente fazê-lo girar, quanto mais rápido acontecer maior será a possibilidade de obter mais capital. Destaca-se que isso ocorre por meio da intensificação do trabalho e pela incorporação de inovações tecnológicas.

Aquele capitalista que não possui esse objetivo acaba, com o tempo, desaparecendo, afinal, a competição é uma característica do modo de produção capitalista, quanto mais você acumula maior será a chance de ter mais, por outro lado, quando não há acumulação a tendência é crise e desaparecimento. Aquele capitalista que consegue ampliar a acumulação, sobrevive por mais tempo à concorrência.

Em paralelo, a concentração segue outra tendência da exploração da força de trabalho que é a centralização. De acordo com Marx (1988, p. 188) “a medida que se desenvolve a acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização”. O capitalista de posse do capital e pressionado pela concorrência e a ambição de obter mais expande seu investimento para diversos setores da economia. Registra-se que essa expansão dos negócios pode ocorrer por meio de cartéis, trustes e a formação de *holdings*.

Netto e Braz (2009, p. 131) afirmam que concentração e centralização “ocorrem tanto no âmbito da produção industrial quanto nos setores bancário e no comércio, respondem pela constituição de um número reduzido de poderosíssimos banqueiros- mas semelhante constituição se registra também nas atividades comerciais”. Como resultado desses dois

processos surgem os monopólios, uma tendência analisada por Lênin (1986), que vamos tratar em outro momento deste capítulo¹⁶.

Ao procurar acelerar a acumulação de capital os capitalistas procuram mecanismos para explorar por mais tempo a força de trabalho (mais-valia absoluta) e/ou investem em inovação e garantem uma vantagem em relação ao seu concorrente (mais-valia relativa). Na primeira opção o trabalhador possui sua força de trabalho explorada ao máximo, sem necessariamente aumento nos ganhos. Já na segunda o incremento tecnológico normalmente é acompanhado pela diminuição direta da força de trabalho, o que amplia o exército de reserva (força de trabalho disponível no mercado) e mantém os salários congelados.

Registra-se que de acordo com Marx (1988) diante da ampliação da acumulação de capital aumenta a demanda por capital constante em detrimento do capital variável. Assim, sempre vai ter mais força de trabalho do que a necessária pelos capitalistas¹⁷. Esse excesso é inerente ao processo de reprodução ampliada do capital. Porém, é preciso destacar que o desemprego “não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 134). Não é o desenvolvimento tecnológico que promove o desemprego, mas o próprio processo de produção capitalista.

Nota-se que o desemprego é uma face da acumulação capitalista, outras são: pauperização absoluta e pauperização relativa. A primeira trata-se da diminuição da renda do trabalhador, o que diminui a qualidade de vida e aumenta a degradação da situação de trabalho. A segunda está relacionada à queda na proporção dos ganhos com a produção. Ainda que o trabalhador mantenha as condições básicas de vida (alimentação e moradia, por exemplo), proporcionalmente o aumento do ganho do capitalista é bem maior que o ganho do trabalhador¹⁸. Esses dois processos estão presentes no mundo do trabalho, porém, no século

¹⁶ Apenas para ilustrar, de acordo com Borón (apud NETTO, 2010, p.33), atualmente duzentas grandes multinacionais, 96% delas com suas matrizes em apenas oito países, têm um volume combinado de vendas que supera o PIB de todos os países fora o grupo das oito nações mais ricas (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia).

¹⁷ De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a taxa anual de desemprego no mundo em 2016 foi de 5,7%, com mais de 200 milhões de trabalhadores sem um emprego fixo. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/oit-preve-que-n-de-desempregados-no-brasil-chegara-a-136-milhoes-em-2017.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2017.

¹⁸ Na Espanha a reforma trabalhista que inspirou a brasileira vem promovendo a geração de empregos, após uma “explosão” do desemprego. O número de contratos temporários cresceu, porém, os trabalhadores ganham menos do que recebiam antes e em condições piores. Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/na-espanha-reforma-criou-vagas-mas-ampliou-trabalho-precario-21700433>. Acesso em: 13 fev. 2018. Outro dado que ilustra o cenário de pauperização da classe trabalhadora é que de acordo com a agência Oxfam com dados do banco Credit Suisse entre 1980 e 2016 o grupo do 1% mais rico ficou com 27% do crescimento da renda global. No mesmo período, a metade mais pobre do mundo ficou com 13% da riqueza gerada. Informação disponível

XX até meados da década de 1980, observa-se a diminuição da pauperização absoluta, todavia, desde então com o processo de reestruturação produtiva, a situação da classe trabalhadora vem sofrendo com o enfraquecimento da organização classista, a destituição de estados sociais de bem estar, conseqüentemente com a supressão de direitos (CEOLIN, 2014).

Portanto, a acumulação capitalista conduz a um processo de concentração e centralização de riquezas que, por sua vez, amplia a distância entre o modo de vida daqueles que possuem capital, oriundos dos diferentes ramos da economia e aqueles que precisam vender sua força de trabalho. Observamos que por um lado há uma imensa quantidade de capital concentrado, disseminado e promovendo a ostentação e o consumo de atividades luxuosas, de outro modo, nota-se o crescimento da precarização, do desemprego e de baixo nível de vida daqueles que produzem as riquezas.

Conforme **Piketty (2013)**, os 10% mais ricos até o fim do século XIX e início do século XX sempre tiveram entre 80% a 90% de todo o capital do mundo, esses percentuais diminuíram ao longo do século XX, devido às guerras mundiais e às políticas públicas dos “Estados sociais”. Nos países escandinavos, os mais igualitários, os percentuais chegaram à década de 1970 a 50% e, nas demais nações, a 60%. A metade da população mundial tinha 5% e o restante (“classe média”) possuía 35% das riquezas. Esse cenário que já não era positivo piorou com o início da era neoliberal, tendo em vista que a riqueza acumula-se cada vez mais no topo da pirâmide, enquanto a maioria da população empobrece em termos relativos e até absolutos. Na primeira década do século XX os 10% que possuem as grandes fortunas já têm quase 70% de toda a riqueza e, se as próximas décadas seguirem no mesmo ritmo, até meados do século XXI os índices de desigualdade de riqueza serão semelhantes àqueles do período medieval.

Assim, fica evidente que a lei geral da acumulação capitalista é a manifestação do que ocorre no processo de produção capitalista, com a busca incessante do capitalista pela mais-valia. A necessidade básica do capital é a obtenção de lucro, o que logicamente possui como consequência inevitável a acumulação de riquezas nas mãos daqueles que concentram capital, que também, de forma inevitável, geram a desigualdade social, o desemprego, o aumento da falta de meios de existência e diferentes tipos de privações para camadas cada vez mais amplas de trabalhadores.

A produção capitalista, assim, não é apenas a produção de mercadorias, valor e mais-valia, mas é produção e reprodução do modo de vida na sociedade capitalista, produz e

reproduz a própria relação capital, que possui de um lado dinheiro e aqueles que possuem apenas a força de trabalho. Aqueles que possuem dinheiro procuram transformá-lo em capital, com este busca-se acumular mais capital, que exige uma camada social que possa vender sua força de trabalho. Ao vender sua força de trabalho ficam subordinados aos interesses do jogo daqueles que detêm o controle do processo de produção. A busca deles por mais e mais capital produz consequências danosas para quem possui apenas sua força de trabalho para obter o seu sustento. Esse ciclo de subsunção da força de trabalho ao capital não terá fim enquanto a lógica for produzir para troca, para acumulação de riquezas.

A lei da acumulação capitalista escrita por Marx (1988, p. 200) em 1867 continua válida. Vejamos o que ele disse:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.

Sem dúvida que a correlação de forças entre as classes sociais em diferentes períodos da história do capitalismo produziu mudanças, ora com a conquista dos trabalhadores de mais direitos, com ganhos significativos na qualidade de vida e, em outros momentos com agravamento da situação desta classe, com o “ataque” daqueles que possuem capital, as conquistas da luta da organização dos trabalhadores. Vamos retomar isso ao falarmos das diferentes fases do capitalismo, por ora, registra-se que essa a lei tendencial anunciada por Marx continua atual e possível de ser comprovada na realidade.

1.1.4-A tendência decrescente da taxa de lucro e as crises do capitalismo

Algumas vezes nesse texto afirmamos que seja qual for o setor da economia que o capitalista atua o seu objetivo sempre será o de ampliar permanentemente os lucros e a acumulação de capital. Ele não está preocupado com as consequências sociais, ambientais e políticas da sua ação, o que importa é concentrar e/ou centralizar cada vez mais capital, ou seja, é produzir cada vez mais e vender em um ritmo acelerado. Assim, a busca pelo lucro é o que determina a escolha do segmento que ele vai investir. Ele não colocará seu dinheiro em

algo que sabe que não terá retorno. Ao buscar um setor para ampliar o seu capital ele também procura fugir da tendência de queda da taxa de lucro. Este é um grande temor do capitalista.

Carcanholo (2013, p.83) afirma que a queda na taxa dos lucros opera em longo prazo na sociedade capitalista, sendo que pode ser anulada por aspectos contratendentes, como a inovação, a economia da matéria prima e dos meios de produção por determinados períodos. Em alguns momentos a queda pode ser mais forte, enquanto que em outros não se percebe, mas inevitavelmente em algum momento ela se manifestará. A crise é inerente ao próprio funcionamento do capitalismo.

Marx (1984, p. 1984 apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 152) explica a existência dessa tendência da seguinte forma:

Nenhum capitalista emprega um novo método de produção, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia, por livre e espontânea vontade, tão logo ele reduza a taxa de lucro. Mas cada um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Ele as vende, portanto, originalmente acima do seu preço de produção, talvez acima do seu valor. Embolsa a diferença entre os custos de produção mais elevados. Pode fazê-lo porque a média do tempo de trabalho socialmente exigido para a produção dessas mercadorias é maior que o tempo de trabalho exigido pelo novo método de produção. [...] Mas a concorrência generaliza-o e submete-o à lei geral [do valor]. Então se inicia o descenso da taxa de lucro [...], o que é totalmente independente da vontade dos capitalistas.

Portanto, o ganho extra do capitalista que pode apresentar resultados extraordinários de crescimento é mais cedo ou mais tarde suplantado pela generalização da mudança que ele promoveu, com isso, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a buscar inovações que diminuam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria, mas ao ser incorporada pelos demais concorrentes levará a uma queda da taxa de lucros para todos os envolvidos.

Netto e Braz (2009) e Carcanholo descrevem algumas medidas adotadas contra a taxa de queda dos lucros: a) barateamento do capital constante; b) elevação da intensidade da exploração da força de trabalho; c) depressão dos salários abaixo do seu valor; d) o exército industrial de reserva; e) comércio exterior; f) aumento do capital por ações, da rotação do capital e do crédito. Todavia, nenhuma dessas medidas elimina, apenas atenua ou adia que a tendência de queda se manifeste.

Além disso, as medidas adotadas pelos capitalistas individuais ameaçam uma acumulação adicional, pois, “destrói a potencialidade para o crescimento equilibrado e coloca a reprodução da classe capitalista como um todo em risco. Em suma, os capitalistas

individuais necessariamente atuam de maneira a desestabilizar o capitalismo” (HARVEY, 2013, p. 263). Para Harvey essa é a constatação fundamental que Marx deixa sobre o tema. Pois, os capitalistas ao procurarem evitar a queda nos lucros promovem uma “desordem” no equilíbrio do próprio capitalismo.

A taxa decrescente do lucro é uma tendência anunciada por Marx e visível ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Sobretudo, porque ela é um dos fatores das crises no modo de produção capitalista. As mudanças na organização do capitalismo foram justamente no sentido de ampliar as possibilidades de acumulação revertendo a tendência de queda dos lucros. Quando a estrutura hegemônica não mais se revela capaz de produzir lucros em ritmo contínuo e acelerado e a tendência decrescente dos lucros é uma realidade, promove-se alterações na organização da sociedade capitalista, seja no mundo do trabalho, na atuação do Estado, no campo econômico e cultural.

Destaca-se que as crises são inerentes ao capitalismo, sendo diversas as suas causas, pode ser, por exemplo, resultante da falta de planejamento na produção, do subconsumo da classe trabalhadora, da queda da taxa de lucro (como citamos) entre outras. Porém, o fundamento principal das crises é a contradição existente entre produção socializada e apropriação privada. Na sociedade capitalista, aquele que produz não é o proprietário da produção, afinal, por mais socializada que esteja a produção, “[...] o caráter privado da apropriação do excedente permanece intocado; assim, estabelece-se a contradição que, substantivamente, conduz àquela que faz colidir as relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas” (CARCANHOLO, 2013, p.85).

A história do capitalismo é uma história de crises. No período de 1825 até às vésperas da segunda guerra mundial foram catorze vezes em que os anos de prosperidade econômica foram acompanhados de crises. Após a segunda guerra mundial foram criadas políticas macroeconômicas e instituições nacionais e supranacionais com o objetivo de reduzir os impactos das crises, porém, assistimos desde então períodos de bonança, estagnação e depressão (NETTO; BRAZ, 2009).

De acordo com Mészáros (2013) o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue administrar, com muita dificuldade, durante um curto intervalo de tempo, mas que não consegue superar definitivamente. Afinal, a contradição estrutural, a subordinação do trabalho ao capital, não permite que o sistema seja imune às crises.

Portanto, as crises são inerentes e permanentes na dinâmica capitalista, ocorrendo historicamente como resposta, sobretudo, à queda das taxas de lucro. A última crise de impacto mundial ocorreu a dez anos, iniciada nos EUA ela se espalha por todo o mundo como

uma crise “financeira”, que atinge os oligopólios bancários. Até hoje diversos países ainda sofrem com os seus efeitos, como elevação do desemprego e queda do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, aquela que modificou todos os campos do modo de produção capitalista foi em meados da década de 1970, com transformações substanciais no mundo do trabalho, na estrutura econômica, na atuação do estado, no campo da cultura, enfim, em todos os aspectos da vida humana.

Uma das formas encontradas para evitar ou amenizar as crises e aumentar a acumulação de capital é expandir as relações de produção e circulação para novas partes do globo que até os anos 1990 não estavam totalmente submersas nas regras do mercado, caso, por exemplo, do leste europeu e alguns países asiáticos. Outra forma encontrada pelos capitalistas foi a subsunção de setores que até então também não estavam totalmente integrados à lógica do valor.

Nesse sentido, destacam-se as mudanças processadas no esporte, especialmente no futebol a partir de meados da década de 1970, que atualmente se configura como um setor lucrativo para diversos segmentos econômicos que procuram nesse fenômeno acumular e valorizar mercadorias.

Portanto, após as reflexões sobre os escritos de Marx vamos analisar como a lógica da produção e circulação das mercadorias está presente em um fenômeno cultural extremamente relevante para o mundo. O futebol, sem dúvida, é a principal manifestação esportiva do planeta e um dos “bens” mais importantes os negócios relacionados ao entretenimento. Assim, a seguir realizamos algumas mediações entre a teoria do valor trabalho e a subsunção do futebol a forma mercadoria.

1.2- O ciclo do capital no futebol

A transformação da natureza de forma intencional pelo homem por meio do trabalho é para atender alguma necessidade física ou da fantasia e, à medida que isso é feito, criam-se novas formas para atendê-las e novas necessidades. Registra-se que a maioria das necessidades humanas não são biológicas, ainda que sem o atendimento delas nada possa ser feito. O ser social é constituído essencialmente por necessidades cognitivas, afetivas, sensoriais e sociais.

Assim, a música, a dança, o alimento preparado, o filme, o esporte são alguns dos produtos não materiais ou imateriais do trabalho humano que contribuem para o enriquecimento do gênero humano. Nota-se que estamos tratando do desenvolvimento

humano e não material do ser. Ou seja, enriquecer-se significa nos aproximar da essência humana.

Obviamente que toda a produção cultural humana não mata a fome e a sede fisiológica, mas satisfaz a “fome” e a “sede” de compartilhar o universal da produção do gênero humano no particular das nossas relações sociais.

No caso específico do futebol, este fenômeno esportivo típico da cultura inglesa de meados do século XIX que rapidamente tomou de assalto o mundo esportivo e da cultura corporal procura satisfazer os desejos não materiais humanos. A produção desse fenômeno atende a necessidade de movimentar-se, de estar com o outro, de liberar as emoções, de contemplar aquilo que o homem produziu com o seu corpo em movimento.

Como lembra Castellani Filho (2008) o esporte [futebol] é um patrimônio da cultura humana, um bem imaterial produzido a partir das condições concretas dos indivíduos a partir daquilo que o homem acumulou de conhecimento ao longo da história com o seu corpo em movimento. Ou como diz Silva (2011, p. 49):

O futebol não é uma mera prática de essência física, ela produz e é produzida no âmbito cultural. Se, por um lado, a superação de um desafio, a beleza de um passe e o domínio da bola faz parte de um espetáculo coletivo, por outro existe uma dinâmica coletiva que gera práticas sócio-culturais que ultrapassam as quatro linhas do campo e os limites da telinha. Ora, o futebol é uma prática sócio-cultural que pode desenvolver nos jogadores e nos aficionados um domínio axiológico mediante o qual valores como solidariedade, esforço coletivo, respeito pelos contendores e pelas regras de bem viver em sociedade estarão em primeiro plano, sendo inclusive uma ocasião de reflexão e formação crítica.

Sob o ponto de vista histórico, este fenômeno quando surgiu na Inglaterra era mais um símbolo de distinção social, pois, garantia à burguesia ascendente e à classe média um *status* maior em relação aos operários e suas práticas de mais contato físico, e em relação àqueles que viviam no mundo rural. Atualmente, é também fonte de entretenimento, diversão e de acumulação de capital.

Ressalta-se que o futebol inicialmente estava presente somente em terras inglesas, entre as ex-colônias e nos países que estavam diretamente subordinados às relações mercantis com a Inglaterra, mas, com pouco tempo, especialmente com a formação dos estados-nação, tomou conta de todo o ocidente e a partir da década de 1950 atingiu novos mercados, especialmente o oriente.

Nas escolas e universidades o futebol foi um “objeto” precioso para a formação dos filhos da elite no século XIX, contribuindo para o desenvolvimento de novas lideranças, por meio da imposição do respeito às regras, pelo máximo rendimento e pelo trabalho em equipe.

Nestes espaços os grupos de estudantes se organizavam em equipes para disputar competições com outras escolas e universidades. O mesmo ocorria entre os clubes formados aos arredores das fábricas, igrejas e praças. Isso se amplia com o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente com estradas e ferrovias. Assim, as competições que estavam localizadas em poucas regiões e apenas com representantes da vizinhança ganham o território inglês e, com o tempo, o mesmo ocorre nos demais países da Europa e da América.

A difusão da modalidade também ocorreu em direção às classes subalternas, que aos poucos, se apropriam do futebol no pouco tempo livre de não exploração das fábricas. Isso não era de todo modo ruim aos olhos da burguesia, pois, ajudava a controlar os comportamentos (moral e físico) dos sujeitos que vendiam a sua força de trabalho.

Destaca-se que aquela prática que tinha apenas a finalidade de diversão, de partilhar o tempo junto com outras pessoas, de realizar malabarismo a partir do corpo com uma bola e de contribuir com a formação das futuras lideranças, seja nos primeiros anos entre a elite inglesa ou a elite latina, ainda que tivesse a busca pelo resultado, que não fosse apenas a exposição da capacidade humana, não tinha inicialmente a busca por um valor de troca.

Porém, já no final do século XIX é possível perceber que os clubes não constituíam apenas em espaço de descanso e diversão, tendo o futebol como mais uma atividade de lazer, de caráter competitivo. A busca por resultados esportivos, o retorno das premiações nas competições, a presença do público acompanhado as partidas e comprando produtos auxiliares do universo do futebol começava a movimentar uma economia que tem na força de trabalho do esportista a centralidade (SILVA, 1991; PRONI, 1998).

Nesse sentido, é importante apontar que os ingleses são os pioneiros no processo de tornar os clubes de futebol em sociedade limitada, com proprietários amadores, mas atletas profissionais. Assim, na medida em que as vias de transporte e os meios de comunicação difundiam, crescia o número de equipes de futebol disputando competições, inclusive com partidas entre clubes e seleções de outros países da Europa.

A lógica amadora de organizar o futebol aos poucos perde espaço e além dos funcionários dos clubes, os atletas também passam a receber um salário como qualquer outro trabalhador para produzir nos gramados os espetáculos consumidos imediatamente pelos presentes nos estádios e reproduzidos na forma de notícias nas capas dos jornais.

Assim, os dirigentes além de atender as demandas dos sócios de conquistas esportivas já incorporavam no seu dia a dia a necessidade de obtenção de superávits nas contas, afinal, era preciso garantir melhores condições de trabalho para os funcionários, especialmente para os futebolistas, bem como produzir, manter e adquirir os melhores profissionais dentro e fora de campo.

Obviamente que esse processo de profissionalização dos atletas e o olhar da gestão dos clubes para a “conta corrente” ocorre de forma combinada pelo ocidente, porém, em períodos e ritmos diferentes nas nações conforme a organização do modo de produção capitalista e também de acordo com a organização da modalidade. No caso brasileiro apesar de existir práticas de troca de bens e dinheiro pela força de trabalho dos atletas desde o início do século XX, apenas em 1933 essa relação é profissionalizada, sendo regulamentada apenas na década de 1970.

Aliás, vale salientar que apesar da profissionalização dos atletas em terras do velho continente ocorrer ainda no século XIX e especialmente no início do século XX, a lógica mercantil ampliada, ou melhor, a subsunção real da modalidade, submetida aos determinantes da organização conduzida pela FIFA, acontece de fato apenas com a entrada das emissoras de televisão e de grandes grupos econômicos a partir da década de 1970 e início dos anos 1980.

No Brasil isso se consolida com as reformas nos ordenamentos legais na década de 1990, especialmente com a criação da Lei Zico (nº 8.672/1993) que possibilita aos clubes se converterem em sociedade empresaria e com a Lei Pelé (nº 9.615/1998) que colocou um fim na lei do passe. Além disso, cabe citar a criação do Estatuto do Torcedor (nº 10.671/2003) como um marco importante que regulamenta o consumo dos espetáculos esportivos, especialmente o consumo dos espetáculos futebolísticos no país.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os bilhões de euros movimentados atualmente ano após ano pela “indústria do futebol”, no que se refere apenas aos clubes e federações, é uma construção histórica, determinada pelas transformações do modo de produção capitalista, que a partir dos anos 1970 expandiu as relações mercantis de forma ampliada para novos mercados e novos setores, caso especificamente do futebol.

Até a reestruturação do modo capitalista ocorrida em meados da década de 1970, apesar de já existir competições e campeonatos futebolísticos em todo o mundo, inclusive com grandes eventos internacionais, por exemplo, a Copa do Mundo FIFA, as receitas dos clubes e das federações eram basicamente a partir da bilheteria. Os espectadores, ao consumir os espetáculos nos estádios, forneciam os recursos para que novos atletas e novos espetáculos pudessem ser produzidos.

No entanto, isso ganha novos contornos com a substituição da bilheteria pela comercialização dos direitos de difusão das imagens produzidas pelos atletas como principal fonte de receita. A bilheteria até os anos 1980 foi a principal forma de os clubes conseguirem recursos para manterem suas atividades, porém, desde então, isso é substituído pelas emissoras de televisão e por outros segmentos do mercado.

Destaca-se que ao referirmos ao espetáculo futebolístico não estamos tratando do espetáculo em si, produzido pelo homem com o seu corpo em um momento competitivo ou não, ou acerca da máxima demonstração de capacidade física e cultural do ser humano, algo admirável por todos. Mas referimo-nos a espetacularização do futebol que sob os signos da mercadoria é visto apenas pelo seu valor de troca, com ênfase na imagem como um produto material e imaterial.

Porém, antes de continuar, vale fazer uma observação acerca de um dos símbolos da espetacularização do futebol. Não há dúvida que até os anos 1970 existiam grandes e antigos estádios de futebol pelo mundo, construídos na maioria das vezes com o auxílio do Estado. Ali os torcedores faziam a festa durante as partidas dos clubes e seleções nas competições nacionais e internacionais. A preocupação central era ter o maior número de pessoas, pois, com isso, tinha-se uma maior arrecadação. Porém, com o processo de subsunção real do futebol à forma mercadoria e à presença da televisão, os estádios foram reformulados (um processo contínuo, inclusive nos países periféricos) e o perfil do público e o padrão de torcer também, as arenas reduziram o número de espectadores, modernizaram – no sentido de garantir conforto e segurança – e foram adequadas aos padrões televisivos de transmissão (estúdios) para os torcedores e consumidores que assistem ao vivo ou que preferem ficar em casa.

A mudança nos estádios ingleses, iniciada no final dos anos 1980, por exemplo, precursores das modernas arenas que se assemelham aos *shopping centers*, é um dos símbolos de uma nova era no futebol mundial, ainda que as relações mercantis estejam presentes desde o século XIX, porém, em dimensões e valores nada comparáveis com os atuais.

Reitera-se que a lógica do valor está presente no futebol desde o momento em que o atleta passou a receber um pagamento pelo seu trabalho e gerar um produto com o objetivo de troca para o clube. Ele deixou de ter como resultado do seu trabalho apenas valor de uso e passou a vender sua força de trabalho para obter por meio dela os ingredientes (materiais ou não) para atender suas necessidades e produzir uma mercadoria com valor de troca.

Assim, o esportista, como a maioria dos trabalhadores também possui na venda da sua força de trabalho como única possibilidade de produzir sua subsistência atuando no trabalho

que sabe fazer (SILVA, 1991). Nesse sentido, Brohm (1982, p. 55/56) ressalta que conforme ocorre na fábrica o corpo do esportista “se convierte en una cosa, um objeto ‘reificado’ cuyo funcionamiento está planificado y regulamentado em um marco coerente”.

Neste sentido, o clube, seja associação (sem fins lucrativos) ou sociedade empresaria (objetivo de ter superávits), busca por resultados esportivos e pelo mais valor – seja para adquirir e melhorar os meios de produção, seja para obter força de trabalho mais qualificada ou efetivamente ter lucro. Ele funciona dentro da competição esportiva subordinada à lógica da mercadoria como uma fábrica, sendo a célula básica de produção do sistema esportivo no interior do modo de produção capitalista (BROHM, 1982).

Registra-se que trataremos neste texto especialmente das relações mercantis no futebol envolvendo os clubes, com pouco destaque para o que ocorre com as federações ou confederações que são responsáveis pela organização de competições e jogos das seleções nacionais. Assim, a principal mercadoria dessas entidades são as competições (como a FIFA com a Copa do Mundo de futebol masculino) e os espetáculos produzidos pelas seleções nacionais.

Destaca-se que, conforme Brohm (1982), as competições sejam aquelas organizadas pelas federações ou confederações ou por clubes no interior do sistema esportivo [futebol] é a principal mercadoria deste segmento, que comercializa o espetáculo, mas também é um importante veículo de valorização de outras mercadorias e do consumo.

Dito isso, ao entender o futebol no interior das relações mercantis, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, o clube investe em capital constante – como centros de treinamento, academias e estádios – e capital variável para produzir em quantidade e qualidade de forma ininterrupta a mercadoria Força Esportiva (força de trabalho qualificada-capital variável).

Registra-se que a Força Esportiva de um atleta é o resultado da capacidade física, técnica, tática e de mobilização de pessoas do futebolista oriunda da Força de Trabalho lapidada pelo clube que gera a mercadoria especial Futebol de Espetáculo¹⁹.

Os clubes, portanto, de posse dos meios de produção e de força de trabalho se apropriam de jovens com potencial e no seu interior lapida, a partir de uma série de relações sociais e intercâmbio com a natureza e matérias auxiliares, e incorpora neles os signos do Futebol de Espetáculo, pautado especialmente pelo conhecimento científico.

¹⁹ A ideia de Força Esportiva aparece nos estudos de Brohm (1982) quando o autor estuda as homologias entre o sistema de produção capitalista e o sistema esportivo.

Nesse sentido, nos últimos anos formou-se nas principais equipes formadoras de atletas do Brasil uma rede de diversos profissionais desde “olheiros” até assessores jurídicos, preparadores físicos, nutricionistas e fisioterapeutas para que o esportista possa ter as condições de lapidar sua Força Esportiva para que depois de milhares de horas de treino desde a infância possa ser vendido ou ser aproveitado na equipe profissional, com capacidade para produzir o melhor espetáculo (DAMO, 2005).

Destaca-se que os jogadores (Força Esportiva) são os principais ativos no processo de produção do espetáculo futebolístico, ou melhor, são meios de produção de outras mercadorias. Eles são a pedra angular de todo o sistema que gera lucros e atrai investidores de todas as frações da burguesia. Mas, somente alguns são alçados pelos meios de comunicação ao papel de verdadeiros ídolos, capazes de realizar façanhas que influenciam todo o processo produtivo e o consumo de diversas mercadorias direta ou indiretamente relacionada com o Futebol de Espectáculo.

Como ressalta Brohm (1982), a política dos clubes é aprimorar com o treinamento robotizado e com base na ciência o máximo de talentos, conservar os de melhor Força Esportiva e utilizá-los para ampliar o nome do clube, ou seja, estabelecer trocas seja diretamente com a venda do atleta ou com o espetáculo futebolístico.

O papel central dos clubes é produzir os melhores atletas a cada geração, aqueles com a melhor Força Esportiva. Leciona Ouriques que “De sua imensa base, devem ser filtrados os melhores atletas, os seus mais nobres representantes para a encenação das grandes competições nacionais e internacionais” (1999, p.97). Afinal, são eles que permitem a existência do Futebol de Espectáculo e de toda a cadeia organizacional do futebol. Eles asseguram a publicidade dos espetáculos, o desejo de consumo dos gestos e dos recordes.

A Força Esportiva é a força de trabalho do atleta, *quantum* de energia humana capaz de produzir a partir do conhecimento corporal humano, ou melhor, da tecnificação do corpo os mais belos gestos técnicos daquilo que denominamos de futebol. Todavia, no ciclo do capital é o *quantum* de energia (abstrata) dispendida quantificada por meio da marca ou *record* no processo de produção da mercadoria especial Futebol de Espectáculo, com o máximo de rendimento do corpo, semelhante ao trabalho em uma fábrica.

A Força Esportiva abstrata é aquela que não produz algo útil para si, mas apenas é quantificada na produção de um valor de troca. Ela caracteriza-se pelo simples dispêndio de energia humana sem acréscimo ao próprio gênero humano. O trabalho do atleta após diversas sessões de treinos e sob “las reglas, las exigências de disciplina y la moral particular del trabajo colectivo” (BRHOM, 1982, p. 66) é materializado nos gramados com o máximo

esforço físico, técnico e tático, dentro de um sistema organizativo que limita as possibilidades criativas do indivíduo.

Por outro lado, a Força Esportiva concreta produtora de valor de uso, refere-se à utilidade do gesto técnico para a produção com o corpo de algo autoral, criativo, que extrapola os limites do regramento material e simbólico da atividade do futebolista. Ele contribui para satisfazer o ser em sua atividade esportiva, ampliando as possibilidades de utilização do seu corpo em movimento, sendo produtor do espetáculo em si e para si.

De forma homóloga aos outros segmentos do mercado, ao clube interessa mais a Força Esportiva abstrata (trabalho abstrato) e menos a concreta (portadora de valor de uso). Registra-se que a Força Esportiva enquanto uma mercadoria carrega tanto valor de uso quanto valor de troca, porém, no mercado, apesar de a utilidade dessa mercadoria ser relevante, busca-se o seu valor de troca, quanto melhor a marca, mais atraente será o espetáculo produzido e maior será o valor de troca tanto da Força Esportiva quanto do espetáculo futebolístico.

A marca ou o *record* é o resultado da Força Esportiva, é o fetiche do espetáculo futebolístico, sendo o potencial produtivo do atleta. Nela se materializa a quantidade de trabalho dispendido pelo clube, pelo atleta e por outros atletas para a sua produção. Quanto maior for a marca mais atraente ao mercado é a Força Esportiva do atleta. Assim, o clube procura durante anos incorporar no atleta todos os signos do futebol, lapidando e melhorando os aspectos técnicos, táticos, físicos e sua imagem para que tenha uma Força Esportiva com uma marca mais valiosa no mercado. O potencial de produção em uma competição e de mobilização de emoções determina o valor do esportista nas relações de troca.

Um exemplo do que estamos dizendo é que nos últimos dez anos dois jogadores de futebol dividiram o posto de Força Esportiva com as melhores marcas, Cristiano Ronaldo e Messi. Eles receberam desde 2008 cinco vezes cada um o prêmio de melhor jogador do mundo da FIFA. Isso significa que foram os atletas com os melhores rendimentos, com as melhores marcas, ainda que o atleta dono da maior transação atual seja Neymar. Como sinaliza Brohm (1982, p.45) o sistema esportivo inserido na lógica do mercado busca os recordistas, os campeões, pois eles são capazes de “arrastran al conjunto del sistema, algo así como si fesen una locomotora”.

Então o parâmetro para as trocas de Força Esportiva pelo equivalente universal leva em consideração o tempo de trabalho para que o atleta tivesse aquela marca ou *record* e o que ela representa diante dos outros. Sobre isso cabe um registro de que com a presença de grupos econômicos que faturam com a especulação e agentes que buscam o futebol para lavar

dinheiro, em alguns momentos o preço da Força Esportiva pode entrar em descompasso com o preço médio praticado pelo mercado. Além disso, vale mencionar que estamos em um segmento mercantil que a especulação opera com muita força, portanto, é difícil mensurar efetivamente o preço de uma Força Esportiva.

Reitera-se que as principais Forças Esportivas são mercadorias altamente requisitadas no mercado, seja pelo espetáculo promovido, seja pelo resultado esportivo, ou pelo poder imagético que é capaz de tornar qualquer produto em um campeão de vendas no mercado internacional. Afinal, o atleta não é homem, mas coisa, ele é “a coisa, coisamente” que carrega na cabeça uma faixa de uma empresa de material esportivo, na calça um símbolo, no blusão o lembrete de uma bebida etc., que fazem dele “homem-anúncio itinerante, escravo da matéria anunciada”²⁰.

De acordo com Brohm (1982), os grandes atletas representam aquilo que existe de mais inovador na execução de determinados gestos esportivos. Eles inovam, difundem e influenciam formas de consumir e produzir o futebol. Sendo assim, ganham prestígio social e vendem produtos de todos os setores do mercado. Lionel Messi e Cristiano Ronaldo, os dois principais jogadores de futebol do mundo nas últimas temporadas, por exemplo, são estrelas de grandes empresas que comercializam aparelhos de televisão, refrigerante, produtos para emagrecimento, empresas de aviação etc.. A principal estrela do Brasil, Neymar, usa sua imagem para vender produtos de empresas ligadas a higiene pessoal, aparelhos de televisão, bebidas tônicas etc..²¹.

Eles conseguem vender tudo porque são vistos na sociedade como “los portavoces más adecuados de la sociedad o de algunos de sus grupos. Um grupo social se reconoce em el campeón como em su propia imagen ideal” (BROHM, 1982, p. 287).

Ainda sobre isso, Silva (1991, p. 83) destaca que como padrões de movimento apresentados por eles [jogadores] estão bem acima da média, cria-se uma imagem de mitos que expressam entre outras coisas “saúde, realização pessoal e potência sexual”. A partir dessa imagem o *marketing* cola outros produtos que, na maioria das vezes, não possuem nenhuma relação com o espetáculo futebolístico.

Outro aspecto importante de destacar acerca da Força Esportiva é o seu papel na formação de hábitos, comportamentos e o papel ideológico exercido por eles junto a

²⁰ Excertos da poesia “Eu, Etiqueta” de Carlos Drummond de Andrade.

²¹ Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/09/11-jogadores-com-maiores-salarios-do-mundo/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

sociedade civil. Como ídolos produzidos pela mídia influenciam diretamente “[...] las masas que les gusta reconocerse em sus campeones, que, dadas sus proezas com las que pueden identificarse, les procuran toda classe de gratificaciones narcisistas” (BROHM, 1982, p. 295).

Portanto, a Força Esportiva é importante fonte de obtenção de mais valor pelos clubes e daqueles que possuem parcelas dos direitos federativos dos atletas e também de formação ideológica. Aqueles que possuem um atleta com uma Força Esportiva com um potencial maior de marca conseguem no mercado um preço elevado no momento das trocas e uma maior capacidade de influenciar consciências.

Além disso, a imagem do atleta de destaque no mercado futebolístico também é uma mercadoria valiosa, seja para si, para obtenção de recursos ao colar sua imagem aos diferentes agentes do mercado ou para o proprietário de sua Força Esportiva que usa como chamariz para a venda do espetáculo e de outros produtos auxiliares – camisas, tênis, equipamentos esportivos entre outros.

Diante do exposto, por meio da Força Esportiva o clube busca retirar mais do que investiu na sua formação, seja por meio das trocas com outros clubes que concentram mais recursos ou com a produção do espetáculo e sua comercialização junto ao próprio público no estádio, para as emissoras de televisão e com outros agentes do mercado. Esses três agentes (público nos estádios, emissoras de televisão e outros grupos econômicos e financeiros) são as principais fontes de recursos dos clubes, somado à própria venda de Força Esportiva.

Os clubes, ao serem ou funcionarem como uma empresa com a posse do equivalente universal, aplicam o dinheiro na manutenção, melhoria e ampliação dos meios de produção, pagam os salários dos trabalhadores (esportistas e os demais), pagam os impostos e tributos junto ao Estado, os juros, nos casos de empréstimos, reinvestem no próprio clube na contratação de novas Forças Esportivas e obviamente geram lucro para os investidores.

O Estado, os bancos e outras instituições financeiras também investem recursos diretamente nos clubes, seja com patrocínio, garantia das condições de realização dos espetáculos, compra de jogadores, empréstimos entre outras formas.

Mas tudo isso ocorre porque existe a Força Esportiva que é a responsável direta pela produção do espetáculo futebolístico. Esta é uma mercadoria especial produzida e consumida imediatamente por quem compra as entradas das partidas ou é materializada em imagens, reproduzidas pelos veículos de comunicação, sendo também objeto de *games*, filmes, documentários etc..

A Força Esportiva (abstrata) é a responsável direta pela produção do espetáculo futebolístico. Assim, o espectador ao estar presente no estádio acompanha efetivamente o

trabalho humano abstrato, subordinado ao sistema de regras, signos e normas do campo esportivo e do mundo do trabalho. De outro modo, o espectador em casa consome a “audiência”, mercadoria produzida a partir da Força Esportiva.

Reitera-se que o Futebol de Espetáculo é a mercadoria especial produzida e consumida, imediatamente ou paulatinamente por meio dos jornais, revistas e programas de televisão, porém, é algo rápido, descartável, logo substituída por outra mercadoria de qualidade igual ou não.

Ressalta-se que em alguns momentos o espetáculo futebolístico é produzido apenas para o consumo intermediado pela tecnologia, pois, em determinadas competições os clubes são punidos a jogarem em estádios com os portões fechados. A produção e o consumo ocorrem no mesmo momento, ou não, porém, apenas intermediada pela tecnologia, especialmente pela televisão.

O valor de um espetáculo futebolístico é mensurado pela qualidade estética e o *record* produzido – quanto mais horas de dedicação do atleta e quanto mais qualificada sua Força Esportiva melhor será a sua produção e maior é o valor do espetáculo e, obviamente maior, é o preço do sportista que a produz.

Além disso, a produção do espetáculo futebolístico não deixa de seguir os padrões de exigência e de comportamento impostos pelos veículos de comunicação, que disseminam as imagens. Assim, gestos e comportamentos também são moldados a partir do foco da lente das dezenas de câmeras que ficam aos arredores dos gramados. Aliás, o Futebol de Espetáculo é resultante também da presença dos meios de comunicação, pois, acaba influenciando o processo produtivo da Força Esportiva.

Ressalta-se que o espetáculo futebolístico carrega um valor de uso “subjetivo”, que atende diretamente as necessidades humanas da fantasia, no entanto, no interior da forma mercadoria é reduzido a apenas a imagem, ao entretenimento, a festa, ao efêmero, ao imediato e ao triunfo dos indivíduos e dos clubes, bem como fortalece os valores hegemônicos do atual modo de produção capitalista, como o mérito e o esforço individual, o resultado final em detrimento do processo, o resultado esportivo ao invés do seu valor estético, que enriquece o gênero humano e contribui para sua emancipação por meio do desfetichização da realidade.

Há sob a forma da mercadoria um processo de manipulação dos desejos, com a formação de um calendário internacional a ser consumido, porém, que mais deforma do que contribui para a formação do ser humano no que se refere a interpretação da realidade a partir da produção humana via espetáculo esportivo.

Assim, o Futebol de Espetáculo possui uma catarse estética “limitada”, pois impede de fato aqueles que buscam na produção do outrem aquilo que não conseguem fazer de compreender a condição humana, historicamente datada, o universal na manifestação do particular da Força Esportiva. Ao invés de ocorrer um processo de elevação do gênero humano pode ampliar o afastamento do ser do gênero humano.

Aliás, cabe mencionar que o próprio futebol institucionalizado limita a capacidade criativa, a capacidade de catarse estética do criador e do expectador – o conjunto de regras, o objetivo da vitória acompanhada do *record* em uma competição induz o atleta a produzir algo com o foco naquele resultado, assim, busca-se a eficiência. Como assinala Brohm (1982) o princípio do esporte, no caso o futebol, é o rendimento e como tal dificulta a capacidade criativa humana, pois, todas as ações estão direcionadas para a constituição dos resultados esportivos. Os jogadores são projetados para atingir/obter os maiores índices na posição ou na função que é previamente determinada a ser exercida durante uma partida. Assim, a busca constante pela marca, seja individual ou coletivo, imposta pelo sistema esportivo deixa em segundo plano a produção estética do espetáculo.

Ressalta-se que o Futebol de Espetáculo enquanto uma mercadoria especial dentro da “indústria cultural” ocupa um papel central na acumulação de capital para os agentes do mercado, inseridos nos clubes, ligas e federações. Para uma pequena elite mundial envolvida com a modalidade o espetáculo futebolístico é um luxo e uma forma de ostentação. Já para as camadas mais pobres é a mercadoria consumida diariamente no amplo mercado de massa de emoções e produtos associados (camisas, tênis, chuteira entre outros).

Como sinalizamos, o Futebol de Espetáculo além de ser uma mercadoria propriamente dita, consumida no ato (imaterial) ou ao longo da semana nos programas de televisão, nas entrevistas, nas revistas, jornais, *sites*, DVDs, games etc., é um veículo para a produção e disseminação de outras mercadorias, como por exemplo, a “audiência” televisa.

O poder imagético das pedaladas de um atleta em campo durante uma disputa entre dois times rende imagens excepcionais que, por meio da força de trabalho de outros profissionais, são capturadas e levadas para o mundo todo, rendendo a “audiência” e novas trocas.

Assim, ao lado do espetáculo estão, por exemplo, fabricantes de televisores, de cervejarias, de agências de viagens e turismo, de bancos, entre outros. Eles buscam nos espetáculos futebolísticos produzidos pela Força Esportiva manipular emoções e ganhar corações e mentes dos consumidores finais daquela mercadoria especial. Ela é um involucro de outras mercadorias.

Outra característica associada ao produto da Força Esportiva é ser acompanhado de outras mercadorias no momento do seu consumo. Um exemplo claro disso vem das novas arenas em que o torcedor antes, durante e após o jogo vivência diversas atividades de troca, seja consumindo nas lojas, museu e cinemas dos estádios, acompanhando os *shows* durante os intervalos dos jogos ou em outros dias que não tenham partidas.

Mas se o torcedor/consumidor não tiver tempo para acompanhar o espetáculo futebolístico em tempo real também pode posteriormente ter acesso a mercadoria (material) por meio dos reprises das emissoras de televisão, dos vídeos na *internet*, dos comentários nos programas esportivos e jornalísticos, nas revistas, jornais e *sites*, especializados ou não. Além disso, caso tenha interesse de lembrar algo marcante ou uma reinterpretação do que ocorreu nos gramados ou que esteja associado àquela mercadoria especial também pode ir ao cinema, alugar um DVD ou ainda assistir via pacotes das emissoras de televisão.

As novas tecnologias utilizadas durante as transmissões, mas também para a produção material a partir dos espetáculos produzidos pela Força Esportiva garantem a universalização do espetáculo futebolístico realizado em qualquer lugar do mundo a partir de um confronto entre duas equipes (clubes ou seleções). Isso possibilita que os mercados centrais que concentram a Força Esportiva qualificada dominem as trocas comerciais também na periferia, atraindo um maior volume de recursos das emissoras de televisão e de outros grupos econômicos em troca de poder utilizar com exclusividade as imagens dos espetáculos produzidos pelos atletas.

Sobre o aparato tecnológico e a difusão do espetáculo é importante ressaltar o poder de criar e recriar imagens, dando destaque a determinados aspectos do todo da produção da Força Esportiva, retirando a originalidade, a ênfase na criação, o poder de incredibilidade com a ação humana e reduzindo ao mero ato imagético. Isso desvirtua o olhar humano centralizando apenas na aparência do que a imagem fornece e não em todo o trabalho humano acumulado naquela expressão da Força Esportiva.

Em resumo, observa-se que somente há o consumo do espetáculo porque há um valor de uso. Sejam mais claros: o espetáculo possui o poder de satisfazer as necessidades humanas ligadas à fantasia, pois, é uma forma de transmitir aquilo que a humanidade possui de mais desenvolvido e nos provoca releituras da realidade. As ações e reações realizadas no interior daquilo que denomina-se de futebol são algo que atende as necessidades humanas de relacionamento, de superação de limites, de reproduzir e criar a partir daquilo que outros já fizeram e de externalizar sentimentos, desejos, formas de ver e olhar o mundo.

Porém, no contexto do entretenimento é apenas uma forma molecular e fugaz de ocupação do tempo livre. Assim, o seu valor estético é apropriado para a troca; busca-se nele um “capital” a partir da manipulação dos afetos e a valorização de outras mercadorias. O trabalho humano ali é apenas para suprir uma necessidade de outrem que não pode produzir e, portanto, entra no circuito da circulação de capital. Na lógica da mercadoria o espetáculo futebolístico é algo que rapidamente vira fumaça e o seu trabalhador é uma mera mercadoria, que está em campo 40, 50 ou até 60 vezes por ano para vender sua Força Esportiva.

Em paralelo, o espetáculo alimenta necessidades, cria desejos e comercializa uma série de outras mercadorias, inclusive pelo seu “valor de uso prometido”, ao usar a mesma chuteira de um atleta, o mesmo carro você ocupa um novo lugar na sociedade. Ele te leva ao universo daquele que produz o espetáculo, assim, você consome também pelo que é prometido. Além disso, possibilita no mesmo momento ou em ato contínuo o acesso a outras mercadorias sejam materiais ou não, sendo um campo de trocas, consumo e de promessa de valorização de marcas e produtos.

Nesse sentido, é importante reiterar que o Futebol de Espetáculo é uma mercadoria especial que caracteriza também como um insumo para diversos processos produtivos e de circulação de mercadorias, em diferentes países do mundo. Aliás, é uma mercadoria mundializada que é difundida dentro dos limites impostos pela “multinacional” global FIFA, com um calendário internacional, com eventos de preparação, ligas nacionais, continentais e global, em que atende e cria necessidades, molda a forma de torcer, de comportar e consumir dos torcedores.

A Força Esportiva abstrata do esportista faz aquilo que interessa ao mercado, realizando o que vende e o que é possível de ser trocado. Isso significa que pouco resta ali da sua identidade, pois, estar sujeito às normas do padrão exigido para o espetáculo. A liberdade, a criatividade, a produção estética é secundária frente à eficiência e ao resultado, à técnica, ao foco da imagem, aos detalhes fragmenta e retira o sentido do todo, da produção humana. De acordo com Silva (1991, p. 85) “O esporte [futebol] passa a se apresentar como tendo características suas, com objetivos em si mesmo e como se tivesse vida própria. O esporte [futebol] espetáculo produzido para a troca adquire autonomia”.

Os atletas portadores de Força Esportiva com uma marca valorizada no mercado transformam-se em ídolos, tendo seus comportamentos copiados em todo o mundo, tendo um valor de uso que mobiliza multidões. Se por um lado descola-se o que produz do seu corpo, ganhando autonomia a partir da difusão das imagens, por outro, representa um insumo requisitado no mercado. Aliás, este atleta será coisa e como tal será útil enquanto conseguir

produzir mercadoria, atrair pessoas interessadas em sua imagem. “Los individuos no son en el deporte personalidades concretas, sino portadores reales o ponteciales de marcas [...]. El sistema desportivo no considera la personalidad concreta de los individuos, sino su fuerza de producci3n de marcas” (BROHM, 1982, p. 57). Quando n3o for mais capaz de produzir espet3culo e nem lembrado pelos torcedores/consumidores ser3 rapidamente substituído por um novo ídolo com uma Força Esportiva semelhante ou superior.

No que se refere ao espet3culo futebolístico é importante mencionar que ele é uma importante fonte de obtenç3o de receitas para os clubes sejam por meio do processo de produç3o e consumo imediato pelo público nos estádios. Dessa forma, os atos da produç3o e do consumo s3o interligados e ocorrem ao mesmo tempo. Ali3s, o pr3prio público é co-partícipe do processo de produç3o do espet3culo, ainda que seja o atleta que tenha sua força de trabalho explorada, sendo que o processo de produç3o al3m de gerar o consumo e o contr3rio tamb3m ser verdadeiro, ocorre que o ato de produç3o tamb3m gera as formas de consumo. As manifestaç3es nos estádios s3o o resultado do processo de produç3o.

Mas as trocas tamb3m ocorrem com as emissoras de televis3o que buscam no espet3culo futebolístico a mercadoria “audi3ncia” e conseqüentemente a obtenç3o de recursos financeiros. Elas repassam as imagens dos espet3culos futebolísticos e com audi3ncia obt3m do público, pessoas físicas ou jurídicas, receitas para o pagamento do sal3rio dos funcion3rios, dos tributos, dos direitos de transmiss3o, dos juros de empr3stimos (se houver), para investir nos meios de produç3o e ainda obt3m lucro.

Al3m de produzir a “audi3ncia” os espet3culos futebolísticos para as emissoras de televis3o servem para valorizar outros produtos da sua grande de programaç3o, procurando manter o público fiel aos produtos culturais que ela oferece dia ap3s dia.

Outra forma de os clubes conseguirem receitas com o espet3culo futebolístico é com a cess3o do direito de agentes do mercado de utilizarem a imagem e os espaços nos uniformes, centros de treinamento, estádios, para promoverem seus produtos. Nesse sentido, como dissemos, o espet3culo futebolístico é um veículo de valorizaç3o de outras mercadorias.

Dito isso, observa-se que estamos tratando de duas mercadorias interligadas – Força Esportiva e Futebol de Espet3culo ou espet3culo futebolístico. O primeiro desempenha um trabalho qualificado em relaç3o aos demais envolvidos no processo de produç3o do espet3culo, sendo fruto de um longo processo de aprendizagem e lapidaç3o dos aspectos físicos, t3cnicos, t3ticos e de sua capacidade de mobilizaç3o de pessoas, um trabalho que envolveu investimento em capital constante (academia, escola, centro de treinamento, laborat3rios) e capital vari3vel (professores, preparadores físicos e t3cnicos, treinadores e

assessores jurídicos e de *marketing*). Já o segundo, o Futebol de Espetáculo, é o resultado de todo o trabalho realizado pela Força Esportiva, consequência do seu esforço durante a sua formação e nos treinos, mas também de toda a atuação dos profissionais dos clubes e dos demais atletas que ficaram pelo caminho que tiveram recursos investidos. Sem dúvida, quanto mais qualificada é a Força Esportiva, no sentido de ter os melhores atletas com as melhores marcas, melhor será o espetáculo e mais valor será obtido com a troca.

Além disso, é importante ressaltar que em paralelo ocorre a formação de um amplo mercado de produtos, como materiais esportivos e escolinhas de futebol e a interseção com outros mercados como de construção civil, com as reformas e construções de centros e arenas, de agências de viagens, de transporte público entre outros.

Nesse sentido, vale mencionar que dentro da lógica do mercado os clubes de futebol funcionam da mesma forma que as empresas de outros setores, obviamente com a peculiaridade que não visam apenas resultados financeiros, mas também esportivos. Desse modo, estão sujeitos às mesmas tendências e contratendências como, por exemplo, de concentração e centralização, algo presente no futebol atual com o domínio global dos grandes clubes das ligas inglesa, espanhola, alemã, italiana e francesa. Além disso, diante da concorrência nacional e internacional diversos clubes fecham as portas ou deixam o futebol por falência, inclusive clubes tradicionais do futebol mundial como Parma na Itália, La Coruña na Espanha, Portuguesa do Estado de São Paulo e América, do RJ.

Por fim, vale reiterar que a Força Esportiva, mercadoria elaborada a partir da força de trabalho e dos meios de produção, ocupa papel central na produção capitalista do futebol. A partir dela os clubes estabelecem troca com outros clubes (até 2015 agentes econômicos também atuavam neste mercado, porém, desde então tal ação ocorre apenas com os contratos antigos). Além disso, o espetáculo futebolístico produzido pelos atletas durante uma competição é comercializado especialmente com as pessoas que buscam consumir presencialmente nos estádios ou com as emissoras de televisão e outros agentes do mercado que buscam valorizar o seu produto, com o fim de atingir o público consumidor.

Observa-se que no ato de produção e consumo do espetáculo futebolístico ocorre também a comercialização de outros produtos que estão colados com o trabalho dos atletas e com a imagem dos clubes. A partir disso ocorre a distribuição das receitas, conforme sinalizado, sendo um fragmento dela reinvestido no próprio processo de produção e circulação da Força Esportiva e do Futebol de Espetáculo.

Cabe também apontar que a dinâmica e o ritmo do ciclo do “capital no futebol” seguem aquele existente em outros setores da economia, ou seja, este processo, apesar de ser

combinado em todo o globo, é desigual. Assim, as relações econômicas seguem a forma como o capitalismo está estruturado em cada território, seja como centro ou periferia mundial.

Por fim, sinalizamos que um dos desafios colocados considerando as condições objetivas e subjetivas que os seres humanos estão inseridos é expandir as formas de produção e apropriação dos espetáculos futebolísticos para além dos signos da mercadoria e dos valores reproduzidos pela modalidade ligados diretamente ao modo de produção capitalista. Como aponta Silva (1991, p. 89), a partir do momento que se concretiza a mercadorização do esporte [futebol] “as possibilidades de sua utilização com outros fins que não os do mercado vão se tornando, gradativamente, mais difíceis. É talvez uma das mais fortes demonstrações de sua feitichização”. Porém, ainda que tenha lastro na realidade está observação e tenha razão, Brohm (1982) quando argumenta que o esporte de rendimento [futebol] está fora do reino das necessidades, sendo um luxo, portanto, algo insignificante para o gênero humano, é inegável, também, que o futebol está presente no cotidiano das pessoas. No caso do Brasil é a principal manifestação esportiva e, nesse sentido, necessita de um esforço daqueles que estão envolvidos com a sua produção e circulação no sentido de criar mecanismos de apreensão desse fenômeno que possa contribuir para além da mera reprodução dos valores da sociedade que lhe deu origem, no sentido de tê-lo como um fenômeno que possa efetivamente atuar junto com outros no processo de emancipação política do ser.

Dito isto, reafirmamos que procuramos neste trabalho justamente desvelar a realidade para que então possamos pensar alternativas edificantes para a organização desta modalidade. Neste sentido, registramos que a discussão realizada neste tópico e as breves anotações da teoria valor trabalho de Marx que consta no início deste capítulo serão desenvolvidas nos próximos capítulos.

Após estas considerações na sequência abordamos as transformações do modo de produção capitalista apresentando algumas mediações com as mudanças ocorridas no campo da organização do futebol. A ideia é compreender os diferentes complexos que formam a totalidade da sociedade que está submerso o futebol a forma mercadoria.

CAPÍTULO 2

CAPITALISMO TARDIO E O FUTEBOL DE ESPETÁCULO

No capítulo anterior apresentamos ainda que de forma introdutória o circuito do valor no futebol. A Força Esportiva e o Futebol de Espetáculo, mercadorias especiais, são produzidas e consumidas em todo o mundo. Porém, isso somente é possível por causa das mudanças estruturais da sociedade nos últimos cinquenta anos. As transformações nos complexos do mundo do trabalho, da economia, da cultura e na forma de atuação do Estado a partir de meados da década de 1970 foram essenciais para a produção e difusão da Força Esportiva e do Futebol de Espetáculo.

Desse modo, argumentamos que somente é possível entender a produção capitalista do futebol ao compreender o contexto e as características da sociedade em que isso ocorre. Afinal, a medida que muda um complexo modifica tudo que está no seu interior e tudo que faz parte da vida humana, tendo em vista que estamos tratando de uma totalidade relacional.

Assim, este capítulo apresenta as características do capitalismo tardio, as mudanças processadas em cada um dos complexos citados anteriormente e o movimento realizado no interior da organização e estrutura do futebol.

2.1- As transformações do Modo de Produção Capitalista

As mudanças ocorridas no modo de produção capitalista ao longo do século XVIII e início do XIX o consolidaram como dominante nas diversas formações sociais e econômicas pelo mundo, fundando “uma economia industrial global e de uma história mundial única” (HOBSBAWN, 1995, p. 107).

Marx (2002, p. 11-12) ao olhar para a realidade do capitalismo mundial na segunda metade do século XIX percebia que ele se caracterizava:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. [...] No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. [...] Com a rápida melhoria dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, que

dizer, a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo segundo à sua imagem e semelhança.

Ao final do século XIX após diversas crises econômicas, sobretudo, resultantes da intensa concorrência entre os capitalistas, observa-se uma intensificação da concentração de capital e, por consequência, a formação de monopólios, seja empresarial ou bancário. O capitalismo entra em sua forma orgânica identificada como capitalismo monopolista e imperialista, tendo um mercado mundial a ser explorado.

Nas últimas duas décadas do século XIX observa-se um cenário de expansão da concentração de capital nos países centrais. No processo de concorrência capitalista aqueles que não conseguem acumular capital são incorporados pelos grandes capitalistas ou ficam subordinados, pois eles passam a concentrar grandes indústrias e também um volume maior de capital na forma de dinheiro.

Nesse contexto, amplia o papel exercido pelos bancos que passam a alocar recursos nas indústrias e começam um processo de fusão entre o capital industrial e o capital bancário, o que origina o capital “financeiro”. Os monopólios industriais e bancários passam a andar juntos, dividindo ações e investimentos. Esse movimento que iniciou ainda no período concorrencial do capitalismo se exacerba nos anos seguintes dando origem aos carteis e os trustes.

Lênin (1986) identificava no início do século XX que a concentração de capital em poucas mãos produziria a partilha do mundo entre poucos capitalistas e poucos países e, também, criaria um sistema internacional de exportação não apenas de mercadoria, mas de capital, seja por meio de empréstimos ou de capital produtivo, com a instalação de filiais ou associações com empresas locais.

Registra-se que a monopolização da economia é consequência da tendência de concentração e centralização de capital anunciada por Marx e trata-se de uma tentativa de ampliar acima da média os lucros e evitar os efeitos da tendência decrescente dos lucros.

No entanto, o receio do espectro comunista, a crise de 1929²² e as conquistas dos trabalhadores nos países em que o fascismo não se consolidou possibilitou a emergência, sobretudo, no pós-segunda guerra mundial de um modo de produção e regulamentação que garantia a expansão da acumulação capitalista com ganhos, pontuais, aos trabalhadores.

Nesse sentido, o período pós-segunda guerra mundial até meados da década de setenta caracteriza-se, especialmente, pelo crescimento econômico, pela expansão das relações

²² A crise de 1929 que se arrastou até o fim da segunda guerra mundial em diversos países sendo marcada pela superprodução, retração do consumo, aumento do desemprego, altas taxas de juros, queda das ações da bolsa de valores etc.

comerciais internacionais e pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, com a conquista de direitos sociais. Obviamente que a magnitude disso está relacionada às características de cada território e seu processo de desenvolvimento.

O modelo fordista foi o padrão da produção industrial nos países centrais no período. Aliás, também foi a expressão de como o ser humano deveria viver, pensar e sentir a própria vida. Ele se caracteriza pela produção localizada e racionalizada, uma linha rígida e cronometrada da produção e uma clara divisão das funções dos trabalhadores nas fábricas (HARVEY, 2010).

A disseminação do modelo fordista exigia a mudança no padrão de regulamentação da vida social. A intervenção estatal precisava ser coerente como modelo de produção em larga escala, fomentando um mercado de consumidores em massa e garantindo a lucratividade dos monopólios. Assim, o fordismo se alinhou aos arranjos políticos sustentados nas ideias do economista Jonh Maynard Keynes, o *Welfare State*²³, “aquele modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social” (PEREIRA, 2011a, p. 23).

Conforme Chesnais (1996), temos, a partir de 1945 até meados da década de 1970, um regime internacional relativamente estável, tendo como base o sistema de paridades fixas entre as moedas e a difusão do modelo fordista de produção e consumo de massas, com lucro para os monopólios e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Harvey (2010, p. 125) afirma que o crescimento econômico no pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos dos principais atores dos processos de desenvolvimento do capitalismo.

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso- resultou de anos de luta.

²³ Apesar de comumente ter como marco de sua gênese, a adoção de medidas intervencionistas Keynesianas pelo governo norte-americano de Roosevelt nos anos de 1933 a 1940, na Suécia também surgia no mesmo período medidas semelhantes, “igualmente considerada marco inicial do *Welfare State*, mas ideologicamente diferente [...] guiado por concepções social-democratas e não liberais, como faz parte da tradição norte-americana- e por isso considerado mais progressista do ponto de vista social” (PEREIRA, 2011, p. 23).

Apesar da tensão capital-trabalho, com forte pressão dos trabalhadores pela expansão dos direitos, esse período da história é visto como aquele em que houve um suposto pacto entre as classes sociais, pois, ambas conseguiram significativas conquistas. Registra-se que a alocação do fundo público para as demandas dos trabalhadores, possibilitando acesso a educação, saúde, lazer entre outras necessidades, por meio de um salário indireto, melhorou a vida dos mais pobres e, por outro lado, liberou o salário para o consumo de bens e serviços (SALVADOR, 2010).

É importante ressaltar que os trabalhadores mesmo com a posse dos direitos sociais não possuem as possibilidades para moldar a natureza conforme as suas necessidades. Pois, apesar da existência de todas as condições para a plena vida humana, a sociedade regida pelo capital, onde o homem explora o homem, o resultado de seu trabalho (abstrato, sem significado) e as próprias relações entre os seres humanos são transformadas em coisas, ou seja, ao *valor de uso* é acrescido o *valor de troca*.

Neste sentido, as políticas sociais são um vetor de mão dupla, mesmo nos países que tiveram um estado de bem estar, pois, ao garantirem melhores condições de vida ao trabalhador, possibilitam que ele continue a produzir, mais e mais mercadorias, para a troca, ampliando a acumulação capitalista e a sua subordinação ao capital.

Netto e Braz (2009) apresentam três traços próprios desse período do capitalismo, quais sejam: a) ampliação da política de crédito ao consumidor, o que aumentou a realização de diversas mercadorias; b) inflação permanente. Ela facilita a acumulação de capital, sugando recursos da sociedade e garantindo a elevação dos preços das mercadorias; c) hipertrofia do setor de serviços, em setores essenciais saúde e educação e, mesmo em atividades financeiras. Uma realidade que continua em expansão até os dias atuais.

No campo cultural observa-se a formação de uma extensa “indústria cultural”, com a comercialização de produtos artísticos pasteurizados para todo o mundo, influenciando o modo de pensar e agir de gerações subsequentes, especialmente a partir do modelo norte-americano de vida.

Registra-se que o padrão de desenvolvimento capitalista fordista-keynesiano diferenciou conforme o contexto cultural, econômico e sócio-histórico da luta de classes dos países. Sem dúvida, esteve mais presente nos EUA, Canadá e nos países do Norte da Europa. O restante do globo, especialmente os territórios que foram colônias como os latinos e os países da África não experimentaram os “benefícios” de um capitalismo com uma face “mais social”, pelo contrário, o quadro continuou marcado por grandes desigualdades e de miséria absoluta.

Aliás, como resultado da expansão dos monopólios pelo mundo, os recursos localizados nos países centrais passaram a chegar nos países periféricos para serem investidos, sobretudo, em infraestrutura por meio de empréstimos. Assim, muitas nações desenvolveram vias de transporte, sistemas elétricos e hídricos, com recursos oriundos de empréstimos de nações ricas, com juros elevados. Um cenário que repercute até os dias atuais com as nações periféricas subordinadas às regras internacionais por dívidas acumuladas ao longo dos anos.

Por outro lado, os grandes grupos econômicos procuraram expandir os seus negócios tanto para os países periféricos, mas principalmente para conquista de mercados de concorrentes, com a aquisição de empresas locais ou com a construção de filiais. Nota-se um processo de expansão da economia monopolista, com fluxo de capital entre os países centrais, com o objetivo de expandir a concentração de capital (NETTO; BRAZ, 2009).

Portanto, observa-se que o capitalismo forjou um modelo de produção e regulamentação que garantia na sua fase mais progressista o atendimento (parcial) das necessidades humanas, apesar da coexistência de pauperização relativa e bolsões de pobreza especialmente na periferia do capitalismo, do lado do capital não faltavam benesses. Nisso, podemos incluir “recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

Logo, em nenhum momento o Estado deixou de exercer seu papel de classe, além disso, a exploração do trabalhador continuava existente por meio da *mais-valia relativa* ou mesmo com a *mais-valia absoluta*.

O fato concreto é que conjugado com a acumulação de capital, parcelas da população tiveram acesso a diversos direitos sociais, que neste período histórico ainda não tinham a forma mercadoria como predominante. Cabe reconhecer que a produção para a troca apesar de ser hegemônica na ordem do capital, até meados da década de 1970 não possuía dimensão existente no período contemporâneo. Como veremos a seguir, a reestruturação do capitalismo nos últimos trinta anos provocou uma exacerbada correria para a produção e para o consumo de supérfluos.

2.2. Capitalismo tardio

O regime fordista-keynesiano garantiu por pelo menos vinte e cinco anos a estabilidade e a expansão da acumulação capitalista. De acordo com Chesnais (1996), isso foi possível por causa de três fatores. Primeiro, pela política de pleno emprego que produziu uma

massa salarial que impulsionava a produção e o consumo de bens em grande volume; segundo, devido à subordinação das finanças às necessidades da indústria e à manutenção das taxas de câmbio fixo; e, terceiro, pela presença de instituições fortes nos Estados para disciplinar os movimentos do capital privado, tanto para suprir as deficiências setoriais de investimentos como fortalecer a demanda.

Porém, isso se desfaz na entrada da década de 1970 após duas crises do petróleo, com o rompimento do acordo de Bretton Woods²⁴, diante da queda da taxa de lucro²⁵, da diminuição do crescimento econômico dos países centrais, com a intensificação das fusões e internacionalização das empresas, com a hipertrofia do capital financeiro, com a intensificação das lutas sociais e a suposta crise fiscal dos estados que elevam os cortes sociais (NETTO; BRAS, 2009; BERING, 2008). De acordo com Harvey (2010), o período de 1965 a 1973 deixou evidente que o regime de acumulação e regulação fordista-keneynsiano não tinha mais condições de conter as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, era preciso um novo padrão de acumulação e regulamentação, mais flexível e difuso em novos nichos e locais do globo.

É importante ressaltar que as críticas de liberais ou neoliberais ao “*Welfare State*”, ao seu possível papel “intervencionista”, ao seu tamanho e aos valores gastos com políticas sociais existiam desde o seu surgimento. Para intelectuais como Hayek²⁶, o modo de regulação e produção existente levava os indivíduos à servidão e à paralisia do desenvolvimento da sociedade. Assim, anotam que o capital precisa de liberdade para se organizar, para circular e para produzir prosperidade para humanidade.

Afinal, a reestruturação do modo de produção capitalista ocorrida a partir de meados dos anos 1970 trata-se de um realinhamento da estrutura econômica com a superestrutura sócio-política. O objetivo permanece o mesmo: produzir para obter lucro. Assim, é preciso manter intocada a relação de exploração existente com mudanças nos diferentes complexos da vida para reverter o cenário de queda da taxa dos lucros.

O novo regime de acumulação e regulamentação social e político capitalista que emerge nesse período está sustentado em base produtiva flexível, com uma economia

²⁴O acordo de Bretton Woods definiu regras, o surgimento de instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional. Cada país devia adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, que por sua vez, estaria ligado ao ouro. Ao Fundo Monetário Internacional (FMI) coube emprestar recursos para os países suportarem as crises. Em 1971, os EUA cancelaram a conversibilidade direta do dólar em ouro.

²⁵ Carcanholo e Nakatani (2015) demonstram que as taxas de lucro caíram nos EUA, Alemanha, Inglaterra e França a partir de 1965 até os primeiros anos da década de 1980.

²⁶ F. Hayek foi um dos principais pensadores liberais do século XX, dentre seus escritos destaca-se a obra “Caminhos da servidão”, na qual defende o livre mercado.

monopolista mundializada, pautada pela especulação e o parasitismo, um estado ampliado no sentido de garantir as condições de produção e reprodução capitalista e uma nova ordem cultural baseada no consumo do supérfluo, pela produção destrutiva, pela espetacularização e mercantilização dos fenômenos culturais e o consumo do luxo (HARVEY, 2010; MANDEL, 1982; MÉSZÁROS, 2011; DEBORD, 1983).

Diferentes aspectos da vida humana que até então não estavam totalmente submissas às regras do mercado, apenas submetidas formalmente, passam a ter sua organização baseada nos princípios da produção capitalista, sendo importantes fontes de acumulação de capital. Um exemplo disso que tratamos no capítulo anterior é o futebol e o seu processo de espetacularização, com intensas trocas em torno da Força Esportiva.

Diante do exposto, na sequência apresentamos um panorama da totalidade relacional dos complexos em que o Futebol de Espectáculo está imerso. Assim, vamos conhecer um pouco as características atuais do mundo do trabalho, da esfera econômica, da organização estatal e o plano cultural. Sem dúvida, ao percorrer esse caminho ficarão algumas lacunas seja por carência do expositor ou por seleção de aspectos que consideramos determinantes para entender a mercantilização do futebol. Portanto, adiantamos que a subsunção real do futebol a forma mercadoria passa pelo: a) crescimento do setor de serviços e entretenimento combinado com processos de precarização e aumento da taxa de exploração trabalhador; b) hipertrofia do capital especulativo parasitário; c) Estado com uma feição empreendedora, que amplia o seu papel em garantir as condições de produção e reprodução do capital em detrimento ao desenvolvimento de políticas que garantam direitos; d) produção destrutiva e a taxa decrescente do uso dos produtos, combinadas com a espetacularização dos fenômenos culturais; e) relativização do luxo e das necessidades combinado com o exibicionismo e a ostentação em paralelo ao entesouramento.

2.2.1- Mundo do trabalho: a condição do trabalhador e o crescimento do setor de serviços

Em meados da década de 1970 já estava claro que o regime fordista não atendia mais às demandas de manutenção das taxas de lucro. A produção concentrada em um único local, de larga escala e com uma grande quantidade de trabalhadores não era mais suficiente para garantir uma plena acumulação de capital. Assim, em substituição ao fordismo emerge o toyotismo, que sem abrir mão da exploração da força de trabalho implementa um modelo flexível, descentralizado para as regiões do globo que possuem força de trabalho excedente e barata, com uma produção horizontalizada, com elevado teor tecnológico. As diversas partes

de um produto são feitas em diferentes locais, muitas por empresas subcontratadas com um gasto com força de trabalho bem inferior em relação ao montante que era investido anteriormente. Isso sem falar que a descentralização da produção para zonas com força de trabalho mais barata pressionava a estagnação ou mesmo a diminuição do valor pago aos trabalhadores.

Harvey (2010) considera que a reestruturação do modo de produção capitalista de meados da década de 1970 exacerba a busca pela máxima produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos da barbarização da vida social.

Observa-se que o regime flexível de produção caracteriza-se, portanto, pela desterritorialização, com uma produção direcionada pela necessidade criada, com lucro obtido do forte investimento em tecnologia, com mão de obra polivalente e qualificada em combinação com os não-qualificados, espoliados ao máximo e, por meio de incentivos fiscais do Estado (NETTO; BRAZ, 2009).

Neste contexto a classe trabalhadora, fragmentada e pressionada pelas taxas de desemprego, pela informalidade e o trabalho temporário perde o poder de organização e pressão social. Por outro lado, surge o sindicalismo de empresa e de resultados²⁷.

De acordo com Mézáros (2011, p. 824), atualmente:

[...] não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas [...] também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos supostamente democráticos.

Diante da busca das empresas por regiões do mundo que possuem legislação trabalhista flexível, com impostos reduzidos e que oferecem incentivos fiscais, as populações excedentes também são espalhadas pelo globo. Elas saem de um lugar ao outro na procura de oportunidades de emprego, apesar das barreiras à imigração por vezes colocadas pelos Estados-nação. Assim, os trabalhadores locais disputam espaço com os trabalhadores migrantes, que saem de seus países em busca de melhores oportunidades de emprego e de vida.

²⁷ Como exemplo, citamos a criação da Força Sindical no Brasil em 1991, dividindo o movimento dos trabalhadores com um discurso avesso as ideologias e alinhado com o “possibilismo”.

HARVEY (2010, p. 141/142) nos oferece uma síntese do novo regime de acumulação instaurado que ele denomina de acumulação flexível:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Nesse cenário apenas um pequeno número de trabalhadores possui estabilidade e um quantitativo ainda menor recebe valores suficientes para garantir a reprodução da força de trabalho. Ainda assim, eles são o espelho para milhões que estão hierarquicamente em cargos inferiores ou para aqueles estão desempregados (BEHRING, 2008).

O incremento tecnológico ampliou a produtividade dos trabalhadores, porém, não necessariamente com ganhos reais no salário. Aliás, a incorporação de tecnologias determinou o avanço das forças produtivas que reduz enormemente, no capitalismo, a demanda por trabalho vivo (NETTO; BRAZ, 2009). Por outro lado, diante da presença do desemprego “estrutural” e da desterritorialização das fábricas formas de superexploração são vistas pelo mundo, como exploração de trabalho infantil, jornadas excessivas, semelhante à escravidão²⁸. Assim, vemos uma combinação de exploração por meio da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

Nesse bojo, inclui-se o recebimento de salário por produtividade. O trabalhador não recebe pelo que consegue produzir, a partir daquilo que foi estabelecido como meta. Quanto mais você produz em um menor tempo, mais será o valor que irá receber, porém, nunca o montante real pelo que produzir. Afinal, sem excedente não há lucro do capitalista. Essa forma amplia o desgaste do trabalhador que trabalha mais que a jornada legal e sem qualquer segurança de que terá um salário semelhante ou superior ao estabelecido em lei. Esse tipo de trabalho é muito presente no comércio, em que o vendedor ganha pela quantidade que vende durante o mês.

Algo semelhante ocorre com os trabalhadores vinculados ao aplicativo Uber. Sem qualquer direito constitucional os motoristas trabalham por tempo indeterminado e recebem

²⁸A ONG Repórter Brasil acompanha e divulga constantemente denúncias de empresas que utilizam trabalho infantil e possui trabalhadores em regime análogo a escravidão. A consulta pode ser feita pelo seguinte endereço eletrônico: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>. Acesso em: 26 maio 2018.

conforme o número de corridas que fazem, abatido o percentual dos proprietários do aplicativo. Para um trabalhador ganhar mais é preciso fazer mais corridas, é preciso muito esforço, dedicação e perseverança, como dizem as vozes do mercado. O fato é que esse tipo de trabalho está se espalhando para diversos setores da economia. A reportagem do jornal *The Guardian* apontou que o chamado *self-employment*, ou “auto-emprego”, cresceu 45% desde 2002, no Reino Unido, no entanto, esses trabalhadores ganham em média, menos do que recebiam em 1995²⁹.

Ao falar do Uber estamos entrando no campo dos serviços que tiveram uma expansão pelo globo com o regime de acumulação flexível. Uma parcela significativa da população é empurrada para o setor de serviços, com vínculos precários. De acordo com Harvey (2010), a partir de 1972 observa-se um crescimento dos empregos em serviços especialmente aqueles em que o Estado tinha uma atuação forte, como saúde, educação, assistência e obviamente no campo das finanças com a expansão do capital “financeiro”.

Sobre isso, Chesnais (1996) demonstra que no período de 1981 a 1990 o Investimento Externo Direto (IED) no setor de serviços cresceu a uma taxa de 14,9%, sendo 50,1% do IED total, em 1990. Em 2015, portanto, 25 anos depois, esse percentual foi de 64%, movimentando cerca de 16 trilhões de dólares. Dentre os serviços, o financeiro continua como principal, com mais de um terço³⁰.

Os números demonstram a importância que o setor de serviços possui para a economia mundial, bem como a diminuição do peso da indústria. Ainda que serviços e indústria tenham uma ligação umbilical, afinal, aquele depende diretamente dos produtos deste para se desenvolver. Seja como for, a possibilidade de ter uma rotatividade mais rápida do capital leva os capitalistas a destinar recursos para o segmento dos serviços. Além disso, é importante mencionar que a predominância do setor de financeiro reflete o próprio padrão de acumulação dominante a partir dos anos 1970.

No caso brasileiro o setor de serviços representava em 1999 cerca de 57% e em 2010 esse percentual aumentou 10%, sendo que 64% da mão de obra brasileira empregada está nesse setor da economia³¹. O país com um processo inacabado de industrialização praticamente saiu do setor primário para o setor terciário. Isso foi impulsionado na década de

²⁹ Informação disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os>. Acesso em: 16 fev. 2018.

³⁰ Informação disponível em: <https://economiadeservicos.com/2017/06/20/investimentos-diretos-estrangeiros-no-setor-de-servicos/>. Acesso em: 16 fev. 2018.

³¹ Informação disponível em: <https://clubedomonkeys.wordpress.com/2011/09/21/a-importancia-do-setor-de-servicos-para-a-economia/> e <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analise99.shtm>. Acesso em: 16 fev. 2018.

1990 com as privatizações o que possibilitou a presença do mercado em setores que até então era de domínio do Estado.

Além disso, o crescimento do setor de serviços pode ser visto também como consequência da expansão das terceirizações promovida pela indústria monopolista e pelo setor público. A flexibilização da legislação trabalhista pelo mundo inclui a entrega de setores “meio”, como *marketing*, para empresas especializadas e com custo-benefício maior para quem contrata (ANTUNES, 2018).

Outra forma que cresceu diante na necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo dos produtos foi a dos serviços relacionados ao entretenimento, com destaque para a produção de eventos e megaeventos. Eles ganham destaque no mercado pela capacidade de mobilizar uma grande quantia de recursos públicos e privados, com um tempo de rotação rápido. Afinal, diferentemente de um bem, os espetáculos são consumidos rapidamente.

Nesse sentido, observamos a espetacularização de diversas manifestações culturais, como o futebol. Os espetáculos produzidos pela Força Esportiva dos clubes globais das ligas europeias são vistos e consumidos em todos os cantos do planeta. Para tanto, diversos segmentos do setor de serviços são envolvidos direta ou indiretamente. Além disso, o espetáculo é um fator gerador de produtos e serviços que não necessariamente possuem uma relação direta com o fenômeno esportivo.

Isso sem falar que a partir da produção e aquisição dos espetáculos esportivos formam-se *habitus sportivus*, influenciado pelos ídolos – que vendem produtos, serviços, comportamentos e criam (falsas) necessidades de consumo. As características dos atletas, como, por exemplo, “a força de seus músculos dorsais, a precisão de seu arremesso ou a rapidez de seus reflexos, tornam-se qualidades a serem perseguidas e admiradas, acrescentando um novo valor à mercadoria esporte” (SILVA, 1991, p. 71).

Ainda no campo dos serviços do esporte e atividades físicas destaca-se o segmento *fitness*, que fisicamente está estruturado em redes de franquias, academias e pequenas academias que contribuem para a mercantilização das práticas corporais e também para a precarização do trabalho dos professores de educação física e áreas afins³².

³² Para exemplificar, na Convenção Coletiva de Trabalho/Acordo Coletivo de Trabalho, assinada em 03 de julho de 2006 pelo Sindicato das Academias do Município do Rio de Janeiro (SINDACAD/RJ) e pelo Sindicato dos Empregados em Clubes, Estabelecimentos de Cultura Física, Desportos e Similares do Estado do Rio de Janeiro (SINDECLUBES/RJ) estipularam pisos salariais aviltantes - R\$ 380,00 para os instrutores de atividades físicas no regime mensalista; R\$ 2,80 para os instrutores de atividades físicas no regime horista -, o acordo admite o contrato de tempo parcial, permitindo ao empregador pagar remuneração inferior ao piso profissional em decorrência da quantidade de horas trabalhadas pelo empregado, além de facultar ao empregador a redução da jornada de trabalho dos empregados contratados pelo regime de tempo parcial, em razão de extinção de turma decorrente de baixa frequência da aula, assim considerada quando não atingir 25% de sua capacidade

Com certeza impressiona o aumento do setor de serviços no âmbito do *Fitness* no Brasil. O nosso país é o segundo no mundo em número de academias registradas, são cerca de 27 mil, superado apenas pelos EUA com mais de 30 mil estabelecimentos³³. Associação Brasileira das Academias (ACAD) aponta que no período de 2005 e 2006 a indústria do *Fitness* empregou cerca de 120.000 pessoas, com 2,8 milhões de consumidores/frequentes. No Brasil o faturamento anual ultrapassa a marca dos 2,4 bilhões.

Observa-se, portanto, que seja no campo ou na cidade, na indústria ou nos serviços verifica-se um crescimento da taxa de exploração da força de trabalho, combinada pela convivência de formas de extração da mais-valia absoluta e mais-valia relativa do trabalhador (HARVEY, 2010). Nas metrópoles o trabalhador além de uma jornada de trabalho extenuante ainda enfrenta horas no trânsito até chegar a sua residência. No Brasil, em média os trabalhadores gastam 1h20 por dia em transportes públicos, sucateados e caros. Essa é a realidade de 2/3 da força de trabalho no país³⁴.

Assim, o pouco tempo livre é destinado principalmente para o descanso e raros momentos de divertimento. Mas, até nisso o capital possui uma receita. O trabalhador ao questionar o que fazer quando não está vendendo sua força de trabalho, terá um cardápio de atividades oferecidas pelo capital, como: vai ao *shopping*, ao mercado e consome! Além disso, você também pode adquirir um pacote com uma programação de filmes pasteurizados e canais de futebol. Mas também podem ir aos espetáculos, festas e quem sabe comprar um pacote e passar um fim de semana em uma praia ou um resort. Obviamente que a maioria com uma renda mínima conseguirá no máximo ficar em casa ou em um bar e assistir as novelas e os jogos de futebol que passam na televisão aberta, com o objetivo de entreter e formar consciências alinhadas à estrutura.

Nesse sentido, observa-se que o tempo fora do trabalho também está subordinado à lógica do capital e as atividades de descanso e divertimento estruturam de acordo as exigências e conveniências do capitalismo (MASCARENHAS, 2005). O futebol e as diversas atividades que associadas, como jogos *on-line*, apostas, videogame, programas esportivos na TV e na *internet* etc. estão organizados para serem vendidos e consumidos imediatamente. A

(QUELHAS, 2012). Além disso, poderíamos citar o uso corriqueiro de estagiários de educação física fazendo o papel de um professor, com diárias que dá para satisfazer apenas as necessidades fisiológicas.

³³ Informação disponível em: www.confef.org.br. Acesso em: 02jan.2016.

³⁴ Informação disponível em: www.g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/02/brasileiros-gastam-em-media1h20-por-dia-em-transportes-publicos.html. Acesso em: 17 fev.2018.

situação do trabalhador desses setores não é diferente do trabalhador de outros segmentos que são explorados pelo capital. E os trabalhadores da bola? A Força Esportiva?

O sonho de milhões de crianças e adolescentes, especialmente das camadas de renda mais baixa, em ser um jogador de futebol e fugir da exploração das indústrias e das empresas de serviços é na aparência um oásis, mas a realidade é tão dura quanto qualquer outro setor da economia mundial. A visibilidade e os ganhos de uma minoria de atletas escondem uma situação de baixos salários, atletas nômades e desemprego.

A pesquisa realizada em 2016 pelo Sindicato Internacional dos Atletas de futebol Profissional (FIFpro) em 54 países, que entrevistou 14 mil jogadores profissionais, revela que 8% não possuem contrato formal e, daqueles que possuem, 25% começaram no atual clube sem um contrato e depois que conseguiram assinar um acordo com o clube. No que se refere aos salários, 45% declararam que ganhavam até mil dólares, sendo que 20,6% destes recebiam menos que 300 dólares³⁵.

De acordo com dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), também divulgados em 2016, demonstram que a situação é mesmo delicada, pois de cada 5 jogadores de futebol profissional no país 4 ganham até mil reais, ou seja, a maioria está na faixa de um salário mínimo, sendo que apenas 0,8% ganha mais que 50 mil reais.

O salário é baixo e ainda ocorrem atrasos, afinal, conforme dados da pesquisa da FIFpro 41% dos jogadores entrevistados relataram ter sofrido com algum tipo de atraso de salário - em casos extremos, por mais de 12 meses. No Brasil o percentual foi de 53%. Além disso, a entidade revela que os atletas relataram diversos casos de ameaças e preconceito por parte de dirigentes.

Os jogadores também estão expostos aos mesmos problemas de outros setores do mercado em relação à precariedade do vínculo trabalhista. Um exemplo disso é o contrato por produtividade. Essa prática que é muito presente no comércio varejista também faz parte do universo do futebol. Os clubes ofertam aos jogadores salários mais baixos, porém, à medida que eles apresentam bons resultados para a equipe terá acréscimos no seu rendimento. Assim, a equipe garante o máximo esforço do atleta, que por outro lado, terá que sempre produzir bastante para ter um salário que satisfaça suas necessidades. Os parâmetros para ter acréscimos normalmente são: atingir x número de jogos, gols, convocações para seleção

³⁵Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2016/11/pesquisa-com-14-mil-jogadores-mostra-realidade-de-salarios-e-contratos.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

nacional e títulos³⁶. Os atletas que não atingirem as metas ficam com rendimentos menores e sujeitos a terem os contratos de trabalho encerrados.

Ainda sobre isso é importante destacar outro mecanismo muito utilizado no futebol para pagar ao atleta pelo seu trabalho. A assinatura de um contrato é a garantia para o jogador de que terá seus direitos atendidos. Porém, quanto à questão salarial é comum aqueles que recebem mais de um salário mínimo ter um valor menor registrado em carteira e o restante fixado por um acordo com o clube para ser pago na forma de direitos de imagem – mecanismo que trata da regulação das aparições públicas do atleta. O jogador passa a ganhar mais com o direito de imagem, que não incorre encargos trabalhistas e nem previdenciários. Para o clube é uma excelente ferramenta para diminuir os custos trabalhistas, para o atleta também, porém, para o Estado e para o jogador, após encerrar a carreira, isso se torna um problema. Afinal, terá um valor menor para receber justamente no momento que não terá mais o salário da antiga profissão³⁷.

Outro aspecto que não é diferente de outros setores de economia é a taxa de desemprego. No Brasil dos 28.203 atletas profissionais, apenas 41% passaram o ano todo empregados, a maioria, ao longo da temporada com os clubes menores fora das competições oficiais, ficou desempregada e teve que procurar outras formas para vender sua força de trabalho ou outros países³⁸.

Reitera-se que a procura de melhores condições de vida com o futebol leva milhares de jovens a transitar pelos clubes de futebol. O CIES - football Observatory estudou 37 ligas de futebol profissional em todo o mundo e identificou que 26,6% dos jogadores de futebol não nasceram no país em eles atuavam, sendo que esse percentual é ainda maior nas ligas mais ricas. Ao olhar para as cinco grandes ligas (inglesa, espanhola, alemã, italiana e francesa) a porcentagem de estrangeiros saltou de 9,1% (1985/1986) para 46,7% (2015/2016). Na *Premier League* na Inglaterra, a principal liga nacional de clubes do mundo, o percentual é de 66%³⁹.

³⁶ Informação disponível em: www.esporte.ig.com.br/futebol/2013-11-28/para-nobre-contrato-de-produtividade-e-cenoura-na-frente-do-cavalo.html. Acesso em: 17 fev. 2018.

³⁷ O Avai recentemente anunciou a contratação do jogador Guillermo Beltrán por meio de um contrato com um salário parcial, aquele previsto na carteira de trabalho. “Quando ele começar a atuar, o direito de imagem irá começar a ser pago, o que vai aumentar consideravelmente os vencimentos do atleta. Essa é uma prática comum no futebol, com um valor menor registrado, e a fatia maior é paga "por fora", como direito de imagem”. Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sc/futebol/times/avai/noticia/com-contrato-por-produtividade-avai-confirma-acerto-com-guillermo-beltran.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2018.

³⁸ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/02/que-riqueza-quatro-em-cada-cinco-jogadores-de-futebol-no-brasil-ganham-ate-r-1000.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

³⁹ Informação disponível em: <http://www.lance.com.br/motionsense/ingles-liga-com-mais-estrangeiros-brasileiro-liga-com-menos-gringos.html>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Para concluir esse tópico gostaríamos apenas de ressaltar que o processo de formação da Força Esportiva é de muito sacrifício, seleção, competição e esforço físico. O funil é estreito e exige anos de dedicação e disciplina para que os fundamentos técnicos-táticos, físicos e imagem capazes de mobilizar as pessoas estejam prontos para serem trocados no mercado internacional de Força Esportiva. Obviamente que tudo isso acompanhado por um intermediário que facilita o acesso aos clubes (DAMO, 2005).

Portanto, o retrato do contexto que estão submetidos os jogadores de futebol é semelhante a qualquer cenário de outros segmentos do mercado internacional, pois, também está regido pelo domínio do capital sobre o trabalho. O atleta possui uma vida útil curta, submetida a muito estresse, com pouco retorno financeiro, uma vez que, apenas uma minoria consegue ganhos elevados, mas principalmente com uma produção sem qualquer benefício para humanidade quando analisamos em termos de produção de riqueza social.

Como assinalamos no capítulo anterior, o espetáculo futebolístico atende a necessidade de ter produtos e serviços de consumo imediato, submetido à lógica de gerar o mais rápido possível lucro. Trata-se inicialmente de um campo de investimento de capital de diferentes segmentos, inclusive do capital especulativo, que procuram nos setores de giro rápido ampliarem os lucros.

A seguir vamos continuar no campo da economia, porém refletindo sobre a mundialização do capital, o Investimento Externo Direto (IED), as trocas comerciais entre centro e periferia e o capital especulativo.

2.2.2- A economia do *capital fictício* e o Futebol de Espetáculo

O trabalhador mais atento ao chegar ao supermercado para fazer sua compra do mês percebe que a prateleira está abarrotada de itens internacionais ou que foram produzidos por empresas com matriz em outro país. Além disso, identifica que o fabricante é de um país e a produção da mercadoria foi feita em outro. Da mesma forma, irá notar que na maioria dos segmentos - alimentícios, limpeza, higiene etc.. - a opção de escolha é restrita a pouquíssimas empresas. O mesmo ocorre nos setores de serviços com redes internacionais vendendo diversos produtos feitos em diferentes locais do globo. Os exemplos são muitos e também estão presentes no mundo do esporte e, especificamente, do futebol, seja com a posse efetiva ou com ações de clubes, franquias, atletas, equipamentos e serviços.

Esses exemplos são possíveis porque desde os anos 1970 na busca de reversão da taxa decrescente do lucro o capital rompeu as amarras que existiam nos mercados internos permitindo a livre circulação, com raras exceções, de bens. Mas as fronteiras também foram

extintas no campo das finanças, com um mercado mundial de dinheiro e crédito, integrado pela tecnologia. A liberdade de atuação dos agentes do mercado, com pouca ou nenhuma intervenção do Estado permitiu que os títulos públicos e privados ficassem disponíveis a qualquer investidor.

De acordo com Behring (2008) não é fácil compreender a estrutura do sistema financeiro global, uma vez que atingiu um grau tão elevado de organização que não permite identificar a distinção das fronteiras das funções dos bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc., pois, tornaram porosos, ao mesmo tempo em que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras.

Observa-se que a movimentação financeira ocorre em todas as direções, porém, com objetivos diferentes. O dinheiro que vem do centro para os países periféricos, objetiva fomentar a filial, expandir os negócios e adquirir títulos e ações, do setor público ou privado. De outra forma, o lucro obtido com essas ações retorna para o país sede e será alocado no setor produtivo e principalmente no mercado financeiro, aparentemente locus de retorno mais rápido de capital. No entanto, a maior parte da movimentação ocorre entre os países ricos, nos quais estão as multinacionais e os principais mercados financeiros do mundo.

De acordo com Chesnais (1996), desde a década de 1970 ocorre um processo de mundialização da economia, com um acelerado movimento de concentração e centralização e a constituição de um regime de acumulação predominantemente financeiro. Assim, as mudanças no mundo do trabalho que narramos anteriormente são acompanhadas de intensas trocas comerciais internacionais, especialmente entre matrizes e filiais/subsidiárias, no centro do capitalismo e, sobretudo, de circulação de capital pelos mercados financeiros. Netto e Braz (2009) destacam que as trocas se concentram nos países ricos (EUA, Japão e a União Europeia, com destaque para Alemanha, Inglaterra e França), com maior poder de compra, tendo pouca participação das nações subdesenvolvidas. O mesmo vale para o mercado financeiro, tendo o mercado de bolsas nos países periféricos movimentando apenas 15% de todo o dinheiro dessa esfera econômica (BEHRING, 2008).

Chesnais (1996) identifica que o mercado é mundial, mas o capital é concentrado em um grupo restrito de países. Ao analisar o Investimento Externo Direto (IED) aponta que são poucas as nações que frequentam o circuito mundial de captação de investimento, sendo que o mesmo se percebe na análise dos acordos de cooperação tecnológica e nos fluxos comerciais.

Sobre este último, Behring (2008, p.49) destaca que os países periféricos acumulam perdas e desvantagens, pois, há um desequilíbrio entre as relações comerciais Norte-Sul, uma debilidade grande dos fluxos Sul-Sul, com o vigoroso fluxo Norte-Norte. “E não há apenas um Terceiro Mundo, mas diferenciações grandes entre os chamados “novos países industrializados” asiáticos, os países “em desenvolvimento” e os demais”.

Destaca-se que a abertura dos mercados com a reestruturação do modo de produção capitalista em meados da década de 1970 possibilitou a entrada e o controle por parte dos países desenvolvidos nos mercados periféricos, seja por meio de aquisições, seja por parcerias, ou por meio de fusões. O capital é concentrado em um número restrito de capitalistas – oligopólios e monopólios – que partilham o globo⁴⁰. Porém, isso não significa que a concorrência diminuiu, pois, apesar de ela ser restrita a um pequeno grupo de capitalistas que juntos controlam a economia e as decisões políticas pelo mundo, as disputas no mercado internacional são intensas e aceleram as transformações tecnológicas na produção e nos bens e serviços (NETTO; BRAZ, 2009).

Fontes (2010) reconhece o elevado padrão de concentração de capital nos países centrais e o predomínio dos fluxos entre os ricos, contudo, nota que a partir de grandes investimentos dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, em um seleto grupo de empresas (públicas ou não) há uma elevação do patamar dessas nações ao nível subimperialistas, subordinadas aos EUA, China, Japão e aos países com um grau maior de desenvolvimento econômico da Europa. Assim, o mesmo processo desenvolvido pelos países centrais é feito por países imperialistas subalternos, como a apropriação de recursos naturais de nações ainda mais pobres e exploração de força de trabalho no exterior.

Tudo isso sendo realizado no contexto de hipertrofia do capital especulativo, pois, diante da queda de lucratividade do setor produtivo ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970 há uma corrida do capital para a esfera financeira, os títulos da dívida pública, o mercado de ações, de crédito torna-se o destino predileto dos capitalistas. Assim com a possibilidade de acumular capital de uma forma mais rápida na esfera da especulação, os capitalistas industriais dispensaram intermediários e expandiram os negócios no campo das finanças (BEHRING, 2008). De acordo com Carcanholo e Nakatani (2015, p. 34), a partir dos anos 1970 “o capital industrial converte-se em capital especulativo e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo”.

⁴⁰O caso brasileiro pode ser visto em: <http://cartacampinas.com.br/2015/01/brasil-dos-oligopolios-em-50-anos-pais-consolidou-uma-economia-cartelizada/>. Acesso em: 26 maio 2018.

Esses autores afirmam que uma das características do capitalismo contemporâneo consiste na financeirização ou na generalização do movimento especulativo do capital. Gomes (2015, p. 54, grifos do autor) concorda e acrescenta que o atual estágio de domínio do capital especulativo parasitário apresenta como novidade a hegemonia do *capital fictício* sobre as demais formas de capital em todo o mundo. Ainda de acordo com Gomes (2015), isso significa que “a lógica de expansão capitalista se estrutura, atualmente, a partir da produção fictícia de riqueza e na apropriação centralizada de *lucros fictícios* [...], subordinando ao movimento da acumulação fictícia todas as demais formas de acumulação”.

Apesar de o “capital financeiro” possuir sua origem no setor produtivo, ele se diversificou, estabeleceu novas estratégias que na aparência parece que descola do setor produtivo. Harvey (2004, p. 123) apresenta a face do capitalismo dominado pela especulação:

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio de inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos decorrentes de manipulações de crédito e das ações.

De acordo com Carcanholo e Nakatani (2015) o capital especulativo parasitário resulta da conversão da forma autonomizada do capital a juros ou, mais precisamente, do *capital fictício*, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial.

Nesse momento é importante lembrarmos das ideias de Marx (2011) que apresentamos no capítulo anterior. Lá falamos do capital produtivo, capital comercial e fizemos referência acerca da existência do capital a juros. Registra-se que apenas a produção gera valor, no capital produtivo o proprietário de D adquire capital constante e capital variável e ao final terá uma nova mercadoria para ser trocada. Essa mercadoria ao se realizar dará origem a D` Assim, o capitalista terá um acréscimo ao que ele investiu inicialmente. Esse acréscimo é consequência da produção com a valorização na circulação. O capital comercial participa diretamente desse processo, porquanto retira dele o seu lucro. As trocas de mercadorias estão vinculadas à produção. O capital a juros também participa da circulação do capital produtivo.

Ou seja, tanto o capital comercial quanto o capital a juros são constituintes do capital produtivo, extrai dele parte do excedente. Carcanholo e Nakatani (2015, p. 44) consideram que:

Apesar do capital a juros (também o capital comercial) se apropriar de parte da mais-valia sem produzi-la, ele não é parasitário uma vez que contribui para que o capital produtivo o faça. Permite até que o capital, em seu conjunto, seja mais eficiente. O capital a juros se subordina à lógica do capital industrial.

O capital comercial e o capital a juros são citados por Marx como precedentes ao capital industrial. Porém, a medida que este se consolida ele subordina as outras formas. Dos três, o único capaz de produzir diretamente mais-valia é o capital produtivo. E os outros dois cumprem funções úteis para a circulação do capital industrial.

O capitalista não satisfeito com sua renda procura formas de fazer a rotação do capital ser mais rápida. Com a posse de D ele busca diminuir o circuito para chegar logo em D'. A busca por mecanismos que possa sair de D e chegar a D' pode ser vista com o capital a juros, que passa pela produção. A medida que o capitalista vai se consolidando, um grupo passa a viver apenas da renda desse capital, trata-se dos capitalistas rentistas, que apesar de não estar vinculado à produção, possui acréscimos oriundos dela. A expansão do capital a juros cria um jogo de cena em que parece que o capital pode por si mesmo produzir mais capital, capital fictício e ter lucro – fictício⁴¹. Porém, ele está com um pé na produção. Registra-se que o *capital fictício* não é o capital a juros, mas uma consequência de sua expansão, do crescimento do sistema de crédito, resultado de uma falsa aparência de ser possível gerar por si mesmo capital.

O acúmulo de capital na forma monetária expande ao longo do século XX sugando do capital produtivo seus ganhos. Isso por meio de títulos da dívida pública, por títulos privados como ações e letras de câmbio. Veja que o *capital fictício* guarda mesmo na aparência alguma ligação com o valor real da produção, no entanto, isso nas últimas décadas ganhou uma dimensão extraordinária que tem sido nitidamente especulativo. Na lição de Netto e Braz,

A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação a produção real de valores- tornaram-se dominante *especulativas*. Os rentistas e os possuidores de capital fictício (ações, cotas de fundos de investimentos, títulos de dívidas públicas) extraem ganhos sobre valores frequentemente *imaginários*- e só descobrem isso quando, nas crises do “mercado financeiro”, papéis que à noite, “valiam” X, na bela manhã seguinte passam a “valer” – X ou literalmente, a não “valer” nada (2009, p. 232).

⁴¹ A discussão sobre a categoria “*lucros fictícios*” é complexa, pouco consensual e realizada principalmente por Carcanholo e Nakatani (2015).

Essa forma de obter mais capital além de ser especulativa é também parasitaria porque apesar de ter na essência ligação com o capital produtivo, apenas suga dele parte da mais-valia, sem um retorno. Trata-se daquele capital obtido basicamente pelos ganhos especulativos, nas operações financeiras, que retorna para a especulação sem passar pela esfera da produção. Ele não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial,

É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para sua produção. No entanto, ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou do lucro (o lucro especulativo); realiza assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não compromisso com o valor de uso e, apesar disso, a autovalorização (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 47).

O capital especulativo parasitário é a dimensão que se remunera do capital especulativo. O que antes era investido na produção agora é destinado principalmente para a especulação na busca de obter D', um capital especulativo parasitário. Assim, a novidade não é a especulação, pois, ela sempre existiu, mas sim o domínio da forma parasitaria. Ou seja: o crescimento do *capital fictício* de uma forma nunca vista transforma-se em capital especulativo parasitário. Como afirmam Carcanholo e Nakatani (2015), o capital especulativo parasitário é *capital fictício* redefinido para as condições de domínio da especulação.

Para ter uma noção da magnitude atingida pelas operações financeiras no capitalismo atual, Chesnais (1996) demonstra que elas representam quatro vezes mais que as transações do comércio exterior e cerca de três vezes maiores que os IEDs. Observa-se, portanto, que:

Livre de travas, gozando de taxas de juros altas, de baixa tributação sobre os ganhos nas Bolsas de Valores e com liquidez total, os capitais se transferiram, maciçamente, para a especulação financeira. Um fenômeno gigantesco que se deu em escala mundial, fazendo do capital financeiro, na sua modalidade especulativa, o setor hegemônico nas economias. Um capital que não gera bens, nem empregos, que não financia a produção, nem a pesquisa, nem o consumo, mas vive da compra e venda de papéis. Mais de 90% dos movimentos econômicos no mundo são compra e venda de papéis⁴².

Netto e Braz (2009, p. 231/232) também compartilham dessa percepção e afirmam que ocorre no capitalismo contemporâneo um “fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) dessa massa de capital dinheiro que não é

⁴² Texto de Emir Sader disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/103/a-ditadura-do-capital-especulativo-6381.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

investida produtivamente, mas que succiona seus ganhos [...] da mais-valia global, [...] uma sucção parasitaria”.

Pelo caráter parasitário do capital especulativo questiona-se até quando conseguirá manter os níveis de rentabilidade atuais. Afinal, não há crescimento possível do nível de exploração, seja por meio da mais-valia absoluta ou relativa, que permita “a orgia” da especulação observada até nossos dias (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015). Como consequência, nos últimos anos não foram poucas as crises – México (1995), Ásia (1997), Rússia (1999), Argentina (2001) etc.-, sobretudo, no campo das finanças. A última que começou em 2006 e explodiu em 2008/2009 (bolha imobiliária) e teve um caráter mundial. Porém, diante do cenário de quebra de grandes bancos pelo mundo, o fundo público mais uma vez foi utilizado para salvá-los, como resultado, Grécia, Espanha, Portugal, Itália, entre outros, sofrem até hoje as consequências dessa ação.

No contexto do capital especulativo parasitário, em um dia milhões de reais são ganhos e também perdidos no mercado financeiro. Um segmento sem qualquer controle estatal, dominado por um grupo restrito de pessoas (oligarcas financeiros) que de suas mansões em paraísos fiscais controlam tudo, determinando o destino das economias nacionais. Na mão deles estão os títulos das dívidas, o poder acionário de importantes empresas estatais e privadas, a capacidade de desestabilizar moedas com “ataques especulativos” (NETTO; BRAZ, 2009).

O poder dos especuladores não é apenas econômico, mas também político. A atuação ocorre tanto nas instâncias de decisão local com a inserção de pessoas no Parlamento e no Executivo como por meio das instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial) e agências de risco que determinam os caminhos das políticas públicas.

As nações mais pobres, endividadas, sofrem com a destinação de recursos para a remuneração dos especuladores, sendo exportadores de capital para os países centrais. Ao seguir as receitas dos organismos internacionais os governos cortam gastos sociais, limitam os investimentos e expõem os trabalhadores a um mercado cada vez mais precarizado.

Registra-se que o capital especulativo parasitário não para de inovar, nos últimos anos surgiu o mercado de criptomoedas, que, sem qualquer controle dos estados, passaram a ser mais um campo de especulação. Elas não estão diretamente presentes no sistema financeiro, mas são um ativo em que as pessoas trocam e em alguns minutos acumulam mais e em outros perdem tudo. As oscilações e crises não são do sistema financeiro, mas individualmente das

pessoas que investem nesse tipo de moeda e ganham e perdem conforme a oscilação do mercado.

A moeda não é produzida pelo Estado, mas circula pela rede mundial de computadores e quanto mais um especulador adquire todos que estão envolvidos aumentam a acumulação. Porém, à medida que a cotação da moeda diminui quem possui a posse dela também perde. Essa é a gangorra de quem escolhe a especulação como forma de obter seus rendimentos.

Esse perde e ganha também faz parte do nosso dia a dia, mesmo que não identifiquemos no cotidiano a presença do capital especulativo na nossa vida diária, ele está presente em todos os setores, seja atuando junto à produção, ou, mesmo, procurando autonomia em relação ao setor produtivo. No caso do futebol percebemos isso por meio, por exemplo: a) compra e venda de ações dos clubes de futebol; b) atuação de fundos de investimentos na aquisição de clubes e direitos econômicos de atletas; c) capital especulativo patrocinando clubes e atletas e o mercado de apostas. Vejamos a seguir exemplos disso:

a) Compra e venda de ações dos clubes de futebol

No início dos anos 1980 os clubes de futebol iniciaram um movimento de colocar ações nas bolsas de valores. A primeira equipe que procurou na Bolsa de Valores uma alternativa de financiamento foi o *Tottenham Hotspur Football Club*, da Inglaterra, que abriu seu capital em 1983 na Bolsa de Londres. A estratégia de ampliar arrecadação atraiu agentes financeiros que passaram a ganhar e perder dinheiro à medida que os papéis dos clubes oscilam. Em 2017 foram 22 clubes europeus com capital aberto, tendo um sobe e desce frequente em suas ações. A aquisição de um atleta de ponta, o acerto com um grande patrocinador, a conquista de títulos são alguns fatores que determinam a elevação ou a queda dos preços dos títulos. Além disso, é importante mencionar o envolvimento dos torcedores com as ações do clube, pois, mesmo a equipe não tendo bons resultados ou fatores que elevem a valor das ações elas podem manter em alta devido a relação com os aficionados.

Libanio (2015) demonstra que a maioria das equipes que se lançou na Bolsa de Valores propiciou a seus investidores ganhos extraordinários, tendo como o principal exemplo o *Manchester United*, que nos primeiros anos na bolsa, de 1991 a 1995, viu seus títulos alcançarem uma valorização de mais de 500%. Porém, como qualquer segmento os

proprietários de ações também podem perder com a queda do valor das ações. Em 2016, por exemplo, o *Sporting* de Portugal acumulou uma queda nos seus papéis de 43,60%⁴³.

A relação da especulação e futebol produziu um fato que demonstra bem a face violenta e irracional do capitalismo contemporâneo. Em 11 de abril de 2017, o ônibus que estava os jogadores do Borussia Dortmund sofreu ataque com explosivos. O autor da ação foi um especulador que tinha prioridade na compra de ações do clube. Ele esperava que, com os ataques, as ações do Borussia na bolsa diminuíssem o valor e assim ele poderia comprar por um preço baixo e depois vender por um montante bem superior⁴⁴.

b) Atuação de fundos de investimento na aquisição de clubes e direitos econômicos de atletas

Além do mercado de ações os especuladores também adquirem seja individualmente ou por meio de fundos de investimentos a propriedade dos clubes de futebol. Destaca-se que os fundos de investimento são o resultado da atuação de diversos agentes econômicos, a maioria é de especuladores que buscam no futebol acumular dinheiro com a compra e venda de clubes e atletas, mas também procuram ter no futebol uma forma de lavar o dinheiro obtido por meio de mecanismos alheios às normas do mercado.

Eles, até 2015, também tinham uma forte atuação no mercado de jogadores de futebol, adquirindo os direitos econômicos e federativos dos atletas. Atualmente, eles adquirem frações do “passe” dos jogadores e passam para os clubes para que possam valorizar. Assim, a cada venda ganham o percentual que possuem na propriedade do atleta. Como dissemos a realização de qualquer mercadoria é quando há a venda, a troca, assim, assistimos a cada seis meses um intenso mercado de troca no mundo de jogadores de futebol⁴⁵.

O investimento direto no atleta passou a ser um campo de grande movimentação financeira, assim, muitos empresários não são apenas representantes, mas possuem fatia dos direitos federativos, via um “clube laranja”, ou seja, são proprietários da carreira dos jogadores.

⁴³ Informação disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/6261220/comprovado-times-futebol-nao-repetem-bolsa-resultado-apresentado-campo>. Acesso em: 14 dez. 2017.

⁴⁴ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/mercados/a-especulacao-financiera-que-motivou-atentado-contra-time-alemao/>. Acesso em: 12 dez. 12/2017.

⁴⁵ Vamos retomar a discussão sobre a formação de um mercado internacional de jogadores no contexto do capitalismo contemporâneo nos tópicos seguintes. Apenas registramos que, apesar da compra e venda de atletas estar presente no futebol desde sempre, ela se intensifica a partir dos anos 1970 com a abertura do mercado europeu para estrangeiros e com o “Acórdão Bosman” em 1995 que colocou fim a lei do passe na Europa e liberou a livre circulação de atletas entre os países da União Europeia (GIULIANOTTI, 2006).

c) O capital especulativo patrocinando clubes e atletas e o mercado de apostas

O capital especulativo parasitário também está presente no futebol de outra forma: patrocínio. Dantas e Matias (2017) identificaram que na temporada 2016/2017 as casas de apostas, bancos e outras instituições financeiras eram juntos o patrocinador máster de 31% dos clubes que disputavam as cinco principais ligas de futebol do Mundo (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França). Em 2015, cerca de 51% dos recursos de patrocínio dos clubes dessas ligas não tiveram origem diretamente do setor produtivo, sendo o domínio dos bancos e seguradoras, seguido das agências de turismo e aviação e das casas lotéricas e de apostas⁴⁶. Isso reflete o papel exercido pelo setor especulativo na economia mundial no qual a compra e venda de papéis abrange cerca de 90% da movimentação econômica no mundo⁴⁷.

A principal liga de futebol do mundo tinha até o final da temporada 2016/2017 um contrato de patrocínio com uma instituição financeira que lhe rendia anualmente mais de R\$ 16 milhões. Ressalta-se que na Inglaterra não existem amarras na relação dos clubes com as casas de apostas. Eles são livres para negociar todo tipo de contrato.

Registra-se que, por meio de patrocínio aos clubes e ligas, as casas de apostas procuram se aproximar de um público potencial para realizar os jogos *online*. Destaca-se que as apostas estão presentes no dia a dia das pessoas, no Reino Unido, cerca de 34% dos moradores realizam alguma aposta em algum evento esportivo, sendo o futebol a modalidade preferida. Como toda aposta, quem realiza busca um retorno financeiro, porém, o fanatismo pelo clube acaba determinando o tipo de aposta a ser realizada (MATOS, 2013).

Na Inglaterra vários clubes da primeira divisão são patrocinados pelas casas de apostas *online*. Destacam-se: *Swansea (Beteast)*, *West Ham (Betway)*, *Stoke City (Bet 365)*, *Burnley e Sunderland (Dafabet)*, *Hull City (Sportpesa)*, *Watford (138.com)*. Inclusive o *Stoke City* pertence à *Bet 365*. Outros três clubes são patrocinados por casinos *online* *West Bromwich (UK-k8)* e *Bournemouth e Crystal Palace (Mansion Casino)*. Essa realidade também está presente em outros países, na Espanha, por exemplo, o Barcelona possui o patrocínio no estádio e no painel de entrevistas da casa de apostas *Betfair*, o Sevilla é patrocinado pela

⁴⁶Informação disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/economia/1432888459_563187.html. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁴⁷Informação disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/103/a-ditadura-do-capital-especulativo-6381.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PlayWso e o Atlético de Madrid pela *Plus500*. Em termos quantitativos na temporada 2014/2015, foram investidos € 15 milhões, contra € 42 milhões no período 2015/2016⁴⁸.

O mercado de apostas é outra forma do capital especulativo manter relações com o futebol. De acordo com Ferraz (2011, p. 52), “a Casa de Apostas funciona como uma espécie de correctora, possibilitando aos seus clientes apostarem uns contra os outros, à semelhança do que acontece numa bolsa de valores”. Elas se multiplicaram nos últimos anos em decorrência do crescimento do número de casas de apostas *online*. O desenvolvimento tecnológico – especificamente a possibilidade de usar o celular para realizar aposta –, facilitou a vida dos apostadores. Isso possibilita que as casas de apostas fiquem por 24 horas abertas durante todos os dias do ano à espera de um cliente que deseja fazer um clique e buscar ganhar mais dinheiro

Assim, o futebol tornou-se um foco de apostadores em todo o mundo que procuram por meio desse mecanismo obter acréscimos em relação ao montante investido. Tudo é motivo para apostas, desde o resultado de um jogo até se o goleiro reserva de uma equipe irá ou não comer um pedaço de torta durante uma partida⁴⁹.

De acordo com Matos (2013), em janeiro de 2013 havia 2.643 sítios de jogo na *internet*, operadas por 790 empresas. Sendo estes 2.643 sítios compostos por: 966 casinos *online*, 553 salas de poker, 530 sítios apostas desportivas, 381 bingos *online*, 140 sítios de lotaria, 32 *skill games* sites, 19 sítios de mahjong e gim, 8 sítios de gamão *online*. Somente o mercado de apostas relacionado ao esporte representava 20% de toda a movimentação do setor no mundo. Em 2011 as estimativas sinalizavam que esse mercado movimentava anualmente aproximadamente 43% de todos os jogos *online*, cerca de 10,5 bilhões de dólares, centralizado especialmente na Europa.

O crescimento das apostas *online* tem feito diversos países discutirem e modificarem a legislação nacional. Pois, mesmo naqueles em que o jogo de aposta não é permitido com as casas de apostas *online* é impossível coibir que os cidadãos realizem os jogos. O Brasil que anualmente têm cerca de 10 milhões de pessoas atuando nesse mercado com uma

⁴⁸ Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/casas-de-apostam-atacam-futebol-europeu-mas-sem-protagonismo_30771.html#ixzz57TKuIZg. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁴⁹ O caso aconteceu em um jogo da Copa da Inglaterra em 2017 Inglaterra em que uma casa de aposta estava pagando 8 para 1 caso o goleiro do Sutton fosse flagrado comendo um pedaço de torta. Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/goleiro-que-comeu-torta-durante-jogo-na-inglesa-e-suspenso-por-dois-meses.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2017.

movimentação de 10 milhões de reais está discutindo a legalização dos jogos. No caso brasileiro as medidas estão tramitando no Congresso Nacional⁵⁰.

Diante do volume cada vez maior de dinheiro nas casas de apostas e a relação que elas estabelecem com o futebol não são poucas as suspeitas de manipulação de resultados. Conforme sinaliza Rodrigues (2016, p. 2),

não é de admirar que, nos últimos anos, se tenham multiplicado os escândalos de manipulação da imprevisibilidade das competições desportivas (que é o que as legitima enquanto objecto de apostas), procurando assegurar-se a sorte (e com ela avultados lucros) à custa do desvirtuamento do sistema de valores básico do desporto.

Em 2013 a polícia da União Europeia revelou detalhes de centenas de partidas de futebol que tiveram os resultados manipulados. Alguns jogos das eliminatórias para a Copa do Mundo de 2014, jogos da Liga dos Campeões e disputas em diferentes ligas da Europa. A rede de apostas tinha sede em Singapura e a perspectiva é que tenha influenciado o resultado de 380 partidas de futebol, o que implicaria cerca de 425 dirigentes esportivos, árbitros e jogadores. “A rede operava desde Cingapura, com apostas de 100.000 euros por partida, o que proporcionou ganhos de cerca de oito milhões de euros”⁵¹.

Ressalta-se que a manipulação e a corrupção são intrínsecas ao capitalismo e, por consequência, ao futebol ocorre tanto nas grandes ligas como nas pequenas e é influenciado por apostadores que estão espalhados por todo o mundo⁵².

Diante do exposto, parece que fica claro que o futebol é um mercado integrado ao processo de acumulação capitalista dominado pela especulação parasitária. Esse mercado como todos outros possui o maior volume de transações entre os países centrais, no caso do futebol são aqueles que possuem as ligas e os clubes mais ricos, ou seja: Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França.

Um exemplo disso é que as trocas relacionadas à Força Esportiva em 2016 somaram R\$ 15,1 bilhões, ao todo foram quase 14.600 atletas, sendo que R\$ 12,6 bilhões foram movimentados por clubes da Europa, na Ásia R\$1,7 bilhão, destaca-se o mercado chinês com R\$ 1,4 bilhão e, a América do Sul R\$ 572 milhões, sendo que 46% foram gastos pelos clubes

⁵⁰ Informação disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/508646-LEGALIZACAO-DOS-JOGOS-NO-BRASIL-JOGOS-ON-LINE-BLOCO-5.html>. Acesso em: 22 fev. 2017.

⁵¹ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/rede-de-manipulacao-de-resultados-no-futebol-e-desmantelada/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

⁵² Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130205_futebol_manipulacao_analise_ac.shtml. Acesso em: 22 fev. 2018.

brasileiros. As “rotas do dinheiro” são: Alemanha para Inglaterra (R\$750 milhões), França para Inglaterra (R\$714 milhões), Espanha para Inglaterra (R\$ 701 milhões), Itália para Inglaterra (R\$660 milhões) e Itália para Espanha (R\$ 440 milhões). Nota-se que a Inglaterra concentra o principal mercado de atletas de futebol, pois também é o que possui a liga mais rica do mundo, na sequência estão Espanha, Alemanha, Itália e França.

Apesar de o Brasil ser o maior exportador em número de atletas, a matéria prima sai com um preço baixo e se valoriza nos clubes europeus. Entre os cinco países que mais venderam jogadores em 2016, pela ordem: Brasil, Espanha, Inglaterra, Argentina e Portugal “o valor médio do atleta vendido pelos times brasileiros só supera o dos argentinos”. Em média, o jogador que sai do Brasil custa pouco mais de R\$ 1,02 milhão, enquanto cada jogador que sai da Espanha custa R\$ 3,26 milhões”⁵³.

Portanto, no cenário de formação de um mercado mundial de bens, serviços e dinheiro-capital, o futebol não é um complexo alheio às transformações ocorridas nos últimos anos no modo de produção capitalista. Ele também se organiza conforme as características da estrutura da sociedade, com um centro dominante, rico que determina o funcionamento de todo o mercado da modalidade.

Porém, essa estrutura não está alheia e isolada de uma superestrutura. O Estado cumpre papel decisivo para que a acumulação de capital permaneça em níveis elevados e ramificados para todos os setores da economia, com o mínimo de convulsão social. A acumulação de capital, consequência do desenvolvimento tecnológico e do aumento da exploração da força de trabalho é referendado por um Estado com uma face mais empreendedora e menos social.

Da mesma forma, o Estado age no campo da organização do futebol garantindo as condições de mobilização financeira em larga escala, seja com ordenamentos, com financiamentos ou com estrutura de segurança e transporte. A seguir vamos apresentar também de forma panorâmica algumas características assumidas pelo Estado na contemporaneidade.

2.2.3- Estado como agente econômico

Em setembro de 2008, exatamente em 15 de setembro, os países ricos mais uma vez utilizaram o fundo público para socorrer o sistema financeiro. A quebra do gigante Lehman Brother deixou claro que a crise financeira não era uma simples bolha imobiliária nos EUA. O

⁵³Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/brasil-o-recordista-em-exportacao-importacao-de-jogadores-20866699#ixzz57r93oYjs>. Acesso em: 10 dez. 2017.

sistema financeiro entrava em colapso e sobrava mais uma vez para o Estado socorrer. Assim, dezenas de bancos no centro e periferia do capitalismo foram salvos pelos governos. Os EUA destinaram mais US\$ 2,6 trilhões, a Inglaterra teve nacionalizar bancos e alocar quase US\$ 1 trilhão, a Alemanha anunciou uma ajuda de mais de US\$ 600 bilhões. Nos anos seguintes outros países seguiram o mesmo caminho. As instituições financeiras gregas receberam mais de US\$ 22 bilhões. Na Espanha, quatro bancos foram socorridos com uma injeção de capital de US\$ 48 bilhões⁵⁴.

De outro modo, diante desse contexto os países flexibilizaram as leis trabalhistas e reduziram direitos sociais. A onda de desemprego e a estagnação dos salários produziram um pacote de políticas públicas amargas para a classe trabalhadora. Holanda, Dinamarca, Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália foram alguns que modificaram os ordenamentos legais. “Na Itália, os contratos de primeiro emprego se tornaram mais flexíveis. Na Alemanha, foi ampliado o período dos contratos de curta duração para 24 meses. Na Bélgica, a maior facilidade de contratação atingiu os cargos de confiança”⁵⁵.

Ao mercado o Estado concedeu tudo que era necessário para evitar um caos, já aos trabalhadores, nova legislação. Diante disso, ficam evidentes algumas características do Estado na contemporaneidade. Não há dúvida que ele sempre cumpriu o seu papel no capitalismo: garantir a produção e reprodução da classe hegemônica (MANDEL, 1982). Engels (1981, p. 193-194) já dizia isso no século XIX,

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos 35 servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

O mesmo Engels, juntamente com Marx (2002), escreveu que o Estado moderno só existe porque a sociedade é dividida em classes sociais, sendo que a sua atuação é balizada pela correlação de forças entre essas duas classes no seio da sociedade civil e sociedade

⁵⁴Informação disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁵⁵Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-amplia-direitos-na-crise-europa-flexibiliza-8233503#ixzz57swW6jYY>. Acesso em: 11 nov. 2017.

política. Em meados da década de 1840 eles constataram que o Estado, especificamente o seu executivo, se constituía como um balcão de negócios da burguesia.

Marx (2011) vai perceber depois de escrever o Manifesto do Partido Comunista com Engels (2002) que o Estado aos poucos torna-se “poroso” e que juntamente com a coerção como forma de manter o *status quo* também utiliza mecanismos de coesão. Porém, será Gramsci (2001) no início do século XX e posteriormente Poulantzas (2000) que avançam na análise ampliada e relacional – como condensação de forças- do Estado, sem perder de vista o seu papel de classe.

Não temos a intenção de aprofundar as ideias desses dois intelectuais, apenas citamos que eles perceberam que a organização e as disputas políticas entre as classes e frações de classe presente no seio da sociedade civil e da sociedade política vão moldando ao longo do século XX a atuação estatal. Obviamente, que isso ocorre sem qualquer possibilidade da classe trabalhadora obter a direção. Afinal, como sinalizou Poulantzas (2000), ela está no interior do Estado de forma subordinada.

A correlação de forças por dentro do Estado ampliado permite a classe trabalhadora, com grau diferente conforme a formação social, conquistas de direitos. Porém, em nenhum momento o Estado deixa de ter seu caráter de classe e representar os interesses da classe dominante. Se no primeiro momento suas ações balizam pela hegemonia da força, ao longo do século XX isso foi compartilhado com medidas consensuais (coerção+consenso), tendo a expansão da democracia representativa como forma de governo. Mas a ampliação das políticas sociais não significou e nem pode ser vista na atualidade como algo avesso aos interesses da elite, se por um lado ela garante aos trabalhadores direitos sociais, por outro, a presença do fundo público financiando políticas sociais atende às necessidades de reprodução do capital.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é do que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227, grifos do autor).

As ações para setores como inovação tecnológica, formação de mão de obra flexível e barata e políticas focalizadas de coesão social sempre foram amplamente incentivadas pelo bloco no poder.

Porém, o novo regime que se instala a partir de 1970 aprofunda estas relações e altera completamente a sociabilidade humana, a organização política, econômica, e cultural, a forma de lidar com a natureza, com a construção de conhecimento, no modo de atender as necessidades humanas e do capital. Enfim, subordina tudo aquilo que possui a mão humana, inclusive ela própria, a lógica do capital.

De acordo com Mandel (1982) o Estado amplia sua presença na estrutura da sociedade, na garantia da produção e reprodução do capital. No caso do “sistema financeiro” ao primeiro sinal de uma crise os governos utilizam o fundo público para evitar danos, sem falar que a remuneração via títulos da dívida pública é uma das principais formas de acumular capital. Por outro lado, diante da pressão das frações da burguesia para ampliar constantemente os lucros, os estados extinguem ou flexibilizam direitos da classe trabalhadora. Isso ocorre no contexto de enfraquecimento da organização e luta da classe trabalhadora.

Portanto, as medidas que citamos no início desse tópico não é algo esporádico, pelo contrário, elas tornam frequentes na ação estatal. Nos escritos de Mandel (1982), o Estado é visto, especialmente após a década de 1970, como “capitalista total ideal”, aglutinando às demandas da burguesia, estabelecendo às normas necessárias a acumulação e dando as garantias materiais (infraestrutura, segurança, apoio ao desenvolvimento tecnológico etc.) para a expansão monopolista do capital.

Mészáros (2011, p. 700), observa que o Estado permanece com as mesmas funções de classe, garantir a propriedade e colocar o pobre estritamente a trabalhar, porém, a diferença é que atualmente o Estado capitalista:

[...] precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta intervenção direta no processo sócio-metabólico, que age não mais apenas em situações de emergência, mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo.

O Estado contemporâneo manteve as três funções identificadas por Mandel (1982), repressão, integração e garantia das condições de produção e reprodução. Porém, restringiu o acesso às políticas sociais e promoveu mudanças na forma de materialização e ampliou as ações de acumulação capitalista, tendo na visão de Jessop (1998) e Harvey (2007) um caráter mais empreendedor, balizado pela garantia da: estabilidade financeira; circulação de bens e

capitais; funcionamento dos monopólios e oligopólios; competitividade empresarial. Além disso, com um forte apoio a inovação e ao empreendedorismo.

No campo social, a pressão da burguesia sobre o Estado para reduzir os gastos sociais, sobretudo, daqueles que não contribuem diretamente para o controle da taxa tendencial de queda dos lucros estão maximizados. A redução direta da presença do Estado na execução das políticas sociais fortalece a burguesia de serviços que, apesar de não possuir o poder econômico da burguesia financeira ganha cada vez mais destaque no bloco de poder (NEVES; PRONKO, 2010).

De outro modo, diante de um quadro de extrema desigualdade social, o Estado atual focaliza e monetariza as políticas sociais, com a perspectiva de manutenção da “paz social”. As políticas são centralizadas na população dita como vulnerável e se caracterizam pela transferência bancária de benefícios, o que incrementa diretamente o lucro do capitalista.

Destacamos que os especialistas no comando dos governos possuem como estratégias: a) O empreendedorismo tanto na gestão como na ideologia de formação do sujeito; b) O ataque ao fundo público para manutenção da financierização da economia, para sustentar a competitividade das empresas nacionais e atrair investimentos estrangeiros; c) A privatização das empresas estatais; d) A publicização e/ou privatização dos serviços públicos; e) políticas sociais focalizadas e, sobretudo, por meio de transferência pelo sistema financeiro (MATIAS, 2013).

Diante do poder econômico e político da fração financeira ela controla – diretamente (por meio de representantes no poder Executivo e Legislativo) ou indiretamente com as instituições internacionais e agências de risco – a atuação estatal pelo mundo. Assim, assistimos um deslocamento do núcleo do poder, sobretudo “para cima”, em direção aos organismos internacionais, grupos dos países ricos que acabam controlando e ditando a circulação de capitais e mercadorias e “para fora” que são as redes horizontais de poder-internacional, regional e entre governos e o “terceiro setor”. Vejamos o que diz Jessop (1998, p.33).

Em primeiro lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, estritamente políticas e ideológicas do Estado nacional estão sendo realocadas noutros níveis da organização estatal. Referi-me a este processo como a desnacionalização da condição estatal. Em segundo lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, políticas e ideológicas anteriormente ou atualmente desempenhadas pelo Estado nacional têm sido crescentemente partilhadas com, ou totalmente deslocadas para, outros atores políticos, arranjos institucionais ou regimes (paraestatais ou privados). Referi-me a esse processo como o deslocamento do governo à governança.

Em terceiro lugar, em consonância com os argumentos do próprio Poulantzas, o contexto internacional da ação estatal doméstica adquiriu um significado maior para os aparelhos nacional, regional e local; e os seus campos de ação para propósitos domésticos se expandiram até o ponto de incluir uma extensa lista de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais. Todas essas três tendências estão associadas a uma redefinição parcial das funções particulares do Estado.

A presença de instituições supraestatais como o FMI, o Banco Mundial, os grupos de países do G8 e G20 desempenham cada vez mais influência no direcionamento dos fluxos de capital e na proteção da acumulação de capital (HARVEY, 2011).

Além disso, no âmbito local sob o discurso de ineficiência do Estado ampliou a presença de Organizações Não Governamentais realizando serviços que deveriam ser estritamente públicos. No Brasil, o chamado “Terceiro Setor” cresce no contexto da contrarreforma do Estado na década de 1990. O mundo das ONGs movimenta mais de US\$ 1 trilhão por ano, aproximadamente 8% do PIB do planeta. No Brasil, ele reúne mais de 200 mil organizações e representam R\$ 10,9 bilhões anuais, empregando cerca de 1,2 milhão de pessoas (2,2% dos empregos) e mobiliza milhares de voluntários⁵⁶.

Esta desobrigação direta do Estado na execução dos serviços sociais fortalece o setor de serviços, principalmente porque a reestruturação neoliberal ao diminuir o fundo público aplicado ao financiamento da força de trabalho passou a disponibilizar um crescente exército de reserva, em contínua luta por condições de empregabilidade.

Portanto, o Estado sob o controle da fração financeira descentralizou o poder, privatizou e publicizou os serviços sociais, e buscou concentrar o fundo público na reprodução ampliada do capital. As despesas e os investimentos sociais são duramente combatidos, e as frações da burguesia disputam entre si e com a *classe que vive do trabalho*, com menor poder de organização e pressão, os recursos públicos.

Ressalta-se que a forma de arrecadação e do gasto dos recursos públicos não se baseia em critérios neutros, mas como pano de fundo possui a correlação de forças estabelecidas pelos atores sociais⁵⁷. Deste modo, quando o capital é “coagido” ele procura atender as demandas dos de “baixo”, como ocorreu nos “anos dourados”, conforme as características da formação social, pois houve um crescimento dos investimentos públicos no atendimento das

⁵⁶ Dados referentes ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004. Informação disponível em: <http://www.mackenzie.br/7513.html>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁵⁷ A título de exemplo, os gastos do período de 2004/2007 revela quem realmente possui influência sobre o orçamento público. De acordo com Salvador (2010b), o montante pago com juros e amortização da dívida equivale a duas vezes o gasto com assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, saneamento, esporte, lazer, reforma agrária e gestão ambiental.

necessidades de reprodução da força de trabalho e uma menor presença do fundo público na estruturação direta da reprodução do capital. À medida que não crescia a arrecadação, os países contraíram crescentes déficits públicos. Como resultado, configurou na visão da burguesia uma crise associada à produção de bens sociais públicos e menos “à presença dos fundos públicos na reestruturação do capital, revelando um indisfarçável acento ideológico na crítica a crise” (OLIVEIRA, 1998, p. 24).

Com este discurso, as frações da classe dominante responsabilizam os recursos públicos voltados para a reprodução da força de trabalho pelo déficit no orçamento e, conseqüentemente, pleiteiam constantes ajustes fiscais. Assim, o Estado sob o domínio da fração financeira diminuiu a presença dos investimentos e gastos na reprodução da força de trabalho, ao passo que passou a favorecer mais a rentabilidade financeira, especialmente por meio da dívida pública (SALVADOR, 2010).

Destaca-se que o corte dos gastos sociais destitui direitos sociais e o atendimento (parcial) das necessidades humanas passam a ser satisfeitos no mercado. O salário, que antes era liberado para o consumo de bens, agora custeia as necessidades fisiológicas dos seres humanos e quando sobra obtém os satisfadores histórico-culturais. A destituição das políticas como direito para atender às emergências do capital vem agravando a situação da população que depende do trabalho para sobreviver.

Assim, no contexto contemporâneo, as políticas sociais ocorrem em dois sentidos: a) diminuir a tensão social; b) mecanismo para impulsionar o crescimento econômico e os lucros dos membros da burguesia. Sendo ambas funcionais aos interesses de acumulação capitalista.

O Banco Mundial e outros organismos internacionais, nos últimos anos, estabeleceram como parâmetro as políticas de *manejo social do risco*, nas quais o pessoal do Estado atua mapeando os mais “precarizados” e criando formas de “melhoria social” ou redução da indigência (STEIN, 2006).

O alinhamento das ações do governo com os ditames do capital gera discursos e práticas que individualizam e responsabilizam as pessoas por serem miseráveis. O discurso neoliberal de autorresponsabilização está impregnado nas consciências e estigmatiza qualquer ação social que não tenha dispêndio de força física dos necessitados. Isso se afirma com a substituição do Estado democrático de direito (Estado de bem estar social) pelo Estado meritocrático (Estado antissocial), no qual os cidadãos se tornam *devedores sociais* (PEREIRA, 2009).

As medidas de alívio à pobreza são ampliadas, como alternativas ao desmonte de uma proteção intensiva em segurança social. As políticas focalizadas agem de forma a garantir a

reprodução do capital, legitimando as desigualdades existentes e amenizando os problemas sociais (PEREIRA, 2011a). As necessidades humanas são rebaixadas ao mínimo⁵⁸, para diminuir os gastos sociais e aumentar o investimento em setores de acumulação capitalista (PEREIRA; STEIN, 2010).

A redução da política social ao conceito de política de combate à pobreza destitui todas as ações que garantem direitos e provoca uma metamorfose: a prestação de serviços públicos é substituída pela monetarização de benefícios⁵⁹.

Tem-se aqui uma alteração da materialização das políticas sociais. Ela se torna ao mesmo tempo apoio ao beneficiário e investimento na circulação de mercadorias. A aplicação do benefício se dá no mercado e, pela incidência de impostos regressivos nas mercadorias (quem menos tem, paga mais), uma parte do benefício retorna ao Estado na forma de taxas. Uma das mãos estende e a outra recolhe. Portanto, a monetarização da política social tende a ser mais uma política econômica com efeito social pela ampliação das condições de consumo. O gerenciamento de políticas monetárias é similar ao da gerência financeira. A relação direta entre o agente institucional e o requerente se dá no momento de preencher cadastros e apresentar documentos. A partir daí, a gestão de cadastros, o banco de dados, a seleção para inclusão e controle de resultados ou condicionalidades ocorrem por ferramentas informatizadas e cartões plásticos (SPOSATI, 2011, p.5).

A monetarização e a inserção das políticas sociais na lógica da acumulação de capital geram para a burguesia mais pessoas para consumir seus produtos, mais pagadores de impostos e mais endividados com os empréstimos e cartões de crédito, além de servirem como um “calmante”.

Portanto, o que se observa é a oferta do mínimo aos trabalhadores, em áreas estratégicas na reprodução ampliada do capital, o que obriga as “classes exploradas” a comprar no mercado, a reprodução da sua força de trabalho. O acesso aos “satisfatores sociais” é restrito àqueles que podem pagar e, neste sentido, cada um vai consumir conforme as suas posses. Aqueles que possuem as melhores condições, em tese, terão um produto de mais qualidade. Por outro lado, temos bilhões de pessoas que, infelizmente, não conseguirão atender plenamente as suas necessidades.

Uma dessas necessidades é a vivência esportiva, no caso específico o futebol. No processo de reestruturação do capitalismo o futebol foi um dos segmentos em que passou ao

⁵⁸ Em 2011 o governo rebaixou a linha limite de extrema pobreza para R\$ 70 per capita por mês. O valor é muito próximo do recomendável pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos objetivos do milênio: U\$ 1,25 dólar por dia. Já imaginou passar um dia com pouco mais de dois reais, ou seja, quatro ou cinco pães.

⁵⁹ No Brasil o principal exemplo é o Bolsa Família. O programa atende população de extrema pobreza. Apesar de ser inegável sua importância no cenário brasileiro de desigualdade é fato que ações governamentais deste tipo dão suporte e reforçam os interesses das frações da burguesia.

total domínio das forças do mercado, subsunção real, tendo forte presença do Estado na normatização do consumo, na garantia da segurança e na distribuição de incentivos fiscais e infraestrutura para clubes e outros segmentos do mercado.

Muitas das modalidades esportivas que são consumidas atualmente como espetáculo, no início do século XX ocupavam um lugar de destaque na imprensa escrita e no rádio, todavia se balizavam sob o princípio do amadorismo. O mercado esportivo ainda era incipiente e o Estado incentivava a prática esportiva com um viés nacionalista, como forma de disciplinamento e controle do tempo livre do trabalhador.

Destaca-se que o futebol desde a sua sistematização em 1863 até os primeiros anos do século XX na maioria dos países da Europa e América sua prática inicialmente era restrita a elite, posteriormente, foi difundida para as camadas subalternas. Em uma sociedade em que a estrutura social era muito hierarquizada, com uma imensa massa de gente na base da pirâmide, uma classe média pequena e um grupo ainda menor de pessoas no topo, a prática esportiva e o futebol especificamente servia como elemento de formação do caráter, da ética e moral e menos como uma atividade produtiva.

A partir da popularização do futebol na Europa e América Latina ele foi um instrumento político de governos nos diferentes regimes. O apoio aos clubes e seleções, com recursos diretos e indiretos (terrenos e infraestrutura urbana) e a atuação estatal na massificação da modalidade garantia por um lado a disseminação de valores necessários para a manutenção dos regimes e governos (nacionalismo, disciplina, competição, individualismo), bem como a ocupação do tempo livre das pessoas com a prática ou o consumo passivo do futebol.

Após a primeira guerra mundial até meados da década de 1970 os diferentes regimes investem na disseminação do futebol e no fortalecimento dos clubes. Na ex-URSS a modalidade foi massificada, os clubes passaram para o controle do Estado, seja ligado ao exército ou à polícia. “A influência do regime e de empresas controladas pelo Estado foi forte e contínuo durante as décadas de 1920 e 1930. De início, os nomes e símbolos das equipes foram alterados para colocar em evidência as organizações estatais”⁶⁰.

Na Itália o futebol começa a se popularizar no início dos anos 1920 e o regime fascista percebe nesse fenômeno uma forma de atração e mobilização social. A organização da modalidade é totalmente reformulada pelo Estado, que assume o controle de toda a organização do esporte no país. Ele cria um campeonato nacional, com clubes de todas as

⁶⁰ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/10/1929143-cooptado-pelo-estado-futebol-se-popularizou-no-regime-comunista.shtml>. Acesso em: 26 maio 2018.

regiões, dando garantias para o funcionamento das equipes. Assim, com o evento nacional com representantes de todo o país o regime tinha um ótimo instrumento para difundir suas ideias. Mas o sentimento de pertencimento à nação é construído especialmente com a presença da seleção na Copa do Mundo. A Copa de 1934 foi especial para o regime fascista.

O mundial de 1934 foi utilizado pelo fascismo italiano como meio de propaganda com o intuito de atingir a opinião pública internacional e nacional. O regime [...] queria mostrar ao mundo seus valores, sua capacidade de organização e, por intermédio de uma conquista no campo, sua legitimidade frente a outras formas de governo e sua suposta superioridade racial. O fascismo buscava a unidade e a mobilização das massas na perspectiva de fortalecer a nação e sua identidade, e o futebol possui essa capacidade de arregimentar pessoas, de mobilizá-las e de criar laços entre os envolvidos (CLEZAR, 2015, p. 48).

Na Alemanha regime nazista procurou se promover por meio do futebol na Copa de 1938, sendo esse movimento mais evidente dois anos antes nos Jogos Olímpicos de Berlim em que procurou demonstrar a superioridade da raça ariana.

Na América Latina em meio aos regimes ditatoriais e raros momentos de democracia, o futebol também foi um importante instrumento de propagação política, fortalecimento do sentimento de pertencimento e projeção internacional. No Brasil destacam-se ações de infraestrutura e cessão de espaços para os clubes, com o incentivo à criação de campeonatos com um caráter nacional. Além disso, a seleção nacional foi constantemente objeto de apropriação política pelos governantes (MATIAS; MASCARENHAS, 2017).

Observa-se que na “Era de Ouro” do capitalismo (fim da segunda guerra mundial até meados de 1970) o Estado amplia as políticas esportivas, populariza e massifica o esporte, especialmente o futebol. A União Europeia por meio do tratado de Roma de 1957 estabeleceu o esporte como um direito e em 1975 o Conselho Europeu elaborou a Carta Europeia de Esporte Para Todos em que reafirma a necessidade dos governos investirem na garantia do esporte como um direito (COMISIÓN EUROPEA, 1976). Antes disso, surge na Noruega em 1967 e depois espalha para o mundo o movimento Esporte Para Todos, que, de acordo com Tubino (1992) visava à massificação do esporte. Ainda sobre isso, a UNESCO em 1978 divulga a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, sinalizando a necessidade dos estados-nação tratarem o esporte como direito⁶¹.

Entretanto, em meio às políticas de massificação do esporte e, sobretudo, do futebol, com os diferentes objetivos (reprodução da força de trabalho, nacionalismo, projeção

⁶¹ Informação disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

internacional, disciplina etc.), ocorre especialmente a partir da década de 1970 um crescimento da profissionalização, impulsionado pelas transmissões da televisão. Nos anos seguintes assistimos à formação de uma próspera indústria do entretenimento relacionado ao futebol. Os valores disseminados vinculam cada vez mais ao individualismo, narcisismo, de consumo de itens descartáveis e de culto aos ídolos. A reestruturação do capitalismo potencializou a mercantilização do futebol e em torno dele formou-se um mercado mundial de produtos, serviços, espetáculos, eventos e megaeventos.

Assim, como ocorreu em outros setores da economia, o Estado passa a garantir as condições de produção e reprodução do capital também daqueles envolvidos com o futebol. Nos diferentes países do centro e da periferia os governos modificam as legislações, permitindo a presença do mercado na organização e no controle dos clubes e das ligas. Além disso, fixa linhas de financiamento – caso da Inglaterra com a reestruturação dos estádios nos anos 1980 e nos anos seguintes com a disponibilidade de empréstimos para os clubes – e patrocínios de estatais e empresas públicas de televisão – como ocorreu na Itália também nos anos 1980. Além disso, estabelece políticas de renegociação das dívidas dos clubes – casos da Espanha, Itália, Portugal e Brasil – e disponibiliza toda a infraestrutura de transporte e segurança para a realização dos locais dos espetáculos futebolísticos.

O Estado como em outros setores da vida restringe sua presença direta na fomentação de políticas sociais esportivas e transfere para o mercado o acesso das pessoas a vivência das atividades físicas esportivas, seja por meio do aluguel de campos, aquisição de equipamentos, pagamentos de mensalidade de academias, clubes ou pela aquisição de pacotes de canais, tendo em vista que assistir aos jogos nos estádios é algo cada vez mais difícil para as camadas mais pobres (MATIAS, 2013).

No caso do Brasil, nos últimos anos a ação estatal esteve centrada no desenvolvimento de políticas focalizadas e no apoio a realização dos megaeventos esportivos. Para a construção e reformas dos estádios para a Copa do Mundo, por exemplo, os governos estaduais disponibilizaram linhas de financiamento com juros baixos. Para o mesmo evento os governos destinaram fatias do fundo público para obras de infraestrutura, como transporte (FIGUEIREDO, 2017).

Registra-se que a relação do Estado com as entidades esportivas em geral e especificamente com os representantes do futebol torna-se menos corporativa, com menos poder de decisão sobre a organização das modalidades e mais no sentido de garantir as condições para que o processo de produção, distribuição, troca e consumo ocorram normalmente.

No caso dos espetáculos esportivos o Estado atua tanto para que ocorra lucro para quem produz e que seja um consumo seguro para quem procura algumas horas de entretenimento. Cabe citar que os espetáculos são formas contemporâneas de fazer o capital girar de forma mais rápida, afinal.

Por fim, ressalta-se que as transformações que apresentamos no campo do mundo do trabalho, na organização da economia e da política formam um todo que influencia diretamente a forma que nos relacionamos com os outros e como produzimos cultura. Aliás, a própria cultura é setor que garante produção de mais-valia. Afinal, o *modus operandi* do sistema do capital está numa fase em que tudo e todos estão diretamente subordinados a suprir as necessidades de produção e reprodução, de uma forma cada vez mais ampliada, pouco importando as consequências para os trabalhadores e para a própria continuidade da vida humana (NEVES; PRONKO, 2010).

Nesse sentido, a cultura é um dos segmentos que passou por profundas mudanças para ficar mais palatável. A seguir vamos apresentar alguns aspectos do complexo ligado a cultura, especialmente acerca da produção de bens simbólicos de consumo rápido, a “cultura do efêmero”, com destaque para a espetacularização das manifestações culturais, sobretudo o futebol e, da relativização do luxo e das necessidades, com a mudança no padrão de comportamento das elites, que acumulam, poupam e são mais exibicionistas.

2.2.4- A cultura e a reprodução ampliada do capital

Mandel (1982, p. 269) afirma que “a mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita penetram agora em todos os setores da vida social”. Nesse sentido, Jameson (2007) sinaliza que no capitalismo contemporâneo há uma fusão entre o complexo econômico e o cultural, não tendo mais diferenciação entre eles. Os mesmos processos produtivos vistos em outros campos também passam a existir no universo da produção das artes, com os mesmos princípios da produção: a busca pelo baixo custo na produção, criação de necessidades e bens simbólicos com pouca durabilidade e de consumo instantâneo.

O complexo da cultura está atrelado ao complexo da economia de uma forma nunca vista na história do capitalismo. A forma mercadoria reina absoluta na produção cultural. Registra-se que para tornar os produtos desse campo mais palatáveis e voláteis desenvolveu-se uma complexa “indústria cultural”, composta de um notável avanço tecnológico do cinema e da televisão aliados aos antigos mecanismos de comunicação – jornais e revistas impressos

e o rádio –, associados às várias possibilidades de entretenimento da *internet*. Eles disponibilizam uma infinidade de itens para a sociedade, muitos com a produção e o consumo sendo simultâneos.

No mundo da cultura, conforme ocorreu em outros setores da economia, houve a formação de um mercado internacional de produções de filmes, séries, telenovelas, programas de entretenimento, inclusive esportivos. Geralmente as grandes produtoras localizadas nos países centrais, sobretudo, nos EUA, comercializam para a periferia suas mercadorias. Porém, como sinaliza Ortiz (2000) o comércio internacional de produtos culturais não significou o aniquilamento das culturas locais, mas uma integração subordinada aos itens estrangeiros.

Ao passo que ocorre a mundialização do capital também acontece o mesmo com o universo da cultura. Ainda que permaneçam traços de singularidade, o que pode ser visto nos diferentes grupos sociais existentes na nossa sociedade.

Ressalta-se que ainda que a busca seja pela padronização dos bens simbólicos, com vistas a diminuir os custos, observam-se também movimentos que procuram atender os diferentes grupos sociais, inclusive as diferentes classes econômicas. Nesse sentido, às classes subalternas são oferecidos produtos de um menor valor agregado, por exemplo, os *shows* de música popular, já para uma elite são ofertados bens socialmente reconhecidos como superiores, com maior capacidade de elaboração, como a ópera. Ainda assim prevalece em todos os setores o rebaixamento da exigência intelectual, da linguagem e da natureza estética para o consumo das produções e serviços.

A estética das mercadorias e dos serviços culturais é projetada apenas visando o seu valor de troca, a comercialização. Da mesma forma que ocorre em outros setores da economia, a produção artística subordina a força de trabalho ao regime de trabalho assalariado. O produto é feito para um consumidor que também é moldado pela publicidade. Ela não apenas procura vender o produto e o serviço, mas cumpre o papel de educar os sentidos dos indivíduos.

Os bens simbólicos e serviços culturais são facilmente aceitos pela massa de consumidores, pois, eles também são “produtos” da “indústria cultural”. A necessidade de assistir a um *show*, por exemplo, e depois outro é ao mesmo tempo real e criada. A própria produção induz ao consumo que, por sua vez, agrega muito pouco para o gênero humano. Pois, a racionalização da produção cultural, em outras palavras, a mercantilização da cultura, gera um empobrecimento do material que é consumido. Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) dizem que ao se produzir um bem cultural para troca se perde o valor de uso, no sentido em que o importante é apenas o que se vende. Assim, o que temos a partir do cinema, do rádio e

da televisão não é arte, mas a “indústria” que se utiliza dela como um negócio para legitimar “o lixo que propositalmente produzem”. Esse lixo padronizado cumpre a função de entreter, sendo uma forma de retirar o ser da tensão do tempo de trabalho e das demais obrigações da vida.

De acordo com Harvey (2010, p. 148) no regime de acumulação flexível há uma ênfase muito maior às modas fugazes e à mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural. Para o autor,

A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadorização das formas culturais.

A subsunção real da cultura à forma mercadoria diminui qualquer possibilidade de emancipação do homem com o consumo de uma obra de arte, com um espetáculo futebolístico entre outras manifestações que ele possui acesso. A produção e o consumo de uma obra cinematográfica, televisiva, teatral, radiofônica e literal são subordinados a lógica do valor. O consumo serve apenas como uma forma de transgredir o real, ocupar o tempo livre do espectador, passivo de capacidade crítica que, em “tempos virtuais”, se preocupa mais em mostrar para o outro onde esteve, o que fez e o que faz.

Assim, um bem simbólico não possui nenhuma diferença em relação aos demais produtos e serviços eles são apenas mercadorias que vão suprir necessidades subjetivas, reais ou criadas. Reitera-se que na sociedade capitalista que é dividida em classes sociais o consumo dos bens culturais depende do nível socioeconômico e da formação cultural das pessoas. As atividades literárias, a fonográfica, o audiovisual, os espetáculos (inclusive o futebol), as artes cênicas, circenses e plásticas, além do acesso à cultura digital e outras saídas (boate, danceteria, zoológico etc.) são ofertadas no mercado, seja algumas para consumo no espaço doméstico ou no espaço fora de casa, porém, os aspectos de renda e escolaridade definem o tipo de produção e serviço a ser consumido.

Destaca-se que em 2002 a maior parte do gasto dos brasileiros com itens culturais foi com a “cultura doméstica”, ou seja: 82% do dispêndio financeiro das famílias se referiam às práticas realizadas ligadas à televisão, ao vídeo (DVDs e CDs), à música, à leitura e à *internet*. As práticas que pressupõem saídas do domicílio correspondiam a 17,8%. Nota-se que predomina o gasto com a cultura “televisionada”, sendo que as atividades de leitura

(jornais, revistas e livros) são presentes principalmente com os segmentos mais ricos da sociedade (SILVA; ARAUJO; SOUZA, 2007).

Ainda sobre isso, observa-se que mais recentemente, em 2013, o IBGE demonstrou que cada família gasta no país cerca de R\$ 184,57 por mês com produtos e serviços culturais, o que representa 5% do total de gasto⁶². Contudo, ele é concentrado na camada mais rica e escolarizada da sociedade. Quanto maior a renda e a escolaridade mais se gasta com atividades culturais e mais variada é a cesta de itens culturais (SILVA; ARAUJO; SOUZA, 2007). Consequentemente, maior é a possibilidade de acesso aos bens com requinte, o que gera uma maior sensibilidade estética e intelectual, que por sua vez garante um *status* social.

Um aspecto que chama a atenção sobre o consumo dos bens culturais seja qual for e independente da classe social é a utilização dele como mecanismo de exposição da imagem. Há uma tendência de reduzir a experiência com um espetáculo teatral, por exemplo, à apenas a aparência, à busca pelo prazer efêmero e, principalmente, à coleção de imagens. Pois, será por meio delas que o indivíduo poderá estabelecer relações com outras pessoas.

Nesse sentido, Debord (1983) destaca que é a imagem o mecanismo em que as pessoas externalizam para a sociedade a sua realidade que não necessariamente é real, mas que deve parecer verdadeira, pautada, sobretudo, pelos sentimentos de felicidade, satisfação e conquista. Portanto, enquanto na produção cultural prevalece a ênfase naquilo que é descartável, padronizado com baixo valor ao gênero humano o consumo se pauta pelo poder que a imagem pode ofertar ao indivíduo. Ou seja, pouco importam as características do produto e se você possui necessidade de tê-lo, o fundamental é que adquira, sobretudo, aquele reconhecido a partir da publicidade como bom. Aliás, o bom é aquele que é trocado várias vezes, é a marca consolidada no mercado.

O indivíduo procura consumir aquele produto ou serviço que é dito pela propaganda como capaz de tirá-lo da sua realidade. Aliás, a busca inicialmente é pela marca que, associada às atividades artísticas, descola da mercadoria e se insere no dia a dia das pessoas. Além de criar ou fortalecer o desejo de ter um objeto ou serviço, os meios de comunicação juntamente com a publicidade internalizam nas pessoas a necessidade de obter determinada marca que lhe proporcionará um lugar de mais destaque nas relações sociais que ele estabelece.

As marcas das empresas ganham vida própria, as pessoas não se relacionam com outras e nem apenas com a mercadoria, mas a busca pelo consumo da marca socialmente

⁶²Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/10/familias-e-governantes-brasileiros-gastam-pouco-com-cultura-revela-estudo-do-ibge-4305295.html>. Acesso em: 26 maio 2018.

reconhecida. A marca descola da coisa e o consumo é da imagem e não do próprio objeto. A aquisição de um tênis não é simplesmente a compra de um calçado, mas é a posse de um tênis Nike nos pés. O mesmo vale para um refrigerante, um carro e um bem simbólico.

As empresas procuram consolidar sua marca no mercado, no caso futebol, os clubes buscam juntamente com as vedetes (atletas com Força Esportiva capaz de grande mobilização social) se consolidarem na preferência do grande público. Assim, atraem outras marcas reconhecidas mundialmente para que juntos possam ganhar novos mercados e adeptos.

A marca da empresa, ou melhor, a imagem transmitida por ela que atenderá às necessidades do indivíduo (normalmente criada). Nessa perspectiva, as pessoas acreditam que são parte da sociedade somente se tiver e demonstrar que possui a posse de um bem de uma marca reconhecida ou que esteve em um lugar magnífico. Isso independe da atividade consumida e da classe social que pertença. Obviamente que a repercussão social será maior da coleção de imagens daqueles que possuem poder econômico e acesso aos bens simbólicos mais valorizados.

Destaca-se que o valor de uso está presente da mesma forma que o preço é levado em consideração no momento da aquisição de um produto ou serviço cultural, porém, a compra está condicionada ao que a mercadoria pode ofertar nas relações sociais para quem adquire. O sujeito compra não apenas o produto e o serviço, mas a imagem e tudo que ela pode render ao seu proprietário. A viagem, por exemplo, a um lugar diferente envolve menos o objetivo de interação com o local, com a natureza e com as pessoas e mais a coleção de fotografias tiradas, que serão colecionadas e expostas.

Nesse sentido, observamos a presença, especialmente, nos meios de comunicação, ao estímulo ao consumo indiscriminado de produtos e serviços, que rende imagens e conseqüentemente estabelece *modus* de vida. Não importa se os itens são naquele momento necessários ou supérfluos para o indivíduo, no contexto de relativização do luxo e também das necessidades, o que vale mesmo é se está consumindo. No consumo do bem e do serviço predomina a ideia fantasiosa apresentada pela publicidade de uma marca e menos o conteúdo, a experiência com a atividade.

Assim, aliada à “indústria cultural” a propaganda cria a necessidade e demonstra que tudo está acessível a todos. Os indivíduos internalizam, acreditam e vendem sua força de trabalho para adquirir aqueles os produtos e serviços essenciais e da moda. Na maioria das vezes ficam endividados para poderem comprar um item que nem mesmo utilidade terá, mas satisfará o ego e o colocará como parte da sociedade do consumo.

Obviamente que permanece presente o entesouramento, a preocupação com a poupança, mas no cenário de hipertrofia do eu as pessoas possuem a necessidade de demonstrar que possuem algo de uma determinada marca famosa e que esteve em lugares especiais. Isso é uma forma de obtenção de *status*.

Ressalta-se que não estamos negando a realidade, ou seja, a existência de seres humanos quem nem possui a condição de satisfazer as necessidades básicas, como comer diariamente. O estado de miséria é uma realidade que assola o mundo, o Relatório da ONU⁶³ para o desenvolvimento apontava em 2014 que 12% da população mundial estava em crise de fome crônica⁶⁴. Sem dúvida, reconhecemos essa situação de flagelo pela qual passa uma significativa parcela da humanidade. Reiteramos que o acesso aos bens culturais depende diretamente da condição econômica e escolaridade. Inclusive registramos que diante dos limites econômicos e, conseqüentemente, de sensibilidade estética, os capitalistas criam produtos e serviços com características diferentes. A segmentação econômica também é cultural. Isso por outro lado não significa que a “indústria cultural” não busque concretizar a tendência de esvaziamento estético e padronização da produção e do consumo. A diferenciação em momentos pontuais não elimina a referida tendência.

Diante desse contexto de mercantilização da cultura e do incentivo ao consumo desenfreado – inclusive de bens e serviços luxuosos –, desnecessários, há uma necessidade de mudanças na estrutura e dos valores morais que estão enraizados na sociedade ou pelo menos um superdimensionamento de alguns deles. No contexto em que a imagem parece ter vida própria, inclusive sendo para Debord (1983), a forma mediadora das relações sociais, pressupõe que estamos em um contexto histórico em que a ênfase é dada na representação, na aparência, assim, prevalecem os valores relacionados ao narcisismo, exibicionismo, ao consumo do supérfluo e da luxúria.

Isso foi inflado com o desenvolvimento tecnológico, com aparelhos portáteis e computadores conectados à *internet*, sobretudo, nas redes sociais. Apesar de apenas 57,8% dos brasileiros estarem conectados, um dado resultante da situação de pobreza, miséria e baixa escolaridade, nos últimos anos houve uma expansão dos conectados. Em dez anos (2005 a 2015) o país saiu de 13,6% para 57,8%⁶⁵, cerca de 120 milhões de pessoas. O país somente fica atrás dos EUA (242 milhões), Índia (333 milhões) e China (705 milhões).

⁶³ Organização das Nações Unidas

⁶⁴ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/pobreza-afeta-2-2-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-todo/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁶⁵ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Porém, percentualmente o Brasil fica atrás do Reino Unido (94%), Japão (92%), Alemanha (90%), Estados Unidos (76%) e Rússia (76%)⁶⁶. Seja como for, a expansão da *internet* tornou um palco perfeito para afirmação de valores individualistas e narcisistas, além do estímulo ao consumo.

As experiências cotidianas estão cada vez mais nas redes sociais e por meio delas são estabelecidas relações afetivas e comerciais. Um exemplo disso é o *Instagram*, uma rede social de fotos e vídeos que somente no Brasil já possui mais de 50 milhões de usuários, no mundo já são 800 milhões. Em todo o planeta 250 milhões de pessoas mostram diariamente o que estão fazendo, onde estão ou anunciam os seus desejos⁶⁷. Diante desse potencial a empresa proprietária da rede lucra com a cessão de espaços para propagandas.

A vida diária das pessoas passa pela câmera, da máquina ou do celular, e ganha forma nas redes sociais e nos veículos de comunicação. Os mais simples acontecimentos são expostos em busca de compartilhamento, comentários elogiosos, *emojis* e curtidas. A vida está mais espetacularizada, tanto no sentido de grandeza do termo como também no que se refere à exposição por meio das imagens.

A vida “virtual” é uma fuga da verdadeira realidade em que a maioria das pessoas enfrenta diariamente, especialmente aqueles que possuem a necessidade de vender sua força de trabalho. Aliás, a ficção e a realidade cada vez mais se misturam e o indivíduo passa a viver uma vida idealizada, uma vida inspirada nos ídolos, aqueles que conseguiram destaque na sociedade e foram alçados pela mídia e pelo mercado a heróis modernos.

Sobre os ídolos, especialmente aqueles do Futebol de Espetáculo, vale a pena sinalizar que são verdadeiras vedetes que atraem visibilidade, publicidade e o interesse de uma massa que incapaz de realizar os mesmos espetáculos acompanha e segue as indicações, inclusive no que diz respeito ao consumo dos produtos e serviços divulgados por eles. De acordo com Cavalcanti e Capraro (2013, p. 2), “o ídolo-herói se expressa por meio da cultura, procurando responder aos anseios de uma sociedade. São sujeitos dotados de talento, carisma e simpatia, o que os torna únicos e diferenciados”. O ídolo é o reflexo da vida desejada pelos súditos, pois, estão nos melhores lugares, com acesso aos produtos e serviços de primeira linha e são “cultuados” dentro e fora do seu ambiente de trabalho. Ressalta-se que sempre existiram os “heróis”, porém, os novos mitos são aqueles que conseguem movimentar uma multidão por

⁶⁶Informação disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-10/relatorio-aponta-brasil-como-quarto-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁶⁷Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931057-com-50-milhoes-de-usuarios-brasil-e-segundo-no-ranking-do-instagram.shtml>. Acesso em: 12 jan.2018.

aquilo que realiza nos gramados e pela sua imagem, moldada pelos veículos de comunicação, capaz de vender tudo.

Por essa capacidade são cobiçados tanto pela “indústria cultural” – para frequentar os filmes, as apresentações teatrais, as telenovelas, os grandes clubes de futebol – como também são requisitados pelos diferentes segmentos do mercado. Afinal, temos ídolos em todos os segmentos culturais que são conhecidos e reconhecidos mundialmente e associar uma marca de uma empresa as suas façanhas significa ser lembrado em todos os mercados.

No caso do futebol os grandes atletas com suas marcas (técnica, física, tática e imagem) produzem façanhas inovadoras, com imagens espetaculares, por consequência recebem dinheiro e prêmios incalculáveis para um cidadão comum. Aliás, eles se tornam marcas a serem consumidas e desejadas pelo mercado e pelos indivíduos. Segundo Bazanini et al,

Os jogadores são transformados em vedetes na sociedade do espetáculo e recebem um papel a desempenhar. Comprar uma camisa, assistir um jogo, adquirir produtos do clube ou dos jogadores fazem o indivíduo ser parte integrante do espetáculo, dando-lhe sentimento de “status” (2014, p.141).

Sem dúvida, pelo apelo midiático atletas como Messi, Cristiano Ronaldo e Neymar são vendedores de sonhos, de *modus* de ser, de produtos e serviços de todos os tipos. Eles conseguem vender tudo porque são vistos na sociedade como “los portavoces más adecuados de la sociedade o de algunos de sus grupos. Um grupo social se reconoce em el campeón como em su propia imagen ideal” (BROHM, 1982, p. 287). Os ídolos são:

Modelos publicitários de inegável reconhecimento mundial, assim como na religião são dignos de idolatria e admiração destinadas aos Deuses das arenas modernas. As enormes quantias pagas e amplamente veiculadas nos meios de comunicação fazem com que os indivíduos menos favorecidos pelo capital almejem essa ascensão social. Acham que esse caminho esportivo será acessível, visto que a maioria dos jogadores veio de uma origem sofrida e humilde, passando pelos obstáculos nos quais boa parte da população pobre passa todos os dias (DIAS, 2016, p. 53).

Portanto, na sociedade do espetáculo, conforme sinaliza Debord (1983), em que “tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”, os ídolos cumprem duas funções essenciais: a) cimento ideológico; b) propulsores de negócios. Ou seja, são importantes para cimentar os valores caros para classe dominante, por exemplo: mérito; individualismo; capacidade de superação e de lutar por novas conquistas; também são fundamentais para induzir os indivíduos a comprar os produtos e serviços. Isso fica claro no

futebol diante das necessidades de os clubes possuírem uma referência para divulgar seus produtos, inclusive comercializar espaços publicitários e os direitos de televisão, e das empresas colarem nele suas mercadorias.

Os ídolos são produtos da mídia que tornam seus feitos conhecidos e reconhecidos. Ela cria e divulga os ídolos e tudo que eles produzem na vida pública ou privada ganha dimensões estratosféricas. Uma simples cirurgia ganha dimensões inimagináveis. Por exemplo: No dia 02/03/2018 os portais eletrônicos de notícias, os telejornais, os programas esportivos das emissoras de televisão e os noticiários das principais rádios do Brasil destacam a fratura no pé direito de um dos principais ídolos do futebol na atualidade. A lesão no quinto metatarso de Neymar foi um dos assuntos mais abordados pela mídia do país. Na Folha de São Paulo no dia 03/03/2018 o humorista José Simão escreveu: “É hoje! O Brasil inteiro torce pelo dedinho do Neymar!”. A Rede Globo acompanhou em tempo real todos os passos da cirurgia do atleta⁶⁸.

Conforme já apontamos, a mídia, todos os meios de comunicação, exercem um papel central não apenas na formação dos ídolos, mas na construção cultural de um povo. Além disso, como aparelho ideológico determinam formas de pensar e agir da população, bem como enumera aquilo que é importante e aquilo que é secundário em uma sociedade. Na mesma semana em que o Neymar passou pela cirurgia, o governo apresentou o PIB do Brasil em 2017, o crescimento ficou menor que o esperado, apenas 1%, dois dias antes da cirurgia o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que 12,2% dos brasileiros economicamente ativos estão desempregados, sendo 12,7 milhões, já os brasileiros sem carteira assinada chegam a 23,2 milhões, um aumento de 4,4% em relação a março de 2017⁶⁹. Porém, o tratamento dado pela mídia do desemprego do país perto do que ocorreu com o “mito Neymar” foi insignificante. O Estado de São Paulo, um dos principais jornais de circulação do país, chegou a publicar uma matéria no dia 28/02/2018 sob o título “desemprego sobe, mas isso não é desanimador”⁷⁰.

Ainda que os dois fatos tenham ligação com a vida real, não sendo nada do imaginário, a predominância do primeiro sobre o segundo na agenda imposta pela mídia ilustra o cenário atual da sociedade capitalista. A vida concreta dos indivíduos possui uma relevância menor diante da imagem de um ídolo que vende sonhos, desejos, produtos,

⁶⁸A cirurgia foi acompanhada pelo *site* da globo: <https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/ao-vivo/neymar-passa-por-cirurgia-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2018.

⁶⁹Informação disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/03/29/trabalhadores-com-carteira-assinada-ibge.htm>. Acesso em: 01 abr.2018.

⁷⁰ Informação disponível em: www.economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-sobe-mas-isso-nao-e-desanimador,70002208742. Acesso: 10 mar.2018.

serviços e *modus* de ser. Aliás, a vida concreta cada vez mais possui menos visibilidade diante da vida “virtual”.

Sem dúvida, a vida dos ídolos é espetacularizada e vista de uma forma escandalosa, porém, como assinalamos os fatos cotidianos também estão imersos na lógica do espetáculo, ainda que em proporções menores, posto que,

Perseguições policiais nas periferias, brigas de vizinhos e até fofocas sobre a intimidade de celebridades são temáticas de extrema relevância acompanhadas de todo um aparato tecnológico para veiculação da informação nos grandes meios de comunicação (DIAS, 2016, p. 84).

Registra-se que o espetáculo sempre esteve presente na vida humana. Os povos clássicos (gregos e romanos) também eram adeptos da representação, porquanto os jogos, o culto ao corpo, as “batalhas” políticas, as grandes obras arquitetônicas são exemplos de que eles sempre estiveram presentes. Além disso, nem sempre se resumiram as formas de reverência aos deuses ou à política de “pão e circo”. No processo de transformação da natureza o homem experimenta e produz com o corpo diferentes movimentos, gestos e manifestações corporais, sem falar da produção intelectual, que são fundamentais para o enriquecimento do gênero humano (ROUYER, 1977).

Todavia, na sociedade sob o domínio do modo de produção capitalista, com a subsunção real da cultura à forma de mercadoria, as produções culturais são esvaziadas de sentido e conteúdo e resta apenas a fluidez da aparência momentânea espetacularizada.

Isso em um contexto não mais local, mas internacional, pois, com o desenvolvimento tecnológico, com a rede mundial de computadores e as transmissões via satélite, os acontecimentos no mundo são acompanhados no momento que eles ocorrem em todos os lugares do planeta. Há um processo de encurtamento do espaço e do tempo. Um grande espetáculo esportivo é visto ao vivo, por todos os ângulos tanto no local de sua produção como nos territórios mais afastados.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou o encurtamento do tempo e do espaço. Sobre o tempo é importante mencionar que o apelo ao consumo indiscriminado, com culto à imagem produz concepções do tipo que tudo precisa ser vivido como se não tivesse o tempo futuro e nem o passado. A experiência em consumir um produto e realizar uma viagem, em viver o agora, é um estímulo à negação a nossa capacidade de fazer história. Algo que está tanto na vida pública quanto privada, na produção intelectual e também artística, presente em todos os estratos sociais. Nota-se que nas produções culturais predomina o descolamento da

realidade e do contexto histórico em que elas estão submetidas, afinal, o que vale é o seu valor de troca.

O futebol é um excelente exemplo de como um fenômeno cultural que foi submetido totalmente à lógica do valor rompeu todas as fronteiras espaciais e temporais. Ainda que desde sua sistematização a forma espetáculo se faz presente, com um público nos estádios trocando a entrada por dinheiro, o desenvolvimento da “indústria cultural”, soube explorar bem esse fenômeno, seja na forma literária, no cinema, na música e principalmente na comercialização do espetáculo por meio da televisão. O Futebol de Espectáculo movimentava milhões de adeptos pelo mundo e bilhões de reais anualmente. O tempo de produção e consumo pode ser instantâneo e ser feito em qualquer lugar, como também pode ser realizado após a sua produção.

De acordo com Betti (1997, p. 33), nas últimas décadas do século XX o esporte, principalmente o futebol, transformou-se em um espetáculo “modelado de forma a ser consumido por telespectadores que procuram um entretenimento excitante, e é parte cada vez maior a indústria do lazer, sendo fator decisivo para isso o papel desempenhado pela mídia, especialmente a televisão”. O advento da televisão nas transmissões dos jogos e a presença de grandes empresas globais associadas aos clubes e campeonatos transformaram a organização da modalidade no mundo.

As relações mercantis no futebol eram simples até os anos 1970, Proni (1998, p. 45) lembra que as equipes não procuravam atrair grandes multidões de adeptos e consumidores, nem tinham planos de *marketing*, os clubes dependiam, sobretudo, dos sócios. “Em suma, embora valores capitalistas já estivessem permeando o cotidiano das sociedades europeias e desenvolvendo uma cultura de consumo de massa, não podemos qualificar um clube de futebol nos anos 60 como uma empresa capitalista”. Porém, com a necessidade do capital expandir para novos setores e a presença da televisão, a organização do futebol transformou totalmente desde aquele período. Para tanto, o mesmo autor sinaliza que houve uma mudança na regulamentação da presença da estrutura econômica no comando dos clubes e ligas de futebol, além de uma adequação da gestão dos clubes com a introdução de parâmetros da administração empresarial, com a presença de importantes estratégias de *marketing* e a difusão do espetáculo futebolístico na programação das emissoras de televisão em todo o mundo (com contratos de transmissão).

Assim, o Futebol de Espectáculo tornou em um importante produto da “indústria cultural”, sobretudo, das emissoras de televisão, que comercializam diuturnamente para os clientes em todo o mundo uma série de produtos e serviços. Nesse sentido, observa-se que a

integração do futebol ao complexo da economia ampliou-se tanto que não apenas as marcas empresariais procuram associar ao espetáculo futebol, como o próprio espetáculo futebol tornou-se uma marca. Os grandes clubes globais são marcas reconhecidas e valorizadas mundialmente.

As consequências disso são que o futebol, ao integrar-se a outras esferas do capitalismo tardio, passou a cumprir um papel na veiculação de marcas e produtos publicitários, e por isso necessitou aprofundar uma dinâmica globalizada. Desse modo, jogadores e clubes tornaram-se imagens que globalmente serviriam para veicular mercadorias e marcas. O próprio valor de transação do jogador de futebol passou por uma pressão especulativa, associada ao clube para o qual ele se transferiria, determinando possibilidades de se constituírem em imagens que melhor propagariam marcas e produtos. Os clubes também se tornaram marcas, passando a ter valor no mercado especulativo (MARTINS, 2016, p. 79).

O Futebol de Espectáculo encontra-se disponível aos olhos de todos, com um mercado de produtores e uma vasta cesta de produtos e serviços de bens simbólicos e materiais (DAMO, 2005), inclusive, com as imagens sendo importantes objetos de consumo, acúmulo de capital e de intermináveis discussões. No interior da “indústria cultural”, a coleção de imagens do espetáculo é mais uma mercadoria que possui um fim em si mesmo que precisa ser trocada com os adeptos (diretamente ou indiretamente). Os produtos e serviços produzidos em larga escala, mas com um baixo valor estético possui poucas possibilidades de contribuir para o enriquecimento do gênero humano. A grade horária na TV, com diversos programas esportivos semelhantes, sem qualquer discussão mais profunda sobre o fenômeno esportivo, o espetáculo em si focado mais nos resultados, na propaganda, os filmes e séries e as demais artes em geral esvaziados de um trabalho humano concreto impede que esse fenômeno produza uma catarse.

A produção é feita para a troca, o atleta produz para o outro e não para si mesmo. A mercadoria satisfaz a necessidade da fantasia de outro e rende ao proprietário dos meios de produção e os intermediários (televisão, produtores de cinema, editoras de livros, revistas, jornais etc.) mais-valia.

Todavia se não resta dúvida da integração do futebol à “indústria cultural”, compondo um mercado de bens simbólicos, integrado ao capitalismo especulativo, também não resta dúvida que esse mercado é desigual, ainda que as expressões do desenvolvimento de uma organização capitalista da modalidade sejam vistas em todo mundo. Assim, após apresentar as mudanças no modo de produção capitalista e sinalizar algumas transformações na organização do Futebol de Espectáculo, no próximo capítulo vamos olhar para dentro dele e identificar as

mudanças que possibilitaram a sua subsunção real a forma de mercadoria, bem como perceber como ele se organiza nos países centrais.

Registra-se que no primeiro capítulo apresentamos a teoria valor trabalho de Marx e o futebol, demonstrando a constituição da mercadoria, o processo de troca, a exploração da força de trabalho e a apropriação da mais-valia, inclusive no futebol. Após entender isso fazemos a exposição das mudanças que possibilitaram a continuidade da acumulação de capital ao longo dos anos na sociedade capitalista. Ao ficar claro que há uma expansão das relações mercantis para todos os setores da vida humana, inclusive para o futebol, precisamos agora olhar mais atentamente para os fatores internos do complexo futebol que possibilitaram que ele ficasse sob o domínio da forma mercadoria e como se organiza nos países centrais da produção e consumo do Futebol de Espetáculo.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS DO FUTEBOL DE ESPETÁCULO

O presente capítulo apresenta a gênese, o desenvolvimento e a subsunção real do futebol as normas do mercado. A reflexão acerca desses três momentos da organização da modalidade no mundo é fundamental para demarcar que a mercantilização do futebol é o resultado das transformações nos diferentes complexos da vida humana submetida aos marcos do modo de produção capitalista.

Sendo assim, após os dois primeiros capítulos em que procuramos demonstrar o circuito do valor por dentro da organização do futebol e o contexto histórico que isso ocorre, observando especialmente os complexos do mundo do trabalho, da economia, da política e da cultura, agora vamos às raízes do nosso fenômeno para entender o seu processo histórico de desenvolvimento até chegar à forma de Futebol de Espetáculo.

Para tanto, inicialmente apresentamos o surgimento e a inserção da modalidade na cultura inglesa e posteriormente nos demais países em que a Inglaterra possuía relações comerciais. Na sequência abordamos o processo de internacionalização, expondo alguns aspectos que foram fundamentais para a universalização da modalidade. No terceiro momento abordamos o processo de espetacularização da modalidade. Por fim, tratamos das mudanças da FIFA, dos clubes e das ligas na era do Futebol de Espetáculo.

3.1- A gênese do Futebol

Os jogos com bola são registrados desde a antiguidade, nos diferentes cantos do planeta. Eles faziam parte das tradicionais festas comemorativas dos povos egípcios, chineses, maias, incas entre outros (GALEANO, 2015).

No velho continente também existiam atividades com bola. Os ingleses no século XII comemoravam a expulsão dos dinamarqueses do seu território chutando uma bola de couro que simbolizava a cabeça do general do exército invasor. Outros jogos com bola que utilizam pés, mãos e que permitiam violência física também faziam parte da vida dos moradores daquele país. Já os italianos de uma maneira menos agressiva jogavam com os pés o *cálcio* (PRONI, 1998).

Ao longo dos séculos seguintes, distintos jogos, sob pouca normatização, com variações nas formas de praticá-los, nos diferentes lugares, violentos e competitivos,

continuavam a ocupar o tempo das pessoas, sendo um passatempo e modo de divertimento (SALVADOR, 2004).

Entretanto, a burguesia ascendente à classe hegemônica era avessa ao contato de seus membros com aquelas práticas por considerá-las degradantes e, da mesma forma, acreditavam que não contribuía para a formação moral e intelectual dos seus jovens e nem para a disciplina e a revitalização da força de trabalho dos seus funcionários.

Nesse sentido, o caminho seguido foi a esportivização dos jogos populares (tanto da elite quanto das camadas subalternas) (BRACHT, 2005). Os exercícios físicos e os jogos praticados no cotidiano das cidades foram regulamentados a partir dos princípios existentes na produção das fábricas, bem como possuíam as características da sociedade nascente, como a burocracia e a racionalização.

A regulamentação do esporte permitiu que a elite pudesse desfrutar dessa atividade como passatempo e com a perspectiva de formar novas lideranças – vencedores – e, de outro modo, com o crescimento da população urbana e do tempo de não trabalho dos operários, que estes tivessem práticas menos violentas que não os impossibilitassem de retornar no dia seguinte para a fábrica, bem como tivesse no tempo livre formas de internalização dos valores sociais disseminados em outras instituições (exemplo: competição; rendimento; respeito às regras; hierarquia e divisão de papéis).

Ao longo do século XX o esporte, nas suas diversas modalidades, difundiu-se para todas as partes do planeta. “No hay ningún país em el que no sea uma de las distracciones preferidas de la juventude, al mismo tempo que ele espectáculo favorito de las masas” (GILLET, 1971, p. 22).

E o futebol? Esse fenômeno é produto deste momento histórico, surge como um sistema regulamentado, racional, burocrático e hierárquico de competição física no processo de urbanização e industrialização da Europa no século XIX, especificamente nas escolas frequentadas pelos filhos da elite inglesa. Assim, é sistematizado como um símbolo de distinção e *status* social de uma classe, pois, a sua prática, com suas regras, no seu início, demarcam claramente a classe social que a pessoa pertencia.

De acordo com Elias e Dunning (1992) as primeiras regras do futebol foram feitas nas escolas inglesas entre 1845 e 1862. Porém, conforme demonstra Galeano (2015, p. 33) esse fenômeno “provém de um acordo de cavalheiros que doze clubes ingleses selaram no outono de 1863, numa taverna de Londres. Os clubes assumiram as regras estabelecidas em 1846 pela Universidade de Cambridge” .

A fundação da *Football Association* com as regras do futebol em 1863 permitiu que as equipes pudessem competir entre si sob o mesmo marco legal. A uniformização das normas foi fundamental para o estabelecimento das competições entre as equipes, ainda que nos primeiros anos elas fossem restritas aos clubes pertencentes às regiões próximas, uma vez que não havia uma rede de transporte desenvolvida interligando os centros urbanos. Algo que logo fora superado com a construção de vias, especialmente ferroviária, que permitiu a descentralização das disputas no território inglês.

As competições entre os clubes alimentavam as rivalidades locais e regionais. As vitórias das equipes nos campos era uma conquista do bairro ou da cidade sobre os demais vizinhos. Isso nutria o sentimento de pertencimento das pessoas e possibilitava ao futebol ocupar um espaço no imaginário social.

Diante da existência das competições entre os clubes surge a possibilidade de quantificar feitos, comparar marcas, *records* e recordistas. Isso leva Sevchenko (1994, p.3) a concluir que:

O que caracteriza por excelência essa nova atividade é a pressão dos desempenhos contra o rigor do cronômetro, a circunscrição precisa do espaço da ação, a definição de regras fixas e padrões de arbitragem em sua institucionalização em ligas locais, nacionais e internacionais. Desempenhos medidos na linguagem abstrata dos números, desenvolvidos num espaço abstrato, num tempo padronizado, segundo um andamento meticulosamente normatizado e configurados numa escala global.

Nesse sentido, observa-se que o futebol é um fenômeno que se caracteriza pela busca do máximo rendimento seja individual ou coletivo. De forma semelhante do que ocorre numa indústria, os futebolistas e os clubes buscam quebrar marcas e obter os melhores resultados. Outro aspecto presente no futebol é a hierarquia entre os competidores (seja entre as entidades de prática, entre os esportistas ou entre as nações). As seleções nacionais, por exemplo, são ranqueadas pelos resultados esportivos que alcançam ao longo do ano. Os atletas ao final das competições recebem premiações pelo destaque obtido durante os torneios. Uma terceira característica é a necessidade de igualdade e transparência no momento da competição. As regras devem ser as mesmas e quem acompanha não pode ter dúvida sobre os critérios de competição e dos resultados. Por fim, temos a racionalização de todo o processo (antes, durante e depois dos espetáculos futebolísticos) e a estrutura burocrática, semelhante aos estados-nação. A quantificação do treinamento, as comparações entre os atletas e clubes, a classificação dos resultados nas competições são fatores presentes na sociedade moderna e

também no futebol. Da mesma forma, é impensável ter futebol sem uma organização burocrática, com papéis exercidos por cada ente dirigente.

Assim, é impossível pensar a existência do futebol em sociedades anteriores. A organização, a divisão da sociedade e os valores hegemônicos da sociedade capitalista dão forma e moldam essa modalidade.

Destaca-se que se a iniciativa dos jovens londrinos de regulamentar o futebol foi de diferenciar a modalidade de outras práticas, como o rubgy e de demonstrar a superioridade deles em relação a outros competidores (DAMO, 2005). Contudo, o que se observa no campo ideológico é a tendência de reprodução e de reforço por parte do futebol dos princípios da sociedade capitalista e o atendimento dos anseios de uma elite por uma prática que fosse digna do *status* que ocupava na sociedade e no momento seguinte como forma de disciplina e formação física e intelectual das camadas subalternas.

No que se refere à apropriação da modalidade como forma de disciplinamento e formação do caráter dos membros dos grupos sociais subalternos, observa-se já na década de 1870 a tendência do futebol ser compreendido como elemento capaz de, como na lição de Proni, “combater a delinquência nas populações miseráveis como Liverpool e Manchester e estimular atitudes e aptidões relativas ao mundo do trabalho, como a resistência física, a disciplina funcional e a obediência às normas e aos comandos [...]” (PRONI, 1998, p.58).

Ressalta-se que a expansão do futebol entre as camadas subalternas acompanha o processo de industrialização da Inglaterra. A formação das grandes fábricas foi o ponto de partida para a constituição naquelas localidades de clubes e cenário de descoberta de atletas para as equipes locais.

A disseminação do futebol entre os operários não foi apenas como uma atividade de lazer, mas também como uma atividade profissional, um meio de ampliar a renda. Os trabalhadores que se destacavam na prática da modalidade recebiam benefícios que complementava seu salário.

Aos olhos dos dirigentes essa relação era imprópria, sendo vista como uma afronta aos valores morais aristocráticos e um aceno à ética utilitária vinculada à burguesia. Afinal, o futebol deveria ser uma atividade amadora, sem qualquer elemento de profissionalismo, de *performance*, de treinamento e de remuneração.

A resistência à profissionalização da modalidade por parte de representantes da elite inglesa também se relaciona aos riscos iminentes de serem derrotados por equipes com jogadores de futebol que não pertenciam a sua classe social. Assim, era mais fácil negar-se a competir do que disputar e serem derrotados nos confrontos (REIS; ESCHER, 2006).

Diante da pressão dos clubes e dos atletas pela profissionalização e o interesse dos representantes das camadas nobres pela manutenção da prática amadora, a direção da Associação de futebol da Inglaterra estabeleceu em 1885 um “modelo híbrido” em que os dirigentes dos clubes e o quadro societário seriam compostos por empresários, industriais ou comerciantes sem qualquer remuneração e os atletas seriam assalariados-profissionais. Isso permitiu a existência de uma camada dirigente da elite inglesa, tendo o controle federativo do esporte (PRONI, 1998).

A partir do momento em que houve a profissionalização dos jogadores estabeleceram-se tetos salariais e regras para a transferência deles para outros clubes. Assim, começa a surgir uma hierarquia entre atletas e clubes, tendo em vista que aqueles com os melhores jogadores era também quem atraía mais público e conseqüentemente tinha mais renda e títulos.

No entanto, cabe desde já advertir que se os elementos básicos da mercantilização do futebol já estão presentes com o profissionalismo, a configuração jurídica-institucional dos clubes e o sistema federativo inglês, não é possível afirmar que havia uma organização do futebol conforme as regras do mercado. Sem dúvida, as relações mercantis estão presentes, da mesma forma que é possível afirmar que os jogos eram espetáculos para o público presente nos estádios. Porém, possuía uma dimensão bem inferior àquela existente na atualidade.

Mas isso será objeto nos tópicos seguintes. Nesse momento cabe sinalizar que: a) o futebol é um produto da ação humana na modernidade, resultado das relações sociais estabelecidas ao longo da história dos seres humanos, consolidado na Inglaterra durante o processo de expansão da industrialização e urbanização; b) o futebol é herdeiro dos princípios que sustentam a sociedade capitalista e, portanto, segue o seu ritmo de desenvolvimento; c) nos primeiros anos de regulamentação do futebol ainda que tivessem relações mercantis, elas eram simples e limitadas pela própria organização da modalidade.

3.2- Internacionalização do futebol

O segundo momento do desenvolvimento desta modalidade caracteriza-se pelo seu processo de internacionalização. Ao passo que o futebol se consolidava na Inglaterra como um importante fenômeno da cultura local também era levado para outros países da Europa e América como um produto do modo de vida dos ingleses. O processo de expansão da modalidade pelo planeta ocorreu conjuntamente com a ampliação da dominação do império inglês por meio do comércio e, na sequência, pela formação de mercados de consumo de massa, especialmente nos países centrais do capitalismo mundial (EUA e Europa Ocidental).

O modo de vida inglês, seus aspectos culturais, dentre eles o futebol, acompanhavam as expedições mercantis. Sobre isso Hobsbawn (1995, p.97) diz:

O esporte que o mundo tornou seu foi o futebol de clubes, filho da presença global britânica [...]. Esse jogo simples e elegante, não perturbado por regras e/ou equipamentos complexos, e que podia ser praticado em qualquer espaço aberto ou menos plano do tamanho exigido [...] tornou-se genuinamente universal.

Seguindo a tendência expansionista do capital (seja exportação de dinheiro ou a instalação de indústrias em outras nações) o esporte e, em particular o futebol, é institucionalizado em diversas nações, com um sistema federativo próprio, de acordo com as relações capitalistas existentes naquele território.

A introdução do futebol na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil está intrinsecamente relacionada às conexões com o império britânico. Para Mascarenhas (2001, p. 47), “A presença constante de suas embarcações, associada à implantação de ferrovias e diversos outros equipamentos em nosso território [...], viabilizou relativo contato com diversas práticas socioculturais inglesas, dentre elas o futebol”. Não é por acaso que a primeira federação nacional na América do Sul surge na Argentina, que possuía naquela época fortes laços comerciais com a Grã-Bretanha.

Registra-se que o futebol como produto e reflexo da sociedade capitalista disseminará com mais rapidez e solidez nos locais em que relações de produção capitalista estão mais desenvolvidas, com jornadas de trabalho mais definidas, com processos de urbanização e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Ou seja, o estágio de desenvolvimento do capitalismo nas nações em que a modalidade passa a ser difundida terá influência no ritmo e nas características da organização da modalidade. Por isso, o destaque para os países europeus e da América.

No primeiro momento de sua expansão observa-se sinais de rejeição ao “modelo inglês”, profissional entre os atletas e amador na direção das entidades de administração e prática esportiva, tendo em vista que tanto na Europa como na América o futebol inicialmente ficou restrito à elite. O entendimento geral era de que a forma amadora representava os valores da parcela dirigente da sociedade.

Proni (1998) relata pelo menos três exemplos de tensionamento entre o “modelo híbrido inglês” e a versão do amadorismo “puro” defendido pelos dirigentes por todo o ocidente. O primeiro é que os principais clubes da Europa do final do século XIX e início do século XX, pertencentes a membros de frações da burguesia, disputavam competições em

ligas amadoras. O segundo aspecto foi a inserção da modalidade nos Jogos Olímpicos. Os dirigentes do Movimento Olímpico proibiam qualquer vínculo profissional dos participantes. Por fim, em 1904 foi criada a Federação Internacional do Futebol (FIFA), entre os fundadores (França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça) destaca-se a ausência da Inglaterra. O país que foi o berço desse esporte via a criação da FIFA como algo desnecessário e não abriu mão de ter o controle sobre as regras do jogo e nem do controle amador das organizações esportivas. Assim, a FIFA ficou responsável pela organização do futebol no mundo, porém, os britânicos tinham garantia de que os clubes não eram empresas para render lucro para os diretores e acionistas.

Entretanto, no bojo da luta pela “pureza” e domínio dos aspectos amadores, a tendência era de que logo fosse sucumbido pelo desenvolvimento da modalidade. A valorização das competições, com a inserção de jogadores de camadas subalternas, o crescimento do público nos estádios, a fundação de clubes de operários e a realização da Copa do Mundo pela FIFA a partir de 1930 com a presença de atletas profissionais são evidências de que uma nova fase, profissional ao menos na relação dos atletas com os clubes, estava se consolidando no mundo.

Antes disso, diante da proibição de pagamento dos atletas para disputarem as competições, os dirigentes distribuíam presentes, benesses, também conhecidos como “bichos”. Essa era a forma de burlar os regulamentos e ao mesmo tempo manter os jogadores, principalmente aqueles das camadas subalternas que tinha no esporte uma forma de melhorar de vida. Esse “salário indireto” também era um mecanismo de evitar a saída dos atletas para os clubes concorrentes.

Assim, entre a fase amadora e a profissional da relação clube-atleta houve um período de semi-profissionalismo, com resistências da classe dirigente. Ela estará presente na maioria dos países da Europa e América até meados da década de 1920. A partir de então, com o crescente assédio dos maiores clubes europeus aos atletas dos clubes menores do próprio continente e também aos latinos foi gradativamente incorporada às relações profissionais dos jogadores de futebol com as equipes.

Observa-se que a melhor situação econômica dos países da Europa, bem como o estágio mais desenvolvido na organização dos clubes e das competições permitiam às equipes desse continente uma maior arrecadação com os jogos e com isso disponibilizavam os melhores “salários” aos jogadores. Esses clubes para levar vantagem nas disputas internas tinham a necessidade de contar com os melhores atletas e não necessariamente do próprio país. Assim, a corrida pela atração dos latinos, destaque para os argentinos, uruguaios e

brasileiros era uma forma de qualificar os elencos e obter melhores resultados nas competições.

Nota-se que tanto na Europa como na América o futebol no início do século XX já movimentava as cidades. As rivalidades internas entre os bairros e entre os municípios de um mesmo país alimentavam as disputas dos clubes e levavam o público aos estádios⁷¹. Ao passo que a competição de seleções implementada pela FIFA em 1930 despertava nas pessoas o sentimento de nacionalismo.

Desse modo, nas primeiras décadas do século XX o futebol já era um elemento da cultura de diversos países do Velho e Novo Mundo. Isso ocorreu pela linguagem simples desse esporte, a forma fácil de praticá-lo, a influência da cultura inglesa, vista como moderna e cosmopolita e também por: a) conquistas trabalhistas (aumento do tempo livre e, em alguns casos, direitos sociais) e a formação de um mercado de consumo de massa; b) fortalecimento dos Estados-nações e o enfrentamento político-ideológico no plano internacional; c) constituição de um sistema federativo; d) desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte. Na sequência falamos brevemente sobre cada um desses aspectos que foram fundamentais para a internacionalização da modalidade.

a) Aumento do tempo livre

A constituição de um público para os jogos e a disseminação da prática entre as camadas subalternas relaciona-se diretamente com a urbanização das cidades, com a diminuição do tempo de trabalho nas fábricas, as conquistas de direitos e a formação de um mercado de consumo de massa. As mudanças do modo de produção capitalista, sob a primeira e segunda fase do imperialismo compõem um pano de fundo que contribuiu para generalização do futebol. Dentre elas destacam: a) formação de monopólios que partilham a exploração dos diferentes territórios entre si; b) fusão do capital industrial com o bancário – capital financeiro; d) produção em larga escala e um mercado de consumo em massa a partir dos anos 1930, que se consolida após a segunda guerra mundial; e) por constantes lutas entre capital e trabalho (NETTO; BRAS, 2009).

A consolidação de uma economia monopolista, com acumulação de capital por parte das frações da burguesia, bem como a constituição de “estados sociais”, obviamente em níveis diferentes, conforme a organização dos trabalhadores no corpo da sociedade civil e da

⁷¹ As rivalidades entre os grandes clubes ingleses Manchester United e Liverpool, por exemplo, reproduz as disputas entre as duas cidades que dão nome às equipes no século XIX. Informação disponível em: <http://espnfc.espn.uol.com.br/manchester-united/stretford-end/11278-manchester-liverpool-e-uma-rivalidade-industrial>. Acesso em: 18 out. 2017

sociedade política garantiram aos membros das camadas subalternas, resultados de sua luta, tempo livre e condições materiais para ir aos estádios.

Não iremos entrar em detalhes acerca das características da estrutura e superestrutura da sociedade nesse contexto histórico. Isso já foi objeto de nossa análise em outro momento (MATIAS, 2013). Apenas pontuamos que a expansão capitalista monopolista pelo globo (com empresas e capital) não foi sem crises e conflitos de classe. A queda da taxa dos lucros em alguns momentos desse período (a principal foi a crise de 1929), a emergência da União Soviética, de sindicatos, de movimentos sociais e partidos políticos vinculados aos trabalhadores causaram receios produziram transformações na base produtiva e na direção ideológica da sociedade.

Como resultado, observamos especialmente na segunda fase imperialista uma estabilidade econômica e social nos países com economias centrais, que em medida diferente também ocorreu nos países capitalistas periféricos-dependentes. Estamos nos referindo a um modelo de acumulação baseado na produção e consumo em larga escala e estados que tiveram de desenvolver políticas que garantiram aos trabalhadores um “salário indireto”, antimercadorias sociais (OLIVEIRA, 1998; PEREIRA, 2011).

Assim, os trabalhadores conseguiram tempo e recursos para poderem acompanhar, entre outras coisas, as disputas dos clubes. Portanto, as conquistas de direitos, sem dúvida, foram um aspecto importante para a difusão da modalidade, com a formação de um mercado de consumo de massa.

Ainda sobre a absorção da modalidade pelos mais pobres é importante registrar que a profissionalização do contrato dos atletas, com a possibilidade de obtenção de renda em paralelo ou com a dedicação exclusiva ao futebol, também foi fundamental para formação de gerações adeptas a modalidade. Aliás, a ascensão social por meio do futebol continua no imaginário da juventude pobre, sendo um dos principais motivos pela busca de escolinhas e clubes (DAMO, 2005).

b) A relação com o Estado e as disputas geopolíticas

O segundo aspecto levantado como fundamental para a generalização do futebol entre as nações foi a constituição dos estados-nação e as disputas geopolíticas. A atuação da esfera pública junto às organizações esportivas atendia aos anseios das pessoas pela vivência e fruição da modalidade, legitimava e estruturava as entidades esportivas e satisfazia os interesses das camadas produtivas da sociedade ao reproduzir os valores necessários para o seu desenvolvimento.

No bojo das transformações da base e da superestrutura da sociedade é possível acompanhar que a disseminação do futebol contribuía para a formação de um sentimento nacionalista, de fortalecimento da unidade nacional e disciplina. Isto é, o desenvolvimento de uma determinada estrutura socioeconômica influencia a conformação de conjunto de valores ideológicos (PORTELLI, 1997). Nesse sentido, a função do Estado, seja com força-legal, ou nos aparelhos privados de hegemonia, era de garantir o pleno desenvolvimento das forças produtivas da época. Assim, o futebol é visto como um elemento passível de formar consciências, canalizar energias e desenvolver atitudes necessárias para aquele momento histórico.

Os estados-nação – sejam democráticos, ditaduras, fascistas ou nazistas – estabeleceram relações umbilicais com as entidades representativas do futebol e deram suporte estrutural para a modalidade. Além disso, nas disputas na arena geopolítica as conquistas dos clubes e das seleções são vistas como a manifestação da superioridade daquela nação em relação aos demais países⁷². De outro modo, o Estado atuava também garantindo espaços e equipamentos para a prática esportiva dos cidadãos, seja com o propósito de atender uma demanda da população, com características relacionadas ao bem-estar e/ou de disciplina e manutenção da forma física para o trabalho.

As disputas bélicas entre as nações se não foram totalmente substituídas pelas disputas esportivas, ao menos mantiveram aceso o sentimento de pertencimento a nação ao clube que durante as competições alimentava a torcida contra os rivais locais, regionais e globais.

c) A constituição de um sistema federativo

Certamente, o Estado foi um ator central para difusão do futebol que, por sua vez, servia para a formação ideológica requerida pela classe dirigente. Porém, isso acontece em consonância com a formação de uma estrutura burocrática do futebol, centralizada na FIFA, mas com representantes da entidade em todos os continentes. Ela possui o monopólio deste fenômeno competitivo e tem nos territórios entidades que representam os seus interesses. Destaca-se que não existe futebol profissional fora do sistema FIFA.

A expansão da modalidade pelo globo obrigou a FIFA a criar confederações continentais, a primeira foi a Sul-Americana (CONMEBOL) em 1914, as demais surgem na década de 1950 (A União Europeia de Futebol- UEFA- e a Asiática-AFC- surgem em 1954; A Confederação Africana-CAF- em 1957) e 1960 (a Confederação da América Central e

⁷² A conquista pela seleção italiana da Copa do Mundo de 1934 é um exemplo da estreita relação entre futebol e política.

Caribe-CONCACAF- em 1961 e a Confederação da Oceania-OFC- em 1966). Além delas na AFC, na CAF e na CONCACAF possuem federações regionais, na primeira são quatro e nas outras duas são cinco em cada uma. Seguindo uma lógica piramidal, em cada país há uma associação nacional, no caso brasileiro existem ainda as federações estaduais. Essas entidades são as responsáveis pela organização do futebol competitivo em cada nível que elas representam. A tabela 1 demonstra o número de países filiados a FIFA por confederação.

Tabela 1: o crescimento do número de países por confederações continentais no período de 1904 a 2016.

Confederações	1904	1925	1950	1975	1990	2005	2007	2012	2016
Europa	8	28	32	35	36	51	53	53	55
América do Sul	0	6	9	10	10	10	10	10	10
América Central e Norte	0	3	12	22	27	35	35	35	35
Ásia	0	1	13	33	38	46	46	46	46
África	0	1	1	35	48	53	53	54	54
Oceania	0	0	1	4	8	12	11	11	11
Total	8	39	68	139	167	207	208	209	211

Fonte: http://resources.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100_fifagrowth_neutral.pdf . Elaboração do autor (2018).

A organização piramidal estabelecida pela FIFA garantiu que nos diversos países fosse desenvolvida uma estrutura própria, com autonomia relativa, e com capacidade de barganhar junto ao Estado as condições para o desenvolvimento institucional da modalidade. De outro modo, o Estado, ao legitimar e contribuir para o funcionamento das associações nacionais de futebol em seu território, tinha nas entidades esportivas um braço a seu serviço.

A FIFA espalhou representantes pelo globo e como uma empresa global tem em cada nova subsidiária criada a certeza de manutenção de seu monopólio e a ampliação de seu poder. Em 1950 tinha 68 federações nacionais sob a sua tutela, em 1990, sobe para 167 e, atualmente, são 211⁷³.

⁷³Informação disponível em: http://resources.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100_fifagrowth_neutral.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

Portanto, a mundialização do futebol foi acompanhada pela instalação de entidades representantes desse esporte em cada continente e território independente. Isso garantiu a verticalização das normas da modalidade e a consolidação do poder da FIFA e de seus representantes.

A presença desse sistema burocrático nos territórios é um dos requisitos para que os clubes e as seleções possam disputar competições internacionais. Da mesma forma é indispensável que eles estejam subordinados às normas da FIFA. Portanto, o estabelecimento de entidades nos países é essencial para a estruturação da modalidade, bem como para que seus representantes possam participar da arena internacional de competições.

A participação nos eventos internacionais mobiliza consciências, mexe com o sentimento de pertencimento da torcida de um clube ou de uma nação. Assim, obter a chancela da FIFA é o primeiro passo para pertencer a esse universo competitivo do futebol.

d) Transporte e os meios de comunicação

O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação são outros fatores fundamentais para que tivéssemos competições de clubes e seleções internacionais sem tantos problemas de deslocamento e com mobilização de multidões em torno das partidas de futebol.

A primeira Copa do Mundo foi realizada em 1930 no Uruguai e contou com apenas treze participantes, sendo sete da América do Sul, duas da América do Norte e quatro seleções da Europa. Não houve eliminatórias e a maioria das seleções do Velho Continente não manifestou interesse em participar pela dificuldade de chegar até a capital do país anfitrião. Para chegar ao Uruguai os europeus passavam mais dias em viagem do que em competição. A disputa foi realizada em vinte dias e a viagem de ida e volta para a Europa durava pelo menos um mês⁷⁴.

Isso demonstra que sem a modernização dos meios de transporte a estruturação de um calendário internacional de competições dificilmente sairia do papel. O desenvolvimento dos transportes não atendeu apenas o escoamento da produção agrícola e industrial dos países ou o deslocamento das pessoas, no caso específico do futebol contribuiu diretamente para o estabelecimento de intercâmbios de clubes e seleções.

Mas nada disso adiantaria se não houvesse mecanismos de difusão da informação. A imprensa escrita e o rádio mobilizaram as pessoas em torno da modalidade. Ao mesmo tempo em que informava sobre os acontecimentos também estimulava o desejo por mais notícias e

⁷⁴ Informação disponível em: https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol_grandes-selecoes-da-copa-do-mundo-de-1930,70002313196. Acesso em: 12 nov. 2017.

produtos. Conforme sinaliza Proni (1998, p. 146) “[...] sem a contribuição desses meios de comunicação de massa, é difícil imaginar que o futebol tivesse alcançado a notoriedade que alcançou”.

O desenvolvimento do futebol profissional sem dúvida teve na imprensa um aliado de peso para a sua disseminação. Da mesma forma, que rendeu aos veículos de comunicação audiência e novas receitas. Como aparelho privado de hegemonia os meios de comunicação reproduzem por meio do futebol o ideário hegemônico-competição; rendimento; *record*; individualismo entre outros valores caros para a manutenção do *status quo*.

Vislumbra-se, portanto, que as transformações nos meios de transportes e a presença dos veículos de comunicação foram fundamentais para universalização do futebol. O encurtamento das distancias facilitou a realização das competições e o acompanhamento da imprensa mobilizava o público para as disputas nos gramados.

Concluimos assim a exposição sobre a segunda fase do desenvolvimento do futebol pelo planeta. A seguir abordamos alguns aspectos do processo de transição para a hegemonia da sua forma espetacular.

3.3- A caminho do Futebol de Espetáculo

A profissionalização do vínculo dos atletas com os clubes não necessariamente significa o domínio do viés econômico no futebol. A organização da modalidade era feita para que as receitas da venda dos ingressos pudessem manter o sistema federado. Isto é, os clubes tinham na arrecadação os recursos para pagar os salários dos atletas e demais funcionários, bem como para manter e melhorar a infraestrutura existente. As entidades de administração também tinham recursos seja pela organização das competições ou oriundos dos repasses da FIFA para continuar com as suas atividades. Portanto, não havia uma subsunção real do futebol ao atendimento da necessidade do capital.

Destaca-se que a lógica profissional predominante a partir dos anos 1930 gradativamente melhorou a qualidade dos jogos e das competições, conseqüentemente passou a atrair mais público e imprensa. Entretanto, não modificou as relações entre as bases produtivas e as organizações esportivas. Além disso, a modalidade até 1950 não tinha ganhado corpo para além das fronteiras da Europa e América. E, mesmo nos países desses continentes, o período da segunda guerra mundial travou a expansão mais rápida da modalidade.

A Copa do Mundo, principal evento internacional, interrompida em 1938 e que retorna em 1950, permanecia restrita a poucos países, sendo transmitida pelo rádio para um número

reduzido de nações. Por sua vez, os clubes tanto da Europa quanto da América Latina na década de 1960 continuavam com objetivos e estrutura organizacional semelhantes. A meta era ter títulos e arrecadação para a formação de elencos vencedores. Não havia a perspectiva de constituição de patrimônio ou obtenção de lucro. De acordo com Proni (1998, p. 145),

os clubes não competiam com outros para atrair grandes multidões reduzindo preços ou desenvolvendo um plano de *marketing*: o seu mercado se ampliava ou diminuía de acordo com a campanha da equipe na temporada.

A complexificação das relações trabalhistas no futebol, com a formação de uma divisão social do trabalho mais clara (entre torcedor/cliente e clube; entre torcedor/cliente e atleta; entre atleta e dirigente) e ampla (incorporação de diversos profissionais, especialistas, que qualificam os meios de produção e a força de trabalho do clube), a comercialização das competições e dos jogos, a presença de monopólios dos meios de comunicação e de outros setores, bem como a constituição de um mercado mundial de troca de atletas somente ocorrerá com as mudanças nas relações das entidades esportivas com o Estado e principalmente com o mercado a partir da década de 1970.

Registra-se que o Estado cumpre funções essenciais para a manutenção da ordem e também para a garantia das condições de produção e acumulação capitalista. Mandel (1982, p. 336) entre outras coisas destaca as “políticas de limitação dos salários em patamares “ótimos” para o capital; [...] os investimentos em infra-estrutura e em obras públicas de interesses prioritários às classes capitalistas; [...] recursos estatais em pesquisas não imediatamente lucrativas para o capital”. No que se refere às relações com as organizações esportivas, observa-se que serão menos tutelares e mais no sentido de garantir a infraestrutura e a saúde financeira do sistema esportivo – com refinanciamento das dívidas e apoio as entidades esportivas por meio de emissoras de televisão pública e empresas estatais, bem como na garantia de infraestrutura e segurança para produção e o consumo dos espetáculos.

No que se refere ao mercado, a FIFA que possui o monopólio da modalidade modificou a visão sobre a relação entre o esporte e a estrutura da sociedade durante o processo de reestruturação do modo de produção capitalista iniciada em meados da década de 1970. O capital altamente concentrado irá, entre outras coisas, difundir para novos nichos para tentar contornar a tendência de queda das taxas dos lucros. Nesse sentido, um dos campos de generalização da acumulação capitalista é o esporte, sendo o futebol a principal manifestação.

Diante da necessidade de expansão do capital para novos setores, conjugada com a visão expansionista dos dirigentes da FIFA – que assumiram a entidade em 1974,

comandados pelo brasileiro João Havelange –, as relações entre futebol e mercado será reconfigurada, porém, sem romper a estrutura burocrática existente da modalidade, nisto inclui a permanência da elite dirigente das entidades que comandam esse esporte no mundo.

As relações das multinacionais de diferentes segmentos da economia especialmente as emissoras de televisão vão produzir profundas mudanças na organização do futebol, inclusive romper fronteiras espaciais e temporais de difusão dos espetáculos futebolísticos produzidos pelos principais clubes do mundo. As grandes jogadas dos atletas serão vistas em todos os lugares e os diversos parceiros do mercado e do Estado associados ao espetáculo futebolístico estarão lado a lado com os escudos dos clubes e seleções.

Reiteramos que esse esporte foi institucionalizado pela elite inglesa e rapidamente disseminado pelos países da Europa, da América e para as colônias inglesas, com os códigos e valores da sociedade que lhe deu origem. A linguagem simples, o apoio estatal, o aumento do tempo livre dos trabalhadores, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação e a formação de uma estrutura burocrática da modalidade foram fundamentais para a sua inserção em outras nações.

A forma como isso ocorreu foi definida conforme as características das relações mercantis existentes em cada território, porém, predominou a lógica profissional nas relações entre os clubes e os atletas e amadora, na gestão. Assim, ao longo do tempo formou-se uma elite dirigente que permanece mesmo com o estreitamento dos laços com o mercado.

A realidade que acompanhamos atualmente que movimenta anualmente bilhões de dólares é resultado tanto das mudanças internas na estrutura da modalidade e também da reconfiguração nos complexos econômicos, políticos e culturais ocorridos a partir dos anos 1970. Isso não significa que estamos negando que anteriormente não tenha havido manifestações do futebol como fonte de riqueza. Apenas sinalizamos que ela ganha uma nova dimensão.

Registra-se que a primeira experiência da nova lógica de organização do futebol inicia num país em que não tinha uma massificação da modalidade. Os EUA foram os precursores, entretanto, a modalidade não era objeto de consumo dos moradores desse país. Diferentemente do que ocorreu na América Latina em que esse esporte passou a fazer parte das atividades do tempo livre, com um forte vínculo do torcedor com o clube, nos EUA não houve o enraizamento da modalidade.

A *National American Soccer League* (NASL) criada em 1967 já nasce fadada ao fracasso. Mesmo com a contratação de grandes jogadores do futebol mundial, exemplo de Pelé, a liga formada por clubes-empresas não consegue atrair público, seja para os estádios ou

mediado pela televisão. Como não existia uma necessidade, ainda que criada nem a presença de grandes ídolos locais capazes de influenciar novas gerações, a liga após acumular déficits é extinta em 1984 (PRONI, 1998).

De qualquer forma, essa foi a primeira tentativa de organização do futebol numa lógica totalmente empresarial. O resultado final demonstra que não bastaria mudar a estrutura da modalidade era preciso existir uma mobilização da sociedade em torno da modalidade. Algo que na época existia apenas em alguns países da Europa e América Latina.

A experiência norte-americana foi duramente combatida pelos dirigentes da FIFA que via tal iniciativa como uma agressão aos valores tradicionais do futebol. A entidade comandada até então por dirigentes da Europa, herdeiros do modo amador de conduzir esse esporte e com receios de perda de poder, condenou aquilo que estava sendo feito a sua revelia.

No entanto, a mudança na posição da entidade e quiçá da organização interna do futebol ocorre com a ascensão do brasileiro João Havelange à presidência da FIFA. O primeiro não europeu a assumir o cargo mais importante do futebol mundial. Ao começarmos a falar das mudanças realizadas por Havelange na FIFA também iniciamos a apresentação das alterações na organização do futebol, isto é, das determinações internas para subsunção real do futebol à forma mercadoria.

Ressalta-se que, para entender o novo momento do futebol mundial, levantamos os seguintes elementos para análise: a) ele é resultado das mudanças nos complexos econômicos, políticos, sociais e culturais apresentados anteriormente. Como produto e reflexo da sociedade capitalista a organização da modalidade segue o movimento da realidade. Assim, a partir da reestruturação do modo de produção capitalista dos anos 1970, o esporte – especialmente o futebol – torna-se lócus de produção e circulação de capital; b) a partir dessa constatação, sinalizamos que o aspecto fundamental para que isso ocorresse foi a presença de diferentes segmentos da estrutura econômica, principalmente os conglomerados de emissoras de televisão.

Diante disso ocorre uma série de mudanças tanto na forma de condução da modalidade iniciada pela FIFA e estendendo aos clubes, bem como no consumo por parte dos torcedores que deixam de ser parte (sócios) e se tornam clientes de serviços das associações esportivas (confederações, ligas e clubes), ao papel assumido pelos atletas.

Desse modo, observamos que o futebol na sua forma espetacular resulta da interação dos agentes esportivos, da televisão, do público consumidor com a estrutura econômica (CASTELLANI, 2017; DAMO, 2005). Para que isso seja possível foram necessárias mudanças tanto nas estruturas do futebol quanto na construção de marcos ideológicos.

As mudanças nas características da estrutura organizacional da modalidade, nas normas jurídicas das competições, dos clubes e dos futebolistas e nas relações do público com esse esporte são aspectos que passamos a refletir na sequência. Da mesma forma, é fundamental compreender quem são os agentes do mercado e como eles atuam no campo do futebol espetáculo.

Assim, considerando a relação dialética entre mudanças sociais e transformações no campo esportivo, nos tópicos seguintes apresentamos as mudanças na estrutura e na organização do Futebol de Espetáculo, olhando para a FIFA e para a reestruturação dos clubes e ligas nos países centrais da modalidade, bem como para os aspectos econômicos relativos à subsunção real da modalidade a lógica do mercado.

3.4- Futebol de Espetáculo: As transformações da FIFA

A FIFA é quem organiza o futebol profissional no mundo e realiza a principal competição de seleções- Copa do Mundo de Futebol masculino adulto (Copa do Mundo). Formalmente a entidade possui entre os seus objetivos a responsabilidade de desenvolver esse esporte em todos os continentes⁷⁵, porém, numa alusão a Mandel (1982) diríamos que ela se comporta como um “capitalista ideal total” ao proteger a propriedade da modalidade, ao manter os privilégios do grupo dirigente e ao procurar expandir os seus interesses e o próprio processo de acumulação capitalista, a partir da década de 1970.

Como já foi dito, a entidade foi criada em 1904 e não por acaso nasceu na Suíça e desde 1932 possui sua sede nesse país, que é um dos principais paraísos fiscais do mundo. Diante da expansão da prática da modalidade e a complexidade de administração do esporte nas diferentes regiões do planeta formou-se em cada continente uma Confederação e em cada país uma associação nacional.

⁷⁵ São objetivos da FIFA: “a) mejorar constantemente el fútbol y promoverlo en todo el mundo, considerando su carácter universal, educativo y cultural, así como sus valores humanitarios, particularmente mediante programas juveniles y de desarrollo; b) organizar competiciones internacionales propias; c) elaborar disposiciones y reglamentos rectores del fútbol y de todo aquello relacionado con este deporte y garantizar su aplicación; d) controlar todas las formas del fútbol, adoptando las medidas adecuadas para evitar la violación de los Estatutos, reglamentos y decisiones de la FIFA, así como de las Reglas de Juego; e) hacer todo lo posible por garantizar que todos aquellos que quieran practicar este deporte lo hagan en las mejores condiciones, independientemente del género o la edad; f) fomentar el desarrollo del fútbol femenino y la participación de las mujeres en todos los niveles de gobernanza del fútbol; I. Disposiciones generales 7 g) promover la integridad, el comportamiento ético y la deportividad con el fin de impedir que ciertos métodos o prácticas, tales como la corrupción, el dopaje o la manipulación de partidos, pongan en peligro la integridad de partidos, competiciones, jugadores, oficiales y federaciones miembro o den lugar a abusos en el fútbol asociación”. Disponível em: http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/78/29/07/fifastatutswebes_spanish.pdf. Acesso em: 10/06/2018.

A FIFA no papel é uma organização internacional não governamental sem fins lucrativos, sendo regida pelas leis da Suíça. A entidade possui uma organização interna fechada, burocrática e pouco transparente, nada diferente das demais organizações esportivas, como destaca Brohm (1982). O principal órgão de deliberação é o Congresso anual, em que reúne todos os dirigentes das associações nacionais e regionais. Na sequência estão o Comitê Executivo que, como o próprio nome diz, trabalha junto ao presidente nas demandas executivas da entidade e a Secretaria Geral que é responsável pelas atividades administrativas⁷⁶.

O sistema verticalizado de comando garante à FIFA o poder sobre tudo que acontece nesse esporte, inclusive acerca das regras da modalidade. Esse sistema é sustentado pela entidade, sendo que as confederações e federações menores dependem do apoio dela para manter e realizar as suas ações.

Ela foi conduzida por europeus até 1974 quando João Havelange ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) assumiu a presidência e ficou até 1998. Ele foi substituído por Joseph Blatter que foi o dirigente máximo até o início de 2016, quando deixou o cargo após escândalos de corrupção, sendo substituído por Gianni Infantino, ex-dirigente da UEFA. A eleição para presidente ocorre de quatro em quatro anos no Congresso da entidade.

A chegada de João Havelange como presidente em 1974 marcou uma inflexão na forma de conduzir a entidade e na organização do futebol no mundo. Até então o olhar da classe dirigente estava voltado para a manutenção dos seus privilégios, inclusive vista como uma grande e tradicional “família” pelo ex-presidente Jules Rimet, coisa que Havelange não abriu mão e, também, para a defesa do amadorismo como forma de governança desse esporte. De acordo com Ribeiro Jr. et al (2014), Havelange assumiu a direção da FIFA com menos US\$ 20 no caixa e treze funcionários, sai em 1998 e deixa na conta da entidade US\$ 4 bilhões e centenas de empregados⁷⁷.

⁷⁶Informação disponível em: <http://es.fifa.com/index.html>. Acesso em: 25 maio 2018.

⁷⁷ João Havelange antes de chegar a FIFA em 1974 foi atleta olímpico e dirigente esportivo, inclusive da CBD no período de 1957 a 1974. Enquanto foi gestor da CBD ficou sempre ao lado de quem estava no poder. Foi um aliado de JK, Jânio Quadros, João Goulart e dos militares. Sobre a ditadura-civil militar chegou a dizer que se tratava de uma revolução. Na eleição da FIFA era um mero desafiante, a entidade controlada por europeus desde sua criação em 1904 tinha Stanley Rous como o favorito. Mas Havelange sabia onde e como conquistar os votos necessários. A África foi o principal destino do brasileiro e a seleção de Pelé o seu cabo eleitoral. Havelange ainda usou Pelé para se aproximar de Horst Dassler, então proprietário da Adidas, que tinha forte influência na entidade. Assim, ele que já tinha o apoio da América do Sul, do Leste Europeu, conquistou os votos do Oriente Médio e principalmente da África. Para acalmar os ânimos dos derrotados Havelange aceitou Stepp Blater como seu parceiro no comando da entidade. Havelange ficou durante 24 anos como presidente da FIFA, construiu um “império”, ganhou muito dinheiro, enriqueceu muitos dirigentes e mudou a forma de fazer a Copa do Mundo (RIBEIRO JR et al, 2014; CHADE, 2015).

Havelange assume a entidade com a promessa de expandir a prática da modalidade de forma profissional pelo globo, descentralizar a realização dos eventos, dentre eles a Copa do Mundo e mais que isso: “Vender um produto chamado futebol” (GALEANO, 2015, p. 142). A visão era que o futebol precisava expandir e circular pelo planeta como os demais produtos da ação humana. Para fazer isso, a entidade precisava de recursos e pessoal com *expertise* para tais tarefas. Como não tinha nenhum desses itens, Havelange começa a trabalhar no plano de *marketing*.

Mas não era apenas o futebol que deveria ser mais explorado nos antigos mercados e chegar a novos lugares do globo. A ampliação de capital no capitalismo tardio passa pela expansão para novos setores e locais do planeta. As multinacionais disputam os melhores e mais baratos territórios de produção, bem como procuram ter a fidelidade do público e, se possível, atrair mais consumidores.

Assim, Havelange se une a duas empresas multinacionais – Adidas e a Coca Cola – para que ambos tenham seus objetivos expansionistas alcançados. Essas multinacionais são as primeiras parceiras que colocam dinheiro e organizam em conjunto com a FIFA os eventos. A primeira competição foi o torneio mundial juvenil para atletas menores de 20 anos, que chamava Copa FIFA/Coca Cola, realizada em Tunis/Tunisia, em 1977. Quando ocorreu a terceira Copa Coca Cola na Austrália em 1981 a companhia pagou US\$ 600 mil dólares pelo privilégio de colocar o seu nome no troféu, também pagou as despesas de viagem das quinze equipes, os gastos de arbitragem assim como os gastos de 40 funcionários da FIFA (OURIQUES, 1999).

O retorno financeiro foi positivo e desde então a FIFA expande as relações com o setor privado. As empresas cada vez mais se interessam em associar as suas marcas aos eventos esportivos, muitas sem nenhuma relação com futebol (SIMSON; JENNINGS, 1992). Inclusive, as grandes redes de televisão que passaram a pagar mais caro pelos direitos de transmissão.

Quando eu fiz a primeira Copa do Mundo, que foi na Argentina, em 1978, o resultado bruto (foi de) 78 milhões de dólares. Quatro anos depois, a Copa foi na Espanha, resultado financeiro: 82 milhões de dólares. Em 1986, a Copa foi no México, eu mudei completamente o sistema e foi aprovado pelo Comitê Executivo. O resultado? 4,6 bilhões é o resultado de uma Copa. Dois e pouco, 2 bilhões e não sei quanto da televisão do mundo, porque todos os países querem ver a televisão, e o senhor tem os *sponsors*, que são 15, esses que vão à volta do campo, quer dizer, Coca-Cola, Adidas, tudo isso. Sabe quanto eles pagam? Cada um, 150 milhões de dólares. E, independente

disso, eu tenho a receita: 1,8 bilhão. Então, veja como mudou: o futebol, hoje, é o maior poder no mundo⁷⁸.

Esse tipo de relação com o mercado é positivo tanto para as organizações esportivas quanto para as multinacionais. A FIFA com isso expande o seu poder, arrecada mais recursos e consegue manter os privilégios da classe dirigente – passagens de primeira classe, hotéis e carros de luxo. Já o mercado, como não possui o controle da modalidade, estabelece parcerias com as entidades, dissemina e agrega valor a sua marca e aos seus produtos.

Destaca-se que pouco interessa para a FIFA o ramo de atuação da empresa que paga uma fortuna para estampar sua marca junto às competições. O produto pode ser um refrigerante, uma empresa de alimentos pouco saudáveis que, em tese, não combina com o esporte, mas isso é secundário. Da mesma forma, não interessam as relações trabalhistas existentes nas suas fábricas. O importante é pagar mais que seus concorrentes.

O aprofundamento das relações mercantis promovidas por João Havelange possibilitou à FIFA formar uma estrutura universal e milionária. Para tanto, se no campo econômico houve uma diversificação das relações da entidade, no campo político não foi diferente. Ainda que os seus dirigentes procurem se apresentar ao mundo como neutros, sendo o futebol apenas uma “festa esportiva”, acima de qualquer questão social e cultural, a entidade, para expandir os seus negócios, pouco se importou com o regime político e a forma que os mandatários tratavam a população do país. Assim, de presidentes, passando por ditadores, reis e magnatas todos foram abraçados pelo projeto de poder e de enriquecimento dos dirigentes da entidade (JENNINGS, 2011). Ao mesmo tempo o dirigente da FIFA é tratado com todas as honras de um chefe de estado nos países em que ele visita.

A FIFA com Havelange transformou o seu principal produto – Copa do Mundo – num grande negócio, em paralelo, ampliou o número de países filiados, ampliou o calendário de competições internacionais, inclusive juvenis, construiu uma nova sede, com nove andares e em um dos lugares mais belos e caros de Zurique e multiplicou as receitas da entidade, com contratos de patrocínios e de direitos de transmissão cada vez mais lucrativos. A seguir vamos conhecer um pouco mais das finanças da entidade.

3.4.1- Receitas e despesas

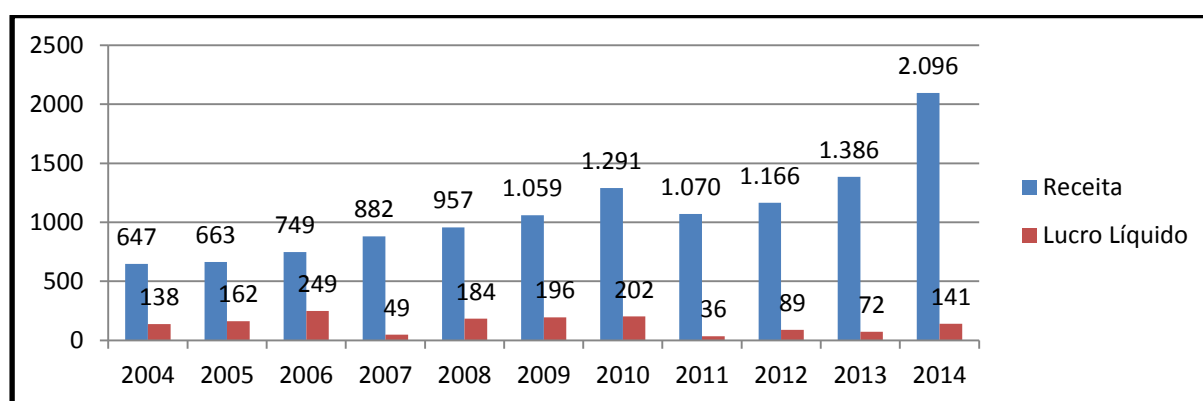
⁷⁸ Relato de Havelange na entrevista ao CPDOC da Fundação Getulio Vargas em 2012. Disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/596502_havelange-100-o-cartola-que-mudou-e-manchou-o-futebol. Acesso em: 08 maio 2016.

A FIFA possui o monopólio do futebol profissional no mundo e controla tudo que se refere à modalidade. A entidade possui fundamentalmente quatro fontes de receita. A principal é a comercialização dos direitos de transmissão dos seus eventos, principalmente a Copa do Mundo. Na sequência estão as cotas de patrocínios (provenientes dos parceiros globais, parceiros de copas e parceiros de cada país sede), a comercialização de ingressos e o licenciamento de produtos.

De acordo com dados da consultoria BDO a FIFA tinha em 1930 cerca de 85% da sua receita proveniente de repasses das associações nacionais, 70 anos depois esse percentual não supera 1%⁷⁹. A “revolução” na arrecadação da entidade foi realizada durante a gestão João Havelange que diversificou as fontes e estabeleceu contratos cada vez mais elevados de venda dos direitos de transmissão e patrocínios, especialmente da Copa do Mundo.

A Copa do Mundo é o principal produto da entidade, sendo que nos anos em que ela é realizada a arrecadação cresce exponencialmente (Gráfico 1).

Gráfico 1: receita x lucro líquido da FIFA em US\$/milhões⁸⁰.



Fonte: www.bdo.com.br/. Elaboração do autor (2016).

No ano de 2015 a arrecadação voltou para a casa de US\$ 1 bilhão e desde 2016 não é possível estabelecer um paralelo com os demais anos porque a entidade modificou a forma de contabilizar a arrecadação, concentrando tudo que é decorrente da Copa do Mundo no ano de sua realização. Somente a título de registro a FIFA divulgou que teve um déficit em 2016 de US\$ 366 milhões, todavia, meses depois a federação anunciou um saldo positivo de US\$ 188 milhões no fluxo de caixa⁸¹.

⁷⁹ Informação disponível em: https://universidadedofutebol.com.br/wp-content/uploads/pdf/Analise%20Fifa_Copa%20do%20Mundo-BDO.pdf. Acesso em: 25 maio 2018.

⁸⁰ Para as comparações entre reais, dólares e euros foram utilizados os valores da moeda americana de R\$ 3,60 e o Euro a cotação de R\$ 3,86. Portanto, em todas as passagens são esses os valores a serem considerados caso tenham comparações. Aproveitamos para informar que nenhum dado apresentado ao longo desse texto foi deflacionado.

⁸¹ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2017/04/nao-fifa-nao-esta-em-crise-financeira.html>. Acesso em: 19 maio 2018.

Seja como for, a entidade sofreu nos últimos três anos com os escândalos de corrupção que afastou algumas grandes multinacionais, o dano não foi maior porque grandes empresas da China, da Rússia e do Qatar decidiram entrar no “jogo” da entidade. Assim, o atual ciclo (2015-2018) reverteu todos os prognósticos negativos e mesmo a queda de receitas de 2015 e 2016 e já conseguiu uma arrecadação superior a todos os demais, com cerca de US\$ 6,1 bilhões, no período anterior (2011-2014) foram US\$ 5,6 bilhões.

As receitas da FIFA em 10 anos mais que triplicou, com exceção de 2011 e 2012. Entre 2004 e 2014 o lucro líquido da entidade ultrapassou US\$ 1,3 bilhão⁸². Em 2015 e 2016 houve uma leve queda na arrecadação em decorrência dos escândalos de corrupção revelados pelo FBI⁸³.

Reitera-se as quedas das arrecadações em 2015 e em 2016 demonstram que no primeiro sinal de crise na federação algumas empresas multinacionais se afastaram da entidade para proteger as suas marcas e a suposta retidão dos seus negócios. No entanto, esse movimento rapidamente foi revestido que tanto a queda nas receitas quanto o afastamento das multinacionais foram algo momentâneo, tendo em vista que a FIFA possui o monopólio desse esporte e a Copa do Mundo rende uma visibilidade mundial que nenhuma empresa quer deixar de usar.

A cada novo ciclo de organização da Copa do Mundo a arrecadação da entidade aumenta. O atual ciclo já superou os ganhos referentes à Copa no Brasil, mesmo com os escândalos de corrupção⁸⁴. O gráfico 2 apresenta o crescimento dos valores angariados pela FIFA nos últimos quatro ciclos.

Gráfico 2: evolução das receitas da FIFA em US\$/bilhões.



Fonte: www.gloesporte.com/. Elaboração do autor (2016).

⁸² “Mais lucrativa da história, copa do mundo de 2014 gera R\$ 18 bilhões para FIFA”. Informação disponível em: <http://globoesporte.com.br/copa-do-mundo-de-2014/>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁸³ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-reserva-receitas-da-copa-de-2014-para-enfrentar-justica-e-multas,70001749792>. Acesso em: 25 maio 2018.

⁸⁴ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2017/04/nao-fifa-nao-esta-em-crise-financeira.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

O último ciclo da Copa do Mundo realizada em 2014 no Brasil já tinha sido o mais lucrativo de todos para a entidade, com um faturamento superior a US\$ 5,5 bilhões, maior que o ciclo anterior da África do Sul (2007-2010) quando a FIFA arrecadou US\$ 4,1 bilhões, mais que o dobro da Alemanha (2003-2006), quando a receita chegou a US\$ 2,5 bilhões e mais de três vezes maior que o ciclo de Japão e Coreia do Sul (1999-2002) com US\$ 1,8 bilhão⁸⁵. Porém, o ciclo da Copa da Rússia superou todos (US\$ 6,1 bilhões) e a perspectiva é que o do Qatar se aproxime dos US\$ 7 bilhões⁸⁶.

Reitera-se que a primeira Copa do Mundo realizada em 1930 no Uruguai (país campeão daquela edição e que já havia ganhado duas vezes o torneio olímpico) teve a presença de apenas treze equipes (os principais países da Europa não participaram da competição devido à viagem longa e cara). Esse cenário é bem diferente das últimas edições em que não faltam países concorrendo a uma vaga⁸⁷.

Em 1934 a Copa ocorreu na Itália e em 1938 na França, consagrando a Itália bicampeã, para a alegria do governo fascista de Mussolini que via nas conquistas da *Squadra Azzurra* uma demonstração de força do regime. Registra-se que a FIFA e seus dirigentes desde o seu início deixou claro que as questões sociais e políticas não tinham importância diante do seu objetivo de crescer e promover a disseminação desse esporte. Sendo assim, não foram poucas as parcerias com ditaduras para realizar os eventos da entidade ou para os dirigentes obterem apoio nas eleições internas⁸⁸.

A segunda guerra mundial interrompeu as edições da Copa do Mundo, que retornou em 1950, quando o Brasil sediou a quarta edição do Mundial. A novidade foi que pela primeira vez uma seleção inglesa participou da competição. Ao Estado coube mais uma vez garantir as condições para que o evento ocorresse, no caso específico, destaca-se a construção do Maracanã.

As edições da Copa do Mundo dos anos 50 e 60 marcaram ascensão do futebol brasileiro, a cobertura da televisão e a “mundialização” da modalidade, com uma burocracia ligada à FIFA em todos os continentes. Entretanto, o aspecto econômico ainda era secundário

⁸⁵ “Mais lucrativa da história, copa do mundo de 2014 gera R\$ 18 bilhões para FIFA”. Informação disponível em: <http://globoesporte.com.br/copa-do-mundo-de-2014/>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁸⁶ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,repentino-velha-fifa-infantino-distribui-r-2-8-bi-em-bondades-a-cartolas.70002347936>. Acesso em: 15 ago. 2018.

⁸⁷ Em cada continente a FIFA estabeleceu um sistema de eliminatórias que seleciona as melhores seleções para a Copa do Mundo.

⁸⁸ Jennings (2011, p. 227) narra, por exemplo, que Joseph Blatter não tinha “muito interesse na natureza dos regimes políticos dos países com pretensões de sediar a Copa (democracia, autocracia, quem se importa?), mas prefere que sejam estáveis”. Antes dele Havelange já demonstrava admiração por líderes políticos como Hitler e Perón, tendo aprendido com eles seja como atleta em 1936 ou como presidente da FIFA em 1978 (RIBEIRO JR et al, 2014).

na organização desse evento e mesmo no processo de expansão do futebol. De acordo com Proni (1998, p. 150), isso ocorreu muito mais como resultado da:

[...] importância que o futebol passou a ter na dinâmica social e política dos países em desenvolvimento – sem que o regime profissional fosse necessariamente adotado. Quer dizer, não era uma lógica econômica que comandava a organização futebolística. Ao contrário, a condução amadora (na administração) e o caráter “público” da modalidade limitavam a sua comercialização.

Isso se modifica totalmente a partir da década de 1970, com a transmissão da Copa do Mundo realizada no México por satélite para a Europa, ao vivo e em cores, e com João Havelange assumindo a direção da FIFA em 1974. Sobre Havelange, já falamos das medidas que ele adotou após assumir a presidência da entidade. Só reforçamos que a era dos grandes patrocínios da FIFA iniciou em 1976 quando Havelange estabeleceu o programa de *marketing* da entidade. Após a entrada da Coca-Cola e da Adidas “[...] todo mundo quis uma fatia do bolo. Os patrocinadores iniciaram uma competição feroz pelo direito de usar o emblema da FIFA e de exibir as palavras “Copa do Mundo” em seus produtos” (JENNINGS, 2011, p. 28).

No que se refere às transmissões dos jogos da Copa é preciso pontuar que se tornou uma mina de dinheiro para FIFA e para os dirigentes da entidade. Além do lucro da venda dos direitos de televisão, as transmissões ao vivo das partidas da Copa do Mundo a partir de 1970 possibilitaram a atração de patrocinadores para a entidade e para esse evento.

No início dos anos 1980 a FIFA vende os direitos de transmissão para *International Sports Leisure* (ISL), empresa de *marketing* esportivo que decretou falência em 2001. Ela tinha como um dos proprietários Horst Dassler, dono da Adidas, já falecido. A relação dele com os membros da FIFA facilitou a conquista dos direitos de transmissão de todas as Copas do Mundo até aquela realizada na Alemanha em 2006. A ISL adquiria da FIFA os direitos de transmissão do evento e revendia para todas as emissoras de televisão do mundo. Contudo, após escândalos de corrupção, inclusive com transferências de dinheiro de uma emissora brasileira para contas particulares de membros da entidade (caso de Ricardo Teixeira e João Havelange) a ISL declara insolvência em 2001 (JENNINGS, 2011). Assim, após romper o contrato de transmissão da Copa do Mundo de 2002, a FIFA assume o negócio.

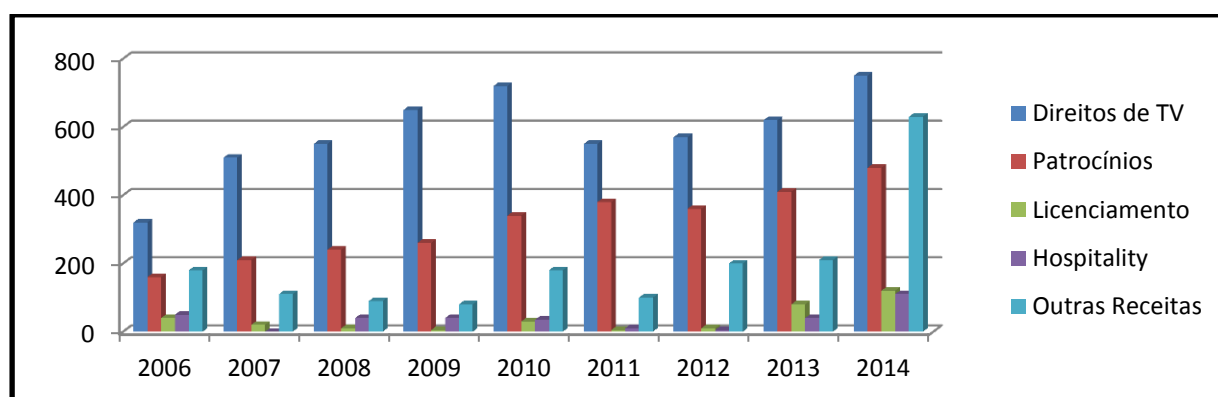
A falta de transparência da FIFA não esconde o quanto a Copa do Mundo se tornou um produto valioso no mercado internacional de megaeventos, cobiçados por diversos países e patrocinadores. No cenário de reestruturação urbana e de concorrência interurbana das cidades, conforme demonstra Harvey (2005), ela passou a impulsionar o desenvolvimento das economias locais, reconfigurando a imagem das cidades, bem como projetando mundialmente

o país sede no circuito do capital. De acordo com Vainer (2009), a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e os demais megaeventos estão conectados ao padrão de planejamento urbano que emerge a partir da década de 1970 com o domínio dos princípios neoliberais, no caso específico do empreendedorismo urbano, com a lógica da cidade empresa.

É importante assinalar que a hegemonia da forma/valor dessa competição ocorre em um contexto de encurtamento do tempo-espço da produção e do consumo dos produtos (HARVEY, 2005). A Copa do Mundo tornou-se um produto universal e com um tempo rápido de duração. As tecnologias universalizaram o evento, massificaram o seu consumo e qualificaram o serviço oferecido, seja presencial – com arenas e as condições de consumir ao vivo o espetáculo – ou a distância por meio das emissoras de televisão.

Se a Copa do Mundo é o principal produto da entidade, a forma de arrecadação de recursos da entidade é centralizada na venda dos direitos de transmissão, principalmente deste megaevento e dos patrocínios. Essas fontes equivalem a 75% de tudo que a FIFA recebe em um ano.

Gráfico 3: evolução das receitas da FIFA, por fonte, em US\$/milhões.



Fonte: www.bdo.com.br/ Acesso em: 17/05/2016. Elaboração do autor (2016).

Em 2015 os direitos de TV continuaram sendo a principal fonte de receita e em 2016 foram os licenciamentos de produtos. No entanto, nos últimos dez anos a comercialização dos direitos de transmissão, especialmente da Copa do Mundo, é a principal fonte de recursos da entidade⁸⁹. A FIFA arrecadou com a comercialização deles com seus eventos, principalmente com a Copa do Mundo, US\$2,44 bilhões de 2007 a 2010 e US\$ 2,48 bilhões de 2011 a 2014. Um crescimento considerado pequeno no ciclo da Copa no Brasil. Contudo, as receitas com os patrocínios cresceram seiscentos milhões de dólares, sendo US\$ 1 bilhão entre 2006 a 2010 e US\$ 1,6 bilhão de 2011 a 2014. A entidade arrecadou mais com as empresas brasileiras

⁸⁹ Os dados de 2015 e 2016 estão disponíveis em: www.bdo.com.br. Acesso em: 15 ago. 2018.

(US\$ 163 milhões) com o mundial de 2014 do que as empresas da África do Sul em 2010 (US\$ 30 milhões)⁹⁰.

Já no mundial da Rússia a entidade continuou tendo um grande volume de recursos de televisão e, como já chamamos a atenção com muito dinheiro de multinacionais da China, Rússia e Qatar, tendo em vista o afastamento de algumas grandes empresas do ocidente da entidade.

Outras fontes de recursos da FIFA são: licenciamento de produtos; serviços de arena (hospitalidade nos espetáculos) e comercialização dos ingressos. A tabela 2 apresenta a comparação do ciclo da Copa do Brasil e o período da Copa da África do Sul.

Tabela 2: comparação da receita da FIFA entre 2007-2010 e 2011-2014, em US\$/bilhões.

Fontes das receitas	Ciclo da Copa África do Sul (2007-2010)	Ciclo da Copa Brasil (2011-2014)
Direitos de transmissão	2,44	2,48
Patrocínios	1,0	1,6
Ingressos*	-	0,476
Hospitalidade	0,120	0,185
Licenciamento de produtos	0,115	0,070

Fonte: www.globoesporte.com.br/ Elaboração do autor (2016).

*Os recursos com ingresso até 2010 eram repassados diretamente para o Comitê organizador não sendo parte do lucro da FIFA, a partir de 2014 a entidade passou a arrecadar esse valor.

Os dados do ciclo de 2015 a 2018 ainda não estão fechados pela FIFA, portanto, na comparação entre os ciclos anteriores observa-se que na última edição houve aumento da arrecadação em todas as fontes, uma regra com poucas alterações a cada edição da Copa do Mundo desde a chegada de João Havelange como dirigente da entidade.

Nesse sentido, não resta dúvida que a Copa do Mundo tornou um produto valioso para entidade e no circuito internacional de megaeventos. Ele sem dúvida é o responsável por tornar a FIFA uma entidade economicamente exitosa. Porém, se as receitas da federação cresceram continuamente nas últimas décadas o mesmo não pode ser dito sobre o lucro, pois, foram várias oscilações ao longo dos anos.

Assim, logo surge a questão: como a FIFA gasta os recursos que arrecada? Ao analisar os relatórios da entidade observa-se que a principal despesa da entidade é a Copa do Mundo. Esse megaevento é a porta de entrada e de saída do dinheiro. No último ciclo (2011-2014) quase metade do que foi arrecadado foi gasto para a realização do mundial no Brasil. Entre as

⁹⁰ Informação disponível em: www.globoesporte.com.br/. Acesso em: 05 jun. 2016.

despesas destaca os repasses para o Comitê Organizador Local (COL) e o pagamento de passagens e hospedagens para dirigentes e para as seleções.

No período de 2011 a 2014 a FIFA gastou U\$ 5,38 bilhões, quase metade disso foi com a Copa do Mundo (U\$ 2,31 bilhões), principalmente com os custos com dirigentes, atletas e árbitros. Na sequência estão os gastos com associações e confederações nos 209 países (U\$ 598 milhões), com os demais eventos (U\$ 505 milhões), com os programas de desenvolvimento do futebol (apenas U\$ 454 milhões), com despesas de pessoal (U\$ 397 milhões), perdas financeiras (U\$334 milhões), eventos técnicos da entidade (U\$ 131 milhões) e outros gastos, como impostos (649 milhões)⁹¹.

Vale registrar que os gastos com as associações nacionais, especialmente as menores, que possuem pouca expressão no cenário internacional é fundamental para o desenvolvimento do futebol local. Entretanto, a falta de fiscalização sobre em quais ações o recurso é aplicado acaba não tendo uma dimensão do que realmente é realizado nos países. Em diversos casos essa política de descentralização de recursos para as associações é apenas uma forma de manter a classe dirigente inalterada em relação aos seus privilégios (JENNINGS, 2011).

Outro aspecto que também chama a atenção nos gastos da FIFA é o volume de recursos destinados para o corpo de funcionários da entidade. Apesar de ser uma federação sem fins lucrativos os dirigentes recebem salários elevados. Além disso, é importante ressaltar que o número de funcionários quase dobrou em dez anos. Em 2003 tinham 223, em 2013 eram 452 trabalhadores. O inchaço da máquina foi acompanhado com o aumento no valor dos vencimentos⁹².

O que fica evidente ao analisar os gastos da entidade é que a aplicação dos recursos no desenvolvimento do futebol em si é o que menos importa. Esse valor oscila entre 10% a 20%, no máximo. A realização de eventos e a manutenção do funcionamento da máquina que, na maioria das vezes, significa a garantia de privilégios do seletivo grupo de dirigentes e funcionários da entidade parece ser a centralidade do gasto da FIFA.

3.4.2- Dinheiro e poder: As relações entre FIFA e Estados-nação

A prosperidade dos negócios da FIFA foi construída sob pouca transparência e crises morais e éticas. Além dos casos envolvendo a venda dos direitos de transmissão com a ISL, outro exemplo foi aquele em que membros da FIFA usaram de sua posição para conseguir

⁹¹Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150529_fifa_dinheiro_ps_cc. Acesso em: 10 out. 2017.

⁹² Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/como-a-fifa-gasta-o-dinheiro-da-copa-mais-cara-da-historia_26132.html. Acesso em: 10 out. 2017.

ingressos para a Copa de 2006 e revender por meio de suas agências de viagens com um preço bem mais alto,

Às escondidas, ao longo de quase um ano, Warner e seu filho Daryan tinham chefiado um esquema de vendas de ingressos no câmbio negro, em escala industrial, negociando sub-repticianamente milhares de valiosos bilhetes para agências de turismo, que os incluíam em pacotes casados com quartos de hotel na Alemanha. Os Warner também tinham reservado milhares de quartos de hotel, e a venda dos pacotes rendia lucros exorbitantes [...] (JENNINGS, 2011, p. 279).

O *fair play* da FIFA não existe nos seus negócios, em 2015 sete dirigentes da entidade foram presos em sua sede em Zurique/Suíça, entre eles estão três brasileiros: o ex-presidente da CBF José Maria Marin; José Hawilla, dono da Traffic, maior empresa de *marketing* esportivo da América Latina, que possui os direitos de transmissão de diversos eventos de futebol no continente; e, José Lazaro Margulies dono de empresas ligadas às transmissões esportivas. De acordo com o relatório do Departamento de Justiça dos EUA, desde 1991 autoridades da FIFA estão envolvidos em crimes de fraude, subornos e lavagem de dinheiro. Entre as denúncias constam recebimento de propinas de empresas de *marketing* para favorecimento dessas no fechamento de contratos com a entidade e compra de votos para eleição da Rússia e Catar como sedes da Copa de 2018 e 2022, respectivamente⁹³.

As investigações do FBI estão centralizadas nos atos de corrupção praticados por dirigentes do futebol das confederações e associações nacionais da América do Sul e América do Norte, Central e Caribe. Apesar disso, os investigadores do FBI teriam afirmado que a corrupção da FIFA atravessaria, pelo menos, duas gerações de dirigentes e que seria sistêmica⁹⁴.

Se parece evidente que o sucesso econômico da FIFA foi construído sob um “mar de lama”, também não resta dúvida que ele foi feito com “vendas nos olhos”. Como dissemos, pouco importa o regime político das nações que recebiam os seus eventos. Já comentamos o caso da Copa do Mundo de 1978 realizada na Argentina. Sobre esta edição o ex-presidente

⁹³ O Relatório de investigação do FBI pode ser encontrado em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab. Acesso em: 08 jun. 2016. Sobre a investigação do FBI é importante dizer que, para além do combate a corrupção na FIFA, há um conjunto de interesses econômicos, afinal, o futebol é o esporte que movimenta mais dinheiro em todo o mundo, mais que as ligas dos EUA. Ele é o esporte mais praticado pelas mulheres e o que mais cresce entre a juventude daquele país. A liga norte-americana de futebol é basicamente controlada por estrangeiros, os direitos sobre o futebol são de cartolas estrangeiros, portanto, não parece crível acreditar que a ação do FBI seja puramente com senso de justiça. Sobretudo, como o próprio relatório apresenta, as práticas corruptas na FIFA ocorrem há décadas.

⁹⁴ Informação disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/05/fbi-investigacao-sobre-fifa-quer-livrar-futebol-de-corrupcao>. Acesso em: 15 out. 2017.

Joseph Blatter disse que o evento e a conquista do país sede possibilitou “uma reconciliação do povo com o sistema político militar da época”⁹⁵.

Ainda sobre a relação da FIFA com os governantes dos países, o ex-secretário geral da entidade – Jérôme Valcke – revelou algo que explica as escolhas da Rússia e do Qatar como sede das próximas edições, bem como deixou claro que a entidade se interessa apenas pelo sucesso do seu produto e conseqüentemente dos seus negócios. Em 2013, ele afirmou que: [...] menos democracia às vezes é melhor para se organizar uma Copa do Mundo. Quando você tem um chefe de estado forte, que pode decidir, assim como Putin poderá ser em 2018, é mais fácil para nós organizadores [...]”⁹⁶.

Na “era de ouro” da FIFA não foram poucos os encontros e homenagens que os dirigentes da entidade renderam e receberam de representantes dos regimes políticos mais duros e fechados do mundo. Jennings (2011) apresenta alguns exemplos das relações de João Havelange e o ditador da Nigéria Sani Abacha. A FIFA escolheu esse país como sede do campeonato mundial de seleções sub-20 em 1995 e não faltaram afagos de lado a lado. Porém, diante do surto de cólera e meningite que atingiu o país, os planos tiveram que ser adiados. Havelange, para não desagradar o ditador, prometeu então a realização da competição em 1997 naquele país, em compensação recebeu o título de chefe tribal honorário.

Dois dias depois disso, a mando do ditador nigeriano, dois adversários do seu regime foram brutalmente assassinados. Ao ser perguntado sobre o caso, Havelange resume afirmando que: “Não vou deixar que a política afete minha promessa de realizar na Nigéria o Campeonato mundial Sub-20 de 1997. Esporte e política não devem se misturar” (JENNINGS, 2011, p. 62).

Nesse sentido, percebe-se que aos atores do futebol cabe manter distância da vida política dos países. O importante é a expansão do poder, dos privilégios e das receitas. A suposta neutralidade dos dirigentes da entidade possibilita a existência de uma relação amistosa entre ambos, o que é estratégico para os interesses tanto da FIFA quanto dos territórios.

Destaca-se que a boa relação com os dirigentes das nações é fundamental para os dirigentes da FIFA manter o monopólio desse esporte. As associações nacionais possuem autonomia e aos governos locais cabe apenas manter boas relações com os representantes da entidade em seu país. A interferência do chefe de uma nação nas atribuições da associação

⁹⁵ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁹⁶ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html>. Acesso em: 18 nov.2017.

nacional é veemente punida pela FIFA com a exclusão das seleções nacionais e dos clubes das competições internacionais.

Quanto às relações com o mercado, Ribeiro Jr. et al (2014) narram que desde a chegada de Havelange à FIFA se comporta como uma empresa nas negociações com os diferentes segmentos do mercado. Os acordos nem sempre transparentes são regidos dentro da lógica mercantil, com a entidade procurando o que é mais vantajoso para os seus interesses.

Nesse sentido, a relação com o mercado nem sempre é amistosa. As ameaças de perda do monopólio desse esporte são duramente combatidas pelos dirigentes da FIFA. Ainda que concretamente o que exista seja apenas a organização de competições de pré-temporada por grandes multinacionais e vagos discursos sobre a possibilidade de criação de competições independentes sem a chancela da FIFA.

Os interesses empresariais no futebol e o sucesso econômico da FIFA são fontes de inspiração para a mudança na organização do futebol em todo o mundo. Da mesma forma, o retorno financeiro e de imagem para as multinacionais envolvidas com esse negócio e a necessidade de expandir os dividendos para novos setores também impulsionam a entrada do mercado na estrutura mediana do futebol mundial.

As relações entre as confederações, federações regionais e associações nacionais e o mercado ganham novos contornos a partir dos anos 1990 com as parcerias com grandes multinacionais para a organização de competições continentais de seleções e clubes. Nesse sentido, destacam a reorganização promovida pela UEFA tanto na competição continental de seleções e, principalmente, de clubes. A UEFA *Champions league*, principal competição de clubes de futebol do mundo em 1993 movimentava pouco mais de U£ 45 milhões em 2016 o evento passou de U£ 2 bilhões⁹⁷.

As competições administradas na lógica do mercado possuem parcerias milionárias e grandes redes de televisão adquirindo os direitos de transmissão. Na América Latina, por exemplo, um banco possui o *title sponsor* da principal competição de clubes. Antes era uma indústria de pneus.

O mesmo ocorre em âmbito nacional com as principais associações estabelecendo contratos milionários de patrocínios no que se refere aos direitos de marca da seleção nacional e comercializando os direitos de transmissão dos jogos das seleções nacionais⁹⁸.

⁹⁷ Informação disponível em: <http://blogdobenelima.blogspot.com.es/2017/06/a-transformacao-da-uefa-champions-league.html>. Acesso em: 25 maio 2018.

⁹⁸ Informações disponíveis em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/selecao-espanhola-renova-com-dois-patrocinadores_32185.html e http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/nike-renova-acordo-com-selecoes-da-inglesa-e-da-franca_31604.html. Acesso em: 25 maio 2018.

No que se refere às competições nacionais a tendência vista nos últimos anos é também de forte presença do mercado, no entanto, são os clubes que assumem o controle dos campeonatos nacionais e as associações nacionais controlam as copas e os torneios de eliminação simples. Os campeonatos são organizados no formato de liga, tendo os clubes o controle de todas as parcerias e a comercialização dos direitos de transmissão. Essa é uma mudança decorrente da transformação dos ordenamentos legais que permitiram às equipes assumirem um formato jurídico de sociedade anônima ou sociedades comerciais desportivas.

Na sequência, passamos a tratar da reorganização desta modalidade, não mais olhando para o topo da pirâmide, FIFA, mas principalmente para os clubes que sustentam a toda a estrutura do futebol mundial, detendo os meios de produção e a força de trabalho dos atletas. Da mesma forma, demonstraremos as mudanças na forma de administração das competições. Com isso, buscamos apresentar a configuração da estrutura do futebol a partir das relações estabelecidas com o mercado desde a década de 1970 e início dos anos 1980.

3.5- As mudanças na base jurídica dos clubes e a constituição de ligas

Os clubes são a base da pirâmide do futebol ou, de outro modo, diríamos que são as células básicas da produção do Futebol de Espetáculo. Neles ocorrem a formação e a preparação da Força Esportiva para as competições. Além disso, em geral, eles possuem os equipamentos e a infraestrutura para o treinamento e para a realização do espetáculo esportivo, bem como os direitos federativos e os direitos econômicos (total ou parcial) da força de trabalho especializada (atletas).

Ao analisar a história dos clubes com maior faturamento das principais ligas do mundo nota-se que todos surgem a partir do interesse de grupo de trabalhadores, estudantes, comerciantes ou industriais de ter uma equipe para disputar as competições futebolistas. Diferentemente dos clubes brasileiros que constituíam em espaços de encontro, divertimento e descanso dos cidadãos, inicialmente restritos à elite e, aos poucos, aparecem aqueles com presença de segmentos populares, inclusive clubes de funcionários das indústrias. Os principais clubes globais já nascem tendo a prática do futebol como objeto⁹⁹.

Apesar da maioria das agremiações surgir como associação à atividade esportiva configurava na Inglaterra como uma atividade econômica de natureza limitada desde o final

⁹⁹ As informações sobre o surgimento dos clubes podem ser vistas nos sites das equipes, no caso específico consultamos aqueles que lideram o ranking de arrecadação do futebol mundial nas últimas quatro temporadas. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/consumer-business/articles/Deloitte-Football-Money-League.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

do século XIX, porém, mesmo disponibilizando para a sociedade uma atividade de lazer (jogo) eles não podiam gerar riquezas, patrimônios e bens (BERTELLA, 2015)

As mudanças no regime jurídico dos clubes de futebol ocorrem no contexto de reconfiguração da gestão da FIFA e dos seus produtos, bem como no processo de expansão do capital para novos setores e mercados. Nesse sentido, destaca-se que: a) nos anos 1970 a realidade dos principais clubes do velho continente era de endividamento e fortes laços com negócios obscuros de agentes públicos e privados; b) por outro lado, as grandes multinacionais de diferentes setores da economia buscavam expandir os seus negócios não apenas para novos mercados, mas diversificar os investimentos na tentativa de manter e ampliar o lucro.

Diante do cenário econômico caótico dos clubes e da pressão da estrutura econômica para entrar nesse segmento, os governos dos diferentes países começaram a modificar a base jurídica do esporte, especialmente do futebol, para permitir uma maior presença dos agentes do mercado.

Isso ocorre inicialmente nos países da Europa e posteriormente se espalha pelo mundo, conforme as características da organização da modalidade e da formação social. A seguir vamos destacar as alterações que ocorreram nos países que concentram os principais clubes do mundo, considerando a ordem em que elas foram processadas: Itália, Espanha, Inglaterra, França e Alemanha.

A escolha desses países não é aleatória, afinal, nas últimas quatro temporadas (2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017) os grandes clubes globais estão localizados neles. Apenas no período de 2015/2016 que uma equipe de fora desse grupo conseguiu estar entre as vinte com as maiores arrecadações, sendo o Zenit da Rússia. Em todas as outras, os lugares foram ocupados pelas grandes equipes dessas nações, especialmente pelos ingleses¹⁰⁰.

Nesses cinco países estão as principais ligas nacionais de futebol da Europa e do mundo – *big 5* –, responsáveis nos anos de 2005 a 2011 por cerca de 51% a 53% de toda a movimentação financeira dos 54 países com ligas nacionais que compõem a UEFA¹⁰¹.

As *big 5* na temporada 2015/2016 foram responsáveis por movimentar cerca de 13,4 milhões de euros, 12% a mais em relação à temporada passada. A liderança disparada é da liga inglesa – *Premier League* – (com clubes da Inglaterra e País de Gales) com receitas que ultrapassaram os 4 milhões de euros. Na sequência, estão a liga alemã (Bundesliga) com

¹⁰⁰ Informação disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/consumer-business/articles/Deloitte-Football-Money-League.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹⁰¹ Informação disponível em: <http://gaydeliebana.com/wp-content/uploads/5informefutbol.19-SEPT-2012.-OK.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

faturamento de 2,7 milhões de euros, a liga espanhola (*La Liga*) com 2,4 milhões, a liga italiana (Série A Tim) com 1,9 milhões de euros e a liga francesa (*League One*) com 1,5 milhões de euros¹⁰².

Ainda vamos retornar a todos esses dados para uma análise mais detalhada, nesse momento apenas gostaríamos de apresentá-los para justificar a nossa escolha para analisar a mudança nos estatutos jurídicos dos clubes e a formação das ligas com a entrada dos setores do mercado no futebol. Ressalta-se que, mesmo em outros anos, os principais clubes desses países também lideram o *ranking* de arrecadação, patrimônio e títulos internacionais. Portanto, vamos concentrar o nosso olhar para as mudanças processadas no centro da produção e circulação do futebol enquanto um negócio.

Nesse sentido, seguimos uma linha de exposição cronológica atentando inicialmente para aquele país que primeiro modificou os formatos administrativo e jurídico dos clubes para atender a nova realidade do futebol como um negócio.

Itália

O primeiro a modificar o ordenamento legal foi a Itália. Os clubes desse país estavam na década de 1970 em estado falimentar, com dívidas com o governo e muitos serviam para lavar dinheiro da máfia. Além disso, os escândalos de manipulação de resultados e as participações ruins da seleção italiana nos últimos mundiais completava um cenário desanimador para o futebol do país.

Diante dessa situação o Estado fez ainda no final da década de 1970 a primeira incursão para modernizar a estrutura das equipes de futebol profissional. Os clubes foram obrigados a adotar uma gestão menos deficitária e em compensação as autoridades perdoaram parte das punições referentes aos escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro da época, bem como colocaram um volumoso aporte de recursos nos clubes por meio da emissora de televisão estatal (PRONI, 1998).

Na sequência o governo editou, em 23 de março de 1981, a lei nº 91 que permitiu a formação do clube empresa (porém, como sociedade sem fins lucrativos) e a formação da liga nacional. Entretanto, toda a arrecadação dos clubes deveria ser reinvestida no futebol, naquele momento a legislação não permitia a obtenção de lucro. Esse mecanismo foi modificado 15 anos depois com a lei nº 586/1996, que obrigou os clubes a investir pelo menos 10% do lucro nas categorias de base.

¹⁰²Informação disponível em: <https://eco.pt/2017/07/12/futebol-receitas-das-cinco-principais-ligas-europeias-disparam-com-a-televisao/> Acesso em: 15 set. 2017.

As mudanças na legislação possibilitaram que grupos econômicos (inclusive empresários ligados à máfia italiana) pudessem estar presente no futebol daquele país, inclusive com propagandas nos uniformes e nos estádios. Como consequência da reestruturação das equipes, da forte presença da emissora de TV estatal e de outros grupos econômicos, como aquele conduzido por Silvio Berlusconi – dono de um conglomerado midiático que adquiriu o Milan –, nos primeiros anos da década de 1980 as equipes italianas se consolidaram como a principal força esportiva do futebol mundial. Os principais atletas do mundo passaram a desembarcar naquele país e contribuíram para tornar a liga italiana a mais poderosa ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990.

A obrigação dos clubes para adotar uma estrutura empresarial e a formação de ligas, em substituição aos campeonatos organizados pela associação nacional, tornou-se o modelo a ser seguido em todo o planeta. Reitera-se que foi somente em 1996 que os clubes formalmente passaram a ser considerados com fins lucrativos, ainda que eles já fossem controlados por empresários e grupos econômicos (AIDAR; LEONCINI; OLIVEIRA, 2002).

A liga italiana constituiu num grande ativo para as emissoras de televisão que transmitia as partidas para diversos países, inclusive para o Brasil. As principais estrelas do futebol brasileiro da década de 1980 também foram contratadas pelos clubes italianos.

Entretanto, na metade da década de 1990 as equipes italianas e a liga daquele país começam a ter concorrentes de peso na Europa, pois, Espanha e Inglaterra também se adequam à nova lógica do mercado e passam a disputar diretamente com os italianos os grupos econômicos e os melhores atletas. Além disso, a operação mãos limpas que investigou casos de corrupção na Itália também chega ao futebol e nas transferências milionárias e fraudulentas produzidas especialmente pelo proprietário do Milan¹⁰³.

Naquele momento já ficava claro que a presença do mercado no futebol não era apenas para ampliar a acumulação de capital, mas também tinha nele uma forma de lavar dinheiro de negócios nebulosos. A descoberta da operação mãos limpas foi apenas a primeira de muitos casos que emergiram nos últimos anos¹⁰⁴. Afinal, o futebol tornou-se um palco privilegiado para os milionários de todo o mundo, tendo em vista o baixo controle nas transações financeiras e a visibilidade global possibilitada por esse esporte.

¹⁰³ Para entender as transformações do futebol italiano na década de 1980 e 1990, recomendamos a série de reportagens do *site* <http://trivela.uol.com.br/tema-da-semana-melhor-campeonato-nacional-da-historia/>. Acesso em: 30 out. 2017

¹⁰⁴ Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol.futebol-um-paraiso-para-lavar-dinheiro,1017854>. Acesso em: 30 out. 2017.

Seja como for, a reestruturação do futebol italiano – a presença estatal refinanciando as dívidas e apoiando os clubes, a mudança no marco jurídico das equipes, a comercialização dos direitos de transmissão e a entrada de grandes grupos econômicos – foi o ponto de partida de um modelo de modernização via mercado do futebol mundial.

Espanha

Após a experiência italiana, a Espanha foi quem produziu mudanças no marco legal do esporte, concentrado no basquete e no futebol. No que se refere ao nosso objeto, destaca-se que a situação dos clubes espanhóis não era diferente dos italianos. O governo diante da situação de endividamento dos clubes sancionou em 1990 a lei nº10 (*Ley del deporte*) que obrigou as equipes da primeira e segunda divisão do campeonato local a adotarem uma gestão no modelo de Sociedades Anônimas Desportivas (SAD) e a realizarem em parceria com a federação local de futebol para a criação de ligas – a liga nacional de futebol profissional organiza as competições no território espanhol juntamente com a federação real espanhola de futebol.

Assim, o Estado garantiu um plano de saneamento das dívidas dos clubes estabelecendo que a Liga profissional fosse responsável por quitar os débitos tributários, da seguridade social e com o banco hipotecário da Espanha.

Os clubes que não tinham fechado os balanços financeiros dos últimos cinco anos com déficits não precisaram mudar os estatutos, caso do Barcelona, Real Madrid, Atlético de Bilbao e Atlético Osasuna. Essa medida foi adotada principalmente para atender aos dois grandes clubes da Espanha. Porém, eles foram obrigados a manter uma gestão profissional dos seus negócios¹⁰⁵.

As mudanças processadas resultaram no fortalecimento das grandes equipes nas negociações com as emissoras de televisão e consequentemente da liga espanhola de futebol. Além disso, a Espanha de meados dos anos 1990 até meados da década de 2000 vivia um bom momento econômico, diferentemente de quase toda a Europa naquele período¹⁰⁶, o que contribuiu para a entrada de grupos investidores nas equipes e consequentemente para o fortalecimento dos clubes.

¹⁰⁵ Informação disponível em: www.crasp.gov.br/wp/wp-content/uploads/22-07-2011-futebol-espanhol-um-modelo-mais-proximo-da-realidade-brasileira-.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹⁰⁶ Informação disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100006. Acesso em: 15 nov. 2017.

Assim, na segunda metade dos anos 1990 as principais equipes (Barcelona e Real Madrid) já conseguiam rivalizar com os clubes italianos e com as novas forças esportivas que estavam surgindo na Inglaterra.

Inglaterra

Reitera-se que, diferentemente dos outros países no berço do futebol, os clubes funcionam como sociedades de responsabilidade limitada desde o final do século XIX. Contudo, isso não significa adoção de uma mentalidade comercial. A federação inglesa restringiu as relações mercantis no futebol, com proibições de auferir lucros e pagamentos de dividendos aos dirigentes (isso vai se modificar apenas no início dos anos 1980 com a liberação de remuneração para os dirigentes). Ainda que os clubes fossem obrigados desde a última década do século XIX a publicar balanços de suas contas (AIDAR; LEONCINI; OLIVEIRA, 2002).

As transformações no formato da administração dos clubes e dos campeonatos ingleses também ocorreram a partir de uma intervenção do Estado. A entrada de grandes multinacionais, fundos de investimentos e das emissoras de televisão acontece após o governo de Margaret Thatcher obrigar os clubes a modernizar os seus estádios e a implantar mecanismos efetivos de segurança.

Em 1985 os clubes ingleses foram impedidos pela UEFA em cinco anos de participar de qualquer competição internacional (o Liverpool ficou seis anos banido) devido a atuação de torcedores ingleses na final da Taça dos Campeões da UEFA em 1985 disputada pelo Liverpool e o Juventus, que culminou com a morte de 39 pessoas. Alguns meses antes 56 pessoas já tinham morrido num estádio devido a um incêndio. Em 1989 foram 96 torcedores mortos em outro estádio durante a final da Copa da Inglaterra. Diante desses acontecimentos, os clubes tiveram que reestruturar os seus estádios e adotar medidas de segurança.

Sem dúvida, é importante destacar que a forte pressão estatal por mudanças na estrutura dos clubes e o combate às torcidas organizadas, especialmente os *hooligans* também tinham como interesse a dinamização econômica no campo do futebol, com a entrada de novas classes sociais e investidores, bem como buscava enfraquecer os sindicatos.

Proni (1998) lembra que o processo de reestruturação do futebol inglês teve como pano de fundo a mudança na condução política e econômica do país com o governo conduzido por Margareth Thatcher e as mudanças em direção ao livre mercado e ao arrocho nas finanças públicas.

Até a década de 1970 os estádios ingleses foram ocupados por trabalhadores que tinham os clubes vinculados às fábricas os preferidos. Os sindicatos tinham influência nas torcidas organizadas e criticavam duramente as medidas liberalizantes do governo. O controle das torcidas e a elitização do público nos estádios foi uma forma de inibir a penetração do movimento sindical no futebol¹⁰⁷.

As medidas do governo cobraram dos clubes um grande volume de investimentos. Para tanto, além dos empréstimos do estado e de instituições financeiras, algumas equipes foram vendidas para investidores ou tiveram que tornar sociedades anônimas para poderem sobreviver às imposições colocadas.

Para continuar com suas atividades os clubes tiveram que diversificar as fontes de receitas, inclusive com atuação no mercado de capitais. Sobre isso, é importante destacar que as equipes inglesas foram as pioneiras. O primeiro caso foi com o tradicional clube de Londres – Tottenham – que abriu seu capital na bolsa em 1983. Porém, o primeiro a obter sucesso com isso foi o *Manchester United*, que entrou na bolsa de Londres em 1991, com o objetivo de modernizar seu estádio. A equipe inglesa nos primeiros cinco anos de participação na bolsa viu seus papéis atingirem uma valorização de mais de 500%.

Registra-se que até o final de 2016 foram 22 clubes com capital aberto nas bolsas de valores, praticamente todos europeus e a maioria são de equipes inglesas¹⁰⁸. No entanto, o número de equipes com capital aberto diminuiu nos últimos anos, inclusive o *Manchester United* saiu da bolsa. Isso se deve às incertezas sobre os resultados esportivos e o crescente gasto com a aquisição e pagamento de salários de atletas, o que provoca oscilações das ações. Afinal, as derrotas em campo podem ter como consequência a queda nos preços dos papéis e a perda de milhões. Por outro lado, as conquistas podem render ganhos significativos.

Ainda sobre a abertura de capital nas bolsas, destaca-se que isso confirma a nova fase do futebol mundial. A lógica é totalmente diferente daquela existente até a década de 1970. Os clubes procuram diversificar as formas de ampliar suas receitas e seu patrimônio. Isso ocorre dentro das possibilidades existentes pelo ordenamento legal de cada país. No caso dos ingleses, a organização dos clubes e da liga ocorre conforme as regras de livre mercado, não sendo apenas empresas, mas muitas são empresas com o capital aberto nas bolsas, expostos aos benefícios econômicos e às crises econômicas.

Foer (2005, p. 89) resume o que ocorreu na Inglaterra:

¹⁰⁷ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/margaret-thatcher-atacou-o-futebol-ate-mais-do-que-deveria/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

¹⁰⁸ Informação disponível em: <https://blogdorafaelreis.blogosfera.uol.com.br/2017/04/22/por-que-gigantes-europeus-como-o-dortmund-tem-aco-es-na-bolsa/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Para financiar a reconstrução de seus estádios, os antigos proprietários, na maioria pequenos empresários que se fizeram por conta própria, importaram montanhas de capital novo. Grande parte dele veio de espertos investidores urbanos que percebiam que o futebol tinha um mercado cativo gigante e sólidas fontes de lucro inexploradas. As novas instalações incluíram luxuosas suítes executivas alugadas as grandes empresas. Os clubes lançaram ações nas bolsas de valores, aumentaram o preço dos ingressos e venderam os direitos de transmissão dos jogos da Liga ao serviço de TV por satélite de Rupert Murdoch. O plano funcionou perfeitamente. Um novo tipo de torcedor, mais abastado, começou a frequentar os jogos os estádios.

O *Manchester United* foi aquele que melhor soube lidar entre todos do velho continente com a nova realidade do futebol mundial. Ele diversificou as estratégias de obtenção de recursos por meio do *marketing* e iniciou a exploração comercial dos estádios de futebol. Ao longo dos últimos anos sempre figurou entre as equipes com mais receitas, títulos nacionais e internacionais.

O Manchester, influenciado por todo o processo de profissionalização do futebol inglês ocorrido nos anos 90, passou a tratar seus torcedores como clientes e isso acabou por gerar uma mudança no clube, não sendo mais um simples time de futebol, mas uma empresa multifuncional. Além do histórico *Old Trafford*, estádio da equipe inglesa situado em Manchester, norte da Inglaterra, que tem em suas instalações um museu, lojas, restaurantes e camarotes, que comportam até 4 mil pessoas, e são alugados para festas e convenções, os “Red Devils” têm sua própria emissora de TV, com programação 24 horas sobre o clube (LIBANIO, 2015, p. 25).

Essa organização liberal do futebol ganha corpo a partir de 1992 com o rompimento dos clubes com a federação nacional e a formação da própria liga. Eles assumem a negociação dos novos contratos de televisão e *marketing*. A FA *Premier League*, que atualmente se chama *Premier League* consolidou nos últimos anos como a principal e mais rica competição nacional de clubes do mundo¹⁰⁹.

França e Alemanha

Vamos tratar dos dois países de forma conjunta, pois, ainda que o regime jurídico seja diferente, as mudanças mais significativas ocorreram no mesmo período histórico, no início dos anos 2000, ainda que desde a década de 1980, especialmente na França já tivesse ordenamentos legais que tratavam da necessidade dos clubes de criar sociedade anônima¹¹⁰.

¹⁰⁹ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/premier-league-esta-mesmo-mais-rica-e-medios-ingleses-ja-se-igualam-grandes-de-outras-ligas/>. Acesso em: 25 maio 2017.

¹¹⁰ A Lei nº 84-610, de 16 de Julho de 1984 estabelecia que sempre que uma associação esportiva participasse permanentemente de competições com entradas pagas das quais resultem receitas superiores a determinado

Os negócios nesses países ganham fôlego no início dos anos 2000, porém, de formas diferentes, pois, enquanto os clubes franceses desde 2004 são autorizados a negociar 100% de suas ações com grandes investidores, casos recentes do Paris Saint-Germain (PSG) e do Mônaco, os alemães são obrigados a terem pelo menos 51% das ações sob o domínio dos torcedores, com exceção daqueles que antes de 1998 tinham as ações nas mãos de grupos econômicos. Ou seja: nesse ano as equipes germânicas foram autorizadas a transformar-se em sociedades anônimas, porém, foram obrigadas a terem 50+1 do capital sendo controlado por fundadores¹¹¹.

Já os clubes franceses são livres para negociar com investidores. O principal exemplo disso é o PSG que, desde 2011, é de propriedade de um grupo de investimentos – *Qatar Investment Authority* – ligado aos dirigentes políticos do Qatar. Desde então, o clube possui a hegemonia na liga nacional e se posiciona entre os clubes mais importantes da Europa, sempre com elencos entre os mais ricos do mundo¹¹².

O modelo alemão é diferente de todos os outros países, pois, ainda que os clubes tenham que funcionar numa lógica mercantil, o controle acionário, com exceções, conforme já dito, continua com os torcedores. Um exemplo desse modelo é o Bayern de Munique, um clube que possui a hegemonia nacional e um dos mais ricos da Europa, tudo isso graças aos investimentos de três grandes multinacionais que, juntas, não possuem nem 30% do clube. Adidas (8,33%), Audi (8,33%) e Allianz (8,33%) controlam pouco mais de 25% da equipe, o restante é de torcedores. O volume de recursos injetado por esses acionistas é fundamental para posicionar o clube entre os maiores do velho continente¹¹³.

Os clubes germânicos também atuam no mercado de capitais. O tradicional clube da muralha amarela – Borussia Dortmund – está entre as cinco equipes que tiveram os melhores preços nos seus papéis em 2016¹¹⁴.

Ressalta-se que, como aconteceu na Itália, na Espanha e na Inglaterra, os clubes e as sociedades anônimas da França e da Alemanha também são os responsáveis pela competição

montante e empregasse atletas remunerados em montante superior a certo limite fixado em lei, tal associação seria obrigada a criar uma sociedade anônima. Informação disponível em: https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jmm_MA_16951.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹¹¹ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral/mandamentos-do-futebol-alemao-imp-875367>. Acesso em: 25 maio 2017.

¹¹² Informação disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2016/02/batalha-de-bilionarios-os-homens-por-tras-de-chelsea-e-paris-saint-germain.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹¹³ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-alemao/noticia/2014/02/empresa-compra-acoes-e-injeta-r-362-milhoes-no-bayern-de-munich.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹¹⁴ Informação disponível em: <http://exame.abril.com.br/mercados/os-gigantes-do-futebol-campeoes-no-mercado-de-valores/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

nacional. Elas funcionam independentes das federações nacionais, sob o controle dos clubes que negociam com patrocinadores e as redes de televisão. No caso da França, é a *League 1*; e, na Alemanha, a *Bundesliga*.

Diante do exposto, nota-se que a transformação jurídica-administrativa dos clubes ocorreu de formas diferentes em cada nação. Não existiu um modelo, mas todos caminharam no sentido de abrir o futebol para o mercado, mesmo naqueles que ainda permitem uma organização associativista.

O fato concreto é que a gestão adequada à lógica do mercado é um movimento também de sobrevivência dos clubes diante da concorrência com as demais equipes. Assim, eles procuram diversificar as parcerias com a venda dos direitos de transmissão, patrocínios, licenciamento da marca e direitos de uso dos estádios para obterem os melhores atletas, os melhores aportes financeiros, os melhores resultados esportivos e consequentemente maiores faturamentos.

No que se refere à propriedade, os clubes ingleses, franceses, italianos e espanhóis são livres para negociar suas ações com qualquer interessado, podendo inclusive ser totalmente de fundos de investimentos, empresas e bilionários de outros países. A norma alemã é aquela mais rígida com a participação dos grupos econômicos como proprietários dos clubes – as equipes podem negociar até 49% do controle acionário, sendo o restante com os sócios fundadores.

As mudanças processadas nesses países refletem nas demais nações periféricas da Europa e nos outros continentes. As normas de inserção dos clubes no mercado, com mudanças seja na base jurídica, ou no modelo de gestão também pode ser vista, guardando as peculiaridades de cada nação, por exemplo, em Portugal, Holanda, Rússia e Brasil. No capítulo seguinte trataremos da organização no Brasil, demonstrando como isso ocorreu num país da periferia da economia e da produção do futebol espetáculo.

Registra-se que no cenário de reestruturação dos clubes ocorreram também mudanças na forma de organização das competições. Os campeonatos administrados pela associação nacional foram substituídos por competições sob a gestão das próprias equipes. O que ampliou o poder de negociação dos clubes com as emissoras de televisão e com a comercialização das marcas das equipes e das ligas.

As ligas possuem uma autonomia relativa em relação às associações nacionais e comercializam o seu produto (jogos) para as emissoras de televisão e diversos outros

patrocinadores. As cinco principais ligas dos países que destacamos anteriormente são negociadas em todo o mundo e seus jogos transmitidos para mais de 200 países¹¹⁵.

Outro aspecto que gostaríamos de chamar a atenção é que essas mudanças somente foram possíveis porque houve uma forte atuação do Estado obrigando os clubes a alterar os estatutos e a forma de comercializar os seus produtos. Nesse contexto, o Estado, pressionado pela estrutura econômica, atuou para a reorganização do modelo de gestão das equipes, tanto no que se refere à mudança nos ordenamentos legais, quanto na disponibilização de subsídios e, no caso italiano, por exemplo, com forte aporte de recursos da emissora de televisão estatal.

Por fim, é importante registrar que esse movimento não ocorreu sem resistências. Ou seja, o processo de inserção dos clubes no mercado ainda é objeto de protestos de torcedores. Alguns exemplos disso foram registrados justamente na Inglaterra, que é o país mais liberal nas relações dos clubes com o mercado. A aquisição em 1995 do *Manchester United* pela família do bilionário norte americano Malcon Glazer foi realizada sob protesto, inclusive torcedores da equipe formaram uma associação para tentar comprar ações do clube e evitar a venda¹¹⁶.

Outros casos recentes também reforçam a existência de insatisfação com as transformações dos clubes europeus. Em 2014 torcedores do *Crystal Palace* protestaram contra “dinheiro sujo” no futebol. Eles levaram uma faixa para o jogo contra o Chelsea, com referência à forma em que o proprietário do Chelsea, Roman Abramovich, conseguiu sua fortuna na Rússia. Ele tornou bilionário com as privatizações das empresas públicas com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹¹⁷.

Dois anos depois, uma crítica semelhante foi vista na França por parte dos torcedores do *Saint-Étienne*, tradicional clube do país. Durante o jogo contra o PSG foram expostas faixas que criticavam a origem do dinheiro colocado neste clube. Entre elas destaca: “Dinheiro sujo aceito, direitos de liberdade atingidos e classe trabalhadora excluída”¹¹⁸.

Outro acontecimento na Inglaterra foi o movimento dos torcedores do *Newcastle*, tradicional clube daquele país, contra o dono do clube e o patrocinador principal da equipe. Durante a temporada 2015/2016 os protestos contra o proprietário do clube se estenderam à empresa que estampa o nome no uniforme da equipe. Ela atua no ramo de empréstimos

¹¹⁵ Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/fabricante-de-pneus-renova-com-premier-league_25186.html. Acesso em: 25 dez. 2017.

¹¹⁶ Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/economia/story/2005/05/050512_manchestercl.shtml. Acesso em: 23 dez. 2017.

¹¹⁷ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/torcida-crystal-palace-protesta-contra-dinheiro-sujo-dos-bilionarios-da-premier-league/>. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹¹⁸ Informação disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/574467-com-protestos-contra-dinheiro-sujo-psg-bate-saint-etienne-com-gols-de-ibra>. Acesso em: 10 dez. 2017.

pessoais para pessoas endividadas, porém, com juros bem elevados. “Há grupos que militam contra empresas desse tipo no Reino Unido, e, para o torcedor do Newcastle, ver a imagem de seu clube atrelada a tal marca é de embrulhar o estômago”¹¹⁹. A forma que os torcedores manifestaram sua indignação foi confeccionando uma camisa do clube com o símbolo da equipe e sem qualquer patrocínio.

Portanto, as críticas à mudança no modelo jurídico dos clubes atingem tanto a origem dos recursos que financiam as equipes como as consequências, especificamente a perda do vínculo da equipe com os torcedores, com suas raízes.

No entanto, essa é uma realidade que se consolidou no velho continente e mesmo com as críticas de grupos de torcedores parece ser um caminho sem volta. A reorganização dos clubes e das competições são partes do futebol espetáculo. Um cenário em que os objetivos para os clubes passam pela conquista de mais receitas e títulos esportivos. Às vezes, pode até não ter nenhum dos dois, “mas isso deixa de ser central [...] se propicia boa imagem à constelação de negócios que integra” (GALEANO, 2015, 147).

A mudança jurídico-administrativa das equipes resultou na concentração de capital, Força Esportiva e títulos em alguns e vem produzindo uma relação de subordinação dos clubes menores às necessidades e interesses das grandes equipes. A atividade esportiva que deveria se pautar pelo equilíbrio nas disputas, parece que ao menos nas disputas nacionais elas estão sendo substituídas pela previsibilidade.

A distribuição desigual das receitas dos direitos de transmissão e patrocínios das ligas e arrecadação de recursos por meio de outras fontes – parcerias, ingressos, mecenas, entre outros – dos grandes clubes criou um abismo entre eles e as equipes de médio e pequeno porte. As equipes maiores para poder competir com as outras de mesmo tamanho e com receitas próximas de outros países acabam se destacando nas competições nacionais e tendo os clubes menores apenas como fontes de Força Esportiva.

Mon Frieria e Rodriguez-Guerrero (2016, p. 14) ao analisar uma longa série (1928-1929 a 2014-2015) de ganhadores da liga espanhola identificaram uma crescente concentração de títulos, principalmente nos últimos anos com aumento da diferença de receitas entre os clubes,

Los resultados muestran que la Liga Española presenta una disminución de la competitividad a lo largo de su historia, incrementándose en los últimos años debido a factores como los cambios regulatorios en el sistema de

¹¹⁹ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/torcida-do-newcastle-lanca-seu-proprio-uniforme-em-protesto-contradiretoria-e-patrocinadora/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

puntuación o la variación de los ingresos haciendo énfasis en el apartado del reparto de los derechos de televisión y los ingresos de la Champions League. El reparto dispar de los ingresos ha provocado que los equipos punteros como Real Madrid C.F. o F.C. Barcelona hayan acumulado muchísimos más ingresos que sus rivales.

Ao observar as cinco grandes ligas a constatação é a mesma. No período de 2001/2002 a 2014/2015 nota-se que nas últimas cinco temporadas form praticamente os mesmos times que ganharam os títulos e também que frequentaram o top 5. “La Premier League ha estado controlada por tres equipos [...], la española por dos y Bundesliga, y Ligue 1 están dominadas por uno, un camino al que también parece apuntarse la Serie A”¹²⁰. Em todos os casos as equipes vencedoras são aquelas que possuem as maiores receitas do mundo.

Nesse sentido, percebe-se o surgimento de outro fenômeno no futebol espetáculo que são as franquias ou redes de clubes. As equipes com as maiores receitas criam ou estabelecem parcerias ou, ainda, adquirem equipes menores que sustentam a sua matriz, numa lógica monopolista semelhante aos diversos segmentos do mercado. Mas isso é assunto para o próximo capítulo. Nele vamos refletir sobre as consequências das mudanças na estrutura jurídica das equipes, tendo a formação dos clubes globais e as tendências e contratendências da inserção dos clubes no mercado.

¹²⁰Informação disponível em: <http://www.marca.com/futbol/futbol-internacional/2018/05/25/5b07f46fca47410a218b4706.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS ECONÔMICOS DO FUTEBOL DE ESPETÁCULO

O objetivo dos dois capítulos anteriores foi demonstrar as mudanças processadas ao longo dos anos na organização e na estrutura do futebol mundial, guardadas as particularidades de cada formação. Nesse sentido, no capítulo anterior apresentamos as alterações realizadas na forma como a FIFA comanda o futebol mundial como na estrutura jurídica dos clubes e ligas dos países centrais do Futebol de Espetáculo.

Neste momento a tarefa é apresentar as consequências e os aspectos econômicos da inserção do futebol à lógica da mercadoria. Desse modo, analisamos as tendências e contratendências da mercantilização do futebol mundial, os aspectos da microeconomia das finanças dos clubes, a economia política do Futebol de Espetáculo e a importância desse segmento para os países centrais.

Ressalta-se que não temos a pretensão de esgotar a discussão e nem de apontar todos os determinantes e consequências da subsunção real do futebol à forma mercantil, mas apenas apresentamos noções gerais sobre o cenário econômico da modalidade, com objetivo de compreender as semelhanças e diferenças desse segmento em relação aos demais setores da economia, bem como o *status* do Futebol de Espetáculo no processo de acumulação de capital global.

4.1- Tendências e contratendências da organização dos clubes na era do Futebol de Espetáculo

No processo de integração dos clubes de futebol e as competições ao mercado é possível visualizar as tendências e contratendências da acumulação capitalista se manifestando nesse segmento. Ou seja: “[...] a tendência ao *monopólio* é contrabalançada pela *concorrência*; igualmente, a *centralização*, pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos nacionais e regionais*, o *equilíbrio pela quebra do equilíbrio etc.* [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 653, grifos do autor).

Antes de procurar fazer as mediações com o universo do futebol de espetáculo vale a pena apresentar ainda outras observações desse autor. Nesse sentido, ele lembra que diante da lei do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista, cada país ainda que integrado à dinâmica capitalista tem um ritmo de desenvolvimento diferente, conforme sua formação social, as tendências e contratendências anunciadas anteriormente podem manifestar de formas diferentes nos territórios.

Da mesma forma, Mészáros (2011) sinaliza a partir de Marx (2011) que, ora predomina a tendência em relação à contratendência e, em outro momento, pode ocorrer o contrário. Isso depende das características que o capitalismo assume naquele momento histórico.

A seguir apresentamos como as tendências e contratendências anunciadas por Mészáros manifestam nos principais centros do Futebol de Espetáculo. Inicialmente com a oposição monopólios e concorrência, posteriormente com a internacionalização e os particularismos, com a centralização e fragmentação e, por fim, equilíbrio e desequilíbrio.

A formação de oligopólios, monopólio e a concorrência

Ao olhar para as transformações dos complexos políticos, econômicos e culturais e as transformações que passaram os clubes dos países centrais percebe-se que as mudanças processadas nas últimas décadas conduziram à formação de clubes oligopolistas, no sentido global e monopolistas (no que se refere ao seu país), com elevada concentração de receitas e, por consequência, de Força Esportiva e títulos.

Nesse sentido, apesar das oscilações nas economias mundiais a arrecadação do conjunto dos grandes clubes europeus não sofreu decréscimo ao longo dos últimos vinte anos (1995/1996 a 2015/2016). Obviamente que individualmente identificam-se oscilações mesmo entre os grandes clubes, com períodos de maior ou de menor crescimento, contudo, no conjunto nota-se, ao longo daqueles vinte anos, uma significativa diferença entre o que as equipes arrecadavam em 2005/2006 e o que tiveram no caixa em 2015/2016. Naquela temporada os clubes arrecadaram cerca de 2,8 bilhões de euros só que vinte anos depois o número impressiona, pois chega a € 18,5 bilhões¹²¹.

Entre 1996 e 2014 a receita dos clubes europeus aumentou em quase 600%, todavia ela é concentrada nos clubes das cinco ligas, citadas anteriormente e nos grandes clubes desses países.

De 2009 a 2014, num período de cinco anos, a receita média de um time da Premier League, a primeira divisão da Inglaterra, aumentou em 74,2 milhões de euros para cada um. Na Bundesliga, a liga da Alemanha, há 39,9 milhões de euros a mais para cada clube. As elites dos dois países conseguiram alavancar receitas por meio de novos contratos de televisão, principalmente, mas também com patrocínios e estádios cheios. Não foi assim no resto da Europa. A primeira divisão da Holanda, nos mesmos cinco anos, cresceu só 700 mil euros. A Dinamarca caiu 300 mil euros. [...] Os 20 clubes da

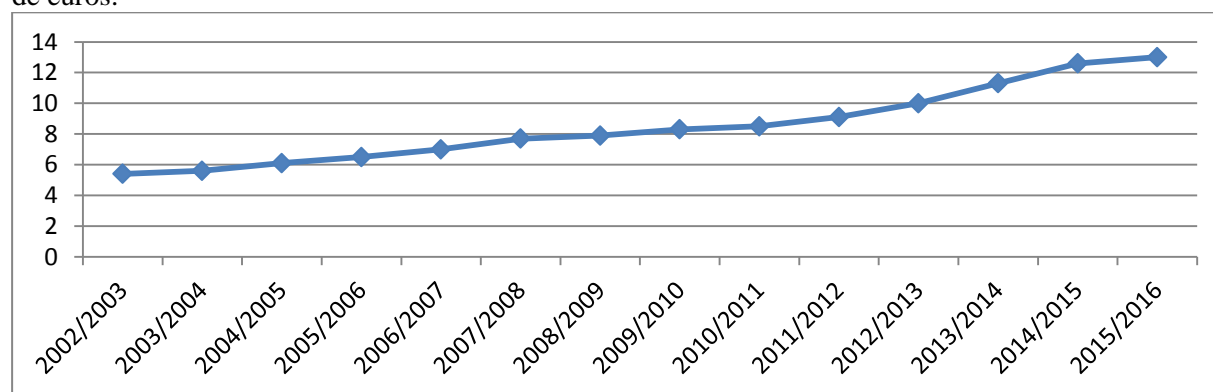
¹²¹ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/clubes-europeus-cada-vez-mais-ricos-e-equilibrados/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

primeira divisão inglesa arrecadam mais dinheiro em 2014 do que 597 times do resto do continente que compreende desde Portugal, Holanda e Bélgica até países do leste europeu e outros periféricos¹²².

Nota-se a concentração de receitas nos clubes de poucas ligas e dentro delas em poucos clubes. Isso é o resultado da inserção do mercado no futebol e das competições e dos clubes na lógica de mercado. O que significa a reprodução da tendência da acumulação capitalista de formação de monopólios.

Ao olhar apenas para as cinco grandes ligas em um período mais curto (de 2002/2003 a 2015/2016) observa-se que permanece o aumento no faturamento, sendo de 8 bilhões de euros (Gráfico 4). Já dissemos que o faturamento dessas ligas representa pouco mais de 50% da arrecadação de todas as ligas europeias.

Gráfico 4: evolução do faturamento dos clubes das cinco grandes ligas de futebol, valores em milhões de euros.



Fonte: <http://gaydeliebana.com/5o-informe-anual-sobre-la-situacion-economica-del-futbol-espanol-y-europeo-2/>; <http://www.futebolmarketing.com.br/2015/deloitte-como-e-quanto-faturam-as-5-maiores-ligas-nacionais-da-europa/>. Elaboração do autor (2017).

O volume de receitas em 2015/2016 é 76% superior àquele arrecadado em 2002/2003. Uma evolução impressionante para um período tão curto de tempo e de crise econômica na Europa, especialmente na Itália e Espanha a partir de 2010¹²³.

De acordo com Martins (2016, p. 72) não apenas as grandes marcas se associam ao espetáculo futebolístico, mas o próprio espetáculo tornou-se uma marca. “Os clubes são marcas com valores faraônicos”. Em 2015, os 20 maiores clubes valiam em média US\$ 1,16 bilhão, 11% maior que 2014 e 84% acima do valor de 2010. A liderança era dos rivais espanhóis, Real Madrid e Barcelona que, juntos, somavam o valor de US\$ 6,4 bilhões.

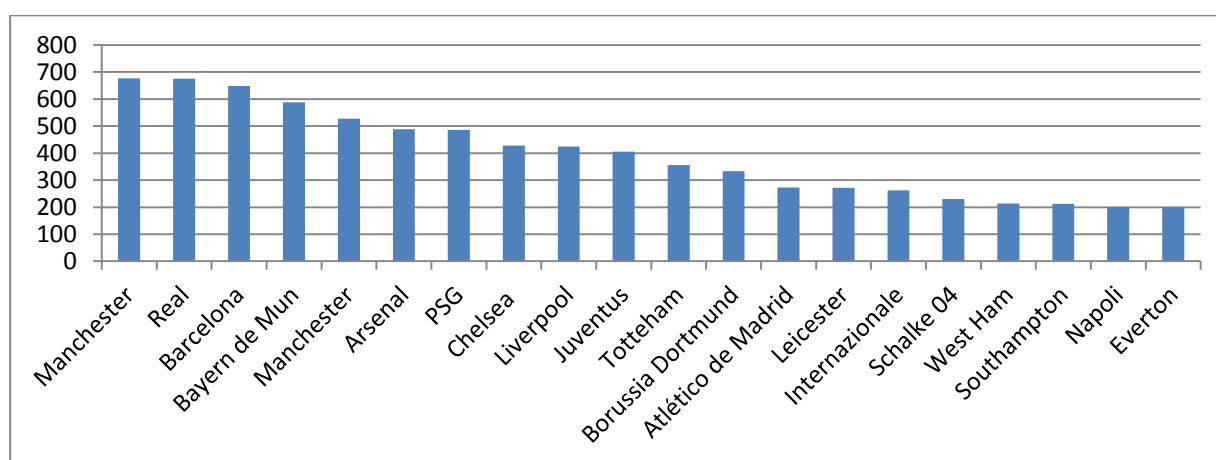
¹²² Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2015/10/desigualdade-no-futebol-20-clubes-ingleses-faturam-mais-que-597-do-resto-da-europa.html>. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹²³ Ainda vamos retornar a crise europeia e a situação do futebol europeu.

Somente esses dois tiveram uma renda em 2015 de US\$ 1,4 bilhão, com um lucro líquido de US\$ 344 milhões¹²⁴.

No que se refere à arrecadação, os dois gigantes espanhóis foram superados na temporada 2015/2016 e 2016/2017 por outro clube global, o *Manchester United*. A equipe inglesa impulsionada pelos contratos de patrocínio e publicidade e o novo contrato de televisão da liga inglesa passou a liderar o *ranking*, desbancando depois de 11 anos a liderança do clube de Madrid. Aliás, os ingleses dominam a lista do grupo das vinte maiores receitas do futebol europeu, sendo metade na temporada 2016/2017.

Gráfico 5: receitas dos clubes europeus em milhões de euros na temporada 2016/2017.



Fonte: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2017/01/united-desbanca-barca-e-real-e-fecha-2016-como-clube-mais-rico-do-mundo.html> e <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/consumer-business/articles/Deloitte-Football-Money-League.html>. Elaboração do autor (2018).

Observa-se que entre os vinte, metade é da liga inglesa, 3 são espanhóis, 3 são alemães, 2, italianos e 1 da França. Nas três temporadas anteriores os dez clubes com as maiores receitas são os mesmos, tendo total domínio na arrecadação e na conquista de títulos nacionais e internacionais.

A presença de tantos clubes ingleses, inclusive equipes que não disputam títulos locais decorre da avalanche de dinheiro obtido com a venda dos direitos de transmissão da liga. Isso permite clubes modestos como o *Southampton* está entre os gigantes do mundo. Ainda vamos falar sobre a divisão do dinheiro da comercialização dos direitos de transmissão, pois, a forma mais equânime de divisão dessa receita na *Premier League* possibilita aos clubes terem arrecadações maiores que seus rivais de outras ligas.

¹²⁴ Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/05/os-20-clubes-de-futebol-mais-valiosos-do-mundo/>. Acesso em: 08 jun. 2016.

Na temporada 2015/2016, dos vinte clubes com as maiores receitas da Europa, oito são da *Premier League*, contudo, o *Manchester United* que foi aquele que mais arrecadou em relação ao *Leicester*, o vigésimo no *ranking* europeu e o oitavo na liga inglesa, a diferença já chega a cinco vezes mais. Aquele, faturou cerca de 689 milhões, enquanto o *Leicester*, campeão inglês naquela temporada 172,1 milhões de euros¹²⁵.

Na liga espanhola a realidade não é diferente, aliás, ela é ainda mais concentrada. Real Madrid e Barcelona dominam nos gramados e também nos ingressos de recursos. Na temporada 2010/2011 os dois arrecadaram juntos 55% de tudo que os vinte clubes da série A conseguiram naquele período. Eles arrecadaram individualmente quatro vezes mais que o terceiro com a maior receita, no caso foi o Valência¹²⁶. Já na temporada 2014/2015, os dois clubes arrecadaram praticamente a metade de tudo que os outros 42 clubes, participantes da primeira e da segunda divisão conseguiram com patrocínio e comercialização dos direitos de televisão¹²⁷.

A mesma desigualdade se repete na Alemanha com o Bayern de Munique tendo quase o dobro da arrecadação do Borussia Dortmund, o segundo com a maior receita local. Na Itália o cenário é o mesmo com a Juventus em relação à Roma. E na França também não é diferente com domínio absoluto do PSG¹²⁸ em relação às demais equipes.

Ao observar o faturamento dos dez clubes que mais arrecadam no mundo nos últimos anos, nota-se que eles continuam ampliando ano após ano as receitas mesmo em um cenário internacional de baixo crescimento das economias. Registra-se que a distância em relação aos demais clubes só aumenta, inclusive na concentração de títulos locais e internacionais.

Entre os membros do G10 a hegemonia é das equipes inglesas, com a metade na lista. Elas pertencem aos investidores estrangeiros. Ainda na lista estão os dois rivais espanhóis que até a temporada 2014/2015 dividiam a primeira e segunda colocação com as maiores receitas. Eles também se destacam por ter nos seus elencos os principais atletas em atividade, o que reflete no sucesso esportivo no continente europeu com o domínio nas últimas temporadas na principal liga de clubes.

¹²⁵ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2017/01/united-desbanca-barca-e-real-e-fecha-2016-como-clube-mais-rico-do-mundo.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹²⁶ Informação disponível em: <http://gaydeliebana.com/wp-content/uploads/5informefutbol.19-SEPT-2012.-OK.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹²⁷ Informação disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/596398_liga-espanhola-tem-aumento-de-receitas-e-espera-superar-bundesliga-no-proximo-ano. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹²⁸ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2017/01/united-desbanca-barca-e-real-e-fecha-2016-como-clube-mais-rico-do-mundo.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Ainda no G10 consta o maior campeão italiano a Juventus de Turin, que pertence à família Agnelli proprietária do fundo de investimento Exor N. V., que também controla a FIAT, montadora de automóveis. O representante da liga alemã é o Bayer de Munique, que possui nos últimos anos a hegemonia local e entre os acionistas tem a Adidas (material esportivo), Allianz (seguradora) e a Audi (montadora de carros). Por fim, completa a lista o novo milionário da Europa, o PSG, de um fundo de investimento - *Qatar Sports*.

Destaca-se que o Real Madrid, o Barcelona e o Manchester United estão entre os 10 clubes mais valiosos do mundo do esporte. O clube de Madrid lidera (US\$ 3,26 bilhões) seguido do Dallas *Cowboys* (US\$ 3,2 bilhões) do futebol americano dos EUA, do New York *Yankees* (US\$ 3,2 bilhões) do beisebol dos EUA, do Barcelona (US\$ 3,16 bilhões) e do *Manchester United* (US\$ 3,1 bilhões)¹²⁹. Percebe-se que a maioria dos clubes mais valiosos do mundo são das ligas norte americanas de futebol americano, beisebol e basquete, que são totalmente mercantilizadas, sendo inclusive parâmetro para a organização do futebol como um negócio.

A exposição midiática das principais equipes do velho continente rende aos clubes a possibilidade de adquirir os maiores aportes de recursos de *marketing* e direitos de televisão, bem como a ampliação das receitas com as arenas (ingressos, serviços entre outros). Na temporada 2015/2016 pela primeira vez os clubes ultrapassaram a marca de R\$ 2 bilhões em arrecadação. *Manchester United*, Barcelona e Real Madrid, respectivamente, foram aqueles que conseguiram essa façanha.

O faturamento elevado dos grandes clubes da Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França possibilita que eles se comportem como multinacionais que apropriam dos produtos vinculados aos clubes menores, especificamente os atletas com potência esportiva qualificada e dominam o futebol mundial.

Observa-se, portanto, transformações na gestão dos clubes em sociedade – empresarial ou o seu funcionamento na lógica empresarial –, com a profissionalização ou terceirização do departamento de futebol não diminuiu a desigualdade entre eles nos próprios países, ao contrário, houve uma concentração de faturamento e resultados esportivos. Um exemplo disso é o que acontece na França a partir de 2011 com o domínio do PSG, justamente após a injeção de bilhões de reais do grupo de investimentos do Qatar. A ascensão financeira da equipe de Paris tornou o clube numa potência nacional e também internacional. De outro modo, clubes

¹²⁹ Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/09/11-times-de-futebol-mais-valiosos-do-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

menores mesmo dessas nações que citamos anteriormente são apenas alicerces das grandes equipes.

O mesmo se observa nas últimas temporadas na Espanha com o domínio do Real Madrid e Barcelona, na Itália com a hegemonia da Juventus, na Inglaterra do Manchester *United* e dos novos milionários Chelsea e Manchester *City*, na Alemanha do Bayern de Munique.

No momento não resta dúvida de que as disputas por títulos nacionais são restritas a poucas equipes nessas ligas. Por isso, as competições continentais são mais valorizadas e ganham mais peso para os dirigentes, torcedores e atletas. Além disso, em todas as discussões em que os grandes clubes da Europa possuem algum atrito com a UEFA é levantada pela Associação Europeia de Clubes a possibilidade de criar uma superliga das grandes equipes do continente¹³⁰.

Nesse sentido, ao passo que observamos um processo de oligopolização também é vista uma concorrência entre esses grandes clubes pela expansão de seus negócios e domínio de novos mercados. Os grandes clubes e seus investidores estão disputando um melhor posicionamento na arena internacional, seja dos negócios ou das competições esportivas. De forma semelhante com outros setores da economia em que os oligopólios partilham o mundo, os clubes globais procuram inserir suas marcas e seus produtos nos diferentes mercados.

Como identificou Marx (2011), o modo de produção capitalista lida com duas contradições. Uma se refere à existência daqueles que possuem os meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho, pois, não possuem meios para produzir. A segunda é a concorrência intercapitalista. Essa é a que nos interessa nesse momento. Para obtenção de mais títulos, receitas e exposição não basta os clubes terem o melhor capital constante, eles precisam dispor de Força Esportiva qualificada – os melhores atletas. Para tanto, precisam apropriar tanto dos concorrentes menores como daqueles que possuem condição de investimento semelhante.

O caso mais recente que exemplifica isso é a contratação do brasileiro Neymar Jr. pelo PSG que tinha vínculo com o Barcelona. Isso revela que a competição capitalista não ocorre apenas entre centro e periferia, mas também entre os próprios clubes centrais ou entre os próprios grupos de investidores dos clubes. Conforme sinaliza Brohm (1982, p.48) “los clubes desportivos funcionan como firmas comerciales que compiten entre sí em el mercado desportivo”.

¹³⁰ Informação disponível em: <http://www.lance.com.br/futebol-internacional/clubes-europeus-desistem-superliga-apos-acordo-com-uefa.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

Nesse caso, de concentração de receitas, a concorrência ocorre entre os grandes clubes das cinco ligas, pois, os menores não possuem condições para manter os melhores atletas e conseqüentemente de concorrerem com as grandes equipes.

Registra-se por fim que o movimento de oligopolização e monopolização no futebol acompanha os diferentes setores da economia. Lênin (1986) no início do século XX já sinalizava isso como uma das tendências do capitalismo. Ele, nos escritos de 1916, apresenta as transformações econômicas das sociedades e percebe que, ao longo do período 1860 a 1903, os cartéis passaram a ser a base de toda a vida econômica.

Desde então o processo de concentração está presente em todo o mundo, visto até os dias atuais com o domínio de poucas empresas associadas aos bancos controlando diversos ramos da economia mundial. Em 2016 as aquisições e fusões em todo o mundo cresceram 36% em relação ao ano anterior. O mercado de alimento, por exemplo, é de propriedade de apenas dez grandes multinacionais¹³¹.

Além disso, a concentração não apenas empresarial, mas das instituições financeiras. Os dados da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento do Comércio (OCDE) foram destrinchados por três pesquisadores suíços os quais notaram que 1% dos agentes econômicos controlam 60% da indústria mundial e quase 40% de toda a movimentação econômica. O mais impressionante é que eles não possuem vida produtiva, ou seja, são intermediários financeiros (Barclays, JP Morgan entre outros)¹³².

Nos tópicos seguintes abordaremos a relação das instituições financeiras e as organizações esportivas. Nesse momento gostaríamos de concluir reforçando o caráter oligopolista e monopolista que se formou no futebol mundial, com uma concentração de mercado e resultados esportivos em poucos clubes das cinco grandes ligas de futebol da UEFA.

Internacionalização e particularismos locais

Outra tendência e contratendência importante de ser analisada e que dialoga diretamente com o que abordamos anteriormente é o processo de internacionalização dos clubes, algo comum quando há formação de monopólios que controla setores da economia, porém, é preciso considerar os particularismos locais, no caso do futebol, as rivalidades entre as equipes.

¹³¹Informação disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-37710637>. Acesso em: 26 maio 2018.

¹³²Informação disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/1-e-mercado-controla-40-da-economia-mundial>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Sem dúvida, as principais equipes das ligas que estamos tratando são marcas mundialmente conhecidas, com jogos transmitidos para todo o mundo, o que movimenta torcedores/clientes em todo o planeta. Observa-se, assim, um processo de desterritorialização, com a internacionalização de seus produtos e de sua marca. Um exemplo disso é o que ocorre com o Manchester *United* que possui mais torcedores fora da Europa. A equipe inglesa possui 325 milhões de torcedores na Ásia, 173 milhões na África e no Oriente Médio, 90 milhões na Europa e 71 milhões na América do Sul e na América do Norte¹³³.

Llopis-Goig (2018, p. 169) após analisar a relação entre torcedores e os clubes de futebol em nove países da Europa (Reino Unido, Alemanha, Espanha, França, Itália, Dinamarca, Turquia, Áustria, Polônia) identificou que a relação dos torcedores com as agremiações é cada vez mais transnacional, especialmente naqueles países de ligas menores. Os dados demonstram que, a cada 3 torcedores, 1 se identifica e consome produtos de clubes de um país diferente do dele. “El fútbol –y en este caso, más concretamente, el fútbol europeo– se ha convertido en una actividad que genera consumos y proyecta sentimientos de identificación de carácter transnacional”.

Todavia, no futebol as rivalidades locais e regionais são importantes fatores para a criação de uma identificação do torcedor com o clube, para afirmação de sentimentos de classe, de nacionalismo, de credo etc., especialmente no cenário em que há um distanciamento dos torcedores com os clubes, tendo em vista a formação das sociedades anônimas (LLOPIS-GOIG, 2014).

Para Llopis-Goig, a “rivalidad constituye una dimensión muy clara de las culturas futbolísticas que se nutren de la memoria histórica de los clubes, algo que va más allá de sus documentos y archivos oficiales, pues es una fuerza que comparten y que proporciona cohesión a sus seguidores” (2013, p. 238). Sem dúvida isso também contribui para a expansão mercadológica dos clubes.

Para ilustrar, destacamos dois exemplos: a) Na Itália a rivalidade entre os clubes de Roma (Lazio e Roma) possui historicamente um traço classista. O primeiro mais próximo dos representantes da burguesia e o segundo vinculado às camadas populares movimentam a capital italiana; b) As diferenças entre Real Madrid e Barcelona também são históricas e com um forte aspecto político. O primeiro considerado o clube ligado ao regime ditatorial construído por Francisco Franco (1939-1975), tornou nesse período uma potência nacional e

¹³³ Informação disponível em: <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/estudo-manchester-united-tem-659-milhoes-de-torcedores/>. Acesso em: 25 dez. 2017.

européia. Posteriormente o clube de Madrid sempre foi visto como muito próximo do governo central, por isso, considerado como republicano. Por outro lado, o Barcelona é um símbolo da resistência da Catalunha ao governo central, bem como carrega consigo o desejo de independência dessa região autônoma. Essa rivalidade transcende mais há de um século e talvez seja aquela que mais movimenta mentes e corações em todo o mundo.

As disputas entre Real Madrid e Barcelona por tudo que representam fora e dentro de campo acabam contribuindo para a internacionalização dos dois clubes e da rivalidade entre eles. Além disso, eles são os grandes responsáveis pela presença da liga espanhola entre as mais ricas do futebol mundial.

Diante da importância dos resultados esportivos especialmente para os torcedores nas disputas entre os rivais, os clubes, ao passo que buscam novos mercados, também procuram manter a hegemonia no seu território e, obviamente, sobre os adversários. A vitória sobre o seu rival histórico serve para “lavar a alma” e, em alguns casos, isenta o clube das perdas de competições perante os seus torcedores.

Se a inserção no mercado internacional é um caminho sem volta para os grandes clubes, inclusive que tende a se expandir nos próximos anos, as rivalidades locais, regionais e nacionais são combustíveis que mantêm o vínculo dos clubes com suas raízes histórias em seus países.

Ainda assim, uma questão que fica para refletirmos é: até que ponto essa transnacionalização dos grandes clubes – inclusive das rivalidades e dos particularismos locais –, não irá ocupar os espaços no imaginário social dos torcedores de futebol dos países periféricos como o Brasil? Em algum momento as rivalidades locais serão secundárias em relação àquelas de clubes como Real Madrid e Barcelona?

Centralização e fragmentação

Observamos dois movimentos recentes no futebol espetáculo que nos indicam um processo de centralização. O primeiro é a constituição de uma rede de clubes, numa lógica semelhante a franquias. O segundo é a presença de investidores “capturando” clubes, sociedades anônimas ou franquias de diferentes ligas e modalidades esportivas.

Dois exemplos concretos disso ocorreram recentemente. Por um lado, assistimos a um movimento de grupos de investidores dos grandes clubes adquirindo clubes em países periféricos. O *City Football Group* dos Emirados Árabes é proprietário do Manchester City/Inglaterra, um dos grandes clubes da Europa. Ao mesmo tempo controlam equipes da Venezuela- Atlético-, Uruguai-; Atlético Torque-, Austrália-Melbourne *City*-, EUA- New

York City-, e Japão-Yokohama Marinos¹³⁴. Além de ter ações minoritárias em outras equipes como o Girona da Espanha (43%)¹³⁵.

De acordo com um dos dirigentes do grupo a meta é aumentar a capacidade de obtenção de novos talentos pelo mundo. Isso se confirma quando se refere ao movimento em direção à América do Sul como uma ação de implantar “[...] um centro administrativo para nossas operações de exploração pré-existentes na região e fornece a identidade para o *City Football Group*”¹³⁶.

Outro exemplo disso é o que a família italiana Pozzo, produtora de utensílios industriais, realiza com os seus clubes. Eles possuem equipes na Itália (Udinese), na Espanha (Granada) e na Inglaterra (Watford). A meta com esses clubes é descobrir talentos pelo mundo distribuir entre esses clubes, valorizá-los e depois vendê-los¹³⁷.

No futebol inglês também podemos perceber a presença de investidores de diferentes franquias das ligas norte americanas adquirindo clubes. Entre os principais clubes desse país, três são de proprietários de franquias nas ligas dos EUA. Este é o caso do Manchester *United*, da família de Malcolm Glazer, dono do Tampa Bay *Bucaneers*, da NFL (liga de futebol americano). O maior acionista majoritário do Arsenal- Stan Kroenke- é proprietário do Denver Nuggets (NBA), Colorado Avalanche (NHL), Colorado Rapids na MLS (liga de futebol), Colorado Mammoth (NLL, a liga de lacrosse) e o St. Louis Rams (NFL). Já o Liverpool, por sua vez, tem como dono John W. Henry, que possui o Boston Red Sox (MLB) e a equipe de automobilismo Roush Fenway Racing, que disputa a Nascar (stock car dos Estados Unidos).

Esses dois movimentos são embrionários e possivelmente aumentarão nos próximos anos com a permanência nas diferenças de faturamento entre os grandes clubes e as equipes menores e com mudanças nas normas restritivas dos percentuais que os grupos econômicos podem ter das equipes.

Para além desses dois aspectos assistimos também a um processo de segmentação do poder acionário das equipes. Ao passo que ocorre a formação de monopólios também temos o

¹³⁴ Informação disponível em: Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/internacional/grupo-dono-do-manchester-city-compra-clube-uruguaio.8c1be482a5df4c7b0f6bfbfd05f7f465esss5h1it.html>. Acesso em: 12/10/2017. Acesso em: 12 out. 2017.

¹³⁵ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol.donos-do-manchester-city-oficializam-compra-do-girona-e-anunciam-detalhes,70001947543>. Acesso em: 25 maio 2018.

¹³⁶ Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/internacional/grupo-dono-do-manchester-city-compra-clube-uruguaio.8c1be482a5df4c7b0f6bfbfd05f7f465esss5h1it.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

¹³⁷ Informação disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes/2013/07/08/giampaolo-pozzo-o-poderoso-chefao-de-tres-clubes-de-olho-em-pernambuco/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

compartilhamento da propriedade dos clubes entre acionistas para que possam ampliar a capitalização das equipes.

Sanchez, Sanchez-Fernández e Barajas (2016) analisam a estrutura de propriedade e rentabilidade do futebol europeu e sinalizam que essa estratégia vem crescendo nos últimos anos e possibilitando às equipes um melhor resultado financeiro, especialmente se os acionistas são do mesmo país do clube. Esse é um caminho encontrado pelos clubes para tentar equilibrar as contas e manter as atividades esportivas.

Entretanto, até que ponto essa divisão acionária dos clubes também não se revela como um movimento que pode levá-los à falência? Afinal, o investidor continuará no clube mesmo sem retorno financeiro? Ao comercializar suas ações ou especular nas bolsas, o clube não corre o risco de falência? Essas são questões que nos próximos anos necessitam de uma análise mais cuidadosa.

Equilíbrio x desequilíbrio

O último par dialético mencionado por Mézaros (2011) que gostaríamos de fazer mediações com a organização do futebol é a relação entre a busca constante pelo equilíbrio nas relações capitalistas e a tendência ao desequilíbrio. O autor reconhece que, por mais que o Estado e o mercado tentem manter estáveis a produção e a circulação de capital, a tendência é o desequilíbrio.

Isso não é diferente no Futebol de Espetáculo. Afinal, as organizações esportivas e o Estado atuam para garantir as condições de produção do espetáculo futebolístico, inclusive com medidas que buscam manter a saúde financeira das equipes. Porém, o cenário é de déficits e endividamento no centro e na periferia, dos grandes, médios e pequenos clubes.

Vamos detalhar um pouco mais isso. Ou seja, mesmo nos anos de turbulências da economia mundial o faturamento no campo do futebol europeu não diminuiu e tem um crescimento contínuo. No período de 2005 a 2011 a arrecadação cresceu 25%. Entre as cinco ligas o crescimento é ainda maior, de 2003 a 2011, o aumento superou os 63%¹³⁸. Mais recentemente, na temporada 2014/2015, a arrecadação dos clubes dessas ligas cresceu 6% em relação à temporada anterior¹³⁹.

¹³⁸Informação disponível em: <http://gaydeliebana.com/wp-content/uploads/5informefutbol.19-SEPT-2012.-OK.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹³⁹Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/01/1849243-lucro-liquido-dos-clubes-de-futebol-europeus-sobe-em-r-5-bilhoes.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2017.

No caso dos clubes ingleses, por exemplo, o último contrato de direitos de transmissão fechado em 2016 para as próximas três temporadas rendeu para eles R\$ 19,7 bilhões, uma alta em relação ao anterior, de R\$ 2,3 bilhões¹⁴⁰.

Na Alemanha o sucesso econômico no que se refere às receitas também não é diferente. No período de 2004 a 2014, o volume de ingressos de recursos mais que dobrou. Em 2004 era 1,09 bilhões de euros e, em 2014, já foi mais de 2,4 bilhões de euros¹⁴¹.

O balanço da situação financeira do futebol profissional da Espanha no período de 1999 a 2016 revela um contínuo aumento do faturamento dos clubes da primeira divisão da liga espanhola. Na temporada 1999/2000, as receitas ficaram em pouco mais de 694 milhões de euros, já na temporada 2015/2016 o valor passou de 2,5 bilhões de euros¹⁴².

Isso também ocorre na liga italiana e francesa. Assim, aparentemente parece que o futebol é um oásis de sucesso na economia mundial. Todavia, como já sinalizamos, o aumento das receitas é limitado a um grupo seleto de equipes desses países. O caso espanhol talvez seja o mais emblemático em que Real Madrid e Barcelona são responsáveis por 86% de todo o faturamento comercial da liga¹⁴³. O mesmo caminho segue a liga francesa com o PSG, a italiana com a Juventus e a alemã com o Bayern de Munique. A exceção é a liga inglesa que divide o dinheiro da venda dos direitos de transmissão de uma forma mais igualitária o que permite uma arrecadação maior dos clubes médios¹⁴⁴.

É importante lembrar que os clubes, para obter os principais atletas, foram ao mercado e estabelecem uma série de parcerias o que “engordou” os seus respectivos caixas. Porém, a liberalização do trânsito de atletas da União Europeia em 1995, com o “Acórdão Bosman”, colocou fim às cotas para os jogadores pertencentes aos países desse bloco econômico¹⁴⁵. Com isso, as agremiações com as maiores receitas passaram então a concorrer entre si para atrair os principais jogadores dos países do bloco europeu, tendo em vista que não tinham mais limites de estrangeiros dos países da UE no seu elenco. Além disso, continuaram atrás de atletas de países latinos, asiáticos e africanos.

¹⁴⁰ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/01/1849243-lucro-liquido-dos-clubes-de-futebol-europeus-sobe-em-r-5-bilhoes.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹⁴¹ Informação disponível em: <http://veja.abril.com.br/complementos-materias/estudo-Amir-Somoggi.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹⁴² Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹⁴³ Informação disponível em: <http://new.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2014/11/PLURI-Especial-maiores-faturamentos-compara-TOP30.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹⁴⁴ Informação disponível em: <https://istoe.com.br/clubes-ingleses-quebram-records-de-arrecadacao/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹⁴⁵ Ainda neste capítulo vamos tratar detalhadamente do “Acórdão Bosman”.

Nessa concorrência o valor dos atletas foi anualmente inflacionando e o que parecia insustentável piorou com a aquisição dos clubes de médio porte da Inglaterra, Espanha, Itália e França por grupos de investidores. A cada ano essas equipes contratam mais jogadores, seja como forma de obter visibilidade internacional ou para lavar o dinheiro obscuro conquistado pelo mundo pelos seus acionistas e patrocinadores¹⁴⁶.

Com isso, os gastos foram superando os valores arrecadados e os déficits e o endividamento das equipes passaram a ser parte do funcionamento da lógica do futebol como um negócio. Na liga espanhola, por exemplo, no período de 1999/2000 a 2010/2011, foram apenas quatro temporadas em que os clubes não tiveram déficits¹⁴⁷. Nessa última temporada, 2010/2011, os clubes da liga inglesa fecharam com um déficit de mais de 257 mil euros¹⁴⁸.

O jornalista Jamil Chade, do Jornal Estado de São Paulo, em janeiro de 2012 nos apresentou um panorama da situação do futebol europeu:

Clubes sendo leiloados como apartamentos confiscados por bancos, contas no vermelho e estádios sendo vendidos para pagar contas. O futebol europeu segue a mesma tendência da economia local e acumula déficits colossais. Dados da Uefa apontam que a dívida dos clubes subiu 36% nos últimos dois anos, atingindo US\$ 10,9 bilhões (R\$ 19,2 bilhões), um recorde. Há menos de dez anos, metade dos 53 campeonatos nacionais europeus tinha lucro. Hoje, são só quatro. Na prática, a indústria europeia do futebol já estaria à beira da falência. Descontando os clubes que tiveram lucros, o futebol europeu terminou a temporada 2010-2011 com um déficit líquido de US\$ 2,1 bilhões (R\$ 3,7 bilhões), buraco que foi multiplicado por oito desde 2006. A entrada de recursos aumentou em 6% e chegou a 14,4 bilhões (R\$ 32,9 bilhões) em 2010. Mas os gastos expandiram em 14% e 56% dos clubes estão hoje altamente endividados¹⁴⁹.

Na Itália, o Milan e o Internazionale; na Espanha, o Real Madrid; na Inglaterra, o Manchester United e o Chelsea, foram alguns grandes clubes que lideravam a lista dos endividados. Em 2011 as equipes da primeira divisão da Alemanha somavam uma dívida superior a 900 milhões de euros¹⁵⁰. Aqueles com as contas mais equilibradas eram os

¹⁴⁶ Os quatro clubes que lideram a lista dos mais “gastões” são justamente equipes que possuem grandes investidores como fonte de sustentação. A informação consta no seguinte endereço eletrônico: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/bala-na-agulha-manchester-city-supera-psg-e-tem-time-mais-carro-da-historia-do-futebol.ghtml>. Acesso em: 15 nov.2017.

¹⁴⁷ Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁴⁸ Informação disponível em: <http://gaydeliebana.com/wp-content/uploads/5informefutbol.19-SEPT-2012.-OK.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁴⁹ Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral/divida-dos-clubes-europeus-bate-recorde-em-dois-anos-imp-,827387>. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁵⁰ Informação disponível em: <http://veja.abril.com.br/complementos-materias/estudo-Amir-Somoggi.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

franceses que ainda tinham um volume de faturamento e de gasto inferiores em relação às ligas da Itália, Alemanha, Espanha e Inglaterra¹⁵¹.

Ao final das temporadas, no período de 2009 a 2014, os clubes filiados às federações ligados à UEFA fecharam os anos com saldo negativo de 5,5 bilhões. Em 2009 o valor foi de menos 1,16 bilhões esse número vem diminuindo ao longo das últimas temporadas e chegou a 2016/2017 com um saldo negativo de 269 milhões¹⁵².

Martínez-Lemos (2015, p.1) ressalta que o contexto do futebol europeu é de fragilidade econômica dos clubes de futebol. O autor, ao analisar 86% das sociedades anônimas que participam da primeira e segunda divisão de futebol profissional da Espanha, concluiu que todas possuem um denominador em comum: “Una frágil solvencia económico financiera” e com balanços financeiros piores que os clubes das outras grandes ligas. De acordo com esse autor, as equipes estão concentradas em gerar receitas para poder realizar contratações e acaba secundarizando o espiral crescente de déficits e endividamento.

Alguns clubes tradicionais do futebol decretaram falência, caso do Parma na Itália em 2004 e o mais recente foi o La Coruña na Espanha. Nesse país a realidade dos clubes médios e pequenos não é diferente dos demais setores da economia local e da própria União Europeia. Para termos uma noção da dimensão do caos financeiro das equipes, em 2012, os jogadores do *Racing Santander* se negaram a jogar contra a *Real Sociedad* pela Copa do Rei. Os atletas estavam há cinco meses sem salários.

Diante do cenário de crescimento do faturamento, mas de déficits e endividamento com o setor público e com os bancos, a UEFA fez a primeira incursão para tentar contornar a situação das equipes. O chamado *Fair Play* financeiro foi implementado em 2011 para tentar equilibrar as contas dos clubes.

Desde então, as equipes qualificadas para as competições da UEFA a partir do resultado em campo poderão ser penalizadas, inclusive com a exclusão dos eventos, se não comprovarem que não têm dívidas em atraso em relação a outros clubes, jogadores, segurança social e autoridades fiscais. Além disso, a partir de 2013, as agremiações ficaram impedidas de gastar mais do que arrecadaram no ano anterior, tendo apenas a possibilidade de gastar 45 milhões de euros a mais para as temporadas 2013/2014 e 2014/2015 e 30 milhões de euros para as três seguintes caso os donos ou a entidade envolvida assegurassem que a equipe não

¹⁵¹ Informação disponível em: <http://gaydeliebana.com/wp-content/uploads/5informefutbol.19-SEPT-2012.-OK.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁵² Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/o-fair-play-financeiro-funciona/> e em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/clubes-europeus-cada-vez-mais-ricos-e-equilibrados/>. Acesso disponível em: 22 abr. 2018.

teria prejuízo. A medida implementada pela UEFA procura evitar que os clubes continuem com o ritmo de gastos para além daquilo que eles conseguem arrecadar.

Registra-se que as ações da UEFA para equilibrar o sistema financeiro do futebol no continente aparentemente estão dando resultados positivos¹⁵³. O déficit vem diminuindo em função do *fair play* e dos acordos de negociação implementado pelos governos, casos recentes da Espanha e Portugal.

Nas últimas temporadas (2014/2015 e 2015/2016) os clubes conseguiram obter lucros de R\$ 5 bilhões¹⁵⁴. Na Espanha ,desde a temporada 2012/2013 a soma total das receitas supera o total de gastos dos clubes da primeira divisão¹⁵⁵.

Porém, o resultado espanhol se relaciona também à atuação estatal. Não foi apenas a UEFA que procurou obter o equilíbrio do sistema do futebol europeu, os estados nacionais também fizeram o mesmo. Nesse sentido, o exemplo mais recente é o espanhol. Em 2012 o governo formalizou com a liga e os clubes um protocolo para regulamentar o pagamento e diminuir as dívidas das equipes, que naquele ano já estava próxima dos 700 milhões de euros. A renegociação estabeleceu que o recurso da comercialização dos direitos de transmissão é a garantia que os débitos serão quitados. Além disso, o acordo prevê que “caso algum deles aumentasse as suas dívidas com o fisco, uma comissão formada pela Liga, o Conselho [Superior de Desportos-CSD] e os clubes poderia aceitar propostas pelos jogadores que o irresponsável mantém com contrato”¹⁵⁶.

O endividamento dos clubes europeus diminuiu nos últimos anos, no entanto, ainda continua com índices elevados. Nos dados divulgados pela UEFA referente a 2015, a maior dívida líquida é do gigante da Inglaterra Manchester *United* com um débito total de 536 milhões de euros (Gráfico 6).

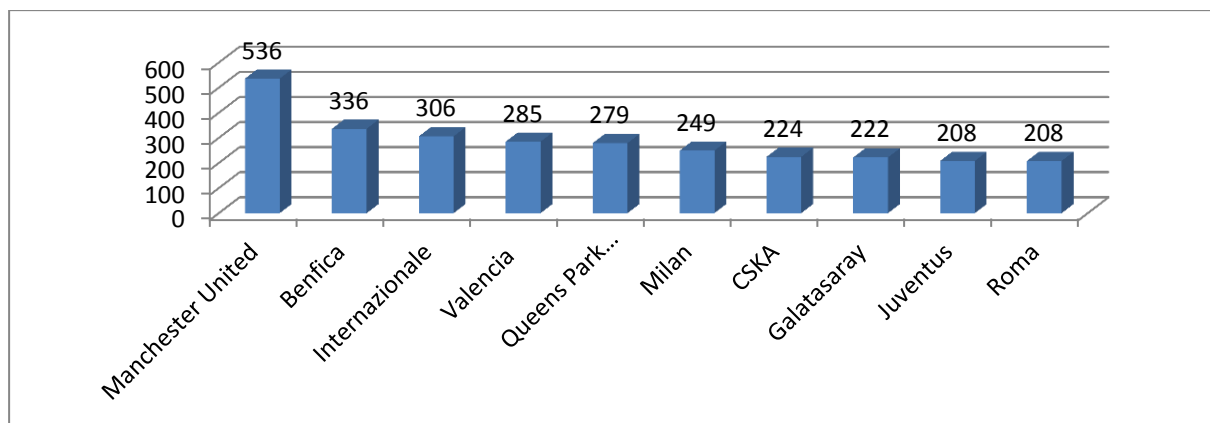
Gráfico 6: os 10 clubes europeus com as maiores dívidas em 2015, em milhões de euros.

¹⁵³ Reforçamos o caráter aparente porque, como ficou claro recentemente, as equipes controladas por grandes grupos de investidores continuam com o cofre aberto para realizar contratações. O que se observa é que as iniciativas das organizações esportivas e do Estado possuem prazo de validade curto, em alguns casos são burlados, como ocorreu recentemente com o PSG na contratação de Mbappe, em que concretamente contratou o jogador do Monaco, porém, a saída para não ultrapassar o limite de gastos foi registrar o atleta na federação, com prioridade e valor de compra já definidos. Não será surpresa se o *fair play* financeiro ao invés de controlar os gastos dos clubes, irá produzir um aumento da distância entre as equipes ricas e aquelas com menor poder de aquisição.

¹⁵⁴ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/01/1849243-lucro-liquido-dos-clubes-de-futebol-europeus-sobe-em-r-5-bilhoes.shtml>. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁵⁵ Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁵⁶ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/na-espanha-clubes-negociaram-dividas-com-o-governo-e-ja-conseguem-bons-resultados/>. Acesso em: 26 maio 2018.



Fonte: <http://www.lance.com.br/futebol-internacional/confira-clubes-com-maiores-lucros-dividas-futebol-europeu.html>. Elaboração do autor (2018).

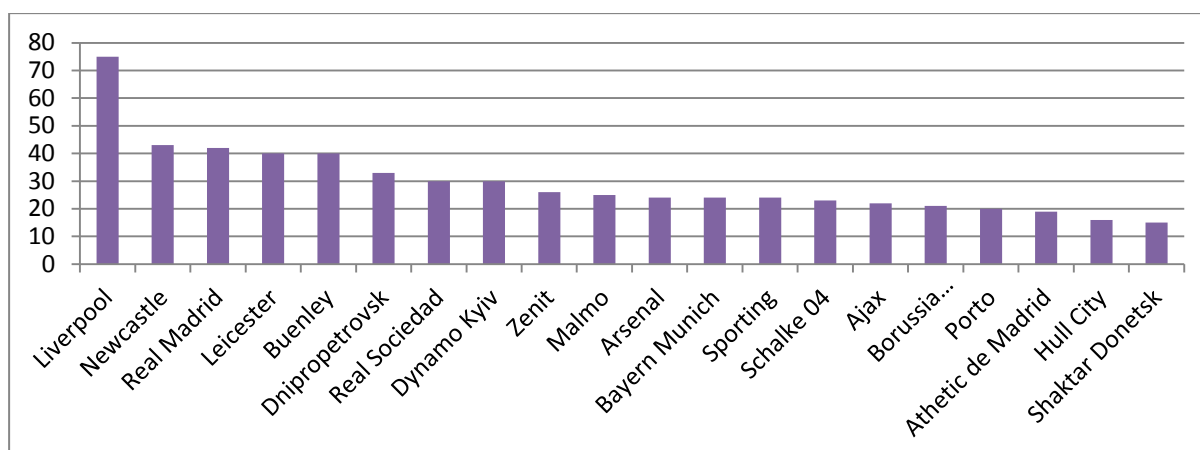
O Manchester *United* que possui constantemente uma das três maiores receitas anuais é aquele que deve mais à iniciativa privada e ao Estado. A dívida total do clube equivale a 80% do que ele arrecadou nessa mesma temporada. Porém, a situação dele nem parece ser a pior, o Benfica possui uma dívida que equivale a 130 vezes os seus ativos naquela temporada¹⁵⁷.

Outro aspecto que chamamos a atenção é para a presença de quatro das principais forças da liga italiana entre os dez mais endividados da Europa. Isso repercute diretamente nas dificuldades enfrentadas pelos clubes desse país na concorrência com os clubes das outras grandes ligas. Por outro lado, observa-se também um conjunto de equipes que conseguem obter lucro ao longo de uma temporada. No grupo daqueles que tiveram superávits na temporada 2014/2015, por exemplo, possuem equipes desconhecidas do cenário internacional como também grandes clubes das ligas inglesa, espanhola e alemã. Porém, apenas quatro clubes conseguiram títulos importantes, seja numa das grandes ligas, ou no continente europeu (Gráfico 7).

Nas últimas duas décadas figuram entre os vinte clubes com os maiores lucros líquidos, contabilizadas a venda e compra de jogadores- Real Madrid, Atlético de Madrid, Bayern de Munique e Leicester. Todos os outros são equipes de ligas menores ou não tiveram sucesso nas grandes ligas e nem nas disputas dos eventos da UEFA.

Gráfico 7: os 20 clubes com os maiores lucros na temporada 2014/2015.

¹⁵⁷ Informação disponível em: <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/sl-benfica-clube-segunda-maior-divida-da-europa-109829>. Acesso em: 20 maio 2018.

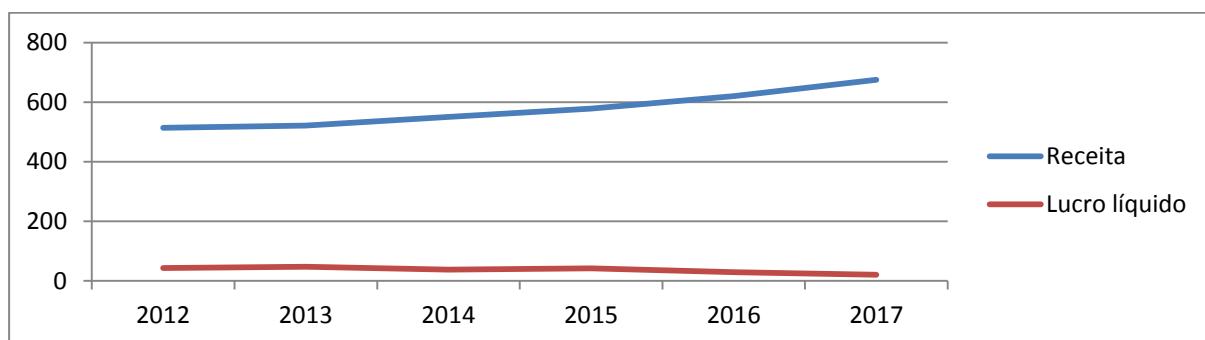


Fonte: <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/desporto/detalhe/sporting-e-porto-entre-os-20-clubes-europeus-com-maiores-lucros-em-2015>. Elaboração do autor (2018).

Convém ressaltar que o lucro obtido pelas equipes é pequeno se comparado ao que se movimentou de dinheiro no futebol europeu, sobretudo, nas grandes ligas. O caso do Liverpool é interessante para exemplificar isso. A equipe que possui uma receita de 403 milhões de euros consegue apenas ter lucro de 73 milhões de euros. O Real Madrid que na temporada 2014/2015 foi quem teve o maior faturamento no período com quase 580 milhões de euros obteve um lucro de apenas 42 milhões de euros¹⁵⁸.

O clube da capital espanhola, que liderou o *ranking* de arrecadação nas últimas temporadas com exceção de 2015/2016 e 2016/2017 é um bom exemplo do que ocorre no futebol mundial, nas últimas três temporadas ele teve um crescimento das receitas, porém, uma queda nos lucros.

Gráfico 8: comparação entre receitas e lucro do Real Madrid, em milhões de euros.



Fonte: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/real-madrid-atinge-maior-receita-de-sua-historia/>. Elaboração do autor (2018).

Nessa mesma temporada, na liga inglesa dos vinte clubes que disputaram a primeira divisão, oito terminaram com déficits, sete com lucro na casa de um dígito e apenas cinco

¹⁵⁸ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/real-madrid-atinge-maior-receita-de-sua-historia/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

equipes com saldo superior a dois dígitos de milhões de euros¹⁵⁹. Ou seja, a liga que mais movimentou dinheiro também se caracteriza por ter poucas equipes com lucro ao longo das temporadas.

Ao observar a lista dos vinte clubes com as maiores dívidas ainda encontram três grandes: PSG (12^a), Atlético de Madrid (15^a) e o Liverpool (16^a). Inclusive o Liverpool foi aquele que teve o maior lucro operacional na Europa no mesmo ano, cerca de 75 milhões de euros.

Ainda que as organizações esportivas e o Estado procurem intervir para obter um equilíbrio financeiro, a tendência é que esse segmento também acompanhe os demais setores da economia. Nesse sentido, o cenário para os clubes médio e pequeno é de constante dificuldade financeira, que se agrava nos momentos de crises econômicas.

Diante disso, uma saída utilizada e que deve se ampliar nos próximos anos é a comercialização de ações e atletas para os fundos de investimento. Isso ocorreu recentemente com o Espanhol, o Atlético de Madrid (Espanha), Nice, Lyon (França) entre outros. Sem falar nos clubes italianos como Milan e Internazionale vendidos a investidores chineses e aqueles da liga inglesa que já são de propriedade particular.

Porém, isso não significa que a lógica de concentração das receitas, os déficits e o endividamento se alterem. Como qualquer outro setor da economia as tendências do capitalismo atual também se manifestam no futebol. Assim, a monopolização, a centralização, a transnacionalização e o desequilíbrio são características contemporâneas da forma de acumulação capitalista.

A busca pelo equilíbrio nesse segmento segue nos próximos anos com as inovações, com novas competições e fontes de receitas. Afinal, é preciso atender a necessidade de faturamento e de ampliar o espetáculo.

Consequentemente, num setor que tende a ser cada vez mais concentrado e centralizado, como qualquer outro da economia, continuaremos assistindo a permanência dos déficits, do endividamento e a falência das equipes. Isso não é apenas uma eventualidade ou má administração, mas parte do universo do Futebol Espetáculo.

Por fim, duas observações: a primeira é sobre a diminuição do número de clubes no cenário do futebol espetáculo. Essa foi uma tendência apontada por Proni (1998), que se confirma com os constantes pedidos de falência e clubes sendo disponibilizados no mercado para venda. O exemplo vem da Itália que, no intervalo de quatro temporadas (2010/2011 a

¹⁵⁹Informação disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/699774_nas-financas-manchester-united-varre-rivais-nas-receitas-e-no-lucro-veja-o-ranking. Acesso em: 15 dez. 2017.

2013/2014), viu quase mil clubes amadores e profissionais fecharem as portas, com trinta mil jogadores desempregados. Somente no futebol profissional, quase um terço daqueles que passaram pela primeira divisão desde 1980, quando iniciou o processo de reestruturação da liga e dos clubes italianos já decretaram falência, alguns mais de uma vez. Alguns tradicionais como Fiorentina, Napoli, Torino e o Parma ainda tentam se reerguer¹⁶⁰.

A situação não é diferente na Espanha, com muitos clubes decretando concordata ou mesmo falência. La Coruña, Málaga, Levante, Alavés, Las Palmas entre outros foram equipes da primeira divisão espanhola que já estiveram ou ainda passam por dificuldade financeira. Outras equipes comercializaram ações com investidores, movimento semelhante com as agremiações inglesas.

À medida que a situação econômica dos países piora a realidade dos clubes segue o mesmo ritmo. A inserção dos clubes na lógica do mercado significa deixá-los também vulneráveis aos constantes desequilíbrios econômicos.

Registra-se que a tentativa da UEFA de limitar os gastos das equipes, ou, ao menos tentar, tendo os clubes de realizar suas atividades com os recursos oriundos do futebol também dificulta a sobrevivência das equipes menores, que possui um poder de arrecadação inferior aos grandes clubes.

Portanto, seja como for, a lógica dos déficits, decorrentes especialmente por causa dos gastos com a contratação e pagamento de salários de um seleto grupo de atletas, o endividamento e a falência são consequências de um mercado regulado pela lógica do monopólio, da centralização e da competição. Enfim, o futebol espetáculo não é diferente de qualquer outro setor da economia capitalista.

A segunda observação trata-se das relações entre os grandes clubes e as instituições proprietária da modalidade, caso da FIFA e UEFA. Os principais clubes se organizaram em duas entidades o G14 que reúne os mais ricos do velho continente e a Associação dos Clubes Europeus (ECA) que é formada por quase 200 equipes. Com isso, eles atuam junto à FIFA e UEFA tencionando as decisões dessas entidades e procurando ampliar seu poder de influência nas decisões. A luta é por mais independência nas negociações dos contratos de comercialização das competições e nos direitos de transmissão. Já falamos que diante das decisões desfavoráveis sempre surgem as indicações de rompimento entre eles e a FIFA e UEFA, com a realização de competições livres das interferências dessas entidades¹⁶¹.

¹⁶⁰ O Dossiê sobre as falências no futebol italiano pode ser encontrado em: <http://calciopedia.com.br/?s=fal%C3%AAsncias>. Acesso em: 18 nov. 2017.

¹⁶¹ Informação disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/164922-1>. Acesso em: 15 dez. 2018.

A realização de competições continentais organizadas pelos clubes, com menos participantes e com a negociação direta com os patrocinadores e as emissoras de televisão ainda não é uma realidade, porém, é uma possibilidade concreta para as próximas décadas. Para que a FIFA mantenha o controle da modalidade, provavelmente será necessário que a UEFA realize concessões aos grandes clubes do futebol mundial. Desse modo, vislumbra-se que a realização de uma superliga com os principais clubes europeus é uma possibilidade concreta, porém, sinalizamos que isso poderá ser feito com uma acomodação de interesses dos clubes e das entidades que comandam o esporte no mundo.

Essa medida parece ser uma das alternativas para que o sistema continue ampliando o faturamento. Nos últimos anos as fontes de arrecadação dos clubes se diversificaram, ainda que a centralidade esteja na comercialização dos direitos de transmissão e patrocínios. Na sequência vamos apresentar as principais formas de arrecadação dos clubes das grandes ligas, os montantes e as destinações desses recursos. A ideia é fazer um breve exercício de microeconomia procurando mapear as mudanças processadas no regime jurídico dos clubes e das competições¹⁶².

4.2- A microeconomia do Futebol de Espetáculo nos países centrais

Conforme narramos anteriormente neste item, nos preocupamos em apresentar a origem e a destinação dos recursos dos principais clubes das grandes ligas. Em alguns a discussão pode ficar sobreposta àquela que fizemos anteriormente, porém, fizemos essa escolha para reforçar o cenário do que temos no centro de produção do Futebol de Espetáculo.

Nesse sentido, observa-se que o faturamento das grandes ligas aumentou nos últimos anos, no entanto, isso foi acompanhado de um contexto deficitário e de endividamento das equipes. Nesse cenário, diversos clubes foram vendidos ou tiveram que comercializar ações para grupos de investidores; outros pediram concordata ou foram à falência.

Os clubes europeus faturaram em 2016 cerca de 18,5 bilhões de euros, 1,6 bilhões a mais do que 2015, e 2,6 em relação a 2014. Somente os vinte clubes que mais arrecadaram na temporada 2016/2017 alcançaram a marca dos 7,4 bilhões de euros. Esse montante é 12%

¹⁶² Mais uma vez gostaríamos de ressaltar que a fonte das receitas dos clubes está na exploração da força de trabalho, seja diretamente no interior do próprio clube ou na esfera das emissoras de televisão e de outros segmentos da estrutura da sociedade que se relaciona e adquire o espetáculo futebolístico para realizar novas trocas, valorizar sua marca e novos produtos. Ao negar esta realidade qualquer investigação fica apenas na aparência do objeto e não compreende aquilo que fica para além do que acontece nos gramados.

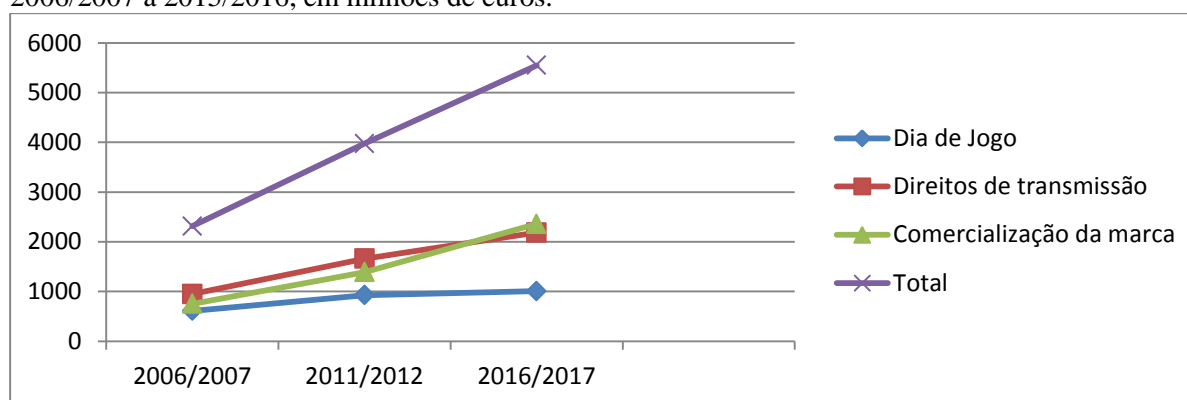
superior ao da temporada passada e quase sete vezes mais em relação a 1996/1997¹⁶³. Além disso, foi quatro vezes maior que o crescimento do PIB mundial em 2016.

A arrecadação do Manchester *United* cresceu 25%, do Barcelona 11% e do Real Madrid 7% em relação ao período 2014/2015. Eles foram os donos das maiores receitas nas últimas temporadas 2015/2016. Esse sucesso econômico se deve basicamente ao montante arrecadado com comercialização da marca – patrocínios, publicidade e vendas de produtos – e direitos de transmissão.

Essas são as grandes fontes de renda dos clubes europeus. A terceira, com um percentual menor, é o recurso do dia do jogo, que na Europa é chamado de *Matchday* – ingressos e serviços nos estádios – venda de camisas e outros produtos do clube, alimentos, arrendamento de espaços para lojas, *tour*, entre outros. No caso do Manchester United, Barcelona e Real Madrid, por exemplo, na temporada 2015/2016 a primeira fonte – patrocínios e publicidade – representou 53%, 47.5% e 42%, a segunda – direitos de transmissão – 27%, 37% e 32.5% e a última – *Matchday* – 20%, 20% e 21%, respectivamente. Esses percentuais oscilam ao longo dos anos, mas em um percentual pequeno.

No contexto da arrecadação dos grandes clubes o que se observa é o crescimento na arrecadação nas três fontes, com um percentual maior naquilo que envolve a comercialização da marca, seguido da receita com os direitos de transmissão e uma estagnação nos últimos cinco anos do volume de dinheiro do *Matchday*. Aliás, os recursos advindos do dia do jogo representam menos de 1/5 daquilo que as equipes maiores conseguem arrecadar desde a temporada 2006/2007.

Gráfico 9: divisão das receitas por fontes dos 20 clubes que mais arrecadaram recursos no período de 2006/2007 a 2015/2016, em milhões de euros.



Fonte: <https://www2.deloitte.com/uk/en/pages/sports-business-group/articles/deloitte-football-money-league.html#>. Elaboração do autor (2017).

¹⁶³ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/clubes-europeus-cada-vez-mais-ricos-e-equilibrados/>. 12 dez. 2017.

Destaca-se que os recursos da venda de jogadores não são contabilizados no operacional, pois, considera-se na Europa que ele é parte do patrimônio do clube. Portanto, o clube, ao repassar um atleta, está desfazendo de parte de sua propriedade.

Outra observação é referente aos clubes sociedades anônimas que possuem dinheiro dos seus acionistas ou proprietários. Essa receita entra naquilo que é denominado de comercialização da marca. Então tudo que se refere ao aporte de recursos de grupos de investimento ou empresários está concentrado nessa categoria.

Os dados demonstram que há dez anos havia um equilíbrio na distribuição na origem dos recursos, com um percentual maior daqueles oriundos dos contratos com as emissoras de televisão. Ao longo dos anos, a receita direta do público estagnou e a comercialização da marca do clube no mercado e a venda dos direitos de transmissão mantêm os espetáculos futebolísticos.

Isso explica o porquê do fosso só ter aumentado entre as grandes equipes que conseguem mais recursos dessas duas fontes e os clubes menores que obviamente por possuir menos apelo midiático terão menos dinheiro e, conseqüentemente, menos possibilidades de concorrer com as equipes maiores nas competições.

Quando se olha para os clubes em geral e não apenas para as grandes equipes observa-se a dependência dos recursos das emissoras de televisão. Na liga inglesa, com exceção do Manchester *United* e Manchester *City*, todos os outros receberam mais recursos da venda dos direitos de transmissão. Para ter uma ideia do tamanho do impacto disso no orçamento dos clubes, o campeão inglês da temporada 2015/2016, o Leicester, teve 74% da sua receita de comercialização dos direitos de transmissão¹⁶⁴.

Na liga espanhola, com exceção do Real Madrid e do Barcelona, todos os demais também receberam mais recursos dessa fonte. O Atlético de Madrid terceiro colocado na edição 2015/2016 da liga local teve 61% da sua receita vinculada à venda dos direitos de transmissão¹⁶⁵.

Na liga italiana, a dependência dos direitos de transmissão pode ser vista no peso que ela representa inclusive para os grandes clubes. Para a Juventus, o percentual é de 57%, para a

¹⁶⁴ Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/titulo-faz-leicester-ganhar-quase-r-05-bi-so-com-direitos-de-tv_30340.html. Acesso em: 26 maio 2018.

¹⁶⁵ Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

Roma chega a 71% e, para a Internazionale, 55%. Uma das poucas exceções é o Milan que arrecada mais com a comercialização da marca (47%)¹⁶⁶.

Na França e na Alemanha, respectivamente, os valores dos contratos com as emissoras são bem inferiores aos das demais ligas e isso obriga os maiores clubes a buscarem no mercado grandes parceiros. Ainda assim, na França, com exceção do PSG, os demais têm dependência direta do dinheiro pago pelas emissoras de televisão. Já na Alemanha ao observar o conjunto das equipes percebe-se que não há destaque de uma fonte em relação à outra. O peso da comercialização dos direitos de transmissão e da comercialização da marca é semelhante, sendo que, entre aqueles que faturam mais, essa segunda predomina, caso do Bayern de Munique¹⁶⁷.

Registra-se que o crescimento do volume dos recursos com os direitos de transmissão está centralizado na liga inglesa, espanhola e italiana. Naqueles países, ao menos duas grandes redes de televisão lutam euro a euro pelas competições. Na Inglaterra, duas gigantes da TV por assinatura, *Sky Sports* e *BT Sport*, disputam os direitos, o que eleva os valores; na Espanha, *Telefonica* e *beIN Media Group* também fazem uma competição acirrada e na Itália, *Sky Italia* e *Mediaset* disputam os direitos da liga local¹⁶⁸.

Em cada país a distribuição dos recursos das emissoras de televisão é feita de uma forma diferente. Na Itália e na França os clubes populares recebem as maiores cotas que giram em torno de 4.7 e 3.5 vezes, respectivamente, a mais do que aquele com menor cota. Na Espanha o predomínio do Real Madrid e Barcelona chegou a ser dez vezes mais que o clube de pior arrecadação com a venda dos direitos de transmissão (em 2013/2014 foi o Raio Valecano), entretanto, após a intervenção do governo em 2015, esse percentual já reduziu para 4 vezes mais que o último na temporada 2016/2017¹⁶⁹.

Na Inglaterra a divisão é feita a partir de três critérios: 50% são divididos igualmente para todo mundo; 25% dependem do mérito esportivo, conforme a colocação na tabela na temporada anterior; e 25% obedece ao número de partidas passadas ao vivo, com um valor mínimo assegurado até para quem teve menos jogos transmitidos pela TV. Assim, na temporada 2016/2017 o clube de maior arrecadação (Chelsea) recebeu 6.2% de todo o

¹⁶⁶ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/espanholizacao-como-receitas-com-tv-sao-divididas-nas-maiores-ligas-do-mundo.html>. Acesso em: 11 nov. 2017.

¹⁶⁷ Informação disponível em: <http://veja.abril.com.br/complementos-materias/estudo-Amir-Somoggi.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

¹⁶⁸ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/acordos-de-tv-mais-baixos-do-que-concorrentes-brecam-crescimento-da-bundesliga/>. Acesso em: 11 nov. 2017.

¹⁶⁹ Informação disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/braitner/direitos-transmissao-campeonato-ingles/>. Acesso em: 11 nov. 2017.

montante distribuído, cerca de 150 milhões de euros, já o último colocado 3.8%, teve o equivalente a 93,4 milhões de euros. Essa é a melhor proporção de divisão entre todas as ligas, o que justifica a presença de oito clubes dessa liga entre os vinte clubes que mais arrecadam no mundo¹⁷⁰.

Já na Alemanha a negociação é coletiva e a divisão leva em consideração a colocação da equipe nas últimas cinco temporadas. Assim, o Bayern de Munique, aquele que ficou com a maior fatia na temporada 2016/2017 teve três vezes mais que o clube que recebeu menos¹⁷¹.

Porém, na Inglaterra as grandes equipes lutam para que o modelo de distribuição seja revisto, dando mais recursos para aquelas equipes que figuram na parte de cima da tabela. A ideia do “*big six*” – Manchester *United*, Manchester *City*, Chelsea, Arsenal, Liverpool e Tottenham – é que 65% da receita da comercialização dos jogos para outros países sejam divididos igualmente e os outros 35% conforme a classificação na liga¹⁷².

Já no que se refere à elevação dos montantes oriundos da fonte comercialização da marca é preciso destacar que a aquisição dos clubes por investidores capitalizou as grandes equipes e aumentou os recursos obtidos por dessa fonte. Além disso, os clubes diversificaram as formas de obtenção das receitas, como a disponibilização de espaços nos uniformes (mangas, calções, roupa de treino etc.), nos espaços dos estádios, inclusive as empresas dando nome às arenas e a criação de parceiros regionais, específicos para cada continente¹⁷³.

Quanto aos recursos nos dias dos jogos nota-se um processo de reformulação dos estádios num modelo de arena multiuso, uma segmentação dos setores por classes sociais e o trato do torcedor como um cliente. Assim, os clubes passam a disponibilizar serviços aos clientes, dentre eles o entretenimento nas arenas. Isso é acompanhado de uma elitização do público que frequenta os espetáculos produzidos pelos clubes por meio das suas estrelas internacionais.

Por fim, vale sinalizar que os recursos extraordinários, principalmente referentes à venda de jogadores são importantes ativos para as equipes atingirem as metas esportivas e

¹⁷⁰ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/espanholizacao-como-receitas-com-tv-sao-divididas-nas-maiores-ligas-do-mundo.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹⁷¹ Informação disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/esportes/bayern-de-munich-tera-maior-cota-tv-do-alem-o-e-rb-leipzig-a-menor/50000244-3321886>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹⁷² Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-ingles/noticia/premier-league-anuncia-distribuicao-de-quase-r-10-bilhoes-em-cotas-de-tv.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹⁷³ O Manchester *United* além dos seus dois patrocinadores principais (Chevrolet e Adidas) possui aportes regionais. Atualmente são 11 parceiros espalhados por China, Japão, Coreia do Sul, entre outros. Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/global-manchester-united-se-torna-time-mais-rico-do-mundo_31837.html#ixzz4xUcowjoM. Acesso em: 04 nov. 2017.

obterem receita, sobretudo, para equipes menores. Isso pode ser visto, por exemplo, na liga espanhola em que essa fonte representou entre 10% a 15% dos recursos ordinários (cotas de televisão, comercialização da marca e recursos do dia de jogo) arrecadados pelos clubes da primeira divisão no período de 2010/2011 a 2015/2016¹⁷⁴.

Já temos mapeadas as principais fontes dos recursos para o Futebol de Espectáculo, da mesma forma já sinalizamos que a arrecadação é desigual, o que reflete na capacidade competitiva de cada equipe. No próximo capítulo vamos tratá-las individualmente, procurando apresentar as principais características de cada uma e as tendências para os próximos anos. Porém, antes vamos a evolução das receitas e a destinação das receitas dos grandes clubes.

Distribuição dos gastos

À medida que as receitas dos clubes das grandes ligas crescem também aumentam os gastos. Nesse sentido, a pergunta a ser respondida é: para onde vai o dinheiro arrecadado dos clubes?

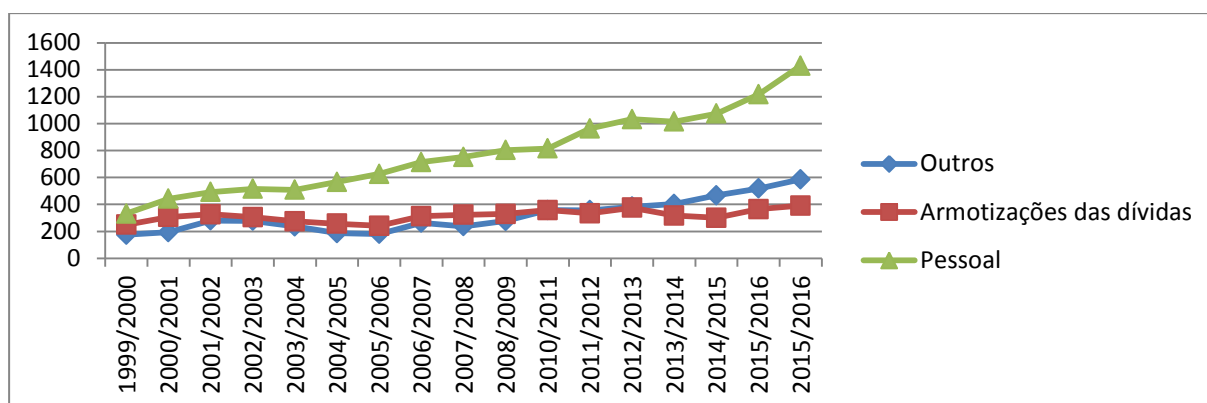
Os relatórios das consultorias internacionais e dos órgãos governamentais consideram pelo menos três destinos dos recursos: a) pessoal - principalmente atleta; b) amortizações das dívidas; c) outras - transporte, inscrição em eventos, a aquisição de jogadores etc.¹⁷⁵.

A divisão das despesas dos clubes espanhóis, sob domínio do Real Madrid e Barcelona, revela o que ocorre nas grandes ligas. Afinal, nesses clubes estão os principais astros do futebol espetáculo, ao menos até a saída do futebolista Neymar Junior para o PSG. O gráfico 10 apresenta a evolução dos gastos desde a temporada 1999/2000 a 2015/2016 e fica evidente que apesar de oscilações, as despesas cresceram de forma contínua nas últimas temporadas.

Gráfico 10: distribuição dos gastos dos clubes da primeira divisão espanhola no período de 1999/2000 a 2015/2016, em milhões de euros.

¹⁷⁴Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 10 dez.2017.

¹⁷⁵Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.



Fonte: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Elaboração do autor (2017).

Os gastos com pessoal incluem comissão técnica, gestão e demais trabalhadores dos clubes. Nas despesas com a dívida envolvem tanto aquela com instituição pública quanto privada e com os atletas. Já no que se refere aos outros, sem dúvida, o predomínio é com as transferências de jogadores, uma prática recorrente entre as equipes menores.

Na Europa o pagamento da folha salarial é cerca de 63% das despesas dos clubes, em alguns casos isso chega a 80% como na Turquia. Entre as grandes ligas o percentual é menor, na Alemanha e Espanha fica entre 50% a 55%, percentual semelhante àqueles de ligas menores como Suécia e Noruega¹⁷⁶.

A liga que mais arrecada é também que proporcionalmente paga os melhores salários. A *Premier League* anualmente gasta cerca de dois bilhões de euros, o dobro do despendido pelos clubes das outras grandes ligas¹⁷⁷. Os grandes ingleses e espanhóis são quem mais gastam com salários na Europa, isso inclusive em meio à crise econômica que destruiu postos de trabalhos e estagnou o crescimento econômico e o salário dos trabalhadores.

A Espanha foi o país dentre os cinco com as maiores ligas que sofreu com a crise econômica do capitalismo iniciada em 2009. Após uma reforma trabalhista que retirou direito dos trabalhadores, o desemprego diminuiu, o salário médio também caiu e o poder de compra consequentemente é menor do que antes da crise¹⁷⁸. Ainda assim, o gasto com salário por parte dos clubes, com exceção da temporada 2013/2014, não teve queda.

¹⁷⁶ Informação disponível em: <http://www.goal.com/br/news/231/futebol-europeu/2017/01/11/31414772/relat%C3%B3rio-premier-league-paga-mais-que-o-dobro-em-sal%C3%A1rios> e http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 18 dez. 2017.

¹⁷⁷ O Manchester City é quem lidera o *ranking* da temporada 2016/2017 com quase 250 milhões de euros em pagamento de salários. Informação disponível em: <http://financefootball.com/2016/11/07/salarios-premier-league-2016-2017/>. Acesso em: 06 nov. 2017.

¹⁷⁸ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1881714-na-espanha-reforma-trabalhista-gerou-empregos-mas-com-salarios-baixos.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Isso não significa que a folha salarial não tenha reflexos da situação econômica do país, afinal, é na Espanha em que o desequilíbrio salarial entre as maiores equipes e as menores é mais visível na Europa. Ao comparar os valores que um atleta do Barcelona e Real Madrid recebem em relação a um clube menor, o fosso é enorme. Os dados da temporada 2013/2014 revelam que a folha salarial em média por jogador do elenco principal das duas grandes equipes ficou em 9 milhões. O último colocado da liga naquele período, Rayo Vallecano, gastou em média 370 mil de euros com cada atleta¹⁷⁹.

A manutenção dos astros do entretenimento futebolístico custa caro e poucos clubes podem pagar. Por outro lado, os dados demonstram que poucos são milionários com sua força de trabalho em campo, da mesma forma que ocorre em outros setores da indústria cultural, com alguns artistas, o futebol é um oásis para alguns atletas. Aos coadjuvantes significa receber bem menos pelo seu trabalho.

Os dados apresentados são da primeira divisão de uma das grandes ligas europeias. Imagina a realidade salarial de equipes menores da periferia. No Brasil, por exemplo, 82% dos jogadores profissionais recebem em média 450 euros¹⁸⁰.

Vamos retomar posteriormente essa discussão, mas, o que fica claro é que a despesa com a folha salarial aumentou bastante nas últimas temporadas, principalmente nas grandes ligas e nos grandes clubes. Porém, a distribuição é desigual, poucos atletas conseguem de fato ter um montante elevado pelo tempo de trabalho.

Outro destino da arrecadação dos clubes é a amortização das dívidas. Nas últimas temporadas no contexto europeu e, das cinco grandes ligas, em particular, diminuiu o endividamento das equipes, porém, isso não significa que o gasto, sobretudo, com os empréstimos tenha caído. Pelo contrário, somente na temporada 2015/2016 foram quase 400 milhões de euros, quase 100 milhões a mais do que dois anos anteriores¹⁸¹.

Reitera-se que os débitos são com o Estado, instituições financeiras, bancárias, fornecedores, atletas e outros clubes. Nisso inclui débitos relacionados a empréstimo, dívida trabalhista, fiscal e da seguridade social. As dívidas com o Estado na maioria das vezes são por falta de pagamento de tributos, já com as entidades do mercado são os empréstimos para contratação de jogadores, reformas e construção de centros de treinamento e estádios. Quanto aos débitos com os atletas, se refere ao descumprimento do pagamento de direitos

¹⁷⁹ Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/folha-salarial-escancara-desnivel-de-liga-espanhola_27878.html. Acesso em: 12 dez.2017.

¹⁸⁰ Informação disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/triste-realidade-no-brasil-82-dos-jogadores-de-futebol-recebem-ate-dois-salarios-minimos-6168754.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁸¹ Informação disponível em: <https://desporto.sapo.pt/futebol/primeira-liga/artigos/sad-dos-tres-grandes-estranguladas-pela-banca-com-37-milhoes-mensaisc>. Acesso em: 12 dez.2017.

consignados, como de imagem e, com clubes, trata-se quase sempre de parcelas de contratação de atletas.

A maior parte da dívida dos clubes das cinco maiores ligas é com o Estado e com as instituições financeiras ou bancárias. No caso com os governos dos países os débitos são constantemente renegociados, a Espanha, em 2015; e Itália, em 2004, são exemplos disso. No caso dos espanhóis, após o débito com a união somar quase 650 milhões de euros em 2013 o governo estabeleceu um novo acordo com os clubes¹⁸².

Os débitos com as instituições financeiras e com os bancos ganharam novas escalas nas últimas décadas com a inflação no valor das contratações. Novamente a Espanha, que possui uma grande liga e, também em Portugal, uma liga da periferia, a maior parte dos débitos é com esses agentes do mercado. No primeiro, a dívida, que em 2013 era de mais de 655 milhões, gira atualmente em torno de 560 milhões. Já em Portugal os três maiores clubes, no caso são sociedades anônimas, inclusive o Benfica que possui a segunda maior dívida entre os clubes europeus, devem juntos cerca de 350 milhões de euros¹⁸³.

Os bancos e as instituições financeiras recebem anualmente uma parcela significativa das receitas dos clubes e, da mesma forma, disponibilizam para eles empréstimos volumosos. Porém, nos momentos de crise econômica, eles também recebem “ajuda” dos governos da União Europeia (UE) para manter as atividades. “Entre 2008 e 2011, foram injetados no sistema bancário, através de garantias ou de capital, 1,6 bilhões de euros, o que corresponde a 13 % do PIB anual da UE”¹⁸⁴.

Portanto, os clubes postergam as dívidas com o Estado e as renegociam, assim recebem benefícios que, na maioria das vezes, diminui o valor total e também prolonga o período para poder pagar. Por outro lado, recorrem aos bancos e às instituições financeiras que, nos momentos de crise, pedem socorro ao Estado, este disponibiliza os recursos, que são então repassados aos clubes pelos agentes do mercado, as agremiações pagam aos bancos e o ciclo continua.

Registra-se que os bancos e outros agentes do mercado também consomem uma fatia significativa dos orçamentos dos governos pelo mundo, com juros de dívidas. Inclusive países

¹⁸² Informação disponível em: http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 13/12/2017. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁸³ Informação disponível em: <https://desporto.sapo.pt/futebol/primeira-liga/artigos/sad-dos-tres-grandes-estranguladas-pela-banca-com-37-milhoes-mensais>. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹⁸⁴ Informação disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/economic-monetary-affairs_pt. Acesso em: 13 dez. 2017.

como a Itália e Espanha, que possuem ligas de futebol ricas, ultrapassaram a marca dos 100% de endividamento em relação ao PIB¹⁸⁵.

Além disso, cabe também citar o crescimento do endividamento das famílias, uma realidade dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países mais ricos isso cresceu 8% de 2008 para 2016, com 63% de endividamento do PIB¹⁸⁶.

Portanto, a configuração do gasto dos clubes de futebol com amortização das dívidas não é uma exclusividade desse segmento, mas se insere num contexto mais amplo em que o Estado, as famílias e o mercado estão conectados formando uma totalidade, porém, isso ocorre com a perspectiva de concentração da riqueza, como alerta Piketty (2013).

Por fim, os clubes utilizam cada vez mais uma fração significativa dos recursos para a contratação de jogadores. O ano de 2017 foi aquele que mais se gastou em contratações, as quinze maiores negociações desse ano chegaram à soma de 1 bilhão de reais. “Vários outros clubes bateram recorde em contratações nessa janela de transferências, além de PSG e do Barcelona. O Chelsea, o Arsenal, o Everton, o Bayern de Munique e o Tottenham superaram seus próprios números históricos”¹⁸⁷.

Na Espanha esse foi o quinto ano consecutivo de aumento do gasto com a contratação de atletas, a liderança, é óbvio, é dos dois grandes clubes – Real Madrid e Barcelona. O investimento é alto e sem controle e como já assinalamos o valor para a contratação de uma Força Esportiva não é definido por um critério objetivo, ainda que sejam levadas em consideração as possibilidades de produção, seja de resultados esportivos e/ou de *marketing*.

Nesse sentido ressalta-se que, no mercado globalizado, os grandes clubes precisam de referência, tanto para obter resultados esportivos como também para atrair recursos financeiros. Afinal, como em qualquer espetáculo, as equipes possuem os atores principais e os coadjuvantes e, no cenário em que as disputas não são mais apenas entre os clubes, a presença de um grande atleta é fator fundamental e diferencial para ter êxito na concorrência internacional, títulos, recursos e imagem.

Por isso, a exaltação de Messi no Barcelona, Cristiano Ronaldo na Juventus, Neymar no PSG, Pogba no Manchester United, Guardiola no Manchester *City* entre outros, que confirma essa individualização em relação ao vínculo com o coletivo, que representava o

¹⁸⁵Informação disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/economia/1463559100_343432.html. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹⁸⁶ Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-aumenta-risco-de-crise-alerta-fmi-21903506>. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹⁸⁷Informação disponível em: <http://www.lance.com.br/futebol-internacional/transferencias-batem-recorde-nessa-janela-europeia.html>. Acesso em: 12 dez.2017.

clube. A disputa é entre os clubes, mas também entre esses símbolos do Futebol de Espetáculo.

Porém, nesse contexto que tende a permanecer com recordes a serem batidos, questiona-se se somente a partir do futebol (venda da Força Esportiva e do espetáculo) é capaz de “produzir” tanto dinheiro? As fontes tradicionais de recursos que apresentamos (direitos de transmissão, comercialização da marca e recursos de dias de jogo) dão conta de pagar cada vez mais para ter e manter as estrelas do futebol mundial?

Para tentar responder essas questões vamos olhar rapidamente como ocorreram as três contratações mais caras do futebol mundial até o momento. A terceira foi a transação de Gareth Bale do Tottenham para o Real Madrid em 2013. O jogador de País de Gales que tinha 24 anos foi contratado por 101 milhões de euros, porém, isso ocorreu num dos anos de maior crise econômica da Espanha, com uma taxa de desemprego juvenil superior aos 50% e, por um clube com elevadas dívidas com o governo e com os agentes do mercado. Além disso, a contratação segundo membros da Comissão Econômica do Parlamento Europeu foi financiada pelo banco Bankia, salvo da falência pelo governo espanhol e nacionalizado com recursos da UE. Ou seja, ao fim os recursos vieram de uma instituição com recursos públicos em plena crise econômica¹⁸⁸.

Já a contratação do jogador francês pelo Manchester *United* junto à Juventus, em 2016 por 105 milhões de euros. O mesmo jogador foi negociado em 2012 com a equipe italiana por menos de 1 milhão de euros voltou na temporada 2016/2017 como o mais caro do mundo.

O Manchester *United* possui os maiores contratos de patrocínio do mundo e também é um dos líderes em arrecadação por meio da venda dos direitos de transmissão dos jogos. O seu poder se materializa na subida ao *ranking* na temporada 2016/2017 como a equipe que mais faturou no futebol. Porém, a contratação de Pogba em 2016 também colocou o clube com a maior dívida entre todos da UEFA. Eles preferiram ampliar os déficits e trazer para o seu elenco um jovem talento que pode produzir resultados esportivos e atrair patrocínios e mídias a procurar equilibrar as contas¹⁸⁹.

Por fim, o caso mais emblemático que foi a negociação de Neymar, jogador do Barcelona para o PSG. A contratação do atleta pela equipe de Paris foi a mais cara de todos os tempos no futebol, o valor de 222 milhões euros pago ao Barcelona é mais alto que o

¹⁸⁸ Informação disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130909_futebol_espanha_jp_la. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁸⁹ Informação disponível em: <http://espnfc.espn.uol.com.br/manchester-united/stretford-end/10164-pogba-vale-100-milhoes-o-united-nao-deve-se-preocupar>. Acesso em: 12 dez. 2017.

montante disponibilizado para ter o Pogba e Balle juntos pelas equipes do *United* e de Madrid. Qual é a origem do dinheiro?

O PSG está entre os dez que mais faturaram na temporada passada, também lucra com a negociação dos jogadores, porém, o clube totalizou apenas 317 milhões de euros e esse dinheiro não era suficiente para contratar Neymar e manter as atividades na temporada 2016/2017. Porém, o que está por trás da transação é o fundo de investimento que possui a propriedade do clube. Eles “arrecadam” 225 milhões de euros na rubrica “outros”, contabilizados dentro da categoria comercialização da marca.

É ali que os donos catarianos registram o dinheiro que aportam para sustentar a operação do clube. Nenhum outro time grande no mundo – nem Chelsea e Manchester City, comandados por bilionários estrangeiros, nem os maiores brasileiros, são exatamente exemplos de transparência – classifica mais de 40% de seu faturamento como “outros”. Só assim para fazer frente aos € 542 milhões em despesas todo ano: com dinheiro vindo de fora do futebol¹⁹⁰.

Há os interesses dos fundos de investimento e empresas de grandes bilionários no futebol, caso do grupo proprietário do PSG, está claro que a questão é menos esportiva e mais econômica e política. Trata-se de uma forma de diversificação dos investimentos, em alguns casos de lavar o dinheiro, inflacionando o valor dos atletas, treinadores e adquirindo equipes etc., bem como se relaciona a uma estratégia de posicionamento geopolítico e de exposição pessoal da imagem (física e jurídica) para o mundo.

Mas trataremos disso nos tópicos seguintes quando abordaremos as relações do mercado com o futebol. O que chamamos a atenção com a exposição dessas três contratações é que, apesar de as receitas dos grandes clubes estar crescendo, a inflação do mercado dos atores do entretenimento futebolístico causa um aumento dos gastos das equipes, algo não compatível com a arrecadação direta dos clubes. Daí as dívidas e os recursos dos fundos de investimento, “externos” a produção dos clubes.

Por fim, registramos que ainda classificados dentro da categoria “outros”, constam os gastos dos clubes com construção ou readequação dos estádios de futebol. Nos últimos anos as grandes equipes aceleraram a modernização dos locais de jogos para atender as demandas de segurança, conforto e rentabilidade. Os estádios passam a ser complexos esportivos e de lazer (arenas) daqueles que desejam assistir aos jogos. As arenas são construídas para um público que possui condições de pagar para assistir os espetáculos cada vez mais caro.

¹⁹⁰ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/07/neymar-e-o-dinheiro-do-catar-milhoes-de-motivos-para-mudar.html>. Acesso em: 12 dez.2017.

Clubes da Espanha, da Itália e da Inglaterra estão construindo ou reformando seus estádios para receber mais torcedores nos dias de jogos, além de aumentar a oferta de serviços para um público que não quer apenas ver uma partida de futebol, mas também deseja comer bem, comprar produtos do time e até mesmo se hospedar no local em que atua sua equipe¹⁹¹.

Essas construções podem contribuir para aumentar o caixa das equipes, porém, é certo que cria um problema para os clubes, tendo em vista, que precisam de financiamentos para construí-las, o que proporciona um crescimento nas dívidas. Isso ocorreu recentemente com o Atlético de Madrid que construiu o novo estádio inaugurado no início da temporada 2017/2018 e viu sua dívida se elevar¹⁹².

As novas obras e as demais movimentações financeiras das organizações esportivas contribuem para a dinamização de diversos setores da economia. O futebol é um importante componente da indústria do entretenimento, sendo também uma porta de entrada de turistas e capitais nos países e cidades em que os clubes estão localizados.

Desse modo, no tópico seguinte refletiremos sobre as características macroeconômicas e sociais dos países dos grandes clubes e ligas, bem como as relações deles para a economia e o desenvolvimento social dessas nações. Assim, nos orientamos pelas seguintes questões: Qual é a situação dos países que possuem as principais ligas e clubes do mundo? Como a situação deles refletem ou distanciam da situação econômica dos seus países de origem? Qual é o papel do futebol na economia e desenvolvimento desses países? Essas são algumas perguntas que discutiremos a seguir.

4.3- Aspectos da economia política do futebol

As grandes ligas e respectivamente os principais clubes de futebol do mundo estão localizados na Alemanha, Espanha, França e Itália, que fazem parte da União Europeia – UE – e na Inglaterra, que saiu dela em 2017 após um referendo realizado em 2016 em que a maioria da população do Reino Unido preferiu deixá-la¹⁹³. Porém, apesar de ele não estar mais subordinado às decisões dessa organização, as leis da UE, por enquanto, continuam válidas tanto na Inglaterra, como na Escócia e País de Gales.

¹⁹¹ Informação disponível em: <http://chuteirafc.cartacapital.com.br/atletico-novos-estadios-europa/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

¹⁹² Informação disponível em: www.csd.gob.es/csd/estaticos/noticias/BALANCE_FUTBOL_1999-2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

¹⁹³ A UE possui vinte e oito países membros, sendo que dezenove possui a mesma moeda. Para saber mais sobre a saída do Reino Unido vale a pena ler: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/reino-unido-decide-deixar-uniao-europeia-em-referendo.html>. Acesso em: 19 dez. 2017.

Registra-se que a UE é formada por 28 nações, sendo que 19 com a mesma moeda. Eles possuem uma autonomia relativa já que estão subordinadas aos tratados e acordos comuns¹⁹⁴. A constituição dessa organização surge no pós-segunda guerra mundial com a perspectiva de manter o poder político frente às duas potências mundiais que dividia o globo durante a guerra fria e, posteriormente, como uma necessidade dos países europeus de concorrerem com outras potências mundiais, especialmente os EUA.

A UE foi se organizando conforme as mudanças no modo de produção capitalista. Sem dúvida, a pedra angular da integração é a economia. Sobre isso, de acordo com Osorio (2015, p. 227), o que se observa na formação da UE é que em nenhum momento a centralidade esteve na resolução dos problemas sociais existentes, pois, não houve um desafio à ordem econômica capitalista.

Pelo contrário, sua forma, sobretudo a de bloco regional (a partir da década de 1990), é uma saída da própria lógica capitalista para superar crises e conflitos. Em primeiro lugar, deveria vir o favorecimento dos capitais, para, posteriormente, atingir a sociedade como um todo. Se este movimento acarretaria em uma grande estrutura supranacional ou intergovernamental, federativa ou confederativa, é uma questão secundária, sem maior relevância. O cerne da discussão reside no reflexo que a economia política reverbera na estrutura jurídico-política. Buscou-se, portanto, a criação de um espaço acima da luta de classes em cada território nacional, no qual os capitais europeus e estadunidenses a eles associados pudessem encontrar menos obstáculos para sua valorização.

Nesse sentido, observa-se que a subordinação das nações às decisões comunitárias diminuíram o poder de influência da população sobre as ações dos governos locais. Isso não apenas na esfera econômica, pois, ainda que esse seja o aspecto predominante em outros temas também passaram a pautar uma atuação em conjunto dos países (OLIVEIRA, 2015).

O mercado único (ou «mercado interno») é o principal motor da economia europeia, permitindo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Um dos objetivos da UE é precisamente desenvolver este enorme recurso também noutras áreas como os mercados da energia, do conhecimento e dos capitais, para que os europeus possam tirar o máximo partido do seu potencial¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Informação disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt. Acesso em: 13 dez. 2017.

¹⁹⁵ Informação disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt. Acesso em: 13 dez. 2017.

Apesar desse discurso de desenvolvimento o que se assiste nos países da UE é um processo de desregulamentação de uma série de direitos trabalhistas e sociais, na perspectiva de integração na dinâmica capitalista requerida pelo bloco. Desde 2008 foram mais de 440 mudanças na legislação trabalhista. O que vem promovendo um crescimento da precarização das contratações¹⁹⁶.

Isso foi um dos aspectos centrais que fez 51,9% da população do Reino Unido, especialmente do interior, votar pela saída do bloco. Ao identificar que a integração não estava resolvendo os problemas sociais a melhor estratégia então foi sair. Obviamente que outros elementos como a soberania, temas relacionados à imigração e à manutenção da identidade cultural também influenciaram na decisão. Além disso, é preciso ressaltar que a presença do Reino Unido na UE sempre foi objeto de discussão, inclusive dois anos depois de sua entrada (1973) já se fazia um referendo para saber se deveriam ou não permanecer. Naquele momento mais de 67% das pessoas disseram que gostariam de continuar¹⁹⁷.

Destaca-se que a UE não possui nenhuma competência sobre a organização e o desenvolvimento do esporte entre os seus membros. Esse fenômeno passou a fazer parte efetiva das discussões da organização apenas em 1997 e somente dez anos depois, no Tratado de Lisboa que foi consignado que a “União contribuirá para o desenvolvimento (...) incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua ação, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros”¹⁹⁸. Antes, o esporte esteve na pauta apenas do Tribunal de Justiça do bloco.

No caso do futebol, Oliveira e Castro (2015) afirmam que a atuação das instâncias da UE ocorrem na dimensão comercial que o fenômeno se tornou nas últimas décadas. A ação é fundamentalmente para resolver litígios trabalhistas e para manifestar sobre os acordos comerciais estabelecidos pelas organizações esportivas e o mercado em relação às leis de concorrência da região. O futebol profissional é um importante negócio do entretenimento global, tendo na Europa os principais espetáculos. Aliás, justamente nos países mais ricos desse continente é que também estão as maiores movimentações financeiras da modalidade.

As principais ligas e equipes estão localizadas nos cinco países com os maiores Produtos Internos Brutos (PIB) da UE. Eles são responsáveis por 67,3% do PIB da região – considerando a paridade do poder de compra –, sendo um pouco maior que o PIB da China

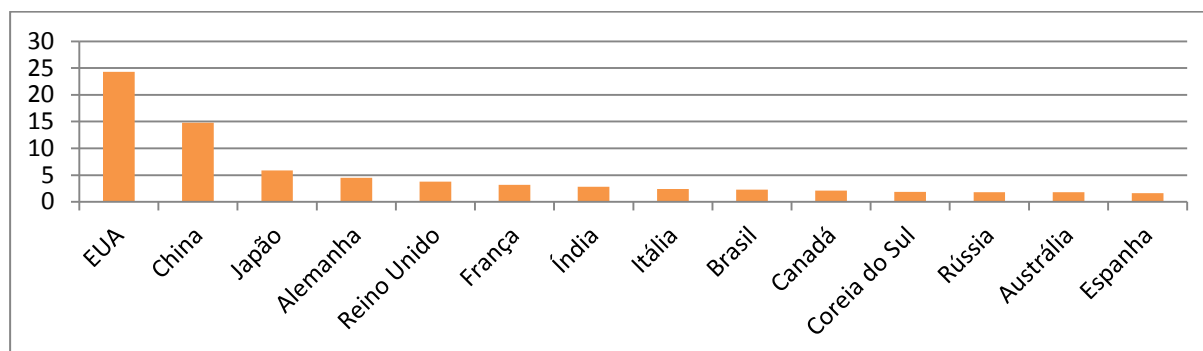
¹⁹⁶ Informação disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/09/economia/noticia/trabalho-como-o-aumento-da-precariade-esta-a-mudar-o-discurso-da-ue-1788096>. Acesso em: 08 nov. 2017.

¹⁹⁷ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/5-pontos-sobre-a-saida-do-reino-unido-da-uniao-europeia/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

¹⁹⁸ Artigo 5 do Tratado de Lisboa pode ser lido em: https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf. Acesso em: 08 nov. 2017.

(14.84) e representa 61% do PIB dos EUA (24.32), respectivamente as duas maiores economias do mundo. No que se refere à comparação individual nota-se que Alemanha (4^a), Reino Unido (5^a), França (6^a) e Itália (8^a) estão entre as dez maiores economias e a Espanha é a 14^a¹⁹⁹.

Gráfico 11: comparação do PIB das maiores economias do mundo em 2015.



Fonte: https://www.suapesquisa.com/economia/maiores_economias_mundo.htm. Elaboração do autor (2017).

Entre os cinco países que destacamos, apenas Alemanha, Reino Unido e França acumulam uma sequência de alta no PIB desde 2009, em 2016 foi a sétima consecutiva. Por outro lado, nesse mesmo intervalo de tempo, a Itália foi quem teve um desenvolvimento global médio negativo e a Espanha, apesar das oscilações, conseguiu manter um percentual de alta, ao comparar os dados de 2006 a 2016²⁰⁰.

Destaca-se se que a crise financeira e econômica iniciada em 2008 nos EUA atingiu diretamente a UE, inclusive com uma severa recessão em 2008 e 2009²⁰¹. Desde então a produção e o consumo seguiram-se com oscilações, sendo que, em 2016, pela primeira vez desde 2007, nenhum dos estados-membros do bloco sinalizou queda e apenas a Grécia ficou no mesmo patamar²⁰².

Apesar desse cenário de crescimento não se pode dizer que há uma homogeneidade econômica e social na UE, o que temos é um conjunto de países com características históricas diferentes e com níveis de desenvolvimento desigual. Enquanto a Alemanha é a grande locomotiva, a Espanha dentre as cinco nações que estamos observando mais atentamente, por

¹⁹⁹ Informação disponível em: https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017?utm_content=buffer9676b&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer. Acesso em: 09 nov. 2017.

²⁰⁰ Informação disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/images/c/c9/GDP_at_current_market_prices%2C_2006_and_2014-2016_YB17.png. Acesso em: 09 nov. 2017.

²⁰¹ Informação disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/02/27/entenda-o-que-causou-a-crise-financeira-de-2008.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

²⁰² Informação disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/images/c/c9/GDP_at_current_market_prices%2C_2006_and_2014-2016_YB17.png. Acesso em: 09 nov. 2017.

exemplo, sofre com problemas sociais, como o desemprego que atingiu os 16% no auge da crise econômica mundial que iniciou em 2008/2009²⁰³.

Ao comparar os dados do PIB per capita em relação à paridade de poder de compra dos países membros da UE nota-se a enorme discrepância. Nos últimos três anos o índice é seis vezes menor de um cidadão da Bulgária (o pior indicador) em relação a Luxemburgo (o melhor PIB per capita), que tinha em 2016 um percentual de 2,7 vezes a média dos 28 países da UE²⁰⁴.

A Alemanha, entre os cinco países com os grandes clubes, é o sétimo maior PIB per capita da UE e a 10ª de toda a Europa. O Reino Unido é, respectivamente, 10ª e a 13ª, a França a 11ª e a 14ª, a Itália a 12ª e a 15ª e, por fim, a Espanha a 14ª e a 17ª, sendo que esses dois últimos países possuem um PIB per capita inferior à média da UE²⁰⁵.

Com exceção da Alemanha, todos esses países nos últimos dez anos tiveram uma queda do índice. As maiores perdas foram respectivamente da Itália e Espanha. O cenário nos últimos três anos é de leve queda e estagnação do crescimento, com exceção da Espanha que teve um pequeno aumento em 2016 em relação a 2015. A Alemanha é o único país que possui índices superiores a 2006, porém, nos últimos três anos foram de queda.

Os dados estatísticos disponibilizados pela UE também nos permitem verificar que os serviços são a principal atividade econômica do conjunto dos vinte e oito países que fazem parte dela, em 2006 era 71,8% e dez anos depois foi 73,9%. A contribuição desse setor para o valor acrescentado bruto total da UE chegou a ¼ no Reino Unido e França. O entretenimento, lócus do Futebol de Espetáculo, foi responsável por 3,5%, índice superior ao da agricultura e pesca (1,5%)²⁰⁶.

A baixa representativa do setor secundário nas economias europeias se justifica pelo deslocamento da produção para nações periféricas que possui a força de trabalho mais barata e incentivo fiscal. Porém, isso não significa o “abandono” do segmento, pelo contrário, apesar da hegemonia da exportação dos serviços, os produtos industrializados com alto valor tecnológico, especialmente em países como Alemanha e Reino Unido são fundamentais para a economia.

²⁰³Informação disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=naida_10_gdp&lang=en. Acesso em: 11 nov. 2017.

²⁰⁴Informação disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=naida_10_gdp&lang=en. Acesso em: 11 nov. 2017.

²⁰⁵Informação disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-11/11/2017.explained/images/c/c9/GDP_at_current_market_prices%2C_2006_and_2014-2016_YB17.png. Acesso em: 11 nov. 2017.

²⁰⁶Informação disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=naida_10_gdp&lang=en. Acesso em: 11 nov. 2017.

Isso sem falar que esses dois países estão entre os dez que mais exercem o investimento direto em outras nações. Ao passo que Reino Unido, França e Alemanha são importantes destinos do fluxo internacional de capital²⁰⁷.

Destaca-se que na UE nos últimos dez anos cresceram as exportações (34%) e também as importações (28%), sendo que apenas nos anos 2009, 2010, 2014 e 2016 que os valores das importações excederam as exportações. A Alemanha exporta quase o dobro da Itália e três vezes mais que a Espanha²⁰⁸.

Dessa forma, observa-se uma concentração da produção, com oscilações, uma elevada desigualdade quando se considera o PIB per capita e uma centralidade dos serviços na economia. Ou seja: Na UE a Alemanha possui mais que o dobro do PIB da Espanha e quase isso em relação à Itália, além disso, o PIB per capita é 30% maior que esses países e cerca de 15% maior do que o francês. Quando se observa a balança comercial predomina nesses países a exportação, especialmente de serviços, sendo com mais solidez na Alemanha²⁰⁹.

Quanto às despesas, investimentos e consumo, nota-se que após os primeiros anos da crise econômica e financeira as despesas públicas na UE voltaram a crescer a partir de 2014, sendo que em 2016 fechou em 1,7%. Esses gastos significaram 20% do PIB da região. Contudo, a maior parte foi composta pelas despesas de consumo das famílias e instituições sem fins lucrativos com 56,0%.

No que se refere aos investimentos, entre os cinco países a França foi aquele com os maiores e o Reino Unido, o menor. Porém, na UE a centralidade vem sendo da iniciativa privada, em 2016 representou 17% do PIB, enquanto o valor equivalente do setor público foi de 2,9%. O gasto familiar foi maior na Alemanha e entre os cinco países o menor foi na Espanha.

Outros dois aspectos também são importantes para caracterizar a situação da Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha – a dívida pública e o déficit público, Eles nos possibilita compreender como anda a economia desses países. Quanto à dívida pública, com exceção da Espanha, com uma leve redução nos últimos três anos, todos os demais países aumentaram, sendo que, em 2016, a italiana chegou a 132% e a espanhola reduziu um ponto em relação a 2015 e fechou em 99%. O melhor cenário é da Alemanha com um endividamento de 68% do PIB.

²⁰⁷Informação disponível em: https://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/43304/2011-238_LIEP_2010-WEB_PORTUGUES.pdf. 11 nov. 2017.

²⁰⁸Informação disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=naida_10_gdp&lang=en. Acesso em: 11 nov. 2017.

²⁰⁹Informação disponível em: <https://www.datosmacro.com/paises/comparar/espana/alemania>. 11 nov. 2017.

Já em relação ao déficit público observa-se que houve uma redução em todos os países, porém somente a Alemanha teve superavit nos últimos três anos, em 2016 terminou o ano com 0,80%. O pior cenário ainda é da Espanha que chegou a menos 10,47% em 2012 e em 2016 ficou com o negativo de 4,51%.

A Espanha possui o maior déficit público e a Itália a maior dívida pública em relação ao PIB. Sem dúvida, das cinco nações, Espanha e Itália foram as mais atingidas pela crise financeira e econômica. Elas também são aquelas que acumulam as maiores taxas de desemprego, o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os trabalhadores na Espanha e Itália possuem os menores salários mínimos, em relação a Alemanha, Inglaterra e França. Na Itália existe uma normal legal sobre isso e os valores são definidos conforme a profissão, por meio de acordos coletivos²¹⁰.

De outro modo, é importante registrar a consistência dos dados macroeconômicos da Alemanha. Eles nos permitem entender o porquê dessa nação exercer uma forte influência sobre a política econômica da UE. Com um governo de centro-direita no poder por quatro mandatos consecutivos a Alemanha comanda a economia europeia com “mãos de ferro”, com arrocho fiscal e sem concessões sobre as multas das dívidas dos países membros²¹¹.

A tabela 3 apresenta um resumo de alguns indicadores macroeconômicos e sociais dos cinco países nos anos mais recentes. Nota-se que as consequências da crise econômica e financeira de 2008 e 2009 continuam presentes, sobretudo, nos países com os piores indicadores macroeconômicos e sociais, caso da Itália e Espanha.

Tabela 3: indicadores macroeconômicos e sociais dos países com as principais ligas e clubes de futebol²¹².

Indicadores	Alemanha	Reino Unido	França	Itália	Espanha
PIB (trilhões de euros)	3,1	2,3	2,2	1,7	1,1
PIB/ Per capita (milhares de euros)	38,1	36,5	33,3	27,7	24,1
Gasto público (%PIB)	44,2%	41,5%	56,2%	49,4%	42,2%
Gasto público/Per capita (milhares de euros)	16,7	15,2	18,7	13,7	10,1

²¹⁰ Informação disponível em: As informações são do Fundo Monetário Internacional e estão disponíveis em: <https://www.datosmacro.com/>. Acesso em: 09 nov.2017.

²¹¹ Informação disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/internacional/1505471889_345189.html. Acesso em: 09 nov. 2017.

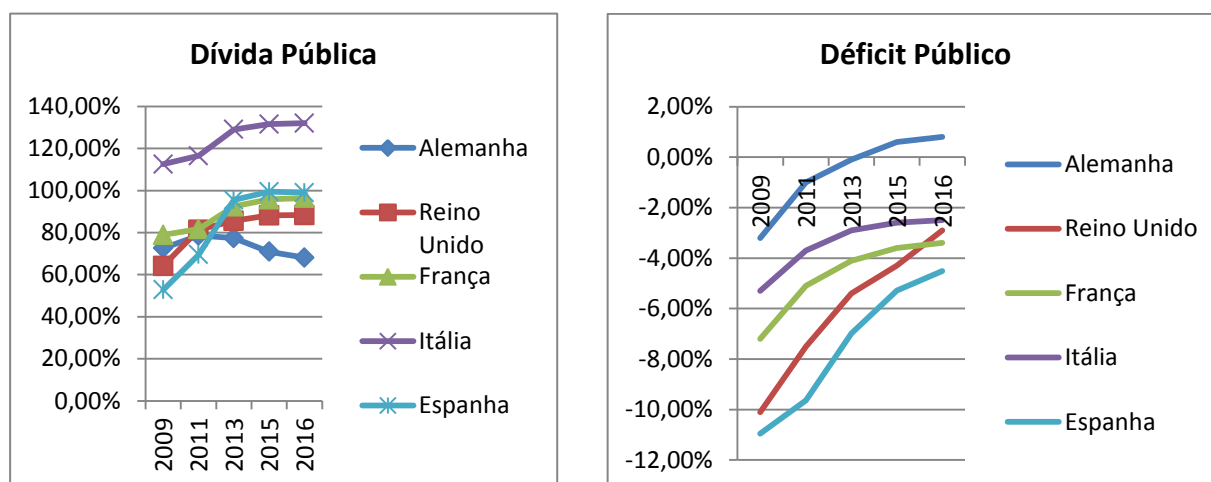
²¹² Os dados sobre a inflação consideram o período de setembro de 2016 a setembro de 2017, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o ranking de classificação dos países são de 2015 e as demais informações são referentes ao ano de 2015.

Dívida pública (%PIB)	68,1%	88,3%	96,5%	132%	99%
Déficit público (%PIB)	+0,80%	-2,90%	-3,4%	-2,50	-4,51%
Balança comercial (%PIB)	8,11%	-8,56%	-2,91%	3,06%	-1,69
Inflação (IPCA)	1,8%	3%	1,1%	1,1%	1,6%
Desemprego	3,8%	4,3%	9,1%	11%	16,4%
Salário Mínimo	1.498	1.196	1.480	-	825,7
IDH/Ranking	0,926/ 4^a	0,910/16 ^a	0,897/21 ^a	0,887/26 ^a	0,884/27 ^a

Fonte: <https://www.datosmacro.com/>. Elaboração do autor (2018).

A economia voltou a crescer nos últimos anos, porém, isso foi acompanhado do endividamento, se comparamos os dados de 2019 a 2016, com exceção da Alemanha e, de queda do déficit público com exceção novamente da Alemanha que teve superávits. Isso é resultado principalmente da queda do gasto público em todos os cinco países nos últimos anos, especialmente na Alemanha e no Reino Unido. Quanto ao gasto público per capita em relação a 2009 houve um pequeno aumento, porém, desde 2014 a perspectiva é de estagnação ou de queda.

Figura 1: dívida pública e déficit público dos países dos grandes clubes de futebol (2009-2016).



Fonte: <https://www.datosmacro.com/estado/gasto/uk>. Elaboração do autor (2018).

Apesar da redução dos déficits, apenas a Alemanha conseguiu fechar o “caixa” com saldo, contudo, isso foi feito com uma diminuição do gasto público. Os setores essenciais ficaram prejudicados com os acordos promovidos pelas nações para tentar equilibrar as contas.

De outro modo, é indiscutível que o sistema financeiro sofreu com a crise, no entanto, a entrada do Estado, com a injeção de recursos, manteve as atividades desse segmento. Registra-se que na Espanha, o caso mais delicado entre os cinco países, o governo local nacionalizou alguns bancos na perspectiva de evitar um colapso na economia e, na sequência,

pediu socorro a UE. O bloco liberou cerca 37 bilhões ao sistema financeiro espanhol em 2012, porém, exigiram do Estado duras medidas no campo social, como o corte de servidores e do gasto público.

Por meses, o governo de Rajoy evitou pedir o resgate, em parte para não sucumbir às regras da UE. Agora, seu governo admitiu que os bancos terão de ser socorridos: 17,9 bilhões vão para o Bankia; o Catalunya Banc ficará com 9 bilhões, 5,4 bilhões vão para o NCG e 4,5 bilhões para o Banco de Valência²¹³.

O resultado dessa política é o agravamento da crise social, sobretudo, nos países menos industrializados e com menor renda como a Espanha, em que a população sofre com o desemprego e a estagnação do salário mínimo que, de 2009 a 2016, teve um aumento de apenas 4,8% e, em 2017, teve uma elevação em relação a 2009 de 11,8%²¹⁴. A Espanha é aquele com o menor IDH entre os cinco países.

Feito esse breve “raio x” macroeconômico e social podemos observar que o Futebol de Espetáculo não caminha em separado dos outros complexos que formam a conjuntura de cada país. A realidade de falências, dos pedidos de concordata, déficits e endividamento dos clubes não é indiferente do que acontece na realidade de cada nação, com o setor público e privado - famílias, pequenas e médias empresas. Da mesma forma, o crescimento nas receitas e lucro, restrito a poucos clubes, é parte daquilo que acontece também no seio da sociedade.

Sem dúvida, entre os grandes clubes as receitas continuaram crescendo, mesmo com a crise. Os contratos de direitos de transmissão e de comercialização da marca também bateram recordes. Nos estádios, o público não diminuiu, a média de expectadores e de renda permaneceu inalterada, mesmo com os elevados preços dos ingressos²¹⁵. O mesmo pode ser visto no mundo com o crescimento da concentração de renda²¹⁶, sendo que são justamente esses que possibilitam (diretamente – nos estádios; na aquisição de ações – indiretamente, por meio das outras fontes de financiamento – patrocínios, contratos de direito de transmissão etc.) o aumento dos ingressos de recursos nos grandes clubes.

Numa reflexão mais detalhada do que ocorre com o futebol em cada país no cenário traçado percebe-se que a solidez alemã nos números macroeconômicos também se reflete no modelo econômico adotado na liga local. A Bundesliga é aquela que consegue um maior

²¹³Informação disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ue-aprova-37-bi-para-os-bancos-espanhois-imp-,966699>. Acesso em: 12 nov. 2017.

²¹⁴Informação disponível em: <https://www.datosmacro.com/estado/gasto/uk>. Acesso em: 11 nov. 2017.

²¹⁵Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/olhar-cronico-esportivo/post/o-futebol-resiste-criises-resistira-tambem-aqui.html>. Acesso em: 11 dez. 2017.

²¹⁶Informação disponível em: <https://istoe.com.br/nova-era-de-ouro-dos-bilionarios/>. Acesso em: 11 dez. 2017.

equilíbrio, ou seja, rentabilidade. Os custos operacionais são os menores de todas as ligas, pois, os clubes – a maioria sob o controle de sócios – são obrigados a controlar os gastos com os salários, a despeito de não terem a licença para disputar as competições e também devem investir na formação de novos atletas, inclusive as equipes reservas são formadas com futebolistas com até 23 anos, sendo apenas três com idade superior. Para garantir a competitividade dos clubes, a liga alemã permite um número ilimitado de jogadores europeus nos elencos principais, mesmo de países de fora da UE²¹⁷.

O Reino Unido configura como a segunda força econômica e social dos cinco países. Todavia, a sustentação dos clubes vem de fora com o aporte de recursos de multinacionais associadas ao capital especulativo, bilionários que buscam visibilidade internacional para si e para seus projetos e produtos e, também, dos veículos de televisão, propulsores do futebol enquanto um entretenimento internacional.

Reiteramos que na Inglaterra é permitida a livre circulação de capital no futebol, os clubes são sociedades anônimas e como tais procuram ofertar aos clientes os melhores produtos e serviços. A liberdade dos negócios no futebol atraiu nos últimos anos bilionários que desejam ver sua fortuna associada aos clubes. Isso pode ser visto tanto entre os grandes clubes como nos clubes médios e pequenos.

A França segue o mesmo caminho do Reino Unido ao abrir o mercado para fundos de investimentos. Porém, está longe da organização do futebol alemão e inglês, até mesmo porque a movimentação financeira é menor. Os estádios e os valores arrecadados pelos clubes não são compatíveis com o aquilo que é feito naqueles países, bem como o poder de compra dos franceses ainda é inferior.

Já a situação econômica delicada das equipes da Itália e da Espanha reflete a configuração econômica e social desses países, com níveis de produção, renda, gasto e desenvolvimento humano inferior aos outros. Não por acaso que os governos e as próprias ligas adotaram recentemente medidas para melhorar a situação financeira das equipes, seja prolongado o período de pagamento das dívidas, ou revendo a distribuição dos recursos da comercialização dos direitos de transmissão.

Dessa maneira, guardadas as particularidades, a organização do Futebol de Espetáculo está diretamente relacionada às características da organização do modo de produção capitalista global e local. Ou seja: A estrutura econômica dos grandes clubes e ligas reflete e é produto do contexto econômico, político e social em que estão inseridos.

²¹⁷ Informação disponível em: <http://veja.abril.com.br/complementos-materias/estudo-Amir-Somoggi.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

Contudo, é preciso fazer uma observação sobre isso, pois, a presença dos grandes clubes na Alemanha, Inglaterra, França, Espanha e Itália não se relaciona apenas às questões econômicas. Sem dúvida, isso é um fator fundamental, no entanto, outros aspectos como o símbolo de modernidade e entretenimento que representa a Europa para o mundo e, o vínculo da população com esse esporte nesses países também contribui para que os grandes clubes de futebol estejam nesse continente e nessas nações. Afinal, se fosse apenas o aspecto econômico teríamos ligas e clubes reconhecidos no mundo também nos EUA, China e Japão, por exemplo.

Por fim, se o Futebol de Espetáculo é parte da estrutura econômica global e local então é importante perceber qual é a influência dele para o desenvolvimento econômico e social desses países. Assim, no tópico seguinte vamos refletir sobre o papel do Futebol de Espetáculo para a macroeconomia dos países.

4.4- Macroeconomia do Futebol de Espetáculo

O futebol visto como um negócio se organiza de tal forma que procura atender às necessidades ou desejos da fantasia dos clientes. E, como qualquer campo da estrutura econômica, busca alimentar constantemente essa necessidade com o objetivo de expandir o lucro.

Se a principal meta daqueles que se relacionam com o futebol na sua forma espetacular é a acumulação de resultados esportivos e riqueza – por meio da comercialização e valorização dos seus produtos –, questionamos como o setor contribui para o desenvolvimento econômico dos países? Desde já ressaltamos que mapear isso não é uma tarefa simples, pois, a cadeia produtiva desse setor é complexa e se relaciona diretamente ou indiretamente com diversos segmentos da economia. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico nem sempre significa desenvolvimento social, afinal, há uma tendência de concentração de riqueza, com a exploração da força de trabalho e, também, uma série de consequências sociais, trabalhistas e ambientais. Desse modo, não temos a pretensão de apresentar todas as variáveis da prática econômica do Futebol de Espetáculo, mas apenas demonstrar alguns indicativos do seu lugar na macroeconomia das nações.

Assim, seguimos a orientação de Proni (2008) que sinaliza a necessidade de analisar três indicadores para estimar os efeitos macroeconômicos do esporte, no caso o futebol em uma economia: 1) o montante de dinheiro movimentado em razão do futebol; 2) os empregos diretos e indiretos propiciados por tais atividades; 3) a contribuição do futebol para a arrecadação fiscal dos países.

Inicialmente é importante mencionar a presença na cadeia produtiva das associações esportivas do futebol – clubes, ligas, entidades de administração – e da força de trabalho de diversos profissionais, inclusive atletas. Daí resulta relações sociais que serão efetivadas nos rendimentos físicos, técnicos e táticos dos jogadores. Os fluxos econômicos são proporcionais ao tamanho e ao desenvolvimento do capital constante do clube, da Força Esportiva e da qualificação dos demais profissionais envolvidos.

Em paralelo a isso ocorrem as trocas entre os conglomerados da mídia e outros segmentos do mercado, como publicidade, *marketing* esportivo e construção civil. As atividades econômicas dessas relações equivalem ao potencial de lucro com a comercialização do espetáculo esportivo e da prática esportiva e a venda de produtos e serviços dos setores anexos que estão envolvidos.

Além disso, é importante destacar a “indústria esportiva” relacionada ao futebol que comercializa eventos, produtos – como materiais esportivos, roupas, calçados e adereços dos mais diversos –, atividades recreativas e de *fitness*, equipamentos e serviços esportivos, como escolinhas de futebol.

Ainda temos um mercado da construção civil em expansão, principalmente com a reforma e construção de novas arenas e centros de treinamento; um mercado forte de apostas e loterias que está espalhado pelo mundo, na forma *on line*; um segmento mercantil com novos produtos e serviços tecnológicos derivados do futebol, como os jogos eletrônicos; e, por fim, os gastos do Estado com subsídios às associações futebolísticas e os eventos.

Nesse sentido, Figueiredo (2017, p. 24) apresenta os diversos itens que compõem o “mercado da bola”:

[...] envolve patrocínios; publicidade e direito de imagens e de transmissão; transações comerciais de jogadores e técnicos; produção, venda e marketing de materiais esportivos; construção, reconstrução e manutenção de estádios, centros de treinamentos e complexos esportivos; “naming rights”; cursos e seminários para formação de professores, agentes sociais, treinadores, olheiros, voluntários e equipes multiprofissionais; gestão das entidades de administração do esporte; escolinhas esportivas; programas, projetos e ações sociais de esporte e lazer; desenvolvimento do futebol de base, das “lendas do esporte” e do futebol feminino e masculino; bolsa de apostas; planejamento, realização e organização de torneios, competições e megaeventos etc..

Registra-se que ao longo da cadeia produtiva que possui o clube e o atleta como ponto de partida ainda existem outros segmentos que são inseridos nos fluxos de capital. Os setores

do turismo e da gastronomia, por exemplo, são dinamizados e ampliam as receitas e lucros com as disputas nos gramados. Assim,

Quando se diz que o futebol movimentava alguns bilhões de dólares por ano em todo o mundo, esta conta não é restrita apenas a patrocínios, direitos de TV, bilheterias e outras receitas ligadas diretamente ao evento. Esse cálculo considera o gasto pelas equipes, torcedores e jornalistas, por exemplo, que provocam impacto nas passagens aéreas, terrestres, ferroviárias, rodoviárias, ocupação hoteleira, incremento do comércio, serviços e comunicações, entre outras²¹⁸.

Portanto, como sinalizou Martins (2016), além de o próprio futebol na forma espetacular ser um negócio, outros ramos econômicos se relacionam com ele ainda que não seja propriamente da esfera desse fenômeno. Isto é, temos uma teia articulada a partir da relação do clube com os atletas com diversas possibilidades de trocas. Porém, a parte mais visível e propulsora das atividades e relações econômicas é o espetáculo futebolístico, ou seja, a disputa nos gramados propriamente dita.

O espetáculo futebolístico é colocado à disposição dos torcedores – clientes finais – para ser trocado e consumido diretamente ou indiretamente mediado pela mídia (LEONCINI; SILVA, 2005). Isso acontece conforme as possibilidades econômicas e os interesses pessoais. Afinal, a renda é um fator determinante para o tipo de produto, serviço ou espetáculo a ser adquirido.

Destaca-se que o espetáculo futebolístico está localizado no setor de serviços, um segmento que representa quase 70% para a economia alemã e mais de 72% da economia da Inglaterra, da Espanha e da Itália e 79% do PIB da França²¹⁹. Ele se insere na economia que possui como base os serviços ainda que a origem do futebol seja a economia de base industrial.

Nesse setor o espetáculo futebolístico está mais vinculado ao mercado de diversão e entretenimento. A perspectiva para esse mercado é de crescimento anual no mundo superior a 4,2%, com uma movimentação financeira maior que o PIB brasileiro e tinha a expectativa em 2017 de ultrapassar 2,2 trilhões de dólares²²⁰.

Destaca-se que o futebol dentro do campo do entretenimento possui uma atratividade maior que os outros fenômenos culturais, como as artes plásticas, o cinema e o teatro, pois,

²¹⁸ Informação disponível em: <https://universidadedofutebol.com.br/futebol-pode-contribuir-para-o-incremento-do-turismo/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

²¹⁹ Informação disponível em: <https://www.datosmacro.com/estado/gasto/uk>. Acesso em: 05 mar. 2018.

²²⁰ Informação disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2017/06/midia-e-entretenimento-vao-movimentar-us-223-trilhoes-em-2021.html>. Acesso em: 05 mar. 2018.

tem uma linguagem universal e de fácil compreensão. Os seus produtos, serviços e os espaços são simples de assimilação e vivência (MARTINS, 2016).

Como um entretenimento pouco importa se prevalece o consumo da diversão assistida ou a prática resultante do espetáculo futebolístico. Ainda que atualmente “los espectadores aumentaron más que los practicantes” (DIAZ, 2008, p. 11), o fundamental é que ocorram as trocas, principalmente com o consumo voltado para a perspectiva de recuperar as energias e liberar as tensões para continuar a rotina de trabalho e convivência social, sem qualquer horizonte de ter nessas atividades novas formas de obtenção de conhecimento e possibilidades de mudança da realidade.

Isto é, o consumo do espetáculo esportivo é feito por meio de um vínculo do torcedor com a equipe, com um processo que canaliza energias e cria uma identidade, um discurso, um jeito de comportar e de agir, durante o trabalho, mas principalmente no tempo de lazer, que procura afastar o sujeito de qualquer reflexão sobre as relações sociais que ele está submetido.

Isso ocorre com o consumo do espetáculo, mas também com a aquisição de produtos, equipamentos e serviços específicos que garantem uma distinção em relação às outras pessoas de outros grupos. É uma relação de fidelidade com a equipe, seleção e atletas, que dificilmente é rompida ao longo da vida (DAMO, 2005). Afinal, a fidelidade a um clube é um ato de pertencimento a um grupo social, que também se estende ao vínculo aos produtos e serviços ofertados por ele. Da mesma forma, a idolatria aos astros do espetáculo futebolístico e todas as façanhas conseguidas por ele alimenta o desejo de ser semelhante e conseqüentemente leva ao consumo dos itens por ele usado ou indicado.

Ressalta-se que esse processo nas últimas décadas não é mais local, mas com a internacionalização dos clubes, os vínculos dos clientes com as equipes e com os atletas romperam as fronteiras. O espetáculo futebolístico produzido pelos grandes clubes em associação com as demais organizações esportivas, com a mídia, empresas de turismo e outras representantes do mercado nos países centrais é levado pelas cadeias de televisão e por outras tecnologias para todo o mundo, garantindo momentos de diversão e entretenimento para as pessoas nos diferentes locais.

Com isso, o fluxo de dinheiro com o futebol também é global, mesmo nos países em que a modalidade não seja tão tradicional. Nesse sentido, a concorrência entre os clubes pelos atletas e entre os consumidores intermediários (veículos de comunicação e outros segmentos do mercado) para associar a sua marca aos grandes clubes e atletas amplia anualmente o volume de recursos envolvidos com a modalidade. Como revelamos anteriormente há um

crescimento contínuo nas transações financeiras entre os clubes, atletas e esses agentes do mercado.

No que se refere aos torcedores/clientes o consumo ocorre mediado pelas tecnologias, mas há a possibilidade de o consumo ocorrer diretamente nos estádios dos próprios clubes, que cada vez mais parecem *shoppings centers*, com a oferta de diversos serviços, inclusive jogos de futebol²²¹.

Registra-se que estamos nos referindo a um processo de troca restrito a um pequeno grupo populacional, especificamente aqueles que podem disponibilizar uma quantia para ver ao vivo as principais estrelas desse esporte, bem como desfrutar de tudo que é ofertado pelos clubes nos seus “shoppings centers”. Afinal, para um torcedor/cliente do Barcelona, por exemplo, que deseja fazer um “passeio divertido” pelo museu do clube e conhecer o *Camp Nou*, bem como assistir ao jogo nesse estádio, em um local mais barato, terá que gastar pelo menos R\$ 400 a R\$ 500. Isso em um jogo de pouca expressão nacional e, sem contar o gasto com transporte e alimentação e, também, se quiser, com a aquisição de uma camisa e outros adereços da equipe²²².

Esse é o resultado da inserção dos clubes na lógica do mercado e com tal ação não resta outra atitude que funcionar enquanto uma empresa que busca o lucro. Pois, essa é a meta de qualquer segmento mercantil.

Nesse cenário do futebol como entretenimento global, com fluxos de capital também mundial, é importante ressaltar que, ao passo que as grandes equipes funcionam como multinacionais, elas ocupam um papel de representação internacional de seus países e cidades. Uma vez que não é fácil dissociar Madrid do clube Real Madrid, a cidade de Barcelona e o clube do mesmo nome, Paris e o PSG, Munique e o Bayern entre outros. Assim, são símbolos de sua localidade nos mercados internacionais.

O sucesso deles de certa forma é uma conquista do seu povo, do seu país e da sua cidade. A projeção internacional deles também é a das cidades em que estão localizados. Portanto, eles são importantes na geopolítica econômica global de concorrência entre as cidades por turistas e capital circulante.

Um exemplo disso é o que ocorre com o Barcelona que leva o mesmo nome da sua cidade. O clube atrai em média dez mil pessoas por dia para *tour* em seu estádio e no museu.

²²¹ Veja o caso dos grandes clubes, como o Barcelona, que possui museu, lojas, cinema, espaços para prática esportiva entre outras atividades.

²²² Informação disponível em: <https://www.fcbarcelona.es/tour/comprar-entradas>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Para economia local, a equipe sozinha é responsável por 1,5% do PIB (alimentação, hotelaria, geração de empregos etc.).

A porcentagem a princípio pode parecer pequena, mas é bem relevante, segundo Josep Anton Rojas, diretor do programa de esportes e cidade da Secretaria de Turismo [de Barcelona].

- É um estudo que fala em 1,5% do PIB de toda a cidade. São cifras muito grandes. É um impacto muito potente. O Barcelona é uma grande empresa que gera muita atividade econômica não só no futebol, mas também em outras seções. Tem o estádio, as competições. É certo que é um motor econômico da cidade - disse Rojas²²³.

Desse modo, para atrair novos clientes, especialmente aqueles abonados, é importante disponibilizar não apenas de uma força de trabalho qualificada, sobretudo, grandes astros do futebol, mas é necessário ter uma infraestrutura que atenda às necessidades desse público. Nesse contexto, os espaços dos grandes clubes, centros de treinamento, museus e estádios tornaram atrações turísticas em diversas cidades pelo mundo²²⁴.

A readequação dos estádios de futebol faz parte dessa estratégia de atração de um público com mais recursos e que deseja parte do seu tempo de lazer divertir nos espaços do clube. Aliás, a readequação dos estádios atende à demanda de diversificação dos produtos e dos serviços ofertados pelos clubes. Os estádios passaram a ter um caráter multifuncional, atraindo não apenas público para os jogos, mas público que também deseja realizar compras e ocupar seu tempo com atividades físicas e esportivas.

O impulso nas atividades turísticas e as alterações na infraestrutura dos equipamentos dos clubes são importantes ações realizadas pelos grandes clubes para a economia dos países, uma vez que movimentam o capital, gera emprego e renda. Obviamente que isso ocorre no contexto de expropriação da mais valia relativa e, em alguns casos, com mais valia absoluta e condições de trabalho precário²²⁵. Sem contar com os financiamentos públicos com juros abaixo do que é praticado pelo mercado²²⁶.

Mas, afinal, qual é o tamanho do futebol na economia mundial? Eis uma questão que é difícil de ser respondida, tendo em vista a complexidade daquilo que se define como cadeia

²²³ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2016/12/barcelona-gera-r-3-bi-no-ano-e-e-motor-economico-e-turistico-da-cidade.html>. Acesso em: 03 abr. 2018.

²²⁴ Informação disponível em: <https://www.viajnaviagem.com/2015/06/futebol-estadios-jogos-como-comprar-ingresso>. Acesso em: 03 abr. 2018.

²²⁵ Informação disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/operarios-dos-estadios-da-copa-do-mundo-da-russia-sofrem-exploracao-diz-ong-21476381.html>. Acesso em: 08 abr. 2018.

²²⁶ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/veja-da-onde-veio-o-dinheiro-para-pagar-obras-dos-estadios-da-copa/>. Acesso em: 08 abr. 2018.

produtiva do futebol, bem como de delimitar tudo que está em seu entorno. Ainda assim, para termos uma noção do futebol na economia mundial começamos pelo que representam as receitas dos clubes europeus em relação ao PIB. Apenas na temporada 2016/2017 eles movimentaram R\$ 112 bilhões, um valor superior ao PIB de 95 países, como Paraguai e Camarões. Registra-se que 55% desse valor foi movimentado apenas pelas cinco grandes ligas (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França)²²⁷.

A tabela 4 demonstra a representação das receitas de trinta clubes europeus e de cinco brasileiros que mais arrecadaram na temporada 2015/2016, no caso do Brasil o ano foi de 2016, em relação ao PIB de cada país que eles pertencem.

Tabela 4: receita dos clubes/PIB em porcentagem.

Clube	Receita total	Percentual do PIB	País
Benfica	152	0,0791%	Portugal
Barcelona	620	0,0532%	Espanha
Real Madrid	620	0,0532%	Espanha
Manchester United	689	0,0260%	Inglaterra
PSG	521	0,0232%	França
Juventus	341	0,0201%	Itália
Manchester City	525	0,0198%	Inglaterra
Fenerbahce	158	0,0197%	Turquia
Atlético de Madrid	229	0,0196%	Espanha
Galatasaray	156	0,0195%	Turquia
Bayern de Munich	592	0,0190%	Alemanha
Arsenal	469	0,0177%	Inglaterra
Chelsea	447	0,0169%	Inglaterra
Liverpool	407	0,0153%	Inglaterra
Zenit	197	0,0141%	Rússia
Roma	218	0,0128%	Itália
Milan	215	0,0126%	Itália
Tottenham	280	0,0106%	Inglaterra
Inter	179	0,0105%	Itália
Borussia Dortmund	284	0,0091%	Alemanha
Napoli	143	0,0084%	Itália
Palmeiras	112	0,0075%	Brasil
West Ham	192	0,0073%	Inglaterra
Schalke 04	225	0,0072%	Alemanha
Olympique de Lyon	160	0,0071%	França
Flamengo	100	0,0065%	Brasil
Leicester	172	0,0065%	Inglaterra
Newcastle	168	0,0064%	Inglaterra
Southampton	163	0,0062%	Inglaterra
Everton	163	0,0061%	Inglaterra
São Paulo	82	0,0059%	Brasil
Sunderland	144	0,0055%	Inglaterra
Corinthians	80	0,0054%	Brasil
Borussia Monchengladiach	149	0,0048%	Alemanha

²²⁷ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,receita-do-futebol-supera-r-100-bi-e-esporte-ja-e-maior-que-pib-de-95-paises,70002340625>. Acesso em: 16 ago. 2018.

Atlético-MG	75	0,0048%	Brasil
-------------	----	---------	--------

Fonte: <https://www.italy.com.br/itaubba-pt/noticias/italy-bba-divulga-analise-economica-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-201> e www.deloitte.com.br. Acesso em: 22/04/2018.

Obviamente que o primeiro destaque é para o Benfica que possui uma das menores arrecadações entre os clubes listados, mas, ao dividir pelo PIB de Portugal – que também é o menor de todos os países da tabela – foi para o topo. No tocante ao Manchester *United*, apesar de ser o clube que teve a maior receita naquela temporada, o peso na economia inglesa foi apenas de 0,026%, um percentual que nem é a metade do que representa o Real Madrid e o Barcelona para o PIB espanhol. Isso demonstra, ao menos no meio do futebol, a importância desses dois clubes em relação aos demais. Aliás, esses dois clubes representam juntos 0,1% do PIB da Espanha. No que se refere ao Brasil, o percentual é ainda bem menor. Os cinco clubes brasileiros listados juntos representam 0,022%, percentual inferior ao que o PSG representa sozinho para o PIB francês.

Diante dos dados apresentados observa-se que, no geral, os percentuais das receitas dos clubes em comparação com o montante das economias ainda são pequenos, porém, é importante lembrar que a partir deles é movida uma imensa cadeia produtiva direta ou indiretamente relacionada ao futebol. Nesse sentido, as estimativas dão conta de que o futebol movimentava em 2013 cerca de US\$ 400 bilhões a US\$ 1 trilhão por ano, o que à época poderia significar até 44% do PIB do Brasil. Se o futebol fosse um país, classificava-se entre as vinte maiores economias do mundo.

Na Espanha, Llopis-Going (2011, p.138), afirma que os efeitos econômicos do futebol na economia são aproximadamente de 1% em geral e 1,2% no setor de serviços, sendo que ao incluir “la remuneración de asalariados y el excedente bruto de explotación, el impacto total del fútbol español sobre la economía española alcanza una cifra de 8.066 millones de euros, aproximadamente un 1,7% del PIB general y un 2,5% del sector servicios”, com uma geração de quase 70 mil empregos diretos e indiretos. Em 2013 e em 2016 observa-se que o impacto do futebol foi um pouco menor e chegou a 0,75% em 2013 e 0,69% em 2016²²⁸.

Na Alemanha, somente a liga de futebol é responsável por 0,3% do PIB, sendo que, de 2004 a 2014, foram mais de 7 bilhões de euros, somente em 2016 os clubes da primeira e segunda divisão pagaram 1,1 milhões de euros em impostos ao governo. Eles empregam cerca

²²⁸ Informação disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/bundesliga-um-dos-motores-da-economia-alem%C3%A3/a-18648160> e <https://pt.slideshare.net/AmirSomoggi/futebol-alem-x-futebol-brasileiro-amir-somoggi>. Acesso em: 03 abr. 2018.

de 110 mil pessoas²²⁹. O futebol movimenta nos países centrais de produção desse fenômeno percentual semelhante ao que representa, por exemplo, a agricultura para a UE, aproximadamente 2% do PIB²³⁰.

No Brasil, somente a CBF, no período de 2012 a 2017, pagou R\$ 421 milhões em tributos ao Estado, o que representou 15% de toda a arrecadação da entidade no referido recorte temporal. Os vinte clubes que mais arrecadaram em 2017 recolheram à União cerca de R\$ 400 milhões, 8% de toda a receita nesse ano²³¹.

Destaca-se que todos os dados citados são referentes apenas às relações das associações esportivas e à venda do espetáculo esportivo diretamente para os clientes ou para redes de televisão e empresas que possuem interesse em colar sua marca ao clube ou a competição realizada pela liga. Não constam informações sobre o montante da comercialização dos produtos auxiliares, como serviços, produtos e equipamentos derivados da comercialização dos espetáculos das associações esportivas.

Por isso, não temos dúvida de afirmar que a movimentação financeira em torno do Futebol de Espetáculo é bem maior do que a narrada e bem mais ampla, com a presença de segmentos de diversos setores da economia mundial. Porém, no que se refere especificamente à formação da Força Esportiva e o espetáculo as trocas são realizadas diretamente com o consumidor ou com os meios de comunicação e outros segmentos do mercado mundial. A comercialização do espetáculo com o público diretamente ou por meio dos intermediários, ou ainda, no caso dos clubes com a venda de Força Esportiva são os propulsores de toda a cadeia envolta do futebol. Neste sentido, no capítulo seguinte dedicamos a refletir sobre a participação desses agentes na cadeia de produção e circulação do Futebol de Espetáculo, sem dúvida, aspecto fundamental para entender toda a dinâmica econômica em torno desse fenômeno.

²²⁹ Informação disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/bundesliga-um-dos-motores-da-economia-alem%C3%A3/a-18648160> e <https://pt.slideshare.net/AmirSomoggi/futebol-alemo-x-futebol-brasileiro-amir-somoggi>. Acesso em: 03 abr. 2018.

²³⁰ Informação disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/economia/1432924002_290011.html?rel=mas; <http://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/saida-do-barcelona-causaria-um-impacto-cao-gigante-quanto/f5degx6w80k11vw43nr1h60fu>. Acesso em: 03 abr. 2018.

²³¹ As informações constam nos balanços financeiros da CBF e dos clubes, disponíveis nos respectivos *sites* de cada entidade esportiva e também no levantamento realizado pelo Banco Itaú, disponível em: <http://textual.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Analise-dos-Clubes-Brasileiros-de-Futebol-Itau-BBA-2017.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

CAPÍTULO 5

OS AGENTES DOS FLUXOS ECONÔMICOS NO FUTEBOL DE ESPETÁCULO

A inserção do futebol na lógica do mercado já ficou explícita, porém, falta refletir sobre a presença dos diferentes atores nos processos de troca que ocorrem entre os clubes, atletas e o espetáculo futebolístico. Ou seja, a produção da Força Esportiva por um clube, após anos e anos de trabalho é para satisfazer um mercado que anseia por novos atletas capazes de produzir as melhores imagens e, conseqüentemente, os melhores espetáculos, resultados esportivos e renda para os seus proprietários.

Neste sentido, as trocas com outros clubes, no caso da Força Esportiva, e as trocas do espetáculo futebolístico com o consumidor sejam diretamente ou mediadas pela televisão, ou, ainda, para outros agentes do mercado que procuram colar suas marcas ao espetáculo, produz uma renda que será reinvestida no próprio futebol, ou será objeto do consumo de coisas luxuosas e para atender às necessidades humanas dos investidores, ou, ainda, será investido em outros negócios.

Neste capítulo trataremos dos agentes do mercado envolvidos com o Futebol de Espetáculo, os diferentes segmentos mercantis, as emissoras de televisão, o público, ou melhor, os clientes e a Força Esportiva como fonte de renda para os clubes.

Assim, inicialmente nos dedicamos a identificar os agentes econômicos presentes no processo de troca com os clubes, na seqüência, o papel das emissoras de televisão, em seguida sobre a mudança no perfil do público consumidor direto nos estádios e, por fim, acerca do mercado mundial de Força Esportiva em que os clubes estão envolvidos. Ao apresentar cada um desses aspectos olhando para os países centrais com as grandes ligas e em alguns momentos para o Brasil procuramos sinalizar algumas tendências para a organização do Futebol de Espetáculo como um todo.

Registra-se que, de forma semelhante, ocorrem as trocas com o espetáculo ofertado pelas federações e associações nacionais, continentais e com a FIFA, porém, a comercialização se restringe ao espetáculo futebolístico, tendo em vista que os atletas são propriedades dos clubes e dos grupos de investimentos. Assim, por meio das competições organizadas por essas entidades ocorrem trocas diretas com o público, com as emissoras e os demais agentes do mercado.

No entanto, privilegamos a reflexão acerca das relações estabelecidas com os clubes, pois, entendemos que ali é a fonte de toda a produção e circulação do Futebol de Espetáculo, inclusive, com as maiores movimentações financeiras.

Dito isto, passamos na sequência a refletir como os diferentes segmentos mercantis estão associados ao Futebol de Espetáculo no centro dinâmico da produção e circulação dessa mercadoria especial.

5.1- Grupos econômicos no futebol: As disputas para além dos gramados

A cada pré-temporada os grandes clubes da Europa buscam novos mercados para apresentar ao público seu elenco, seus produtos e sua marca. A pré-temporada 2017/2018 foi de viagens à Ásia e aos EUA. Alguns como Inter de Milão, Milan, Borussia Dortmund, Bayern de Munique, Chelsea, Arsenal e Liverpool passaram pela Ásia (China, Japão e Singapura); Já Manchester *United*, Manchester *City*, Barcelona, Real Madrid, PSG e Juventus foram para os EUA²³².

Na China, Cingapura e EUA os clubes participaram de torneios organizados por uma empresa norte-americana de eventos esportivos – *Relevant Sports*²³³. As equipes e os organizadores faturam com essas atividades ao comercializar para o público local a possibilidade de assistir presencialmente ou mediado pela televisão os jogos dos principais jogadores do mundo.

O deslocamento dos clubes para Ásia e EUA já faz parte do calendário de pré-temporada. Trata-se de estratégia de *marketing* tanto das equipes quanto de seus patrocinadores. Ao levar entretenimento para milhões de pessoas em outros continentes as equipes buscam atrair receitas, consolidar suas marcas e gerar mais visibilidade aos parceiros.

A equipe do Manchester *United* já fazia isso no final da década de 1990. O exemplo foi seguido pelo Real Madrid e seu elenco estrelado, com David Beckham, Ronaldo “Fenômeno”, Figo, Zidane entre outros, que arrastava milhões de torcedores pelo mundo (ELIOMAR FILHO, 2007).

A entrada de investidores especialmente do oriente médio, China e EUA, seja como patrocinador ou com proprietários dos grandes clubes europeus ampliou o movimento em direção à Ásia e EUA. O que reflete na presença de todos os grandes clubes europeus estarem em pelo menos um desses locais a cada pré-temporada.

²³² Informação disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/708420_onde-e-contra-quem-como-sera-a-pre-temporada-dos-gigantes-europeus. Acesso em: 09 abr. 2018.

²³³ Informação disponível em: <https://istoe.com.br/torneio-monopoliza-pre-temporada-de-gigantes-europeus-e-quer-dominar-mercado/>. Acesso em: 09 abri. 2018.

A importância dessas regiões do globo para o futebol mundial fica ainda mais clara quando se observa que um dos principais clubes do mundo em plena temporada teve que deslocar para o Qatar com o seu elenco principal para participar de um amistoso promovido pelo seu patrocinador. O Barcelona foi para Doha no primeiro semestre de 2016 para enfrentar um time local. A partida fez parte do contrato de patrocínio do clube com antiga parceira à empresa de aviação Qatar Airways²³⁴.

Os clubes são “empresas” globais e, como tais, são movidos pela necessidade de expandir seus negócios para obter mais receitas. Sem isso não conseguem sobreviver à concorrência internacional. Conforme sinalizam Gawryszewski e Penna (2009, p. 1) diante da entrada da lógica empresarial no esporte as grandes equipes “precisam se mobilizar para consolidar sua participação, aumentar suas receitas e atrair patrocinadores. Os campeonatos de futebol na Europa foram transformados em produtos de alto valor para a indústria do entretenimento de massas”. Por isso, a presença durante a pré-temporada e a fixação de espaços físicos (lojas) em outros países são estratégias adotadas para atrair mais apoiadores locais e consumidores.

Nesse cenário pouco importa a origem do dinheiro que chega por meio de comercialização da marca (patrocínios e produtos), dos serviços nos estádios ou mesmo com a venda de ações. O importante é garantir receitas para sobreviver na disputa global com as outras equipes.

Do mesmo modo a presença de grandes grupos econômicos no futebol ocorre em um contexto de necessidade da expansão dos negócios em relação aos concorrentes mundiais. De acordo com Harvey (2005), o capital não pode ficar parado ele precisa circular e quando encontra dificuldades para isso, os capitalistas buscam novos nichos. Nesse sentido, o futebol se consolidou nos últimos anos como um importante destino de capital excedente de grandes grupos econômicos.

Isso ocorre por meio de parcerias com as entidades do futebol mundial. Assim, quanto maior for o clube, o campeonato ou a seleção nacional maior será a projeção internacional da marca associada, da imagem pessoal do proprietário e, quiçá, do seu lucro. Afinal, em um cenário em que as mercadorias possuem um curto tempo de uso, o futebol é uma ferramenta importante para criar no cliente um vínculo com a marca. À pessoa, ao consumir, busca-se não apenas o produto, mas determinada marca e todas as promessas que estão vinculadas ao seu consumo. Nesse sentido, o futebol não é apenas um excelente difusor de mercadorias,

²³⁴ Informação disponível em: <http://www.otempo.com.br/superfc/futebol/barcelona-leva-elenco-completo-para-amistoso-no-catar-1.1410937>. Acesso em: 09 abr. 2018.

pois, ao atingir diretamente o “coração” dos torcedores ele ajuda a criar vínculo entre o torcedor e a marca. O futebol contribui para a formação de novos hábitos e para criação de novos serviços e novas mercadorias para os consumidores.

Mas a presença do capital excedente também ocorre diretamente no futebol com o controle empresarial de clubes e eventos. A aplicação de recursos na aquisição e gestão dos grandes clubes e ligas é parte das estratégias dos grupos econômicos de diversificação dos investimentos, uma medida que busca evitar a lei tendencial de queda da taxa dos lucros.

Nas últimas décadas diversos segmentos do mercado integraram o futebol, seja procurando visibilidade ou para ampliar diretamente a acumulação de capital. De acordo com Brohm:

[...] los trusts económicos, los bancos y los monopolios se han volcado completamente em la financiación de la actividad deportiva que se há convertido em una preciada fuente de beneficio capitalista. La competición por el beneficio es complementada por el beneficio de la competición. De ahí la proliferación de competiciones cuya finalidad es acelerar la circulación de capital desportivo y la produccuón em plusvalía (BROHM, 1993, p. 4).

Mas, ao olhar para o futebol nos países centrais lócus dos grandes clubes e da maior movimentação financeira surgem algumas questões: quais são os grupos econômicos ou investidores que estão presentes no mercado do futebol? Qual é a origem mercantil deles? Qual é o volume de recursos que eles movimentam no futebol? Onde colocam o recurso? Para tentar responder as perguntas e entender melhor as relações do futebol com a estrutura da sociedade vamos tratar nesse texto basicamente dos contratos de fornecimento de material esportivo, dos patrocínios/parcerias e da comercialização da propriedade dos clubes.

No que se refere ao patrocínio destaca-se que ele é a relação entre a empresa e o clube com o objetivo de projetar a imagem e ampliar o mercado de ambos. No cenário de mundialização do capital e de concorrência internacional entre os grandes grupos econômicos por novos e velhos mercados cresce a procura de mecanismos que possam disseminar a marca das empresas, seus produtos e serviços. Nesse sentido, as parcerias com as equipes esportivas e com os organizadores dos eventos que possuem espaço na mídia é uma maneira efetiva e barata de fazer publicidade e vender sua marca. Além disso, os investidores buscam no futebol uma forma de alocar o seu excedente econômico e por meio dele ampliar sua acumulação.

Reitera-se que as empresas ao colarem a sua imagem ao futebol procuram obter do público reconhecimento e os mesmos sentimentos que eles possuem durante o consumo dos

espetáculos, ou seja: as sensações desafiantes, belas, joviais e incríveis. Há, portanto, a construção simbólica do que representa consumir os produtos e serviços daquela marca que está vinculada ao clube, atleta ou competição. A marca incorpora um conjunto de valores e sentimentos tangíveis e intangíveis. O futebol de Espetáculo é, portanto, um campo de valorização das marcas.

Nota-se que atrelado ao futebol vende-se de tudo, desde produtos e serviços que possuem uma relação direta, como material esportivo e com a “indústria esportiva” como aqueles que, em tese, representam o oposto da vivência esportiva, como alimentos industrializados e refrigerantes. Entre os patrocinadores da Copa do Mundo FIFA estão, por exemplo, a rede de *fast food* MCDonalds e a Coca Cola.

Há diversas categorias de patrocínio esportivo, ou melhor, pode-se estabelecer uma diferenciação de acordo com o nível de comprometimento da empresa contratante: i) patrocinador exclusivo; ii) patrocinador principal; iii) patrocinador secundário; iv) patrocinador de título (dá nome ao evento ou ao recinto); v) fornecedor oficial (PRONI, 1998). Em alguns casos, as empresas patrocinadoras assumem a co-gestão do clube e possuem ações das equipes.

Mas, qual a participação do *marketing* na composição das receitas dos clubes de futebol? Os dados disponíveis indicam que nos últimos cinco anos entre os grandes clubes europeus os patrocínios e a publicidade são responsáveis, em média, por 40% da composição de todas as receitas, sendo em alguns casos como do Manchester *United* (51%), Bayer de Munique (58%) e PSG (59%) superior a 50%. O investimento dos proprietários de algumas equipes também é significativo, caso do Manchester *City* (49%), do citado PSG (59%) e do Zenit (74%)²³⁵.

Entre os clubes médios o percentual é menor, mas ainda superior à média do que os clubes brasileiros conseguem arrecadar. Entre o grupo dos clubes com as vinte maiores receitas do mundo nas últimas três temporadas, os menores percentuais são, respectivamente: Roma e Leicester (16%) e West Ham (19%). No Brasil, o peso desse setor na composição do total das receitas dos clubes é de 15%, acima disso encontra-se Palmeiras (21%), Corinthians (21%) e Flamengo (16%). Os percentuais são consequência, sobretudo, da forte presença de bancos públicos, caso da Caixa Econômica Federal e o Banco do Rio Grande do Sul. A média percentual seria bem menor se retirarmos o grande volume de recursos alocados pela Crefisa nos últimos anos no Palmeiras. Por exemplo, em 2016 seria de 9% e em 2015 de 11%. Essa

²³⁵ Informação disponível em: <https://www.itau.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 09 maio 2018.

instituição financeira foi responsável por 17% das receitas de publicidade dos clubes brasileiros no ano de 2016 e 12% em 2015.

O mercado de *marketing* brasileiro é infinitamente menor do que o mercado das grandes ligas. Em relação ao inglês, por exemplo, as receitas com esse campo representam apenas 11% do que os clubes da *Premier League* arrecadam anualmente, 12% em relação aos alemães e 22% do que os espanhóis. Isso é explicado pelo potencial global dos clubes europeus, o que atrai monopólios e oligopólios e pela movimentação financeira naqueles países²³⁶. Obviamente esse fosso existe devido à concentração de receitas nos grandes clubes que possuem vários parceiros mundiais e também regionais.

Entre os segmentos que procuram valorizar sua marca com o futebol e espaço para colocar seu excedente econômico encontra-se um primeiro grupo formado pelas empresas de produtos esportivos. Nesse segmento a disputa pela exposição de seus símbolos nos uniformes, equipamentos e demais artigos dos clubes são constantes. A “guerra das marcas” movimenta milhões em todo o mundo e estabelece com os grandes clubes uma relação entre duas empresas, sendo que uma precisa da outra para ampliar a visibilidade e consumo de seus produtos.

Anualmente esse segmento movimenta cerca de US\$ 315 bilhões. O Brasil representa 3% disso, algo próximo dos US\$ 10 bilhões. Isso o coloca entre os dez países que mais consome material esportivo, níveis semelhantes à Itália e Coreia do Sul²³⁷. No mercado nacional, no período de 1982 a 2017, foram 24 empresas de material esportivo que tiveram algum vínculo com os principais clubes do Brasil. Os fornecedores mais utilizados nesse período foram: Adidas (22%), Penalty (15%) e Umbro (11%). Quando analisamos o país de origem dos fornecedores percebemos o domínio das empresas estrangeiras (58%) em relação às brasileiras (42%) (ROCCO JR; GIGLIO; MAZZEI, 2014).

Quanto aos grandes clubes da Europa, nota-se que nesse mesmo período um número menor de fornecedores de material esportivo (18). O domínio também é da Adidas (34%), seguida pela Nike (21%) e Umbro (14%). Porém, no velho continente fica claro que a disputa é entre a Adidas e a Nike. Entre os clubes grandes do velho continente, quatro equipes estão com a Nike (Barcelona, Manchester City, Chelsea e PSG) e quatro com Adidas (Bayern de Munique, Juventus, Manchester United e Real Madrid). Ao longo dos anos um ou outro clube pode mudar de fornecedor, porém, a disputa ocorre principalmente entre essas duas empresas.

²³⁶Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/marketing-dos-clubes-brasileiros-precisa-se-reinventar/>. Acesso em: 09 maio 2018.

²³⁷Informação disponível em: www.revistaexame.com.br/consumo-de-material-esportivo-no-mundo. Acesso em: 08 jun. 2016.

Portanto, há uma concentração do mercado de fornecimento de material nesses dois monopólios.

Os relacionamentos mais duradouros são do Bayer de Munique e do Real Madrid com a Adidas que já são mais de três décadas. Na Europa, no período de 1982 a 2013, a média de permanência dos clubes com os fornecedores é de 13,5 anos.

Os maiores contratos de fornecimento de material esportivo são dos clubes europeus. A medida que os contratos estão próximo do fim as negociações entre as grandes empresas se intensificam e os valores aumentam. Um caso concreto disso é o novo contrato do Barcelona com a Nike. O antigo termina em 2018 e estava em torno de 30 milhões de euros, o novo contrato que vai até 2022 chegará a 110 milhões de euros.

Atualmente entre os cinco maiores três são da Adidas, inclusive paga o maior valor de todos, cerca de 83 milhões de euros por temporada para estampar sua marca nos produtos do Manchester United.

Tabela 5: os maiores patrocínios de fornecimento de material esportivo por temporada que estão vigentes, em milhões de euros.

Clube	Empresa	Valor
Manchester United	Adidas	83
Chelsea	Nike	50
Bayern de Munique	Adidas	47
Real Madrid	Adidas	37,5
Arsenal	Puma	33
Barcelona	Nike	30
PSG	Nike	30
Liverpool	New Balance	27,6
Juventus	Nike	23
Manchester City	Nike	16,5

Fonte: <http://trivela.uol.com.br/nike-fecha-com-chelsea-que-deixa-adidas-apos-10-anos-e-acirra-disputa-por-grandes-clubes/>. Elaboração do autor (2018).

A disputa também está presente pelo fornecimento de material esportivo para as seleções nacionais e para os jogadores. No que se refere aos atletas, destaca-se que o duelo entre as duas é intenso. Em 2014, os números revelam a hegemonia dessas duas marcas entre as seleções e atletas, vejamos abaixo:

A Adidas tem 264 jogadores calçados com suas chuteiras. A Nike, 388. A Puma, para citar outra marca, tem 49 atletas. Pelo lado das seleções, a fabricante americana conta com dez: Austrália, Brasil, Coreia do Sul, Croácia, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Inglaterra e Portugal. A

Adidas ataca com nove: Alemanha, Argentina, Bósnia, Colômbia, Espanha, Japão, México, Nigéria e Rússia. A Puma, por sua vez, adentra o gramado com oito: Argélia, Camarões, Chile, Costa do Marfim, Gana, Itália, Suíça e Uruguai²³⁸.

A Nike e a Adidas travam uma “guerra de marcas” ano a ano, porém com uma vantagem para a primeira. Elas são duas das três marcas esportivas mais valiosas do mundo. Em 2015 a marca Nike continuou sendo a mais cara somando um valor de US\$ 26 bilhões, US\$ 7 bilhões a mais que 2014. A Adidas é a terceira, atrás da Nike e da ESPN, com um valor de R\$ 6,2 bilhões²³⁹. Essas empresas possuem sedes nos EUA e na Alemanha, respectivamente, mas a produção dos seus produtos é espalhada pela periferia do mundo, nos locais com mão de obra mais barata e que tenham incentivos dos governos nacionais.

Atualmente essas duas multinacionais disputam um novo e gigantesco mercado, o chinês. A enxurrada de dinheiro do governo da China seja diretamente na formação de milhares de jovens atletas de futebol ou indiretamente com as empresas estatais patrocinando os clubes profissionais, vem chamando a atenção dessas empresas. A Nike patrocina todos os clubes da primeira divisão e a Adidas fornece material esportivo para todas as crianças das escolas que participam do programa de formação de jogadores de futebol e oferece treinamento para mais de 50 mil profissionais, vinculados ao Ministério da Educação. O mercado chinês é maior que o norte americano (US\$ 65 bilhões contra US\$ 60 bilhões) e, por isso, o acirramento da disputa entre essas multinacionais.

Destaca-se que a ligação da Adidas com o futebol é antiga. Ela fez parte dos primeiros contratos de fornecimento de material esportivo com a FIFA, inclusive chancelou a entrada de João Havelange e todas as mudanças realizadas na entidade. A parceria que existe desde 1970 deve permanecer pelo menos até 2030, quando termina o atual contrato. Por sua vez, a presença da Nike no futebol era pequena e rudimentar até a década de 1990. Apesar de tentativas com seleções e atletas a empresa só decolou depois do mundial realizado em sua “casa”, em 1994. A partir dali a empresa começou a se ligar aos grandes atletas, como Ronaldo “fenômeno” e as principais seleções, como a brasileira.

No mercado brasileiro, a Nike entrou inicialmente com um contrato milionário em 1996 com a CBF, inclusive foco de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados. Posteriormente, foi adquirindo espaço nos grandes clubes do país. Já a Adidas vem perdendo espaço no mercado mundial de material esportivo e no patrocínio dos clubes de

²³⁸ Informação disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2014/06/18/adidas-x-nike-duelo-de-gigantes-na-copa.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.

²³⁹ Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/10/10-marcas-esportivas-mais-valiosas-de-2015/>. Acesso em: 06 jun.2016.

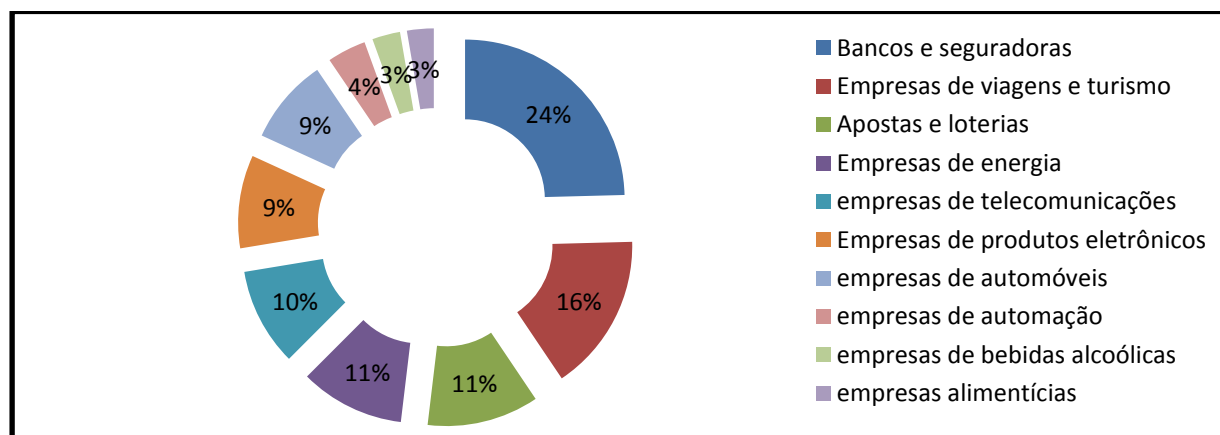
futebol, ainda que no Brasil seja a empresa que tenha mais times com seu patrocínio na série A no ano de 2016 – 5, quais sejam: Flamengo, Coritiba, Palmeiras, Ponte Preta, Sport –, contra 2 da Nike (Corinthians e Internacional)²⁴⁰.

Além dos recursos das empresas de material esportivo os clubes possuem outros patrocínios que somam uma receita significativa para eles, principalmente para as equipes da Europa. No caso dos clubes do velho continente é importante ressaltar que, sendo a maioria deles empresas com um ou mais proprietários, soma-se a arrecadação por meio de patrocínio com o montante que o dono investe na equipe.

Reiteramos que a presença de grandes empresas e dos investidores no Futebol de Espectáculo, muitos de setores com pouca ou nenhuma relação direta com o futebol têm nesse esporte uma forma de fazer o seu capital girar e ampliar os lucros. Num mercado mundial de mercadorias a associação entre marcas (clubes e empresas) é um negócio rentável, seja “dentro ou fora” das regras do jogo, afinal, o futebol também é um lócus privilegiado de lavagem de dinheiro.

O principal setor investidor nos clubes das seis principais ligas da Europa e do mundo (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, França e Rússia) são os bancos, instituições financeiras e seguradoras, seguida de empresas de turismo e viagens e casas de apostas.

Gráfico 12: os setores que mais investem nos clubes de futebol.



Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/economia/1432888459_563187.html. Elaboração do autor (2018).

Os dados são do ano de 2015 e revelam que mais de 50% das grandes multinacionais que atuam nos principais clubes e ligas não são originários diretamente do setor produtivo, sendo que o domínio é de bancos (diga-se também, instituições financeiras), seguradoras e casas de apostas. O domínio desses ramos não chega a ser estranho, uma vez

²⁴⁰ Informação disponível em: <http://torcedores.com/noticias/2016/05/confira-os-fornecedores-de-material-esportivo-do-brasileirao-2016>. Acesso em: 05 jun. 2016.

que desde os anos 1970 há uma hegemonia mundial do *capital fictício*. A desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro, facilitou a transnacionalização do capital e a centralização e concentração dele. Para exemplificar isso, em 2015, as 62 pessoas mais ricas do mundo tinham a riqueza equivalente àquela de 50% da base da pirâmide humana²⁴¹. Ou seja, para ser fiel aos escritos de Marx (2011), quanto mais livre mercado for, maior será a assimetria de poder entre quem possui os meios de produção e os trabalhadores, o que produzirá por um lado acumulação de riqueza e por outro lado a “acumulação de miséria”.

A hegemonia do setor não produtivo liga o “sinal vermelho” em relação ao destino desse esporte. Afinal, estamos tratando de um mercado volátil que, em segundos, pode ter grupos econômicos milionários e, na sequência, falidos. Penna e Gawryszewski (2009) lembram de um dos casos mais emblemáticos do futebol europeu que envolveu a AIG (*American International Group*), empresa de seguros de alto risco e o Manchester *United*. A empresa informou em janeiro de 2009 que não iria mais renovar o contrato de patrocínio, que tinha vigência até maio de 2010 e pagava ao clube pela exposição de sua marca cerca de 20,9 milhões de euros por temporada. Isso foi resultado da queda das ações da seguradora em mais de 60% no *crash* de 16 de setembro de 2008. O Manchester substituiu em 2010 a AIG por outra seguradora de derivativos financeiros, a Aon *Corporation*. Mais uma vez ficou à mercê das oscilações do mercado.

Destaca-se que, como o sangue que circula pelo nosso corpo, uma massa de dinheiro transita pelo mundo livremente, pronta para desembarcar por um período em um lugar e num setor que possa ampliar o seu volume. As principais multinacionais que possuem parcerias com os grandes clubes do mundo são: Chevrolet, empresa automobilística; Emirantes e Eithad, duas empresas de viação aérea dos Emirados Árabes; Yokorama, fabricante de pneus do Japão; Deutsche Telekom, empresa de telecomunicações da Alemanha; o banco Standard Chartered da Inglaterra; a empresa de seguro AIA e a Rakuten que é uma empresa de comércio eletrônico.

Tabela 6: os 10 maiores patrocínios dos clubes de futebol- valores anuais em milhões de euros.

Clubes	Valor	Marca
Manchester United	71	Chevrolet
Barcelona	55	Rakuten
Chelsea	55	Yokohama

²⁴¹ Informação disponível em: <http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/01/concentracao-mundial-da-renda-e-da-riqueza.html>. Acesso em: 09 maio 2016.

Arsenal	40	Emirates
Bayern de Munique	33	Telekon
Real Madrid	32	Emirates
PSG	28	Emirates
Manchester City	27	Eithad
Liverpool	27	Chartered
Tottenham	21	AIA

Fonte: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2016/11/jornal-novo-patrocinador-do-barca-e-um-gigante-do-comercio-eletronico.html>. Elaboração do autor (2018).

Todas as empresas são multinacionais, com destaque nos seus ramos originais de atuação e buscam nos grandes clubes de futebol uma forma para ampliar sua visibilidade e os seus lucros. Como os clubes são marcas mundiais, referência para milhões de pessoas no mundo, com uma construção positiva no imaginário social, as empresas ou os investidores, ao associarem sua marca ao futebol, tentam também atrair o capital simbólico desse esporte. Algo que garante uma distinção em relação às demais concorrentes.

Reiteramos que o fortalecimento da marca em relação aos concorrentes diretos passou a ser fundamental para o processo de troca dos produtos. De acordo com Paulani (2012), nas últimas décadas o consumidor consome antes a marca do que o produto propriamente dito. O consumo de um determinado produto de uma marca garante ao indivíduo um *status* diferente na sociedade que, colado ao futebol, possui todo o simbolismo que o distingue dos demais sujeitos sociais.

Ao longo dos anos os segmentos dominantes nas parcerias com os clubes podem até modificar, seguindo o próprio movimento do sistema capitalista. Entretanto, o objetivo será o mesmo: buscar visibilidade internacional. Destaca-se que isso é bom tanto para os clubes –os quais ampliam as receitas – quanto para as empresas que colam sua imagem ao futebol e se tornam conhecidas mundialmente ao associar aos grandes clubes. Assim, o futebol não é apenas uma fonte direta de renda, mas também um importante mecanismo para agregar valor às marcas das empresas.

Ressalta-se que a associação de empresas com os clubes não é a regra, pois, os clubes menores sofrem para conseguir parceiros. Um exemplo disso é o que ocorre na Espanha e Itália com um terço das equipes na temporada 2016/2017 sem patrocinador máster (DANTAS; MATIAS, 2017).

Seja como for, a presença das empresas junto aos clubes reflete o processo de concentração e centralização do capital, na maioria das vezes anônima, que precisa pulsar. Como diz Fontes (2010, p. 3) “propriedade hiperconcentrada do capital produz tanto a concentração da produção (em grandes conglomerados) quanto sua difusão e dispersão em

miríades de empreendimentos”²⁴². Desse modo, ao mesmo tempo em que ele é concentrado é também difuso, sendo o futebol mais um dos campos de produção e valorização.

Isso fica mais visível ao analisar de quem são os grandes clubes de futebol do mundo. Dados do Jornal Estado de São Paulo, de 07 de abril de 2013, demonstram que o futebol é uma nova fronteira da maioria das fortunas do mundo. “Se a onda começou com os bilionários russos invadindo o futebol europeu há exatos dez anos, hoje a tendência é global e, pelo menos, 50 clubes estão nas mãos de magnatas que sequer eram sócios desses times há poucos anos e jamais foram vistos nas arquibancadas”²⁴³. Carlos Slim, por exemplo, sétimo homem mais rico do mundo em 2015, atua nos ramos de telecomunicações, controla, entre outras empresas, a Embratel, Claro e Net, bem como possui empresas no ramo de petróleo. Ele possui quase a metade das ações do Pachuca e León do México e parte do Oviedo da Espanha.

O segundo homem mais rico do mundo em 2015, Amancio Ortega, dono dentre outras empresas da Zara é proprietário do tradicional clube da Espanha, o Deportivo La Coruña. Ele que é da cidade de La Coruña controla a equipe que já foi uma das principais da Espanha e atualmente é um clube mediano. Já o homem mais rico do mundo em 2015, Bill Gates, dono da Microsoft, têm uma atuação modesta no futebol. Ele controla o Nottingham Forest, tradicional equipe londrina, mas que atualmente possui pouca expressão na Inglaterra.

Porém, os principais proprietários dos clubes das ligas mais ricas são os chineses e os norte-americanos. Os asiáticos já possuem o controle de 14 equipes, com destaque para dois dos principais clubes da Itália – Milan e Inter de Milão. O investimento dos chineses está relacionado ao projeto do país de tornar uma potência no futebol nos próximos anos, para tanto, não basta apenas fortalecer a liga local, é preciso expandir os negócios. Assim, já adquiriram equipes na França, Itália, Espanha e Inglaterra²⁴⁴.

No que se refere aos norte-americanos, destaca-se que a maioria já é composta por empresários que atuam no mundo do esporte, com franquias nas ligas de beisebol, hóquei, basquete, futebol americano e de futebol dos EUA. Na *Premier League* o mais recente representante deste segmento a adquirir um clube foi Josh Harris, dono do Philadelphia 76ers na NBA e do New Jersey *Devils* na NHL (liga de hóquei sobre gelo).

²⁴² Texto publicado por Virginia Fontes em: <http://www.odiario.info/b2-img/VirginiaFontes.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

²⁴³ Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,bilionarios-brincam-com-times-de-futebol.1017849>. Acesso em: 07 jun. 2016.

²⁴⁴ Informação disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/dribledecorpo/com-venda-do-milan-14-clubes-europeus-estao-nas-maos-de-investidores-chineses/>. Acesso em: 07 abr. 2018.

Entre os principais clubes ingleses, três são de proprietários de franquias nas ligas dos EUA. Este é o caso do Manchester *United*, da família de Malcolm Glazer, dono do Tampa Bay *Bucaneers*, da NFL (liga de futebol americano). O maior acionista majoritário do Arsenal- Stan Kroenke- é proprietário do Denver *Nuggets* (NBA), Colorado Avalanche (NHL), Colorado *Rapids* na MLS (liga de futebol), Colorado Mammoth (NLL, a liga de lacrosse) e o St. Louis Rams (NFL). Já o Liverpool, por sua vez, tem como dono John W. Henry, que possui o Boston Red Sox (MLB) e a equipe de automobilismo Roush Fenway *Racing*, que disputa a Nascar (*stock car* dos Estados Unidos).

A presença de donos de franquias no futebol, especialmente nos clubes da Inglaterra, é objeto de constantes críticas dos torcedores. Ao adquirir um clube eles procuram implementar a mesma lógica de organização das franquias das ligas dos EUA, inclusive com elevação do preço dos ingressos. Essa realidade está presente no cotidiano dos torcedores do Manchester *United* e do Liverpool, que em repúdio realizam protestos durante os jogos das equipes²⁴⁵.

Entretanto, quem chama a atenção mesmo no mercado do futebol europeu são os investidores da Rússia e os representantes do Oriente Médio – Emirados Árabes e Qatar. Entre os clubes grandes da Europa três estão sob o controle deles. O Chelsea deixou de ser um time mediano com a chegada do bilionário russo Roman Abramovich. Ele foi um dos pioneiros nesse negócio, em 2003 comprou o Chelsea por quase R\$ 260 milhões e colocou a equipe entre as maiores do velho mundo²⁴⁶. Como informamos anteriormente, o magnata construiu sua riqueza com as privatizações das empresas públicas do seu país. Ele é constantemente alvo de protesto devido à origem do seu dinheiro.

Os outros dois clubes são o Manchester *City* e o PSG. O primeiro é controlado por um fundo de investimentos dos Emirados Árabes e o segundo, por um príncipe do Qatar. O interesse deles pelos clubes europeus vai muito além de ampliar receitas, aliás, isso é secundário. A aquisição passa pela tentativa de melhorar a própria imagem e a posição dos países na geopolítica global. Não seria exagero afirmar que, enquanto os empresários norte-americanos buscam ampliar os lucros com os clubes, os xeiques árabes procuram ganhar projeção e respeitabilidade no mundo.

Assim, o futebol é um dos mecanismos de projeção internacional desses países. Para tanto, não apenas adquirem os clubes, mas organizam competições, como será com a Copa do Mundo de 2022 e patrocinam os principais clubes da Europa.

²⁴⁵Informação disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/575425_em-protesto-contraingressos-de-r-436-torcida-do-liverpool-promete-abandonar-estadio. Acesso em: 09 abr. 2018.

²⁴⁶Informação disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/745517_por-que-torcedores-do-chelsea-amam-dono-russo-e-os-do-liverpool-odeiam-proprietarios-americanos. Acesso em: 09 abr. 2018.

Para os ditadores árabes, o futebol torna-se uma janela de entrada nos negócios de todo mundo. Pese o preconceito e o receio de transacionar com famílias envolvidas em negócios suspeitos, o dinheiro sempre vence. [...] o futebol serve muito mais como instrumento de status e “limpeza de imagem” que necessariamente como um produto capaz de render retorno financeiro. Isso pode explicar porque Mansour Al-Nayhan permitiu que o Manchester City fechasse os dois primeiros anos em seu poder com uma dívida de R\$ 570 milhões de reais. Ou revela por que o xeque só compareceu a um jogo nesses três anos – mesmo sendo proprietário de um dos clubes mais tradicionais da Inglaterra²⁴⁷.

A aquisição de equipes passa também pelo valor intrínseco, algo semelhante ao comprar uma obra de arte, um automóvel clássico ou qualquer coisa com um valor simbólico para a humanidade. Em outros casos passa simplesmente pela mera ostentação.

Reitera-se que entre os principais mercados o alemão é aquele com mais restrições à comercialização da propriedade dos clubes. Isso pela vigência da regra de que empresas ou fundo de investimentos não pode ter mais de 49% das ações das equipes, com exceção daquelas que antes de 1998 já tinham comercializado mais que isso.

Por outro lado, os clubes ingleses são aqueles mais comercializados para empresários e fundos de investimento. Todos os clubes da *Premier League* nas últimas temporadas possuem um milionário como proprietário, a maioria de outras nações e com empreendimentos com sede em paraísos fiscais. Esse é o caso do Manchester *United*, em que a família proprietária possui o registo de seus negócios nas Ilhas Caiman²⁴⁸.

Um mercado que vem chamando a atenção nos últimos anos é o da China. As 16 equipes da primeira divisão são privadas, todas ligadas a grandes grupos econômicos, que contam com o apoio das estatais.

Por trás da estrutura do Guangzhou, o time de Felipão, está a construtora Evergrande e o site Alibaba. As duas empresas são controladas, respectivamente por Hui Ka Yan, o oitavo homem mais rico da China, com uma fortuna de US\$ 10 bilhões. O Shandong Luneng, clube de Mano Menezes, por sua vez, é controlado pela gigante estatal de energia State Grid²⁴⁹.

²⁴⁷ Informação disponível em <http://outraspalavras.net/posts/os-corvos-da-primavera-arabe-e-a-bola/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

²⁴⁸ Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/clubes-europeus-viram-brinquedo-de-bilionarios.65b8edf6cad42410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.

²⁴⁹ Informação disponível em: <http://gq.globo.com/corpo/esportes/noticia/2016/02/dos110-jogadores-contratados-por-times-chineses-em-2015-32-sao-brasileiros.html>. Acesso em 07 jun. 2016.

No caso chinês, todo o dinheiro aportado no futebol é de empresas nacionais, públicas e privadas. A exceção é apenas no fornecimento de material esportivo que é feito pela Nike. Essa não é a realidade do mercado europeu. A predominância nas maiores ligas europeias é o patrocínio de empresas multinacionais, inclusive chinesas. Na temporada 2013/2014, a liga espanhola foi a que mais arrecadou com patrocínio estrangeiro: 86% do valor obtido com a inserção de logos nas camisas dos times são de empresas ou investidores de outros países. Na sequência aparecem a liga inglesa (75%), a liga francesa (68%), a série A da Itália (47%), a liga alemã (24%) e a liga holandesa (19%)²⁵⁰. Por fim, mais um exemplo que vem da primeira divisão da liga inglesa: Lá dos grandes clubes que são privados, cinco pertencem a magnatas norte-americanos, um russo, dois indianos e um é de um grupo chinês.

Portanto, no atual estágio do capitalismo, rompidas as fronteiras, o capital circula livremente, cada vez mais concentrado, à procura de lugares e nichos, os mais variados, desde que sejam prósperos. Em alguns casos, os conglomerados se juntam para obter mais lucro e conseqüentemente geram mais expropriação da produção dos trabalhadores.

Todavia, as parcerias formadas na lógica no campo do futebol e a apropriação privada dos clubes podem ser simplesmente um palco de lavagem de dinheiro de tráfico de drogas e de armas, bem como de investimento dos petrodólares das famílias de ditadores do mundo árabe. No que se refere às drogas e armas, carteis e organizações criminosas da Colômbia, México e diversos países do leste europeu usam os clubes locais para “lavar o dinheiro”. “Em 2011, a justiça da Colômbia revelou como US\$ 1,5 bilhão do narcotráfico havia sido lavados por vários clubes, entre eles o Santa Fé, de Bogotá”²⁵¹.

Quanto aos “petrodólares”, muitos são os exemplos de famílias de países árabes que estão presentes no futebol. A família Al Maktoum, de Dubai, que controla a gigante Emirates *Group*, é proprietária do clube Getafe, da Espanha. É também proprietária da *Fly Emirates*, empresa de linhas aéreas, patrocinadora do Real Madrid, Paris Saint-Germain, Milan e do Arsenal. Já à família Al-Nahyan por meio de Mansour Al-Nayhan é proprietária do Manchester City. Seu irmão Hamed Bin Zayed Al-Nahyan, dono da *Etihad Airways*, é o principal patrocinador do clube e dono dos direitos econômicos do estádio da equipe. Ainda nesse grupo seletivo de famílias poderosas que controlam a maior parte da produção de petróleo do mundo encontram-se os Al-Thani, do Qatar. Um dos membros da família, Abdallah Ben Nasser Al-Thani, comprou o Málaga. Ainda com a Qatar Sports Investment, Abdallah

²⁵⁰Informação disponível em: www.torcedores.com.br/patrocínio-estrangeiro. Acesso em: 07 jun. 2016.

²⁵¹Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral/clubes-sao-usados-para-lavagem-de-dinheiro-do-trafico-de-drogas-imp-,1614064>. Acesso em: 15 jun. 2016.

adquiriu o PSG. Outro feito surpreendente pelos xeiques foi realizado pela Qatar Foundation que tornou a primeira patrocinadora da história do Barcelona, investindo em 2010 quase 170 milhões de euros, um recorde em negociações deste tipo na época.

Há quase 30 anos o mercado do futebol italiano foi aberto para as multinacionais, seguido por diversos países com mudanças nos ordenamentos legais. Desde então, as relações entre os clubes e ligas com representantes do mercado – empresas multinacionais, fundo de investimentos e magnatas – se intensificaram e se tornaram complexas envolvendo diversos interesses econômicos e também políticos.

Como resultado da diversificação das receitas, da concentração de recursos em alguns clubes e ligas formou-se um grupo de equipes que passaram a ter a hegemonia nos seus países e nas disputas internacionais. A concentração de recursos, potência esportiva e títulos criou uma situação em que os clubes menores configuram como produtores e vendedores de matéria prima para os grandes clubes europeus. Por sua vez, os proprietários desses clubes passaram não apenas a manter uma relação indireta com essas equipes pelo mundo (compra e venda de atletas), como passaram a adquirir esses clubes, numa lógica de franquia.

Além desses processos de concentração e centralização é importante destacar a existência de outra lei do modo de produção capitalista que é a concorrência intercapitalista. Os grandes clubes estão em competição tanto dentro como fora de campo. Para levar vantagem é necessário ter capital variável de qualidade. Assim, assistimos a um processo em que os grandes clubes procuram retirar um dos outros os principais atletas e não apenas obter das equipes menores.

Portanto, o entendimento do que tornou o futebol no mundo nos últimos anos é impossível se não considerarmos a própria dinâmica do modo de produção capitalista e suas leis tendências, conforme sinalizamos anteriormente. O futebol integra a estrutura produtiva da sociedade, sujeito às mesmas mudanças dos demais setores da economia, inclusive as crises, principalmente as equipes menores. Ao Estado cabe disponibilizar subsídios para garantir as condições de produção, principalmente segurança e linhas de financiamento para clubes e ligas. As entidades esportivas possuem o monopólio do esporte, mas se tornaram mais figurantes do que atores com capacidade de pressão junto aos clubes.

As relações mercantis no futebol não possuem sua origem com as mudanças nos ordenamentos legais iniciados na década de 1980, no entanto, na dimensão que assiste nas últimas décadas ela só foi possível porque houve um processo de reorganização dos clubes e das ligas. Registra-se que a associação ao futebol representa para as empresas, fundos de investimentos e personalidades as possibilidades de diversificação das receitas, lucro e poder.

Ele também serve como porta de entrada para um mundo ocidental e tudo que envolve pertencer a um seleto grupo de pessoas privilegiadas com acesso a locais e produtos luxuosos.

Entretanto, isso somente foi possível porque o futebol tornou um ativo importante para os veículos de comunicação e de difusão da cultura, principalmente a televisão, que por sua vez, possui na aquisição dos direitos de transmissão dos jogos uma importante fonte de receitas tanto para si quanto para os clubes. Na sequência, trataremos da presença da mídia, com destaque para a televisão na transformação do futebol mundial e sua importância como fonte de recursos e formação ideológica.

5.2- As relações entre emissoras de televisão, sociedade e futebol.

Brohm (1982) assinala três aspectos que demarcam a ruptura total entre a organização do esporte amador/primitiva e profissional/espetáculo, quais sejam: 1- investimento financeiro e publicitário na organização esportiva por meio de grandes empresas; 2- A competição entre organismos públicos e privados para conquistar os direitos de organização e patrocínio dos espetáculos esportivos; 3- A presença da televisão transmitindo os eventos esportivos para todos os lugares e em tempo real. O primeiro já foi abordado no tópico anterior e o segundo foi objeto de análise em outro momento (MATIAS, 2013). Agora vamos refletir sobre a presença dos veículos de comunicação, principalmente sobre o papel das emissoras de televisão para o dinamismo da produção e do consumo do Futebol de Espectáculo.

Nesta exposição vamos tratar de três aspectos: a) as relações entre televisão, futebol e sociedade; b) a importância da televisão para as associações ligadas ao futebol; c) os significados do futebol para as emissoras de televisão.

Iniciamos sinalizando que o futebol e os meios de comunicação de massa – mídia – surgem no mesmo contexto histórico, ou seja, segunda metade do século XIX e caminharam juntos ao longo do século XX. Gastaldo (2004) como exemplo cita a realização dos primeiros Jogos Olímpicos no ano seguinte ao da primeira sessão pública de cinema (1895), a Copa do Mundo de 1938 que ensejou a primeira transmissão de rádio intercontinental e a Copa de 1998 que foi também a ocasião da primeira transmissão internacional de televisão de alta definição (HDTV).

Brittos e Santos (2012, p.181) afirmam que a relação entre esporte e mídia fica evidente a partir dos Jogos Olímpicos de 1936: “O evento, que ficou marcado pelas vitórias do negro estadunidense Jesse Owens nas principais provas do atletismo, inaugurou a ‘dependência’ mútua entre o esporte e a tecnologia das comunicações para eventos desta magnitude”, sobretudo entre o esporte e a televisão.

Dentro da “indústria cultural”, a televisão é o principal difusor da cultura de massa, bem como produtora de informações e “bens simbólicos”. As primeiras transmissões de televisão começaram na década de 1930, sendo produzida em larga escala depois da segunda guerra mundial (BETTI, 1998). No Brasil, a primeira transmissão de uma partida de futebol ocorreu em 1950 (SAVENHAGO, 2011).

De acordo com Pozzi e Ribeiro (2006) a televisão é a “principal responsável pela globalização do esporte, já que sua linguagem universal permite que as imagens das partidas sejam comercializadas em escala global”. Rodrigues e Montagner (2003, p. 14) concordam com isso e afirmam que:

A difusão dos meios de comunicação é uma grande propulsora do esporte espetáculo. O consumo passivo intensificado pelos meios de comunicação de massa expande-se de forma significativa com o advento da televisão e da difusão de transmissões, contribuindo para a valorização do esporte como espetáculo e como um veículo de propaganda e comunicação.

Nesse sentido, Neves (2006, p.2) diz que é impossível hoje pensar o futebol sem a televisão, ao menos na sua forma espetacular. “De facto, podemos recordar que o futebol antecede a sua representação televisiva. [...] Mas o certo é que hoje, de forma cada vez mais intensiva, o futebol existe através da televisão”. Assim, Betti (1998) chega a afirmar que a televisão com os recursos técnicos, como câmera lenta, câmera 360°, *replay* e recursos gráficos conseguiu estabelecer um esporte com características próprias, com uma realidade relativamente autônoma, o “esporte telespetáculo”. Por isso, o autor considera que não existe um “esporte na mídia”, mas um “esporte da mídia”, formatado e comercializado para os telespectadores e patrocinadores, sendo uma produção não apenas das associações esportivas – clubes e entidades de administração –, mas de um conjunto de organizações (entidades de prática e de administração do desporto, veículos de comunicação, torcidas organizadas, investidores/patrocinadores, governos) que atua, de maneira mais ou menos alinhada, em torno da figura do torcedor (SAVENHAGO, 2011).

Assim é importante apontar que a televisão e outros mecanismos de comunicação de massa (rádio, jornal impresso, *outdoors* etc.) não são apenas veículos de difusão da informação, mas estabelecem relações com instituições e entidades com vínculos com a estrutura e superestrutura da sociedade e também é produtora de “bens culturais”, com linguagem e significados próprios, operando no sentido da manutenção ou para alteração de uma dada relação de forças no interior da sociedade (GASTALDO, 2009).

No caso específico da televisão é importante destacar que ao longo dos anos se consolidou como principal fonte de informação e difusão de comportamentos, tendo junto à sociedade ampla recepção e credibilidade. Ela deixou de ser apenas um mecanismo por meio do qual permite que se veja e se ouça o que está acontecendo em “qualquer lugar” do mundo – reconstruindo fatos e acontecimentos –, para ser aquele que produz todo um ambiente específico (BRITTOS; SANTOS, 2012).

Destaca-se que, no que se refere às relações com o futebol, parece que não há dúvida da existência de uma simbiose entre ambos com uma dependência mútua. As grandes redes de televisão têm nos direitos de transmissão das competições esportivas uma forma de atração de novos parceiros comerciais e telespectadores. Por outro lado, as associações esportivas expõem sua marca e possuem nos recursos da televisão uma importante receita para manter suas atividades.

Para que essa parceria seja exitosa é fundamental a construção de conteúdo e uma forma atrativa para os consumidores, o que significa produzir “textos televisivos”, com os closes, gráficos, imagens e narrativas que chama o telespectador para “dentro” do jogo, assim, aumenta a audiência e o interesse do público. O sucesso de público e a renda com as transmissões do futebol pela “telinha” é o resultado da “fabricação” dessa modalidade, revestindo como telespetáculo e da educação dos sentidos dos telespectadores (SAVENHAGO, 2011).

Nesse sentido, Betti (2002, p.2) considera que é importante o investimento na “falação esportiva”, ou seja, na produção de notícias, polêmicas (inclusive falsas) e discussões em torno das disputas nos gramados. Isso alimenta o imaginário social e cria um clima de expectativa entre aqueles que aguardam a materialização das disputas. Além disso, destaca-se a ênfase naquilo que vende, na audiência, em detrimento dos interesses culturais e educacionais, a superficialidade das informações e o foco na espetacularização das disputas, com realce para os detalhes das imagens, dos sons e dos vídeos.

Os eventos e fatos são retirados do seu contexto histórico, sociológico, antropológico. A experiência global do ser-atleta é fragmentada. No caso da televisão, a descontextualização é mais sutil, e o telespectador é vítima de uma ilusão: julga que está observando a realidade diretamente, como se a “tela” fosse uma “janela”. Na verdade, há diferenças profundas na experiência de assistir ao esporte como testemunha corporalmente presente nos estádios e ginásios e na sala de estar, pela TV.

Os diversos profissionais que atuam para levar as imagens das disputas dos gramados para o mundo preparam todos os detalhes para que nada escape aos olhares de quem está do

outro lado da tela. Aliás, prepara tudo para que o telespectador possa ver aquilo que é programado pelo editor. Pois, como sinaliza Betti (1999, p.2) existe uma distância entre a prática “real” do esporte e o que vemos na TV. “Há um processo de mediação entre a realidade e a imagem, que envolve seleção e edição de fatos e cenas, segundo uma lógica de espetacularização. Isso leva, em geral, à fragmentação e descontextualização do fenômeno esportivo”. Gastaldo (2009) complementa ao dizer que uma transmissão televisiva ao vivo de uma partida de futebol não passa de “uma representação”, uma vez que a experiência do telespectador é definida pela mídia, pois, depende das imagens para acompanhar.

Destaca-se que a seleção das imagens é feita a partir da lógica dos negócios, afinal está em jogo a audiência e, por consequência, mais ou menos receitas. Por isso, a ênfase é menos no jogo propriamente dito, o conteúdo não é essencial, mas os detalhes que são ditos ou mostrados nos momentos do “tempo morto”. A ênfase é na forma de apresentar a disputa. A cada apito do juiz é o momento de uma propaganda, de um *replay*, de um som, de um close, de um ou vários comentários que constrói uma narrativa, uma espetacularização, daquilo que está sendo mostrado e consumido.

Vale salientar também o papel de outros canais de difusão e produção da cultura que contribuem para a expansão da espetacularização do futebol. Sem dúvida, a televisão é disparada a principal ferramenta, mas o cinema, o rádio, os jornais, as revistas e as novas tecnologias relacionadas à *internet* cumprem uma função importante para a inserção do futebol na indústria do entretenimento. Na “falação” do dia a dia, o tratamento dado ao espetáculo futebolístico por eles ajuda a moldar a produção e a massificação da modalidade, inclusive com a criação da necessidade do consumo.

Destaca-se que a produção e o consumo do Futebol de Espectáculo já nascem com um padrão estabelecido pela própria dinâmica da modalidade, com seu conjunto de normas e valores sociais. O que facilita a apropriação e difusão, pois, esse esporte já possui uma linguagem de fácil assimilação.

Brohm (1982, p. 245) afirma que a simbiose entre esporte e meios de comunicação de massa dissemina “todo um universo axiológico em el que los valores y modelos, implícitos o explícitos, del sistema deportivo son amplamente difundidos y luego interiorizados por las masas”. Como consequência, isso forja *modus* de ser e agir na sociedade.

Portanto, a associação dos veículos de produção de difusão da cultura com o futebol é essencial para a produção do Futebol de Espectáculo que nos dias atuais contribui para formar consciências, estimular desejos e criar padrões de comportamento em escala global. Os ideais de superação, competição, individualismo próprios do esporte de alto rendimento são

transmitidos diariamente com os programas e nas transmissões dos jogos de futebol. “Dessa forma, um simples jogo de futebol torna-se uma batalha, a vitória de um atleta torna-se o percurso de um guerreiro e a superação dos limites transforma-se em atos heroicos” (SILVA; MARCHI JUNIOR, 2010, p.52).

Ressalta-se que esses “atos heroicos” são constantemente reproduzidos ao longo dos programas esportivos das emissoras de televisão que sedimenta entre os telespectadores uma veneração em relação aos grandes atletas mundiais. A “falação” da mídia atua diretamente para ampliar os feitos dos atletas, com isso busca-se obter mais audiência, comercializar mercadorias e torná-lo uma referência para a sociedade.

Helal (1998, p.7) afirma que “dotados de talento e carisma, o que os singulariza e os diferencia dos demais, estes ‘heróis’ são paradigmas dos anseios sociais”. As suas façanhas são contadas pelas lentes das câmeras e dos inúmeros comentários de “especialistas”, mesmo estando do outro lado do oceano.

Como dissemos, o ídolo é o chamariz utilizado pelos meios de comunicação para atrair adeptos e mais audiência. Assim, constrói-se o palco para que ele possa brilhar inclusive em alguns momentos demonstrar que é humano, falível, caso de Ronaldo “fenômeno” na Copa do Mundo de 1998. Enquanto ele for capaz de mobilizar sentimentos e dinheiro será uma vedete, porém, logo que não for mais capaz disso busca-se outro que possui as condições de realizar as mesmas façanhas dentro e fora dos gramados.

Um exemplo disso é o “efeito Neymar” na briga pela audiência entre os canais fechados de esporte no Brasil. A presença do craque brasileiro no PSG triplicou a audiência do campeonato francês no Brasil e acirrou a disputa entre os canais pelo direito de transmissão da competição. Um evento que ocupava a segunda ou terceira prateleira no interesse dos canais ganhou novo *status* com o ídolo brasileiro. Os jogos do PSG com a presença dele conseguem mais audiência do que os jogos do Barcelona com Messi, que até então liderava com folga a preferência dos telespectadores brasileiros²⁵².

Observa-se, portanto, que a mídia no seu conjunto de mecanismos (cinema, rádio, jornais, revistas e emissoras de televisão) possui a capacidade de ampliar os feitos dos atletas, desejos e, com isso comercializar os seus produtos e serviços, bem como influenciar a escolha das pessoas que acompanham sua programação.

Sobre isso, Gastaldo (2009) destaca que a mídia, além de obviamente formar uma consciência coletiva, de atuar efetivamente e de forma eficaz na constituição de uma “versão

²⁵² Informação disponível em: http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/efeito-neymar-triplica-audiencia-da-ligue-1-no-youtube_33269.html. Acesso em: 05 abr. 2018.

dominante” de cultura na sociedade, é parte dos estilos de vida das pessoas e uma forma pelo qual eles são construídos e vendidos. Ela “modifica nossa visão de mundo à medida que nos impõe novos modos de representação e de ação sobre o real” (BIANCHI; HATJE, 2006, p. 167), inclusive determina a atuação de instituições políticas e de atores sociais. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão possui “a capacidade de atuar de maneira decisiva nos campos da economia e da política como, também, nas esferas cultural e social” (BRAVO; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

No caso do futebol, a mídia transformou-o em um produto global, sendo um dos principais meios de entretenimento do tempo livre das pessoas (SAVENHAGO, 2011). Nesse sentido, destaca-se que a quantidade de informações geradas em torno dos clubes, seleções e atletas estimula o consumo tanto daquilo que está diretamente relacionado à modalidade, ao espetáculo, à camisa e aos produtos indiretos das empresas que estão envolvidas com esse negócio. Assim, em acordo com o que Betti (2002) sinaliza, Martins (2016, 2016, p. 62) afirma que esses veículos de produção e difusão da cultura:

[...]“constrói e destrói mitos e ídolos esportivos, fetichizando a prática do esporte, construindo novelas em torno dela, retroalimentando a produção de mercadorias e eventos relacionados à sua prática. São biografias, reality shows, documentários, programas e mais programas esportivos especializados, canais etc. Enfim, uma larga esfera construída para que o sujeito não tenha como escapar de consumir bens e serviços relacionados ao espetáculo esportivo [...].

Em “tempos” em que a utilidade de uma mercadoria é cada vez menor para que logo tenhamos a necessidade de ter outra (MÉSZAROS, 2011), os espetáculos esportivos são produtos valiosos na indústria do entretenimento, pois, podem ser consumidos imediatamente, inclusive no ato de produção.

Um consumo que pode ocorrer em qualquer lugar do mundo ao mesmo tempo ou em várias doses de emoção. O desenvolvimento tecnológico possibilita que a mídia consiga encurtar os espaços mantendo as pessoas conectadas naquilo que acontece nos centros econômicos do planeta, a partir obviamente de sua lente sobre as relações sociais.

Daí que emergiu nos últimos anos uma nova relação com os clubes dos principais centros da economia do futebol que se tornaram conhecidos em todo o globo. A televisão contribui diretamente para a transnacionalização das grandes equipes, consolidando sua marca e produtos em importantes mercados da Ásia e América. Destaca-se que isso está vinculado à lógica da “indústria cultural” que incentiva a produção e difusão para o consumo passivo, sem necessariamente ter o incremento da vivência esportiva.

Nesse sentido, Gastaldo (2005, p. 3) afirma que:

Originalmente uma atividade para ser “praticada”, o esporte tornou-se, com o surgimento e o crescimento da comunicação de massa, cada vez mais um “espetáculo” para ser “assistido”, visando a um consumo massificado. Essa incorporação do esporte pela indústria cultural gera um divórcio entre prática e consumo, já que não é necessário ter praticado um esporte para assisti-lo pela televisão e (numa espécie de “grau zero da competência esportiva”) emocionar-se com a ansiedade pelo resultado. A veiculação dos eventos esportivos (nos quais os jogadores são, em geral, profissionais) gera um aumento no número de “leigos”, que necessitam “compreender” o que há para ser visto, criando, assim, uma demanda por “comentaristas” (muito freqüentemente ex-jogadores) que, com sua competência específica no assunto, “traduzem” os lances do jogo em termos técnicos e táticos, reforçando, pela oposição aos “leigos”, o primado do profissionalismo.

Martins (2016) concorda com isso e apresenta dados que demonstram o abismo entre o número de praticantes, profissionais ou não em relação ao número torcedores, leigos. Apenas 15% daqueles que dizem gostar de futebol efetivamente praticam a modalidade.

Destaca-se que esse consumo passivo pode ser feito diretamente no local que acontece a prática ou mediado pelo rádio, televisão e outros veículos de comunicação. A forma como isso ocorre possui um impacto diferente sobre a visão do sujeito sobre aquele fenômeno, pois, no primeiro caso o indivíduo faz as mediações com o que vê e, de outro modo, ele é diretamente induzido pelo que é produzido pelos editores, tendo acesso a uma forma descontextualizada e fragmentada do “telespetaculo” (ESCHER, 2006).

Gastaldo (2005, p. 3) diz que no estádio o torcedor “experimenta o compartilhar de um mesmo evento com milhares de outras pessoas, torna-se massa, dissolve-se na “torcida” de seu time, enquanto em sua casa, assistindo televisão, tal fenômeno social coletivo praticamente não ocorre salvo em circunstâncias muito especiais”. Nesse sentido, Pires (2002) observa que assistir ao espetáculo em um estádio significa obter sua totalidade e não apenas recortes produzidos pelo “olho” da televisão, as movimentações dos atletas com a bola.

Sobre isso, Betti (1998b, p.83) faz algumas ponderações, dentre elas, lembra que o espectador de uma imagem não é totalmente passivo, pois, “ele ativa códigos culturais para interpretar o que vê, mobiliza o simbólico e a imaginação. Entre a intenção de quem veicula a imagem, e o efeito que ela produz, existe o espectador, dotado de diferentes níveis socioculturais e, portanto, gerando interpretações diversificadas”.

Temos concordância com Betti ao perceber a possibilidade de o telespectador elaborar a partir do “texto televisivo” novas e ricas mediações, porém, não descartamos o significativo

papel exercido pela televisão na formação de consciências e *modus* de agir, especialmente em um país em que a formação escolar e universitária é precária e limitada.

Registra-se que além do consumo passivo há também o estímulo à prática ainda que seja dentro do padrão socialmente instituído pelas associações esportivas e veículos de comunicação, sendo estimulado com os recursos materiais, conforme demonstrado pelos principais atletas profissionais, inclusive com as ferramentas mais modernas das empresas associadas aos espetáculos esportivos.

Seja como for, a mídia, em especial, a televisão exerce um papel fundamental na produção e difusão de informações e “bens culturais”, formando consciências e comportamentos. Sem dúvida, a televisão é um importante aparelho ideológico, afinal, apenas 2,8% dos lares do Brasil não possuem um aparelho de televisão e, em média, o brasileiro fica 5 horas antenado a programas das emissoras de televisão²⁵³.

No caso do futebol, conglomerados da mídia cumprem um importante papel na produção do telespetáculo, na sua difusão, bem como na sustentação das atividades das associações esportivas. A seguir continuamos a refletir sobre a relação mútua existente entre futebol e TV, só que observando a importância desse veículo de comunicação para os clubes e entidades de administração dessa modalidade.

5.2.1- Cotas de TV

Neste tópico a centralidade reside em responder às seguintes questões: a) qual a participação das receitas da venda dos direitos de transmissão para os clubes?; b) como é feita esta divisão? Assim, registramos que as redes de televisão, principalmente, com a aquisição dos direitos de transmissão dos jogos compõem uma fatia significativa do orçamento dos clubes e das entidades de administração do futebol. Pozzi e Ribeiro (2006, p. 128) sinalizam que os recursos da compra dos direitos de transmissão “representa há muito tempo a principal fonte de receita da indústria esportiva, sendo em muitos casos a única responsável pela sobrevivência financeira de clubes de alto nível de competição em todo mundo, caso que inclui o Brasil”.

De acordo com Proni (1998), ao longo da década de 1980, os canais de televisão por assinatura transformaram as principais competições em produtos muito valorizados pela indústria do entretenimento. A primeira rede de televisão paga com programação de esporte

²⁵³ Informação disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil> e em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/01/1849385-brasileiro-assiste-a-tv-em-media-cinco-horas-por-dia-segundo-instituto-gfk.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2018.

por 24h foi lançada em 1979 nos EUA, a ESPN (*Entertainment and Sports Programming Network*).

As mudanças nas competições nacionais da Itália, Espanha, Inglaterra entre outras, ocorreram, sobretudo, após os grandes contratos com as emissoras de televisão, principalmente as públicas. A intervenção do Estado no futebol nesses países não foi apenas concedendo benefícios tributários e obrigando os clubes a se tornarem empresas ou terem administrações com a lógica do mercado, ela acontece também a partir do financiamento das empresas públicas de comunicação. O lucro das ligas é o resultado da eficiência nos contratos com os patrocinadores e também com as emissoras de televisão, públicas e privadas.

O mesmo ocorre com a FIFA que, conforme demonstramos anteriormente, possui na venda dos direitos de transmissão a principal forma de financiamento de suas atividades. Inclusive, a Copa do Mundo tornou-se um produto mundial a partir do momento que houve mudanças no programa de *marketing* da entidade e com os contratos de transmissão. Essa competição em 2014, por exemplo, foi vista por mais de 3,2 bilhões de pessoas, sendo o jogo final assistido por 570 milhões de pessoas²⁵⁴.

As redes de televisão elevaram as partidas dos grandes clubes e seleções em espetáculos globais, repetidos várias vezes, de um lugar qualquer do mundo ao vivo, em câmera lenta, atraindo consumidores e oligarquias financeiras, com pouca ou nenhuma relação direta com esse esporte.

Destaca-se que as emissoras de televisão apresentam constantemente inovações que moldam as disputas nos gramados dando interpretações, visões e linguagem acabada para os telespectadores que apenas consomem passivamente. Observa-se a construção e reprodução de narrativas que “propõe um certo ‘modelo’ do que é esporte e do que é ser esportista, mas, sobretudo, fornece ao telespectador a ilusão de entrar em contato direto com a realidade” (BANCHI; HATJE, 2006.p. 176).

Segundo Galeano (2015, p. 67) os estádios de futebol tornam em estúdio de televisão,

Joga-se para a televisão, que oferece a partida em casa. E a televisão manda. A televisão decide onde, quando e como se joga. O futebol se vendeu à telinha de corpo, alma e roupa. Os jogadores são, agora, astros da televisão [...]. Agora milhões de pessoas podem ver as partidas, e não apenas as milhares que cabem nos estádios. Os torcedores se multiplicaram e se transformaram em possíveis consumidores de qualquer coisa que os manipuladores de imagens queiram vender.

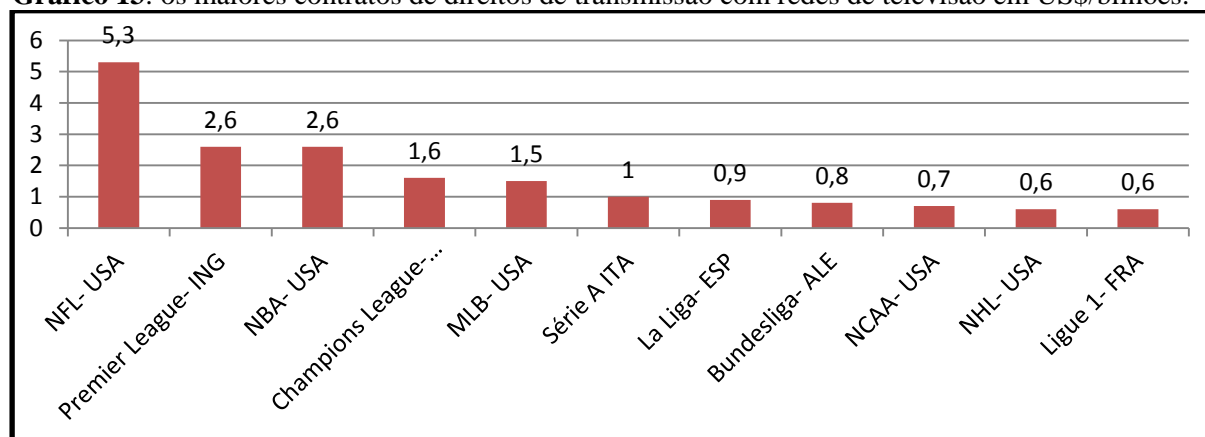
²⁵⁴ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/12/fifa-divulga-numeros-de-audiencia-da-copa-de-2014-mais-de-1-bi-na-final.html>. Acesso em: 08 maio 2018.

No Brasil, foi a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980 que elas passaram a apostar nas transmissões esportivas para atrair patrocínios e alavancar os demais programas da sua grade. Em 1983, por exemplo, com a situação econômica nacional e dos clubes em crise e depois de uma boa participação da seleção na Copa do Mundo de 1982, as principais equipes brasileiras tiveram que vender o passe dos seus jogadores para os clubes europeus, principalmente os italianos. Assim, a Rede Bandeirantes passou a transmitir o campeonato italiano, o que gerou um grande índice de audiência na concorrência direta com a Rede Globo. Nesse período com a presença cada vez maior da TV na atividade esportiva cresce o envolvimento direto do patrocínio aos clubes. Desse modo, em 1983 o Conselho Nacional de Desportos (CND) libera as propagandas nas camisas e nos estádios (PRONI, 1998).

Destaca-se que até 1987 todos os acordos de TV no Brasil eram feitos com as federações e confederação, contudo nesse ano surge o Clube dos Treze, entidade que representava os grandes clubes do país. Até 2010 era essa entidade que negociava as cotas de TV e desde 2011 as negociações são individualmente entre os clubes.

Em 1987 para a Rede Globo para ter o direito do campeonato nacional desembolsou cerca de R\$12,2 milhões, em 2010 foram R\$ 968 milhões e em 2016 R\$ 1,2 bilhões. Todavia, bem distante do montante pago pelas emissoras de televisão pelos principais campeonatos do mundo²⁵⁵.

Gráfico 13: os maiores contratos de direitos de transmissão com redes de televisão em US\$/bilhões.



Fonte: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/moiores-contratos-de-tv-do-esporte-global/>. Elaboração do autor (2016).

Nota-se que mais da metade dos principais contratos de transmissão do mundo são de campeonatos de futebol e os outros são das ligas profissionais dos EUA. O valor pago no Brasil pela Rede Globo para transmitir o campeonato brasileiro é praticamente a metade daquilo que os clubes da primeira divisão da França recebem das redes de televisão. Esse

²⁵⁵ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/espanholizacao-como-receitas-com-tv-sao-divididas-nas-moiores-ligas-do-mundo.html>. Acesso em: 07jun. 2016.

valor é bem menor que aquele pago, por exemplo, para a FIFA pelos direitos de transmissão da Copa do Mundo cerca de US\$ 2,5 bilhões e para ter na grade os Jogos Olímpicos, US\$ 4 bilhões²⁵⁶.

Registra-se que as receitas de televisão são fundamentais para a produção dos espetáculos futebolísticos. Já demonstramos isso quando analisamos as finanças da FIFA. No que se refere aos clubes do velho continente, onde estão as cinco grandes ligas, na temporada 2015/2016, 44% da arrecadação deles foram oriundas da comercialização dos direitos de transmissão, 33% do *marketing*, 15% ingressos e serviços nos estádios e outras receitas representam 8%²⁵⁷. No Brasil, no ano de 2016, as receitas de vinte e sete clubes (19 da primeira divisão e 8 da segunda que frequentou a primeira divisão nos últimos anos) representou cerca de 48,8%, outros 13,9% foram de ingressos e sócio-torcedor, 12,6% foi de *marketing*, 12,4% de transferência de atletas, 4,9% de serviços nos estádios e 7,4% outros. No caso brasileiro, nos anos de 2010 as receitas com TV representavam 33%, cerca de 15% a menos do que em 2016²⁵⁸. Ressalta-se que ao longo dos anos aconteceram oscilações no percentual das cotas de TV no orçamento dos clubes, porém, o menor índice foi aquele de 33% em 2010 e o máximo foi o registrado em 2016, sendo que a média no período foi de 40,2%, percentual semelhante aquele presente na Europa.

No caso europeu, os clubes com as maiores receitas dependem menos da TV em relação aos clubes medianos e pequenos, pois, possuem valores significativos com *marketing*, caso do Bayern de Munique, Barcelona e Real Madrid. Na Inglaterra, quanto menor o clube, mais dependente é da TV. Na Itália, França e Espanha a dependência da TV é quase total, o Atlético de Madrid é um exemplo disso, 61% de tudo que arrecadou em 2016 veio de cotas de transmissão. Neste item são poucas exceções, caso do PSG em que o dono coloca muito dinheiro no clube. Na Alemanha, há um equilíbrio maior entre as diferentes fontes de receita, pois, a distribuição dos recursos dos direitos de televisão é mais igualitária²⁵⁹.

A realidade dos clubes brasileiros é de elevada dependência em relação aos recursos dos contratos de venda dos direitos de transmissão. No ano de 2016, apenas três equipes

²⁵⁶ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/direitos-de-transmissao-a-galinha-dos-ovos-de-ouro-do-coi/>. Acesso em: 08 maio 2018.

²⁵⁷ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/clubes-europeus-cada-vez-mais-ricos-e-equilibrados/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

²⁵⁸ Informação disponível em: https://www.itau.com.br/arquivosstaticos/itauBBA/contents/common/docs/Analise_dos_Clubes_Brasileiros_d_e_Futebol_Itau_BBA_2017.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

²⁵⁹ Informação disponível em: https://www.itau.com.br/arquivosstaticos/itauBBA/contents/common/docs/Analise_dos_Clubes_Brasileiros_d_e_Futebol_Itau_BBA_2017.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

obtiveram um percentual menor do que a média de participação dos recursos oriundos das cotas de TV nos orçamentos totais dos clubes: Palmeiras, São Paulo e Atlético Paranaense. A figura 2 apresenta os percentuais do período de 2012 a 2016 e demonstra a importância da TV para a manutenção das atividades dos clubes brasileiros.

Figura 2: participação da televisão sobre a receita total dos clubes brasileiros- 2012/2016.

Histórico da participação da TV sobre a receita total - Em %

Clubes	2012	2013	2014	2015	2016
Flamengo	54%	41%	33%	36%	58%
Corinthians	43%	32%	42%	41%	47%
Palmeiras	30%	42%	33%	25%	27%
São Paulo	40%	20%	31%	25%	33%
Grêmio	37%	29%	29%	42%	62%
Atlético-MG	54%	31%	45%	46%	41%
Santos	45%	23%	36%	51%	50%
Fluminense	35%	46%	50%	37%	60%
Internacional	34%	20%	26%	25%	53%
Cruzeiro	43%	32%	30%	37%	55%
Vasco da Gama	40%	42%	56%	55%	77%
Atlético-PR	16%	30%	27%	19%	34%
Botafogo	38%	25%	30%	44%	63%
Bahia	44%	63%	59%	52%	75%
Vitória	65%	54%	60%	66%	81%
Coritiba	32%	33%	40%	44%	52%
Goiás	69%	55%	53%	50%	65%
Chapecoense	-	-	48%	54%	41%
Figueirense	42%	16%	44%	51%	59%

Fonte: <https://www.esporteemidia.com/2017/05/palmeiras-e-o-que-menos-depnde-da-tv.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

A cada fim de contrato entre redes de televisão e associações esportivas abre-se uma intensa concorrência que culmina com aumento nos valores pagos pelos direitos de transmissão das principais ligas do mundo e também dos eventos organizados pelas associações esportivas.

No caso brasileiro, os valores pagos para os clubes são definidos a partir de uma divisão dos índices de audiência de cada um deles. Assim, a Rede Globo dividiu os principais clubes em seis pacotes e negocia individualmente valores bem menores com os demais.

Tabela 7: divisão das cotas de televisão dos principais clubes do Brasil, em R\$/milhões.

Clubes	Valores 2013/2015	Valores 2016/2018
Grupo 1- Corinthians e Flamengo	110	170
Grupo 2- São Paulo	80	110
Grupo 3- Palmeiras e Vasco	70	100
Grupo 4- Santos	60	80
Grupo 5- Cruzeiro, Atlético/MG, Grêmio, Internacional, Fluminense e Botafogo	45	60

Grupo 6- Coritiba, Goiás, Sport, Vitória, Bahia e Atlético/PR	27	35
---	----	----

Fonte: <http://torcedores.com/noticias/2015/03/corinthians-e-flamengo-receberao-ate-385-mais-de-cota-de-tv-entre-2016-e-2018>. Elaboração do autor (2016).

Percebe-se que houve um distanciamento entre os grupos no período 2016/2018, com uma diferença de R\$ 135 milhões entre o grupo 1 e o grupo 6, ou seja, o Coritiba recebe apenas 20% do valor pago ao Corinthians e Flamengo, por exemplo. Isso representa uma diferença significativa de receitas e, conseqüentemente, de resultados esportivos e econômicos.

Leite Jr. (2015) vai mais longe e identifica que o “apartheid futebolístico” existe desde quando havia as negociações entre a Rede Globo e o Clube dos Treze, com uma concentração de recursos nos clubes associados à entidade e nos grandes clubes, sobretudo do estado do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, o fosso amplia quando as negociações passam a ser diretamente entre a emissora e as equipes, o que gera como tendência a “espanholização” do futebol brasileiro, no sentido em que Real Madrid e Barcelona até a temporada 2015/2016 ficavam com 50% das receitas da venda dos direitos de transmissão. No caso brasileiro, isso seria com o Flamengo e Corinthians, proprietários das maiores torcidas no país.

Destaca-se que atualmente o modelo brasileiro de divisão de cotas de TV se aproxima daquele que existia na Itália e na França, onde o clube com maior cota recebe cinco a seis vezes mais do que aquele com menor da mesma divisão do futebol nacional. No entanto, como afirmamos, o caminho dos últimos anos indica que a divisão brasileira segue para ser semelhante àquele que havia na Espanha, com o predomínio do Real Madrid e Barcelona que recebia dez vezes mais que o clube de pior arrecadação com a venda dos direitos de transmissão (em 2013/2014 foi o Raio Valecano)²⁶⁰.

A tendência de “espanholização” do futebol brasileiro com Corinthians e Flamengo é combatida pelos clubes menores, que reivindicam divisões semelhantes ao padrão da liga inglesa. Neste caso, as cotas de TV seguem três critérios: 50% são divididos igualmente para todo mundo; 25% dependem do mérito esportivo, conforme a colocação na tabela na temporada anterior; e 25% obedecem ao número de partidas passadas ao vivo, com um valor mínimo assegurado até para quem teve menos jogos transmitidos pela TV. Assim, na temporada 2014/2015 o clube de maior arrecadação (Chelsea) recebeu 25% a mais que o

²⁶⁰ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/espanholizacao-como-receitas-com-tv-sao-divididas-nas-maiores-ligas-do-mundo.html>. Acesso em: 08 maio 2018.

menor (*Queens Park Rangers*). Essa é a melhor proporção de divisão entre todas as ligas²⁶¹ e explica porque os clubes ingleses, mesmo aqueles de médio porte figuram entre as maiores receitas do mundo²⁶².

Chas e Penlinson (2013) demonstram que a divisão de cotas na Alemanha também é equilibrada. Apesar das contestações do Bayern de Munique que se sente prejudicado, por ser a principal força do país no continente, os clubes possuem um acordo que não permite uma diferença significativa entre o primeiro colocado e o último em cada temporada.

Nos países em que a divisão das cotas de TV é negociada coletivamente com os clubes (Inglaterra e Alemanha) há um equilíbrio na distribuição dos recursos. Na Espanha o governo teve que intervir e impor um modelo mais igualitário. Como já citamos, em 2015, por meio do real decreto 5/2015 estabeleceu-se que 50% dos direitos serão distribuídos de forma equânime para todos os clubes, sendo que 25% serão calculados conforme o desempenho nas últimas cinco temporadas (destes, 35% pela temporada mais recente, 20% pela penúltima e 15% para cada uma das três anteriores). Os outros 25% serão divididos pela média de vendas de ingressos e pacotes anuais negociados pela televisão.

A Itália e a França seguem os mesmos caminhos a despeito da luta das grandes equipes por mais recursos. Eles também modificaram a forma de divisão das cotas de TV, com a inclusão de critérios mais igualitários, sem desconsiderar o mérito com os resultados esportivos. Assim, as cinco grandes ligas da Europa adotam modelos de divisão de cotas de TV a partir das negociações coletivas com os clubes, ainda que a divisão percentual seja feita de forma diferente, conforme os critérios de cada país.

Corroborando a orientação da Comissão Europeia, que entende que as negociações coletivas tornam a “competição mais atrativa, uma vez que as equipes competem em um contexto de maior igualdade de oportunidades” e proporcionam “uma maior estabilidade financeira para as equipes de futebol, devido a uma melhor redistribuição dos dividendos da televisão”. Contudo, cada uma delas tem seu próprio critério de distribuição dos recursos. Sendo que a que mais se aproxima do ideal de “justiça como equidade” de Rawls (sem o atingir, frise-se) é a Premier League inglesa, enquanto a Serie A italiana é, atualmente, a mais desigual do top 5 europeu²⁶³.

²⁶¹Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/espanholizacao-como-receitas-com-tv-sao-divididas-nas-maiores-ligas-do-mundo.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

²⁶² Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/premier-league-esta-mesmo-mais-rica-e-medios-ingleses-ja-se-igualam-grandes-de-outras-ligas/>. Acesso em: 08 maio 2018.

²⁶³Informação disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/o-novo-modelo-de-cotas-da-globo-um-avanco-estagnante/294879-392>. Acesso em: 21 abr. 2018.

No Brasil, uma novidade pode agitar o mercado de direitos de transmissão nos próximos anos. Isso porque – depois de mais de 30 anos controlando com exclusividade as transmissões dos clubes do campeonato brasileiro, inclusive interferindo nos regulamentos, no calendário e nos horários dos jogos –, a TV Globo terá concorrência do Esporte Interativo, grupo da Turner, na televisão por assinatura. Este canal, a partir de 2019 possui o direito de transmitir a partida de 11 clubes, sendo que na atual temporada, 7 estão na primeira divisão e 4 na segunda divisão²⁶⁴.

A concorrência entre os canais de TV e as negociações individuais com os clubes pode elevar o valor das cotas de TV, o que infla o orçamento das equipes e consequentemente possibilita o fortalecimento dos elencos e a qualidade dos espetáculos. Todavia, isso não assegura a diminuição da desigualdade, já que as negociações continuam sendo realizadas individualmente.

No caso dos acordos que envolvem a Rede Globo, a emissora já anunciou que, de 2019 até 2024, irá pagar aos clubes conforme o desempenho no campeonato brasileiro (30%), a quantidade de jogos transmitidos (30%) e uma fatia de 40% dividida igualmente²⁶⁵. Um avanço, no entanto, essa medida possui um caráter reformista e que aproxima daquilo existente na liga italiana. Isto porque apesar de ter um percentual (40%) dividido de forma igualitária, os 30% que será dividido pelo número de jogos transmitidos continuará privilegiando os clubes do eixo Rio-São Paulo. Afinal, ao compreender as transmissões como um negócio não é de se esperar que a Rede Globo deixe de transmitir os jogos dos grandes clubes para passar as partidas de equipes menores.

Portanto, o problema do novo contrato da emissora carioca mora nos detalhes, pois, apesar de aparentemente ser algo inovador para o futebol brasileiro pode reproduzir as desigualdades existentes. O modelo proposto pela emissora aproxima-se do existente na Itália que é atualmente o mais desigual entre as grandes ligas. Na liga italiana 40% das cotas são divididos de forma igualitária, 30%, pelo rendimento do clube no campeonato, e 30% pelo tamanho da torcida. A Globo substitui o tamanho da torcida por números de jogos transmitidos, um critério utilizado na *Premier League*, sendo que lá o percentual é de 25% e os clubes médios lutam para diminuir esse percentual. Desse modo, ao seguir o modelo italiano o que se vislumbra é o mesmo fosso existente na Itália em que “se na Inglaterra a

²⁶⁴ Recentemente a Turner resolveu fechar o canal Esporte Interativo e demitir os funcionários. As consequências disso para o futebol brasileiro ainda estão sob avaliação. Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/08/esporte-interativo-deixa-tv-e-tera-brasileiro-e-champions-em-canal-da-turner.shtml>. Acesso em: 16 ago.2018.

²⁶⁵ Informação disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes/2017/12/18/a-projecao-das-cotas-da-serie-a-de-2018-a-partir-modelo-da-globo-previsto-para-2019/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

diferença entre o topo e o fundo é de uma ratio de 1,51:1, na Itália atualmente é de 4,7:1. A Juventus faturou um valor estimado em €103,1 milhões, ao passo que Carpi e Frosinone ficaram com estimados €22 milhões em 2015/16”²⁶⁶.

O fosso existente na distribuição das cotas de TV no futebol brasileiro pode durar por mais cinco anos, tendo em vista que o novo contrato da TV Globo vence somente em 2024. A perspectiva é que isso permaneça por muitos anos caso o Estado não apresente nenhum ordenamento legal ou os clubes médios e pequenos não comece negociar coletivamente a venda dos contratos de TV.

Por fim, registra-se que os grandes clubes europeus e também do Brasil buscam constantemente novas fontes de receitas e para fazer isso estão apostando no aumento na produção de seu próprio conteúdo e transmitido ao vivo pela *WebTV*. Os treinos, entrevistas e as rotinas no dia a dia do clube pode ser vista pelos torcedores a medida que pagam pelo material.

Além disso, Chas e Pelinson (2013, p. 6) chamam a atenção para o caso do Benfica que decidiu por contra própria transmitir os seus jogos e não comercializar os direitos de transmissão²⁶⁷. O clube foi mais longe e adquiriu os direitos de transmitir em Portugal os jogos de diversas ligas e campeonatos nacionais, como a *Premier League*, o campeonato brasileiro, Grego e o dos EUA.

Com o início da temporada e, conseqüentemente da primeira transmissão ao vivo tendo os direitos exclusivos dos seus jogos em casa, o Benfica mais uma vez se mostrou uma potência. O canal transmitiu jogos do Benfica B e jogos de grandes clubes da *Premier League* como *Liverpool*, *Arsenal* e *Manchester United* e registrou uma audiência maior do que a, agora concorrente, *SportTV*.

O desafio do clube é conseguir manter seus torcedores e atrair pessoas que gostam de futebol, mas possui vínculo com outras equipes, bem como manter e ampliar o número de parcerias com o mercado. Essa experiência indica que o mercado de direitos de transmissão de jogos de futebol pode ter mudanças significativas nos próximos anos, sobretudo, porque é um segmento que o lucro é certo.

²⁶⁶Informação disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia/o_novo_modelo_de_cotas_da_globo_um_avanco_estagnante/294879-392.

Acesso em: 21abr. 2018.

²⁶⁷ A partir de 2019 os jogos na TV por assinatura do Benfica foram vendidos para a NOS.

Sendo assim, a seguir vamos abordar um terceiro aspecto da relação entre futebol e televisão. O que significa para as redes de televisão ter o futebol na sua grade de programação? Esta é a pergunta que tentaremos responder na sequência deste texto.

5.2.2- A importância do futebol para as emissoras de TV

As emissoras de televisão destinam horas da sua grade para os programas e partidas esportivas ao longo da semana. No Brasil seja na rede aberta ou nos canais por assinatura que possuem programação exclusiva para esse fenômeno predomina o futebol. Na principal emissora do Brasil em média são dois jogos de clubes ou da seleção nacional passado ao vivo por semana durante todo o ano. Somente pelo campeonato nacional da primeira e segunda divisão são 760 partidas transmitidas pela Rede Globo, SporTV e *pay-per-view* em todos os anos. Em 2015 essa emissora que controla os direitos de transmissão dos jogos dos principais campeonatos do país declarou que transmitiu cerca de 1.700 partidas, contadas aquelas realizadas nos seus canais fechados²⁶⁸. Assim, ainda que possamos assistir eventos e debates sobre outras modalidades, sem dúvida o futebol monopoliza a programação das emissoras. Isso também pode ser visto em outros meios de comunicação como rádio, revista e jornais impressos.

Destaca-se que no Brasil a relação entre a mídia e o futebol possui início logo nos primeiros anos do século XX por meio de reportagens nos jornais impressos. Coelho (2008) nota que as primeiras matérias que apareceram em jornais de maior circulação das metrópoles do país ocorreram a partir de em 1910. “A partir daí, o futebol passou a ganhar cada vez mais linhas nos jornais impressos e já não era incomum a prática do esporte pelas periferias sociais e várzeas no país” (GASPARINO, 2013, p. 17).

O crescimento do interesse da população brasileira por esse esporte e dos jornais impressos chamou a atenção de outra importante mídia, o rádio. Em um país continental como o Brasil, com sérios problemas de infraestrutura, o rádio por muitas décadas cumpriu um papel essencial de difusão da informação e produção de “bens simbólicos”. Em uma época em que não tinha a televisão ou que o acesso ao aparelho era restrito a um pequeno grupo populacional a história do futebol no Brasil é narrada pelas ondas do rádio.

Nesse sentido, Soares (1994) demonstra que a primeira partida transmitida pelo rádio ocorreu no país em 1931, ainda que antes já tivessem os boletins esportivos durante a programação das emissoras. O rádio foi a primeira ferramenta a possibilitar aos brasileiros a

²⁶⁸ Informação disponível em: <https://www.esporteemidia.com/2016/03/saiba-quanto-globo-fatura-com-o.html>. Acesso em: 08 maio 2018.

acompanhar as disputas dos clubes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo ao vivo em todo o país, bem como a torcer pela seleção brasileira nas disputas internacionais. Sem dúvida, o despertar da paixão pelo futebol passa pelas transmissões do rádio.

No mesmo ano em que o Brasil teve a primeira “tragédia” em uma Copa do Mundo os brasileiros tinham acesso às primeiras imagens de televisão. Após dois meses da derrota brasileira para o Uruguai na final da Copa de 1950 a TV Tupi entrava no ar. E logo na primeira transmissão o esporte já fez parte de sua programação. De acordo com Gasparino (2013, p. 21), “A principal modalidade esportiva do país foi destaque um mês depois. Palmeiras e São Paulo duelaram no Pacaembu e, aproximadamente, 200 pessoas puderam acompanhar a partida pela televisão, que ainda era uma tecnologia restrita e cara”.

Nos anos seguintes, enquanto a repressão a sociedade aumentava, com um rígido controle sobre a imprensa, a comercialização de aparelhos de televisão cresce no país. Ainda assim, o acesso era restrito a poucas pessoas da elite. Quanto às transmissões das partidas de futebol, as disputas dos clubes nacionais e da seleção brasileira foram objetos de horas de programação. Sendo que uma mudança significativa da relação entre televisão e futebol começa a ocorrer a partir dos anos 1970 com as transmissões em cores.

A Copa do México inaugurou a transmissão via satélite, em cores para todo o planeta. No Brasil, muitos dizem ter visto a Copa em cores, mas provavelmente é para contar vantagem, já que o sinal captado e os aparelhos de TV do país eram em preto e branco – as cores eram privilégio de alguns poucos. A primeira transmissão de um jogo em cores só ocorreu em 1972 e envolvia a Seleção de Caxias do Sul (RS) contra o Grêmio. Outra novidade seria o replay instantâneo dos principais lances, poucos instantes depois após eles acontecerem (RIBAS, 2010, p. 159).

Ainda de acordo com Gasparino (2013), desde então cresce o interesse das emissoras de televisão pela exclusividade das transmissões que envolvem as principais competições nacionais e, posteriormente, também os grandes eventos de futebol internacional.

Além disso, com o desenvolvimento tecnológico as disputas nos gramados podem ser acompanhadas em qualquer lugar do mundo por uma tela de um celular, um *tablet* e um computador, por meio da *WebTV*. A *WebTV* é o processo de digitalização da televisão, que permite a transmissão dos programas da televisão através da *internet*. “A principal característica da *WebTV* é o conteúdo interativo, ou seja, a possibilidade de interação do webespectador, que pode dar opiniões e até interferir nos programas, em tempo real” (CHAS; PELISON, 2013, p.2), como os comentários durante uma transmissão ao vivo de um jogo de futebol.

Brittos e Santos (2012, p.186) ressaltam a importância que o futebol possui para as emissoras de televisão alavancar a audiência e, conseqüentemente, atrair receitas.

O potencial de atração do futebol para a divulgação e publicização de marcas é imenso, ainda mais se agregado com a possibilidade de difusão permitida pelas indústrias culturais. Esta parceria vem atraindo capitais de áreas que até então não patrocinavam eventos e clubes, que buscam uma valorização fora dos seus investimentos convencionais.

Devido a sua capacidade de atrair a audiência o futebol monopoliza a grade das emissoras de televisão quando o assunto é esporte. Ele funciona como um moinho que gera audiência e alavanca os índices de outros programas, assim como atrai anúncios milionários para as TVs, o que impulsiona a corrida por novos contratos exclusivos de transmissão dos eventos e, por consequência, contribui para a manutenção das atividades das associações esportivas.

Savenhago (2011, p. 30) resume da seguinte forma essa relação:

A televisão, que até sobreviveria sem o futebol, não quer ficar sem ele. Os lucros justificam os investimentos. Os times conseguem boas rendas graças aos direitos de transmissão pagos pelas emissoras de TV e os telespectadores provam, através dos números da audiência, que o futebol pela televisão virou mania nacional. Todos esses fatores reunidos permitem considerar que a tendência da relação comercial futebol televisão é permanecer por período indeterminado.

A comercialização dos espetáculos de futebol não é um bom negócio apenas para os clubes é também para as emissoras de televisão. Os jogos é uma mercadoria importante para TVs porque além de ser um produto relativamente barato é ao vivo, que pode ser reutilizado várias vezes e representa o drama cotidiano do ser humano de superação de obstáculos.

A importância dada ao futebol no Brasil pode ser mensurada pela presença de quatro canais de empresas nacionais com programação exclusiva de esporte (3 da Rede Globo e 1 da Rede Bandeirantes), além disso, atuam no mercado brasileiro: ESPN com 4 canais e a Fox com mais 2, que pertencem ao grupo Disney. Outro dado que demonstra o crescimento do mercado esportivo para os veículos de comunicação é a presença de três canais de esportes entre as 10 marcas esportivas mais valorizadas do mundo em 2015 (ESPN (2ª) no valor de US\$ 17 bilhões de dólares, atrás da Nike que vale US\$ 26 bilhões; *Sky sports* (5ª) que soma US\$ 4,6 bilhões; NESN (9ª) no valor de US\$ 700 milhões). Mais um dado que confirma a importância desse produto para as redes de televisão são os ganhos com as transmissões de jogos de futebol.

A Rede Globo, principal emissora do país, desde a década de 1980 atua nas transmissões de jogos de clubes e da seleção nacional, tendo uma relação intensa com as associações esportivas. A emissora que surge no período da ditadura militar e serve de correia de transmissão dos sucessivos governos militares é proprietária dos direitos de transmissão dos principais eventos de futebol no Brasil e transmite com exclusividade os jogos da seleção brasileira. A importância disso para as finanças da empresa pode ser visto no balanço de 2014: Neste ano a emissora obteve um faturamento de R\$ 3 bilhões, somente com as cotas de patrocínio oriundas da transmissão dos jogos de futebol, o que representou 20% de toda a arrecadação da emissora²⁶⁹.

O valor arrecadado pela Globo com futebol é superior ao que a Record ou SBT conseguem ter por ano com todas as cotas de patrocínio dos seus programas. Nesse sentido, a expectativa para este ano (2018) é que a arrecadação da Globo com futebol fique mais uma vez na casa dos R\$ 3 bilhões, com as cotas de patrocínio da Copa do Mundo e dos demais eventos que ela possui os direitos de transmissão. Isso significa R\$ 1 bilhão a mais que a receita da Record e duas vezes mais que o SBT²⁷⁰.

Em 2017, as receitas publicitárias somente com a transmissão do campeonato brasileiro, evento que a Globo controla desde os anos 1980, foram de R\$ 1,8 bilhão, maior que toda a arrecadação do SBT no mesmo ano que foi de R\$ 1 bilhão e 2/3 de toda arrecadação anual da Record. O lucro da emissora com essa competição foi de R\$ 500 milhões já que o repasse aos clubes somou R\$ 1,3 bilhão. Isso significa três vezes a soma do que receberam Flamengo e Corinthians juntos, as cotas mais caras, no mesmo ano²⁷¹.

Entretanto, as relações comerciais entre as emissoras de televisão, dirigentes esportivos e outros segmentos do mercado, como *marketing*, são pautadas pela pouca transparência e suspeitas de irregularidades. Assim, diante da importância do esporte, especialmente, do futebol para a ampliação das receitas das emissoras de televisão surgem denúncias sobre os negócios obscuros envolvendo grandes redes de televisão, dentre elas a Rede Globo e membros de associações esportivas. No caso da emissora brasileira não são poucos os escândalos de negócios escusos com dirigentes da Conmebol e CBF. O mais recente refere-se ao pagamento de propina no valor de US\$ 15 milhões aos dirigentes dessas entidades para obter exclusividade na transmissão da Copa América e Copa Libertadores da

²⁶⁹ Informação disponível em: <http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2016/03/07/veja-quanto-dinheiro-a-globo-ganha-com-o-brasileiro/>. Acesso em: 07jun. 2016.

²⁷⁰ Informação disponível em: www.Noticiasdatv.uol.com.br/mercado/globo/fatura-so-com-futebol-mais-do-que-a-record-em-ano-inteiro. Acesso em: 07 maio 2018.

²⁷¹ Informação disponível em: www.Cartacapital.com.br/blogs/intervozes/futebol-nas-maos-da-globo-propina-nao-e-unico-problema. Acesso em: 06 maio /2018.

América. O caso faz parte das investigações do FBI sobre a corrupção na FIFA e ainda não teve uma conclusão²⁷².

Portanto, o futebol é um nicho lucrativo para os veículos de comunicação e, por isso, a cada negociação de direitos de transmissão aumenta a concorrência e os valores pagos para tê-los. Em alguns casos, a conquista da exclusividade nas transmissões são realizadas à margem do ordenamento legal.

Ainda sobre a importância do futebol para os negócios das empresas de televisão Ribeiro Junior et al (2014, p. 271) argumenta que a compra de um evento pode significar o sucesso ou o fracasso de uma empresa de comunicação.

Nos Estados Unidos, competindo com as três gigantes locais, o barão da mídia australiano Rupert Murdoch só estabeleceu sua própria rede, a Fox, depois de adquirir os direitos de transmissão da NFL, de futebol americano, a mais popular liga do país (RIBEIRO JR et al, 2014, p.271).

A importância para as emissoras obviamente é pelo aspecto financeiro, mas ser a emissora oficial de uma competição também demonstra para a sociedade legitimidade e credibilidade. Ela consegue reforçar sua marca perante os telespectadores (KOMMERS, 2016). Isso significa que tanto as associações esportivas quanto as empresas procuram essa empresa de comunicação para associar sua marca.

Nesse sentido, Pozzi e Ribeiro (2006, p. 128) chamam a atenção para o fato de o esporte que, no caso brasileiro é o futebol, tornou-se tão importante para as emissoras de televisão que os produtores começaram a interferir inclusive na forma em que eles são praticados, caso da modificação das regras do voleibol e do basquete, por exemplo, bem como a criar e desenvolver juntamente com as associações esportivas novas modalidades ou eventos.

Assim surgiram os Extreme Games, as Olimpíadas de Esportes Radicais criadas pela Entertainment Sports Programming Network-ESPN em 1994 – que se transformaram em um dos principais produtos desta rede de TV por assinatura: o beach soccer e outras promoções. O beach soccer, em particular, foi uma modalidade criada na década de 1990 no Brasil, através de uma parceria entre a TV Globo e a agência de marketing esportivo Koch Tavares, cujos formatos e regras foram feitos sob medida para os padrões comerciais e estéticos da televisão. Esta opção é uma das saídas encontradas pelas emissoras para fugir da escalada nos custos de aquisição de direitos esportivos, ao mesmo tempo em que elas passam a verticalizar a produção do conteúdo esportivo, ou seja, controlam desde a

²⁷²Informação disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/15/politica/1510763200_510957.html. Acesso em: 08 maio 2018.

concepção e o planejamento do produto, passando pela produção e comercialização.

Nos próximos anos o mercado de venda de direitos de transmissão de espetáculos esportivos deve ficar agitado com a entrada dos poderosos veículos de comunicação da *internet: Facebook, Google, YouTube, Snapchat, Twitter, Instagram*, entre outros. As mudanças já começaram. O *Twitter* comprou os direitos da liga de futebol americano. Pelo *Facebook, YouTube* e outras redes sociais já é possível ver os melhores momentos dos jogos quase em tempo real. Esse é um mercado em plena expansão e que movimenta muito dinheiro para todos os envolvidos.

No que se refere às transmissões, a tendência é o incremento da participação dos telespectadores durante os programas e partidas ao vivo. A interação com o público por meio das redes sociais aproxima o consumidor do produto que está sendo comercializado pela televisão e torna a atividade mais interativa.

Por fim, nota-se que a presença dos veículos de produção e difusão da cultura primeiro o rádio e depois a televisão foi essencial para transformar o futebol num dos produtos mais importantes da indústria do entretenimento. Ao passo que transformou a própria lógica de produção dos espetáculos esportivos, tornou-se imprescindível para a sua manutenção. Da mesma forma, o espetáculo futebolístico é um ativo com impacto significativo nas receitas das corporações da imprensa, seja a esportiva ou não. Por outro lado, com isso formam-se consciências e estilos de vida. Os valores transmitidos influenciam comportamento das pessoas nas suas atividades cotidianas, contribuindo ou não para a disseminação de ideias e atitudes de interesse da estrutura da atual sociedade.

Nesse sentido, um dos papéis exercidos principalmente pelas emissoras de televisão é o estímulo ao consumo aos espetáculos e aos produtos decorrentes diretamente ou indiretamente deles, alguns inclusive, são supérfluos. A transformação dos torcedores em clientes das entidades esportivas e demais grupos que atuam nesse esporte é uma das consequências da subsunção real do futebol à lógica do mercado. Na sequência iremos tratar desse assunto.

5.3-Pertencimento clubístico: do torcedor organizado ao cliente e Sócio-Torcedor.

O quadro na parede da sala, a caneca na cozinha ou a toalha no varal denuncia qual é o grande amor daquela família. Na dúvida, vale uma consulta na agenda ou uma olhada no chaveiro, pois neles também estão a identificação da “nação”. Isso fica mais evidente quando

é dia de jogo, pois a bandeira e a camisa são adereços indispensáveis. Quando está frio o cachecol, o gorro e a luva complementam o uniforme.

Nessa família, quando os filhos nasceram nem tiveram a opção de escolha, logo foram “batizados” pelos pais e avôs com o uniforme, com a roupinha nas cores do clube, com a bola e a chuteira. No berço estava a marca e as cores que estão presentes pelo resto da vida. Quando ficaram mais velhos receberam mais adereços e novas camisas que são usadas nas disputas na rua, na escola e nas idas ao estádio.

Observa-se que no interior do clubismo os filhos não são apenas herdeiros dos bens materiais, mas também são herdeiros dos “bens simbólicos”. Assim, eles herdam o pertencimento a um clube, ou seja, o que é fazer parte daquela “nação”. Isso significa “habituar-se aos altos e baixos do desempenho dos times – à alegria pela vitória no jogo de domingo segue a tristeza pela derrota do time na quarta-feira, ano após ano, indefinidamente” (DAMO, 2008, p. 145). Ocasionalmente xingam e ficam revoltados com o desempenho dos 11 que representam o clube, “cai em desgraça” com o rebaixamento, ficam em “luto”, mas sempre terão o clube como sua “nação”.

É verdade que às vezes em determinadas famílias existe um(a) filho(a) que por um equívoco do destino pode seguir outro caminho. *Um absurdo*, dirão alguns, mas acontece e representa cerca de 2% a 3% em uma família de “fanáticos” (RIBEIRO, 2017). Sem dúvida nenhuma, esse é um caso perdido.

Mas, como ocorre a escolha dentro do clubismo? Aliás, primeiro é importante dizer que não se escolhe, a pessoa já nasce com a marca “prometida”, afinal, somos forçados pela família a frequentar a mesma “congregação” pelo resto da vida. Ribeiro (2017) expõe que a família é o fator determinante, pois, desde cedo, atraem os jovens para a “nação” cercando-os de todo o aparato simbólico e material do que é pertencer àquela equipe.

Nesse sentido, Damo (2008, p. 144) afirma que

[...] inculcar o pertencimento clubístico é competência da rede de sociabilidade primária, normalmente de um familiar ou amigo muito próximo, o que acarreta a indexação do clubismo a outro sistema de pertença, no qual o fluxo de emoções e solidariedades é intenso.

No geral, essa ação orquestrada pela família dá certo, pois, de acordo com Ribeiro (2017), quanto mais familiares (pais, irmãos, avôs, parentes e amigos próximos) torcem para o mesmo clube menor é a chance de um garoto ter outra agremiação, a possibilidade é quase 0%. Porém, isso aumenta conforme amplia a heterogeneidade familiar em relação aos laços afetivos com os clubes. Damo (1998) demonstrou a partir de uma pesquisa em Porto Alegre

que em quase 70% dos casos o torcer por um clube foi definido por influência da rede de sociabilidade familiar. Nesse sentido, os dois autores concordam que o “pacto de sangue” com um clube ocorre na fase da infância, entre os 6 a 10 anos de idade.

Esse “pacto sanguíneo” é determinado, sobretudo pelo patriarca da família e os demais “homens” da família, avôs, tios e irmãos. Isso porque no universo do clubismo as mulheres ainda são minoria. “Assim, temos um sistema clubístico pautado numa lógica geral de funcionamento que se entrelaça com a estrutura familiar, com fortes traços de uma estruturação patriarcal, trazendo para o clubismo relações com forte presença de conteúdos emocionais” (SILVA NETTO, 2010, p. 8).

Nesse contexto, o primeiro aspecto a considerar para entrar para uma “nação” é a influência da família, leia-se dos “homens” da família. O segundo é o número de títulos, quanto mais conquistas maiores são as chances do clube de ampliar o número de aficionados, seja pelos resultados, pela exposição na mídia, ou pela presença de ídolos (RIBEIRO, 2017).

Registra-se que a partir do momento que entra para uma “nação” não é permitido fazer parte de outra. Esse é o pilar central do clubismo. Afinal, torcer não é como diz Ferreira (2010, p.745) no Mini Dicionário Aurélio apenas “simpatizar com um clube” ou ainda “desejar a vitória de um time, equipe, e incentivá-lo por meio de gritos, gestos etc.”, mas torcer significa em muitos casos ser parte, ou seja, pertencer a uma “nação”; a “nação” rubro-negra baiana, a “nação” do tricolor gaúcho, a “nação” alvinegra atleticana de Minas Gerais entre outras. O torcer é estabelecer uma relação com o clube como uma propriedade simbólica que é de todos aqueles que congregam os mesmos sentimentos de pertencimento.

A ideia de pertencer a um clube ou de pertencimento clubístico significa que os vínculos dos torcedores com os clubes, independente da modalidade esportiva, em várias circunstâncias extravasa ato de torcer, pois envolve um engajamento emocional que vai além dos limites das disputas dos gramados, da militância em uma torcida organizada ou com a ida aos estádios (DAMO, 2012). O pertencimento é expresso, por exemplo, por quem vive intensamente o que diz a letra do hino do Santos Futebol Clube: “Sou alvinegro da Vila Belmiro; O Santos vive no meu coração; É o motivo de todo o meu riso; De minhas lágrimas e emoção” ou a letra do Grêmio: “Até a pé nós iremos; Para o que der e vier; Mas o certo é que nós estaremos; Com o Grêmio onde o Grêmio estiver”²⁷³.

Ao pertencer a uma “nação” você se insere no universo do clubismo que significa fazer parte de um “sistema articulado de crenças e práticas que, numa perspectiva arrojada,

²⁷³ As letras dos clubes de futebol podem ser consultadas em: <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-futebol/>. Acesso em: 03 maio 2018.

pode ser definido como um totemismo moderno” (DAMO, 2005, p. 61). Assim, o indivíduo passa a viver o contexto social e cultural com regras peculiares e claras, incorporando uma identidade coletiva.

Como já citamos, a principal regra do universo do clubismo é a inadmissibilidade de mudar de agremiação. A fidelidade eterna ao clube é o pilar central para fazer parte do clubismo. É inaceitável mudar de “nação”. Um colorado jamais será gremista e o contrário nunca acontecerá.

Nesse sentido, há um ditado popular que ouvimos desde criança que diz que religião, política e futebol não se discutem, afinal, cada um possui uma identificação e os outros devem respeitar. O problema é que quando se discute religião e política a pessoa pode mudar e adotar outra crença ou tornar-se ateu e, também, muda-se de candidato ou de partido político, mas trocar de clube é algo improvável, reitera-se que é inaceitável.

A crônica de Luiz Guilherme Piva é certa nisto, vejamos a saga de um torcedor que muda de time:

Indignação foi o mínimo. Teve agressão verbal, ameaça de linchamento, caras viradas, ofensas na internet. – Mudou de time? – Ficou louco? – Tá de brincadeira? – Vá tomar... Ele nem aí. Resolveu. Apareceu na rua da vila, sábado de manhã, com a camisa do maior adversário. Sentou-se no boteco, como sempre. Os amigos riram, perguntaram se era trote, era aposta, o que era. –Nada. Mudei de time. Todos sempre torceram para o time que agora ele abandonava. Iam aos jogos. Eram sócios. Filiaram-se à torcida organizada. Álbuns, camisas, bandeiras, cartões de crédito, até a latinha de cerveja. Depois do espanto, certificaram-se de que era sério. Houve um empura-empurra barulhento, cadeiras levantadas, o pessoal da rua teve que intervir. Ele se sentou de novo, sozinho. O pessoal foi embora olhando para trás, vendo-o no bar com a camisa odiada. Um, deles não se aguentou. Quis correr de volta pro bar, com raiva. Os outros detiveram. Ele, com lágrimas, vermelho, o pescoço inflado de veias, gritava: – Não tá feliz, muda de sexo, porra! A gente aceita! Mas de time, não! Pelo amor de Deus!²⁷⁴

Vale a pena concluir a leitura da crônica, pois, muda-se de sexo, mas de time, de time, jamais! Como ressalta Damo (2008, p.145) no universo do clubismo até se aceita que a pessoa não goste de futebol, mas se você pertence a ele o sistema não tolera “ora torcer por um clube, ora por outro. Essa atitude não permite a brincadeira, a circulação – dar e receber – insinuações jocosas, não se conformando aos princípios elementares das identidades e das alteridades sugeridas pelo sistema”.

²⁷⁴ Informação disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2014/10/mudanca-de-time/>. Acesso em: 04maio 2018.

Destaca-se que isso independe da situação da equipe nas competições. Afinal, a vitória não é de “sicrano”, “beltrano” ou “fulano”, mas é a conquista do meu “mengão”, do meu “timão”, do meu “tricolor”, do meu “verdão”, o mesmo ocorre com os resultados negativos. Aliás, falando na derrota, sem dúvida perder é uma dor, um “imenso crime”, mas se o time ganha “não adianta, não há garganta que não pare de berrar”²⁷⁵.

No estádio (que para o torcedor que pertence ao clube é sua “casa”) os berros serão dados em meio aos pulos e abraços aos desconhecidos, sendo milhares de vozes que cantam e gritam em oposição ao silêncio ensurdecedor dos adversários. Além disso, o “berro” será ouvido todos os dias no ônibus, no trabalho, na escola, na universidade e em casa. A camisa será exposta com o maior orgulho do mundo durante vários dias da semana.

Daolio (1998, p.4) sintetiza o que foi dito anteriormente da seguinte forma:

Ainda que a fase não esteja boa ou que a equipe caia para a segunda divisão, o torcedor não muda de time. Sofre com ele, acreditando em dias de sucesso, tornando-se ainda mais fanático. No Brasil, essa fidelidade vem desde o dia do nascimento, quando o garoto recebe um nome, uma religião e um time de futebol para o qual vai torcer a vida toda. Fidelidade que está expressa na porta do quarto da maternidade, quando os pais penduram um par de chuteiras e um uniforme em miniaturas, representando o time de futebol da família. Ao longo da infância, há um contínuo processo de inculcação de valores e hábitos positivos sobre o time da família e negativos em relação às equipes adversárias. Assim se aprende no nosso país a torcer por uma determinada equipe de futebol, diferentemente das equipes de voleibol ou basquetebol que, como representantes de empresas, mudam de nome a cada temporada.

Só discordamos de Daolio quando afirma que isso é algo brasileiro. Com toda certeza não é, a relação do torcedor com o seu clube é algo que ultrapassa as nossas fronteiras e atinge os países em que a prática do futebol está presente como um dos esportes mais praticados. A mesma relação pode ser vista com os nossos vizinhos da América do Sul, nos países da Península Ibérica entre outras nações do ocidente.

A rotina em dia de jogo de uma família que possui ligação “umbilical” com Betis, Sevilla, com o Córdoba, na segunda divisão da liga espanhola, com o Valência, Málaga, Espanhol na Espanha, com Benfica, Sporting, Vitória de Guimarães em Portugal ou o PSG na França entre outros são semelhantes as tradicionais famílias brasileiras que desde cedo se preparam para acompanhar o clube no estádio ou pela televisão, nos restaurantes ou bares, especialmente em dia de clássico. A camisa seja aqui ou acolá é a segunda pele, a bandeira e a

²⁷⁵ Fragmento da letra da música “É uma partida de futebol” do grupo Skank.

faixa são itens indispensáveis. A “falação” sobre o clube predomina antes e após a partida. Na Espanha, por exemplo, o futebol domina nas conversas cotidianas (LLOPIS-GOING, 2011). Os ritos e cânticos assemelham a uma reunião religiosa, em que os louvores são todos direcionados aos onze “apóstolos” da bola que vestem os “mantos” sagrados. É verdade que sempre tem um que é o preferido, sendo o mais reverenciado, que é normalmente o craque e/ou o “prata” da casa, que se destaca durante os jogos.

Observa-se que o futebol é uma “religião”, laica, universal, mas que diferente das religiões, como já indicamos, não permite que você mude de “congregação” ou para outra “denominação religiosa”. A escolha é eterna. Os flamenguistas dirão: Uma vez Flamengo...Flamengo até morrer”.

Se o clube é a entidade que jurídica e administrativamente se organiza para participar das competições, mas, culturalmente, mesmo com o empresariamento ainda é bem mais que isso. Como sinaliza Damo (2008, p.144) “eles são como totens, entidades de natureza simbólica que condensam a representação de uma dada comunidade de sentimento, cujo sentido é em grande parte constituído pela existência de outras comunidades do mesmo gênero”. Ao pertencer a uma agremiação significa tripudiar, em alguns casos, odiar tudo que se relaciona ao(s) adversários. A relação é de amor incondicional com seu clube e ódio ao inimigo, sendo que nem o nome dele pode ser pronunciado.

Essa é a segunda regra central no clubismo. Ou seja: ao pertencer a um clube significa ter outro como oponente direto. Às vezes é até permitido ter simpatia por outro, “bifiliação” ou hibridismo clubístico, especialmente aquele da cidade que disputa uma divisão inferior, mas é preciso eleger um “inimigo” para torcer contra, para “gozar” e “odiar”. De acordo com Llopis-Going (2013, p. 238) as rivalidades “constituye una dimensión muy clara de las culturas futbolísticas que se nutren de la memoria histórica de los clubes, algo que va más allá de sus documentos y archivos oficiales, pues es una fuerza que comparten y que proporciona cohesión a sus seguidores”. Ela mobiliza os torcedores em um circuito de emoções e ajuda a enraizar os vínculos clubísticos.

Um momento interessante do pertencimento clubístico é quando o seu clube depende do seu maior adversário para se classificar ou ser campeão de uma competição. E agora, o que fazer? Dificilmente ele irá torcer para que o arquirrival vença, mas pode torcer para que o outro clube não ganhe. A torcida é para que o outro não conquiste a vitória. Um caso interessante ocorreu em 2004 quando o Corinthians dependia da vitória do São Paulo para não ser rebaixado para segunda divisão do campeonato paulista. Alguns torcedores do São Paulo cogitaram que o time deveria entregar o jogo. Os corintianos torceram contra o Juventus,

adversário do São Paulo. Ao final, o tricolor paulista venceu e salvou o arquirrival de um vexame histórico. Até hoje alguns torcedores do São Paulo lamentam a vitória do time.

Ainda sobre o sentimento de pertencimento e as rivalidades, o jornal britânico “Mirror” elencou as 50 maiores rivalidades do futebol mundial e neste grupo estão três grandes clássicos brasileiros. O principal é o Gre-Nal de Porto Alegre. Os gaúchos são divididos entre “azuis” e “vermelhos”. Os clubes pautam a agenda midiática e cotidiana da população do Rio Grande do Sul. O jornal ainda elencou a disputa entre Flamengo e Fluminense e Corinthians e Palmeiras como outras grandes rivalidades do Brasil. A maior segundo o jornal é aquela que divide a Argentina entre Boca Juniors e River Plate²⁷⁶.

No Brasil, 80% das pessoas torcem por algum clube, na Espanha o índice é um pouco menor 67%. No Brasil, Flamengo e Corinthians são os mais queridos e representam 30%, na Espanha são os dois gigantes, Real Madrid e Barcelona concentram 58% dos torcedores²⁷⁷ (LLOPIS- GOING, 2013).

No entanto, nem todos que acompanham futebol pertencem ao universo clubístico, nem todos possuem um engajamento emocional, com uma participação ativa. Assim, discordamos de Damo (2005, p. 61) quando afirma que “os torcedores não vão ao estádio para ver um jogo qualquer, mas para ver, jogar e torcer pelo time que representa seu clube”. Há diferença entre gostar do espetáculo futebolístico e possuir um sentimento de pertencimento clubístico. Inclusive em vários momentos estão no estádio acompanhado os jogos, seja daquele clube que elencou como seu ou outro qualquer, como uma mera atividade de lazer.

Sobre isso Silva, Souza Neto e Campos (2011, p. 18) colocam que:

[...] as práticas de divertimento possibilitadas no "campo" do futebol, seja como experiência física, sejam como fruição contemplativa posta na torcida (que nunca é, de fato, apenas contemplativa), representam um importante canal de vazão da cultura brasileira. Jogar futebol e/ou torcer por um time expressam sentimentos poderosos, vivenciados individual ou coletivamente no tempo disponível das pessoas.

Além disso, é importante destacar a existência do circuito de emoções relacionadas a seleção nacional quando participa de amistosos e competições internacionais, especialmente Copa FIFA. O vínculo é diferente daquele do clubismo, inclusive engloba mais pessoas, sobretudo, do sexo feminino, que no dia a dia não necessariamente possui um engajamento

²⁷⁶ Informação disponível em: www.globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/jornal-poes-tres-classicos-brasileiros-entre-os-50-maiores-do-mundo-gre-nal-no-top-10.ghtml. Acesso em: 03 maio 2018.

²⁷⁷ As informações sobre a identificação dos brasileiros com clubes de futebol podem ser consultada em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/12/pesquisa-mostra-que-torcida-sem-time-fica-na-frente-de-fla-e-corinthians.html>. Acesso em: 03 maio 2018.

emocional em torno de um clube. O torcer por uma equipe que representa um país é sentir parte de um contexto que é diverso, mas que simbolicamente carrega as cores e a bandeira daquilo que unifica todos que vivem naquele território. As competições esportivas entre seleções são um dos elementos constantemente utilizados para desenvolver o sentimento de identificação cultural de um povo ao seu país. O futebol é um desses fenômenos que é constantemente utilizado no Brasil como símbolo do que é ser brasileiro.

Outro circuito de emoções é o vínculo entre os clubes globais e os torcedores globais. A internacionalização dos grandes clubes europeus nos últimos anos está atraindo aficionados por futebol, especialmente jovens, em todo o mundo. Ainda que não tenha um forte engajamento emocional é visível que clubes como Barcelona, Real Madrid, Bayer de Munique, Chelsea entre outros que conquistam títulos europeus e mundiais e que possuem jogadores brasileiros circulam no imaginário social e na “falação” cotidiana. De forma jocosa esses torcedores são tratados como “modinhas” por se envolver com os clubes que estão constantemente ganhando títulos e possui vedetes globais na mídia.

Ainda sobre isso, um aspecto que vem chamando a atenção que precisa ser melhor analisado é a identificação do torcedor não com um clube, mas com o atleta. Há em curso um processo de identificação do torcedor com o grande ídolo do futebol. Um exemplo disso é o número de seguidores nas redes sociais (*Facebook, Twitter e Instagram*). Cristiano Ronaldo é a pessoa pública no mundo com mais seguidores, cerca de 297 milhões. O clube anterior dele possui 156 milhões e o rival Barcelona, 157 milhões. O atleta tinha mais seguidores do que o próprio clube²⁷⁸.

A medida que um grande atleta muda de clube o torcedor acompanha e torce para o seu sucesso. Isso aconteceu recentemente com aqueles que identificam com o trabalho do técnico Pep Guardiola que saiu do Bayern de Munique e assumiu o Manchester *City* e também com Neymar que deixou o Barcelona e foi para o PSG e, provavelmente ocorrerá com Cristiano Ronaldo na Juventus. No caso do Neymar, o número de torcedores no Brasil do PSG teve um salto significativo, inclusive na comercialização dos produtos do clube. Esses fenômenos são recentes e fazem parte do contexto de internacionalização e mercantilização do futebol mundial²⁷⁹.

²⁷⁸ Informações disponíveis em: <https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/10/31/cristiano-ronaldo-e-a-pessoa-publica-com-maior-numero-de-seguidores-nas-redes.htm> e <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/reis-das-midias-sociais-real-e-barca-disputam-classico-dentro-e-fora-de-campo.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2018.

²⁷⁹ O Barcelona lidera a preferência dos torcedores brasileiros, seguido do Real Madrid, Chelsea, Bayern de Munique e Milan. Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol->

Assim, temos os espectadores, os torcedores e aqueles que desenvolvem o sentimento pertencimento a um clube. Esses possuem uma identificação maior com o seu clube em relação à seleção nacional. Em alguns casos como nas disputas internacionais entre as seleções, os três grupos estão juntos, com níveis de engajamento emocional diferente, mas, no dia a dia a participação deles no circuito de emoções dos clubes é diferente.

No caso daqueles que estão no interior do clubismo o vínculo com um clube conduz a ter uma participação mais ativa em coletivos exercendo um papel de ator no espetáculo produzido pelos seus representantes em campo. Porém, até quando isso estará presente com um futebol cada vez mais global, espetacularizado e mercantilizado? Essas são questões que devem ser analisadas nos próximos anos. Por enquanto, o fato concreto é que ainda o sentimento de pertença conduz diversas pessoas, especialmente jovens do sexo masculino, a participar ativamente de sua “comunidade” dando origem às Torcidas Organizadas (TO).

As diferentes pessoas são unidas pelo sentimento de vínculo com um clube e passam a ter uma atuação mais efetiva dentro do universo do clubismo. A seguir vamos entender um pouco mais sobre as Torcidas Organizadas que possuem uma estrutura independente, mas que estão vinculadas emocionalmente ao clube, com outros códigos de solidariedade e lealdade.

5.3.1- O sentimento de pertencimento e as Torcidas Organizadas

O clima no estádio em dia de uma grande partida de futebol é fantástico! Milhares de pessoas cantam e empurram o time que representa o clube do coração. Além disso, xingam os adversários, o juiz e várias vezes o próprio time quando não está bem. Às vezes também sobra para dirigentes esportivos, políticos e emissoras de televisão.

Os braços fazem as coreografias com e sem bandeiras. Os únicos momentos de interrupção são para os aplausos. As músicas vão desde aquelas de incentivo, como: “[...] Dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, ô dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, ô dá-lhe, dá-lhe, dá-lhe, ô Mengão do meu coração [...]”, até aquelas que incentivam, mas demarcam bem as diferenças em relação aos adversários, com um tom provocativo. Vejamos um cântico dos torcedores do Fluminense:

Eu não sou rubro-negro; Eu não sou rubro-negro; Eu não sou ladrão, Não sou ladrão, não sou ladrão. Dá-lhe Nense, Dá-lhe Nense. Eu não sou vascaíno; Eu não sou vascaíno; Eu não vendo pão, Não vendo pão. Dá-lhe

Nense, Dá-lhe Nense. Eu não sou Botafogo; Eu não sou Botafogo; Eu não sou chorão, não sou chorão. Dá-lhe Nense, Dá-lhe Nense²⁸⁰.

Tudo isso é conduzido por um grupo de torcedores normalmente localizados atrás de um gol ou em uma das laterais do estádio, na parte inferior. Eles são vistos como fundamentais para o espetáculo e também são “criminalizados” pelos atos de violência física que ocorrem dentro e fora dos estádios. Como ressalta Pimenta (2003, p. 46), o torcedor dentro de uma organizada “não é mais um mero espectador do ‘jogo’. No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo [...]. Vide suas vestimentas e bandeiras [...], cantos e coreografias [...], sentimento de pertencimento e representação da guerra contra os rivais (simbólico)”.

Holanda (2009, p. 105) informa que os estilos de torcer na América Latina e em diversos países da Europa foram diretamente influenciados pelas torcidas inglesas, italianas e argentinas. Porém, as torcidas organizadas surgem na Bélgica e no norte da França no início da década de 1920. No Brasil a passagem de uma forma de torcer individualizada para uma coletiva é um ato que ocorre a partir da década de 1930 a 1940, com o surgimento do líder de torcida. Durante as partidas sempre tinha uma pessoa que concentrava e atraía outros torcedores para empurrar o time durante o jogo. Normalmente era aquela “figura assídua e tradicional nos jogos, com uma capacidade de comunicação e com uma liderança tida como inata, reconhecida pelos torcedores, pelos dirigentes e pelo policiamento na coordenação do incentivo aos jogadores”.

Assim, de acordo com Toledo (2000) em 1940 surge a primeira torcida uniformizada no Brasil que foi do São Paulo Futebol Clube. Ao longo dessa década formam outros coletivos, com características semelhantes. Silva et al (2012, p. 24) sinalizam que essas torcidas tinham um sólido vínculo com os clubes, sendo “identificadas através dos uniformes dentro dos estádios, nasceram tendo como um dos objetivos a ideia dos clubes de uniformizar o torcer dentro da arquibancada”. Canale (2012, p. 50) complementa afirmando que o objetivo das torcidas uniformizadas “era promover ou fortificar uma educação torcedora, nos moldes que a polícia da época e o governo do Estado Novo entendiam como cidadania. Essas torcidas eram saudadas pelos órgãos da mídia sob um viés pacificador [...]”.

Entretanto, de acordo com Aquino (2017), as Torcidas Organizadas como conhecemos hoje é um produto da década de 1960, pois, diferentemente das anteriores que estavam muito

²⁸⁰ Veja mais em: <https://uolesporte.blogosfera.uol.com.br/2017/01/20/7-cantos-de-torcida-usados-por-mais-de-um-time/>. Acesso em: 01 maio 2018.

vinculadas aos clubes, com função de apenas apoiar o time e contribuir com a disciplina dos torcedores nos estádios, as atuais reivindicam mais autonomia e, conseqüentemente, passam a pleitear junto ao clube melhorias e resultados. Portanto, a questão da administração do clube torna-se assunto dos torcedores organizados. Vejamos o que diz o lema da Gaviões da Fiel²⁸¹:

Dia 1º de julho de 1969, marca a data oficial da fundação do Grêmio Gaviões da Fiel Torcida. Um grupo de corinthianos autênticos que vieram a se conhecer nas gerais dos estádios onde o Corinthians se apresentava e isto lá pelos anos de 1965. Movidos pelo ideal de colaborar com a vida do clube, não só incentivando o time mas também, participando efetivamente da vida política administrativa do Sport Club Corinthians Paulista. Enquanto torcia pelas vitórias, fiscalizava o dia-a-dia do clube e denunciava os desmandos.

Nesse contexto surgem as principais Torcidas Organizadas do país. Além da Gaviões da Fiel (1969), que já nasce discutindo a legalidade do então presidente do clube que ocupava o cargo há 15 anos, registra-se a criação, no mesmo ano, da torcida Jovem do Flamengo e do Botafogo e, em 1970, a Força Jovem do Vasco e a Torcida Young-Flu do Fluminense, que desde aquela época já faziam protestos contra as atuações dos times (HOLANDA, 2009).

Lopes e Cordeiro (2010, p. 78) lembram que as atuais Torcidas Organizadas são criadas justamente no contexto em que as pessoas tinham todos os seus atos controlados pelo regime militar, “Foi nesta época que começamos observar a presença de milhares de jovens nas arquibancadas brasileiras com suas vestimentas, modos de atuação e cânticos de guerra próprios”. Silva et al (2012, p. 24) complementa ao dizer que as Torcidas Organizadas eram identificadas além de pelos uniformes, também “pela autonomia perante o clube, pelos modelos organizacionais mais elaborados e pela presença em outros espaços cada vez mais tradicionais, como sedes, eventos musicais, festas e nas ruas nos dias de jogos”.

Observa-se, portanto, que enquanto a organização em partidos e movimentos sociais e estudantis era proibida e /ou combatida pelos militares, os jovens se organizam em torno de um sentimento de pertencimento para empurrar e cobrar resultados dos seus clubes.

Ao longo do período democrático o número de torcedores vinculados a uma torcida organizada se multiplica no Brasil.

De 1991 a 1995, as principais torcidas organizadas de São Paulo, por exemplo, quadriplicam o seu quadro associativo: a Mancha Alviverde, do Palmeiras, “salta” de 4.000 filiados para 18.000, a Independente, do São Paulo, de 7.000 para 28.000 e a Gaviões da Fiel, do Corinthians, de 12.000 para 46.000. Destes novos filiados, a grande maioria era constituída de

²⁸¹ Informação disponível em: <http://www.gavioes.com.br/torcida/ideologia/>. Acesso em: 04 maio 2018.

jovens entre 12 a 18 anos de idade (PIMENTA, 2000). Na década seguinte, os números de filiados das torcidas organizadas continuaram subindo, e, em alguns casos, praticamente dobraram (LOPES; CORDEIRO, 2010, p. 79).

Nesse sentido, Reis e Lopes (2016) identificam que em paralelo ao crescimento do número de torcedores organizados, as agremiações de torcedores também se tornaram mais profissionais, burocráticas e empresariais. Elas possuem estatutos, formas de filiações, fontes definidas de obtenção de recursos, algumas com mais de uma corrente que disputa o controle da entidade e realiza atividades sociais e culturais junto à comunidade²⁸².

Os torcedores organizados no Brasil são normalmente homens, com média de idade de 25 anos, a maioria (cerca de 60%) com o ensino médio completo (SILVA et al, 2012; REIS; LOPES, 2016). No que se refere à renda, Silva et al (2012) identificaram em pesquisa realizada em 2008 que os torcedores de organizadas de Belo Horizonte possuem uma renda mensal abaixo de dois salários mínimos (58%), no entanto, entre os membros possuía gente com menos de um salário mínimo e outros que recebiam mais de dez salários.

Quanto à organização familiar, observa-se que os dados dos torcedores organizados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte revelam que a grande maioria são solteiros, não possuem filhos, moram com os pais e irmãos. O que demonstra a existência de um vínculo familiar e uma certa disponibilidade para participar das atividades das Torcidas Organizadas, como ir aos estádios. Inclusive esta ação entre os torcedores mineiros foi aquela que mais se destacou como atividade realizada como membro da Torcida Organizada²⁸³ (SILVA et al, 2012; REIS; LOPES, 2016).

Silva et al (2012) destacam que nem todos os torcedores organizados possuem cadastro junto às torcidas, ainda que participem de suas ações, assim como não têm o hábito de pagar mensalidade, mas colaboram com a compra de produtos. Além disso, chama a atenção para a baixa participação dos membros nos cargos diretivos das Torcidas Organizadas.

Reis e Lopes (2016, p. 703) ao fazer uma espécie de “balanço” sobre o perfil dos torcedores organizados concluem que em sua maioria os torcedores possuem emprego ou são estudantes, com um nível de instrução bom em relação à média da população brasileira e possuem um vínculo familiar. Eles dizem que:

²⁸² Inclusive possui uma Associação Nacional das Torcidas Organizadas- ANATOG- que organiza todas as atividades realizadas pelas Torcidas Organizadas em todo o país. Para mais informações sobre a ANATOG vale a pena consultar o seguinte site: <http://anatorg.com.br/x/quem-somos/>. Acesso em: 04 maio 2018.

²⁸³ Os dados sobre os torcedores organizados dos clubes do Rio de Janeiro estão disponíveis em: <https://gvcult.blogosfera.uol.com.br/2016/01/28/torcidas-organizadas-no-brasil-contemporaneo-ii-resultados-de-um-survey/>. Acesso em: 01 fev. 2018.

O perfil descrito dos jovens torcedores organizados nos leva a perceber que muitas das “ideias feitas” desses torcedores – as de que eles seriam “vagabundos”, “desocupados”, “gente sem instrução”, “sem família” etc. – são marcadas por generalizações que encontram pouco respaldo empírico. Deste modo, mais do que propriamente representar a realidade desses torcedores, essas ideias servem para criar atitudes discriminatórias contra eles – o que nos faz pensar que o debate público em torno da violência no futebol brasileiro deve ser reformulado, passando a pautar-se por princípios éticos que busquem evitar os impactos eventualmente degradantes a esses torcedores. Para o estabelecimento de políticas de segurança mais justas, democráticas e eficientes, não podemos perder de vista, em hipótese alguma, que a maioria dos torcedores organizados não é delinquente, do mesmo modo que existem também torcedores violentos que não pertencem a torcidas organizadas.

De acordo com Murad (2012), apenas 5% a 7% dos torcedores organizados produzem atos criminosos relacionados ao futebol, normalmente são também membros de facções criminosas ou estão relacionados ao tráfico de drogas.

Ressalta-se que os atos de violência física de torcedores de futebol nos estádios são registrados bem antes de surgirem as Torcidas Organizadas. Reis e Lopes (2016) lembram que é um fenômeno global que existe desde os primórdios do futebol. Oliveira Neto (2013, p.30) narra uma “batalha campal” ocorrida em 1923 entre torcedores do Flamengo e do Vasco. Os torcedores do Flamengo revoltados com as “gozações” dos torcedores do Vasco “levou remos enrolados em jornais ao campo e, a cada gol feito por seu time, lascavam remadas sobre a torcida do Vasco, e o jogo acabou com intervenção policial e, de acordo com a mídia da época, com uma “batalha campal” dentro do campo de jogo, invadido pelos torcedores”.

Nos últimos anos foram frequentes brigas e mortes relacionadas ao futebol. De 1988 a 2012 foram contabilizadas no Brasil 155 mortes, sendo que, de 1999 a 2012, foi uma média de quatro mortes por ano. O número é superior aos índices dos países que estão as grandes ligas, como Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França (OLIVEIRA NETO, 2013; MURAD, 2012). Assim, apesar de novo ordenamento legal e movimentos repressivos do poder público, os dados demonstram que a violência física ligada ao futebol continua alta no país e, ano após ano, está presente nos estádios (REIS; LOPES, 2016).

Em todos os casos é unânime a visão da imprensa de que a violência física é em decorrência dos conflitos no interior ou entre as Torcidas Organizadas, sendo fruto das rivalidades territoriais ou clubísticas (OLIVEIRA NETO, 2013). No entanto, é importante mencionar que em nenhum momento os códigos do pertencimento clubístico são norteados

pela violência física. “As jocosidades e os xingamentos são dimensionados para afetar ao outro, sem que para isso haja o embate físico, atingir o inimigo dentro do nível permitido, pelos códigos do futebol e principalmente pelos da justiça” (CANALE, 2012, p. 90).

Registra-se que a ligação de torcedores organizados como responsáveis pela violência no futebol ficou mais explícita na mídia após o assassinato de um dos fundadores da Mancha Verde, em 1988 (MURAD, 2012). Assim, a cada nova confusão diversas vezes do poder público e da imprensa se levantam pedindo punições mais rigorosas, inclusive a extinção das organizadas, para que as “famílias” possam retornar aos estádios. Afinal, as organizadas são associadas à baderna, à confusão e ao conflito; já os “torcedores comuns” são vistos como a alegria do futebol, aqueles que realizam manifestações pacíficas, que levam cartazes do tipo “Galvão me filma”.

Oliveira Neto (2013) demonstra ao analisar as publicações dos principais jornais impressos do país que todas as menções às Torcidas Organizadas são referentes a casos de violência. Observa-se que há um discurso repetido por várias vezes em diferentes veículos para associar a violência no futebol às organizadas, sendo que os espaços que dão para elas nas páginas dos jornais ocorre somente quando tem algum conflito físico nos arredores ou dentro dos estádios.

É inegável que a violência física e simbólica está no interior das Torcidas Organizadas, uma vez que é uma forma de conquista de poder e espaço diante das outras torcidas. Pereira (2010) sustenta isso ao contextualizar como ocorreu a criação da Mancha Verde, pois, cansados de apanhar de adversários, as três Torcidas Organizadas do Palmeiras se unem e tornam ao longo dos anos 1980 a torcida mais temida. As rivalidades entre os clubes, inclusive estimuladas pelos jogadores e imprensa, que, ao promoverem os jogos intitulam como uma “guerra”, mexem com o sentimento dos torcedores que vivem os clubes. Isso não é exclusividade brasileira, pois, os dias de grandes clássicos na Europa exigem um enorme esforço policial para proteção de conflitos entre torcedores rivais. Nos estádios um extenso cordão de isolamento separa os torcedores das duas equipes que duelam no gramado.

No entanto, é impossível desconsiderar que a violência das organizadas seja algo isolado daquilo que ocorre de forma estrutural no cotidiano da sociedade. O que ocorre nos estádios é também expressão do que acontece no dia a dia das nossas cidades, seja no Brasil ou em outros países. Como sinaliza Reis e Escher (2006, p. 80) “a violência no futebol tem de ser entendida, primeiramente, como um problema de origem social, muito maior do que simplesmente a existência ou não de torcidas organizadas”.

Da mesma forma é equivocada a posição da imprensa como sinaliza Lopes e Cordeiro (2010) que constantemente refere-se às Torcidas Organizadas como *hooligans* brasileiros, referência aos grupos de torcedores ingleses e do norte da Europa com forte engajamento com ações violentas dentro e fora dos estádios. Ainda que tenham semelhanças como a faixa etária e o forte envolvimento emocional com o clube, o que em alguns casos pode entrar em conflito com torcedores rivais ou mesmo da própria torcida, motivados por fatores externos, como controle de territórios em que os membros das organizadas vivem, e ações “militarescas” como as emboscadas, as diferenças são bem mais significativas.

Tanto as organizadas do Brasil como os agrupamentos de torcedores do resto da América do Sul e do sul da Europa possuem diversas atividades sociais, como: “doação de sangue, distribuição de alimentos, cestas básicas, roupas, ovos de Páscoa, brinquedos, entre outras. Essas iniciativas costumam ocorrer em datas específicas, como Dia das Crianças, Páscoa, Natal, com o intuito de auxiliar pessoas necessitadas” (PALHARES; SCHWARTZ, 2015, p. 110). Da mesma forma, têm uma plena atuação nos estádios, seja incentivando a equipe ou como demonstrações de posições políticas, como contra o racismo, algo bem diferente dos *hooligans*, que a centralidade das ações é a violência.

Estes agrupamentos – assim como os torcedores organizados e diferentemente dos *hooligans*, que são menos comprometidos com o “espetáculo” nas arquibancadas – costumam transformar as partidas de futebol (com suas imensas faixas, bandeiras, adereços, instrumentos musicais e coreografias de todos os tipos) numa experiência audiovisual extremamente estimulante. São eles os grandes responsáveis pelos shows pirotécnicos nos estádios (LOPES; CORDEIRO, 2010, p. 79).

Os autores demarcam algumas diferenças entre os torcedores organizados brasileiros e os torcedores argentinos, pois, os *Hermanos* fazem menções à violência e à xenofobia e as organizadas no Brasil, por meio de sua associação, procuram conscientizar e combater qualquer tipo de discriminação e apelo à violência nos estádios. No Brasil, as torcidas são reguladas pelo Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2003), possuem estatutos, diretoria e muitas têm sedes, sendo entidades de direito privado.

Além disso, é importante destacar a forte atuação das organizadas junto aos clubes cobrando melhorias e resultados e acompanhando a gestão do clube, bem como reivindicando melhoria no acesso ao estádio, ao “bom senso” no preço dos ingressos e à não exclusão das camadas mais pobres do campo de jogo. Ou seja, de fato sendo parte do dia a dia daquela agremiação.

Observa-se que o sentimento de pertencimento ao clube leva milhares de torcedores a se organizarem coletivamente para acompanhar, incentivar e cobrar excelência esportiva e financeira de sua agremiação. A maioria é jovem, com baixa renda, com raízes familiares e emprego. “Para quem sabe e conhece, Torcida Organizada é um grupo de pessoas comuns como eu e você, que gostam de assistir ao jogo de pé, porque não é plateia e de se organizar para colorir o estádio com bandeiras, faixas, papel picado [...] que embelezam o espetáculo”²⁸⁴. Entretanto, a atuação imperativa das organizadas junto aos dirigentes esportivos e atletas e a externalização de seu sentimento em alguns momentos com atos violentos (físicos e psicológicos) de seus membros são constantemente rotuladas pela imprensa, com apoio de dirigentes e do mercado como organizações criminosas, sendo seus membros tidos como “vagabundos”, “bandidos” que devem ser extintos dos estádios (REIS; LOPES, 2016).

Mas a quem interessa o combate e a defesa da extinção das torcidas organizadas? A quem interessa os atos de punição coletiva e não individual dos atos violentos cometidos por membros das torcidas organizadas? A quem interessa o processo de isolamento da violência no futebol dissociando de fenômenos mais amplos e complexos da sociedade?

Em todo o país tornou-se recorrente após um caso de violência física relacionado ao futebol aparecerem pedidos de proibição da Torcida Organizada, com as bandeiras e instrumentos nos estádios ou extinção total delas. Um atentado ao direito de associação consignado na Constituição de 1988, mas que na maioria das vezes é realizado por membros do Ministério Público Federal (ALVES, 2014). Além disso, observa-se movimentos coletivos ou isolados da sociedade brasileira que também pedem o fim dos organizados. Nesse sentido, uma petição pública, disponível em um site público de petições, endereçada ao Governo Federal pede a extinção de todas as Torcidas Organizadas do país. Entre os argumentos destacam que elas são sinônimo de violência: “Todas as brigas ocorridas por causa do futebol são causadas pelas torcidas organizadas”; “Todas as mortes ocorridas por causa de confrontos entre torcidas as “torcidas organizadas” estão presentes”. No entanto, no texto é possível identificar outras motivações que revelam o real sentido do combate as organizadas, afinal: elas afastam os torcedores de bem e, sobretudo, os organizados “não consomem produtos que o time vende e assim diminuem suas receitas”²⁸⁵.

²⁸⁴ Manifesto de Paz e Justiça da Torcida Independente do São Paulo Futebol Clube transcrito por Padilha e Schwart (2015).

²⁸⁵ A Petição pública sobre o fim das torcidas organizadas pode ser consultada em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR71242>. Acesso em: 03 maio 2018.

A realidade é clara em demonstrar que membros de Torcidas Organizadas possuem envolvimento com delitos e estão envolvidos com a violência relacionada ao futebol. Mas, como já mencionamos é ficar na aparência ao desvincular o que ocorre no futebol em relação com aquilo que está presente em outros complexos da sociedade. Para ter uma ideia disso, no Brasil, nos últimos quinze anos matou mais do que a Guerra na Síria e do Iraque juntos. Entre 2001 a 2015 foram mais de 786 mil homicídios, um terço da população do Distrito Federal²⁸⁶. Ressalta-se que morte deve ser lamentada em qualquer lugar do mundo, seja qual for o motivo. Mas o que ocorre no futebol não é isolado do que ocorre no país e no mundo. As questões sociais, políticas e econômicas influenciam diretamente o comportamento daqueles que estão envolvidos com o futebol (REIS; LOPES, 2016).

Ressalta-se que, com isso, não estamos negando os fatores relacionados ao indivíduo ou internos ao futebol, aos aspectos intrínsecos à estrutura simbólica e cultural que envolve o sentimento de pertencimento, mas, apenas reforçando que não é possível explicar a violência no futebol apenas olhando para esses prismas. Da mesma forma é preciso deixar claro que as punições devem ser individuais e não coletivas – ao conjunto de torcedores que se organizam para externalizar seus sentimentos.

Porém, em paralelo aos movimentos que pedem o fim das Torcidas Organizadas e à ausência de êxito nessa estratégia, nota-se uma mudança recente de comportamento do poder judiciário, meios de comunicação, setor empresarial, clubes e de algumas torcidas. Observa-se na atualidade um processo de “domesticação” do torcer, ou seja, reconhecem a existência das Torcidas Organizadas, porém, impõem mudanças no ato de torcer nos estádios e também na relação com o clube.

Nos estádios os organizados são isolados, além disso, no Brasil realizam clássicos sem torcida adversária. Elas são responsáveis por empunhar as bandeiras e realizar os cânticos e a festa, acompanhadas em alguns momentos pelos demais torcedores. Holanda (2009) destaca o papel exercido nos últimos anos pelos meios de comunicação que ao invés de simplesmente estigmatizar os organizados passa a incentivar o aparecimento de novas torcidas, com um perfil social diferente, especialmente ligada à classe média, para concorrer com as antigas Torcidas Organizadas.

As novas torcidas ou “movimentos”, ao menos no discurso, são avessas à violência e à organização burocrática. “[...] em termos visuais, não usam faixa ou camisa alusivas ao grupo; em termos rítmicos, adotam os cânticos e os instrumentos argentinos; em termos clubísticos,

²⁸⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politicas/1513002815_459310.html. Acesso em: 29 abr. 2018.

apoiam de modo ininterrupto e integral o time, sem a admissão de vaias ou protestos” (HOLANDA; AZEVEDO; QUEIROZ (2014, p.21). Assim, é possível identificar como “o repertório musical, as insígnias e os distintivos adotados pelas torcidas [...] são apropriados por uma mnemotécnica e por uma estrutura parodística de canções, de propagandas comerciais ou de algum elemento do imaginário veiculado pelos meios de comunicação” (HOLANDA, 2009, p.9). Um exemplo disso é a adaptação feita pela torcida do Flamengo durante os jogos do *jingle* frequentemente utilizado pela Rede Globo nas transmissões da F1.

Essa mudança de estratégia do poder público e principalmente da mídia se insere no contexto mais amplo de reestruturação do futebol mundial que exige outro perfil de torcedor. Diante da inserção dos clubes no mercado e a busca por novas e volumosas receitas, as estratégias de *marketing* ganham destaque no interior das agremiações, que tornam o torcedor em cliente. Assim, o torcedor não se resume em ir ao estádio fazer festa ou que fica em casa torcendo, mas é preciso consumir os produtos e serviços do clube e de seus parceiros. Além disso, é preciso ter disciplina no torcer e afastamento do dia a dia do clube, que é uma empresa ou que deve ter uma gestão empresarial.

Os torcedores são consumidores, eles são “ativos” dos clubes, como tenta materializar o Estatuto do Torcedor no Brasil (BRASIL, 2003), elaborado a partir do Código de Defesa do Consumidor. A seguir vamos tratar dessa mudança de perfil do torcedor, que é cada vez mais é um cliente, ou melhor, um Sócio-Torcedor. Além disso, procuramos apresentar as mudanças processadas nos estádios de futebol e o significado das receitas de dia de jogo para o cofre dos clubes.

5.3.2- Arenização e Sócio-Torcedor: A era do torcedor cliente

Uma vez por semana, o torcedor foge de casa e vai ao estádio. Ondulam as bandeiras, soam as matracas, os foguetes, os tambores, chovem serpentinas e papel picado: a cidade desaparece, a rotina se esquece, só existe o templo. Neste espaço sagrado, a única religião que não têm ateus exige divindades. Embora o torcedor possa contemplar o milagre, mais comodamente, na tela de sua televisão, prefere cumprir a peregrinação até o lugar onde possa ver em carne e osso seus anjos lutando em duelo contra os demônios da rodada. Aqui o torcedor agita o lenço, engole saliva, engole veneno, come o boné, sussurra preces e maldições, e de repente arreventa a garganta numa ovação e salta feito pulga abraçando o desconhecido ao lado [...] (GALEANO, 2015, p. 14-15).

A descrição de Eduardo Galeano dialoga com o que escrevemos anteriormente, mas contraditoriamente já não é mais tão fiel à realidade, afinal, a ideia de esporte do povão não

está mais tão presente nos estádios/arenas do mundo e do Brasil. Os “geraldinos” ou os *terraces* (na Inglaterra os pobres ficavam atrás dos gols em pé, algumas vezes juntos com os entulhos) não existem mais e os espectadores das cadeiras numeradas assemelham cada vez mais ao público de torneios de tênis ou de um teatro.

Ainda que o clubismo permaneça vivo e o sentimento de pertencimento ao clube ainda seja parte da realidade do futebol mundial não temos dúvida de que há em curso um processo de “higienização” e “eugeniização” nos estádios, com perda do sentido do estádio como espaço de expressão coletiva e com uma ressignificação da forma de torcer, como citamos na fase final do tópico anterior.

Entretanto, isso não é recente, pois já ocorre há quase trinta anos. No final dos anos 1980, especificamente a partir de 1990, os clubes ingleses foram obrigados a reformar ou construir novos estádios. As tragédias nos estádios ingleses nos anos 1980 tiveram como consequência uma forte atuação estatal obrigando os clubes a adotarem medidas de conforto, segurança e rentabilidade nos seus locais de jogos. O Relatório Taylor (Taylor Report) divulgado em janeiro de 1990 além das mudanças estruturais indicava a necessidade de:

La supresión de los alambrados que rodean al campo de juego. La obligatoriedad de que todo el público asistente se encuentre sentado. Una mejora en los accesos a los estadios que permita la evacuación rápida en caso de ser necesario (con las salidas claramente identificadas y visibles). El reemplazo de los agentes pertenecientes a la policía por los llamados “stewards”, civiles capacitados para organizar grandes grupos y mediar en caso de ser necesario, sin el perfil represivo que caracteriza los agentes policiales. La aplicación del derecho de admisión en los estadios y la confección de un “registro de aficionados” que recoge información del público que asiste al fútbol (TREJO; MURZI, 2013, p.272/273).

Os 27 principais estádios daquele período passaram por profundas mudanças ou foram inteiramente reconstruídos. Os clubes contraíram dívidas, alguns foram socorridos pelo Estado e a maioria foi vendida para bilionários de todo o mundo. As transformações do início dos anos 1990 na Inglaterra são o protótipo do tipo de arena que se consolidam nos últimos anos, como novos palcos do consumo mundial.

As mudanças iniciadas nos estádios ingleses são exportadas para a Europa ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. A FIFA também adotou parâmetros para construção de novos estádios, o tal “Padrão FIFA”, especialmente para aqueles que recebem jogos

internacionais²⁸⁷. No Brasil o novo modelo chega no final da década de 1990 com a arena da baixada do Atlético Paranaense e se consolida após o país tornar sede da Copa FIFA 2014.

O “padrão FIFA” inclui a presença de uma ampla área de estacionamento, locais próprios para emissoras de TV, rádio e jornais impressos, ausência de pontos cegos nos estádios, setorização e cadeiras numeradas, telões, espaços para comercialização de produtos, área *vip* entre outros itens.

Recentemente, diversos clubes médios e grandes das principais ligas da Europa inauguraram ou estão construindo novos estádios, ou melhor, arenas multifuncionais. Destacam-se as novas “casas” do Atlético de Madrid e do Espanhol. Sem dúvida são espaços modernos, com diversas atrações para o público, inclusive jogos de futebol. Outros grandes clubes como Barcelona, Real Madrid e Chelsea já possuem os projetos prontos para construção.

Os novos palcos para as apresentações dos jogadores fazem parte do cenário urbano das grandes cidades, sendo cartões postais e locais de visitas e compras. A matéria publicada na Revista Veja com o título “Novos estádios da Europa vão ter até...futebol!”²⁸⁸ revela as transformações processadas pelos clubes para atrair mais consumidores.

Nos próximos anos, a Europa contará com sete estádios novos, ou remodelados, e eles terão em comum o fato de não dependerem dos dias de jogos para faturar. Nos anos 90, surgiu no continente o conceito de estádio de futebol multiuso, com restaurantes e lojas para atrair a atenção (e os euros) dos torcedores antes e depois das partidas, mas agora a ideia é receber o público sete dias por semana. Para isso, os estádios terão atrações que serão independentes do calendário de jogos dos clubes, e capazes de atrair tanto os fanáticos por futebol (museus das equipes) quanto quem não tem muito interesse pela modalidade, com centros comerciais e hotéis de luxo [...].

Nas arenas ou nos novos estádios o torcedor-cliente antes de assistir ao jogo de futebol passará em uma loja da fornecedora de material esportivo da equipe, comprará alguma coisa em outra loja na arena, se chegar mais cedo pode assistir a um filme ou conhecer o museu do clube. Além disso, pode, aos fins de semana, assistir a um *show* de música. Mas pode também ao longo da semana fazer exercícios físicos ou praticar alguma modalidade esportiva e fazer

²⁸⁷ As recomendações da FIFA para a construção de estádios podem ser vistas em: http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf. Acesso em: 11 maio 2018.

²⁸⁸ Informação disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/novos-estadios-da-europa-vao-ter-ate-futebol/>. Acesso em: 04 maio 2018.

as compras semanais ou mesmo matar a fome em uma rede de *fast food*. Portanto, temos estádios ou arenas que se assemelham aos *shopping centers*²⁸⁹.

No que se refere aos estádios construídos pelo poder público para receber jogos de eventos internacionais, Mascarenhas (2013, p.143) destaca que “amiúde, na atualidade, são construídos equipamentos caros, não raro superdimensionados, cuja sofisticação técnica quase sempre não coaduna com as reduzidas possibilidades e receitas locais”. Alguns exemplos disso são os novos estádios construídos para os jogos da Eurocopa de 2004 em Portugal, nas cidades de Coimbra, Braga, Guimarães, Leiria, Aveiro e Faro, nestas últimas três os estádios estão abandonados. Nesse sentido, acrescentam-se os palcos para a Copa da África do Sul de 2010 e os estádios no Brasil da Copa de 2014, sobretudo, aqueles do Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

Contudo, cumpre ressaltar que as mudanças citadas são aquilo que temos de mais moderno e que influencia o imaginário em todo o mundo. Porém, são restritas a poucos palcos do futebol mundial, especialmente dos grandes clubes das metrópoles e, com raras exceções, fora delas. No Brasil, por exemplo, que possui mais de seiscentos estádios de futebol, nem todos aqueles utilizados na série A do campeonato brasileiro seguem o modelo de arena multiuso. Campos e Toledo (2013, p.127) destacam que as formas arquitetônicas ou de torcer permanecem inalteradas na maioria dos estádios. Os autores, ao investigar o comportamento do torcedor nas arquibancadas pelo Brasil, notaram que os estádios usados pelos clubes das séries B e C do campeonato brasileiro não encontraram “torcedores convertidos em consumidores e nem arquibancadas remodeladas pelo padrão FIFA, sequer os ecos do adestramento corporal e moral imposto aos torcedores pela Lei Geral da Copa”.

O mesmo pode ser visto na periferia do futebol europeu ou mesmo fora do centro das grandes ligas, seja na primeira ou em outras divisões. Na segunda divisão espanhola o centro de treinamento do Sevilla serve como local de mando do Atlético Sevillano na segunda divisão da liga espanhola. O estádio com capacidade para cinco mil pessoas possui arquibancadas móveis e banheiros químicos para os torcedores.

Já no contexto dos grandes clubes a construção ou reforma com a adoção de novas medidas de segurança, conforto e serviços fazem parte da estratégia de tornar os estádios mais rentáveis, capazes de contribuir na ampliação das receitas. Porém, para construir e manter as novas arenas, os clubes precisam ter um público que possa consumir os produtos e serviços

²⁸⁹ No *Sporting* de Lisboa é possível realizar musculação, pagar as contas em uma agência bancária e fazer as compras de mercado. Na “casa” do espanhol existem diversas lojas de grifes famosas e restaurantes de redes internacionais.

comercializados. Afinal, em uma arena nova, moderna, de mármore e vidro (como a arena Corinthians), toda multifuncional precisa ser rentável e receber um público mais sofisticado. Assim, “o frequentador dos estádios agora deve ser filtrado a partir de sua capacidade de desembolsar os maiores valores possíveis no ingresso, na alimentação, no estacionamento e nas mais variadas formas de consumo, [...] o futebol é apenas um dos produtos” (SANTOS, 2016, p. 139).

Registra-se que logo que surgiram os novos palcos do futebol na Inglaterra a primeira coisa que é identificada pela sociedade é a mudança do perfil do público nos estádios e a forma como se comportam durante as partidas de futebol. Os lugares destinados às camadas mais pobres, os *terraces*, foram substituídos por cadeiras, com preço bem mais elevado do que o praticado anteriormente.

Santos (2014, p. 53) argumenta que, nesse contexto, a presença de pobres ou mesmo de setores menos privilegiados da classe média, “já não é mais interessante a partir do momento que estes não significam um público financeiramente capaz de gastar mais dinheiro das suas economias familiares em tantos outros produtos que são oferecidos dentro do estádio”.

Quanto a mudança na forma de torcer, Mascarenhas (2013, p. 16) destaca que:

[...] a moderna arena multiplica sua capacidade comercial ao flexibilizar as funções do equipamento. Todavia, para o torcedor engajado, o que se percebe é o movimento oposto, de restrição acentuada de seu comportamento, reduzido à condição passiva de assistir aos jogos, sentado. Portanto, ao contrário do que é entusiasticamente divulgado pelos agentes hegemônicos, interdições diversas padronizam as formas de torcer e acenam para o torcedor a clara redução da natureza efetivamente “multifuncional” do estádio tradicional, que era o verdadeiro portador da diversidade de usos: não apenas assistir a espetáculos, mas ser protagonista, e inventar formas de expressão coletiva, de cantar, dançar, comer e beber.

As novas arenas tornaram lócus de encontros, de diversão e com raras exceções do consumo luxuoso e opulento das camadas superiores da sociedade. Os estádios inicialmente compreendidos como locais de contato e demonstração pública de vínculo com o público aos poucos se transformaram em apenas mais um espaço de entretenimento. Segundo Mascarenhas (2013, p. 18) o “padrão FIFA” para os estádios de futebol concebe-o como um equipamento destinado a um público específico, “seleto, solvável, disposto a pagar caro por tecnologia, conforto e segurança. Um público ‘familiar’ e ‘ordeiro’, que vai ao estádio consumir o espetáculo e não buscar tradicionais formas de protagonismo que não interessam ao novo modelo hegemônico”. Como lócus de entretenimento os clubes passam a disputar o

público com outros produtos da indústria cultural. Os espetáculos futebolísticos são mais produto no catálogo ofertado pelo clube e seus parceiros.

Destaca-se que a reformulação dos estádios além de atender à necessidade do público que emergiu com a submissão real do futebol à lógica do mercado, serve também para fazer o capital excedente circular. Diversas empreiteiras e empresas de administração têm na construção e administração dessas novas arenas lócus de acumulação e circulação de capital.

No Brasil, a “arenização” dos estádios ocorre em paralelo à “elitização”, pois, mesmo com as antigas instalações, algumas com reformas pontuais, como a criação de setores especiais, com cadeiras de plásticos e áreas Vips, o aumento no valor do bilhete foi acima dos índices de inflação. “Os “setores populares” simplesmente deixaram de ser populares. Os melhores exemplos desse processo são os estádios São Januário (Vasco da Gama), Morumbi (São Paulo), Vila Belmiro (Santos), Barradão (Vitória) e Ilha do Retiro (Sport)” (SANTOS, 2014, p. 57).

Como já citamos, o processo de “arenização” e elitização do público nos estádios no Brasil ganhou força com a organização da Copa do Mundo de 2014. Entretanto, conforme sinaliza Mascarenhas (2018) diferentemente da Alemanha e de outros países europeus em que construíram ou reformaram os estádios para atender um público que tem condições de pagar, no Brasil as arenas caem de paraquedas e contribui para a elevação do preço dos ingressos, em uma realidade socioeconômica bem diferente dos alemães, ingleses e franceses, por exemplo. “O Parque dos Príncipes, estádio do Paris Saint-Germain, tem preços acessíveis para a realidade local. A exclusão de torcedores na Europa é muito menor do que no Brasil. A maior parte da torcida organizada do PSG que comparece aos jogos vem da periferia”²⁹⁰.

Vejamus isso de forma mais detalhada. De acordo com a revista Exame, a partir do levantamento da Pluri Consultoria, em 10 anos o preço do ingresso no Brasil subiu mais do que a média do salário mínimo. Entre 2003 e 2013 o valor do ingresso aumentou 300% no país, enquanto o salário mínimo 183%, a inflação avançou 73%. “Os ingressos passaram de um preço médio de 9,50 reais em 2003, quando o salário mínimo era de 240,00 reais, para 38,00 reais agora, que o salário mínimo é de 678,00 reais”²⁹¹.

O levantamento feito pela Pluri Consultoria sinaliza que o país possui o ingresso mais caro entre as principais ligas do mundo quando considera a renda *per capita* do brasileiro, em seguida estão os espanhóis e os italianos. Em 2013 com a *renda per capita* o brasileiro

²⁹⁰Informação disponível em: <http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2018/04/01/elitizacao-nos-estadios-especialista-avalia-publicos-cada-vez-menores-no-rio/>. Acesso em: 08 maio 2018.

²⁹¹ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/ingresso-de-futebol-sobe-mais-que-salario-minimo/>. Acesso em: 04 maio 2018.

conseguia comprar 645 entradas, número bem inferior que, por exemplo, na Espanha com 804, a Itália 865, Reino Unido 911, França 1.661 e na Alemanha 1.868²⁹². Registra-se que o Brasil é um dos países com as taxas mais elevadas de concentração de renda, logo a renda *per capita* não reflete diretamente a situação de vida da massa salarial brasileira, o que significa que individualmente a possibilidade de compra de ingressos pela maioria dos brasileiros é menor do que a relatada.

Ainda em 2013 o custo em média do ingresso mais barato no Brasil era de 5,5% do salário mínimo. Isso muda conforme o clube, a situação dele na tabela, o campeonato e a relevância da partida. Em 2017 para assistir a um jogo de um clube brasileiro na Copa Libertadores, competição mais importante da América do Sul, o torcedor tinha que desembolsar em média 5,8% do salário mínimo também para o bilhete mais barato, no campeonato brasileiro o percentual é menor 3,6%. No entanto, para ver as equipes mais tradicionais nas novas arenas o percentual é bem maior. Alguns exemplos disso são o Palmeiras e o Flamengo com o ingresso mais barato, em média, de R\$ 61,00, 6,5% do salário mínimo. Ressalta-se que o “Ninho do Urubu” reformado pelo Flamengo não possui o “padrão FIFA” para estádios de futebol, com problemas de estacionamento, conforto e mesmo de número de cadeiras (FIFA, 2011), porém, diante do número reduzido de lugares, a busca por mais receita e os custos com a reforma, o clube cobra um dos ingressos mais caros do país²⁹³.

Em outras arenas como do Corinthians e do Grêmio, o percentual em relação ao salário mínimo também é superior à média, respectivamente 5,8% e 4,5%. Os menores percentuais nos novos estádios ou arenas do país são do Fortaleza e do Ceará 1,7% e do Atlético Paranaense 2,5%, provavelmente porque os campeonatos disputados pelos clubes possuem menos destaque nacional, caso do campeonato cearense, copa do nordeste e campeonato paranaense²⁹⁴.

Os jogos nas novas arenas ou nos estádios utilizados na Copa do Mundo de 2014 tiveram em 2017 o ingresso 8% mais caro em relação às disputas em outros campos. Registra-se que os jogos do Flamengo foram contabilizados no segundo grupo. A materialização desses

²⁹² Informação disponível em: <https://www.foxsports.com.br/news/101023-brasil-tem-o-ingresso-de-futebol-mais-carro-do-mundo>. Acesso em: 05 abr. 2018.

²⁹³ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/numerologos/noticia/corinthians-tem-maior-media-de-pagantes-em-2017-sao-paulo-o-recorde-de-publico.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2018.

²⁹⁴ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/numerologos/noticia/corinthians-tem-maior-media-de-pagantes-em-2017-sao-paulo-o-recorde-de-publico.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2018.

percentuais pode ser visto na final da Copa do Brasil, em 2013, no estádio do Maracanã, em que 69% do público tinha uma renda mensal de mais de 6 salários mínimos²⁹⁵.

Além do ingresso é preciso contabilizar o gasto com transporte público e alimentação. Quando o torcedor (a) leva um filho, por exemplo, o valor gasto dobra. Assim, assistir uma simples partida de futebol em um domingo pode custar mais de 10% de um salário mínimo de um brasileiro.

Diante da situação econômica dos brasileiros, com índices de desemprego na casa dos 13 milhões de pessoas, fica difícil ter a presença das camadas mais pobres empurrando os seus representantes ao vivo no estádio ou arena. O que resta para essas pessoas é ir aos treinos abertos ou fazer a “festa” nos aeroportos. Assim, surgem fenômenos do tipo “Aerofla” ou “AeroPorco”:

Cânticos a plenos pulmões, bandeiras tremulando, batuque dos tambores, papel picado, foguetório e sinalizadores. A ambientação remete aos grandes estádios de futebol, mas a festa acontece bem longe deles. Os aeroportos se transformaram no palco predileto de torcedores que não têm dinheiro para acompanhar seus times da arquibancada e ou tendem a preferir o clima de carnaval à bola rolando²⁹⁶.

Vale ressaltar que a crítica aos novos estádios e arenas não significa uma apologia aos “velhos estádios”, pelo contrário, reconhecemos os problemas estruturais e, diversos casos, a cobrança abusiva pelo acesso aos jogos, principalmente das grandes equipes. Ninguém é contra a realização de reparos, a manutenção dos estádios e a instalação de equipamentos modernos, o que se discute é que acompanhado disso há um processo de exclusão e de eliminação de camadas sociais mais pobres e apaixonadas que se identificam com os clubes e com o futebol, tal como um “adestramento” na forma de torcer. A crítica é sobre fazer desse equipamento de lazer em um simples espaço de consumo, de sentar, olhar, bater palma, comer e ir embora, quando na verdade é local vivo e pulsante de manifestação coletiva de sentimentos, de participação e de festa.

Sobre o afastamento das camadas mais pobres dos espetáculos de futebol nos estádios um dos membros da Academia *Lance!*, que atua no campo do *marketing* esportivo e fiel defensor da profissionalização dos clubes, disse o seguinte diante da medida do São Paulo de baixar os preços para atrair público para as partidas: “Quando o preço cai muito, o nível do

²⁹⁵ Informação disponível em: www.globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-brasil/noticia/2013/11/pesquisa-metade-do-publico-na-final-tem-renda-mensal-de-r-4-mil-ou-mais.html. Acesso em: 30 nov. 2017.

²⁹⁶ Informação disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/deportes/1493325637_630349.html. Acesso em: 04 maio 2018

torcedor que vai ao estádio é muito pior. Inclusive, atrai um perfil de público que devemos abolir dos estádios, que é uma bandidagem”²⁹⁷.

No mesmo sentido o atual prefeito de Belo Horizonte e ex-presidente do Atlético Mineiro, Alexandre Kalil, também deixou claro qual é o lugar do torcedor pobre no atual cenário do futebol mundial. Em 2017 ele vetou um projeto de lei que, entre outras coisas, obrigava os clubes a comercializar 30% dos ingressos dos jogos a preços populares. O argumento foi de que: “No mundo inteiro, futebol não é coisa para pobre. Doa a quem doer. Ingresso é caro em todo lugar”²⁹⁸.

A “arenização” atinge a população mais pobre – nos países periféricos com mais força. “A fórmula que alcançou resultados financeiros na Europa baseia-se em ingressos muito caros, para um público elitizado, porém numeroso, devido a renda muito mais alta”²⁹⁹.

Nesse sentido, cabe destacar que, diferentemente do que ocorreu nas principais ligas europeias, a transformação dos estádios brasileiros não alterou a média de público nos eventos ao longo dos últimos anos. O campeonato brasileiro em 2017 teve uma média de pagantes de aproximadamente 15,9 mil e uma ocupação de apenas 41% dos lugares. Um ano antes os números foram semelhantes com 15,2 mil pessoas, com uma queda de 9% em relação ao ano anterior, com uma taxa de 39%. Entre 2012 a 2017 a média de público foi de 15,3 mil pagantes, inferior ao período de 2006 a 2011, com uma média de 15,7 mil pagantes³⁰⁰.

O discurso de dirigentes e dos meios de comunicação de que a modernização dos estádios teria como consequência o aumento do público até o momento não se materializou no país. Aliás, a arenização pode agravar o problema, com a elevação do preço do ingresso em plena crise econômica e “[...] atrair um público muito menos numeroso e também menos devoto do futebol se comparado àquele público tradicional que tínhamos em outras décadas” (SANTOS, 2014, p. 74).

A título de comparação a liga espanhola na temporada 2016/2017 teve uma média de público de 28 mil pessoas, quase o dobro do campeonato brasileiro, com uma ocupação de 72%, sendo que o Barcelona teve uma média de 78 mil pessoas; enquanto o Corinthians, 35 mil, com uma taxa de ocupação semelhante, 73%. Obviamente que a capacidade do estádio do

²⁹⁷ O comentário é de Amir Somoggi conhecido por estudar e publicar dados sobre as finanças dos clubes. Atualmente continua escrevendo para o Lance!. O texto está disponível em: http://www.lancenet.com.br/sao-paulo/Sao_Paulo-Academia_Lance-Ingressos-Promocao_0_974902577.html. Acesso em: 15 ago. 2017.

²⁹⁸ Informação disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/14/deportes/1500068233_300420.html. Acesso em: 05 abr. 2018.

²⁹⁹ Texto do jornalista Irlan Santos que trata da elitização dos estádios de futebol. Disponível em: <https://outraspalavras.net/posts/por-que-nossos-estadio-estao-vazios/>. Acesso em: 08 maio 2018.

³⁰⁰ Informação disponível em: <https://www.itau.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economica-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 04 maio 2018.

Barcelona é bem maior que a do clube paulista³⁰¹. Na Alemanha a média de público é de 45 mil torcedores, a maior entre todas as ligas e segunda média de público entre todos os esportes do mundo (VIOTTI; MARINHO; LISBÔA, 2015).

Ainda na temporada 2016/2017 percebemos que a liga Alemã é aquela que possui uma melhor média de público por jogo na Europa um pouco mais de 41,5 mil pessoas, com 93% de ocupação dos estádios e na sequência está a *Premier League* com 35,8 mil torcedores e uma taxa de ocupação de 95%. Observa-se, portanto, que a taxa de ocupação dos estádios brasileiros está bem abaixo daquilo que ocorre nas grandes ligas³⁰².

Na tabela abaixo retomamos a comparação em relação à média de público, para tanto, utilizamos a média dos anos de 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014 do campeonato brasileiro. O Brasil ocupa um lugar secundário, inclusive atrás de ligas que movimentam menos recursos como a mexicana.

Tabela 8: média de público nas ligas/campeonatos nacionais entre 2011 a 2014

Ranking 2014	Ranking 2013	Ranking 2012	País	Campeonato	Média de Público 2013/2014	Média de Público 2012/2013	Média de Público 2011/2012
1	1	1	Alemanha	1 ^a Bundesliga	43.173	42.646	45.083
2	2	2	Inglaterra	Premier League	36.589	35.921	34.604
3	3	3	Espanha	La liga	26.867	28.616	28.400
4	5	5	Itália	Série A	23.365	23.053	21.921
5	4	4	México	Liga MX apertura	22.939	24.245	25.343
6	8	7	França	Ligue 1	20.693	19.191	18.863
7	6	9	Argentina	Inicial/final	20.599	20.571	18.216
8	7	6	Holanda	Eredivisie	19.289	19.737	19.458
9	9	8	EUA	MLS	18.743	18.845	18.700
10	10	11	China	Super League	18.571	18.740	17.675
11	12	12	Alemanha	2 ^a Bundesliga	17.491	17.271	17.212

³⁰¹ Informação disponível em: https://www.torcedores.com/noticias/2017/07/media-de-publico-na-europa-20162017?enable-feature=new_layout. Acesso em: 05 abr. 2018.

³⁰² Informação disponível em: https://www.torcedores.com/noticias/2017/07/media-de-publico-na-europa-20162017?enable-feature=new_layout. Acesso em: 05 abr. 2018.

12	13	13	Japão	J. League 1	17.160	16.434	16.572
13	11	10	Inglaterra	Championship	16.438	17.660	17.899
14	16	17	Turquia	Super Lig	15.014	12.984	14.058
15	17	14	Brasil	Brasileirão A	14.951	12.971	14.897
16	15	22	Austrália	A-League	14.294	12.990	10.144
17	20	19	Bélgica	Jupiler Pro League	11.836	11.153	11.726
18	14	17	Rússia	Primier Liga	11.797	13.096	12.936
19	18	20	Ucrânia	Primier Liga	10.930	12.547	11.309
20	19	18	Suíça	Raiffeisen	10.217	9.803	10.957

Fonte: <http://www.pluriconsultoria.com.br>. Elaboração do autor (2016).

Registra-se que em alguns jogos das ligas europeias todos os ingressos são vendidos, todavia é visível a presença de diversos assentos vazios. Isto é decorrente da política dos clubes de comercializar no início da temporada o pacote completo dos jogos dos clubes. Assim, o torcedor paga pelo carnê, mas durante o ano, por diversos motivos, não comparece ao estádio. Além disso, mesmo com o preço dos ingressos mais caros os estádios e os espetáculos futebolísticos atraem turistas de todo o mundo para conhecer o espaço e acompanhar as estrelas do futebol mundial, coisa que não ocorre em um país de uma economia periférica como o Brasil, com espetáculos pouco atrativos para os turistas.

A despeito do público inferior em relação às demais ligas, vale fazer a seguinte observação: o campeonato brasileiro possui nos últimos anos uma média de pouco mais de 15 mil pagantes por jogo. Isso significa que a cada rodada são mais de 150 mil pessoas nos estádios. Além disso, vale também registrar o número de pessoas que assistem aos jogos pela televisão. A Rede Globo registrou em 2017 a maior audiência do campeonato brasileiro nos últimos 11 anos, sendo 26 pontos no Ibope em São Paulo e 24 pontos no Rio de Janeiro para cada rodada. Isso significa que somente na cidade de São Paulo foram mais de 5,3 milhões de pessoas e, na capital fluminense, 1 milhão de telespectadores³⁰³.

Qual manifestação cultural consegue reunir o mesmo número de pessoas no Brasil em apenas duas horas de espetáculo? Diante da capacidade dos estádios, o número de 15 mil pagantes por jogo parece pouco, porém, no contexto social e cultural como um todo é um número significativo. Ainda mais se somarmos com os números da audiência da televisão. Obviamente que poderia ser bem maior com um melhor serviço de transporte, com jogos em

³⁰³ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/12/1940895-globo-registra-maior-audiencia-do-campeonato-brasileiro-em-11-anos.shtml>. Acesso em: 05 maio 2018.

horários acessíveis e com os ingressos e serviços nos estádios com preços que possibilite aos mais pobres irem aos jogos.

Feita essa observação, retomamos a exposição sinalizando que, além da “arenização” os clubes brasileiros importaram dos clubes europeus o Programa Sócio-Torcedor como forma para tentar ampliar as receitas. Rodrigues (2010) ressalta que, diferentemente dos demais torcedores e espectadores, o Sócio-Torcedor possui uma relação formal e contratual com o clube, pois paga uma mensalidade e possui influência na gestão, tendo direitos e deveres.

O Programa Sócio-Torcedor surge no bojo do processo de reestruturação do futebol mundial, inclusive de mudança do perfil de torcedor desejado pelas agremiações. O clube estrategicamente utiliza do vínculo emocional do torcedor para obter mais receitas, ofertando pacotes de serviços para os fiéis clientes.

Nesse sentido, os clubes possuem programas com características específicas para os diferentes públicos, adultos, jovens, classe social e, inclusive, bebês. Esse é o caso do Barcelona que permite que os pais associem os filhos ainda pequenos. No caso desse clube da Catalunha os 150 mil sócios da equipe podem conhecer as instalações do Camp Nou, votar nas eleições do clube e adquirir ingressos para as partidas em casa. O rival Real Madrid com 200 mil sócios possui um programa de Sócio-Torcedor internacional, que sorteia viagens e ingressos para os jogos da equipe. Alguns clubes como Arsenal (Inglaterra) e Borussia Dortmund (Alemanha) possibilitam, entre outras coisas, que os sócios possam comprar ingressos por toda a temporada por valores menores por meio de carnês. Porém, o líder em sócio-torcedor no mundo é um time com menos expressão internacional, o Benfica de Portugal. Ele tem cerca de 270 mil associados, que garantem ao clube uma quantia de mais de R\$ 174 milhões ao ano. “O programa do Benfica, que serviu de inspiração para o que é praticado no Brasil, garante descontos em lojas, produtos e ingressos para o Estádio da Luz [...]”³⁰⁴.

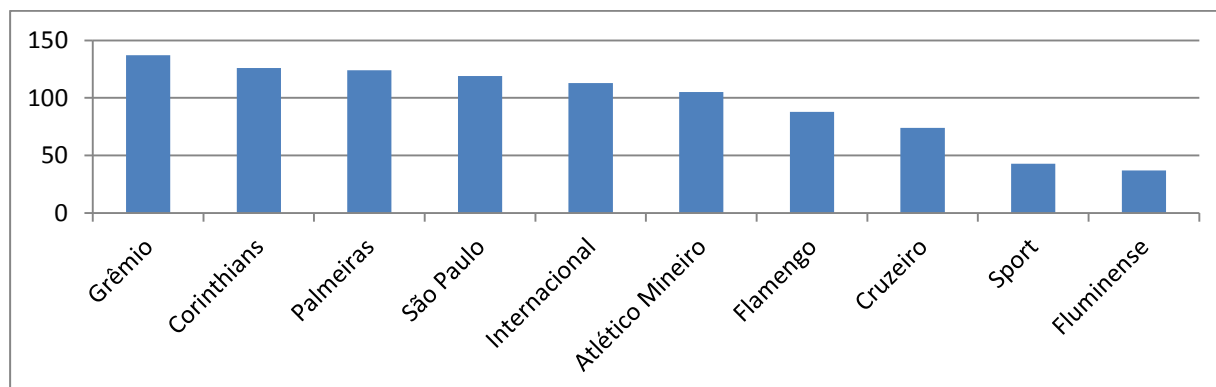
O programa do Grêmio de Porto Alegre, por exemplo, garante aos sócios descontos nos ingressos e “cadeira cativa” na arena. Já o Sócio-Torcedor do Corinthians paulista, o “Fiel Torcedor”, possibilita aos torcedores o acesso às instalações do clube, a participar das entrevistas coletivas, a ter contato com jogadores e treinadores entre outras ações. Já o

³⁰⁴ Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/entenda-como-funciona-os-programas-de-socios-torcedores-pelo-mundo,55b9dcf3c83fb49b38730c5098fe67eedxx1bn97.html>. Acesso em: 04 maio 2018.

“Avanti” palmeirense disponibiliza descontos na rede de parceiros, prioridade e descontos na compra de ingressos e pontos que podem ser trocados por bilhetes aéreos³⁰⁵.

No Brasil, em 2017, os dez clubes com mais sócios-torcedores somavam quase um milhão de sócios. Com exceção do Sport, todas as equipes estão nos principais centros da economia nacional e também do futebol.

Gráfico 14: número de Sócio-Torcedor dos clubes brasileiros em 2017.



Fonte: <https://esportes.r7.com/futebol/fotos/conheca-os-dez-clubes-com-mais-socios-torcedores-do-brasil-23022018#!/foto/1> Elaboração do autor (2018).

Cada clube oferta diversos tipos de planos com diferentes valores na mensalidade. Por exemplo: O Grêmio oferece duas categorias: Ouro, com mensalidade de R\$ 31,00; e Diamante, com mensalidade de R\$ 51,00, com isso o torcedor possui um desconto de 30% a 50% nos ingressos. O Corinthians possui cinco planos, inclusive um que permite ao torcedor colocar o nome em uma cadeira na arena Corinthians. Os descontos na compra do ingresso variam de 20% a 50%.

Já o Palmeiras possui sete planos, o mais barato de R\$ 14,99 (Bronze) e o mais caro de R\$ 649,99 (Diamante). Alguns possibilitam o primeiro ingresso gratuito ou com desconto de até 75%. De acordo com Marques, Paula e Paula (2017, p. 6) “o AVANTI se posicionou com um dos programas mais caros do Brasil, contudo possui segmentações diferentes por faixa de preço, permitindo que os torcedores de baixa renda também tenham acesso ao produto”. A questão é: qual produto? O sócio que paga uma mensalidade menor possui que tipo de produto? O que fica evidente no Programa de Sócio-Torcedor é que o clube oferta um cartão ou carnê para que o consumidor possa escolher os produtos e serviços que ele deseja adquirir com descontos.

Nesse sentido, o Sócio-Torcedor atende a uma parcela da população que tem condições de pagar mensalmente um valor para obter vantagens nos produtos ofertados pelos

³⁰⁵ Informações disponíveis em: <https://www.fieltorcedor.com.br/planos.asp> e <https://socio-palmeiras.futebolcard.com/>. Acesso em: 03 maio 2018.

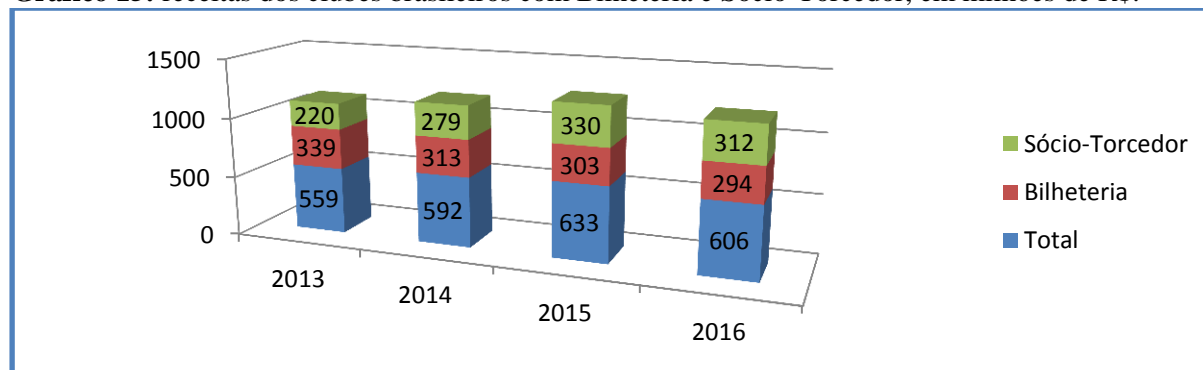
clubes e parceiros. Uma atividade restrita a um pequeno grupo da população, que contribui diretamente para o clube ampliar suas receitas e também para selecionar o público que pode pagar para assistir aos jogos e comprar diversos produtos e serviços nem sempre relacionados ao futebol.

O aumento do preço dos ingressos e a presença do Sócio-Torcedor ampliou a renda com público pagante dos clubes brasileiros nas últimas temporadas, representando entre 14% a 19% da arrecadação, pouco mais da metade das receitas dos vinte principais clubes da Europa com essa fonte. Ressalta-se que, como sinalizamos, os clubes europeus possuem uma prática de vender no início da temporada pacotes de jogos. O torcedor compra um carnê e ao longo do ano ele não precisa pagar o ingresso. Em outros casos funciona como no Brasil em que os torcedores pagam uma mensalidade e com isso recebe benefícios do clube. Registra-se que em 2013/2014, o percentual de arrecadação dos grandes clubes da Europa com o público nos estádios foi de 21,4%, praticamente o dobro da arrecadação dos principais clubes do Brasil nos mesmos anos³⁰⁶.

No entanto, sem contabilizar o Sócio-Torcedor e analisando apenas a venda avulsa dos ingressos, observa-se que mesmo com as novas arenas e o aumento do preço dos bilhetes as receitas caíram em 2017, com 7% a menos em relação a 2016, que teve uma diminuição de 10% em relação ao anterior e, desde 2014, diminuem as receitas com ingressos avulsos no país. Em 2013 os clubes arrecadaram R\$ 339 milhões e em 2017 o índice chegou a R\$ 206 milhões³⁰⁷.

Quanto ao Programa Sócio-Torcedor, as receitas têm oscilado ano após ano, como consequência dos efeitos da economia nacional. Ainda assim já é superior a arrecadação com os bilhetes avulsos. Em 2013 representava 39% da arrecadação da venda de ingressos e em 2016 foi 51%.

Gráfico 15: receitas dos clubes brasileiros com Bilheteria e Sócio-Torcedor, em milhões de R\$.



³⁰⁶ Informação disponível em: www.deloittefootballmoneyleague.com/2014. Acesso em: 15 ago. 2017.

³⁰⁷ Informação disponível em: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 04 maio 2018.

Fonte: Informação disponível em: <https://www.itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Elaboração do autor (2018).

Observa-se nos últimos anos o crescimento das receitas com Sócio-Torcedor, porém, com uma pequena queda em 2016 e uma diminuição da arrecadação de ingressos avulsos. Os dados disponíveis indicam que o crescimento do Sócio-Torcedor é um caminho sem volta para os clubes e cada vez mais o público nos estádios dos clubes da elite nacional será composto de sócios e não de torcedores “comuns” que, normalmente, não possuem condições de pagar uma mensalidade.

No entanto, reiteramos que em meio à “arenização” dos estádios brasileiros, o aumento no preço dos ingressos e os Programas de Sócio-Torcedor não renderam aumento na média do público das competições no Brasil, porém, amplia a estratificação social dos torcedores e expectadores de futebol. Ou seja: A divisão social inicia com a ocupação das arenas e se estende na aquisição dos produtos, equipamentos e serviços disponíveis no mercado. O primeiro grupo de torcedores é composto por aqueles que possuem acesso às melhores arenas, aos melhores lugares e podem assistir aos melhores atletas em campo. Da mesma forma adquirem os melhores e mais modernos serviços e produtos. Esse grupo é universal, porém, restrito a um seleto número de indivíduos que acessam os locais mais luxuosos do mundo. Trata-se dos 10% da população mundial referido por Piketty (2013) que concentra cerca de 70% de toda a riqueza do mundo.

No meio da pirâmide social há dois grupos com acesso àquilo que o topo da pirâmide desfruta, no entanto, em condições e quantidades diferentes. O primeiro deles consegue incluir no seu orçamento as melhores experiências estéticas, normalmente são profissionais liberais, com cargos de alto escalão no setor privado e no setor público. Já o segundo grupo é parte de uma classe média que vive numa gangorra de estabilidade e instabilidade financeira. Eles, em raros momentos, conseguem vivenciar os melhores espetáculos, produtos e serviços, sendo que, em alguns casos, acumulando dívidas.

Já na parte inferior diríamos que existem os torcedores dos locais mais baratos das arenas, que vão nos jogos menos relevantes e com ingressos mais baratos, que consomem os produtos no mercado paralelo e o futebol na telinha dos canais abertos. Abaixo deles há os pobres e miseráveis que ficam restritos aos jogos dos canais abertos e aos pôsteres de sua equipe campeã na parede da sala. Eles não possuem condições de experimentar nem a distância o melhor das mercadorias e estilos de vida daqueles extratos superiores.

No entanto, o fato concreto é que todos estão inseridos no mercado, mas nem todos consomem os mesmos espetáculos, produtos e serviços. O acesso às mercadorias do universo do futebol acontece conforme as condições econômicas de cada indivíduo e grupo social.

Por fim, reiteramos que a elitização do público é realidade no mundo e que começa a consolidar no Brasil, especialmente nos jogos mais atrativos. De acordo com Damo (2017) as mudanças por que passaram os estádios brasileiros acarretaram em “etiquetagem” ou “civilização” do público, impondo inclusive uma nova forma de sociabilidade. A ausência de instrumentos e outros artefatos, a presença de cadeiras, telões e diversas câmeras modifica o comportamento dos torcedores, inclusive deixando de ser um espaço de expressão e afirmação das identidades coletivas e de manifestação política para ser apenas um local de entretenimento, com um público “mais passivo, menos efusivo, mediado por uma relação ‘produtor x mercadoria x cliente’” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 9).

Ainda sobre isso, Santos (2014, p. 85) argumenta que “o veneno da elitização dos estádios e da ressignificação das praças esportivas em centro de consumo, bem como dos torcedores em consumidores, é a arma mais poderosa que já se criou na tentativa de se despolitizar o futebol”. Porém, a exclusão dos mais pobres e a substituição das antigas formas de manifestação durante os jogos não são feitas sem resistências, tanto na Europa quanto no Brasil.

Na Inglaterra os torcedores já fizeram protestos nos estádios e nas ruas contra o preço dos bilhetes. O próprio governo já demonstrou preocupação com o processo de exclusão das camadas inferiores da pirâmide social.

O Partido Trabalhista quer que os torcedores tenham mais participação. Até a ministra do esporte já se manifestou sobre a questão dos preços altos dos ingressos e a pressão contra esses altos valores está aumentando. Em agosto, alguns torcedores se organizaram e fizeram um protesto nas ruas de Londres contra o preço que se cobra pelos ingressos. Em 2013, torcedores do Manchester City que foram até o estádio Emirates protestaram contra os preços cobrados pelo clube londrino – os mais caros da Premier League³⁰⁸.

Na temporada 2015/2016 os torcedores do Liverpool, um dos gigantes da Inglaterra, protestaram contra os valores cobrados dos ingressos. Durante o jogo contra o Sunderland milhares de pessoas que estavam no estádio do clube deixaram o local antes do término da

³⁰⁸ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/torcida-do-newcastle-lanca-seu-proprio-uniforme-em-protesto-contradiretoria-e-patrocinadora/>. Acesso em: 05 maio 2018.

partida, conforme havia anunciado antes do jogo³⁰⁹. Além disso, é perceptível que em alguns lugares dos estádios os torcedores se recusam em assistir os jogos sentados sem manifestarem.

No Brasil são algumas Torcidas Organizadas que constantemente denunciam os abusos cometidos pelos clubes na cobrança de preços exorbitantes das entradas dos jogos, bem como a “violência estrutural” no futebol, que se refere além dos elevados valores dos ingressos, à ausência de transporte público até os estádios e os jogos às 22h, o que dificulta a presença do trabalhador para acompanhar o jogo.

Conforme Palhares e Schwatz (2015, p. 64), os organizados repudiam a elitização dos estádios e argumentam que o conforto não pode ser um elemento de seletividade e exclusão. Por isso defendem “a existência de setores populares nas arenas, com ingressos a preços acessíveis, de modo a garantir a presença de torcedores de diversas condições socioeconômicas, sobretudo os menos favorecidos na estrutura social”. Além disso, Santos e Helal (2016) destacam outras demandas das Torcidas Organizadas como o “fim das restrições às manifestações festivas nas arquibancadas, como a proibição de bandeiras, de artefatos pirotécnicos, bebidas alcólicas e o direito de ver o jogo em pé [...] e exigências quanto à própria formatação do espaço físico dos estádios, além dos horários dos jogos”.

Outro movimento importante no Brasil é o que ocorre no Inter de Porto Alegre em que um grupo de torcedores denominado “Povo do Clube” reivindica a democratização do clube e a não exclusão das camadas pobres da fileira do clube e do Beira Rio. O movimento faz parte do conselho deliberativo e trava importantes lutas contra o empresariamento do clube. A luta não é apenas para ter pobre no estádio, mas para ter direito ao clube, que o clube seja do povo (SANTOS, 2015). Sem dúvida, os movimentos dos torcedores, inclusive das Torcidas Organizadas representam um importante e talvez seja o único segmento no seio do futebol que faz contraponto à “violência estrutural” que atinge o futebol mundial.

A presente elitização do público nos espetáculos futebolísticos é semelhante àquela que assistimos ao longo do século XIX em que a classe dirigente tinha o esporte como símbolo de distinção social e preenchia as arquibancadas para torcerem pelos seus parentes. O que observamos é que os estádios e arenas são cada vez mais espaços de exibição de equipamentos, vestimentas (compradas nas lojas oficiais e não com os ambulantes em volta do local) e de socialização daqueles que não ocupam a base da pirâmide social.

Por fim, registra-se que isso não significa o fim do pertencimento clubístico, mas uma ressignificação do seu uso por parte dos clubes. O engajamento emocional do torcedor é

³⁰⁹ Informação disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/576305_dono-do-liverpool-ja-meteu-a-faca-em-torcedores-nos-eua. Acesso em: 05 maio 2018.

visível, porém, é apropriado pelas agremiações para comercializar produtos e serviços. Assim, o torcedor aos poucos vai sendo expropriado do seu bem (simbólico) comum. Um exemplo claro disso está na primeira página do *site* do Sócio-Torcedor do Grêmio de Porto Alegre, que diz: “Melhor que ser gremista é ser sócio do Grêmio”. Ser sócio do Grêmio é oficializar a paixão que você sente pelo Tricolor. É ajudar a escrever uma história feita de conquistas. É se sentir ao lado do Grêmio, onde o Grêmio estiver”³¹⁰.

Nesse contexto os torcedores organizados são valorizados pela festa, por fazer parte do espetáculo como atores, clientes e sócios-torcedores. A busca é por clientes, no seu território e fora dele, que possam realizar trocas com o objetivo de ampliar as receitas e conseqüentemente os lucros dos proprietários das mercadorias comercializadas. O envolvimento político com o dia a dia do clube é secundarizado, desaconselhado e impertinente já que trata-se legalmente ou não cada vez mais de o clube funcionar como uma empresa.

Portanto, no contexto atual em que os clubes estão imersos na lógica do mercado o que se busca não é um torcedor fiel, se ele existir será ótimo, mas o que se deseja é o torcedor-cliente. Como consequência, aumenta a distância dos estratos sociais que estão na base da pirâmide social da fruição presencial dos espetáculos futebolísticos. Da mesma forma, amplia o distanciamento do torcedor do estádio e do clube. Ele é cada vez mais tem seu sentimento expropriado pelo mercado. Os melhores espetáculos, serviços e produtos estão cada vez mais restritos a uma minoria da sociedade, que não necessariamente possui vínculo de pertencimento com o clube. O objetivo do clube é obter mais receitas e pouco importa quem está no estádio, desde que pague e pague bem para assistir aos jogos e que compre os produtos e serviços ofertados pelo clube e pelos parceiros.

5.4-Força Esportiva

Em fevereiro de 2017 pela primeira vez um clube de futebol começou um jogo com 11 jogadores de nacionalidades diferentes. Em outros momentos os clubes europeus chegaram a entrar em campo sem nenhum representante do seu país de origem, caso do Chelsea na temporada 2015/2016. Porém, uma agremiação ter todos os jogadores em campo de nacionalidade diferente foi a primeira vez. O fato ocorreu na Bundesliga com o Ingolstadt

³¹⁰ O texto termina dizendo: “É com o apoio de todos os gremistas que faremos do Grêmio um clube cada vez maior e este é o momento certo para ser sócio, além de apoiar o Tricolor, você vai ter muitas vantagens, feitas especialmente para você. Associe-se”! Informação disponível em: <https://socio.gremio.net/>. Acesso em: 04 maio 2018.

quando enfrentou o Bayern de Munique³¹¹. Todavia, não foi um fato isolado, pois, uma semana depois (17/02) o mesmo fenômeno se repetiu só que desta vez pela primeira vez na Espanha. O Granada levou a campo 11 atletas de nacionalidades diferentes para jogar contra o Betis³¹².

Destaca-se que isso somente foi possível por causa do “acórdão Bosman” de dezembro de 1995 que permitiu a livre circulação de “trabalhadores da bola” dos países pertencentes à UE. O atleta em questão após recusar uma oferta do seu clube que propôs uma redução de salário foi colocado na lista de transferência. Na sequência ele fechou um novo contrato com uma equipe da segunda divisão da França que se colocou à disposição para comprar seu passe, no entanto, a equipe belga (Royal Club Liégeois) duvidando da capacidade financeira do US Dunkerque não autorizou o acordo deixando Bosman na “geladeira”, inclusive sem salário (MARTINS, 2016).

O atleta entrou na justiça argumentando que o sistema de transferência de atletas não estava de acordo com o Tratado de Roma que previa a livre circulação de trabalhadores da UE. Após cinco anos de disputa judicial, Bosman ganhou a causa no Tribunal Europeu de Justiça que, ao julgar o sistema de transferência na Comunidade Europeia, decidiu que o pagamento pela transferência de jogadores cujo contrato já tenha concluído é ilegal e da mesma forma é a restrição ao número de jogadores de países membros da UE nos clubes pertencentes ao bloco.

Nesse sentido, Ferreira (2008, p.39) diz que o “acórdão Bosman” “não fez mais do que [...] determinar que a actividade desportiva, enquanto actividade económica, terá que, obrigatoriamente, reger-se pelas mesmas regras que, desde 1957, regulam o mercado comum estabelecido entre os Estados Membros da União Europeia”. Assim, Martins (2016) argumenta que a interpretação da corte europeia compreendeu o fenômeno esportivo não como uma atividade social, mas econômica e, por isso, o atleta é mais um trabalhador como qualquer outro.

Desde então os clubes dos países que pertencem à UE podem compor o elenco com um número indeterminado de atletas pertencentes à Comunidade Europeia. Reitera-se, conforme Miranda (2016, p. 12), que o “acórdão Bosman” “foi o responsável pela livre circulação do jogador no cenário europeu, que passou a ter o status de trabalhador, com garantias de direitos próprios nas negociações de seus respectivos contratos (clube-atleta)”.

³¹¹ Informação disponível em: <http://chuteirafc.cartacapital.com.br/reportagem-chegou-o-dia-em-que-um-time-teve-jogadores-de-11-nacionalidades-em-campo/>. Acesso em: 14 maio 2018.

³¹² Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol.com-jogadores-de-11-nacionalidades-granada-faz-historia-e-goleia,70001670327>. Acesso em: 14 maio 2018.

No entanto, a limitação para jogadores de outros países, como do Brasil é determinada por cada entidade responsável pelo futebol nacional, normalmente são três estrangeiros em campo e no máximo dois como reserva. Ressalta-se que em alguns países, como a Espanha, a outorga do título de cidadão é mais simples para os atletas, o que torna mais fácil a naturalização dos jogadores.

O “acórdão Bosman” revolucionou o mercado de transferências internacionais, pois, até 1995 as ligas tinham um rigoroso controle sobre o número de jogadores estrangeiros. Registra-se que a liga italiana por um período (1964-1980) proibiu a presença de atletas estrangeiros, a espanhola também (1965-1973) e a inglesa, entre 1930 e 1978, não permitia estrangeiros (ROBERTSON; GIULIANOTTI, 2006).

Ressalta-se que além de permitir a circulação de atletas entre os países da UE, o “acórdão Bosman” colocou fim na “lei do passe”. Tal mecanismo assegurava aos clubes a propriedade dos atletas e as transferências para outros apenas mediante – mesmo com o fim do contrato –, compra do passe. O jogador que tinha menos de 32 anos e menos de 10 anos de serviço prestado ao clube, mesmo com o término do contrato (vínculo empregatício) mantinha o vínculo esportivo com o clube. A sua venda era feita mediante a compra do passe, com aceite do clube vendedor (MIRANDA, 2016).

De acordo com Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Guilherme Augusto Caputo Bastos (2012, p. 4) a “lei do passe” impedia o atleta de exercer livremente o direito ao trabalho, sendo submetido “ao alvedrio de seu ex-empregador, pois este poderia impô-lo ilimitado período de inatividade, sem o pagamento de salário, caso não concordasse com as condições propostas por entidades interessadas na compra de seu passe”.

A extinção da “lei do passe” por extensão foi materializada no Brasil em 1988 com a lei Pelé (nº 9.615), extinguindo um mecanismo que vigorava no país desde 1976 (lei nº 6.354)³¹³. Assim, os atletas após o fim do contrato ou a seis meses de seu término podem assinar um novo acordo com qualquer clube do mundo. Além disso, durante a vigência do contrato com um clube, outra equipe pode adquirir os direitos federativos de um atleta, para tanto, basta pagar a multa rescisória e ter o aceite do jogador. O valor da multa é estipulado pelo clube detentor do atleta, porém, em alguns países, como França e Inglaterra, não há multa rescisória, assim a transferência durante a vigência do contrato ocorre apenas com a anuência do clube que o atleta possui contrato.

³¹³ O artigo 11 da referida lei dizia que: “Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observada as normas desportivas pertinentes”.

O fim da “lei do passe” é visto de duas formas pelos analistas: a) colocou fim em um regime que assemelha a escravidão no qual o atleta pertencia a um clube e somente com a sua autorização poderia trabalhar em outro, mesmo quando não fizesse parte dos planos da equipe; b) criou um livre mercado mundial em que as principais forças econômicas circulam pelo mundo atraindo os melhores atletas, o que gera um desequilíbrio competitivo (RODRIGUES, 2007; SOARES et al, 2011; BASTOS; 2012; MIRANDA; 2016).

Sobre o primeiro aspecto o colunista José Roberto Torero do Jornal Folha de São Paulo escreveu em 16/02/2001:

Percebi que há mais coisas em comum entre os escravos e os futebolistas do que sonha nossa vã sociologia. Vejamos: tanto escravos como jogadores eram propriedade de alguém, seja este alguém um fazendeiro ou um clube; tanto o escravo como o jogador podiam ser vendidos de acordo com o desejo de seu possuidor; e tanto o jogador como o escravo poderiam adquirir a liberdade com um papel, fosse a carta de alforria ou o passe livre³¹⁴.

Entretanto, não existiu a carta de alforria, afinal, o atleta continua sendo uma mercadoria, só que agora disponível no mercado pelos intermediários (personagem que surge com o fim da “lei do passe” e realiza as pontes entre os atletas e os clubes) que busca um clube nos diferentes lugares do mundo, especialmente europeu para colocar sua mercadoria. Conforme destaca Rodrigues (2009, p. 92) “mesmo após o fim do passe continua presente a “venda” de jogadores, sobretudo a “venda” dos direitos federativos dos atletas, os quais funcionam praticamente como o antigo passe. A liberdade de trabalho dos jogadores se resume ao plano teórico, legal”. O atleta como qualquer outra mercadoria precisa de trocas para se realizar, assim está sempre disponível no mercado em busca dos melhores contratos.

No que se refere ao livre mercado de jogadores de futebol e à concentração de atletas de elite nos grandes clubes, Souza e Angelo (2005, p. 287) após analisarem o grau de competitividade dos clubes europeus concluíram aquilo que já sinalizamos, ou seja, que após o “acórdão Bosman” aumentou “a disparidade de forças entre as equipes, minando a atratividade das competições e reduzindo significativamente as receitas dos clubes, especialmente os menores e com menos recursos”. No mesmo sentido, Ferreira (2008, p. 84) diz que:

[...] o surgimento do acórdão Bosman é um rotundo sucesso financeiro para atletas profissionais e instituições desportivas de maior nomeada, sendo que,

³¹⁴ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1602200120.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

por outro lado, ficará para sempre marcada na história como o ponto em que clubes de segunda, terceira e de dimensões ainda mais abaixo perderam, definitivamente, o contacto competitivo que a antiga regulamentação lhes permitia ir tendo pois, ao não haver restrições de nacionalidade, clubes oriundos dos países considerados super-potências do desporto europeu, como Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha deixaram de ter de seleccionar quais os melhores estrangeiros que queriam contratar, devido ao facto de só poderem ter, por plantel, cerca de cinco a oito estrangeiros, dependendo dos regulamentos de cada Federação, o que levava a que um clube inglês, por exemplo, só viesse contratar a Portugal um atleta de grande nomeada, e que realmente justificasse a ocupação de uma vaga de estrangeiro; a partir do surgimento do acórdão Bosman, que acabou por determinar que os atletas profissionais oriundos de países Estados Membros da UE são trabalhadores comuns e, como tal, não poderão ser considerados estrangeiros em qualquer país Estado Membro da UE este processo de selecção foi abolido, podendo os clubes oriundos das grandes potências económicas e desportivas contratarem quem quiserem, independentemente da sua nacionalidade.

Ressalta-se que o fluxo de atletas em direção às grandes ligas sempre existiu, porém, nas últimas décadas os clubes com as maiores receitas atraíram os grandes atletas, com a oferta das melhores condições de trabalho, inclusive salarial. Como consequência, o fim da “lei do passe” inflacionou os valores pagos pelos clubes para contar em seu plantel com as grandes estrelas do futebol mundial. Nesse cenário, os clubes com menor poder aquisitivo sem condições de concorrer com os grandes clubes lutam para obter melhores posições nos campeonatos nacionais e para participar das competições continentais (RUGGI, 2008).

No entanto, sejam grandes ou pequenos todos os clubes possuem uma coisa em comum: a busca de jogadores para além das fronteiras de seu país. No caso das agremiações da UE isso é facilitado pela livre circulação dos atletas daquelas nações, o que gerou fenômenos do tipo que narramos no início desse texto com equipas com 11 atletas de 11 nacionalidades diferentes iniciando as partidas.

Para regular as transferências no âmbito internacional a FIFA estabeleceu em 2001 normas em que clubes, atletas e intermediários devem seguir. Da mesma forma, cada nação possui suas regras próprias, subordinadas ao ordenamento da FIFA e as leis existentes em casa país. No caso brasileiro, a legislação sobre os contratos de trabalho e transferência de jogadores estão concentradas na lei nº 6.354 de 1976 e na lei 9.615 de 1978 e suas atualizações, bem como no regulamento de transferência da CBF³¹⁵.

Nesse sentido, no contexto de livre mercado os atletas escolhem as propostas que são mais vantajosas, sendo que para aqueles com 16 anos ou mais, os contratos podem ter duração de 03 meses a 05 anos e no caso de transferência de um clube brasileiro para uma equipa de

³¹⁵ Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/registro-transferencia/regulamento-nacional-de-registro-e-transferencia#.WvocT6QvzIU>. Acesso em: 14 maio 2018.

outro país só pode a partir do momento em que o atleta completa 18 anos ou nos casos em que a família deixa o país para morar fora ou se o jogador mora a 50 quilômetros da fronteira e o clube estiver como sede a mesma distância do limite entre os dois países³¹⁶. Registra-se que entre os clubes da UE as transferências podem ocorrer a partir dos 16 anos.

Observa-se que diante do interesse de um clube europeu por um jovem atleta de outro continente ou mesmo de um país fora da UE normalmente é ofertada à família a possibilidade de emprego no país de origem da agremiação. Conforme Miguel (2012, p. 47-48):

Isso atualmente é de extrema facilidade, pois há o interesse de investidores, pessoas jurídicas não relacionadas diretamente com o futebol, que podem empregar o pai do atleta em qualquer função. O mesmo acontece com empresas patrocinadoras do clube de futebol, verdadeiras parceiras no negócio, ou, ainda, com empresas cujos sócios majoritários são os verdadeiros donos de clubes de futebol [...].

Quando isso não é possível os clubes adquirem o atleta ainda menor de idade, em acordo com o clube vendedor, mas espera completar os 18 anos para realizar a transferência. Isso ocorreu recentemente com Vinicius Junior, do Flamengo, que foi vendido ao Real Madrid em 2017, mas a transferência somente pode acontecer após o atleta completar 18 anos em 2018³¹⁷.

Conforme a legislação trabalhista e esportiva é permitido aos clubes inserirem os jovens de 12 até os 14 anos nas categorias de base, sem qualquer vínculo empregatício ou de aprendizagem. Entre os 14 até os 16 anos é o período considerado de aprendizagem, os garotos podem receber uma bolsa e devem ter as despesas com transporte e alimentação ressarcidas. A partir dos 16 anos, os jogadores podem ter um contrato profissional. Registra-se que Rodrigues (2010) após entrevistar 97 jogadores de futebol de 12 clubes da série A, B e C do campeonato brasileiro identificou que quase 50% profissionalizaram aos 18 anos e 25% aos 17 anos, sendo que os mais velhos foram aos 21 anos.

O fim da “lei do passe” criou nos clubes uma preocupação generalizada, pois, depois de todo o investimento na formação do atleta, este poderia simplesmente sair de graça já que não tinha mais obrigação de ficar “preso” por meio do passe. Assim, diante da pressão dos clubes, a FIFA estabeleceu os mecanismos de indenização e solidariedade que também fazem

³¹⁶ A única liga que atua diferente é a norte americana em que as franquias possuem teto salarial, sendo exceções os atletas de destaque mundial, no máximo 3 por equipe, contratados para dar mais visibilidade ao campeonato (HIRSCHBRUCH, 2015).

³¹⁷ Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/empresario-de-vinicius-jr-diz-que-data-deida-aoreal-madrid-especulacao-22515521>. Acesso em: 14 maio 2018.

parte das normas de transferência da CBF. Galassi (2016, p. 48) apresenta a diferença existente entre esses dois mecanismos:

[...] a indenização por formação é merecida nas transferências realizadas até os 23 anos de idade e atribuído de forma direta aos clubes que participaram da formação do atleta, enquanto o mecanismo de solidariedade retrata um “plus” percentual sobre o valor da indenização paga ao clube que está cedendo o atleta, repartindo entre os clubes que contribuíram para formação um percentual relativo a transferência. Em acréscimo, ocorrerá incidência do mecanismo de solidariedade mesmo após os 23 anos de idade. O mecanismo de solidariedade visa a distribuição de renda das transações, separando um percentual as entidades formadoras, já a indenização é uma “recompensa” financeira pelos gastos efetivados na formação.

A indenização por formação ocorre em dois casos: a) quando o atleta realiza seu primeiro contrato de trabalho em uma federação diversa de sua origem; b) quando o jogador transfere para um clube de outra federação até a conclusão de 23 anos. No mecanismo de solidariedade, a cada transferência onerosa independentemente da idade, os clubes formadores recebem até 5% pelo período de formação dos 14 anos até os 20 anos em transferência nacional e dos 12 anos até os 23 anos se for internacional (MIRANDA, 2016).

Para receber tal benefício o clube precisa disponibilizar uma série de serviços aos jovens atletas, como: serviços educacionais, de saúde, transporte e alimentação, infraestrutura de treinos e permanência no clube, equipe profissional de futebol, disputar competições oficiais com os jovens atletas entre outras exigências são certificados como clubes formadores (BRASIL, 2013). Assim, a cada novo contrato ou transferência de um atleta para outra equipe o formador recebe um percentual.

Conforme ressalta Miranda (2016, p.19) os mecanismos de indenização e solidariedade foram criados para garantir aos jovens atletas as condições mínimas para formação como também para “fornecer o devido amparo aos clubes formadores e assim, fazer com que não saiam totalmente prejudicados com a transferência, ajudou a resguardar os direitos dos jogadores menores, visto que essa medida visa proteger e amparar seu período de formação”.

Esses mecanismos são fundamentais para a sobrevivência de diversos clubes do Brasil e também para os pequenos clubes nas ligas europeias que se caracterizaram nos últimos anos por fornecer matéria prima para os clubes médios e grandes, dos mercados internos e externos.

Nesse cenário a formação de atletas configura-se como um bom negócio para os clubes e para os intermediários. A posse de um jogador com um potencial técnico e midiático

é a possibilidade que aqueles atores possuem de fazer bons negócios no mercado interno e, sobretudo, no mercado externo. A seguir vamos refletir um pouco sobre a formação dos jovens atletas e a presença dos intermediários.

5.4.1- A produção da Força Esportiva

O futebol mobiliza mentes e corações de milhares de jovens adolescentes em todo o mundo. A maioria sonha em jogar profissionalmente em um grande clube do Brasil e da Europa. As principais motivações são os altos salários, a conquista de títulos esportivos, bens materiais e imateriais e a exposição na mídia. Sem dúvida, os valores recebidos por Messi, Cristiano Ronaldo, Neymar e a exposição internacional são fatores que alimentam os sonhos de pais, crianças e adolescentes, sobretudo, daqueles das camadas mais pobres.

Como destaca Souza et al (2008, p.106) para quem pertence as camadas inferiores da pirâmide social ser jogador de futebol é um projeto familiar. Talvez seja a única possibilidade que a família possui de ascensão social e conquista de bens materiais. Por isso, “todos auxiliam da maneira que podem para que o jovem com maiores habilidades possa realizar seu sonho. O sucesso de um é o de todos. O inverso também é verdadeiro”.

O sacrificio da família e do jovem aspirante a jogador profissional começa ainda bem cedo aos 12 anos (com amparo legal) nos primeiros anos de formação no futebol. Normalmente isso acontece nas escolinhas, nos núcleos ou nas categorias de base dos clubes.

Ressalta-se que os principais clubes do Brasil e da Europa possuem redes de escolinhas espalhada pelo país funcionando como franquias e também parcerias com clubes menores que repassam os jovens atletas ou recebem os jogadores para ter “rodagem”. O Atlético Paranaense, por exemplo, possui núcleos com jovens atletas espalhados por diversos estados do Brasil, recepcionado jovens adolescentes, selecionando e formado para atender sua demanda e o mercado interno e externo (REZENDE; DALMÁCIO; PEREIRA, 2010). Além disso, vale salientar a existência das parcerias de clubes de diferentes lugares do mundo com agências de intermediários que captam os jovens pelo globo e ofertam ao clube parceiro a oportunidade de selecioná-los (PAOLI, 2007; SOUZA et al, 2008).

Nota-se que ainda na infância os garotos passam por uma rotina de preparação que em alguns casos não os permitem aproveitar a própria idade e tudo aquilo deveria envolver esse período da vida- diversão, prazer e fantasia-, inclusive a formação escolar (SOARES et al, 2011). A rotina de treino que supera as cinco mil horas de trabalho físico, técnico, tático e psicológico aumenta com o avançar da idade (DAMO, 2005). Nesse sentido, o prazer de jogar é substituído pelo trabalho e a obrigação de passar pelos dispositivos de treinamento que

dotam o corpo de condições de produzir movimentos necessários para fazerem parte do sistema de percepções, movimentações e tomadas de decisão durante as partidas de futebol.

Galeano (2015, p.11) descreve a rotina de atletas profissionais, mas que cada vez mais também está presente nas categorias de base:

Submetido a uma disciplina militar, sofre todo dia o castigo dos treinamentos ferozes e se submete ao bombardeio de analgésicos e às infiltrações de cortisona que esquecem a dor e enganam a saúde. Na véspera das partidas importantes, fica preso num campo de concentração onde faz trabalhos forçados, come comidas sem graça, se embebeda com água e dorme sozinho.

Destaca-se que essa realidade não é exclusiva dos “tempos” atuais, porém, a incorporação da “gramática corporal” pelos jogadores para os espetáculos futebolísticos, segundo Damo (2005) é diferente dos dispositivos de um período em que a modalidade não estava totalmente inserida numa lógica espetacularizada. A formação/produção do profissional para o espetáculo aumentou as exigências de desempenho, disciplina e força, sendo resultado da diversificação do aparato tecnológico, da ampliação do quadro de recursos humanos envolvidos, da melhora na infraestrutura e da formação de uma rede administrativa nas equipes. Isso seja no processo de detecção e seleção do “talento” e de preparação e promoção, assim como durante o jogo e no pós-jogo.

O caminho até a equipe profissional é tortuoso e restrito a uma pequena parcela de jovens adolescentes. Ao longo dos anos os garotos vão passando por filtros, sendo selecionados aqueles que se destacam na execução dos gestos esportivos, associado aos aspectos físico e fisiológico, as relações sociais deles no clube e a existência de um intermediário influente (PAOLI; SILVA; SOARES, 2008; DAMO, 2005).

A primeira seleção é logo para pertencer a uma escolinha ou ir diretamente para as categorias de base. Vejamos um exemplo de como isso funciona:

As “peneiras”, como são chamadas as seleções de garotos para ingressar nos clubes, não têm este nome à toa: entram em campo algumas centenas de garotos para que um desperte interesse dos treinadores e olheiros. Nas peneiras organizadas pelo Flamengo em suas escolinhas, em 90 pontos pelo Brasil, passam perto de 800 meninos por ano, para que quatro sejam selecionados para testes. Com sorte e treinos diários, chega-se às divisões de base. E, de lá, só cerca de 10% vão conseguir vaga no futebol profissional. Flamengo e Corinthians, os maiores clubes brasileiros, são também os

líderes em número de escolinhas: são 57 do Flamengo, em sistema de franquia, e 52 do Corinthians, que mantém escolas próprias³¹⁸.

Ao entrar nas categorias de base a seleção continua e, após horas, meses e anos de treinamento e dedicação, menos de 1% consegue chegar à equipe profissional³¹⁹. Damo (2005, p. 269) relata que na equipe do Internacional apenas três ou quatro, se tanto, por temporada, consegue subir para o time principal, entre 2004 e 2005 nenhum subiu para o profissional. Observa-se que nesse contexto “muitos são testados e descartados logo em seguida, outros nem recebem oportunidade”.

Aqueles que conseguem passar pelo filtro são incorporados ao mercado de *glamour* para alguns e de empregos sazonais para a maioria. Esse é o resultado de milhares de horas nas categorias de base dos clubes, de treino e mais treino para incorporar a linguagem do futebol. Uma linguagem que deverá ser mantida e aperfeiçoada ao longo de sua curta carreira profissional, pois, as ações corporais, os gestos esportivos precisam ser lapidados de acordo com as normas e as ações de jogo (previstas ou imprevistas).

Reiteramos que a partir dos 16 anos os jogadores podem ingressar no mercado profissional, estando à disposição das agremiações, com possibilidade de produzir valor de troca, sendo trocado por outras mercadorias, agregando valor a outros produtos e serviços e, em alguns casos, sendo referência comportamental.

Paoli, Silva, Soares (2008, p.46) comentam que os clubes lançam cada vez mais cedo os jovens nas equipes principais, pois, não têm tempo nem recursos financeiros para aguardar todo o ciclo de formação e maturação do jogador. “No futebol brasileiro o projeto de jogador é o garoto que passa de “juvenil promissor” a revelação da semana, sem qualquer estágio intermediário. Precocidade não é mais fenômeno, mas uma estratégia que os clubes são obrigados a utilizar”. Anteriormente isso era feito quando surgia um “fenômeno”, porém eram casos isolados, atualmente diante da dificuldade financeira dos clubes e do interesse do atleta e do intermediário em realizar as transferências busca-se acelerar o processo de formação/produção do atleta. Quanto mais rápido ocorrer a troca mais cedo empresários e clubes terão lucro.

Em alguns clubes há um planejamento com previsão de quantos atletas precisam vender por ano para fechar as contas, quantos podem ser emprestados e outros tantos que

³¹⁸ Informação disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/sonho-de-muitos-chance-para-muito-poucos/>. Acesso em: 15 maio 2018

³¹⁹ Informação disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/os-n%C3%BAmeros-sobre-os-jovens-que-viram-profissionais-s%C3%A3o-desanimadores-1.979424>. Acesso em: 15 maio /2018.

serão desligados do clube. No caso do Atlético Paranaense a meta é vender 1 jovem por ano por R\$ 3 a 4 milhões (REZENDE, DALMÁCIO; PEREIRA, 2010).

A reportagem da Revista Época “O êxodo da várzea”, do dia 16/05/2018, apresenta alguns símbolos dessa mudança, entre eles os dois jovens do Rio de Janeiro Vinicius Junior, do Flamengo, vendido ao Real Madrid e Paulino, do Vasco, vendido para o Bayer Leverkusen, ambos titulares antes mesmo dos 18 anos nesses clubes foram para a Europa assim que completaram esta idade. Esse movimento inicia na década de 1990 e se consolida na primeira década do século XXI com a acentuação da desigualdade econômica entre os clubes. “Assim, a era dos grandes talentos que passavam um pedaço da carreira no Brasil virou arqueologia esportiva”³²⁰.

Registra-se que os clubes procuram formar/produzir os melhores atletas a cada geração, aqueles com a melhor forma física e técnica, capazes de produzir inovações na execução de determinados gestos técnicos. Essa é uma produção ininterrupta e quanto mais excepcional for o atleta mais será cobiçado, mais vai agregar valor a uma série de produtos e serviços e será uma importante fonte de receita para os seus proprietários. Eles são “los portavoces más adecuados de la sociedade o de algunos de sus grupos. Um grupo social se reconoce em el campeón como em su propia imagen ideal” (BROHM, 1982, p. 287).

O lugar que determinado atleta ocupa no mercado é resultado da sua Força Esportiva, trabalhada e adquirida ao longo de sua carreira, desde as categorias de base. Como dissemos não se restringe ao “capital futebolístico”, a incorporação e execução dos gestos esportivos, mas envolve também as relações que ele e seu estafe possui com o clube, com a mídia e com os demais setores do mercado.

Neste momento vale a pena ressaltar o papel exercido pelo intermediário, afinal, esse profissional conhece os “caminhos” para colocar um garoto nas divisões de base de um clube. Durante a passagem pelas categorias de base ter um empresário que tenha boas relações com dirigentes é fundamental para o futuro do atleta. Aquele garoto que possui um empresário possui um “status” em relação aos demais (DAMO, 2005), principalmente se for um reconhecido nacionalmente, tendo grandes atletas sob os seus serviços. Nesse sentido, Cruz (2012) ao analisar a categoria de base do Cruzeiro de Belo Horizonte identificou que 65% dos garotos já tinham um empresário cuidando dos seus interesses. Ele é a pessoa responsável por mediar junto ao clube o interesse do jovem atleta e buscar o melhor contrato ou uma transferência vantajosa.

³²⁰ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2018/05/o-exodo-da-varzea.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

Um dos principais empresários do país, Eduardo Uram, explica como é a atuação da sua equipe:

Minha área técnica tem observadores externos e internos e está fundamentalmente direcionada para a categoria de base. A parte profissional está concentrada comigo, com meu filho (Alexandre), e aí tenho muita informação. O segredo é informação. É difícil ter algum jogador, alguma coisa acontecendo, que eu não tenha. O mercado me procura para me fornecer informação. É o segredo da história³²¹.

A FIFA recomenda que os intermediários recebam por cada transação cerca de 3% do valor, contudo, estudo um UEFA analisou as transferências do período de 2013 a 2017 e constatou que os agentes ficaram em média com 13% das negociações. Entretanto, algumas transferências podem render bem mais como a de Pogba, em 2016, da Juventus para o Manchester *United* em que o empresário ficou com 46%, cerca de R\$ 47 milhões³²².

Quanto ao foco da produção dos clubes, nota-se que é tanto para atender as demandas do mercado interno como do mercado externo. No passado as principais equipes tinham como objetivo a busca e a formação de jovens atletas para qualificar seu plantel e criar um vínculo dele com os torcedores, tendo a formação/produção para troca como secundário. O mesmo não pode ser dito nos dias atuais, uma vez que os clubes menores e da periferia do futebol mundial possuem na comercialização de atletas uma forma de manter suas atividades. Já as grandes equipes adquirem no mercado a sua força de trabalho, ainda que retirem das categorias de base um ou outro jogador para o seu elenco principal.

Nota-se que é cada vez mais comum equipes de maior expressão das ligas periféricas juntamente com clubes empresas e pequenas equipes formando/produzindo jovens atletas para o mercado. Destaca-se que isso deve ganhar corpo nos próximos anos com a proibição da FIFA, editada em maio de 2015, que impede que os atletas tenham os direitos econômicos sob a posse de pessoas físicas e jurídicas. A medida da FIFA é mais uma ação para tentar acabar com os clubes de “aluguel”, onde os jogadores passam uma temporada se destacam e são rapidamente comercializados. Porém, o resultado pode aumentar ainda mais a participação de setores empresariais no controle desse esporte, bem como equipes de fachada³²³.

³²¹Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2010/12/os-donos-da-bola-conheca-os-dez-agentes-mais-influentes-do-brasil.html>. Acesso em: 05 jun. 2016.

³²²Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/05/fifa-quer-limitar-comissao-de-empresarios-do-futebol-a-5.shtml>. Acesso em: 20 maio 2018.

³²³ Esse é o caso do SEV-Hortolândia que obteve um lucro de R\$ 2,7 milhões em 2015 sem disputar um jogo. A venda de atletas no valor total de R\$ 10 milhões foi o que gerou essa receita para o clube. A equipe é uma intermediária, que registra os jogadores dos empresários e repassa para outros clubes. Informação disponível em:

De acordo Wagner Ribeiro, outro importante empresário do país, para continuar nas atividades de intermediário os “grupos e grandes empresários milionários vão ser donos de clubes, algo que já acontece bastante na Europa e que no Brasil ainda é visto com certa resistência. Mas é um caminho para a sobrevivência dos fundos³²⁴”. Assim, a alternativa encontrada para os intermediários e fundos de investimento é a constituição de equipes ou a aquisição de pequenos clubes para fazerem o registro dos atletas e posteriormente comercializar parte dos direitos federativos com os clubes maiores. Quando esses atletas são valorizados e recebem uma proposta maior todos os proprietários dos direitos federativos ganham com a negociação³²⁵.

Um exemplo disso vem da terceira divisão da federação paulista de futebol. O clube Monte Azul é investigado pela CBF por funcionar como “ponte” para as transferências de atletas. A suspeita é que os intermediários registravam os atletas como sendo do clube e, posteriormente, eram emprestados e vendidos para outras equipes³²⁶.

Outro exemplo é o Coimbra Esporte Clube, equipe que pertence aos representantes do Banco BMG. “Pela equipe já “passaram” nomes como Jocinei e Paulinho ex-Corinthians; Juninho, ex-Palmeiras; Wellington Bruno, ex-Flamengo [...]. As aspas são válidas: nenhum deles sequer atuou pelo Coimbra, mas o clube foi e ainda é a ponte utilizada pelos dirigentes para negociar atletas”³²⁷.

No mesmo sentido existem clubes também de “aluguel” que disputam competições em divisões inferiores do futebol nacional ou estadual e servem apenas como vitrine para os empresários demonstrarem os seus atletas. Após as competições, os jogadores são redimensionados para outro clube, para que possam participar de outra competição até serem vendidos ou descartados. O mesmo acontece nas categorias de base que são terceirizadas para os empresários apresentarem nas competições os seus atletas. “Tudo isso visa, além do lucro,

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/06/1784520-sem-lucrar-clube-de-sao-paulo-lucra-r-29-mi-e-entra-na-mira-da-fifa.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2016.

³²⁴ Informação disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/coritiba/crise-financeira-revirarotina-dos-clubes-brasileiros-eiqlbqmgkp2vhbxnpewi713i>. Acesso em: 10 jun. 2016.

³²⁵ Em 2014 cerca de 80% dos atletas profissionais que atuavam no Brasil tinham seus direitos econômicos fatiados entre clubes e empresas e fundos de investimentos. A FIFA proibiu a venda dos direitos econômicos dos atletas, com isso os agentes precisam “burlar” a medida vinculando os atletas aos clubes das empresas. Para entender mais sobre o tema recomenda-se a leitura da matéria “Saem fundos, entram os clubes de aluguel: brasileiros não ‘temem’ a FIFA. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/442973_saem-os-fundos-entram-os-clubes-de-aluguel-brasileiros-nao-temem-fifa. Acesso em: 17 maio 2018.

³²⁶ Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2018/01/11/cbf-investiga-clube-da-3a-divisao-de-sp-que-atua-em-transferencias-da-elite/>. Acesso em: 15 maio 2018.

³²⁷ Informação disponível em: <http://esporte.ig.com.br/futebol/2015-01-14/clubes-de-aluguel-sao-principal-saida-de-investidores-para-driblar-veto-da-cbf.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

e claro, a transferência do jogador para a Europa ou Ásia, pois não é novidade que os salários pagos nessas regiões superam de longe os pagos no Brasil” (MIGUEL, 2012, p. 46).

Já os clubes de médio e grande porte do centro e os clubes maiores da periferia adotam um modelo híbrido em que formam/produzem atletas tanto para atender a demanda interna como para a venda. Portanto, aquele clube que formava/produzia para atender as demandas internas de elenco, com uma produção endógena, é uma lógica “[...] que remonta aos tempos do amadorismo, quando a circulação de profissionais era restrita e certos valores como o “amor ao clube” [...] estavam na ordem do dia” (DAMO, 2007, p. 198). Nos mercados periféricos e mesmo nos clubes menores, a formação/produção é totalmente voltada para venda ou no modelo híbrido, sendo que o atleta que se destaca é logo cobiçado por um clube de uma liga europeia com maior poder econômico.

No caso da formação/produção para o mercado interno do Brasil nota-se que ela divide-se em quatro possibilidades: a) produzir para clubes de elite que disputam as competições nacionais e a série A do campeonato brasileiro; b) para clubes da série B que também possuem um calendário anual, mas menos visibilidade; c) para clubes da série C e D, com um calendário não tão extenso quanto os clubes que disputam as séries A e B, mas com mais datas de jogos em relação às equipes que participam apenas dos campeonatos estaduais; d) clubes que disputam apenas os campeonatos estaduais, com um calendário de 03 a 04 meses.

No Brasil em média apenas 40 clubes possuem um calendário anual, o que significa que aproximadamente mil atletas têm um contrato de trabalho para todo o ano (considerando que as equipes trabalham em média com 25 jogadores no seu elenco principal). Em 2015 o número de atletas profissionais no Brasil era de mais de 28 mil, o que significa que menos de 5% possui um calendário anual³²⁸. Os outros têm um contrato adequado à quantidade de jogos de cada clube.

No que se refere à produção para o mercado externo, destaca-se que está sustentada nos seguintes aspectos: a) pouca demanda no mercado interno; b) por ser mais atrativo para os atletas; c) maior poder econômico dos clubes europeus, especialmente das grandes ligas; d) o mecanismo de indenização e solidariedade rende importantes recursos para os clubes formadores; e) o interesse dos intermediários em formalizar transações internacionais e ampliar o seu percentual de arrecadação; f) o baixo custo da matéria prima oriunda da periferia (DAMO, 2005; SOARES, 2011). Diante desses motivos intensificou-se nas últimas

³²⁸ Informação disponível: <https://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-numero-de-clubes-e-jogadores#.WvtH6aQvzIU>. Acesso em: 15 maio 2018.

décadas o processo de formação/produção para exportação, sobretudo após o “acórdão Bosman” e o fim do passe no Brasil.

O mercado externo ao passo que é integrado e globalizado também é hierarquizado. Os mercados centrais (Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália e França) têm mais visibilidade e rentabilidade para todos os envolvidos (clubes vendedores, atletas e intermediários); na sequência estão os mercados também pertencentes à Europa localizados em países com ligas menores como Rússia, Holanda, Turquia, Ucrânia e Portugal. Um terceiro destino dos pés-de-obra é o mercado alternativo formado pelos EUA, China e Japão. Por fim, os mercados periféricos do globo localizados na América, Europa e Ásia.

Nesse universo da formação/produção de atletas de futebol o Brasil ocupa lugar de destaque. Como sinaliza Soares et al (2011, p. 911) “temos uma indústria de formação de jogadores no Brasil para atender o mercado interno e externo no qual a matéria prima em geral são jovens entre 12 e 16 anos de idade”. A seguir vamos conhecer mais sobre o fluxo migratório dos jogadores de futebol pelo mundo, suas características e a dimensão financeira da venda de jogadores para os clubes de futebol.

5.4.2- O fluxo internacional de Força Esportiva

O mercado de transferência internacional de atletas profissionais de futebol, especialmente entre América do Sul e Europa ocorre desde o início do século XX, contudo nos últimos anos, fundamentalmente desde a última década, esse processo ganhou novas dimensões. Obviamente motivado pelo contexto “externo” de integração e abertura dos mercados no âmbito da economia e no que se refere ao futebol devido ao “acórdão Bosman” e, no Brasil, a lei Pelé (SOARES et al, 2011; RUGGI, 2008).

Ressalta-se que a primeira transferência de um atleta brasileiro para Europa ocorreu na década de 1920, mais exatamente em 1925 quando um jogador do Club Athletico Paulistano foi para o Virslus Bologna. Mas naquele período alguns vizinhos como o Uruguai que tinha profissionalizado o futebol, com salários mais atrativos, também recebeu jogadores brasileiros. O Brasil, apenas em 1933, vai reconhecer a profissão de atleta de futebol (PRONI, 1998).

O fluxo de atletas em direção a Europa ocorre principalmente pelo poder financeiro dos clubes europeus, pela saturação do mercado latino e os baixos salários na América e África, além disso, acrescenta-se o baixo custo nas importações e, a exposição midiática global (RODRIGUES, 2007). Conforme Caetano e Rodrigues (2009, p. 19) “a grande incerteza quanto ao futuro pode levar os atletas a buscarem, no exterior, salários em dia e

estabilidade financeira, fugindo, assim, das condições do futebol nacional. Facilitando, inclusive, suas idas para países como Angola, Vietnã, Irã e China, outros países de pouca tradição futebolística”.

Destaca-se que a cada abertura das “janelas de transferência”, sobretudo a europeia, o mercado de futebolistas fica agitado. A FIFA deixa a cargo de cada federação ou confederação estabelecer o período para os clubes inscreverem os jogadores, porém, limita a três meses durante o ano. Assim, normalmente as entidades dividem a “janela” em dois períodos, no caso europeu ocorre entre janeiro e fevereiro (inverno) que é mais curta e entre julho e agosto (verão) a mais longa. No Brasil a “janela” fica aberta entre janeiro a abril que é a mais longa e junho a julho a curta.

Na última janela europeia de inverno os clubes das cinco principais ligas atuaram bastante no mercado com 559 negociações, o que movimentou R\$ 3,5 bilhões. Isso representa um pouco mais 2/3 de tudo que os 24 clubes (20 da série A de 2018 e os 4 rebaixados em 2017) do Brasil arrecadaram em 2017. Em um ano, contando a janela de verão da temporada 2017/2018 e a de inverno, foram gastos R\$ 20 bilhões pelos clubes dessas ligas, o que representa 5 vezes a arrecadação dos 24 principais clubes do Brasil³²⁹ em 2017.

Entretanto, cerca de 84% das transferências no futebol mundial foram sem custos para os clubes. Em 2015 dos 1.212 jogadores que saíram do Brasil, apenas 99 envolveram recursos financeiros. Do mesmo modo, dos 648 que retornaram ao Brasil apenas 15 vieram com gastos dos clubes brasileiros, os demais chegaram sem qualquer custo³³⁰.

Em 2013 das 11.938 transferências internacionais ocorridas em 160 países apenas 1.773 envolveram pagamentos, 4,4% superior a 2012 (1584), ou um total de 4.859 relativo ao período de três anos, o que corresponde a 13,9% do total de transferências do período (SOARES, 2015). Assim, normalmente os gastos são concentrados na elite mundial dos grandes clubes do centro e da periferia do futebol.

No contexto em que as contratações dos grandes astros são cada vez mais caras há uma realidade na qual os clubes médios e pequenos procuram fortalecer os elencos com trocas, empréstimos ou aquisição de atletas após o encerramento do contrato³³¹.

³²⁹ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/com-r-35-bilhoes-clubes-europeus-batem-recorde-de-gastos-na-janela-de-inverno.ghtml> e <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2018/05/financas-do-futebol-pioram-em-2017-clubes-brasileiros-faturam-menos-e-devem-mais.html>. Acesso em: 19 maio 2018.

³³⁰ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/02/brasil-obtem-r-565-milhoes-na-balanca-comercial-do-futebol-onde-esta-o-dinheiro.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

³³¹ Informação disponível em: <https://blogdorafaelreis.blogosfera.uol.com.br/2018/02/04/riqueza-e-excecao-84-da-transferencias-no-futebol-nao-envolvem-dinheiro/>. Acesso em: 20 maio 2018.

No entanto, seja com movimentação financeira, ou não, a nacionalidade do atleta é cada vez menos importante na composição dos elencos³³². Da mesma forma, poucos clubes das principais ligas possuem no seu elenco “pratas da casa”. Em 2013, dos 98 clubes que estavam na primeira divisão das cinco principais ligas da Europa (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França), somente o Barcelona, o Athletic de Bilbao, o Real Sociedad (todos da Espanha) e o Lyon (França) tinham mais da metade do seu elenco formado “em casa”³³³.

Quanto à nacionalidade, ao observarmos a composição dos elencos dos clubes campeões nacionais na temporada 2017/2018 dessas ligas, respectivamente: Manchester *City* (Inglaterra), Barcelona (Espanha), Bayer de Munique (Alemanha), Juventus (Itália) e PSG (França), nota-se que o *City* teve 25% de ingleses em seu elenco e 25% de latinos (Chile, Brasil e Argentina); O Barcelona contou com 36,6% de espanhóis e 22,7% de latinos (Brasil, Argentina e Uruguai); O Bayern de Munique teve 51,8% de alemães e 11,1% de latinos; A Juventus teve 40% de italianos e 24% de latinos (Brasil, Colômbia, Argentina e Uruguai); O PSG 34,7% de franceses e 34,7% de latinos (Brasil, Argentina e Uruguai). Entre todos os clubes, apenas o Bayern de Munique tinha mais de 50% dos atletas da mesma nacionalidade e apenas 14,8% de nacionalidade não europeia. O Manchester *City* é quem menos contou com jogadores do seu país, sendo que apenas dois estiveram frequentemente entre os 11 titulares³³⁴.

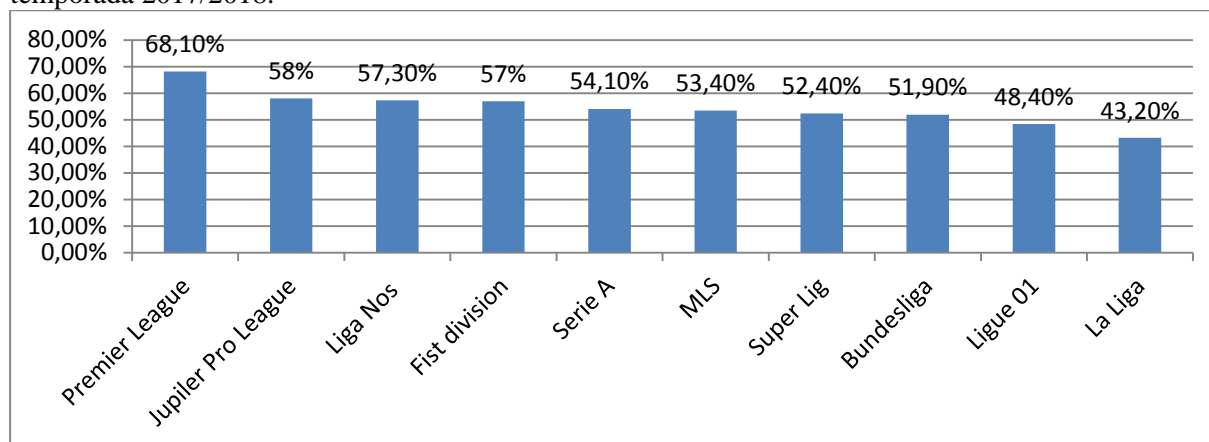
Quando ampliamos a análise e olhamos para todos os clubes dessas cinco ligas e outras que compõem o *top 10* no mundo que possuem mais estrangeiros na temporada 2017/2018 notamos que entre os ingleses o percentual de estrangeiros chega a quase 70%. Porém, entre os países que possuem percentualmente mais jogadores disputando a primeira divisão do futebol nacional encontram-se ligas bem menores como First Division (Chipre), Jupiler Pro League (Bélgica) e complementa a Liga Nos (Portugal), MLS (EUA) e Super Lig (Turquia).

³³² Ainda que ter um atleta de um grande mercado consumidor possa ser importante para a expansão dos negócios do clube naquele país ou continente. A contratação de japoneses e sul-coreanos ou mesmo de latinos, em alguns momentos, passa pela ampliação do mercado consumidor dos clubes.

³³³ Informação disponível em: <http://trivela.uol.com.br/apenas-117-da-premier-league-sao-pratas-da-casa-mas-problema-nao-e-exclusivo-dos-ingleses/>. Acesso em: 20 maio 2018.

³³⁴ Os dados foram coletados nos sites oficiais dos respectivos clubes de futebol na data de 19/05/2018.

Gráfico 16: as ligas com os maiores percentuais de estrangeiros nos clubes da primeira divisão na temporada 2017/2018.



Fonte: <https://www.transfermarkt.pt>. Elaboração do autor (2018).

A liga inglesa, a mais rica do mundo, é aquela também que concentra mais estrangeiros, cerca de 454 na temporada 2017/2018. No Brasil, no ano de 2018, são aproximadamente 54 estrangeiros, ou seja, 7,9% de “gringos” estão nos clubes da primeira divisão, número inferior ao encontrado no México (42,3%), Chile (21,9%), Peru (17,3%) entre outros³³⁵. Apesar de o mercado brasileiro pagar melhor, ele é saturado com atletas nacionais, o que dificulta a atração de outros pés-de-obra. Somente aqueles que se destacam nos clubes de outros países latinos e que ainda não encontraram mercado na Europa são capturados pelos clubes brasileiros.

O Brasil é o país que mais exporta jogadores, em 2015 foram 1.212, sendo Portugal (820) e Itália (164) os principais destinos. O segundo maior exportador mundial é também da América do Sul, a Argentina (929). O mercado privilegiado dos argentinos são Chile e México³³⁶. O Brasil também lidera o *ranking* de atletas nas principais ligas da Europa, ao todo são 108 jogadores, seguido da Argentina (70), da França (68), do Senegal (39) e de Camarões (28), estes com muita presença na liga francesa³³⁷.

As relações comerciais brasileiras não se restringem aos países europeus, as nações com ligas alternativas adquirem “*commoditie*” dos clubes brasileiros. O principal exemplo disso é a China, que na janela de transferência de fevereiro de 2017 contratou 110 jogadores

³³⁵ Disponível em: <https://www.transfermarkt.pt>. Acesso em: 19 maio 2018.

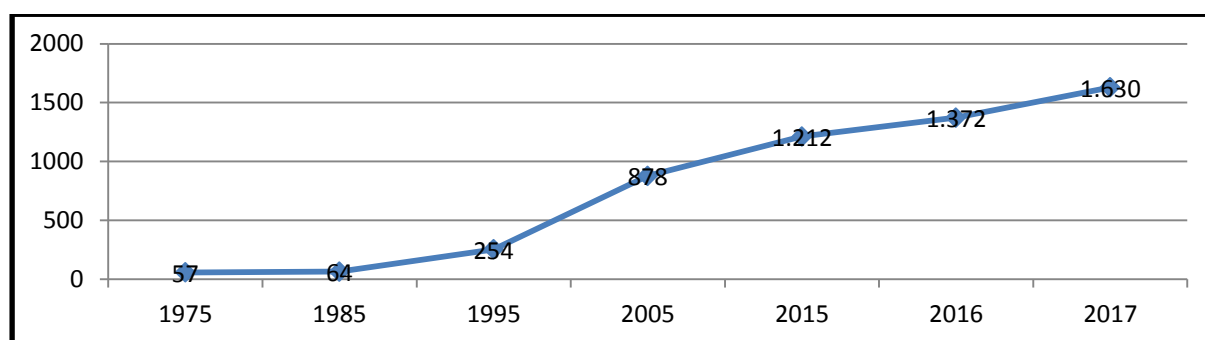
³³⁶ Informação disponível em: <http://esportes.terra.com.br/lance/veja-os-paises-que-mais-exportam-jogadores,e34b9ab155cee22e48a468fa959616da61m8bwej.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

³³⁷ Informação disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/arlei-damo-e-o-livro-das-ilusoes-perdidas-sobre-o-futebol-brasileiro/>. Acesso em: 09 jun. 2016.

de 40 nacionalidades. O Brasil foi o principal fornecedor, ao todo foram 32 atletas, além de três treinadores³³⁸.

A saída de atletas brasileiros para o exterior cresce continuamente ao longo dos anos. Nesse ramo, o país é tipicamente exportador, a balança comercial de 2015 ficou positiva, foram R\$ 679 milhões em exportação e um gasto de R\$ 114 milhões. “O saldo em 2015 ficou R\$ 565,4 milhões positivo, afinal, o futebol brasileiro exportou quase 500% mais do que importou”³³⁹.

Gráfico 17: evolução do número de transferência de jogadores brasileiros.



Fonte: Proni (2008); <http://esporte.ig.com.br/futebol/2016-02-23/mais-de-80-dos-jogadores-no-brasil-ganham-ate-r-1-mil-de-salario.html>. Elaboração do autor (2018).

Observa-se que a exportação brasileira de jogadores aumenta desde a década de 1970 e nos últimos três anos segue no mesmo ritmo, sendo que 2017 em relação a 2016 houve um aumento de 18,8%. Registra-se que há também aquelas transferências “clandestinas”, “isto é, atletas amadores, que atuam por times da várzea, mas que se destacam e são contratados por times europeus. [...] A CBF só toma conhecimento destas transferências quando o clube europeu procura registrar o atleta brasileiro” (PALMIÉRI, 2009, p. 31).

Entretanto, apesar de o país ser aquele que mais exporta não significa que seja aquele que mais arrecada.

O Brasil, apesar de ser o maior exportador de jogadores do mundo, é só o sétimo em arrecadação. Os clubes brasileiros faturaram US\$ 264 milhões em 2016 com as vendas de atletas para o exterior, 29% mais do que em 2015. É menos da metade do que arrecadaram os espanhóis. Também estão à frente dos brasileiros em faturamento italianos, franceses, portugueses, alemães e ingleses. Façamos um outro cálculo para deixar mais clara a disparidade entre latinos e europeus. Na média, cada jogador vendido pelo Brasil custou US\$ 327 mil ao clube estrangeiro. A média argentina é um pouco pior, com

³³⁸ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2016/02/com-r-14-bilhao-china-fecha-janela-e-supera-inglaterra-e-alemanha-juntas.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

³³⁹ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/02/brasil-obtem-r-565-milhoes-na-balanca-comercial-do-futebol-onde-esta-o-dinheiro.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

US\$ 297 mil por atleta. Ambas não se comparam com as da Itália, França e Espanha, países com uma média superior a US\$ 1 milhão arrecadados para cada jogador vendido para o exterior³⁴⁰.

A exportação de Força Esportiva dos países periféricos segue o mesmo padrão dos demais itens primários enviados para os países centrais: grande quantidade exportada, mas com preços baixos. Os atletas saem ainda novos e necessitam de um tempo para adaptar ao clima, à língua e ao tipo de jogo presente em outros países.

Da mesma forma que o Brasil exporta muito também importa bastante, sobretudo, atleta que não encontra mais mercado fora ou já está no final da carreira. Em 2017 saíram do Brasil 1.630 e retornaram 890³⁴¹. Dois anos antes foram para outros países 1.212 e voltaram ao Brasil 648 atletas. Portanto, ao passo que aumentam as exportações também ampliam as importações, seguindo o mesmo ritmo de crescimento.

Registra-se que os “emigrantes da bola” compõem um universo de 150 milhões de pessoas que deixam sua terra natal para buscarem em outras nações comercializar sua força de trabalho e obter bens materiais e imateriais necessários para sua sobrevivência. No Brasil os dados apontam para a presença de 125 mil estrangeiros que estão trabalhando no país com emprego formal³⁴². Porém, cerca de 21 milhões de imigrantes no mundo estão submetidas à exploração sexual e ao trabalho forçado³⁴³.

A situação da maioria dos “imigrantes da bola” também não é de *glamour*, altos salários e jogos nos principais palcos do futebol mundial. No caso brasileiro, como citamos, apenas 108 atletas estão nas principais ligas, os outros estão espalhados pela periferia do futebol mundial.

Apesar de a maior parte dos futebolistas da periferia buscar os grandes clubes europeus, o destino acaba sendo os clubes pequenos, inclusive da segunda e terceira divisão. O primeiro destino é o mercado europeu, na sequência está o continente asiático e depois a América do Sul (SOARES et al, 2011). A preferência pela Europa é obviamente pela questão financeira e midiática.

Além disso, o sonho de ser atleta profissional e ganhar muito dinheiro é recheado de histórias de abandono e exploração de jogadores, especialmente os latinos e africanos na

³⁴⁰ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2017/02/um-retrato-das-transferencias-de-atletas-no-mundo-o-brasil-vende-muito-e-recebe-pouco.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁴¹ Informação disponível em: <https://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-2017-1630-jogadores-para-o-exterior#.WwCvu-4vzIV>. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁴² Informação disponível em: <http://migramundo.com/mundo-conta-com-150-milhoes-de-trabalhadores-migrantes-aponta-oi/>. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁴³ Informação disponível em: <http://migramundo.com/exploracao-sexual-e-trabalho-forcado-afetam-21-milhoes-de-pessoas-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 20 maio 2018.

Europa. “Futebolistas africanos são muito procurados na Europa: são talentosos, motivados e baratos. Mas, por trás de cada atleta que singra, escondem-se dezenas ou centenas que acabam na pobreza”³⁴⁴. Eles são levados pelos intermediários para Europa, mas quando não conseguem se destacar são abandonados à própria sorte, sem recursos e qualquer apoio. Isso também ocorre fora do velho mundo, como no Brasil. Conforme pesquisa do Ministério da Justiça sobre as rotas de tráfico de pessoas, foi identificada a exploração do trabalho de adolescentes em alguns clubes do Brasil. “No Paraná, adolescentes sul-coreanos eram trazidos ao Brasil por aliciadores para jogar futebol e ficam com os passaportes retidos, além de ter o dinheiro que era enviado pelas famílias roubados pela quadrilha”³⁴⁵.

Mas quem são os “pés-de-obras” do Brasil que tentam “ganhar a vida” no exterior? Rial (2008, p. 6) nos ajuda a responder essa pergunta dizendo que:

Se buscássemos um padrão para a emigração de futebolistas brasileiros, diria que, em termos de localização econômica na hierarquia social, obtida através do questionamento da atividade profissional dos pais e algumas vezes também dos avós, a grande parte dos jogadores brasileiros que migram são originários de camadas subalternas (entre meus interlocutores, cerca de 90%). Alguns são originariamente de camadas médias baixas (cerca de 9%, um filho de delegado, um de enfermeira, alguns de professoras), e apenas um dos jogadores, entre os que contatei diretamente, eram de camadas médias (pai médico, mãe professora). Nesse aspecto, não diferem de outros emigrantes brasileiros [...].

Não temos dúvidas que o mesmo perfil é encontrado entre os demais futebolistas latinos e africanos que saem do seu território e são levados principalmente para a Europa. No geral, são atletas de família de classe baixa, a maioria possui poucos anos de escolarização e são vendidos ainda jovens para outros países – um exemplo disso pode ser visto na última Copa do Mundo, quando 14 dos 23 jogadores da seleção brasileira saíram do país antes de completar os vinte anos de idade³⁴⁶.

O levantamento do Sindicato Internacional dos Atletas de Futebol Profissional (Fifpro) com 14 mil jogadores em 87 ligas identificou que apenas 12% possuem nível superior e quase 40% possuem entre 18 a 23 anos de idade³⁴⁷. Entre os futebolistas que atuam

³⁴⁴ Informação disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/ao-deus-dar%C3%A1-1-jovens-futebolistas-africanos-abandonados-na-europa/a-43288934>. Acesso em: 20 maio /2018.

³⁴⁵ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1358764-pesquisa-aponta-traffic-de-pessoas-no-brasil-ate-para-futebol.shtml>. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁴⁶ Informação disponível em: <http://sportv.globo.com/site/programas/arena-sportv/noticia/2014/07/exodo-de-jogadores-jovens-escancara-diferencas-entre-brasil-e-alemanha.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

³⁴⁷ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2016/11/pesquisa-com-14-mil-jogadores-mostra-realidade-de-salarios-e-contratos.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

no Brasil as características são semelhantes. Em 2016, a média de idade era de 26 anos e apenas seis atletas do universo de mais de 600 que disputaram o campeonato brasileiro da Série A tinha curso superior, bem menor que a média brasileira que é de 14%³⁴⁸.

A baixa escolaridade dos jogadores deixa os profissionais mais vulneráveis à precarização do trabalho, ao desemprego e à ação de empresários, seja durante a carreira, seja no pós-carreira. Além disso, fica claro o quadro caótico de formação dos clubes que priorizam as qualidades técnica e física em detrimento da formação intelectual dos seus atletas.

Além da baixa escolaridade e da pouca idade, a realidade financeira dos futebolistas no mundo não é diferente da maioria dos trabalhadores de outros segmentos. Dados do FIFpro revelam que, em dezembro de 2015, 45,3% dos atletas ganhavam menos de U\$ 1 mil, pouco mais de um salário na Espanha, por exemplo.

No Brasil existem mais de 28 mil jogadores profissionais de futebol espalhados por mais de 700 clubes. Porém, é uma minoria que possui uma vida tranquila nessa profissão, afinal, 82% deles recebem até dois salários mínimos. Uma realidade não muito diferente da maioria da população brasileira. Aliás, no mercado do futebol, a desigualdade salarial também é patente entre os “boleiros”. Enquanto a maioria possui um salário de até mil reais, somente 0,4% dos atletas que atuam no Brasil recebem mais de R\$ 100 mil³⁴⁹. Há vinte e cinco anos, 50,8% dos atletas recebiam até um salário mínimo e 30,6%, de um a dois salários (PRONI, 2008). Portanto, os salários continuam no mesmo padrão das demais profissões, tendo poucos que se incluem no bloco dos super salários.

Reiteramos que além dos baixos salários, o desemprego também é uma realidade entre os “boleiros” no Brasil, após o término dos campeonatos estaduais e regionais disputados nos quatro meses iniciais dos anos, a maioria dos atletas têm que procurar outro vínculo.

Desse modo desfaz-se a “ideia muito difundida no imaginário social brasileiro, de que o jogador de futebol profissional é aquele indivíduo que ganha bem, é muito famoso, possui tudo que deseja, mulheres e carros importados, etc. Sabe-se que isso não é verdade, trata-se de um mito” (RODRIGUES, 2009, p. 307). Nesse universo são poucos que se tornam mercadorias de luxo, a maioria é de “proletários da bola”.

Destaca-se que o mercado de transferência de jogadores e os altos salários pagos para alguns deles é vulnerável a várias formas de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e fraudes.

³⁴⁸ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2016/11/pesquisa-com-14-mil-jogadores-mostra-realidade-de-salarios-e-contratos.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁴⁹ Informação disponível em: <http://esporte.ig.com.br/futebol/2016-02-23/mais-de-80-dos-jogadores-no-brasil-ganham-ate-r-1-mil-de-salario.html>. Acesso em: 12/06/2016. Acesso em: 20 maio 2018.

As vulnerabilidades estão relacionadas com a falta de transparência em relação ao financiamento de certas operações de transferência e a possibilidade de se efetuar pagamentos para centros *offshore* com limitadas exigências de transparência quanto à propriedade e origem dos recursos. Os “lavadores de dinheiro” procuram setores com falhas no trinômio regulação-monitoramento/fiscalização-punição. Neste sentido, o futebol oferece ótimas condições para que criminosos reciclem os ativos obtidos ilegalmente, tendo em vista que apresenta características como: a) alto grau de informalidade; b) os preços podem apresentar forte oscilação (como característica inerente ao setor); c) regulamentação inexistente ou frágil; d) fiscalização inexistente ou frágil; e) difícil avaliação quanto ao preço e qualidade dos bens negociados (parâmetros subjetivos); f) raras punições.

O escândalo mais recente foi a venda do jogador Neymar, atleta que atuava no Santos até 2012 e foi jogar no Barcelona, em 2013. O “caso Neymar”, que culminou no afastamento do presidente do clube catalão demonstra como são obscuros os negócios do “mundo da bola”. O Barcelona anunciou a contratação junto ao Santos por 59 milhões de euros. Porém, após investigações do Ministério Público espanhol ficou constatada uma manobra do clube para evitar o recolhimento de impostos na compra do jogador. O Barcelona tentou driblar a receita realizando pagamentos em diversos contratos de prestação de serviços a empresas vinculadas ao atleta e ao seu pai. Mas, recentemente o Barcelona reconheceu que o valor da contratação foi na verdade de 86,2 milhões de euros e aceitou um acordo com a justiça espanhola para pagar uma multa ao fisco de 5,5 milhões de euros³⁵⁰.

Isso não é surpresa, afinal o mercado internacional de futebolistas funciona da mesma forma que outros segmentos da economia mundial. Na verdade, seria estranho se não tivessem escândalos de exploração da força de trabalho, desvios e sonegações fiscais. Os atletas são mercadorias submetidas às regras da FIFA e suas federações ou confederações, assim como sujeitos aos interesses de “cartolas” e intermediários.

A subsunção real do futebol à lógica do mercado sobrepõe o interesse econômico ao esportivo. O desejo dos clubes e intermediários é obter lucro, ainda que o primeiro busque também resultados esportivos. Assim, as transferências, principalmente com elevada movimentação financeira, são a prioridade dos envolvidos com esse fenômeno.

No caso dos intermediários o investimento direto no atleta passou a ser um campo de grande movimentação financeira. Muitos empresários não são apenas representantes, mas

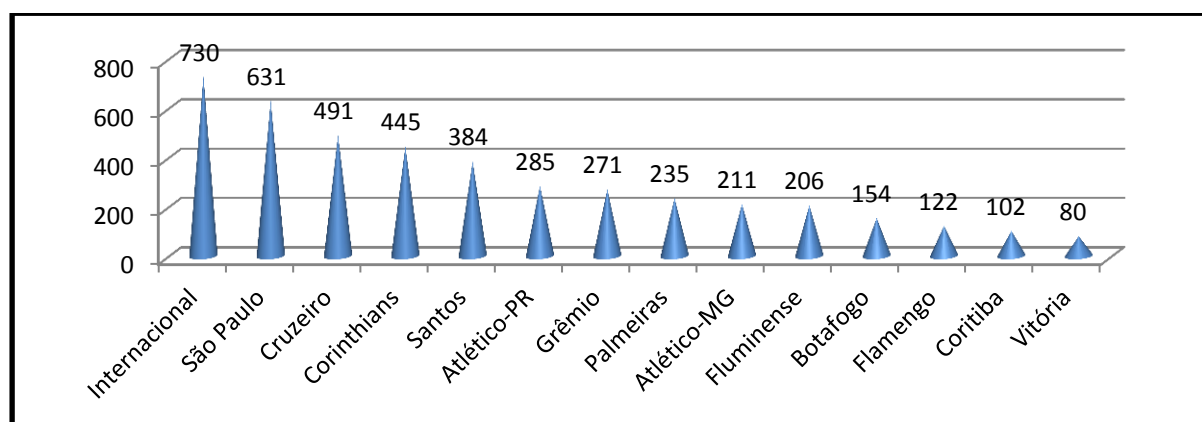
³⁵⁰Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2016/02/na-justica-entenda-denuncias-contra-neymar-no-brasil-e-na-espanha.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ainda possuem os direitos econômicos deles, no caso de contratos antigos, ou seja, são proprietários da carreira dos jogadores. Em 2013 cerca de 90% dos “boleiros” do campeonato brasileiro da série A pertenciam às empresas, aos investidores, aos fundos de investimentos e familiares³⁵¹. Em 2014, cerca de 80% de todos os contratos no país estavam vinculados a alguma empresa. Os maiores investidores do Brasil são: Traffic; BMG; DIS. A primeira, originalmente comercializa direitos de transmissão de jogos; a segunda é uma instituição financeira; e a terceira é um fundo de investimento da rede de supermercado Sonda³⁵². Ou seja, grupos que buscam nos atletas uma forma de ampliar os seus lucros.

No que se refere aos clubes é importante ressaltar que diferentemente do Brasil as agremiações do velho continente não contabilizam a venda de jogadores como receitas operacionais. Assim, fica difícil estabelecer qualquer tipo de comparação. De qualquer forma, para os clubes da periferia do futebol mundial e os clubes dos países centrais com um poder econômico menor, a comercialização de atletas é uma importante fonte de receita.

A venda de jogadores é uma renda importante para os clubes do Brasil. Entre 2003 e 2015, o clube com a maior receita com transferência de jogadores foi o Internacional/RS, ao todo foram R\$ 730 milhões.

Gráfico 18: evolução das receitas com transferências de jogadores.



Fonte: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/clubes-que-mais-faturaram-com-transferencias-no-brasil/>; http://espn.uol.com.br/noticia/596431_dividas-patrocinios-e-tv-veja-os-rankings-das-financas-dos-clubes-brasileiros-em-2015. Elaboração do autor (2016).

Obs.: Os dados do Cruzeiro e Grêmio são a partir de 2004; e do Atlético-MG, a partir de 2006.

Os cinco clubes que lideram as estatísticas possuem características em comum, são formadores de atletas, com boa estrutura nas suas categorias de base, bem como contratam

³⁵¹ Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-da-um-duro-golpe-nos-investidores-de-jogadores,1566939>. Acesso em: 18 jun. 2016.

³⁵² Informação disponível em: <http://economia.ig.com.br/2013-05-29/compra-de-direitos-de-craques-do-futebol-e-mina-de-ouro-para-investidores.html>. Acesso em: 12 jun. 2016.

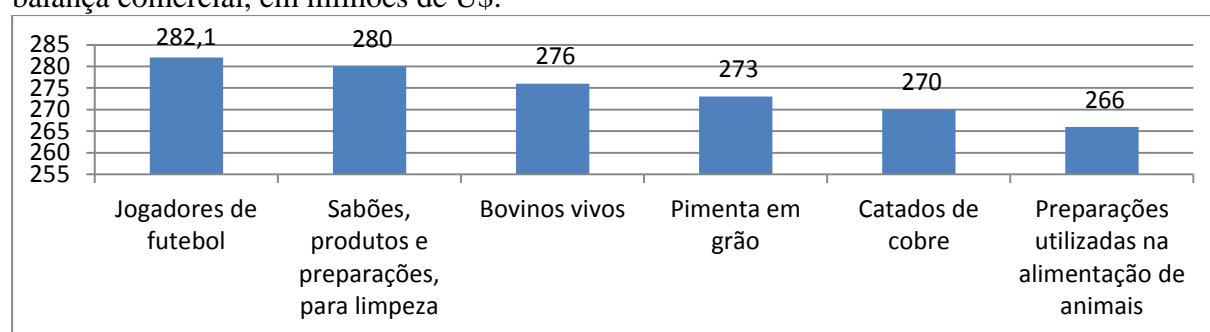
ainda jovens os talentos espalhados pelo Brasil, caso especialmente do Internacional e do São Paulo (DAMO, 2005).

Se, entre 2003 a 2015, o Internacional foi quem mais lucrou com transferências de jogadores, nos últimos três anos ele foi superado pelo São Paulo e pelo Corinthians. Esses são os clubes que historicamente mais vendem jovens revelações para o futebol nacional e internacional³⁵³.

Em 2017, os clubes brasileiros (20 que disputam a primeira divisão em 2018 e os quatro rebaixados em 2017) quase atingiram R\$1 bilhão (R\$934 milhões) em transferências, sendo R\$ 271 milhões a mais em relação a 2016³⁵⁴. A comercialização dos atletas significou nos últimos anos em média 14% da arrecadação dos principais clubes no Brasil, percentual semelhante ao de patrocínios e bilheteria e Sócio-Torcedor. Em alguns anos, como em 2013, chegou a 21%³⁵⁵.

Destaca-se que a “*commoditie*” – jogador de futebol exportado pelos clubes brasileiros em 2017 – está entre os 80 produtos mais importantes para a balança comercial brasileira, exatamente o 79º. Em 2016, não figurava entre os 100, sendo o 103º. Em 2017, os cinco itens que mais movimentaram recursos financeiros foram: Soja (U\$ 25,7 bilhões), minério de cobre e seus concentrados (U\$ 16,6 bilhões), Óleos brutos de petróleo (U\$ 16,6 bilhões), açúcar (U\$ 9 bilhões) e automóveis de passageiros (U\$ 6,6 bilhões). O gráfico 19 demonstra que as exportações de jogadores de futebol em 2017, com o valor de U\$ 282,1 milhões, superaram, por exemplo: sabões, produtos e preparações para limpeza e bovinos vivos.

Gráfico 19: representatividade da venda de jogadores de futebol dos clubes brasileiros para a balança comercial, em milhões de U\$.



³⁵³ Informação disponível em: www.bdo.com.br. Acesso em: 20 maio 2018.

³⁵⁴ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2018/05/financas-do-futebol-pioram-em-2017-clubes-brasileiros-faturam-menos-e-devem-mais.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

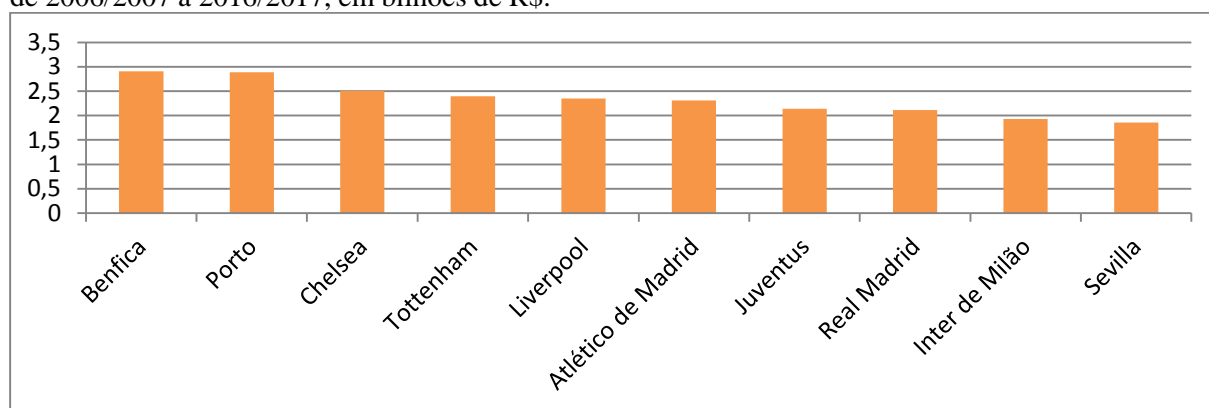
³⁵⁵ Informação disponível em: https://www.itau.com.br/arquivosstaticos/itauBBA/contents/common/docs/Analise_dos_Clubes_Brasileiros_d_e_Futebol_Itau_BBA_2017.pdf e <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2018/05/financas-do-futebol-pioram-em-2017-clubes-brasileiros-faturam-menos-e-devem-mais.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> e <https://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/relatorio-da-diretoria-de-registro-e-transferencia#.WwH0le4vzIU>. Acesso em: 20 maio 2018. Elaboração do autor (2018).

Portanto, a exportação dos atletas não é apenas importante para os clubes, mas para a balança comercial do país fechar com superávit. Registra-se que da mesma forma que cresceu o número de atletas que saíram do país ano após ano, também aumentou a movimentação financeira com os atletas, ainda que a maioria saia do Brasil sem custos.

Entretanto, quando comparamos as receitas com transferência de atletas dos clubes brasileiros com os clubes europeus nota-se a enorme discrepância. Os jogadores daqui saem com um preço de mercado baixo, são valorizados nos times medianos e, posteriormente, vendidos por um valor bem maior. Essa é a receita, por exemplo, do Benfica e do Porto, de Portugal e do Sevilla na Espanha. Esses três clubes estão entre as dez maiores arrecadações com transferência de atletas no período de 2006/2007 a 2016/2017.

Gráfico 20: os clubes com as maiores arrecadações com a venda de jogadores de futebol no período de 2006/2007 a 2016/2017, em bilhões de R\$.



Fonte: <https://blogdorafaelreis.blogosfera.uol.com.br/2017/06/20/portugueses-dominam-ranking-de-clubes-que-mais-faturam-com-venda-de-atletas/>. Elaboração do autor (2018).

No mesmo período o Benfica faturou quase quatro vezes mais que o Internacional, de Porto Alegre/RS, que é o clube brasileiro que mais arrecadou com a venda de atletas. Benfica e Porto juntos arrecadaram no período de 2006/2007 a 2016/2017 mais do que os 20 clubes da série A do campeonato brasileiro de 2018 conseguiram em 2017. Confirma, em vista disso, o que já dizemos que o Brasil vende muitos atletas, porém, com um baixo valor de mercado.

Por fim, registra-se que a venda de Força Esportiva é fundamental para que as equipes possam pagar os salários dos atletas e as demais despesas – empréstimos, dívidas fiscais e trabalhistas –, investimentos em infraestrutura etc. Em alguns casos também para fazer caixa e contratar mais jogadores. Entretanto, os torcedores brasileiros não possuem motivos para festejar, afinal, o êxodo dos principais atletas para os clubes estrangeiros deixa as competições nacionais mais “pobres”, com um espetáculo desvalorizado em relação àquele

produzido pelos países centrais. Assim, o que se observa é um “roubo” legalizado de Força Esportiva, alguns entre os mais qualificados do mundo.

Diante deste cenário é importante conhecer a estrutura e o funcionamento do Futebol de Espetáculo no Brasil. Nos próximos dois capítulos fazemos uma radiografia da organização dele no Brasil, sinalizando as mudanças ao longo da história, o contexto atual e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola.

CAPÍTULO 6

ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO FUTEBOL DE ESPETÁCULO NO BRASIL

Neste capítulo, a proposta é conhecer a organização e as características assumidas pelo Futebol de Espetáculo ao longo do século XX, seja durante os breves momentos de democracia ou naqueles longos períodos de controle autocrático do país.

A imersão sobre a organização do futebol no Brasil ocorre em paralelo à análise das transformações da sociedade brasileira. Desse modo, a exposição sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil ao longo do século XX são partes importantes para entender as mudanças processadas na organização da modalidade.

Destaca-se que o desenvolvimento da lógica mercantil da modalidade ocorre em todo o mundo, porém, em ritmo diferente e guardando as singularidades de cada formação social. Assim, para compreender como isso aconteceu no Brasil não basta apenas traçar um histórico da organização do Futebol de Espetáculo, mas é preciso entender como os diferentes complexos que formam a totalidade da sociedade brasileira se relacionaram com essa modalidade ao longo do século XX.

Nesse movimento também mapeamos a legislação produzida para regulamentar a modalidade no país, assim como os temas privilegiados ao longo da nossa formação. Isso ajuda a entender as características assumidas em cada contexto histórico.

Desse modo, no primeiro momento, realizamos uma análise histórica do desenvolvimento do futebol e do Brasil em seus aspectos políticos, econômicos e sociais e, no segundo momento da exposição, é feito o registro acerca das mudanças e dos temas dos ordenamentos legais da modalidade no país.

6.1- “Via brasileira”: Aspectos históricos da modernização do futebol no Brasil

A introdução do futebol na América Latina ocorre em substituição às antigas práticas realizadas nos clubes pela elite e pelos imigrantes, como o remo e o críquete, e passa a ser a fonte inspiradora para a criação de novos clubes, inclusive de operários³⁵⁶ (GUTERMAN, 2014).

³⁵⁶ Não iremos discutir neste trabalho as questões relacionadas aos precursores dessa modalidade no Brasil, porém, a título de registro, é importante apontar que há divergências na literatura se de fato Charles Miller é o “pai” desse fenômeno nas terras brasileiras. Sobre isso ver Freixo (2014).

Nesse momento, é importante identificar que o futebol inicialmente fechado aos clubes da elite do país e de imigrantes ao longo das primeiras décadas do século XX vai ganhando as periferias e saindo do eixo Rio-São Paulo. Para Rodrigues (2007), essa é a primeira fase do desenvolvimento do futebol no Brasil, que começa em 1894 e termina em 1905, com um caráter elitista, símbolo de distinção e sem a presença de negros nas disputas entre clubes da época e com uma perspectiva de disciplinamento da juventude aristocrática.

Para esse autor teríamos cinco momentos diferentes no desenvolvimento dessa modalidade no país. Além da citada anteriormente há uma segunda que começa em 1905 e vai até 1932, que se caracteriza pelo amadorismo aristocrático ou “falso amadorismo” dos clubes brasileiros e pela “proletarização” do futebol. Trata-se da criação de ligas e torneios, inicialmente com clubes com apenas membros das elites do país e, posteriormente, com a presença de trabalhadores das fábricas e negros.

A terceira fase inicia em 1933 com a profissionalização dos atletas, passando pelos ordenamentos legais que dispõem sobre o papel tutelar do Estado e conclui com a realização da Copa do Mundo de 1950. As transformações na base legal trabalhista também são incorporadas (parcialmente) no universo do futebol, como uma tentativa de evitar o assédio aos melhores jogadores por parte dos clubes estrangeiros. Além disso, com o desenvolvimento da imprensa esportiva, especialmente via rádio, a modalidade ganha espaço na “falação” cotidiana dos brasileiros e foi vista pelo Estado como um importante mecanismo de integração e união nacional.

A quarta fase (1950-1970) é aquela das grandes conquistas internacionais do futebol brasileiro, seja dos clubes ou da seleção brasileira. O futebol em meio à rápida democracia e durante os governos autocráticos cumpriu um papel importante de projeção internacional do país e de canalização das energias dos brasileiros, inflando o sentimento de nacionalismo e união nacional, mesmo com todos os problemas estruturais, políticos e civis.

A quinta fase, denominada por Rodrigues (2007) de “Modernização Conservadora”, começa após a conquista da Copa do Mundo de 1970 e termina em 2006. Ela possui como características os avanços e recuos da abertura da organização do futebol para o mercado. Destaca-se que no cenário de crise econômica do país no início dos anos 1980 – inflação, desemprego, seguidas desvalorizações da moeda, baixos salários etc. – os grandes clubes também passavam por problemas financeiros e tiveram que comercializar os principais jogadores com os clubes europeus e fazer contratos de *marketing* para ampliar as receitas. A venda dos direitos de transmissão do campeonato brasileiro a partir de 1987 também contribuiu o crescimento da arrecadação. Entretanto, as relações com os diferentes segmentos

do mercado exigiam mudanças nos ordenamentos legais e na gestão dos clubes e entidades de administração do futebol nacional. Os embates dos anos 1990 entre esses atores e os agentes do Estado produziu uma via própria de inserção do futebol brasileiro no mercado mundial da modalidade, com o novo e o “velho” convivendo juntos nas relações entre as entidades esportivas e o mercado.

Rodrigues (2007) pela limitação temporal não chega a analisar os anos mais recentes vividos pelo país, especialmente com a realização de megaeventos, destaque para a Copa FIFA de 2014. Porém, Santos (2011) avança na análise e afirma que a partir de 2006 temos um “salto” de modernização conservadora do futebol no país com a realização dos eventos e megaeventos internacionais no Brasil e com as mudanças na legislação que garantem recursos e refinanciamento das dívidas dos clubes (Lei de Incentivo ao Esporte - lei nº 11.438/2006; e Timemania- lei nº 11.345/2006). Nesse contexto, acrescentamos a lei nº 13.155/2015 que criou a Loteria Exclusiva e refinanciou mais uma vez as dívidas dos clubes.

Destaca-se que o recorte histórico proposto por Rodrigues (2007) e Santos (2011) é uma possibilidade para realizar a periodização da organização do futebol no Brasil, sendo relevantes contribuições para a análise do desenvolvimento do futebol nacional, com panoramas das principais características da modalidade nas suas diferentes fases, porém, para uma visão de totalidade e dos interesses que permeiam o desenvolvimento da modalidade, preferimos analisá-lo conforme as fases da formação econômica do país, apresentando então a “via brasileira” de modernização do futebol, ou seja: expansão cafeeira e primórdios da industrialização (1889-1929) - República Velha; nacional-desenvolvimentismo, substituições das importações e a industrialização (1930-1979); crise, instabilidade e transição (década de 1980); e Modelo Liberal-Periférico, a partir de 1995³⁵⁷ (GONÇALVES, 2014).

Dessarte, compreende-se que, para entender o presente, a organização do futebol brasileiro atual, é necessário refletir sobre o passado, analisando o futebol no conjunto de relações políticas, econômicas e sociais da sociedade brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. A seguir apresentamos cada uma das fases da formação econômica e política do Brasil e as características da estrutura da modalidade.

6.1.1- Primeira fase: o “futebol das elites” e “falso amadorismo”

³⁵⁷ A colonização de exploração e o período de independência e economia agroexportadora escravista (1822-1889) não serão tratados diretamente nesse texto, porém são determinantes para o modelo econômico e político do século XX.

Entre o período de chegada oficialmente do futebol no Brasil até 1929 está presente o “falso amadorismo”, com o pagamento de “bichos” (já que não era permitido o vínculo do jogador com o clube) e a inserção de pobres e negros nos grandes clubes que estavam se formando na época, como o Vasco da Gama, a partir da segunda década do século XX (RODRIGUES, 2007).

Esse recorte histórico caracteriza-se por um intenso debate no país sobre os rumos desse esporte e também do destino político do Brasil. Os questionamentos sobre o caráter elitista e amador do futebol e o domínio da República por oligarcas eram temas latentes na sociedade. Porém, se a massificação desse esporte não era bem vista pela classe dirigente, por outro lado, ele atendia aos seus interesses ao canalizar as energias dos trabalhadores que estavam levantando contra o regime vigente. Assim, o futebol torna-se uma importante ferramenta de disciplina e civismo (GUTERMAN, 2014).

Registra-se que o Brasil do final do século XIX que saía de um regime de escravidão-que produz até hoje “um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir” (IANNI, 2004, p. 82), caracterizava por um revezamento das elites de São Paulo e Minas Gerais associadas às oligarquias de outros estados no poder, pela economia sustentada principalmente na exportação de produtos agrícolas – café e, também, na borracha, açúcar, algodão entre outros –, pelas frágeis relações trabalhistas, e enormes desigualdades sociais e educacionais.

Nas primeiras décadas do século XX amplia a urbanização e a presença de fábricas nos centros urbanos, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Da mesma forma, cresce o número de pessoas assalariadas, com contratos de trabalho, bem como organizações dos trabalhadores.

Assim, aos poucos o país amplia as relações capitalistas nas metrópoles, porém, sem romper os privilégios de uma pequena elite que rapidamente se adapta às mudanças ocorridas na sociedade brasileira e nem altera a dependência em relação ao mercado externo (OLIVEIRA, 2003).

Apesar da mudança na organização política do país, os grupos e valores dominantes continuam ao longo do tempo presente, sendo hegemônicos. Como sinaliza Fernandes (2006, p. 51) “o estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”. Desse modo, o novo e o velho, o moderno e o tradicional, andam juntos na formação brasileira, ao passo, por exemplo, que constitui uma burocracia (nos termos de Marx Weber) também continuam presentes aspectos denunciados

por Holanda (1995) e Faoro (2012) de patriarcalismo e patrimonialismo no interior do estado brasileiro.

O fato concreto é que o capitalismo brasileiro se ramifica em uma sociedade que não rompe com o “velho”, mas compõe com ele. O desenvolvimento capitalista no Brasil está assentado de acordo com Fernandes (2006) em privilégios, sendo dependente e não de competição entre os indivíduos e empresas.

Nesse contexto, a organização do futebol no país reflete o cenário nacional de segregação entre as classes sociais. O futebol “tornou-se um campo propício para as elites se lançarem à construção simbólica de seus valores civilizatórios” (SARMENTO, 2006, p. 5) e integrar ao conjunto das elites europeias. Trata-se, portanto, de ter o futebol como símbolo de distinção social, algo que conferia às nossas elites um patamar semelhante àquelas da Inglaterra.

Contudo, esse também é o período de surgimento dos clubes de massa, como por exemplo, o Corinthians Paulista, fundado por um grupo de artesãos e pequenos comerciantes em 1910 (OURIQUES, 1999, p. 23).

Observa-se que, segundo Proni (1998), os primeiros clubes dedicados exclusivamente ao futebol no final do século XIX foram legítimos representantes da elite brasileira e de imigrantes. Esses clubes criam em 1901 a primeira liga de clubes no estado de São Paulo, que posteriormente desdobraria no campeonato paulista. O mesmo ocorre no Rio de Janeiro em 1906.

As competições caracterizavam pela presença de equipes e por um público ligado aos membros da elite nacional e emigrantes. Nas arquibancadas, os lugares nobres eram ocupados por familiares e representantes desses segmentos e os demais pelas outras frações da sociedade.

A disseminação do futebol entre os membros da elite modifica a “cara” dos clubes sociais existentes no país, dedicados especialmente às regatas de remo, ao críquete e ao turfe.

No que se refere à apropriação da classe trabalhadora dessa modalidade é importante ressaltar que isso ocorre uma década depois da chegada oficial da modalidade no país, porém, com uma série de resistências em relação à participação de negros e pobres nas equipes e nas competições.

A inserção da camada inferior da sociedade nos clubes de elite é lenta, assim, uma saída foi criar os próprios clubes nas periferias ou ligados às fábricas. Assim:

Com o surgimento de equipes em fábricas de subúrbio (como foi o caso pioneiro da equipe do Bangu no Rio de Janeiro, formada em 1904), ou com o aparecimento de equipes em bairros de famílias proletárias (como foi o caso do Corinthians Paulista, em 1910), a prática foi se popularizando e se difundindo como um novo elemento do meio social urbano. Em contraposição ao futebol dos clubes de elite, começava a proliferar o chamado “futebol de várzea” (PRONI, 1998, p. 196).

Porém, nas competições controladas pelos representantes das elites que eram as principais à época, a prática do futebol nos primeiros anos do século XX era feita por jogadores amadores. A mesma aversão ao profissionalismo que ocorreu na Europa reproduziu-se nos clubes brasileiros.

Reitera-se que a hegemonia do modelo elitista e amador tanto do controle da organização das competições quanto na sua prática estava presente em todo o Brasil na primeira década do século XX. As principais ligas e clubes reproduziam a segregação social existente no país e não permitia a presença de negros e trabalhadores, tal como proibia qualquer atividade remunerada com a prática da modalidade.

Entretanto, a existência dos clubes passava pela conquista de títulos e ampliação da renda durante os jogos para manter as atividades. Portanto, para atrair mais público era preciso ter atletas que representassem os diferentes segmentos da sociedade, da mesma forma, para obter conquistas esportivas perpassavam pela maior dedicação dos jogadores à modalidade.

Assim, apesar das resistências dos membros da elite que dirigia o futebol nacional, à medida que as competições se tornam mais acirradas, a presença de pobres e negros nos clubes ganha espaço e a “remuneração” aos atletas torna-se cada vez mais presente. Além disso, diversos países na Europa, como Itália e Espanha, na década de 1920 reconhece a profissão de jogador de futebol, o que ampliava a pressão no Brasil por mudanças na relação dos clubes com os atletas.

Quando o êxodo de jogadores consagrados para países onde o profissionalismo havia sido oficializado (primeiro Itália e Espanha, depois Argentina e Uruguai) começou a colocar em xeque a manutenção daquele modelo ultrapassado, a reação de grandes clubes em favor da profissionalização tornou a mudança praticamente irresistível. Além disso, uma parte da imprensa vinha criticando abertamente o falso amadorismo dos atletas de futebol, responsabilizando a mentalidade atrasada dos dirigentes pela expatriação dos melhores jogadores do país, o que intensificava as pressões contra o modelo elitista. E não se pode deixar de mencionar o papel da Legislação Social e Trabalhista de Vargas, que incluiu o jogador de futebol no rol das profissões que deveriam ser regulamentadas, a partir de

1931, sinalizando positivamente na direção do profissionalismo (PRONI, 1998, p. 206).

Ao final de 1920 o país ainda continua com uma economia fortemente agrária, porém, cresce o papel da indústria no PIB nacional, aumenta a população nas cidades e os trabalhadores possuem uma atuação mais organizada. O futebol já movimentava mentes e corações dos brasileiros, com programas nos rádios, com grandes clubes e estádios lotados.

Nos anos seguintes são realizadas importantes modificações na organização do futebol, tanto no ordenamento legal como nas relações que o Estado irá estabelecer com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), criada em 1916 para organizar o esporte nacional, com os clubes e a seleção nacional. A seguir vamos abordar a segunda fase de desenvolvimento do futebol nacional.

6.1.2- Segunda fase: Profissionalização e tutela estatal

As mudanças políticas e econômicas ocorridas no país a partir de 1930, com a ascensão das frações da burguesia vinculadas à indústria e ao comércio e à manutenção da fração agrária no bloco de poder, bem como as conquistas de alguns direitos sociais e a restrição dos direitos políticos marcam o fim da República Velha e o início da era desenvolvimentista no país³⁵⁸. A mudança existente é principalmente na economia com a substituição, gradual, do modelo agroexportador para a economia industrial, porém, sem romper com os latifundiários e com os seus privilégios (GONÇALVES, 2014).

De forma combinada estas frações conviveram no interior do Estado. Oliveira (2011, p. 60) sintetiza da seguinte maneira:

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo.

Entre uma modernização mais acelerada e os interesses dos senhores proprietários de terra, “prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da

³⁵⁸ A era desenvolvimentista ou nacional-desenvolvimentismo inicia em 1930 e vai até 1979 e se caracteriza pela economia industrial, pelo crescimento do mercado interno, avanços (limitados) nas dimensões sociais, políticas institucionais, em contrapartida, houve vários momentos de redução dos direitos políticos e nenhuma reforma estrutural relacionada à diminuição da concentração de riquezas e renda. Sem dúvida, uma das heranças desse período é a injustiça social (GONÇALVES, 2014).

heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação de um Estado nacional” (BEHRING, 2008, p.76).

De acordo com Coutinho (2008, p. 112) é a partir das mudanças processadas por Getúlio Vargas, fortalecendo a indústria nacional, estabelecendo uma legislação trabalhista e uma massa de trabalhadores assalariados, assim como incentivando o êxodo rural é “que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o ‘modo de produção especificadamente capitalista’, ou seja, a indústria”.

Todavia, isso ocorre sem distribuição de riquezas e posse dos meios de produção, inclusive da terra. Da mesma forma, conforme já anunciamos, apesar de fortalecer a economia nacional é evidente que as relações de dependência externa permanecem presentes.

Além disso, é importante mencionar que desde a primeira passagem de Getúlio Vargas pelo poder o Estado assume um papel central de indução do desenvolvimento econômico e também de controle das ações da sociedade civil, impedindo uma organização autônoma e independente do poder central (COUTINHO, 2008).

Nesse contexto de mudanças no campo político e econômico da década de 1930 inicia-se a segunda fase do desenvolvimento do futebol no Brasil que irá até o início dos anos 1980. Nesse período com mais de cinquenta anos de atraso em relação à Inglaterra, os atletas de futebol passam a receber como profissionais. Ressalta-se que, da mesma forma que ocorreu com os ingleses, os nossos dirigentes eram amadores e os atletas profissionais. Desse modo, os dirigentes diziam que o ideário aristocrático do esporte estava preservado, ao passo que os espetáculos para a população urbana se consolidavam (OURIQUES, 1999).

No Brasil a lógica profissional se desenvolve a partir do momento em que a formação social brasileira rompe, ainda que parcial e de forma lenta, com as raízes agrárias. O cenário de modernização do país a partir de 1930, com a forte presença do Estado regulando os diferentes setores da vida humana configura o cenário de profissionalização dos atletas, mas a administração dos clubes e das entidades esportivas continua sustentada sob o amadorismo.

Proni (1998) adverte que os níveis de mercantilização do futebol dessa época são bem inferiores ao que temos na atualidade. Apesar de ser consumido pelas massas daquele período, foi somente com a reestruturação do modo de produção capitalista, em meados da década de 1970, com a presença da televisão e do *marketing* que subsumiu completamente o futebol na sua forma mercadoria (futebol de espetáculo).

Nos anos 1930 um conjunto de fatores foi determinante para a profissionalização dos atletas de futebol, que foi regulamentada apenas em 1976, quais sejam: a preocupação com o êxodo dos jogadores do Brasil para os clubes internacionais, já sob a ordem profissional; a legislação trabalhista e social do Governo Vargas; a pressão da imprensa pela profissionalização; a criação da Federação Brasileira de Futebol com uma liga profissional independente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD); as disputas até 1937 entre as federações paulistas e cariocas. Diante desses aspectos, a CBD reconheceu o profissionalismo dos atletas e passou a ser a única representante do esporte no país (GUTERMAN, 2014).

De acordo com Guterman (2014, p. 81) o futebol entrou para agenda do governo de Getúlio Vargas em 1938 com a Copa do Mundo.

Naquela oportunidade, estava claro que o esporte em geral se transformara em veículo da afirmação da superioridade nacional- basta lembrar a Copa de 1934, na Itália fascista, e a Olimpíada de 1936, na Berlim nazista. A importância que o evento possuía para a consolidação do Estado Novo se evidenciou na escolha da “madrinha” da seleção, a própria filha de Getúlio, Alzira. Por trás disso estava a disposição do governo financiar a seleção e de esperar dela uma resposta à altura das ambições do regime e da formação desse “novo homem” brasileiro.

A “paixão” dos brasileiros estava ganhando forma e o governo não poderia deixar de capitalizar esse sentimento a favor de seus projetos. A ação estatal foi materializada pelo Decreto 3.199/1941 que deu plenos poderes ao Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão vinculado ao poder executivo federal para organizar o esporte, principalmente, o futebol no país.

O fim da primeira passagem de Getúlio Vargas pelo poder é marcado por avanços na legislação trabalhista e social, pelo crescimento da industrialização, mas por restrição de direitos políticos e perseguições a opositores, com forte concentração de poder e domínio sobre a sociedade civil, inclusive sobre a organização esportiva com o Conselho Nacional de Desporto.

No campo esportivo, a criação do CND significou a subordinação da organização do esporte nacional aos interesses do Estado. O órgão era responsável por toda a administração esportiva no país, sendo capaz de:

[...] fiscalizar e sancionar os procedimentos e deliberações das entidades e associações esportivas (e da própria CBD). O CND tinha, inclusive, o poder de interferir na direção de federações estaduais e de nomear interventores para sanear problemas administrativos. Assim, o CND passou a exigir a obtenção de alvará para funcionamento de clubes, a ditar o modelo de

estatuto que deveria ser acatado pelas entidades esportivas em todo o país, a padronizar ações burocráticas (contabilidade, administração etc.) e a diferenciar formalmente o esporte amador do profissional (PRONI, 1998, p. 208).

Conforme sinaliza Athayde (2013, p. 116), as ações do Estado com o esporte foram baseadas em “interesses intrínsecos à própria estrutura estatal, ao invés de uma reconhecida demanda da sociedade brasileira, sobretudo aquela organizada esportivamente”. O futebol era visto como um fenômeno capaz de unir as pessoas e desenvolver o sentimento de pertencimento ao Brasil.

Proni (1998, p. 211) sobre isso afirma que durante o governo Vargas “o futebol profissional estruturou-se de forma semelhante a uma “autarquia” e adquiriu uma forte relação com a política local e nacional, relação que se manteria desde então (mesmo nos períodos de maior autonomia)”. Nesse sentido, é importante mencionar que a relação estatal com o futebol foi no sentido de tutelar, tendo as entidades esportivas como um braço do Estado.

Aliás, ao assumir a direção de um clube ou federação o dirigente representava determinada liderança política, sendo aquele cargo um trampolim para outros na esfera federal, estadual ou municipal. Por isso, manter boas relações com os dirigentes políticos também poderia significar sucesso na política no futuro. Essa prática perpetua desde então, tendo as entidades de administração e clubes dirigidos por indicados de parlamentares ou representantes do poder executivo e que logo também buscam na política um espaço.

Registra-se que o período de 1930 a 1945 é marcado pelo poder centralizado na figura do presidente da república, em uma política de coalizão entre as diferentes frações da burguesia, com o fortalecimento da burguesia industrial, com significativos ganhos legislativos para os trabalhadores, que tiveram as instâncias de representação “colonizadas” pelo Estado, com uma forte ação estatal sob as organizações da sociedade civil, com avanços na garantia de direitos, porém, sem uma mudança significativa no quadro de desigualdade.

A saída de cena por um curto período de Getúlio Vargas marca o início da breve democracia formal que inicia em 1945 e termina em 1964. O período é composto por turbulências políticas e forte presença do Estado e do capital estrangeiro na economia. Ao Estado coube o papel de garantir as condições de produção, investindo na infraestrutura e nos demais setores que a iniciativa privada não possuía interesse e ao capital estrangeiro, coube o incremento tecnológico e a instalação de filiais no país (OLIVEIRA, 2003).

Durante a década de 1950 o país consolida a predominância do setor industrial em relação ao setor agrário no Produto Interno Bruto (PIB). Sobre isso é importante destacar o papel do governo de Juscelino Kubitschek na atração de filiais de empresas estrangeiras e recursos para o desenvolvimento da infraestrutura e da modernização da indústria. Essa década chega ao fim com um país mais industrializado, com um sistema financeiro mais robusto, com a criação de bancos regionais e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a existência de fortes empresas estatais, como a Petrobras, e com um cenário atrativo para o capital estrangeiro.

Diante do interesse de posicionar melhor o país na geopolítica internacional e atrair mais recursos, o Brasil sediou a Copa do Mundo de 1950 e construiu o maior estádio de futebol do mundo, o Maracanã. As conquistas da seleção brasileira de futebol, dos clubes e mesmo de atletas de outras modalidades foram capitalizadas pelos governos, como se fosse um triunfo também deles. O futebol foi um dos bens culturais utilizados tanto na breve democracia quanto na ditadura civil-militar como forma cimento ideológico, tentando passar uma mensagem de unidade nacional e potência mundial em desenvolvimento³⁵⁹.

Após quatro anos de intensas disputas políticas e pressões sociais, a aliança entre empresários e militares produziu, a partir de 1964, vinte e um anos de restrição dos direitos políticos, perseguições e mortes dos adversários do regime. Esse é mais um período obscuro da história do país que se tornou ainda mais “duro” a partir do Ato Institucional nº 5. “O AI-5 jogou o país na escuridão, sem data para acabar. Foi o chamado ‘golpe dentro do golpe’, e aquilo que era para ser apenas ‘exceção’, como tortura e prisões arbitrárias, passou a ser a norma do regime” (GUTERMAN, 2014, p. 158). O AI 5 ocorre no cenário de intensas mobilizações sociais contrárias ao regime, bem como no contexto de crescimento econômico do país, “milagre econômico”, a partir da conjunção de arrocho salarial, para controle da inflação, e de um cenário internacional próspero, o que possibilitava a entrada de dinheiro estrangeiro no país, seja por meio de empréstimos ou com multinacionais.

Ao longo da década de 1970 o “bolo” cresce, mas não há distribuição de renda, o país continua com altos índices de desigualdade e com parcela significativa da população sem

³⁵⁹ Destaca-se que em muitos momentos o futebol foi usado politicamente por quem estava no poder para se autopromover, bem como para exaltar o regime vigente (caso do Fascismo e do Nazismo), mas também existem registros de que os campos e as arquibancadas se tornaram palcos de questionamento do *status quo*- os jogadores e os torcedores do Spartak de Moscou na União Soviética; a democracia corintiana no Brasil; as manifestações de torcedores nos estádios na Jordânia e Egito em 2009 e Síria 2011 contra os regimes políticos daqueles países; as manifestações mais recentes dos jogadores de futebol no Brasil, Bom Senso; as manifestações de 2013 e 2014 no Brasil durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo- (CHADE, 2015).

assistência do Estado. No âmbito do futebol, se dentro de campo o país estava bem representado, fora dele nenhuma mudança. A relação do Estado com as entidades de administração do esporte não sofreu alteração na forma de gestão dos clubes. A lógica que comandou a organização dos clubes e os torneios profissionais não foi uma puramente mercantil. O futebol esteve atrelado aos objetivos de disciplina e de integração nacional da ditadura civil-militar.

Os militares procuraram potencializar a capacidade do futebol de aglutinar pessoas e formar consciências. Eles estabeleceram em 1969 a loteria esportiva, como forma de ampliar os recursos para a área social e também para os clubes de futebol, além disso, construíram diversos estádios pelo Brasil, disponibilizaram isenções fiscais e terrenos para construção de centros de treinamentos e estádios e impulsionaram a criação de um campeonato nacional, com dezenas de equipes dos diferentes estados, procurando de fato ter na competição um caráter nacional³⁶⁰. Como diz Athayde (2013, p. 156): “preocupados em manipular predicados nacionalistas, os militares exigiram a participação de clubes de todos os estados do Brasil na primeira edição do Campeonato Brasileiro de Futebol, incluindo localidades sem qualquer tradição naquela modalidade esportiva”. A escolha dos clubes participantes e os locais das construções de grandes estádios de futebol passavam pelo crivo político do CND e da CDB. OS critérios utilizados eram a fidelidade partidária e redutos eleitorais de membros e representantes do governo central.

Além disso, as conquistas nos gramados da seleção nacional eram vistas pelos militares como prova de que o Brasil poderia tornar uma potência internacional. “Nos anos 1970, os ditadores mostravam seu rosto em *outdoors* ao lado de seus *slogans* (“Ninguém segura este país!”). Nos eventos oficiais, executava-se a música tema da conquista da Copa do Mundo de 1970 pela equipe liderada por Pelé” (FOER, 2005, P. 111).

A legislação esportiva elaborada durante o regime autocrático pouco alterou os ordenamentos construídos à época da primeira passagem de Getúlio Vargas ao poder. Destaca-se que em 1975 estabeleceu-se uma nova lei geral do esporte (lei nº 6.251/1975), ratificando a ênfase no esporte de alto rendimento e o poder do CND, em 1976 foi regulamentada a profissão de jogador de futebol e a criação do “passe” (lei nº 6.354).

No campo da administração do futebol é importante mencionar que em 1979 a CBD foi desmembrada em dezenas de confederações, cada uma cuidando de um esporte olímpico e

³⁶⁰ Em 1975 o governo militar assume diretamente o comando da CBD, com o presidente do presidente da ARENA, após denúncias de corrupção e a escolha das equipes participantes do campeonato nacional passava pelos interesses dos dirigentes da nação, a partir da influência de parlamentares e governadores.

no caso do futebol surge a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Mesmo assim, o controle sob os caminhos do futebol nacional continua passando pelos interesses dos generais, bem como “o perfil de atuação da recém-criada Confederação Brasileira de Futebol (CBF) na organização de campeonatos e na supervisão das federações estaduais não diferia muito do perfil que até então caracterizara a atuação da CBD” (PRONI, 1998, p. 215).

Observa-se que nessa mesma década o modo de produção capitalista sofre com suas crises e o modelo fordista e o estado de bem estar social é combatido. Desde então o mundo vive sob um novo receituário, de acumulação flexível e de estado mínimo para o atendimento das necessidades sociais. O Brasil navega ao longo da década de 1970 ainda sob as bases do seu “milagre econômico”, porém, um milagre para poucos que tornou pesadelo no início dos anos 1980, com a queda do PIB em 5% em 1983, com a diminuição de 7,3% da renda *per capita* no mesmo ano, o desemprego subiu 15%, comparado a 1978, a inflação chegou a 211% em 1983 e os salários perderam seu valor 5 vezes mais rápido do que em 1978 (GUTERMAN, 2014).

A “crise” econômica e a pressão popular colocam fim a ditadura civil-militar e o modelo de desenvolvimento denominado de Nacional-Desenvolvimentista, iniciado em 1930. Nesse cenário fecha-se a segunda fase de organização do futebol no país. A lógica tutelar do Estado perde força e os interesses do mercado surgem como um ator importante para este setor.

6.1.3- Terceira fase: da tutela a liberalização do futebol brasileiro

Como um breve resumo da atuação estatal no período anterior, Coutinho (2008, p. 120-121) afirma que durante o período em que o país foi conduzido por Getúlio Vargas houve uma forte atuação do Estado para fortalecer o capital nacional e o crescimento do mercado interno. No entanto, a partir do governo de JK e principalmente ao longo do período da ditadura militar essa política permanece, porém, ganha espaço a criação das condições para a acumulação do capital internacional.

Sem dúvida, ao longo dos períodos de regimes autocráticos e da breve democracia (1945 a 1964) cresceu a industrialização, o mercado interno, a população urbana, estabeleceu um marco legal no campo trabalhista, porém, os avanços sociais foram tímidos e, ainda, foram acompanhados de uma intensa restrição dos direitos civis e políticos.

O processo de modernização “pelo alto” promovido a partir dos anos 1930 não alterou o quadro social e econômico, pelo contrário, o capitalismo brasileiro assentado na manutenção de privilégios manteve o distanciamento existente entre o topo da pirâmide,

formada por uma elite de origem agrária, com traços modernos de industriais e da economia de serviços e a base da pirâmide, composta por uma massa de trabalhadores assalariados ou não, descendentes da nossa exploração escravagista. Além disso, o nosso capitalismo desenvolveu sem qualquer rompimento com a relação de dependência e subordinação ao capital externo, sendo o país um mero exportador de matéria prima e dinheiro (lucro obtido pelos capitalistas internacionais com os investimentos no país).

Diante do quadro econômico (altas taxas de inflação, dívida externa, desemprego e baixos salários) e político (enfraquecimento da ditadura militar) de crise no início dos anos 1980 e de um cenário externo de mundialização do capital, o Brasil a partir dos anos 1980 começa a seguir a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e seu ideário neoliberal na organização produtiva e política. Sobre isso Gonçalves (2014, p. 57) aduz:

Ao longo dos anos 1980 e, principalmente, no final desse período, os custos crescentes da instabilidade econômica, os interesses dos grupos dominantes, as pressões internacionais e os riscos de perda de legitimidade do Estado convergiam no sentido de direcionar o país para medidas liberalizantes. [...] O auge desse processo é o governo Collor (1990-1992), cuja ruptura com o modelo desenvolvimentista fundou os marcos do liberalismo econômico, que seria dominante no país nas décadas seguintes. Essa liberalização atingiu, ainda nesse governo, as esferas comercial e financeira das relações econômicas internacionais. Assim, iniciou-se o processo de significativa liberalização das importações e dos fluxos internacionais de capitais.

De acordo com o autor, na década de 1980 e o início dos anos 1990, o Brasil passa por um momento de transição entre o modelo Nacional-Desenvolvimentista, baseado na economia industrial, com forte presença do Estado e do capital estrangeiro, com ganhos sociais, ainda que restrito a alguns grupos populacionais e com um doloroso período de restrição dos direitos políticos, para um Liberal-Periférico, de domínio da fração financeira, com o rompimento de todas as amarras para o capital estrangeiro e com uma economia nacional baseada na exportação de *commodities*.

Registra-se que com o fim da ditadura civil- militar em 1985, começa a florescer no país “uma nova república”, contudo, o período de redemocratização no Brasil não alterou a hegemonia das frações da burguesia no bloco no poder. Os membros de grandes empresas, de proprietários de terra, a burguesia de Estado e a média burguesia nacional continuaram dando as cartas no país (BOITO JR,2016).

A organização dos trabalhadores em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos foi fundamental para a redemocratização do Brasil e para a produção de uma nova constituição, todavia, o texto sancionado em 1988 é resultado de uma correlação de forças entre os diferentes sujeitos coletivos da sociedade civil. O fim da ditadura militar não

significou o distanciamento das antigas elites do bloco de poder e mesmo da hegemonia na sociedade civil. Pelo contrário, a “nova república” e a nova constituição são frutos dos acordos e da relação de força existente entre as classes e frações de classe existente tanto na sociedade política quanto na sociedade civil.

Nesse sentido, a nova Constituição Federal elaborada no governo Sarney, em 1988, registra algumas conquistas para os trabalhadores, mas surge no momento em que o mundo discute e implementa um modelo de regulação social e produção bem diferente daquele existente nos países centrais.

No âmbito esportivo, a forte presença do Estado na organização do esporte e, principalmente, do futebol foi parcialmente interrompida com a Constituição Federal de 1988, quando as entidades esportivas passaram a ter autonomia de organização e de funcionamento.

Destaca-se que o caráter corporativo do Estado formou gerações de dirigentes que trataram as entidades de administração e prática esportiva como uma organização particular e como aparelho ideológico do Estado, afinal, esse também fornecia benesses seja para os cartolas, para os clubes e para as federações. Manhães (2002) afirma que, com o passar dos anos, formaram-se verdadeiras oligarquias à frente das entidades esportivas que se confundem com as elites partidárias e políticas conservadoras, formando um bloco que resiste às tentativas de modernização nas gestões das entidades e clubes esportivos.

A partir da redemocratização e com a constituição de 1988 as entidades esportivas conquistam a autonomia. O Estado, assim, deixa de ser o protagonista, abandonando o “intervencionismo” político característico das legislações anteriores. Ressalta-se que a administração pública continuava a financiar o esporte, mas a gestão e o estabelecimento de critérios de distribuição dos recursos ficavam a cargo das federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro. “O Estado sai de cena”, as entidades esportivas passam a ter autonomia, sem abrir mão do fundo público (CASTELLANI FILHO, 2008).

No âmbito da organização do futebol essa terceira fase é marcada pela liberalização das parcerias dos clubes com o setor privado e, como dissemos, pela transição da tutela estatal para a autonomia das entidades esportivas. A Constituição de 1988 afasta a presença do Estado do campo esportivo, ao menos no que se refere à gestão dos clubes, federações e confederações. Isso começará a se consolidar com a lei Zico (Lei nº 8.672/1993).

Sobre o primeiro aspecto, no início dos anos 1980 a situação dos clubes brasileiros não é diferente da realidade do próprio país. As equipes conviviam com déficits e baixas arrecadações. Os principais atletas eram vendidos para o mercado europeu, sobretudo para os clubes italianos. Assim, como forma de ampliar as arrecadações as equipes começaram a

explorar nos estádios (a partir de 1977) e nos uniformes (a partir de 1983) as parcerias com o setor privado, algo já realizado há décadas na Europa. Em 1987 veio o primeiro contrato de transmissão com a televisão e, no início dos anos 1990, as primeiras grandes parcerias com grandes empresas multinacionais.

Nos anos seguintes aprofundam-se as relações entre as entidades de administração e prática do futebol com o mercado, entretanto, a “modernização”, tendo como parâmetro o modelo europeu de empresariamento dos clubes ainda permanece inacabada. No próximo tópico seguimos com essa análise, assim como com as transformações políticas, econômicas, sociais e da organização do futebol no Brasil.

6.1.4- Quarta fase: A era do Futebol de Espetáculo no Brasil

Destaca-se que, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no cenário de fim do “milagre econômico”, de intensificação das lutas e abertura política, de desigualdade social e de transformações na forma de organização do modo de produção capitalista, o campo esportivo e o futebol, particularmente, passam por um processo de reestruturação. Esse momento marca a intensificação da acumulação de capital por meio do futebol, sendo que primeiro em alguns países da Europa (caso da Itália e Espanha) e se ramifica pelo globo, formando mercados periféricos.

No Brasil, o domínio da forma empresarial do futebol foi e ainda está sendo de forma lenta, gradual e com resistências dos grupos dirigentes. Ela se insere no contexto de implantação do novo modelo de desenvolvimento do país – o Liberal Periférico – adotado a partir de 1990 ainda no governo de Fernando Collor e, principalmente, a partir de 1995, com FHC. Ele se caracteriza pela:

[...] liberalização, privatização e desregulamentação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização das empresas estatais, que implicam reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96).

O governo FHC (1995-2002), na sequência das políticas conduzidas por Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) caracterizou-se pela continuidade na política externa subordinada aos interesses dos EUA, por uma coalizão política com os partidos de centro e de direita, pelo domínio da fração financeira do Estado, pela liberalização e desregulamentação do mercado, pela exportação de produtos primários e importação de tecnologia, pela contrarreforma do Estado, estabeleceu o câmbio flutuante, aumentou os juros e o superávit primário e cortou ou reconfigurou os gastos sociais. Como resultado: índices elevados de desemprego e desigualdade social; baixo crescimento econômico; déficits na balança comercial; e, desindustrialização (BEHRING, 2008).

Diante desse cenário em 2002 a coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ganha as eleições para o poder executivo federal. A expectativa de rompimento com o Modelo Liberal-Periférico (MLP) com a chegada da coalizão liderada pelo PT em 2003 ao poder não ocorreu em sua plenitude, ainda que tenha reduzido a desigualdade de renda e da pobreza e diversificado os parceiros comerciais, algo extremamente importante, o bloco de poder comandado pela fração financeira da burguesia e politicamente pelo PT formou uma base governista no Congresso Nacional com partidos conservadores e velhas lideranças da política nacional, bem como manteve e consolidou o tripé do modelo de desenvolvimento do governo anterior (liberalização; domínio da fração financeira; vulnerabilidade estrutural, apoiada na exportação de *commodities*) (GONÇALVES, 2014).

Antunes (2018, p. 222) reforça essa visão ao afirmar que o governo da coalizão liderada por Lula em 2003 nas suas primeiras medidas sinalizava um projeto:

[...] pautado mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo, ainda que sob a variante do social-liberalismo. Sua política econômica preservava a hegemonia dos capitais financeiros, reiterando as determinações do FMI e mais: ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial da formação social brasileira.

Ressalta-se que, apesar de não romper com as políticas neoliberais, sobretudo no campo econômico, há diferenças importantes entre a coalizão conduzida pelo PT e aquela que esteve no governo federal nos anos 1990 até 2002. A presença estatal na economia e também no campo social, com geração de empregos, ampliação do salário mínimo e políticas

focalizadas, especialmente de combate à pobreza são aspectos que diferenciam da política de controle de gastos e contrarreformas adotadas pelos governos Collor e FHC³⁶¹.

Destaca-se que o sucesso político, econômico e social dos governos liderados pelo PT foi respaldado nas urnas em 2006, 2010 e 2014. Contudo, diante de um cenário econômico instável, a partir de 2011, com queda na comercialização das *commodities* e de estabilidade na arrecadação, o governo decide ter uma “nova” matriz econômica com ênfase no fortalecimento da indústria nacional (redução de juros, valorização do real, prioridade na compra dos produtos nacionais, taxas sobre produtos importados, investimento em infraestrutura, etc.), algumas medidas antagônicas ao interesse da fração financeira da burguesia. Contudo, de forma paradoxal, à medida que o governo implementa essas ações, a fração industrial vai se afastando, com o argumento de que o Estado é muito intervencionista, assim, acompanhado do distanciamento da fração financeira, inclusive do capital internacional, o bloco industrial também distancia da sustentação governista e inicia em 2013 uma ofensiva política contra o governo (SINGER, 2015; BOITO JR., 2016)³⁶².

Apesar de todas as dificuldades, Dilma Rousseff consegue se reeleger em 2014, porém, logo no início começa a buscar reconstruir as pontes com as frações da burguesia, inclusive indicando um ministro da fazenda alinhado ao mercado. Sem sucesso, o governo também perde apoio da massa dos trabalhadores e, com dificuldades de dialogar com os parlamentares no Congresso Nacional, sofre um duro golpe (parlamentar e midiático) em abril de 2016 com o afastamento temporário e, posteriormente, em definitivo da Presidente da República.

Assim, capitaneado pela reunificação da burguesia, com forte atuação da mídia e do poder judiciário, um “novo” bloco político assume o poder em maio de 2016. O governo liderado pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ora denominado MDB, ou Movimento Democrático Brasileiro), com apoio político do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), DEM (Partido Democratas) e antigos sócios do governo liderado pelo PT implementa rapidamente diversas medidas de restrição de gastos sociais (como a lei nº

³⁶¹ A brevidade na análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais dos anos 1990 e dos governos Lula é em decorrência de que tal aspecto foi feito de forma mais detalhada no nosso trabalho de dissertação: Matias (2013). Da mesma forma, reconhecemos outras importantes contribuições sobre o tema também realizadas por pesquisadores da área da Educação Física como: Athayde (2013), Passos (2017) e Silva (2017).

³⁶² Registra-se que, por mais críticas (à esquerda) que tenhamos aos governos liderados pelo PT, não temos dúvida em afirmar que o afastamento em definitivo da ex-presidente Dilma Rousseff foi um golpe de caráter parlamentar e midiático. O governo perdeu sustentação parlamentar e tinha o repúdio da burguesia, a “conciliação de classes” promovida pelo ex-presidente Lula foi rompida facilmente pelas frações da burguesia, apesar de todas as benesses oferecidas pelo Executivo. A derrubada de um governo legítimo eleito pela maioria da população sem um caso concreto de desvio, conforme previsto na Constituição, trata-se de uma ruptura e uma mancha histórica na jovem e “inacabada” democracia brasileira.

13.587/2018 do teto dos gastos), contrarreformas (como a trabalhista) e concedem benefícios econômicos as frações da burguesia, fundamentalmente ao capital financeiro (nacional e internacional). Assim, diversas ações que antes estavam congeladas tornam prioridade na agenda estatal.

No que se refere ao futebol, o cenário é de dificuldade financeira dos clubes, desorganização do calendário nacional, baixa atração de público e êxodo dos jogadores. Esses aspectos eram explicados pelos dirigentes de clubes e pelos jornalistas como sendo decorrentes da estrutura atrasada e amadora do futebol nacional. Assim, as mudanças processadas na década de 1990, com a lei Zico (lei nº 8.672/1993) e lei Pelé (lei nº 9.615/1998), como o fim da “lei do passe” e a possibilidade de os clubes se tornarem empresas foram no sentido de adequar a organização do futebol nacional ao que estava sendo praticado nos países centrais.

Porém, as mudanças nos ordenamentos não foram realizadas sem resistência dos dirigentes das entidades esportivas e de clubes. Eles atuaram diretamente no Congresso Nacional para ter os seus interesses atendidos (BELMAR, 2016). Assim, pode-se afirmar que os dispositivos legais pós-constitucionais são o resultado dos embates entre os interesses liberalizantes – que buscavam autonomia de mercado – e os interesses patrimonialistas, que entendiam essa liberalização como uma ameaça ao poder constituído oligarquicamente.

No contexto em que os interesses mercantis assumem e determinam fortemente a atuação do Estado-nação, com a tendência mundial de internacionalização dessa mercadoria, a legislação do futebol acena para incorporação dos valores empresariais, seguindo o modelo da Itália (Lei nº 91/81 de 1982) e da Espanha (lei nº 10/1990).

O cenário de modernização via mercado do futebol naqueles países impulsionam a elaboração de novos ordenamentos no Brasil no sentido de romper com “atraso” no desenvolvimento do futebol nacional. Desse modo, é que nasce a lei Zico. De acordo com Proni (1998, p. 218) o cerne da proposta dessa norma era:

(i) regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional, (ii) rever a partição dos recursos da Loteria Esportiva, (iii) extinguir a “lei do passe”³⁶³ e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional, (iv) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar a autonomia estatutária dos clubes, assim como (v)

³⁶³ A “lei do passe”, regulamentada em 1976, dizia que um atleta teria direito ao “passe livre” depois dos 32 anos e caso tivesse permanecido por mais de 10 anos vinculado ao mesmo time. Em 1986, o CND reviu essa regulamentação e estipulou que a partir dos 28 anos o atleta teria direito, gradualmente, a uma parcela do “passe” (30% aos 28, 45% aos 29, 60% aos 30, 75% aos 31 e 90% aos 32).

buscar mecanismos mais democráticos e transparentes de representação e administração das federações e da CBF.

Entretanto, garantiu-se com a redemocratização do Brasil a possibilidade de representação no Congresso Nacional dos diferentes setores da sociedade civil, bem como espaços no Parlamento para atuação dos grupos de interesse. Nesse sentido, os setores conservadores do esporte, ligados aos clubes e entidades de administração do esporte tinham voz e poder nessa arena. O *lobby* das entidades de administração e prática esportiva e a atuação da “bancada da bola” conseguiram reconfigurar o projeto enviado ao Legislativo e tudo que fora obrigatório na proposta inicial se tornou facultativo no texto final encaminhado e sancionado pelo presidente Itamar Franco. “Assim, restou desfigurado o projeto inicial da Lei Zico, com a retirada dos mecanismos que implantariam também o “passe livre” para os atletas profissionais de futebol” (MANHÃES, 2002, p. 114).

Portanto, a primeira tentativa do Estado em conjunto com o setor privado de modernização via mercado, com mudança jurídica na organização do futebol brasileiro não obteve sucesso. A legislação ficou caracterizada pelo seu caráter híbrido: inovador e tradicional; moderna e arcaica. Para Athayde (2013, p. 176), “a modernização almejada foi conservadora e não rompeu com as estruturas antigas, “feudais”, “cartelizadas”, além de ter mantido intocados os principais interesses particularistas daquela fração do setor esportivo nacional”.

O mesmo ocorreu com o projeto da lei Pelé. A proposta enviada ao Congresso Nacional previa as seguintes alterações em relação à Lei Zico: o esporte profissional seria restrito às empresas; fim da “lei do passe” no futebol; os tribunais esportivos ficam independentes das federações; proíbe a abertura de novos bingos; maior controle do estado sobre o chamado esporte de rendimento; permissão para a criação de empresas de arbitragem; proibição da filiação das ligas pelas federações; voto unitário nas eleições para federações e confederações; máximo de dois mandatos para presidentes de federações que são isentas de impostos.

O momento era propício para uma mudança radical da legislação do futebol, as ideias dominantes sinalizavam para a hegemonia dos mercados em todos os setores da vida humana. De acordo com Ouriques (1999, p. 122), Pelé tentou materializar isso no seu projeto de lei.

Pelé reeditou no esporte o mesmo discurso neoliberal do palácio do planalto, de combate ao estado ineficiente e corrupto, para de maneira direta bater de frente na estrutura burocrática montada por esse mesmo Estado que eles representam e reverenciando o mercado como a solução para todos os males

e como referencial de eficiência. Fazendo assim o papel de "mocinhos" na luta contra bandidos históricos, que sugam dia a dia o sangue do esporte nacional. Durante todo o processo, Pelé e seus amigos usaram exemplos notórios como os casos de Eurico Miranda, no Vasco, o caso "caixa da água" na federação do Rio de Janeiro, ou o próprio Ricardo Teixeira na CBF. Obviamente não seria nada fácil defender estes exemplos consagrados de corrupção e desmandos, mas por outro lado, os interesses que andavam por trás da Lei Pelé não eram nada nobres, no sentido de que seus únicos interesses estavam projetados primeiro para o futebol, depois estavam direcionados apenas para os grandes clubes, especificamente o clube dos 13 que viabiliza as grandes transações comerciais com as TVs e que se concentram em estados específicos do país, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo outras regiões preteridas³⁶⁴.

A imagem construída era de que a modernização via mercado era a única alternativa para expulsar os velhos dirigentes, que representam o atraso no futebol brasileiro. A modernização seguindo os padrões da Itália, Espanha, Inglaterra, Alemanha e até do Japão era a forma para ascensão do país ao primeiro mundo da produção do futebol, sendo o fim das práticas corruptas de administração do futebol. Observa-se que se isso fosse verdade não teríamos no país tantas empresas sonegando impostos e empresários presos³⁶⁵.

O fato concreto é que o projeto original da lei Pelé foi desfigurado no Congresso Nacional. A CBF montou um escritório na sua "embaixada" em Brasília e ofertava tudo o que era possível para os deputados que por lá passavam. O resultado foi a liberalização do comércio de jogadores, porém os clubes formadores passaram a ter benefícios por tal ação, e continuou sendo facultativo o empresariamento dos clubes. Destaca-se que a lei Pelé foi omissa em relação às formas de direção dos clubes e entidades de administração do esporte.

Assim, a burocracia do futebol (dirigentes da CBF, federações e clubes) manteve seu poder e os privilégios, seja político ou econômico, construídos nas relações que estabeleceram com Estado desde 1941. Os clubes brasileiros perderam com o fim da lei do passe, mas, nos anos seguintes, ganharam benefícios como formadores e uma loteria (Timemania), com alongamento e perdões de dívidas (SANTOS, 2011). Por outro lado, o fim do passe foi uma conquista dos atletas que adquiriram a liberdade para negociar o seu destino no futebol, porém, satisfez também os agentes dos atletas, um intermediário que surge e passa a ganhar

³⁶⁴ Em 1997, a CBF havia assinado um contrato milionário com a Nike (US\$ 200 milhões por 10 anos), isso sem contar os demais contratos com patrocinadores. O clube dos 13 também tinha comercializado os direitos de transmissão do campeonato brasileiro de 1997 a 1999 por um valor elevado (US\$ 50 milhões por ano). Os Grandes clubes, como Palmeiras, Corinthians e São Paulo possuíam parcerias estáveis com empresas e vinham obtendo relativo sucesso esportivo.

³⁶⁵ No link www.fundacaonfip.org.br/site/2016/06/conheca-a-lista-dos-maiores-sonegadores-de-impostos-do-brasil é possível saber quais são as maiores empresas do país que sonegam impostos. Acesso em: 20 jun. 2017.

dinheiro, e também os grandes clubes-empresas do mundo que puderam importar com mais facilidade os jogadores de destaques produzidos no Brasil.

Belmar (2016) relata que desde então formaram coalizões de grupos de interesse para influenciar a legislação do setor. A CBF e as federações são grupos que estão sempre alinhados, que, na maioria das vezes, contam com a adesão dos clubes. Os meios de comunicação se aproximam ou distanciam desses grupos conforme a matéria e os seus interesses comerciais. Os atletas invariavelmente são um grupo mais independente, com grande apelo junto à imprensa e outros segmentos da sociedade civil. O governo, que não é um grupo de pressão, normalmente procura atuar para dinamizar o potencial econômico do futebol, em alguns momentos entrando em conflitos com as entidades e os clubes e, em outros, procura atender às demandas deles.

No caso da Lei Zico e da Lei Pelé ficou claro o alinhamento das entidades esportivas e dos clubes em oposição às medidas de interesse do governo, dos meios de comunicação e dos atletas. A atuação dos cartolas no Congresso Nacional surtiu efeito, a pressão sobre os congressistas iniciou mesmo antes de entrarem em votação na Câmara e mesmo quando foram derrotados, como no caso do fim da lei do passe (resultado da pressão dos jogadores, do governo e dos meios de comunicação), tiveram outras conquistas como a garantia financeira como clube formador.

Por ora, registra-se que a Lei Pelé foi recortada e emendada diversas vezes ao longo desses últimos anos, todas com a perspectiva de qualificar a produção do futebol (espetáculos, competições, recordes e segurar os melhores atletas), que continua a ser feito de forma gradual fundada no sistema federativo e nos clubes associativos, embora a gestão empresarial seja uma tendência global (PRONI, 1998; SANTOS, 2011).

Em ato contínuo e seguindo as tendências internacionais, em 2003, o governo sanciona o Estatuto de Defesa do Torcedor (lei nº 10.671), que obriga os clubes e as entidades de administração do esporte a garantir as condições necessárias para o consumo do espetáculo esportivo. Os torcedores-clientes devem ter segurança, conforto e tratamento adequado quando adquirem um produto comercializado pelos clubes (com cumprimento dos calendários, dias e horário dos jogos).

Contudo, o cenário não apontava para a produção de grandes espetáculos, mesmo com o aumento das receitas, os clubes gastavam mais que arrecadavam e estavam endividados. Assim, o Estado entra em cena com medidas como a Lei de Incentivo ao Esporte (lei nº 11.436/2006), com possibilidade de captação de recursos para manutenção das equipes de base e,

principalmente, a Timemania (Lei nº 11.345/2006). Elas foram apoiadas sobretudo pelas entidades esportivas e os clubes.

É importante lembrar que apesar de a II Conferência apontar para a disseminação dos recursos das loterias para as três dimensões do esporte, com a Timemania o Poder Executivo e o legislativo atendem à pressão dos clubes de futebol e sancionam a lei que contribui para que eles possam quitar suas dívidas com a União, tendo a população como pagadora:

Do total arrecadado com a realização do concurso, 46% é destinado ao valor do prêmio, 22% para a remuneração dos clubes de futebol profissional participantes e apenas 3% ao Ministério do Esporte, os quais terão a seguinte divisão: dois terços para órgãos gestores de esporte nos Estados e Distrito Federal para aplicação exclusiva e integral em projetos de desporto nacional educacional desenvolvido no âmbito da educação básica e superior e um terço para ações dos clubes sociais, de acordo com projetos aprovados pela Confederação Nacional de Clubes. Com a Timemania o poder público buscou regularizar a situação dos clubes de futebol, já que muitos deles estavam inadimplentes, com dívidas com a União (por exemplo, dívidas com o INSS), e desta forma estavam impossibilitados de receber dinheiro público. O Governo então cria uma loteria cuja principal motivação é fazer com que os clubes inadimplentes possam voltar a receber recursos federais (CASTELAN, 2011, p. 53).

Ressalta-se que os principais clubes de futebol do país assinaram o compromisso de adesão a essa loteria³⁶⁶. Ao todo foram 98 equipes das diferentes divisões do futebol nacional.

De acordo com o ex-presidente Lula, a expectativa com a Timemania seria “[...] motivar os torcedores a voltarem para os estádios. Acredito que a Timemania é uma das alternativas, porque a qualidade dos times é um dos maiores incentivos”. Para o ex-ministro do esporte, Orlando Silva, a nova lei contribuiria para que o futebol brasileiro se livrasse da fragilidade provocada pela alta carga de endividamento. “Tenho certeza de que a Timemania vai solucionar esse problema. Agora, contamos com os dirigentes de clubes para encontrar alternativas para qualificar ainda mais e dar mais confiabilidade ao melhor futebol do mundo”³⁶⁷.

A Timemania não solucionou os problemas dos clubes que continuam endividados e mais uma vez recorreram ao Estado. Desse modo, em 2015, foi lançado o PROFUT (Lei

³⁶⁶ “Timemania tem 100% de adesão dos clubes”. 18 de setembro de 2007. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2016.

³⁶⁷ “Presidente Lula assina a regulamentação da Timemania”. 14 de agosto de 2007. Disponível em: www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/212-noticias-snfut/40026-presidente-lula-assina-a-regulamentacao-da-timemania. Acesso em: 3 mar. 2016.

13.155/2015)³⁶⁸ que cria uma nova Loteria com os símbolos dos clubes e mais uma vez perdoa uma parte das dívidas, parcela e alonga o restante.

Os benefícios fiscais e de parcelamento de dívidas é o resultado da pressão dos clubes, CBF e federações. No caso específico da Rede Globo, principal emissora do país no campo do futebol, ela na maioria das vezes, esteve alinhada com os interesses dos clubes e das entidades esportivas (BELMAR, 2016).

Por fim, no âmbito do trabalho legislativo é importante destacar as normas fixadas para a realização da Copa FIFA 2014. Os ordenamentos sobre a mudança no modelo de licitação (lei nº 12.462), de alteração do regime tributário (lei nº 12.350/2010) e limite de endividamento dos municípios para realização das obras para o megaevento (lei nº 12.348/2010) foram alguns sancionados pelo governo federal. Esse megaevento deixou arenas com padrões internacionais como legado para a produção do futebol moderno no Brasil, porém o custo para a população pobre foi alto. A FIFA e seus parceiros não têm do que reclamar, o megaevento foi mais um sucesso econômico³⁶⁹. Os custos sociais – exploração da força de trabalho, impedimento do direito de trabalho, remoções, perseguições, superfaturamento, desvio de recursos públicos – são incalculáveis (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO, 2016).

O conjunto de ordenamentos direcionados para a realização da Copa de 2014 foi aprovado pelo Congresso Nacional por ampla maioria, sendo de interesse das entidades esportivas, veículos de comunicação, do governo e de setores do mercado.

Destaca-se que em todo esse período, os principais marcos legais foram encaminhados pelo Poder Executivo, ao legislativo coube o papel de discutir e reformular as propostas que chegaram na casa. Nada diferente, por exemplo, do que ocorre com as medidas no campo educacional (SAVIANI, 2015).

Mas o Parlamento não foi palco apenas de discussões sobre ordenamentos para o futebol. Nele também ocorreram investigações de irregularidades financeiras e administrativas das entidades esportivas, especificamente a CBF. As Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) demonstraram o quanto é “suja” a administração do futebol brasileiro.

³⁶⁸ Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

³⁶⁹ Mais detalhes podem ser vistos em: www.esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-fatura-r-16-bilhoes-com-a-disputa-da-copa-do-mundo69. Acesso em: 20 jun. 2017.

No início de 1999, o deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) começava a colher assinaturas para analisar a regularidade do contrato milionário da CBF com Nike (empresa de material esportivo)³⁷⁰.

A iniciativa foi recebida com gargalhadas na “Embaixada da CBF” em Brasília. [...] Para surpresa dos cartolas, Rebelo conseguiu o número necessário de assinaturas para abrir a CPI. A reação, entretanto, foi imediata. Líderes dos grandes partidos pressionaram suas bancadas para retirar as assinaturas. A certa altura, a luta parecia inglória: a cada assinatura conquistada, duas eram retiradas. Mas Aldo conseguiu 206 (são necessárias 171) e seu pedido de abertura de CPI foi acolhido pela Mesa da Câmara (AZEVEDO, 2001, p. 12).

Assim, dezenove meses depois, em 17 de outubro de 2000, a Câmara decide instaurar a CPI à revelia do *lobby* da “bancada da bola”. Aldo Rebelo assumiu a presidência da Comissão e o Deputado Silvio Torres do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ficou com a relatoria. A maioria dos membros pertencia à “bancada da bola” liderada pelo Deputado Eurico Miranda. Nesse período, esse Deputado e a cúpula da CBF estavam rompidos e, assim, Aldo conseguiu manobrar para obter informações e dados valiosos.

O relatório final previsto para ser votado em 13 de junho de 2001 não foi votado, estrategicamente Aldo Rebelo, Silvio Torres e a minoria da Comissão ao identificarem as ações da “bancada da bola” para invalidar o relatório do relator e aprovar um substituto decidiram encerrar a CPI sem que o relatório fosse votado.

O documento final de Rebelo e Torres (2001) apontou uma série de irregularidades da administração do futebol brasileiro, tais como:

1. Tráfico internacional de jogadores menores de idade;
2. Interferência da Nike sobre a seleção brasileira e enriquecimento ilícito de membros da CBF;
3. Corrupção nas federações- “[...] Transformação das entidades em casas de negócios, sujeitas ao continuísmo, nepotismo e corrupção, à ausência de calendários e outros desmandos” (REBELO, TORRES, 2001, p. 27);
4. Empréstimos tomados pela CBF a juros extorsivos, com indícios de evasão de divisas;
5. Remuneração ilegal da diretoria da CBF;
6. Utilização de recursos da CBF para quitar dívidas pessoais de dirigentes;

³⁷⁰ No mesmo período foi instaurada uma CPI no Senado para investigar as irregularidades no futebol brasileiro, porém, não conseguiu avançar tanto como aquela da Câmara dos Deputados. Os parlamentares alinhados com a CBF acabaram sufocando os trabalhos da Comissão.

7. O relatório não votado propôs o indiciamento de 34 pessoas, inclusive do presidente da CBF na época, o senhor Ricardo Teixeira;

8. Criação do Estatuto do Desporto³⁷¹.

A “CPI do futebol” que funcionava no Senado também constatou problemas semelhantes, ademais destacam: a) oligarquização das elites dirigentes; b) manipulação dos conselhos e dos mecanismos estatutários de controle pelas elites dirigentes; c) falta de transparência e ilícitos administrativos e fiscais; d) irresponsabilidade social. Como saída foi proposto um projeto de lei denominado de “Lei de Responsabilidade do Futebol Brasileiro”, que tinha como cerne a profissionalização e o empresariamento da gestão das entidades e dos clubes de futebol (MANHÃES, 2002). Tal iniciativa não prosperou principalmente pela força dos grupos diretamente atingidos.

Em 2015, após escândalos de corrupção na FIFA, com prisão e denúncias contra cartolas do Brasil³⁷², uma nova CPI foi instaurada no Congresso Nacional, dessa vez no Senado Federal sob o comando do Senador Romário Farias, ex-atacante da seleção brasileira. Quatorze anos depois, os alvos são praticamente os mesmos e as irregularidades, também. Nesse intervalo de tempo os mesmos grupos políticos continuaram comandando o futebol, hegemonicamente com as mesmas práticas e com a ajuda institucional do Estado.

Esta última CPI investigou os contratos da CBF para realização de jogos da seleção brasileira. Ela foi criada a partir das investigações do FBI que vieram a público em 2015: suspeita de superfaturamento em contrato da CBF com uma empresa de fornecimento de material esportivo e compra de direitos de transmissão por agências de *marketing* esportivo de competições esportivas no Brasil e em competições continentais.

Ao final foram apresentados dois relatórios divergentes, sendo um da “chapa branca” do relator senador Romero Jucá (MDB) e outro contrário à CBF do presidente da Comissão senador Romário (PSB). Romero Jucá trabalhou ao longo das reuniões da CPI para evitar qualquer tipo de constrangimento aos diretores da CBF. O seu relatório foi aprovado pela Comissão, fez recomendações administrativas à CBF e indicou a necessidade de novos projetos de Lei para auxílio aos clubes. Já o relatório paralelo de Romário, assinado também pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede), apontou uma série de crimes dos dirigentes da CBF

³⁷¹ Tendo como referência essa sugestão e os projetos que tramitavam no Congresso Nacional foi aprovado pelos Parlamentares o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.871/2003), que a exemplo do Estatuto do Consumidor, expõe normas para o consumo dos espetáculos esportivos no país.

³⁷² Sobre a operação do FBI em parceria com a política da Suíça que prendeu diversos membros da FIFA e derrubou toda a direção da entidade, sugerimos a leitura de Chade (2015). A obra demonstra toda a cadeia dos negócios obscuros da FIFA comandados por Havelange e Blatter, que envolveu políticos e empresas dos diferentes segmentos do mercado internacional.

e empresários. Os senadores pediram o indiciamento de sete representantes da entidade, entre quais, os três ex-presidentes Marco Polo Del Nero, José Maria Marin e Ricardo Teixeira. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues a Comissão reuniu “[...] material suficiente, comprobatório, das falcatruas cometidas por dirigentes da CBF e seus comparsas. Foi um esquema criminoso montado por uma quadrilha que tomou de assalto o futebol brasileiro nas últimas décadas”³⁷³.

Todavia, os achados da CPI presentes no relatório paralelo não foram suficientes para sensibilizar os parlamentares. A atuação dos lobistas e dos membros da “bancada da bola” ligados à CBF mais uma vez conseguiu amenizar o resultado final. O relatório do senador Romero Jucá, aprovado por ampla maioria, revela a capacidade e a força da entidade em influenciar os parlamentares. As sugestões do relatório são genéricas e não carregam consequências para os atuais dirigentes e nem apresentam possibilidades concretas de mudança.

Por fim, cabe registrar que ao longo da fase atual do futebol nacional ocorreram diversas parcerias entre os clubes brasileiros e grandes empresas multinacionais, sendo que algumas com sucessos esportivos e econômicos, como a parceria do Palmeiras e a Parmalat, porém, outras como as parcerias do Vitória com o banco Excel e do Flamengo com a ISL deixaram os clubes endividados e com baixos rendimentos esportivos, sendo que o Vitória chegou a vender 50,1% das ações ao banco, mas três anos depois, em 2004 o clube recomprou as ações. O resultado da parceria foi um rebaixamento para a terceira divisão do campeonato nacional.

Outras parcerias significativas para o futebol brasileiro ocorreram também entre Corinthians e o banco Excel, posteriormente entre o clube e a Hicks Muse – que também esteve junto do Cruzeiro – e entre o Corinthians e a MSI. Registra-se também o sucesso e o endividamento do Vasco com o Nations Bank.

Todas as parcerias relatadas tiveram momentos áureos, com os clubes com grandes elencos e na maioria das vezes com títulos, porém, na sequência com o fim do contrato restaram dívidas, rebaixamentos ou um período amargando resultados negativos³⁷⁴.

Se os clubes e, também, federações, sofrem em busca de apoiadores e novas receitas para manter as atividades, a situação do caixa da CBF desde 1997 está muito bem. A parceria

³⁷³ Informação disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materia/2016/12/20/cpi-do-futebol-termina-com-dois-relatorios-e-ningum-indiciamento>. Acesso em: 29 maio 2017.

³⁷⁴ Informação disponível em: https://www.terra.com.br/esportes/futebol/relembre-parcerias-de-sucesso-e-fracasso-no-brasil_6f08ccc6329d9a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html. Acesso em: 31 maio 2018.

estabelecida em 1997 com a Nike que, conforme narramos, foi inclusive objeto de uma CPI, mudou a situação financeira da entidade e também de seus dirigentes (PRONI, 1998).

Diante dessa exposição, observa-se que as mudanças na organização do futebol brasileiro ao longo do século XX e no início do século XXI, inclusive com as modernas arenas, demonstra um processo singular em que, ao passo que há uma busca pela racionalização da gestão e abertura econômica da modalidade para o mercado, também temos uma estrutura arcaica e “cartolista” que permanece viva e atuante. A “via brasileira” de modernização não exclui as práticas tradicionais de gestão, as relações sociais e emocionais com os torcedores, mas também não exclui a existência de ações profissionais, por exemplo, de *marketing*, os novos ordenamentos e as arenas multiuso.

Nesse sentido, cabe destacar que as últimas mudanças nos ordenamentos legais do esporte, fundamentalmente do futebol com o PROFUT foi mais uma tentativa de ajustar a administração do futebol brasileiro ao modelo existente nas principais ligas europeias. Nesse sentido acreditam que a situação periférica dos clubes brasileiros no mercado mundial do futebol é decorrente simplesmente da gestão ainda amadora dos clubes e entidades esportivas. Entretanto, as experiências internacionais e as brasileiras indicam que o “lugar” de um país e um clube no mercado não é reflexo apenas de uma gestão profissional e sua transformação em sociedade anônima, mas também de aspectos políticos e econômicos gerais.

Por isso, ao longo da nossa análise procuramos estabelecer nexos entre os diferentes momentos históricos do Brasil e as mudanças, permanências e os interesses envolvidos com a organização do futebol profissional no país. Na primeira fase conforme o contexto político, econômico e social da época o futebol inicialmente restrito a um pequeno número de pessoas era visto como símbolo da elite nacional e dos emigrantes. À medida que cresce a população urbana, os serviços e a indústria, assim como a competitividade entre os clubes, aceitam-se pobres nas grandes equipes. Destaca-se que a gestão continuava sendo amadora e os atletas recebiam “por fora” para poderem dedicar mais tempo ao futebol.

Na segunda fase marcada por governos autocráticos e um breve momento democrático, o futebol é visto pelo Estado como fenômeno importante de projeção internacional do país, de integração e nacionalismo. Assim, surgem novos ordenamentos, benefícios fiscais, a construção de estádios, criação de fonte de manutenção dos clubes, regulamentação da profissão de jogador de futebol e um campeonato nacional. Porém, não ocorre qualquer mudança na classe dirigente e no perfil de administração-patrimonialista e patriarcalista.

Ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990 trata-se da fase de transição econômica, política do país e também na organização do futebol, da forma tutelar para uma liberal-periférica do futebol nacional. Os clubes e entidades de administração conquistam a autonomia em relação ao Estado e com a Lei Zico são autorizados a profissionalizar a gestão e adotar práticas empresariais. Nesse período começam a surgir as parcerias entre clubes e o mercado, porém, sem rompimento com os privilégios e com o modelo de administração do futebol nacional.

Na última fase de integração do Brasil à economia mundial o futebol brasileiro também está alinhando com aquilo que está sendo feito nos países centrais, porém, de uma forma subordinada e gradual. Apesar da ampliação das relações com os diferentes segmentos do mercado isso ainda é incipiente e marcado por fortes relações com o poder público. O Estado ao longo desses últimos anos atuou diretamente junto aos clubes por meio de empresas estatais e também com novos ordenamentos que buscam modernizar a gestão e estabelecer fontes de refinanciamento de dívidas e novas formas de arrecadação de recursos.

A modernização da legislação, a reforma ou construção de novos estádios e novas arenas, o estabelecimento de um calendário com um campeonato nacional competitivo são mudanças significativas em relação às fases anteriores, porém, a partir da lei Pelé os clubes brasileiros consolidam como exportadores de jovens atletas, com pouca capacidade de competir tanto no âmbito esportivo como nos negócios com os clubes europeus, seja das grandes ligas ou ligas menores, mas com clubes com um poder financeiro maior e com uma moeda mais valorizada. Além disso, fora de campo a estrutura física e administrativa dos clubes e entidades de administração tiveram poucas mudanças.

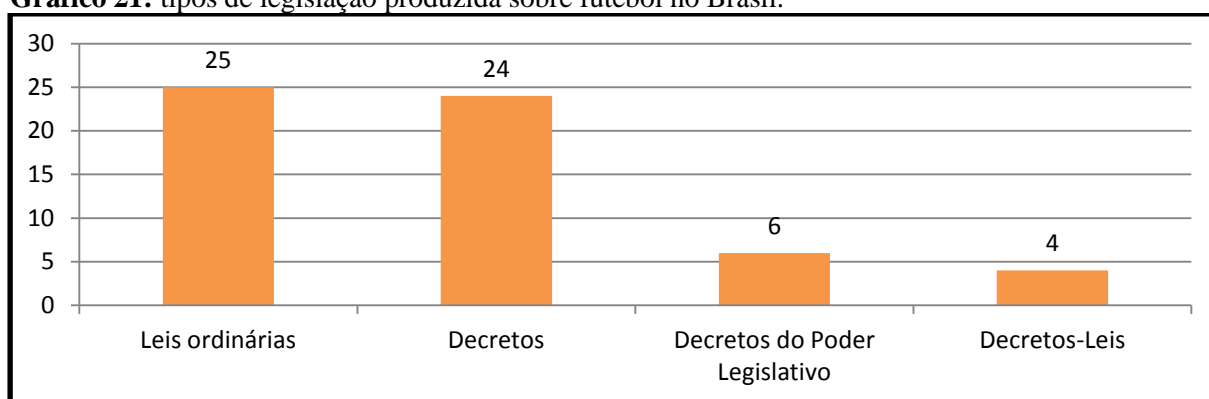
Entretanto, a forma subordinada dos clubes brasileiros na economia do futebol mundial não se explica apenas por problemas administrativos, conforme já citamos, mas pelo fato da inserção do Brasil no mercado mundial ao longo da história ser também subordinada e dependente. As características do modelo liberal-periférico de inserção brasileira na economia mundial também está presente no campo do futebol.

Por fim, cabe sinalizar que para cada fase desse panorama histórico sobre o desenvolvimento do futebol no Brasil prevaleceu um conjunto de ordenamentos, com características bem diferentes. No tópico seguinte será discutido isso, ou seja: a distribuição temporal e os temas predominantes na legislação brasileira sobre futebol.

6.2- “Via brasileira”: aspectos legais da modernização do futebol

O objetivo desse texto é apresentar a legislação sobre o futebol no Brasil, os temas privilegiados e os interesses envolvidos. Para tanto foi realizada uma busca no Portal da Legislação do Governo Federal³⁷⁵, filtrando os documentos por: (i) tipo de ato; (ii) situação; (iii) ano; (iv) data; (v) número; (vi) origem etc. A busca inicial no *site* adotou o formato simples a partir do descritor “futebol” – e retornou até 30/06/2016 um total de 90 documentos. Contudo foram excluídos do *corpus* de análise as designações (DSN) e as Medidas Provisórias (MPV). Assim, restaram 59 ordenamentos sendo: 04 Decretos-Lei (DEL); 06 Decretos do Poder Legislativo (DPL); 24 Decretos; 25 Leis (Gráfico 1).

Gráfico 21: tipos de legislação produzida sobre futebol no Brasil.

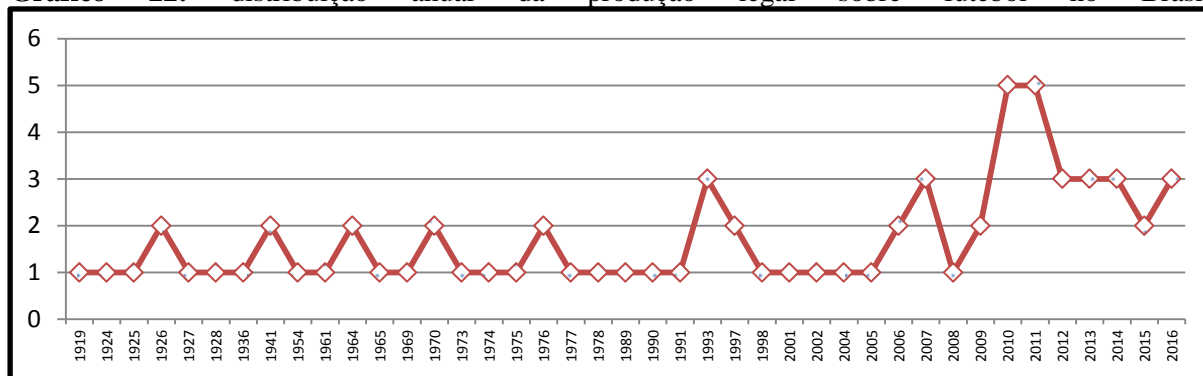


Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Elaboração dos autores (2016).

A maioria dos decretos regulamenta a implantação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Sobre os Decretos-leis e os Decretos do Poder Legislativos é importante dizer que eles não são mais emitidos, pois, as normas que interferem na organização e no funcionamento da sociedade civil passam pelos poderes legislativos e são sancionadas pelo Poder Executivo.

O gráfico 22 apresenta a distribuição anual da legislação do futebol no Brasil. Ele demonstra que quase metade dos ordenamentos produzidos no país ocorreu depois da sanção da lei Pelé, no período de liberalização do futebol. Sendo assim, não resta dúvida de que essa norma funcionou como um elemento fomentador para a legislação esportiva, estimulando a produção de normas jurídicas, seja para sua reformulação e atualização, seja para detalhar assuntos genericamente abordados por essa lei (ATHAYDE et al, 2016).

³⁷⁵ Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

Gráfico 22: distribuição anual da produção legal sobre futebol no Brasil.

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Elaboração dos autores (2016).

As primeiras normas para o futebol ocorrem na primeira fase que apresentamos anteriormente, no contexto de formação dos grandes clubes e de estruturação dos campeonatos regionais (RODRIGUES, 2007). A relação do Estado com esse esporte não era orgânica, pois se baseava na concessão de benefícios aos clubes de futebol, caso da autorização ao Fluminense/RJ e ao Botafogo/RJ a contrair empréstimos e créditos especiais (Decreto do Poder Legislativo nº 3.955/1919; nº 5.824/1925; nº 5.111/1926), bem como da cessão de terreno ao Botafogo (Decreto do Poder Legislativo nº. 5.011/1926).

A organicidade do Estado com o futebol inicia-se em 1941, com o Decreto Lei nº 3.199, que estabeleceu as normas gerais da organização do esporte no país. Ele foi adjetivado por outros três decretos: o de nº 9.267 de 1942, que aprova o regimento do Conselho Nacional de Desporto (CND), o de nº 5.392 de 1943, que dispôs sobre a administração das entidades esportivas e deu outras providências e o de nº 7.674 de 1945, que estabelecia sobre a administração das entidades esportivas.

O Decreto Lei nº 3.199/1941 foi motivado pela “desorganização” da administração do futebol nacional. As disputas entre as federações paulista e carioca e a Confederação Brasileira de Desporto (CBD) eram conflituosas e dificultavam a participação da seleção nacional nos campeonatos internacionais. Sendo assim, o governo de Getúlio Vargas resolve disciplinar e fiscalizar a organização esportiva no país. O caráter corporativista da presença do Estado no futebol é marcado pela criação do CND, órgão com plenos poderes para autorizar a criação de federações e destituir seus presidentes. Assim, forma-se um cenário em que a relação entre o público e o privado não se separam, ao contrário, o primeiro exerce coerção sobre o segundo, impedindo-o de se desenvolver. Essa relação vai permanecer praticamente intocável por mais de 30 anos (MATIAS, 2013).

Apesar das mudanças sociais, econômicas e políticas (com ditaduras e raros momentos de democracia representativa) do país nesse intervalo de tempo (1940 a 1980), bem como a

profissionalização dos jogadores de futebol, sem, contudo, profissionalizar a gestão dos clubes, a legislação só teve mudanças periféricas, inclusive na nova Lei geral do esporte (Lei nº 6.251/1975).

Nesse período de profissionalização dos atletas e de projeção internacional do futebol brasileiro, com conquistas dos clubes e da seleção brasileira, capituladas como êxitos do regime civil-militar, alguns ordenamentos são importantes de se destacarem: O Decreto Lei nº 594/1969 que institui a loteria esportiva, a lei nº 6.354/1976 que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta com os clubes e outras que tratam de benefícios aos jogadores de futebol, como a Lei nº 77.210/1976 (concede benefícios do Instituto Nacional da Previdência Social) dão forma a uma nova organização do futebol nascente no Brasil. Além do Decreto nº 80.228/1977 que regulamenta a prática do futebol profissional no país.

A lei nº 6.354/1976 depois de cinco anos de muito debate garante aos clubes o direito sobre o passe dos atletas. O clube que tinha o passe do jogador teria que receber uma quantia pré-fixada para liberá-lo mesmo ao fim do contrato. A livre circulação da força esportiva é um dos pilares da produção mercantil dessa modalidade, que só irá ocorrer no Brasil em 1998 com a lei Pelé (Lei nº 9.615), revogando parte da lei nº 6.354/1976.

Outra norma que também vale fazer alguns apontamentos é o Decreto 80.228/1977 que possibilitou aos atletas profissionais se organizarem em associações, como a Associação de Atletas de Futebol e sindicatos, como o Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Porém, com pouca atuação e força política (BELMAR, 2016).

A reformulação na legislação do futebol ocorre de fato somente na década de 1990 com a lei Zico (Lei nº 8.672/1993) e a lei Pelé (Lei nº 9.615/1998). Elas vão regulamentar as relações mercantis nesse segmento e garantir a livre circulação dos jogadores de futebol. Sendo assim, a produção legal a partir da década de 1990, especificamente após 1998, objetiva adequar o mercado do futebol brasileiro aos interesses do setor empresarial e ao mercado internacional dessa modalidade. As mudanças processadas no início dos anos 1980 na Itália e no início da década de 1990 na Espanha e Inglaterra acompanhada das mudanças econômicas no mundo inspiram a nova legislação esportiva no Brasil. Todavia, as alterações processadas por aqui seguem um ritmo mais lento e com resistências dos representantes de clubes e entidades de administração.

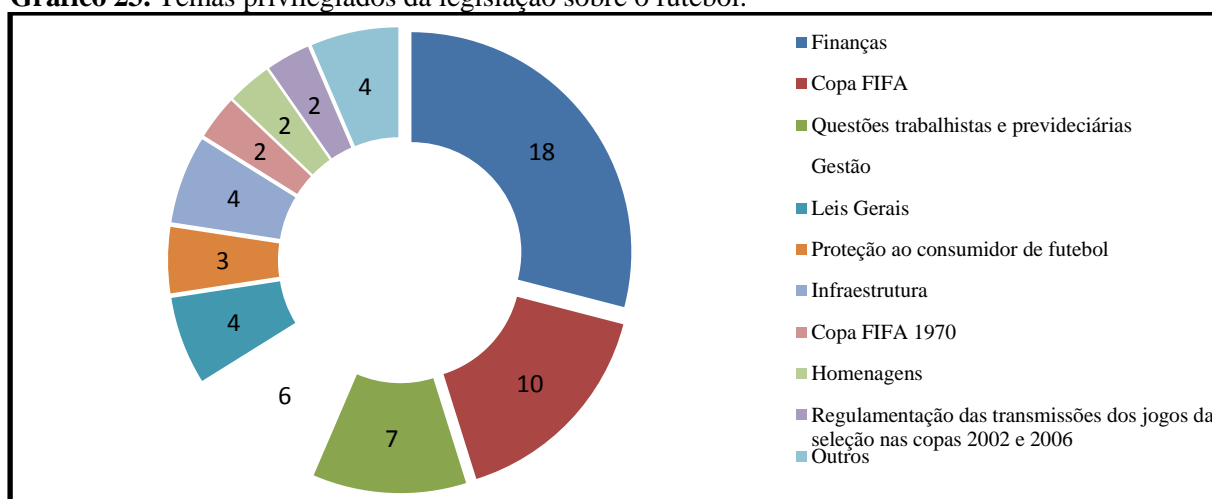
A modernização do futebol brasileiro, ou seja, a mercadorização, é combinada com aquilo que acontece nos grandes centros do futebol mundial, porém, é desigual, sendo gradual, lenta e com a manutenção de privilégios e interesses dos grupos dirigentes.

Reiteramos que a lei Pelé é o estopim para diversos ordenamentos no campo do futebol, em 2003, por exemplo, é sancionado o Estatuto do Torcedor, que, de forma semelhante ao Código do Consumidor, procura estabelecer normas e parâmetros para a organização e o consumo dos espetáculos esportivos.

Em 2006, diante da situação falimentar dos clubes brasileiros, o Estado refinancia as dívidas e cria mais uma fonte de renda para os clubes. Os clubes ficam com 22% do total da arrecadação da Timemania (11.345/2006), ainda têm 3% que são destinados ao Ministério do Esporte para aplicação em programas esportivos. Além disso, no mesmo ano, o Estado cria a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) que, no caso dos clubes de futebol serve para estruturar as categorias de base com equipamentos e centros de treinamento³⁷⁶.

Destaca-se que os ordenamentos destinados às questões das finanças do futebol nacional ocupam um lugar privilegiado nos debates do Congresso Nacional, sendo aquelas mais presentes ao longo da normatização do futebol no país. Isso pode ser confirmado com o Gráfico 23 que apresenta os principais temas da legislação sobre futebol no Brasil.

Gráfico 23. Temas privilegiados da legislação sobre o futebol.



Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Elaboração dos autores (2016).

Sem dúvida, o tema das finanças foi aquele mais presente nos últimos. O socorro do Estado ocorreu por meio de refinanciamento de dívidas – o primeiro ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) – Lei nº 9.964/2000, já nos governos Lula e Dilma foram garantidos incentivos fiscais, alongamento das dívidas e criação de loterias, em 2007 foi a Timemania e, em 2015, a Lotex.

³⁷⁶ O Ministro do Esporte participou da inauguração do Centro de Treinamento do Criciúma Esporte Clube. “O complexo, que teve parte de sua estrutura construída por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, possui seis campos de futebol, alojamento para 100 atletas, um pequeno estádio para partidas oficiais dos times da base, tudo distribuído em um terreno de 108 mil metros quadrados”. Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58248-aviso-de-pauta-ministro-do-esporte-inaugura-centro-de-treinamento-do-criciuma>. Acesso em: 03 jun. 2018.

A Timemania, além de garantir recursos para os clubes, também alongou o pagamento das dívidas, com mais um refinanciamento. Porém, a previsão de arrecadação com essa loteria ficou quase cinco vezes menor do que o previsto e os clubes continuaram aumentando ano após ano as suas dívidas (MATIAS, 2013). Em 2015, enquanto o débito dos 20 maiores clubes do Brasil ficou superior a R\$ 6,3 bilhões³⁷⁷ a Timemania rendeu no mesmo ano cerca de R\$ 200 milhões, o que representa apenas 7% da arrecadação desses clubes e pouco mais de 3% da dívida deles³⁷⁸. Registra-se que a média anual da Timemania é de R\$ 125 milhões, sendo que a expectativa do governo era de R\$ 500 milhões a cada ano. O valor arrecadado é destinado aos 80 clubes participantes.

Diante desse cenário, os mesmos grupos de pressão (CBF, federações e clubes) que atuaram junto ao governo para criar a Timemania mais uma vez trabalharam com o executivo e o parlamento para obterem ajuda. Nesse sentido, o governo federal sancionou em 2015 o Programa de Modernização e Responsabilidade Fiscal do Futebol (PROFUT), Lei nº 13.155. Com ele o Estado atua em duas frentes: 1) A medida busca garantir a sobrevivência dos clubes com diminuição, perdão, alongamento da dívida e a criação da Lotex³⁷⁹; 2) Profissionalizar a gestão dos clubes e entidades de administração do futebol, com transparência, democracia nas eleições dos dirigentes e equilíbrio nas contas. A adesão dos principais clubes ao PROFUT (111 ao todo, 17 da série A) indica que eles deverão cortar gastos, profissionalizar a gestão e democratizar o seu sistema eleitoral. O mesmo vale para todas as instituições que recebem recursos públicos. Para acompanhar isso, o governo federal criou a Autoridade Pública de Governança do Futebol- APFUT (Decreto nº 8.642/2016).

Destaca-se que com o PROFUT a expectativa governamental é equiparar a estrutura da produção do nosso futebol com aquilo que há de mais desenvolvido no mundo. No entanto, questiona-se: se resolvidos os problemas de gestão com o PROFUT passaríamos de fato a compor o primeiro mundo do futebol mundializado? Isso por si só vai atrair capital e deixar o mercado atrativo? É possível ser dominante em um setor da economia, caso do futebol e dependente nos outros? E, o melhor caminho é realmente esse, ou seja: seguir a tendência mundial de modernização via mercado?

³⁷⁷ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/os-numeros-escondidos-dos-balancos-dos-clubes/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

³⁷⁸ Os dados sobre o montante e a distribuição dos recursos entre os clubes do período de 2008 a 2017 podem ser encontrados em: <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>. Acesso em: 03 jun. 2018.

³⁷⁹ A Lotex foi regulamentada no dia 03/04/2018 por meio do Decreto nº 9.327. A referida loteria que será uma raspadinha repassa 2,7% de toda a arrecadação para os clubes de futebol, 10% para o Ministério do Esporte investir na iniciação esportiva, 3% para o Fundo Nacional Penitenciário, 1% para Seguridade Social 18,3% para despesas e 65% para a premiação.

O segundo tema mais abordado pela legislação foi quanto às normas destinadas à realização da Copa das Confederações de futebol em 2013 e a Copa do Mundo 2014. Nos últimos anos os picos na produção legislativa, especialmente em 2010 e 2011, são consequências da influência dessas competições que ocorreram no Brasil.

A atuação do Poder Legislativo e Executivo foi no sentido de atender às exigências estabelecidas pela FIFA para que o país sediasse esses eventos. Um exemplo de concessão aplicada pelo Estado brasileiro em sua legislação diz respeito ao Estatuto do Torcedor (Lei 10.671 de 15 de maio de 2003) que, no seu artigo 13-A, inciso II, prevê as condições para a permanência do torcedor dentro dos estádios. Entre as condições mínimas, estabelece: “não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência” (BRASIL, 2003). Contudo, a Lei Geral da Copa suprimiu temporariamente o artigo supracitado, tendo em vista atender aos acordos da FIFA com a InBev.

Outra medida questionável adotada pelo governo foi a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) no setor público, aprovado em 2011 pelo Congresso Nacional. O RDC flexibiliza a Lei nº 8.666/1993, nos processos de licitações e licenciamento das obras para os megaeventos esportivos, o que pode acarretar ainda mais fragilidade na execução e fiscalização do uso dos recursos públicos.

A esse conjunto de legislações ainda contam com leis estaduais próprias para os megaeventos, sejam leis de segurança, sejam leis de isenções, sejam leis de restrição territorial, enfim, normas que não estão de acordo com o ordenamento existente no país.

A terceira temática é a regulamentação das relações entre clube e jogador e os direitos previdenciários dos atletas, ao todo somam sete documentos. Essa temática reflete o processo de adequação da legislação nacional àquela praticada nos grandes centros do futebol e nos demais setores trabalhistas do Brasil.

Na sequência seguem as normatizações sobre a gestão futebol, tanto governamental, por exemplo, a criação da Secretaria Nacional do Futebol e Defesa do Torcedor em 2012 (Decreto 7.784/2012), quanto sobre a gestão das entidades de administração e prática do futebol (por exemplo: Decreto nº 3.944/2001).

Por fim, destacamos a temática da infraestrutura e segurança, que se refere à cessão de terrenos públicos para os clubes (exemplo: Decreto 3.130/1941) e da proteção ao consumidor de futebol, que aborda principalmente questões relacionadas à segurança nos estádios (exemplo: Decreto 6.795/2009).

Registra-se que, como o Decreto nº 3.199/1941, a Lei nº 6.251/1975, a Lei nº 8.672/1993 e a Lei nº 9.615/1998 dispõem sobre questões gerais sobre o esporte, ainda que as duas últimas tenham centralidade o futebol, preferimos não alinhá-las a uma categoria. O que chama atenção nelas é que o Decreto e a primeira Lei geral do esporte foram elaborados em períodos ditatoriais, sob forte intervenção da sociedade política na sociedade civil, o que refletiu diretamente nos textos dessas leis. Já a Lei Zico e a Lei Pelé foram produzidas na década de 1990, com o Brasil já sob uma democracia representativa e sob o controle de um bloco de poder dominado pela fração financeira da burguesia, o que refletiu nessas legislações, com um discurso da necessidade da modernização/mercantilização das estruturas do futebol nacional.

Vale mencionar que as legislações apresentadas não tratam da garantia do acesso à prática do futebol como um direito, pelo contrário, o que se observou, principalmente, nos últimos anos foi uma preocupação com a criação das condições para um consumo mais qualificado e intenso dos espetáculos, das competições, das marcas e dos demais produtos em torno do futebol. A busca de melhoria nos padrões de produção do futebol brasileiro para que ele possa concorrer nos mesmos patamares daquilo produzido na Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália não é com a perspectiva da democratização, mas na possibilidade de geração de mais capital para quem investe. A lógica tendencial de mundialização da produção do futebol como uma mercadoria reflete diretamente na nossa legislação e na atração de grandes competições e espetáculos como foi a Copa do Mundo de 2014.

Para concluir esse tópico é importante refletir um pouco mais sobre as medidas mais recentes, especificamente acerca do PROFUT (lei nº 13.155/2015) que surge no sentido de superar a “aguda adversidade econômica [dos clubes de futebol do Brasil], fruto da combinação de anacrônica estrutura gerencial, gestão pouco profissionalizada, ausência de mecanismos de transparência e responsabilização”³⁸⁰.

A ex-presidente Dilma Rousseff ao encaminhar a Medida Provisória (MP) nº 671/2015 do PROFUT ao Congresso Nacional disse que o futuro do futebol nacional passava pela aprovação daquela norma e que o país está lutando e “[...] não é de hoje, para que se ofereça

³⁸⁰A exposição dos Motivos (EM Interministerial nº 00009/2015/ME/MF/AGU) encaminhada à Ex-presidente Dilma Rousseff pelo Grupo de Trabalho que construiu o texto do PROFUT, que posteriormente foi enviado ao Congresso Nacional. Ela pode ser encontrada em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2015/medidaprovisoria-671-19-marco-2015-780309-exposicaodemotivos-146445-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

ao Brasil uma lei estruturante para o futebol, que permita aos clubes sair do atoleiro financeiro e que, ao mesmo tempo, imponha aos clubes muitas obrigações de responsabilidade fiscal”³⁸¹.

A expectativa governamental com a lei é de segurar os “artistas” e exportar o espetáculo. Para tanto, como dissemos, propôs um refinanciamento dos débitos com a União e medidas administrativas para clubes e entidades de administração do futebol, conforme “experiências empresariais e nos melhores exemplos do futebol internacional”³⁸².

Para acelerar a transformação dos clubes brasileiros em empresas ao longo da tramitação da MP do PROFUT foi aprovada pelos parlamentares a criação de incentivos fiscais para os clubes que adotassem o modelo de sociedade anônima, porém, o texto foi vetado pelo Executivo, não por discordar da essência da proposta, mas por não ter estudos sobre os impactos no orçamento federal de tais benefícios³⁸³.

A tentativa de disponibilizar vantagens para os clubes adotarem o modelo de sociedade empresária voltou ao Congresso Nacional menos de um ano depois de ser vetada pela ex-presidente. O deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) que criticou o governo logo após o veto, apresentou o projeto de Lei nº 5.082/2016, que cria a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Mais uma vez, de acordo com o parlamentar, essa é uma medida que ajuda dinamizar as receitas dos clubes.

De acordo com o projeto, os clubes podem definir o modelo de SAF que desejam constituir, sendo: a) formar uma empresa; b) comercialização de ações, tendo os sócios majoritários ou minoritários; c) constituição de SAF e abertura de capital.

Outra tentativa que também caminha na mesma direção é a proposta de criação da Sociedade Anônima Esportiva (SAE) que consta no anteprojeto de Lei Geral do Esporte Brasileiro. Esse anteprojeto é objeto da Comissão de Juristas formada em outubro de 2015 pelo ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB). No geral, o texto é semelhante ao projeto que cria a SAF.

A tramitação de tais medidas vai demorar um tempo para ter um desfecho. De todo modo, fica evidente que esse é um movimento perene de setores do mercado que tentam ampliar a sua penetração na organização do futebol brasileiro.

³⁸¹ Informação disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/483984-GOVERNO-EDITA-MP-SOBRE-RENEGOCIACAO-DE-DIVIDAS-DOS-CLUBES-DE-FUTEBOL.html>.

Acesso em: 10 abr. 2017.

³⁸² A exposição dos Motivos (EM Interministerial nº 00009/2015/ME/MF/AGU) pode ser encontrada em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2015/medidaprovisoria-671-19-marco-2015-780309-exposicaodemotivos-146445-pe.html>. Acesso em: 05 jun.2017.

³⁸³ Informação disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13155-4-agosto-2015-781342-veto-147740-pl.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Por fim, registra-se que o texto sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff e mantido pelo Congresso Nacional autorizou o refinanciamento das dívidas dos clubes em 240 vezes, de acordo com a taxa Selic; Criou uma nova loteria que foi regulamentada, limitou os gastos dos clubes com salários e direitos de imagem de atletas a 80%, sendo acompanhado pela APFUT; Eles terão que apresentar a Certidão Negativa de Débitos à Receita Federal para disputar competições, podendo ser rebaixados de divisão; Eles estão proibidos de antecipar receitas (como de televisão), devem ter conselhos fiscais independentes. Além disso, todos dirigentes de entidades de prática e administração esportiva podem ter mandatos de quatro anos com apenas uma reeleição, podendo ter punição caso pratiquem atos de gestão temerária.

A materialização dessa norma, a reação dos dirigentes de clubes, CBF e federações é algo que precisa ser analisado nos próximos anos. O fato concreto, como anunciam Matias e Mascarenhas (2019, *no prelo*), é que o PROFUT é produto do seu momento histórico, da correlação de forças dos grupos de pressão de sua época, sendo o reflexo daquilo que se faz nos centros da produção do espetáculo do futebol na Europa. Ele, resultado de uma série de interesses corporativos que cimentam e pretendem aprofundar as relações mercantis na organização do futebol brasileiro. Trata-se de uma continuidade do movimento de abertura da produção do futebol para o mercado do início da década de 1980 e principalmente dos ordenamentos legais da década seguinte e do Estatuto do Torcedor e da Timemania já nos anos 2000.

Após apresentarmos esse panorama da base legal o próximo passo é conhecer a estrutura, a organização e a situação das entidades de administração e prática do futebol. Assim, no capítulo seguinte vamos analisar o futebol nacional olhando para os agentes envolvidos: CBF, federações e clubes.

CAPÍTULO 7

A ESTRUTURA E O “LUGAR” DO BRASIL NO MERCADO-MUNDO DO FUTEBOL DE ESPETÁCULO

Em cada país ou território independente a FIFA reconhece uma associação responsável por “guardar” e disseminar a prática profissional e não profissional do futebol. Essa associação é vinculada à Confederação continental e ao Comitê Olímpico do seu país. Elas são entidades de direito privado, sem fins lucrativos e possuem autonomia de funcionamento em relação aos estados-nação. Assim, qualquer intervenção estatal é duramente reprimida pela FIFA, inclusive com suspensão da participação de clubes e da seleção nacional em competições internacionais.

No Brasil é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com sede em um luxuoso edifício na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, que é responsável pela modalidade no país e coordena todas as representações dos clubes e das seleções (principal masculina e feminina e de base) nas competições internacionais, bem como representa o país nas assembleias realizadas pela FIFA e pela CONMEMBOL.

Diante das dimensões continentais e as relações historicamente estabelecidas entre futebol e política relatadas no tópico anterior temos vinculadas à CBF as 27 federações estaduais. Tais federações possuem estatutos próprios, o que garante uma autonomia relativa em relação à Confederação para organizar a modalidade nos estados e DF, para realizar eventos e filiar clubes. Ressalta-se que as federações não possuem nenhuma responsabilidade sobre as questões financeiras e outros compromissos assumidos pela CBF e, da mesma forma, a CBF em relação às federações.

De forma subordinada à CBF e às federações estão as associações e ligas municipais, os clubes e os atletas que completam a organização do futebol nacional. Além disso, no caso do Brasil, os governos municipais, estaduais e federal também promovem ações de massificação ou democratização da prática do futebol, assim como estabelecem parcerias e normas de financiamento da modalidade. Porém, a organização dos clubes, da seleção nacional e das competições são válidas para o “sistema FIFA” apenas aquelas chanceladas pela CBF.

No que se refere ao marco legal, a Constituição de 1988 garantiu às entidades esportivas a autonomia administrativa e financeira em relação ao Estado. As mudanças sequentes na legislação desde então não alteraram esse princípio.

O fato concreto é que o futebol no interior do “sistema FIFA” é regido no Brasil pela CBF e pelas federações. Desse modo, neste capítulo vamos conhecer um pouco mais do

funcionamento das entidades de administração do futebol brasileiro, a história, as finanças e a gestão, bem como a situação do clubismo do país. As características deles, os aspectos históricos, as finanças e a situação administrativa.

Por fim, diante do cenário traçado do Futebol de Espetáculo no mundo, sobretudo nas ligas centrais, e, também do Brasil, refletimos sobre a relação entre centro e periferia e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola.

7.1- CBD, CBF e a organização do futebol brasileiro.

Destaca-se que as primeiras competições de clubes brasileiros são anteriores à criação de uma entidade nacional para cuidar do futebol. As primeiras ligas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram organizadas pelos clubes e não tinham uma chancela nacional. Somente em 1916 é criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), responsável por todos os esportes, especialmente pelo futebol no país.

Sarmiento (2006) narra os intensos embates nos bastidores do futebol brasileiro no início do século para a criação e a consolidação de uma entidade representante do futebol nacional. Os conflitos ocorrem pelas cisões entre grupos dirigentes desse esporte no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro que disputavam o controle da modalidade no país. Os dois estados que polarizavam o futebol naquela época articularam com outras entidades de outros estados e criaram federações para assumir o controle do esporte nacional, no entanto, nenhum pedido de reconhecimento encaminhado à FIFA foi aceito. O impasse chegou ao fim depois que o ministro das relações exteriores do Brasil, em junho de 1916, chamou todos os representantes de entidades do país e construiu um consenso em torno da criação da CBD.

Em 1923, a FIFA admite de forma definitiva a CBD como única representante do futebol nacional, porém isso não significou o arrefecimento das disputas entre seus dirigentes e membros de entidades estaduais, bem como entre os representantes de diferentes entidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Enquanto isso, nos gramados o país já contava com grandes atletas que se destacavam nos campeonatos, inclusive no brasileiro de seleções estaduais, promovido pela CBD. Registra-se que a popularidade desta competição contrastava com a dificuldade da entidade em organizar uma competição nacional em um país continental, com graves problemas estruturais.

Além dessa dificuldade, a entidade enfrentava naquela época outra discussão importante sobre a profissionalização dos atletas, pois, aumentava nos clubes a presença de

jogadores “remunerados”. Assim, apesar da velha aristocracia que dirigia o futebol nacional defender a prática amadora, a realidade caminhava para uma nova direção.

Mas não somente de problemas internos vivia o futebol brasileiro, o cenário internacional também era conturbado. A situação se agrava em 1927 com o desligamento da CBD da CONMEBOL, após a entidade continental retirar do Brasil a sede do sul-americano de 1928 e passar para o Chile.

A retaliação da CBD dificultava a participação da seleção nacional na primeira Copa do Mundo, em 1930, que ocorreu justamente em um país sul-americano, Uruguai. Todavia, Sarmiento (2006) relata que dois anos depois as relações com a CONMEMBOL são reconstruídas e a CBD apoia a realização da Copa do Mundo no Uruguai.

Nesse sentido, o desafio seguinte seria montar uma equipe nacional para participar da competição. Os dirigentes da CBD defensores do amadorismo e em conflito com as entidades paulistas improvisam um grupo de atletas, com apenas um paulista, sem contrato de trabalho e diversos atletas amadores do Rio de Janeiro. O fracasso da seleção era evidente mesmo antes do mundial.

Nos anos seguintes a discussão central sobre o futebol no país foi sobre a profissionalização dos atletas, uma realidade presente na Europa e nos vizinhos sul-americanos, que captavam cada vez mais os principais jogadores brasileiros, porém, sem qualquer movimentação da CBD em direção a aceitar a nova realidade. A direção da entidade continuava a defender o amadorismo, mesmo sob pressão de dirigentes de clubes e entidades, especialmente as paulistas.

Diante desse cenário surge mais um problema para a gestão do futebol brasileiro em 1933. Em agosto desse ano é criada a Federação Brasileira de Futebol (FBF), entidade nacional que logo se consolida pela defesa do profissionalismo e a criação do torneio Rio-São Paulo.

Como forma de combater a nova entidade a CBD cria em São Paulo a Federação Paulista de Futebol (FPF) e atua junto a FIFA para impedir a filiação da FBF. Destaca-se que a criação da FPF era para atrair os grandes clubes paulistas contrários à lógica profissional defendida pela FBF, que tinha sua sustentação política justamente nos clubes do estado mais rico do país (SANTOS, 2006).

Entretanto, a profissionalização ganha espaço entre os clubes e as mudanças na legislação trabalhista promovida pelo governo não deixava dúvida que a era do amadorismo entre os atletas e clubes estava chegando ao fim. As competições com atletas profissionais da

FBF atraíam bem mais público e renda, diferentemente das competições amadoras promovidas pela CBD.

Registra-se que nos anos 1930 a situação financeira da CBD permanecia ruim, sendo que as competições com clubes e seleções estaduais amadoras também não eram rentáveis. Além disso, com os eventos com atletas profissionais promovidos pela FBF os campeonatos da CBD foram esvaziados (SOUZA, 2008).

Assim, o futebol brasileiro convivia com duas entidades na direção da modalidade. A CBD que defendia os princípios do amadorismo e tinha a chancela da FIFA, porém, com bem menos poder no país. Já a FBF reunia os principais clubes do Brasil e acompanhava as mudanças na legislação nacional reconhecendo a atividade profissional dos futebolistas. Sobre isso Sarmiento (2006, p. 53) diz que:

A dualidade trazida pela coexistência das duas entidades, símbolos evidentes de dois universos esportivos não-complementares, que postulavam cada um por seu lado a hegemonia institucional, estabelecia um ambiente de completa desregulamentação das relações desportivas. Os efeitos desse impasse influenciaram a preparação do selecionado nacional que disputaria a segunda edição da Copa do Mundo da FIFA, a ser realizada na Itália.

O cenário político brasileiro era totalmente oposto ao que estava ocorrendo no futebol, ou seja, a descentralização, a dualidade de poder e a defesa do amadorismo, caso específico da CBD. Assim, com uma forte atuação estatal, a partir de 1935 inicia uma significativa mudança na condução do esporte, especialmente do futebol brasileiro. A eleição de Luís Aranha para a CBD, um aliado direto do governo Vargas, começou o movimento de unificação e centralização da direção do esporte nacional. Apesar de defender a existência de federações específicas para cada modalidade, Aranha entendeu que o melhor caminho para a organização do esporte no país naquele momento era a centralização do poder, por isso, em 1937 articulou junto ao Estado a filiação da FBF à CBD. Da mesma forma reconheceu a profissionalização dos atletas de futebol, o que significava o fim na relação amadora entre clube e atleta³⁸⁴.

A relação corporativista do Estado com o esporte, sobretudo com o futebol é materializado em 1941 com o Decreto nº 3.199, especialmente com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND). Por meio desse Conselho o Estado passou a controlar todas as

³⁸⁴ Luís Aranha teve uma forte atuação política nos anos 1920 e 1930 e administrou a CBD de 1936 a 1943, tendo um importante papel no alinhamento da entidade com o Estado e também na disseminação do profissionalismo entre os atletas. Mais informações em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARANHA,%20Lu%C3%ADs.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ações no campo esportivo, colocando um fim nas disputas entre os dirigentes pelo comando do esporte nacional. Inclusive o presidente da CBD, Luís Aranha também era o diretor do CND.

Nos anos seguintes a CBD atuou diretamente alinhada aos interesses estatais, principalmente no futebol. A entidade mesmo com sérios problemas financeiros esteve na linha de frente na realização da Copa do Mundo de 1950, organizou diversos campeonatos de seleções estaduais e competições sul-americanas. A esperança do título em casa da Copa do Mundo de 1950 não se concretizou, porém, oito anos depois, com uma longa preparação da seleção nacional, finalmente o país venceu a sua primeira Copa.

A primeira conquista ocorre justamente no ano que chegou à direção da CBD João Havelange, futuro presidente da FIFA, que produziu significativas transformações no futebol mundial, na perspectiva de abertura para o mercado, assim como acumulou diversas denúncias de casos de corrupção no comando da entidade. Havelange foi ex-atleta de Polo Aquático e dirigente de esportes aquáticos. Ele assumiu a CBD em 14 de janeiro de 1958 e deixou a entidade em 10 de janeiro de 1975, quando já era presidente da FIFA.

Havelange manteve estreitos os laços entre a entidade e os dirigentes políticos do Brasil, a seleção nacional era símbolo do país e a cada conquista era utilizada politicamente pelos governantes. O mesmo ocorria com as conquistas internacionais dos clubes brasileiros. A relação com o Estado garantiu a Havelange poder e recursos para realizar investimentos nos diversos esportes amadores com a perspectiva de obter bons resultados nos Jogos Olímpicos.

As principais mudanças promovidas por Havelange na condução da CBD em relação ao futebol foi a criação de uma competição nacional em 1959, o embrião do campeonato brasileiro, além disso, começa a organizar um calendário nacional de competições dessa modalidade, inclusive juvenil.

A diversificação dos investimentos, o fortalecimento dos clubes, as conquistas internacionais em diversos esportes e a conquista da Copa do Mundo de 1962, sem contar a relação umbilical com os dirigentes políticos consolida ano após ano o poder de Havelange na CBD. Isso ocorre mesmo em um cenário de crise na arrecadação da entidade, uma vez que, nem o sucesso da seleção em 1962 significou aumento de receitas (SOUZA, 2008).

Da mesma forma, apesar da consolidação da competição nacional de clubes, o retorno para o caixa da CBD não permitia extravagância no uso de recursos. Assim, a entidade mais uma vez vivia com dificuldades financeiras e dependia de empréstimos, venda de imóveis e amistosos da seleção para continuar com as atividades (SARMENTO, 2006).

Uma das últimas tacadas de sucesso de João Havelange na condução da CBD foi a conquista da Copa do Mundo de 1970 pela seleção brasileira. A brilhante seleção de 1970 garantiu a Havelange o apoio dos militares, afinal, a conquista brasileira rendeu aos ditadores a promoção do regime internamente e no exterior.

Em 13 anos [1958-1971], a CBD havia conseguido mudar radicalmente sua imagem institucional, tanto interna quanto externamente. Devido à primazia do futebol na hierarquia das prioridades da Confederação desde a época da fundação, era essa modalidade o principal testemunho do acerto das iniciativas tomadas. De um desempenho internacional associado ao fracasso, ao desequilíbrio e à fragilidade, até a imagem vitoriosa de tricampeões mundiais, um longo percurso havia sido percorrido – um percurso cujo norte fora a constante reafirmação de valores ligados à organização e à racionalização dos processos. A avaliação positiva dos resultados alcançados se aplicava tanto à entidade quanto à figura do presidente João Havelange, que, no imaginário coletivo, era o elemento galvanizador das mudanças. Selada a conquista, novas perspectivas se apresentavam, tanto para a instituição quanto para o homem que a presidia (SARMENTO, 2006, p. 134).

Havelange esteve à frente da CBD quando foi criada a Taça Brasil, a loteria esportiva e também o campeonato brasileiro em 1971. Obviamente que tudo isso alinhando aos ditadores que conduziram o país à época. No caso da competição nacional, como já citamos, foi bem vista pelos militares por também poder utilizar a estrutura da CBD para fazer propaganda do regime e promover a integração nacional, com a presença de clubes de todas as regiões em uma competição.

Destaca-se que Havelange sempre foi um homem do governo, seja no breve regime democrático ou durante a ditadura militar. Aliás, a CBD desde a primeira passagem de Getúlio Vargas sempre teve seus dirigentes ligados ao Estado³⁸⁵. A parceria entre futebol e política sempre teve fortes laços no Brasil.

A imagem de Havelange como gestor eficiente foi materializada em votos em 1974 para a direção da FIFA. O único não europeu a dirigir a FIFA até o momento buscou votos na periferia do futebol mundial, prometendo espaço, poder e dinheiro para além das fronteiras da Europa. Ele viajou para 86 países com propostas de descentralizar a FIFA e suas competições.

Os recursos da campanha de Havelange vieram de desvio de dinheiro da CBD, de uma empresa de produtos químicos e metalúrgicos e da venda de explosivos e minas em que ele

³⁸⁵ Para conhecer todos os ex-presidentes da CBD e também da CBF recomendamos consultar o seguinte site: http://www.espn.com.br/blogs/celsounzelte/246714_todos-os-homens-da-cbdcfb. Acesso em: 05 jun. 2018.

era sócio³⁸⁶. Ali já ficava evidente a linha de gestão de Havelange na FIFA, afinal sua campanha foi bancada por meio de “desvio de dinheiro de uma empresa privada e apropriação de fundos de uma entidade pública como era a CBD” (AGUILLAR, 2015, p. 156).

Havelange deixa a CBD no início de 1975 e a entidade começa um período de transição em busca de “saúde” financeira, porém, sem largar as relações com o Estado. Em 1979, por pressão da FIFA e também por uma necessidade de fortalecer outros esportes, o CND autoriza a criação de diversas confederações esportivas, no caso do futebol surge a CBF.

Entre a saída de Havelange em 1975 e a chegada de Ricardo Teixeira, que por muito tempo foi genro do mandatário da FIFA, a administração do futebol brasileiro sofreu oscilações e pressão dos clubes. Entre 1975 e 1989 foram três dirigentes, porém, poucas alterações ocorreram na condução do futebol brasileiro. Um legado desse período, que cabe um registro, é a aquisição, em 1978, da Granja Comary no Rio de Janeiro, que conta com 150 mil metros quadrados e serve de local de treinamento e concentração da seleção principal masculina, feminina e das seleções de base.

Ao longo dos anos 1980, com a situação de crise econômica e política do país, os clubes passavam por mais uma forte crise econômica e cobravam mais espaço nas decisões das federações e da CBF (principalmente com a criação do Clube dos 13 em 1987). Assim, diante das pressões dos clubes a CBF tinha necessidade de ampliar as receitas e fortalecer os clubes nacionais. Para tanto foi necessário estabelecer parcerias com o setor privado, com emissoras de televisão e realizar ajustes no calendário de competições. Sarmento (2006, p. 161) faz um breve resumo desse período:

Clubes e federações estaduais reclamavam da falta de um calendário e de um sistema mais equitativo de repasse de recursos. A representatividade do futebol brasileiro, apesar das boas colocações obtidas nas categorias juvenil e olímpica, vinha decaindo a cada ciclo de quatro anos. Além disso, questões previdenciárias representavam um risco constante de intervenção federal nos clubes e federações.

A partir de 1988 as entidades de prática e administração conquistam a autonomia em relação ao Estado, tendo assim, mais liberdade de atuação, mas o cenário futebolístico brasileiro requeria mudanças e Havelange, apesar de fisicamente distante, continuava influenciando nos bastidores. Em 1989, com discurso de modernização e empresarial assume o comando da CBF Ricardo Teixeira. Ele comandará a entidade por 23 anos, superando seu

³⁸⁶ Aguillar (2015) relata que a empresa servia para lavar dinheiro de pessoas ligadas a ditadura portuguesa que transitava por bancos nos EUA e entrava no Brasil por meio da Orwec.

ex-sogro em longevidade no comando de uma entidade esportiva no Brasil e acumulando da mesma forma que ele diversos escândalos e investigações criminais.

Sob o comando de Teixeira, a seleção principal conquistou dois títulos mundiais (1994 e 2002), as categorias de base também se destacaram nas competições internacionais (no período de Ricardo Teixeira foram 3 títulos mundiais sub 20- 1993, 2003 e 2011 e três sub 17, sendo: 1997, 1999 e 2003).

No que se refere aos acontecimentos fora de campo, Ricardo Teixeira atuou diretamente no mercado buscando parceiros para o seu projeto de desenvolvimento do futebol brasileiro. Assim, em pouco tempo os acordos com grandes empresas multiplicaram as receitas da CBF, bem como a comercialização dos direitos de transmissão dos jogos da seleção brasileira também contribuiu para o fortalecimento da instituição. No campo das relações comerciais é importante mencionar os acordos contínuos entre os dirigentes da CBF e a Rede Globo que possui exclusividade sobre todas as ações da seleção brasileira. A parceria rende muito dinheiro para ambas mesmo nos períodos de recessão econômica³⁸⁷.

Destaca-se que, apesar das idas e vindas, ao longo dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000, a entidade conseguiu fomentar um calendário para o futebol brasileiro, inclusive um campeonato nacional. Por outro lado, a situação financeira das federações e dos clubes continua delicada, apesar de sucesso pontual de algumas equipes.

No que se refere às relações com o Estado, diante da pressão do Poder Executivo por profissionalização, transparência e democracia na administração do futebol nacional, desde os anos 1990 a CBF e as federações buscaram fortalecer seus laços com os representantes do Poder Legislativo, formando uma “bancada da bola” ou da “bancada da CBF” como denomina o Senador Romário (FARIA, 2017). Isso ocorre por meio da eleição de membros dessas entidades, federações e clubes ou de parlamentares financiados e ligados à entidade, ou ainda, pela atração por meio da oferta de cargos na CBF e viagens para acompanhar os jogos da seleção. Assim, a entidade estabeleceu no Congresso Nacional um polo de resistência às investidas do Poder Executivo no futebol e, mesmo quando representantes do Poder Legislativo tentaram investigar as diversas denúncias contra gestores do futebol nacional, a “bancada da bola” atuou fortemente para impedir o andamento do processo ou para modificar o seu resultado (BELMAR, 2016).

³⁸⁷ Informação disponível em: <http://esportes.r7.com/blogs/cosme-rimoli/relacao-intima-entre-globo-e-cbf-azeda-motivo-fracasso-da-audiencia-sadia-e-casas-bahia-desistem-de-pagar-r-566-milhoes-pelo-futebol-em-2017-a-emissora-busca-desesperada-dois-novos-patrocinador-07112016/>. Acesso em: 05 jun. 2018.

A renúncia de Ricardo de Teixeira da CBF em 2012, após diversos escândalos de corrupção, não significou o fim do seu grupo político no controle da entidade. Desde então dirigentes ligados ao “velho” comandante controlam a Confederação, sendo que o primeiro, José Maria Marin, que assumiu na sequência de Teixeira deixou o cargo em 2015 também por causa de corrupção, o substituto Marco Polo Del Nero também saiu em 2018 pelo mesmo motivo, sendo banido pela FIFA. Entre 2015 e 2018 o Comandante Nunes passou pelo cargo durante dois momentos em que Marco Polo Del Nero esteve suspenso. Até o fim de 2018 ele conduz a entidade que, na sequência, terá como presidente o Rogério Caboclo, do mesmo grupo dos outros dirigentes, eleito sem concorrente ao cargo no início de 2018.

Quanto à atuação da CBF nos dias atuais, além de administrar tudo que se refere às seleções brasileiras (masculina e feminina) em todas as categorias, a entidade também controla todo o futebol nacional, inclusive os eventos. Nada ocorre no país sem a chancela da entidade e quando há algo novo sofre diretamente pressão e resistência da CBF. Um exemplo claro disso foi a tentativa dos clubes da região sul e de Minas Gerais de criar uma liga independente da CBF- a primeira liga. A competição ocorreu em dois anos com pouca visibilidade e no terceiro foi extinta.

Observa-se que a CBF comanda o futebol nacional que, de acordo com o balanço divulgado em dezembro de 2017 pela entidade, o país possuía 722 clubes filiados às 27 federações, todos aptos a disputar as competições estaduais, regionais e nacionais, conforme os critérios técnicos estabelecidos nos regulamentos. Contudo, ao levantarmos a relação dos clubes nos sítios eletrônicos das federações, constam 860. De todo modo, menos de 20% participam das competições nacionais, no caso do campeonato brasileiro, nas quatro divisões, por exemplo, são apenas 128 clubes, da Copa do Brasil, são 91. Além disso, cerca de 40 a 45 equipes, no máximo, possuem um calendário anual, a maioria encerra as atividades ainda no quarto mês do ano. Isso inclui aqueles que participam das competições femininas e das categorias de base.

No que se refere às competições, vale salientar que ao todo a entidade realiza 13 eventos, sendo o Campeonato Brasileiro masculino com 4 divisões e a Copa do Brasil os mais importantes e movimentam mais dinheiro. Sobre isso, é importante salientar que diferentemente do que ocorre nos centros do futebol mundial em que a Associação nacional é responsável apenas pela representação do país nas competições internacionais ou, no máximo, por realizar as competições de mata-mata como a Copa do Brasil, no Brasil é a CBF que controla todo o calendário nacional.

Além de realizar as competições, a entidade é responsável pelo regulamento e pelo cadastro dos intermediários, pela condução da arbitragem no Brasil, pelo registro e o controle das transferências dos atletas, pela emissão do certificado do clube formador entre outras atividades.

Além disso, a entidade desenvolve alguns projetos pontuais de desenvolvimento do futebol nacional como o CBF Social – que, a partir das atividades futebolísticas, a entidade realiza ações esporádicas de conscientização social – e a CBF Academy – que foi criada em 2016 com intuito de ofertar aos atores envolvidos com o futebol cursos de formação continuada em diversos temas relacionados a modalidade.

Essas são as principais ações da entidade na atualidade, mas qual é a origem dos recursos da CBF para realizar suas atividades? Qual é o montante que a entidade arrecada anualmente? Qual é a destinação dos recursos? Quais são as prioridades? No tópico seguinte procuramos responder estas perguntas e localizar o “lugar” da nossa associação nacional em relação a outras entidades internacionais.

7.2- O “padrão” de arrecadação e gastos da CBF

O futebol brasileiro até 1979 estava sob a condução da CBD que foi criada em 1916. A partir do desmembramento da entidade, naquele ano, surge a CBF que desde então responde dentro do “sistema FIFA” pelo futebol profissional e não profissional no Brasil.

A CBD passou a maior parte da sua história com problemas financeiros, inclusive em diversos momentos dependendo de recursos públicos para desenvolver suas atividades. Afinal, apesar do reconhecimento internacional da marca “seleção brasileira”, com as conquistas em campo, isso não significou aumento das receitas (SARMENTO, 2006).

Essa realidade permanece durante os primeiros 10 anos da CBF e muda completamente depois com as transformações no mercado brasileiro e também com a chegada de Ricardo Teixeira. A abertura econômica no Brasil no início dos anos 1990, a conquista do Brasil da Copa do Mundo de 1994 e a atuação da direção da CBF no mercado alteram o padrão de receitas e gastos da CBF.

Nesse sentido, é importante destacar que uma das primeiras medidas do novo presidente da CBF, em 1989, é abrir mão de todo recurso de origem pública, inclusive da Loteria Federal. Isso segundo Faria (2017) foi uma medida para distanciar qualquer tentativa do Estado em querer acompanhar as finanças da CBF.

A estratégia do genro de João Havelange, à época, foi distanciar da fração da burguesia estatal e se aproximar de outras frações, como industrial, serviços e financeira –

material esportivo, empresas telefônicas, empresas aéreas, de cartão de crédito, instituições bancárias, entre outras. Assim, diferentemente de Havelange que buscou sustentar suas ações via Estado, Teixeira procura ter no mercado o avalista para sua manutenção e o controle oligárquico do futebol brasileiro.

A impulsão das parcerias com o setor privado ocorreu a partir da conquista da seleção brasileira do mundial de 1994 e por causa dos destaques individuais dos atletas brasileiros na Europa. A primeira grande parceria ocorreu em 1996 com a empresa de material esportivo Nike. O acordo fechado com a multinacional norte-americana foi feito diretamente pelo presidente da CBF, com a parceria de José Havilla – um antigo ator no campo do futebol que ganhava dinheiro com a intermediação de atletas e a compra e venda de direitos de transmissão de competições.

O valor do contrato foi de US\$ 160 milhões por dez anos, o maior existente no segmento naquele momento. O contrato é até hoje questionado pelos órgãos de justiça do Brasil e dos EUA e pela imprensa esportiva, pois, nos bastidores o valor foi bem superior e alimentou os negócios de Ricardo Teixeira e outros membros da CBF, bem como de José Havilla³⁸⁸. Além disso, o termo assinado garantia à Nike poder sobre as ações da CBF e da comissão técnica brasileira, inclusive impondo atletas nas convocações (REBELO; TORRES, 2001).

Nos anos seguintes outras grandes empresas também associaram sua imagem à marca da seleção brasileira, especialmente após a conquista da Copa de 2002. Atualmente, a CBF possui nove patrocinadores (Nike, Vivo, Banco Itaú, Mastercard, Ultrafarma, Gol, Guaraná Antártica, Cimed Genéricos e EF *English Live*) e três parceiros (Café Três Corações, TechonGym e StatSpots).

Observa-se que todas as marcas citadas anteriormente possuem atuação no mercado internacional, ou seja, são empresas multinacionais, ainda que algumas tenham DNA brasileiro, que procuram a seleção brasileira para destinar seu excedente econômico e expandir sua marca. Assim, ao relacionar o nome (fantasia) da empresa à imagem da seleção

³⁸⁸ José Havilla foi um dos delatores da investigação do FBI que começou em 2015 sobre o esquema de desvio de dinheiro de contrato de comercialização de direitos de transmissão de jogos de competições promovida pela CONMEMBOL. No caso específico do contrato entre a CBF e a Nike ele afirmou que recebeu da empresa pela negociação US\$ 30 milhões, sendo que repassou metade para Ricardo Teixeira. O mesmo padrão de negociação se repetiu no segundo contrato com a empresa em 2006. Além disso, ao fazer o contrato com a CBF a Nike estabeleceu uma série de exigências inclusive acerca de quem deveria ser convocado para os amistosos. Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2018/05/30/patrocinio-da-nike-a-cbf-tem-desvio-de-r-208-milhoes-em-comissoes/>. Acesso em: 09 jun. 2018. Para saber mais sobre os negócios de José Havilla e Ricardo Teixeira, recomendamos o livro “CBF-Nike” de Aldo Rebelo e Silvio Torres (2001), um produto da CPI com o mesmo nome instaurada na Câmara dos Deputados em 1999.

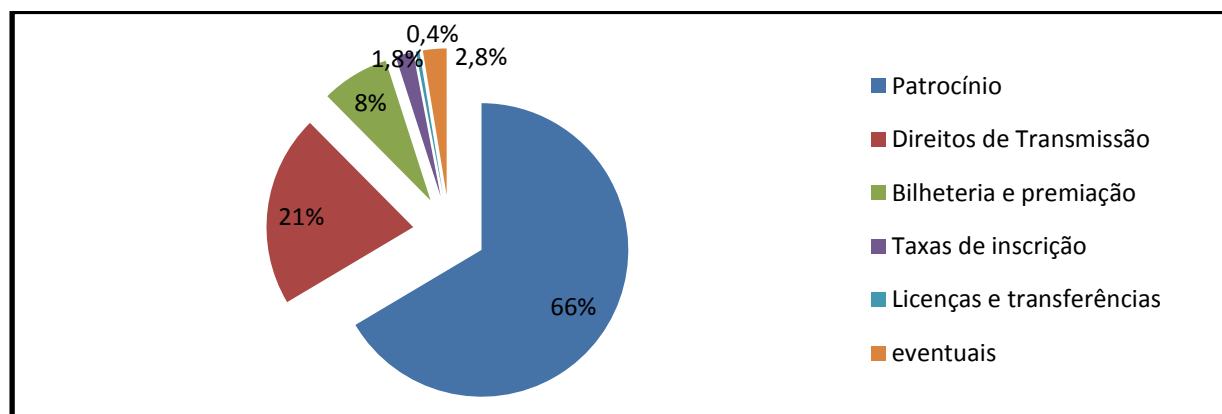
canarinho amplia a presença da marca no imaginário social (nacional e internacional) e, quiçá, provoca aumento nos rendimentos financeiros.

Portanto, essas empresas buscam a CBF para poder usar a imagem da seleção brasileira. Assim, diferentemente da FIFA, que possui uma competição como seu principal produto, a CBF tem a marca seleção brasileira como a “galinha dos ovos de ouro”, sendo que é a partir da comercialização dela que obtém 90% de suas receitas. Sem dúvida, como sinaliza Faria (2017, p. 46) a “seleção brasileira é, sim, uma poderosa ‘marca registrada’ de nosso país”, um ativo presente no mercado com apelo social, sendo desejada por “cartolas” e grandes empresas multinacionais.

A venda da marca seleção brasileira para multinacionais garante à CBF 66% de toda receita bruta da entidade. O inverso do que acontece com a maioria dos clubes de futebol e com a FIFA que possui na comercialização dos direitos de transmissão a principal fonte de arrecadação. No caso da FIFA cerca de 30% é de patrocínio, 50% de direitos de transmissão e 20% de outras fontes, como hospitalidade e bilheteria³⁸⁹.

O gráfico 24 apresenta a distribuição percentual de cada fonte na receita bruta da CBF nos anos de 2012 a 2017, justamente o período em que consta no *site* da entidade os balanços financeiros.

Gráfico 24: origem dos recursos da receita bruta da CBF no período de 2012 a 2017.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

O pico positivo da receita com os patrocínios ocorreu em 2016, com uma receita de R\$ 420 milhões; e a menor foi em 2012, cerca R\$ 313 milhões³⁹⁰, sendo que no período o valor chegou a quase R\$ 2 bilhões. Ressalta-se que no intervalo analisado, apenas em 2015 e 2017 que a arrecadação com patrocínio foi menor que o ano anterior, a queda foi motivada

³⁸⁹ Informação disponível em: <https://es.fifa.com/about-fifa/news/y=2018/m=3/news=la-fifa-supera-con-creces-el-presupuesto-de-2017-y-espera-mejorar-el-objetivo-de.html>. Acesso em: 17ago 2018.

³⁹⁰ Todos os valores que vamos trabalhar neste tópico foram corrigidos pelo IGP DI em 04/04/2018. Além disso, vale o registro que os dados referentes a CBF estão disponíveis a partir de 2013 no site da entidade. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/>. Acesso em: 01 abr. 2018.

especialmente pela saída de patrocinadores após os escândalos envolvendo dirigentes da CBF, inclusive com a prisão de José Maria Marin. “Primeiro, *Sadia, Gillette* e a *Seguros Unimed* deixaram de patrocinar a seleção. Já em fevereiro, a fabricante de pneus *Michelin* abandonou o barco, rompendo o contrato de cinco anos que havia firmado com a entidade brasileira em 2014”³⁹¹. Em 2016, o saldo positivo provavelmente seja em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos no Brasil com as parcerias eventuais realizadas pela CBF

Em 11 anos (2006 a 2017) o valor arrecadado pela entidade com patrocínio cresceu quase sete vezes. Em 2016 era R\$ 54 milhões e em 2017 foi de R\$ 353 milhões, sendo que em 2016 chegou a R\$ 410,9 milhões (valores não corrigidos). Até 2012 a Nike pagava quase o dobro da Vivo, Itaú e Ambev para ter sua marca associada à seleção brasileira (tabela 9). Entretanto, desde 2013 não é mais possível saber os valores dos contratos de cada empresa com a CBF, pois, a entidade não divulga mais as informações.

Tabela 9: empresas e valores destinados a CBF em 2011 e 2012 em milhões de reais.

Empresa	2012	2011
Nike	R\$ 61,7	R\$ 59,4
Banco Itaú	R\$ 30,1	R\$ 27,9
Vivo	R\$ 28,9	R\$ 24,3
AMBEV	R\$ 30,1	R\$ 24
Marfrig Alimentos	R\$ 18,3	R\$ 15,7
Globo comunicações	-	R\$ 15,6
Tam	R\$ 13,6	R\$ 13
Volkswagem	R\$ 11,0	R\$ 10,1
Procter & Gamble	R\$ 8,8	R\$ 8,3
DCSET marketing e esporte	R\$ 11,9	R\$ 8,0
Cia Brasileira Distribuidora	R\$ 10,1	R\$ 8,7
Parmigiani Fleurier	R\$ 1,8	R\$ 1,9
Chimica Baruel	R\$ 1,9	R\$ 1
Klefer produções	R\$ 0,7	R\$ 0,6
Mastercard	R\$ 6,1	-
Total	R\$ 23,5	R\$ 219,1

Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

³⁹¹Informação disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/595560_pos-7-a-1-e-debandada-de-parceiros-receita-de-patrocinos-da-cbf-cai-pela-1-vez-em-10-anos. Acesso em 10 jun. 2018.

A ausência de informações detalhadas a partir de 2013 sobre os valores destinados por cada patrocinador da CBF nos balanços financeiros coincide com o controle absoluto de José Maria Marin sobre as contas da entidade. De qualquer modo, fica evidente pelos dados de 2011 e 2012 que a Nike é a grande parceira da entidade, inclusive, sozinha, a empresa aloca mais recursos na CBF do que aquele que a entidade consegue com bilheteria, premiação e outras, as exceções são os recursos de patrocínio e direitos de transmissão.

Registra-se que nenhum clube do futebol brasileiro conseguiu algo próximo a isso com receitas de patrocínio. A média das equipes nacionais é de 15% ao ano. O Palmeiras que teve a maior arrecadação com *marketing* em 2017, cerca de R\$ 130 milhões obteve apenas 37% daquilo que a CBF conseguiu arrecadar com a mesma fonte. Na Europa, entre os 20 com as maiores receitas apenas, o Zenit possui um percentual maior que a CBF, cerca de 74% da arrecadação do clube é de *marketing*, porém, a maior parte do recurso é do próprio dono da equipe.

Na comparação com a FIFA a CBF entre 2012 a 2017 arrecadou aproximadamente 60% do que a entidade máxima consegue com *marketing*, um percentual elevado para uma associação nacional.

Observa-se, portanto, que a seleção brasileira, sobretudo, a principal masculina, sem dúvida, é o principal ativo do futebol brasileiro, uma marca internacional, com um enorme poder de atração de capital, maior inclusive do que grandes clubes do futebol nacional e internacional. A paixão dos brasileiros pelo futebol e a admiração pela seleção canarinho são exploradas pelo mercado, em seus diferentes ramos, valorizando as marcas e criando uma identificação do torcedor com a empresa, ainda que isso não signifique a compra dos produtos.

A segunda e a terceira fontes de receita também estão diretamente relacionadas à seleção brasileira principal masculina, pois, hegemonicamente trata-se da venda dos direitos de transmissão dos amistosos da seleção brasileira e também da bilheteria e prêmios obtidos por meio dos seus jogos. Nesse aspecto, vale destacar que o principal parceiro da CBF é a Rede Globo. Como já sinalizamos em outros momentos, a emissora possui exclusividade sobre os jogos do Brasil há mais de duas décadas.

A arrecadação média com direitos de transmissão pela CBF é de R\$ 100 milhões por ano, chegando em 2016 a R\$ 117 milhões. As receitas da CBF com isso representam pouco mais da metade (51%) do que cada grande clube brasileiro consegue arrecadar com as negociações com a Rede Globo. Em 2017, representou 48% do que o Flamengo conseguiu

com a mesma fonte. Em relação aos clubes europeus, a realidade também não é diferente e varia conforme o tamanho do clube.

Nota-se que, na sociedade do espetáculo, a imagem, sobretudo, da seleção brasileira rende para a CBF com patrocínios e venda de direitos de transmissão quase 90% da sua arrecadação. Isso reflete as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista em que cresce a acumulação de capital por meio das “mercadorias imagéticas” e a valorização da marca “seleção brasileira”.

No caso da CBF isso não é maior porque em relação aos clubes a seleção brasileira possui um número infinitamente menor de jogos e competições, o que dificulta qualquer tipo de comparação. O mesmo argumento vale para a análise do percentual com as receitas de bilheteria, afinal, a CBF possui apenas os jogos amistosos para arrecadar com essa fonte. Ainda assim, foram R\$ 222 milhões de 2012 a 2017, muito em função dos valores elevados dos ingressos dos jogos. Em outubro de 2017, a inteira mais barata para o jogo do Brasil contra o Chile pelas Eliminatórias custou R\$ 250,00, mais de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo do brasileiro³⁹².

Os recursos oriundos das taxas de inscrição, transferências e licenciamento são referentes às cobranças que a CBF faz dos clubes para participação em competições, o registro dos jogadores ou licenciamento de algum produto ou marca. Ao todo foram cerca de R\$ 70 milhões, ou seja, 2,2% do total arrecadado pela entidade no período em análise.

No que se refere aos recursos eventuais apesar de significar ao longo do período (2012 a 2017) R\$ 77,4 milhões, ou seja, quase 3%, não é dito nas notas explicativas do balanço da CBF a origem dessa receita. Sobre isso é importante mencionar que os balanços dos últimos quatro anos possuem informações mais detalhadas do que em relação aos outros anos, porém, algumas rubricas ainda estão de forma generalista, sem detalhamento. Esse é o caso das receitas “eventuais” que estão presentes em todos os anos, mas impossível de identificar de fato a sua linhagem.

Até o momento falamos apenas das fontes de receita bruta da CBF, mas a entidade também atua com aplicações financeiras, o que já significam 4,5% da arrecadação total da entidade. Um percentual superior àquele obtido com Taxas de inscrição, Licença e Transferências e Eventuais na receita bruta. Ou seja, a atuação no mercado financeiro significa a quarta principal fonte de receita da entidade, sendo mais da metade do que arrecada com bilheteria e premiação.

³⁹² Informação disponível em: www.esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/09/16/cbf-sobre-valor-de-ingressos-para-jogo-da-selecao-em-sp-e-encara-criticas.htm. Acesso em: 10 jun. 2018.

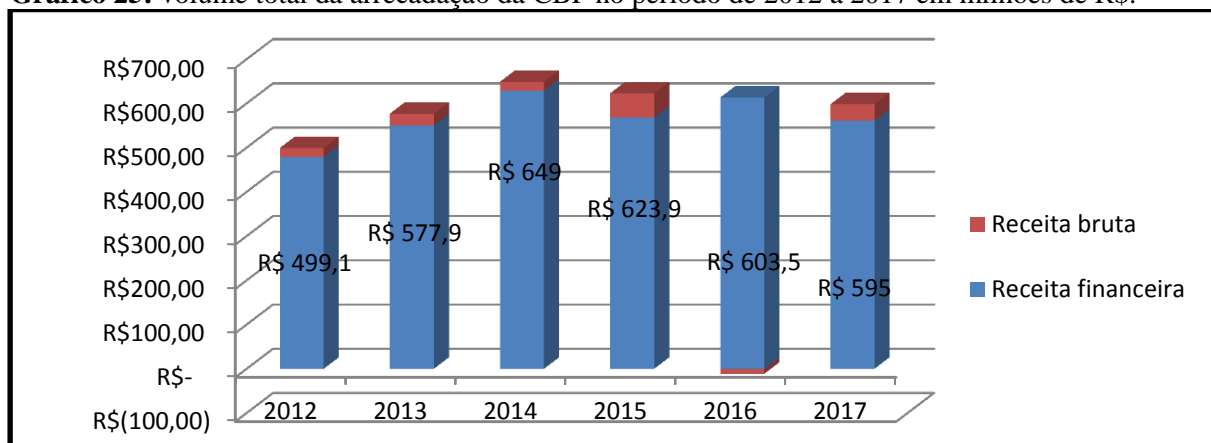
Ao longo de 2012 a 2017 foi apenas em 2016 que as despesas financeiras e a variação cambial fecharam com saldo negativo, cerca de R\$ 11 milhões; porém, no acumulado, o saldo é positivo, com um total de R\$ 147,9 milhões, uma média de R\$ 24 milhões ao ano, com um pico em 2014 de R\$ 54,7 milhões.

Ação exitosa da CBF no universo do capital *ficício* amplia o montante arrecadado pela instituição, entretanto, fica subordinada às oscilações do mercado. Essa é uma receita em que a entidade não possui previsibilidade, ou seja, sem qualquer possibilidade de planejamento.

Ressalta-se que a busca por receitas com movimentações financeiras já revela o caráter dúbio da CBF. Essa ação por si só demonstra que, apesar de ser legalmente uma entidade sem fins lucrativos, a atuação junto às instituições bancárias e financeiras coloca a entidade na mesma situação de diversas empresas que procuram neste segmento obter mais dinheiro e, conseqüentemente, lucro.

Entre 2012 e 2017 a arrecadação total da CBF chegou a R\$ 3,4 bilhões, uma média anual de R\$ 591,4 milhões. Isso considerando a receita bruta e a receita de movimentação financeira, sendo que o maior pico positivo ocorreu em 2014 com uma arrecadação de R\$ 649 milhões e o menor do período foi em 2012 com R\$ 499,1 milhões.

Gráfico 25: volume total da arrecadação da CBF no período de 2012 a 2017 em milhões de R\$.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

Os valores disponíveis no gráfico são referentes ao total arrecadado em cada ano com a receita bruta e a receita financeira. Desse modo, observa-se que houve um crescimento contínuo na arrecadação da CBF entre 2013 e 2014 e uma queda de 2015 a 2017, porém, as quedas não significaram a volta aos patamares dos anos 2012 e 2013.

No que se refere apenas à receita bruta, na última década em apenas três anos a entidade arrecadou menos do que o ano anterior- 2012, 2015 e 2017. Além disso, vale

registrar que a receita da entidade em 20 anos aumentou em R\$ 510,4 milhões, o que significa um crescimento de pouco mais de 6 vezes do que a entidade arrecadava em 1997³⁹³.

Nota-se que, após um aumento de 23% em 2011, em 2012 a queda foi de 6,9% e, nos dois anos seguintes a entidade somou um aumento de 13% em 2013 e 12,6% em 2014. Após a Copa do Mundo as contas voltaram a oscilar e, em 2015, houve uma queda de quase 10%, com um novo aumento em 2016 de 7,4% e na sequência uma diminuição de 8,7%, em 2017.

A CBF (2015) afirmou que a diminuição no percentual da arrecadação bruta em 2015 ocorreu porque em 2014 a entidade teve um aumento de receita “anormal” considerando a realização da Copa do Mundo no Brasil; Já em 2017 ocorreu em decorrência da “baixa cotação das moedas estrangeiras, tendo em vista que, de acordo com as regras contábeis, patrocínios são provisionados para o exercício corrente de acordo com a cotação do primeiro dia útil do ano” (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2017, p. 4). No que se refere a 2012, a justificativa é a mesma de 2017, no entanto, é importante lembrar que esse ano foi também de turbulências para CBF com a saída de Ricardo Teixeira.

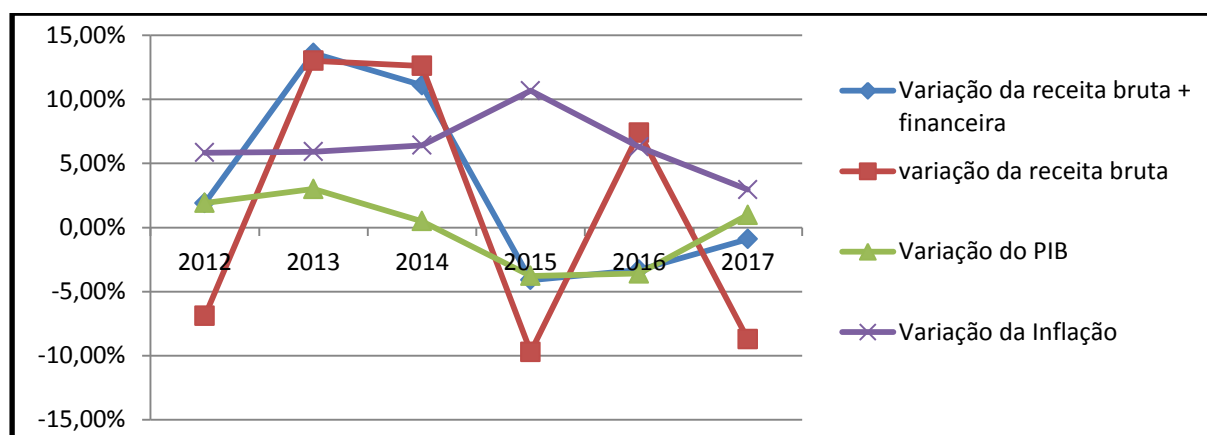
Registra-se que em 2012 e 2015 houve diminuição na arrecadação com patrocínio e bilheteria, isso aconteceu motivado pelos casos de corrupção que afastaram as empresas da CBF e pelo número menor de jogos da seleção no ano. Já em 2017 a queda ocorreu nessas fontes e também no valor dos direitos de transmissão. Ressalta-se que, provavelmente, ainda repercutem nas finanças da entidade os escândalos de corrupção que envolvem seus dirigentes, mas logo serão superados tendo em vista o poder econômico e imagético da marca “seleção brasileira”.

Quanto às receitas financeiras, ficam evidentes as constantes oscilações, com o maior pico positivo em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, inclusive esse foi o ano que a entidade teve a maior arrecadação total. O menor percentual foi em 2016 quando o saldo foi negativo.

Percentualmente temos os seguintes dados acerca do crescimento da receita total: em 2012 o crescimento foi de 1,9%, seguido em 2013 de 13,6% e, em 2014, de 11,1%, em 2015 a queda foi de 4,1%, em 2016 foi de 3,3% e fechou 2017 com uma diminuição de 0,9%. O gráfico 26 apresenta a evolução dos percentuais de crescimento da arrecadação da CBF, bem como os percentuais do mesmo período ano a ano do PIB e da inflação.

Gráfico 26: receita bruta + receita financeira e receita bruta em relação ao PIB e a Inflação.

³⁹³ Os dados de 1995 a 2000 da CBF foram analisados pelo Conselho Federal de Contabilidade a pedido da CPI CBF-Nike e estão disponíveis em Rebelo e Torres (2001).



Fonte: Demonstrativos financeiros da CBF; IBGE; Ministério da Fazenda. Elaboração do autor (2018).

O pior ano para a CBF também é aquele dos piores índices do PIB e da inflação. Em 2015 o PIB ficou em 3,8% negativo e o acumulado da inflação foi de 10,7%, a receita total da CBF ficou no vermelho 4,1% em relação a 2014 e a receita bruta 9,7% negativa. Em 2017, outro ano ruim para a entidade, a receita financeira voltou a crescer, justamente no contexto de ajuste econômico, de baixa dos juros, de controle da inflação, de cortes de gastos sociais e de retorno do crescimento do PIB. Porém, após o crescimento em 2016 a entidade teve uma nova queda na receita bruta em 2017, motivado principalmente pela perda de quase R\$ 60 milhões em patrocínio e R\$ 22 milhões na comercialização dos direitos de TV. A justificativa para o percentual menor em 2012, ano de saída de Ricardo Teixeira, foi também a retração na arrecadação com patrocínio.

Observa-se que a situação econômica do país impactou as contas da CBF, as oscilações na economia e a instabilidade política também influenciaram as finanças da entidade máxima do futebol brasileiro. Sobre isso, é importante registrar que depois de um período de “bonança” nas contas públicas, o Brasil, a partir de 2011, sentiu com mais força as mudanças na economia mundial, o segundo momento da crise internacional de 2008/2009 influenciou diretamente o quadro econômico negativo atual do país. Além disso, somam-se as alterações na política econômica nacional, com ampliação dos gastos tributários, a diminuição na venda das *commodities* e da arrecadação, o aumento do déficit público, do desemprego, dos juros, da inflação e a queda do PIB. Além disso, é importante mencionar a instabilidade jurídica e política existente no Brasil a partir da Operação Lava Jato e do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016.

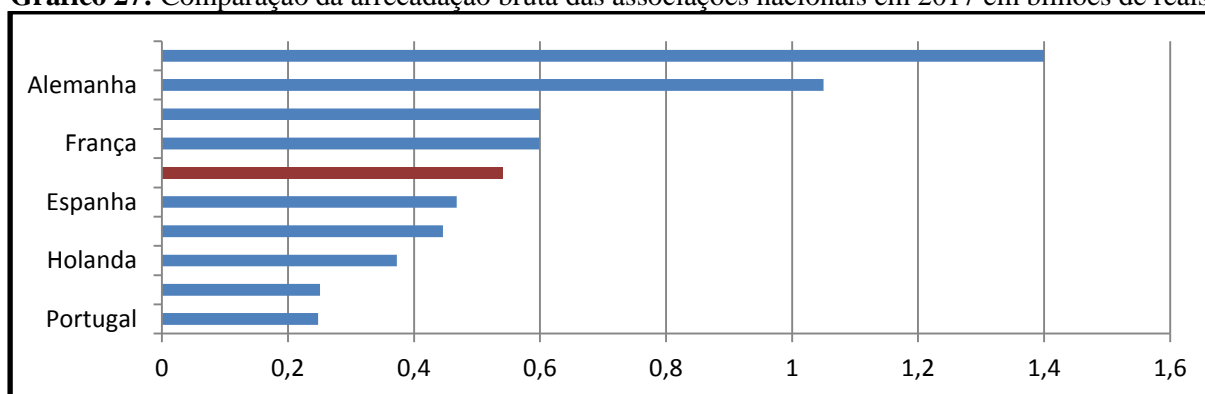
Mas, para além das questões políticas e econômicas do Brasil, alguns fatores internos ao futebol também influenciaram na oscilação das receitas da CBF. Nesse sentido, destacam os resultados negativos em campo da seleção brasileira em 2014, as denúncias de corrupção referentes aos três ex-presidentes da entidade e a saída de patrocinadores em 2015.

Nos últimos dois anos a situação não ficou pior por causa do peso no mercado da marca seleção brasileira e os bons resultados nas eliminatórias do time comandado por Tite. Observa-se que apesar dos problemas na gestão da CBF houve uma “blindagem” à marca seleção brasileira por parte da entidade e da imprensa, o que permitiu a atração de novos parceiros.

Registra-se que, mesmo com as oscilações no crescimento das receitas da entidade, o montante arrecadado pela CBF nesse período representou cerca de 10% a 15% daquilo que a FIFA conseguiu no mesmo recorte histórico. No caso da FIFA, é importante ressaltar que o ano de Copa do Mundo é uma excepcionalidade já que a receita da entidade dobra. Portanto, nos outros anos o percentual da associação nacional brasileira é um número expressivo tendo em vista que a FIFA possui o monopólio da modalidade no mundo e o controle do principal megaevento.

A dimensão do tamanho da arrecadação da CBF pode ser mais bem analisada ao comparar com outras associações nacionais, afinal, ambas possuem as mesmas finalidades. Nesse sentido, percebe-se a potência que é a marca “seleção brasileira”, que mesmo em uma economia periférica, com uma moeda de menor valor cambial deixa a CBF entre as cinco entidades que mais conseguem recursos no mercado, muito próxima da França (4^a) e Itália (3^a) e a frente da federação espanhola (6^a).

Gráfico 27: Comparação da arrecadação bruta das associações nacionais em 2017 em bilhões de reais.



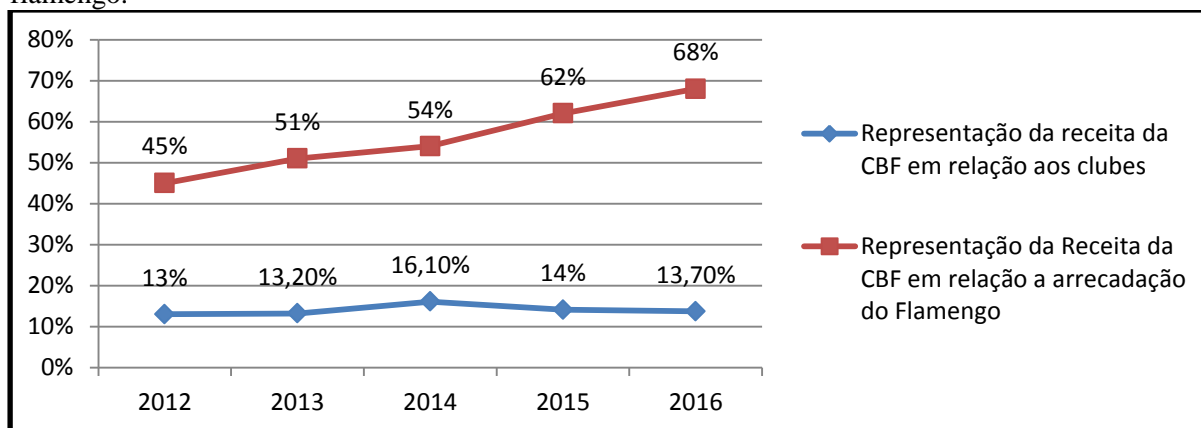
Fonte: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2018/06/cbf-fatura-alto-com-selecao-brasileira-eis-de-onde-vem-e-para-onde-vai-o-dinheiro.html>. Elaboração do autor (2018).

Rodrigo Campelo, repórter da revista Época, ao estabelecer o paralelo entre as associações nacionais ainda resalta que, além da moeda, algumas federações levam outras vantagens em relação à CBF. Ele cita o exemplo da inglesa que possui como uma importante fonte de renda o aluguel do estádio Wembley, que anualmente rende aproximadamente R\$ 240 milhões. “[...] A CBF não deve nada mesmo para federações mais ricas que ela. A

diferença para a italiana FIGC e a francesa FFF tampouco parece grande se lembrarmos, de novo, que euro vale mais que real”³⁹⁴.

A CBF sozinha representou em 2017 um percentual de 12% do total daquilo que os 20 clubes da série A de 2018 e os 4 rebaixados em 2017 conseguiram de receitas naquele ano. O gráfico 28 demonstra o paralelo entre a receita da CBF e os clubes brasileiros e a mesma com o Flamengo, dono da maior arrecadação em 2017.

Gráfico 28: Comparação entre arrecadação da CBF com 24 clubes do Brasil e individualmente com o Flamengo.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF e levantamento do Banco Itaú disponível em: <https://www.itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financieira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 12 jun. 2018. Elaboração do autor (2018).

O Flamengo foi o clube brasileiro que mais arrecadou em 2017 e, mesmo com o crescimento das receitas da equipe e as oscilações na arrecadação da CBF, a diferença aumentou ao longo dos anos. No que se refere ao futebol europeu a receita bruta da CBF em 2017 equivale a ¼ da arrecadação do Real Madrid ou do Barcelona e, se fosse um clube de futebol, seria a 25ª maior arrecadação do mundo.

A CBF em relação as suas irmãs, as confederações de esporte olímpico no Brasil, arrecada 57% de tudo que é movimentado pelo setor público e privado por meio das confederações³⁹⁵. A CBV, a segunda confederação que mais arrecada no Brasil de 2012 a 2017 conseguiu em média apenas 23% da receita da CBF, em 2017 foram somente 16% (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL, 2017).

A discrepância entre o arrecadado pela CBF e as demais confederações impressiona, especialmente, porque as outras recebem recursos públicos (cerca de 50% do total) algo que não ocorre com a representante do futebol nacional. Assim, apesar das conquistas das

³⁹⁴ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clube/noticia/2018/06/cbf-fatura-alto-com-selecao-brasileira-eis-de-onde-vem-e-para-onde-vai-o-dinheiro.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

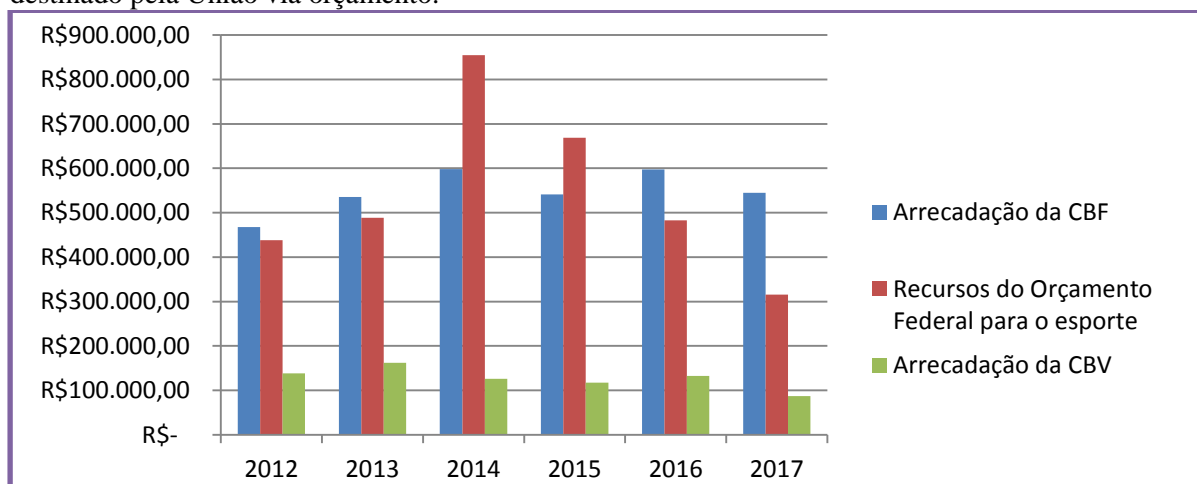
³⁹⁵ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/06/o-pais-do-futebol-cbf-concentra-57-de-todo-o-dinheiro-olimpico-no-brasil.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

seleções de voleibol nos últimos anos, tanto em ligas mundiais, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, a “paixão nacional” pelo futebol fala mais alto no momento de as empresas associarem sua marca ao esporte.

Ainda no campo do esporte, observa-se que de 2012 a 2017 a CBF acumulou mais receita bruta do que o Governo Federal destinou a esse fenômeno no mesmo período por meio da fonte orçamentária³⁹⁶. Entre 2012 a 2017 a CBF arrecadou 1,1% a mais do que foi destinado via orçamento pela União ao esporte no Brasil. No que se refere aos recursos da fonte extra- orçamentária para o esporte, a arrecadação da CBF representa 76,2% e quanto aos gastos tributários o montante foi de 51,6%. Ao somar todo o recurso destinado ao esporte em âmbito federal a representação da receita da CBF é de 23,8%, ou seja, quase ¼ de tudo que foi investido com recursos federais no esporte entre 2012 a 2017.

No que se refere às receitas extra-orçamentárias e os gastos tributários, a arrecadação da CBF somente foi maior em 2012 e 2017, justamente dois dos três anos em que a entidade teve uma retração no percentual de receita bruta em relação aos anos anteriores. Já em relação à fonte orçamentária, o gráfico 29 demonstra que apenas em 2014 e 2015 que o governo destinou mais recursos do que a CBF conseguiu arrecadar. Em 2014 a entidade conseguiu a maior receita do período e em 2015 foi uma das piores.

Gráfico 29: relação entre a arrecadação bruta da CBF e a receita da CBV e o volume de recursos destinado pela União via orçamento.



³⁹⁶ Registra-se que o financiamento do esporte no Brasil é feito por meio de três fontes: orçamento- aqueles recursos que transita diretamente pelo orçamento federal, como recursos ordinários do orçamento federal; contribuições sobre concursos prognósticos; extraorçamentárias - são os recursos encaminhados direto da fonte para as entidades esportivas, como repasses sobre concursos prognósticos; patrocínios dos órgãos e entidades da administração federal; contribuição sobre salários e sobre as transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria; e, gastos tributários - recursos de desoneração tributária: patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte a título de isenção fiscal; desoneração das entidades esportivas sem fins lucrativos etc. (MASCARENHAS, 2016).

Fonte: www.transparenciaoporte.unb.br. Acesso em: 12 jun. 2018. Demonstrativos financeiros da CBF; Demonstrativos financeiros da CBV. Elaboração do autor (2018).

O paralelo da arrecadação bruta da CBF com o volume de recursos destinados pelo Governo Federal via orçamento para o esporte no país e também com as receitas da CBV de 2012 a 2017 confirma que a CBF de fato é uma grande “empresa”, que vende bem os seus produtos especialmente a “seleção brasileira”. Mas para onde foram os R\$ 3,4 bilhões arrecadados nesse período? Quais as ações prioritárias?

A CBF, desde 2014, divide em quatro categorias a aplicação dos recursos que arrecada: a) custos com futebol; b) despesas operacionais; c) despesas financeiras e variação cambial; d) outras despesas não operacionais. Na primeira categoria concentram os gastos com a Seleção principal, Seleções de base e femininas, contribuições ao fomento do futebol nos estados e competições. Na segunda, estão os custos com pessoal, despesas administrativas e impostos e taxas. A terceira é composta pelas despesas da movimentação financeira e a variação cambial, quando é negativa. Por fim, constam outras despesas não operacionais que a entidade não especifica a que se referem. Ressalta-se que ainda são descritas de forma separada as deduções e o imposto de renda e contribuição social.

Nos balanços financeiros percebe-se que a primeira categoria refere-se ao investimento direto que a entidade faz no futebol, ou seja, o gasto com as seleções, com a organização e premiação com as competições e o repasse para as federações. No caso das Seleções inclui alimentação, passagem aérea, hospedagem deslocamentos de centros de treinamentos para hotéis e aeroportos. Os recursos destinados para competições cobrem além da premiação, os gastos com pessoal de apoio, arbitragem, exames *anti-doping*, transporte e hospedagens nos eventos promovidos pela CBF.

No campo dos gastos operacionais encontram-se o pagamento de recursos humanos, contratação de serviços jurídicos, de empresa de *marketing*, administração do prédio da entidade e o pagamento de taxas e impostos.

Por fim, estão as demais categorias que são decorrentes da movimentação financeira da entidade, o que acarreta despesas e em alguns anos perda com a variação cambial e também gastos eventuais com arrecadação, do operacional – deduções –, da movimentação financeira – despesas financeiras – e do imposto de renda e contribuição social sobre o total das receitas menos todas as despesas, ou seja: impostos, taxas e contribuições sociais.

Assim, ao analisar os dados de 2012 a 2017 dispostos nas categorias previamente estabelecidas pela CBF nota-se que de 2012 a 2014 a entidade privilegiou os gastos operacionais em detrimento ao que foi destinado ao futebol. Porém, ao somar todas as outras

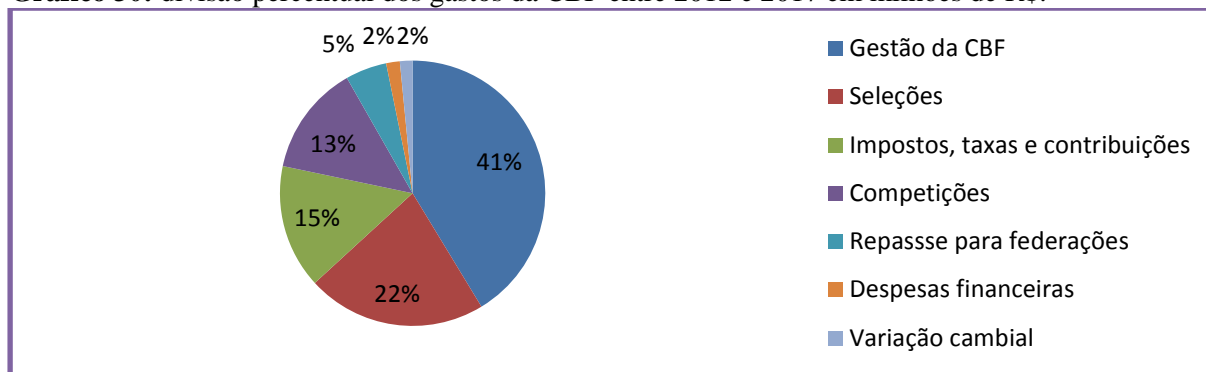
categorias com gastos operacionais, observa-se que apenas em 2017 a CBF aplicou mais recursos com “custos com futebol” do que as demais ações.

O valor gasto diretamente com futebol seria ainda menor se a CBF continuasse com o mesmo modelo de aplicação dos seus recursos que esteve vigente até 2013. Até esse ano a entidade considerava que a realização de competições e o gasto com federações sendo parte das “despesas operacionais” e não dos “custos com futebol”. O que evidencia que, de fato, essas ações não necessariamente significam o investimento direto no futebol, mas em atividade meio.

Diante da mudança de organização dos seus gastos nos balanços financeiros a partir de 2014 e para melhor organizar os dados conforme a função do gasto, por exemplo, reunir todas as despesas com taxas, impostos e contribuições sociais em apenas um bloco estabelecemos a partir daquilo que foi elaborado pela CBF, as seguintes categorias: a) gestão da CBF; b) seleções; c) impostos, taxas e contribuições sociais; d) competições; e) repasse para as federações; f) despesas financeiras; g) variação cambial.

Na categoria *Gestão* estão todos os recursos gastos com a administração da entidade, com sua sede e com a manutenção da Granja Comary. Quanto à categoria *Seleções* estão agrupados os recursos destinados à seleção principal masculina, feminina e as de base. A terceira categoria *Impostos, taxas e contribuições sociais* diz respeito a tudo que a CBF paga ao Governo como obrigações fiscais e tributárias. Os recursos destinados para *Competições* são os gastos com a organização do Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, Copa Verde, Copa do Nordeste entre outros eventos. A sexta categoria são os repasses que a entidade faz para as 27 *Federações* estaduais de futebol. Por fim, estão as *Despesas financeiras* e a *Variação cambial* que são ações que ocorrem durante as movimentações financeiras. Nesse sentido, o gráfico 30 apresenta a distribuição do gasto no período em análise.

Gráfico 30: divisão percentual dos gastos da CBF entre 2012 e 2017 em milhões de R\$.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

No que se refere à gestão, somente em 2017 a entidade gastou R\$ 133,5 milhões com pagamento de pessoal, contratação de serviços de pessoa jurídica, terceiros e serviços de *marketing* e ativações. Outros R\$ 55 milhões foram gastos com a sede da entidade e com a manutenção da Granja Comary. Isso significa um gasto quase duas vezes maior do que aquele com Seleções ou com Competições. O gasto com os funcionários diretos da entidade é 65,4% superior do que a entidade investe anualmente com a seleção feminina e as seleções de base.

O gasto da CBF com gestão é o mesmo percentual que o Governo Federal usa para manter toda a sua máquina funcionando. No caso da União, em 2017 foram 41,8%, sendo que o limite do gasto com pessoal é de 50%³⁹⁷. Entretanto, diferentemente do Estado, que precisa de pessoal no sistema de saúde, na educação federal pública, nas forças de segurança, entre outros serviços que são deveres constitucionais da União, a tarefa da CBF é bem mais enxuta, porém, o volume de recursos destinado para pessoa e administração de sua sede destoa de todas as demais ações.

Outra comparação para reforçar a dimensão do que é destinado à manutenção da entidade é que o gasto com gestão representa 37% da receita do Flamengo em 2017, algo superior ao valor da comercialização dos direitos de transmissão com a Globo no ano (33%) ou quase o dobro do que o rubro-negro conseguiu de receitas com bilheteria e sócio-torcedor (20%).

No que se refere aos gastos com *Seleções*, registra-se que a seleção principal masculina é contemplada com 65% de todo o recurso destinado para essa categoria. As seleções femininas e de base somam, apenas, 35%. O que a CBF gastou em 2016 e 2017 com os seus funcionários é superior ao investimento feito na seleção feminina e na categoria de base nos últimos seis anos.

O terceiro principal destino das receitas da entidade são os dividendos tributários. Ao longo dos últimos seis anos foram pagos com impostos, taxas e contribuições, em média, R\$ 70 milhões por ano. O valor é semelhante ao gasto anual da CBF com os seus funcionários. A principal despesa nessa categoria são as deduções da receita (COFINS).

As competições organizadas pela CBF representam apenas 13% da sua arrecadação. Os gastos estão concentrados nas séries C e D do campeonato brasileiro masculino. No intervalo de 2012 a 2017 significou 79% do gasto com competições. Porém, ao somar com o valor destinado à série B, chega-se ao impressionante percentual de 99% da receita com

³⁹⁷ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/gasto-do-governo-com-pessoal-em-2017-se-aproxima-do-teto-e-e-o-maior-desde-a-criacao-da-lei-de-responsabilidade-fiscal.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2018.

competições. Para os clubes dessas divisões a CBF paga hospedagem, transporte, alimentação, arbitragem entre outras coisas. Ao todo, são 108 equipes que atualmente disputam essas três divisões, porém, nem todos possuem o calendário de abril a dezembro, pois, no caso da série D a disputa é por grupos e mata-mata em cada fase são eliminados os piores classificados ou os perdedores.

Os eventos regionais, femininos, das categorias de base e a Copa do Brasil dividem entre eles o 1% dos recursos gastos com as competições. Um percentual pequeno para atender uma demanda grande de clubes profissionais existentes no país, bem como para desenvolver o futebol feminino e fortalecer as categorias de base dos clubes.

A transferência de receitas da CBF para as federações ou como a entidade denomina de “contribuição ao fomento do futebol nos estados” representou 5% do gasto total de 2012 a 2017. O valor médio repassado para as federações por ano foi de R\$ 23 milhões. A divisão do montante entre as federações é igualitária e não atende aos anseios nem das federações mais “pobres” e nem das mais “ricas”. “Algumas federações menores reivindicam um valor maior. [...] Por outro lado, algumas federações maiores pensam exatamente o contrário. Por terem mais despesas, entendem que deveriam ganhar mais”³⁹⁸.

Em 2016 e 2017, por exemplo, foram R\$ 975 mil para cada entidade estadual. Isso para 9 federações significou mais do que conseguiram arrecadar nesses anos. Em relação à federação alagoana o repasse da CBF foi de 60%. A situação mais grave foi da federação amapaense que passou esses dois anos praticamente com recursos da CBF³⁹⁹.

Ressalta-se que os recursos são direcionados para as federações sem qualquer “carimbo” do que deve ser feito. Assim, pode tanto ser utilizado para realizar competições e desenvolver projetos, como para despesas operacionais. Porém, pelo lado da CBF trata-se de um recurso que fideliza os dirigentes das federações a atender os interesses dos “cartolas” que comandam a entidade. Sem dúvida, a manutenção do poder na CBF passa pelos agrados aos dirigentes das federações, da mesma forma, a boa relação daqueles que estão no comando do futebol nacional com os “cartolas” regionais fortalece os grupos políticos que controlam as entidades estaduais.

Por fim, ainda têm 4% dos recursos que são gastos ao longo do período em análise com as despesas com a aplicação financeira e as variações cambiais. O montante gasto com

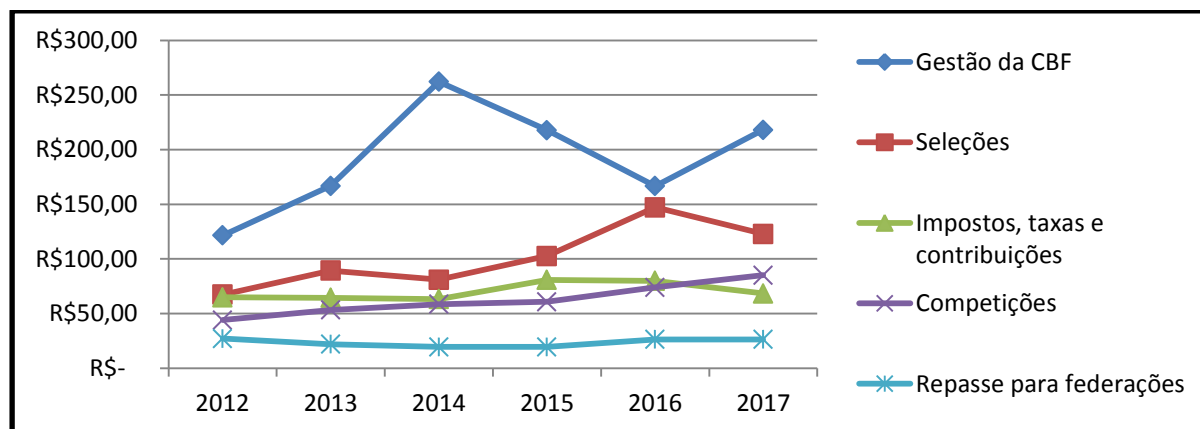
³⁹⁸ Informação disponível em: <https://gaucha.atavist.com/coroneisdofuteboldois3>. Acesso em: 13 jun 2018.

³⁹⁹ Os balanços financeiros das 27 federações podem ser encontrados em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes#.WyGh4O4vzIW>. Acesso em: 13 jun. 2018

isso depende das movimentações da entidade e da variação cambial das moedas utilizadas pela CBF.

Para concluir a discussão sobre os gastos da CBF, observa-se que à medida que os recursos com gestão aumentam ocorre uma diminuição do investimento com as Seleções, sendo que, ao diminuir o gasto com a própria CBF, aumenta o dinheiro para aquela categoria.

Gráfico 31: Evolução do gasto da CBF entre as principais ações.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

Em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, houve o maior aumento percentual da receita da CBF e, da mesma forma, foi também o ano em que a entidade mais gastou com *Gestão*. Nos dois anos seguintes houve uma queda, com novo aumento em 2017.

No que se refere aos gastos com *Impostos, taxas e contribuições sociais* e os *Repasses para as federações* mantiveram estáveis ao longo dos anos, com poucas e pequenas oscilações. No caso do primeiro, com um pequeno aumento em 2015 e depois com diminuição em sequência em 2016 e 2017. Já nos repasses para as federações, vê-se também leves quedas em 2013, 2014 e 2015 com aumento em 2016 e o mesmo percentual em 2017.

Quanto aos recursos destinados para as *Competições* nota-se que há um crescimento ininterrupto desde 2012, porém, esse aumento é modesto. Ele é motivado pela elevação anual dos valores aplicados na realização do campeonato brasileiro da série C e D.

Entretanto, a maior parte dos gastos está com a manutenção da própria entidade e uma pequena fatia é, de fato, aplicada na prática do futebol no país. O destino prioritário deveria ser a prática do futebol que é a atividade fim.

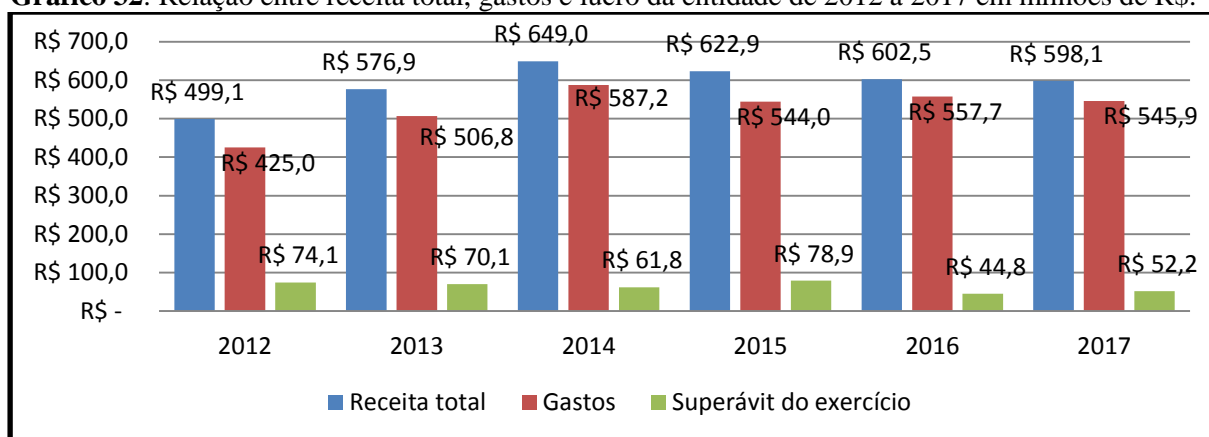
Ao observar a soma do gasto em todas as categorias ano a ano nota-se que a CBF aumentou as despesas no período de 2012 a 2014 e desde então o valor oscila, com queda em 2015, aumento em 2016 e nova diminuição em 2017. Registra-se que foi somente em 2016

que a entidade teve uma redução na receita e um aumento dos gastos, nos demais anos, à medida que a arrecadação crescia ou diminuía, os gastos seguiam na mesma direção.

Entre 2012 e 2017 os menores percentuais de gastos em relação a receita total foram em 2012 com 85,2% e em 2015 com 87,4%. Os maiores foram em 2016 com 92,5% e 2017 com 91,1%. Como vimos anteriormente, 41% desses recursos foram para gestão da própria entidade.

O gráfico 32 apresenta a evolução das receitas, dos gastos e do lucro da CBF desde 2012. Assim, questiona-se se a entidade gasta muito ou o problema está na direção dos recursos arrecadados? Além disso, uma entidade sem fins lucrativos deve trabalhar para ter superávits ou toda a receita devia ser destinada às ações operacionais e finalísticas?

Gráfico 32: Relação entre receita total, gastos e lucro da entidade de 2012 a 2017 em milhões de R\$.



Fonte: Demonstrações financeiras da CBF. Elaboração do autor (2018).

No que se refere à primeira questão lançada anteriormente e observando a evolução dos gastos da entidade, nota-se que aparentemente não é o volume gastos o problema, pois a CBF é uma entidade sem fins lucrativos e possui a missão de desenvolver o futebol no país. O problema central é que a maior parte dos gastos está com a manutenção da própria entidade e uma pequena fatia é de fato aplicada na prática do futebol no país. O destino prioritário deveria ser a prática do futebol que é a atividade fim. “Por outro lado, é correto esperar que a menor quantia possível seja gasta com custos administrativos, como funcionários de federações, manutenção de prédios, serviços prestados por terceiros”⁴⁰⁰ - atividade meio.

Quanto à segunda questão, registra-se que desde 2006 a CBF não gasta mais do que arrecada, ou seja, há mais de uma década que a entidade conclui os exercícios financeiros com saldo em conta. Ela possui um resultado positivo bem maior do que o Governo Federal que desde 2014 convive com déficits. Nesse ano, por exemplo, o Brasil teve um déficit de 0,63%

⁴⁰⁰ Essa também é a opinião do Repórter Rodrigo Capelo da Revista Época que analisou as contas da CBF de 2017. Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2018/06/cbf-fatura-alto-com-selecao-brasileira-eis-de-onde-vem-e-para-onde-vai-o-dinheiro.html>. Acesso em: 15 jun. 2018.

do PIB, a CBF teve um superávit de 9,5%. Em 2017 o Brasil continuou com as contas no negativo e fechou o ano com um déficit de 1,9% do PIB, já a CBF, com um superávit de 8,7%.

No caso do futebol brasileiro, enquanto federações e clubes ano após ano oscilam entre déficits e superávits, e no caso dos clubes com endividamento, com o Estado e bancos, a CBF mesmo com todos os escândalos de corrupção e afastamento de alguns patrocinadores consegue obter superávits.

Porém, a busca pelo superávit como fica explícito nas notas explicativas das demonstrações financeiras da entidade. É uma contradição, tendo em vista que a CBF é uma entidade sem fins lucrativos. Além disso, parece um contrassenso ao observar a realidade do futebol regional das federações e dos pequenos clubes profissionais que não possuem calendário para manter suas atividades.

Caso fosse uma empresa, sem dúvida, a ação no mercado da CBF seria exitosa e poderia ser ainda melhor com aplicação dos recursos nas atividades-meio com mais eficiência, porém, enquanto uma entidade que deve fomentar o futebol nacional questiona-se se de fato o lucro deve ser a meta.

Isso ganha mais relevo ao observamos o volume de recursos que a entidade possui em caixa ou em aplicação financeira, em 2013 era R\$ 85,8 milhões e em 2017 saltou para R\$ 360, 8 milhões. A presença no mercado financeiro confirma a prática de constituir reservas para possíveis momentos de turbulências nas contas da entidade, agravadas pela política e a economia nacional e internacional. Porém, notamos que, apesar das turbulências políticas e econômicas do país, as contas da CBF não sofreram grandes impactos. Afinal, mesmo no país com uma grave crise econômica, as receitas da CBF oscilaram, mas a entidade continuou obtendo lucro.

Portanto, o modelo de negócios da CBF nos últimos anos é eficiente dentro do padrão de negócios dos seus dirigentes, pois, consegue obter elevadas receitas, gasta bastante com a própria instituição, especialmente com seus altos funcionários e ainda consegue obter lucros e elevar o montante guardado em caixa ou aplicado no mercado financeiro. Porém, a entidade como representante do principal fenômeno esportivo do país, que utiliza sua bandeira, hino e símbolos “[...] os recursos devem retornar ao futebol brasileiro como estímulo ao seu desenvolvimento e aprimoramento, beneficiando atletas, clubes e a comunidade, na medida em que incentiva o esporte e lazer” (REBELO, 2001, p. 157).

Apesar dessa obrigação estatutária não é isso que o ocorre dentro do “padrão” de negócios da entidade que ainda possui como característica práticas indevidas de apropriação

por parte dos “cartolas” e empresários de recursos que deveriam ser destinados ao futebol. A CPI do futebol de 2015 identificou 5 formas de fraudes nas contas da entidade: a) nos contratos de fornecimento de bens e serviços; b) nos contratos de patrocínio; c) nos contratos de *marketing*; d) nos contratos de venda dos amistosos da seleção; e, nos atos jurídicos regulamentados e controlados pela CBF.

O *modus operandi* de todas as operações pode ser resumido de duas formas: a) os recursos saem da conta da CBF para empresas de bens e serviços, dali vão para um emissário da entidade, no Brasil ou fora e depois são encaminhados para as contas dos “cartolas” e intermediários; b) A CBF recebe por meio de empresas intermediárias o valor contratado dos parceiros do mercado, porém, outra parcela é enviada aos emissários de dirigentes que posteriormente entregam o dinheiro. “Semelhantes a outras organizações voltadas para o crime e usando modelos de modernas máfias, a CBF e seus braços operacionais de corrupção estão estruturalmente caracterizados pela divisão de tarefas, com núcleos diretivo, econômico, financeiro e político [...]” (FARIA, 2017, p. 148).

O relatório paralelo da CPI apresentado pelo Senador Romário Faria (Podemos) e Randolfe Rodrigues (Rede), não aprovado pelo plenário da CPI, tendo em vista a pressão exercida por cartolas ligados à CBF aos parlamentares, demonstrou a existência de superfaturamento na aquisição da sede da CBF, fraudes nos registros de jogadores, crimes financeiros na parceria da CBF com o Grupo Águia, que possui Wagner Abrahão, que atua como intermediário de diversos atletas no futebol brasileiro, irregularidades e ilícitos do Comitê Organizador da Copa e os gastos da Copa entre outros achados da CPI do Futebol⁴⁰¹.

Como conclusão, o relatório paralelo da CPI pediu o indiciamento dos três ex-presidentes da CBF entre as acusações estão crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro, organização criminosa, financiamento não declarado de campanhas eleitorais entre outros. Além deles, foi pedido o indiciamento de outros diretores da CBF e dos empresários, intermediários, Kleber Leite e o falecido José Hawilla (FARIA, 2017).

Por fim, registra-se que o modelo de negócios da CBF é seguido parcialmente pelos seus filiados. As federações seguem o “padrão de gastos”, bem como não são poucos os privilégios e as denúncias de apropriação indevida dos recursos do futebol, porém, o “padrão

⁴⁰¹ Os dois são relatórios da CPI tanto aquele citado como do Senador Romero Jucá, aprovado pela CPI, porém, sem nenhum pedido de indiciamento, apenas com sugestões para a modernização do futebol brasileiro podem ser encontrados em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/82013>. Acesso em: 16 jun. 2018.

de receitas” é bem diferente. A seguir vamos continuar conhecendo a estrutura da organização do futebol brasileiro olhando para as federações estaduais.

7.3- As federações estaduais de futebol

Em nenhum outro país há uma organização do futebol semelhante à brasileira, no entanto, poucas são as nações que possuem uma dimensão continental. As federações estaduais de futebol surgem das ligas criadas no início do século XX para desenvolver o futebol especialmente nas regiões metropolitanas. A mais antiga, sem dúvida, é a liga carioca que em 1906 já realizava o primeiro campeonato com clubes da metrópole, porém, enquanto federação é uma das mais novas, sendo de 1978.

A maioria das ligas surge no período marcado pelo amadorismo entre os atletas e dirigentes e pela exclusão de negros e pobres dos clubes e, conseqüentemente, das competições promovidas pelas ligas.

A federação mais antiga é a Baiana, de 1913, seguida da Pernambucana (1915), da Maranhense e Norte-Rio-Grandense (1918), por outro lado, a mais nova é a do Tocantins (1990). Reitera-se que apenas 7 federações surgem depois do Estado Novo, sendo que a maioria é criada no período da República Velha, controlada pela política “café com leite”.

O contexto em que são criadas seja na primeira República ou durante a primeira passagem de Getúlio Vargas no poder é importante para compreendermos como ao longo dos anos elas foram sendo controladas como feudo de grupos políticos locais. Afinal, na direção das entidades eram alocados representantes dos governos, ou seja, os membros de oligarquias que controlavam a economia e a política de sua região. Ressalta-se que as entidades esportivas, sobretudo, durante o governo Vargas foram um braço do Estado, sendo seus membros representantes dos interesses do governo.

Atualmente as federações são entidades de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, porém, todas são filiadas à CBF, tendo que seguir o Estatuto dessa entidade. Assim, elas possuem autonomia para desenvolver ações no âmbito do futebol nos estados, porém, estão sob o comando da CBF.

Sem dúvida, a principal atividade é a organização dos campeonatos estaduais entre os clubes, nas diferentes categorias, masculina e feminina, em âmbito profissional e amador-afinal, entre os filiados, estão as ligas municipais de futebol que são amadoras.

A federação com o maior número de competições é a Paulista. A entidade possui quatro séries do campeonato estadual masculino profissional, diversas competições das categorias da base, competições amadoras e eventos com clubes de futebol feminino.

A federação paulista é aquela também que possui mais clubes profissionais filiados, sendo ao todo 134, na sequência estão Minas Gerais com 90 equipes e a federação carioca, com 80 clubes. Ao todo são 856 clubes profissionais filiados às 27 federações, sendo que Roraima possui apenas 8 equipes e o Amapá, 10.

Em Roraima o campeonato estadual em 2018 foi disputado pelos 8 clubes, em 2017 foram 7 equipes. Já no Amapá nos últimos dois anos foram 5 equipes que participaram do campeonato local, neste ano tiveram 6 clubes inscritos, mas um desistiu antes de iniciar a competição.

Sem dúvida, a desigualdade entre as federações é o reflexo da própria desigualdade social e econômica existente no Brasil. Nos estados mais ricos as federações possuem uma estrutura, patrocínio, mídia e mais clubes profissionais em condições de participar das competições locais e nacionais, porém, nas regiões mais pobres, a realidade do futebol profissional se assemelha ao amador.

Isso ficará mais visível no tópico seguinte quando apresentamos um panorama das finanças das federações. Porém, desde já advertimos que apesar de existir uma desigualdade regional no futebol nacional, inclusive nas finanças, a realidade das federações, seja na arrecadação ou no lucro é bem diferente do que ocorre com a CBF.

7.3.1- As finanças dos “feudos” futebolísticos

Inicialmente cabe sinalizar a dificuldade que é a obtenção dos dados financeiros das federações. Elas anualmente realizam assembleias com os filiados para apresentar as contas do exercício anterior e, após isso, as informações são enviadas para a CBF. Além disso, a lei nº 13.155/2015 estabeleceu no seu art.4º que as entidades esportivas (prática ou administração) devem publicar em sítio eletrônico próprio as demonstrações contábeis, após serem analisadas por auditores independentes. Porém, nem todas as federações disponibilizaram as informações seja no sítio eletrônico da CBF ou em local próprio.

No *site* da CBF encontra-se um local de armazenamento das demonstrações financeiras de todas as federações, com documentos desde 2013, porém, somente do ano de 2015 que estão todos os dados das 27 federações. Em 2016, por exemplo, a Federação do Pará e de Roraima não disponibilizaram os documentos, em 2017 o mesmo se repetiu com as Federações do Distrito Federal e do Amapá. No caso do Distrito Federal, consta o balanço patrimonial, mas não apresenta nenhuma informação sobre o operacional. Nos respectivos endereços eletrônicos dessas entidades também não consta nenhuma informação sobre as demonstrações financeiras.

Registra-se que a dificuldade de realizar as análises sobre as finanças dessas entidades não é apenas em conseguir os documentos. Esse é apenas o primeiro problema, o segundo é a falta de objetividade e transparência das informações que estão disponíveis neles. Os dados disponibilizados são documentos sem qualquer clareza e explicação sobre o que representa cada categoria e rubrica, seja sua origem ou a destinação. Em alguns casos são extratos publicados em jornais locais, como ocorreu com a Federação Mineira, documentos de empresa de auditoria, caso dos documentos da Federação do Maranhão, ata de assembleias, como foi feito pela Federação de Roraima, entre outros.

Daí resulta a terceira dificuldade que é conseguir de fato analisar os dados e fazer mediações. Isso é impossível quanto à descoberta da origem e a destinação dos recursos. Não há qualquer padronização na apresentação desses documentos. Cada federação demonstra de uma forma as receitas operacionais, financeiras e as despesas, com categorias sem qualquer descrição sobre o que se referem.

Dito isso, vamos trabalhar com as informações disponíveis nos portais eletrônicos da CBF e das federações. Os documentos coletados são do período de 2012 a 2017, pois, é o recorte histórico que possui informações das federações disponíveis nos locais supracitados⁴⁰².

Os dados foram coletados entre fevereiro e junho de 2018 e organizados em planilhas de Excel. Eles foram categorizados em magnitude da receita e despesa e origem e destino dos recursos, sendo que dessas informações como já adiantamos é impossível realizar qualquer linha histórica.

Para realizar um paralelo com as finanças da CBF, especialmente no que se refere à arrecadação, gastos e lucro, também foram analisados os dados da entidade no mesmo período histórico. Registra-se que os documentos da CBF também estão disponíveis no seu portal eletrônico.

Sendo assim, no que se refere às fontes de recursos das federações, conforme previsto nos estatutos, no capítulo do Regime Econômico e Financeiro na seção “Do exercício Financeiro” são: a) prêmios recebidos; b) receitas provenientes de patrocínio e de venda e cessão de direitos; c) recursos oriundos de aplicação de seus bens e da exploração do nome da Federação e seus símbolos; d) doações; e) taxas, multas e indenizações diversas. f) percentual

⁴⁰² Antes de iniciar gostaríamos de indicar a leitura do livro de Rebelo e Torres (2001), neste momento, especificamente daquilo que trata das finanças da federação do final dos anos 1990 e do ano de 2000. Eles apresentam um retrato da situação de cada uma das federações e como é “caótica” a administração financeira dessas entidades. A realidade retratada por eles ainda continua presente no dia a dia de todas as federações. Caso não seja possível ter acesso ao livro, o Relatório da CPI que deu origem ao livro pode ser visto em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/cedime/cpiFutebol/camara/relatorioNike.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

sobre a renda de campeonatos e outros eventos que as entidades promovem; g) repasses da CBF.

Entre as federações que mais arrecadam os recursos são originários de vendas comerciais (patrocínio e direitos de transmissão) e a bilheteria dos jogos, isso ocorre com as federações Paulista e Carioca. Porém, de outro modo, as federações menores sobrevivem dos repasses anuais da CBF. Nesse sentido, os recursos da CBF representam para 14, entre 99% (caso do Amapá) a 50% (como da Federação de Alagoas). A rubrica da CBF é usada para cobrir despesas operacionais, como o pagamento de recursos humanos e, também, os gastos com os campeonatos locais.

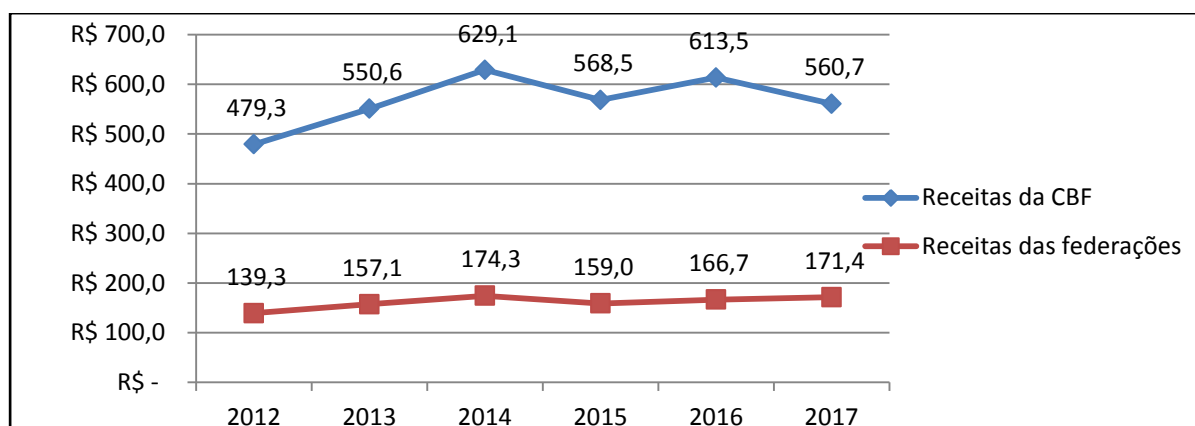
Observa-se que diferentemente da CBF que tem a seleção brasileira como um produto extremamente valioso, as federações não possuem uma mercadoria atraente no mercado. Assim, a aposta é na arrecadação com a comercialização dos estaduais, as taxas cobradas dos clubes para registro de atletas, jogadores e a bilheteria dos jogos dos seus eventos.

A arrecadação bruta das 27 federações somada com as receitas brutas da CBF foi de aproximadamente de R\$ 4,3 bilhões. Esse foi o montante que as entidades de administração do futebol nacional tiveram para investir no desenvolvimento da modalidade no período de 2012 a 2017. Isso significa que as federações arrecadaram apenas 28,4% (R\$ 967 milhões) do que a CBF conseguiu no mesmo período ou 39% a mais do que a arrecadação do Flamengo de 2017.

No que se refere aos recursos arrecadados pela CBF e federações a receita da primeira representa 78% e o valor das federações 22%, excluídos os repasses da CBF, de toda a arrecadação das entidades de administração do futebol nacional. No que se refere aos 24 clubes (20 da primeira divisão e 4 que caíram para a segunda divisão em 2017) a CBF e as federações juntas representam 15% de toda a receita e, obviamente, os clubes 85%, sendo que somente as federações representam 3%. Essas relações apenas confirmam a pouca representatividade das federações no “bolo” das finanças do futebol nacional. A maioria vive com o “pires” na mão solicitando socorro a CBF.

No tocante à evolução das receitas da CBF e federações, o gráfico 33 apresenta a série histórica de 2012 a 2017. Assim, observa-se pouca oscilação nas receitas das federações em relação a entidade máxima.

Gráfico 33: Evolução das receitas brutas das 27 federações em relação a arrecadação da CBF.



Fonte: Demonstrações financeiras das 27 federações e da CBF. Dados disponíveis em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes#.WyrqyVVKjiU>. Acesso em: 04/03/2018. Elaboração do autor (2018).

No recorte temporal de 2012 a 2014 houve um crescimento contínuo nas receitas das federações, porém, em 2015 teve uma leve queda, com um novo aumento em 2016 e 2017, porém, com valores menores do que de os 2014. Registra-se que o crescimento de 2017 em relação a 2012 foi de 18,8%, menor que o acumulado da inflação do Brasil no mesmo período (37,1%).

A evolução das receitas das federações acompanhou o ritmo da CBF, com exceção apenas de 2017 que diminuiu a arrecadação da CBF e houve um pequeno aumento no montante angariado pelas federações.

Observa-se que as federações Paulista e a Carioca representam 45,5% de toda a movimentação financeira das 27 federações no período de 2012 a 2017, sendo 30% da Federação Paulista e 15,5% da Federação do Estado do Rio de Janeiro. A diferença para as demais é enorme, inclusive dentro do *top 5*, com a Federação Mineira (8,4%), a Gaúcha (5,9%) e a Pernambucana (4,4%). As cinco juntas somam 64,2% dos R\$ 967 milhões arrecadados por todas as federações nos últimos seis anos⁴⁰³.

De acordo com o repórter Rodrigo Capelo da Revista Época, ao expor os dados das federações de 2015, a concentração de recursos nas federações Paulista e Carioca ocorre porque as partidas dos campeonatos possuem médias de público e renda superiores aos demais estados, o que significa mais recursos para essas federações. “Elas levam 5% das

⁴⁰³ Isso já considerando o valor médio arrecadado para os anos daquelas federações que não disponibilizaram os dados. A maior parte das informações não disponíveis foi do ano de 2012, ao todo foram 13 federações, em 2013 foram 3 e em 2014 foi 1 federação. A maior parte foi justamente daquelas que menos arrecadam recursos, como as Federações do Amapá, Roraima, Mato Grosso e Alagoas.

receitas brutas dos clubes com ingressos. Segundo, são estados que, por ter mais público e mais audiência na televisão, conseguem vender placas publicitárias”⁴⁰⁴.

Por outro lado, entre as cinco federações que menos arrecadaram recursos três estão na região norte e duas na região nordeste, sendo, respectivamente: a 27^a é a Federação do Amapá com apenas 0,5%, a 26^a é a Federação de Roraima com 0,7%, a 25^a é a Federação do Piauí com 0,7%, a 24^a é a Federação de Rondônia com 0,8% e, por fim, a 23^a a Federação de Alagoas com 0,9%. Entre as federações que arrecadaram menos de 1% do valor total de receita encontra-se a de Tocantins (22^a), também com 0,9%.

Entre 1% e 2% estão outras 10 federações e, no intervalo de 2,1% a 4%, estão 6 federações. Assim, apenas aquelas cinco citadas anteriormente possuem uma receita superior a 4% do valor total movimentado pelas 27 federações, sendo que a Paulista destoa de todas as outras. A tabela 10 apresenta a distribuição percentual do montante arrecadado de 2012 a 2017 e também uma coluna com o percentual de contribuição de cada estado para o PIB no ano de 2015.

Tabela 10: Distribuição do montante arrecadado pelas 27 federações no período de 2012 a 2017 em milhões de R\$ e o percentual do estado no PIB nacional.

Federações	Valor em milhões R\$ (2012 a 2017)	% da receita total (2012-2017)	% do Estado no PIB nacional (2015)
Bloco 1- federações com mais de 4% da receita total	R\$623,4	64,3%	61,1%
Federação Paulista de Futebol	R\$290,50	30%	32,4%
Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro	R\$150,40	15,5%	11%
Federação Mineira de Futebol	R\$81,70	8,4%	8,7%
Federação Gaúcha de Futebol	R\$57,70	5,9%	6,4%
Federação Pernambucana de Futebol	R\$43,10	4,4%	2,6%
Bloco 2- federações de 2% a 4% da receita total	R\$165,4	17,2%	19%
Federação Bahiana de Futebol	R\$35,20	3,7%	4,1%
Federação Paranaense de Futebol	R\$35,20	3,7%	6,3%
Federação Goiana de Futebol	R\$28,00	2,9%	2,9%
Federação Catarinense de Futebol	R\$25,90	2,7%	4,2%
Federação Norte Riograndense de Futebol	R\$21,30	2,2%	1,0%
Federação Sergipana de Futebol	R\$19,80	2%	0,6%

⁴⁰⁴ A matéria completa pode ser encontrada em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/05/os-faturamentos-dos-cartolas-27-federacoes-estaduais-arrecadam-r-144-milhoes.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.

Bloco 3- federações de 1% a 1,9% da receita total	R\$ 134,4	14,1%	16,9%
Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo	R\$16,80	1,7%	2,0%
Federação Cearense de Futebol	R\$14,60	1,6%	2,1%
Federação Maranhense de Futebol	R\$14,50	1,6%	1,3%
Federação Amazonense de Futebol	R\$13,80	1,5%	1,4%
Federação Brasiliense de Futebol	R\$13,80	1,5%	3,6%
Federação de Futebol do Acre	R\$13,30	1,4%	0,2%
Federação Paraense de Futebol	R\$12,70	1,3%	2,2%
Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul	R\$12,20	1,2%	1,4%
Federação Paraibana de Futebol	R\$12,10	1,2%	0,9%
Federação Matogrossense de Futebol	R\$ 10,60	1,1%	1,8%
Bloco 4- federações com menos de 1% da receita total	R\$44,6	4,5%	3%
Federação Tocantinense de Futebol	R\$ 8,90	0,9%	0,5%
Federação Alagoana de Futebol	R\$ 8,80	0,9%	0,8%
Federação de Futebol do Estado de Rondônia	R\$ 7,60	0,8%	0,6%
Federação Piauiense de Futebol	R\$ 7,10	0,7%	0,7%
Federação Roraimense de Futebol	R\$ 7,10	0,7%	0,2%
Federação Amapaense de Futebol	R\$ 5,10	0,5%	0,2%
Total	R\$ 967,00	100%	100%

Fonte: Demonstrações financeiras das federações de futebol. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes#.WyrqyVVKjiU>. Dados As informações sobre o PIB estão em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html> Acesso em: 04 mar. 2018. Elaboração do autor (2018).

A Federação Paulista arrecadou mais do que 20 federações, sendo todas do bloco 3, 4 e mais da metade do bloco 2 somadas. Entretanto, ao comparar a receita dessa federação com o que a CBF adquiriu no mesmo período a disparidade é abissal, sendo apenas 8%.

Ainda no bloco 1 temos outras duas federações da região Sudeste, uma do Sul e uma do Nordeste. Sem dúvida, o destaque é a presença da Federação Pernambucana que, nos últimos anos sempre teve pelo menos um clube na série A do campeonato brasileiro. A presença das outras três federações não surpreende, pois, estão localizadas em estados com destaque no PIB nacional.

Ao todo são 14 equipes das federações do bloco 1 que participam em 2018 da série A do campeonato brasileiro: 1 de Pernambuco; 2 do Rio Grande do Sul; 3 de Minas Gerais; 4 do

Rio de Janeiro; e, 4 de São Paulo. Ressalta-se que em apenas três vezes desde 1959, com a Taça Brasil, que um clube fora do bloco 1 conseguiu a conquista de um título nacional da série A. O Bahia, duas vezes (1959 e 1988) e o Atlético Paranaense, em 2001, ambos pertencem a federações do bloco 2.

Esse bloco é formado por três federações da região Nordeste, duas da região Sul e uma da região Centro-Oeste. A arrecadação delas é quase quatro vezes menor do que o bloco 1 e um pouco maior do que as 10 federações do bloco 3. Naquele bloco algumas federações possuem clubes tradicionais do futebol nacional que ora disputam a série A e ora a série B. No ano de 2018 são cinco equipes do bloco 2 que estão na série A, porém, normalmente ocupam a parte inferior da tabela de classificação.

O bloco 3 é formado quase integralmente por federações de regiões com menor PIB e índice de desenvolvimento humano, a exceção é o estado do Espírito Santo, porém, sem qualquer tradição no futebol nacional. A receita do bloco é 4,5 vezes menor do que o bloco 1 e menos da metade do que arrecadou a Federação Paulista.

Registra-se que o bloco possui um representante na Série A em 2018 o clube do Ceará que carrega o mesmo nome do seu estado. Entre as nove federações que possuem clubes na série A do campeonato brasileiro desse ano a com menor receita para o recorte em análise é a cearense, com apenas 1,5% do valor total, sendo a 13ª no *ranking* do montante arrecadado.

Por fim, as federações do bloco 4 que, à exceção da federação de Alagoas com dois clubes na série B do campeonato brasileiro de 2018, as demais, no máximo, têm clubes disputando as primeiras fases da série D. Os poucos recursos dessas federações dificultam o desenvolvimento da modalidade nos estados.

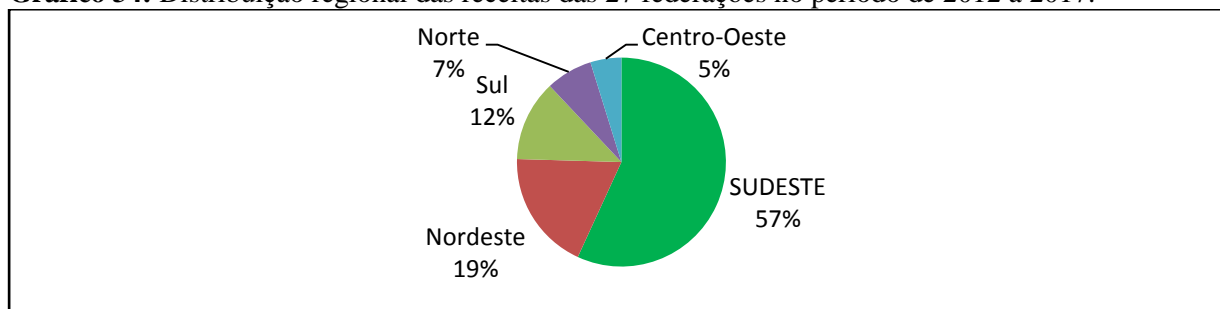
Observa-se, portanto, que as maiores federações estão na região Sul e Sudeste e as com menor poder econômico estão nas demais regiões. Sem dúvida, a desigualdade econômica e social do Brasil reproduz na posição das federações e clubes de futebol no Brasil. A presença de uma massa consumidora, com melhor poder aquisitivo nas regiões mais ricas, com a concentração de grandes empresas e a presença da mídia reflete na arrecadação dos clubes e das federações,

Nesse sentido, se a distribuição dos estados fosse feita pela representação no PIB significaria que teríamos sete estados com um percentual superior a 4% do PIB e 1/3 com menos de 1% no PIB nacional. Os outros 11 estão entre 2% a 4%. No bloco 1 da distribuição das receitas das federações permaneceria apenas um estado fora do eixo sul-sudeste, ao invés de Pernambuco, a Bahia. Porém, com menos de 2% de arrecadação estão 15 federações em estados com PIB inferior a esse percentual, sendo 3 do Centro-Oeste, a exceção é o Distrito

Federal, 6 da região Norte, a exceção é o Pará e 6 da região Nordeste, sendo exceções Bahia, Pernambuco e Ceará.

O gráfico 34 demonstra a distribuição das receitas por regiões e fica evidente que praticamente 70% de todo que é angariado fica concentrado na região Sul e Sudeste, mais especificamente em 6 estados, já que o Espírito Santo possui uma baixa arrecadação. O restante é dividido entre as outras 20 federações.

Gráfico 34: Distribuição regional das receitas das 27 federações no período de 2012 a 2017.



Fonte: Demonstrações financeiras das federações de futebol. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes#.WyrqyVVKjiU>. Acesso em: 04/03/2018. Elaboração do autor (2018).

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina são os estados com os maiores PIB do Brasil e onde também estão as federações (percentualmente por regiões) que mais arrecadam recursos. O Espírito Santo é a 13ª força econômica do Brasil. Por outro lado, os estados do Norte e do Nordeste possuem a menor representação no PIB brasileiro e também no *ranking* de arrecadação de recursos no futebol⁴⁰⁵.

Assim, as federações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste dependem diretamente dos repasses anuais da CBF para manter as atividades. “As federações conseguem dinheiro com anuidades e taxas pagas por clubes para inscrever atletas, doações, convênios, patrocínios. Mas, em geral, a história é sempre a mesma: a verba depositada pela CBF paga a maior parte da conta”⁴⁰⁶.

Um exemplo disso é o que ocorre com a Federação do Amapá que arrecadou em 2016 exatamente R\$1.071.910,00, sendo R\$1.050.000,00 de repasse da CBF, ou seja, a entidade conseguiu apenas R\$21.910,00 por conta própria. Em 2017 ocorreu o mesmo sendo que a

⁴⁰⁵ Os dados históricos do PIB nacional, por região e por estados estão disponíveis no *site* do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.

⁴⁰⁶ A matéria completa pode ser encontrada em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/05/os-faturamentos-dos-cartolas-27-federacoes-estaduais-arrecadam-r-144-milhoes.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.

entidade conseguiu apenas R\$23 mil com arrecadação própria e a CBF repassou R\$ 975 mil⁴⁰⁷.

Registra-se que nos últimos seis anos a CBF encaminhou cerca de R\$ 160 milhões para as federações⁴⁰⁸, porém, essa distribuição não considera as disparidades econômicas existentes, pois é dividido de forma equânime, sendo uma equação que considera iguais os desiguais⁴⁰⁹.

Além disso, a liberação dos recursos é realizada sem a apresentação de plano de trabalho ou projeto. Os recursos são destinados às federações muito mais para manter fiéis os dirigentes do que, de fato, desenvolver o futebol nos estados.

No que se refere às receitas das federações, destaca-se que a Paulista obtém 60% de suas receitas com publicidade e patrocínio e 21% com inscrição e renda dos jogos, as outras fontes- cursos, multas, registros e filiações- somam 19%. A Federação Paulista não deixa claro em qual rubrica está composto o repasse da CBF, mas em todos os anos a entidade recebeu pelo menos o valor mínimo estabelecido pela CBF para cada ano.

No caso da Federação do Rio de Janeiro a principal fonte de recursos é a comercialização dos direitos de transmissão do campeonato carioca- 38%, 23% de bilheteria e renda dos jogos, 22,5% de publicidade e patrocínio e 11,6% de taxas, multas, registros e filiações. Os repasses das CBF representaram 3,7% e outras receitas não especificadas foram 1,2%.

Entre as federações do bloco 2, apresentado anteriormente, quem mais arrecadou foi a Federação Bahiana, porém, diante da falta de apresentação detalhada dos dados não é possível identificar objetivamente quais são as fontes de recursos da federação, pois, nos relatórios constam apenas que, em 2017, por exemplo, foram 87% de receita como serviços prestados pela entidade e 13% de patrocínio. Já em 2016, foram 80% da primeira fonte e 20% da segunda.

Já no bloco 3 o destaque foi a Federação do Estado do Espírito Santo que deixa claro que são 4 as fontes que a entidade usa para arrecadar recursos. A principal são os repasses da

⁴⁰⁷ Informações disponíveis na prestação de contas da Federação Amapaense de Futebol (FAF) em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes/balanco-da-federacao-sergipana-de-futebol-ap#.Wy2Ji1VKjiU>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁰⁸ Valor corrigido pelo IGP DI em 04 abr. 2018.

⁴⁰⁹ Apesar de a CBF realizar uma divisão igualitária dos recursos, em alguns casos, isso varia conforme o *lobby* das federações por mais recursos para realização de um evento, para reformar uma sede, enfim, ocorrem repasses extras para algumas federações, de acordo com os interesses dos dirigentes da CBF. Além disso, a entidade concentra os repasses para as federações nos últimos meses do ano, justamente o momento que as entidades necessitam de mais recursos para pagar 13º e férias. Informação disponível em: <https://marcelrizzo.blogosfera.uol.com.br/2017/06/09/repasse-da-cbf-as-federacoes-tem-valores-diferentes-e-intriga-cartolagem/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CBF que soma 45,4%, seguido das receitas dos jogos 38,6%, 11,2% de taxas diversas e 4,8% de patrocínio. Desde as federações do bloco 2 fica claro que a partir dele os recursos da CBF são fundamentais para o desenvolvimento das atividades nos estados.

O mesmo cenário do bloco 3 se repete no bloco 4 com o predomínio dos repasses da CBF. No caso da Federação do Tocantins, entidade que mais arrecadou nesse bloco, 71% dos recursos de 2012 a 2017 vieram do cofre da CBF e o restante é basicamente com taxas dos serviços (28%), ou seja, filiação dos clubes, registros de atletas e taxas de inscrição dos clubes em competições. Em alguns anos a entidade conseguiu recursos com patrocínio, com bens de capital e outras receitas que ficam em apenas 1%.

Dito isso, reitera-se que a falta de uniformidade dos balanços financeiros apresentados impossibilita realizar qualquer paralelo entre as federações em relação às fontes de arrecadação ao longo do período de 2012 a 2017. Ainda assim, é possível inferir a partir dos dados disponíveis que nas federações dos estados mais ricos predominam os recursos de patrocínio, direitos de transmissão e renda dos jogos e as federações menores dependem diretamente dos repasses da CBF.

Diante do exposto questiona-se: qual é o destino dos recursos das federações? A resposta não é difícil de ser dada, pois, mesmo com toda dificuldade de mapear a destinação dos recursos, diante da falta de transparência e uniformidade dos balanços das federações não resta dúvida que o gasto com pessoal e despesas administrativas ultrapassa 50% e, em alguns casos, como da Federação Bahiana fica próximo dos 80%.

Ressalta-se que a ausência de uma política da CBF que orienta a aplicação dos recursos tem como consequência a centralização de recursos nas próprias entidades, com gastos com pessoal e nas despesas administrativas.

A Federação Paulista no período em análise teve um gasto com pessoal de 30,6%, sendo 11% apenas com salário. Nesse universo acrescentam-se 24,3% com as despesas com telefonia, material de limpeza, serviços prestados por pessoa jurídica, água e luz e outras manutenções na sede da federação. Assim, o percentual chega a 54,9% dos recursos. Ou seja, mais da metade são gastos com a federação. O que de fato é repassado aos clubes é apenas 9,3%, com cotas de participação nos eventos e com contribuições e subvenções - ajudam especialmente aos clubes menores a contratar jogadores. O restante é gasto com a realização dos campeonatos- arbitragem, premiação, propaganda e promoções- e tributos (0,5%) e projetos sociais (0,6%).

Registra-se que apenas o gasto da Federação Paulista com salário dos seus funcionários em 2017 é superior a toda a arrecadação da Federação do Amapá e próxima do que foi a arrecadação da federação do Piauí e de Roraima no período de 2012 a 2017.

Além disso, percentualmente o gasto com a gestão da Federação Paulista é 13% superior ao que a CBF consome anualmente com a sua gestão. Em São Paulo a entidade possui 12 departamentos e 11 vice-presidentes, sendo que em alguns departamentos são vice-presidentes que coordenam as atividades. Nem a CBF possui tantos vice-presidentes, ao todo a entidade máxima do futebol brasileiro possui 8.

Portanto, na Federação que mais arrecada no futebol brasileiro a centralidade do gasto não está na sua atividade fim, o desenvolvimento do futebol no seu estado, mas em manter a sua própria estrutura, que em alguns casos significa manutenção de altos salários e privilégios para uma casta de dirigentes.

Porém, essa realidade não é exclusiva da federação Paulista, pois ocorre com todas as federações. A segunda federação que mais arrecada no Brasil é a Federação do Estado do Rio de Janeiro e 41,4% dos recursos é gasto com pessoal, 29,2% com despesas administrativas, 3,2% com os eventos e apenas 6,4% com repasses para clubes e ligas filiadas. Outros 3% são gastos com tributos, 1,5% com indenizações e o restante (18,3%) são despesas gerais como material de consumo, limpeza, telefonia, água etc.

O cenário se repete com a Federação Bahiana que lidera o bloco 2. A entidade gasta 29,4% com pessoal e 48% com despesas gerais e administrativas, isso significa 77,4% com atividade meio e ainda têm 16,3% destinados aos eventos esportivos, mas que é impossível saber de fato com o que se gasta, já que no balanço financeiro da entidade não deixa claro a finalidade do recurso.

No caso da Federação do Espírito Santo aquela que lidera o bloco de 1% a 2% da arrecadação total, as despesas com pessoal representam 31,3% das despesas, sendo que em 2017 chegou a 36,3%. As despesas administrativas somam mais 20,5% - utilização de equipamentos e veículos, aluguel da sede e manutenção, depreciações e amortizações entre outros gastos. Ainda constam as despesas gerais com pagamento de pessoa jurídica e pessoa física (2,7%). Ao final, as despesas com os jogos e de repasses aos clubes é de 31,8%, sendo de repasse direito aos clubes apenas 1,1%.

Entre as federações que possuem receita de 0,1% a 0,9%, bloco 4, a Federação do Tocantins é uma das que mais gasta com pessoal, mais da metade da receita (55,5%) é para pagamento de salários, férias e outros direitos trabalhistas. A entidade gasta 19,2% com despesas administrativas e gerais. Os gastos com incentivo ao futebol e as despesas esportivas

representam 30,2%, porém, no balanço financeiro da entidade não diz com quais ações o recurso é aplicado.

A Federação Tocantinense possui além do presidente, um superintendente, cinco vice-presidentes, um diretor de departamento, três encarregados de departamento, com funções semelhantes ao diretor, um assessor jurídico e membros de comissões do conselho fiscal, consultivo e de arbitragem.

Como curiosidade, a Federação que menos arrecadou no período, Federação do Amapá, aliás, que depende basicamente dos repasses da CBF, gasta anualmente 44% da sua receita somente com pagamento de pessoal. A entidade que realiza um campeonato com apenas cinco equipes ainda gasta 10% com pagamento de terceiros, 10% com aquisição de material de consumo, expediente, esportivo e com a manutenção da entidade, 15% com tributos e o restante (21%) com serviços de arbitragem, contador, alimentação, passagens aéreas entre outros serviços. Sem dúvida, chama a atenção o montante gasto com as atividades meio em detrimento do desenvolvimento do futebol no estado.

Assim, ao analisar os balanços financeiros das entidades, ao menos naquilo que é possível, observa-se que os recursos que já são poucos para o desenvolvimento do futebol são centralizados na manutenção das próprias entidades e não na atividade fim que é possibilitar os atletas amadores e profissionais a prática da modalidade. Isso ocorre tanto nas federações maiores como nas federações que possuem pouco destaque no futebol nacional.

O resultado disso, na relação entre receitas e despesas acumuladas nos últimos seis anos foram 19 federações que ficaram com déficits e apenas 08 obtiveram superávits. Destaca-se que o percentual de “lucro” foi pequeno, na maioria das vezes não representou nem 10% do que as entidades arrecadam, sendo que apenas as Federações Pernambucana e Paranaense conseguiram superar essa barreira. Porém, apenas a Federação do Paraná conseguiu fechar todos os anos com dinheiro em caixa, as demais passaram por déficits e superávits.

Tabela 11: relação entre receitas x despesas em milhões de R\$ e percentualmente no período de 2012 a 2017 e variação fiscal dos estados (2011-2018).

Federações	Superávit ou Déficit	Variação do déficit/superávit em relação receita- 2012/2017 (%)	Variação do resultado fiscal dos estados em relação a receita (2011- 2017)
Bloco 1- federações com mais de 4% da receita total	-	-	-

Federação Paulista de Futebol	-2,1	-0,8%	-0,1%
Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro	-8,8	-5,6%	-11%
Federação Mineira de Futebol	4,7	5,8%	-7,1%
Federação Gaúcha de Futebol	-1	-0,5%	-1,7%
Federação Pernambucana de Futebol	7,4	21,9%	-5,1%
Bloco 2- federações de 2% a 4% da receita total	-	-	-
Federação Bahiana de Futebol	-1,6	-4,4%	-3,7%
Federação Paranaense de Futebol	4,2	12%	2%
Federação Goiana de Futebol	-1	-3,5%	-7,4%
Federação Catarinense de Futebol	-3,3	-11,4%	-3,6%
Federação Norte Riograndense de Futebol	-4,3	-16,8%	-17,4%
Federação Sergipana de Futebol	-1,2	-5,8%	-5%
Bloco 3- federações de 1% a 1,9% da receita total	-	-	-
Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo	-1,2	-6,7	-0,3%
Federação Cearense de Futebol	-0,5	-3,4	0,9%
Federação Maranhense de Futebol	-0,3	-2,1	0,4%
Federação Amazonense de Futebol	-0,6	-4,2	-1,4%
Federação Brasiliense de Futebol	-1	-6,8	-4%
Federação de Futebol do Acre	-0,1	-0,8	-
Federação Paraense de Futebol	0,8	6,3%	-3%
Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul	-1,1	-8,3	-2,8%
Federação Paraibana de Futebol	0,6	5%	-1,2%
Federação Matogrossense de Futebol	0,1	0,1%	-4,3%
Bloco 4- federações com menos de 1% da receita total	-	-	-
Federação Tocantinense de Futebol	-1	-1,20%	-
Federação Alagoana de Futebol	-2,1	+9,30%	4,9%
Federação de Futebol do Estado de Rondônia	-3	+4,10%	-
Federação Piauiense de Futebol	-1	+1,30%	0,1%
Federação Roraimense de Futebol	0,7	-9,90%	-
Federação Amapaense de Futebol	0	0%	-

Fonte: Os dados das federações estão disponíveis em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/balancos-federacoes#.WyrqyVVKjIU>. O levantamento sobre a variação fiscal dos estados está disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/em-tres-anos-conta-dos-estados-sai-do-azul-para-um-rombo-de-r-60-bi.70002152198>. Acesso em: 23 jun. 2018.

No bloco 1, as federações com superávits são a Mineira e a Pernambucana e as duas que mais arrecadam também foram aquelas que mais gastaram nesse bloco. No bloco 2 apenas a Paranaense obteve saldo positivo, as demais tiveram déficits sendo a Federação do Rio Grande do Norte com o pior resultado. No bloco 3 as federações do Pará, Paraíba e Mato Grosso tiveram superávits e o pior resultado foi da Federação do Distrito Federal. Por fim, no bloco 4 as federações do Tocantins e Roraima foram as únicas com superávit e a Alagoana

teve o pior déficit. Registra-se que a Federação do Amapá gastou tudo que arrecadou, mas sem deixar déficits.

A Federação Pernambucana obteve um superávit no período superior ao que a CBF conseguiu, pois, enquanto os pernambucanos economizaram 21,9% a entidade máxima teve superávit de 20,5%. Porém, o que para uma empresa o resultado é positivo, no caso futebol, com entidades sem fins lucrativos e os clubes em situação financeira difícil, tendo que renegociar constantemente dívidas com o setor público e privado, a análise necessita precisa ser feita de outra forma. Ou seja, uma federação ou mesmo a CBF obter lucro significa deixar de destinar recursos para o desenvolvimento do futebol estadual e nacional.

No caso específico de Pernambuco, mas poderia ser também estendido para os demais estados, como o Paraná que acumulou superávits, isso é feito com um custo alto para os clubes e as ligas amadoras. As entidades de administração aproveitam os campeonatos estaduais e as competições organizadas pela CBF para obter dos clubes receitas, seja por meio da renda da bilheteria ou com taxas e cobranças nas disputas nos eventos da CBF. Um exemplo disso é o ocorreu com o campeonato estadual do Paraná:

O Estadual é deficitário? Não para a Federação Paranaense de Futebol. Ao final de um campeonato com 74 partidas, ninguém arrecadou mais que a organizadora do campeonato, nem mesmo os grandes clubes. Quem mais arrecadou, o Atlético, foi salvo pela renda do jogo final contra o Coritiba. [...] quem menos arrecadou, o Prudentópolis, levou cerca de 130 vezes menos dinheiro que a FPF por todo o campeonato: o clube levou R\$ 4.767,62 de lucro na competição, contra R\$ 633.693,20 da Federação⁴¹⁰.

Dito isso, não significa a defesa que as entidades tenham que ter déficits ou mesmo a concordância com a centralização dos recursos nas atividades meio, mas que a política de equilíbrio fiscal deve ser orientada pelo fomento ao desenvolvimento da modalidade no país e não a busca de superávits ou o inchaço da máquina das federações, com a manutenção de privilégios.

Outra observação importante é que a situação de déficits das federações possui aspectos específicos do modelo de gestão adotado pelas entidades, porém, também está no interior de uma totalidade em que tanto o país como os estados convivem nos últimos anos com um acumulado de déficits. Já citamos anteriormente a situação da União, agora situamos que, desde 2011, no acumulado, apenas cinco estados conseguiram fechar com saldo em

⁴¹⁰ Informação disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/04/10/federacao-arrecadou-mais-que-todos-os-clubes-em-bilheteria-no-paranaense.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 jun. 2018.

conta: Alagoas, Paraná, Ceará, Maranhão e Piauí⁴¹¹. Os piores indicadores são dos estados do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro que, respectivamente, tiveram um déficit acumulado de -17,4% e -11%.

Entre os estados com superávit em suas contas apenas a Federação do Paraná obteve o mesmo resultado. Por outro lado, mesmo com o resultado negativo, os estados de Pernambuco, Minas Gerais, Pará, Paraíba e Mato Grosso, as federações de futebol conseguiram ter lucro.

Vale também salientar que a busca do equilíbrio nas contas públicas não deve ser feito com a restrição e retirada de direitos de cidadania e privatizações. A obtenção de superávits a partir de contrarreformas, como ocorre em âmbito federal com as alterações na legislação trabalhista e a tentativa de mudança na previdência, bem como as contrarreformas nos estados precisam ser vistas como uma política econômica e social equivocada.

Registra-se ainda que a relação entre receitas e despesas deve-se pautar primeiro por mecanismos de arrecadação que considerem a proporcionalmente da renda e os bens materiais e financeiros dos brasileiros e segundo, quanto às despesas, pelo atendimento dos interesses constitucionais, isso significa que aqueles que ocupam o topo da pirâmide social devem contribuir com um percentual maior e, da mesma forma, que a prioridade no gasto público não pode ser o pagamento de juros e dívidas.

Por fim, cabe registrar que a obtenção de superávits nesses anos pelas federações citadas não significa que não tenham dívidas acumuladas, seja com o setor público ou privado, pessoa física ou jurídica. Entre as três federações que obtiveram o maior saldo de superávit, a Pernambucana sem dúvida é aquela que aparece com a melhor situação financeira. Os débitos estão bem abaixo do que a entidade arrecada anualmente e concentram em despesas com fornecedores.

Porém, a situação das Federações Mineira e Paranaense é bem diferente. A primeira possui pendências com a União na ordem de R\$ 36 milhões, sendo que a dívida mais antiga é de 1963. O valor representa 44% de tudo que a entidade arrecadou entre 2012 a 2017. A Federação, em 2014, entrou no Programa Federal de Renegociação das Dívidas (REFIS). Até aquele ano todos os recursos que entravam na conta da entidade ficavam bloqueados para pagamento de dívidas. Para evitar isso, a entidade repassava os recursos angariados para uma

⁴¹¹ Registra-se que no levantamento realizado pelo Jornal Estado de São Paulo não consta as informações acerca de 06 estados conforme disposto na tabela 11. O motivo é a falta de consistência dos dados disponibilizados pelos estados.

empresa de administração e à medida que aconteciam as despesas, a federação requiritava o recurso⁴¹².

Em relação à Federação Paranaense nota-se que a dívida acumulada é um pouco menor do que a Mineira, porém são 75,2% de tudo que a entidade conseguiu de receita entre 2012 e 2017. “Parte deste valor já está negociado com os credores ou sob penhora judicial. Débito que foi acumulado ao longo de diversas gestões da casa da bola no Paraná”⁴¹³.

Mesmo em um cenário de déficits e endividamento, conforme narramos anteriormente, as federações, sobretudo, dos estados mais ricos não abrem mão das aplicações financeiras. Apesar de acumular dívidas e déficits, as duas maiores federações, Paulista e Carioca respectivamente, por exemplo, em 2016 tinham R\$ 2,6 milhões e R\$ 5,3 milhões aplicados.

Ressalta-se que essa prática não é exclusiva das entidades de administração do futebol, o Ministério do Esporte também recomenda aos seus parceiros, seja via orçamento ou gasto tributário a aplicar os recursos recebidos em fundos de aplicação de curto prazo ou em operação de mercado aberto⁴¹⁴.

Mas o que mais uma vez fica evidente é a atuação das entidades de direito privado sem fins lucrativos no mercado financeiro, movimentando recursos com o fim de obtenção de mais dinheiro, deixando de lado sua função social que é a promoção do futebol no país.

A análise das finanças das entidades de administração do futebol brasileiro deu um bom panorama como é feita a gestão do futebol brasileiro. A CBF arrecada muito, mesmo em períodos de crises éticas, gasta bastante, mas consegue obter lucro, principalmente pela capacidade da marca seleção brasileira ser uma mercadoria internacional. Por outro lado, as federações arrecadam pouco, gastam muito e, da mesma forma que a CBF, privilegiam os gastos com atividade meio e, ano após ano, concluem os exercícios com déficits e dívidas.

Na sequência vamos continuar fazendo a radiografia da estrutura do futebol brasileiro, agora olhando especificamente para a gestão da modalidade a partir das entidades de administração. Para tanto, elencamos algumas categorias para realizar esta análise, quais sejam: “democracia interna”, participação e relações com o Estado.

⁴¹² Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/08/ha-11-anos-federacao-mineira-paga-contas-e-salarios-com-dinheiro-vivo.html>. Acesso em: 23 jun. 2018.

⁴¹³ Informação disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/campeonato-paranaense/federacao-paranaense-de-futebol-tem-divida-de-r-265-milhoes-aponta-balanco-bjnz2pluzobv5styawpfzd78>. Acesso em: 23 jun. 2018.

⁴¹⁴ No caso da Lei de Incentivo ao Esporte a informação completa está em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/57830-perguntas-e-respostas>. Acesso em: 23 jun. 2018. No que se refere aos convênios basta entrar no site do Ministério do Esporte e ir às Diretrizes do Programa pretendido.

7.3.2- Coronéis da bola⁴¹⁵

Em 04 de agosto de 2015 o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.155/2015 que estabelece princípios e práticas de Responsabilidade Fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol. O artigo 5º trata das entidades de administração que organizam competições com clubes que possuem dívidas parceladas com a União. Entre os aspectos sinalizados limita os mandatos dos dirigentes, inclui atletas em órgãos e conselhos diretivos incumbidos de aprovação de regulamento de competições e publica anualmente a prestação de contas realizada por auditores independentes.

Conforme demonstrou Matias e Mascarenhas (2019, no prelo) o processo de tramitação de tal ordenamento foi duramente criticado pelos representantes da CBF no Congresso Nacional, sendo que um dos motivos foi a suposta ingerência do Estado sobre a gestão do futebol brasileiro.

Como já apontamos, o futebol profissional e amador no interior do sistema FIFA é conduzido no Brasil pela CBF e suas afiliadas nos estados. Elas conquistaram a partir de 1988 a autonomia administrativa e financeira e com isso argumentam que ao Estado não cabe nenhuma incisão sobre a gestão da modalidade no país.

Porém, são entidades que tratam diretamente de um bem cultural da humanidade, que usam de um aparato público – hino, bandeira e símbolos da nação e algumas recebem recursos públicos. Da mesma forma, não é possível esquecer que o futebol é um fenômeno que molda a identidade do brasileiro, portanto, extremamente relevante que a sociedade tenha acesso às informações e participe da sua organização. Assim, acreditamos que a presença do Estado legislando sobre o funcionamento das entidades esportivas é legítima.

Mas será que o problema para os dirigentes das federações é mesmo o Estado legislando sobre isso ou é, por exemplo, a implementação de normas que estabelecem tempo máximo de gestão e mecanismos de transparência? Nesse sentido, procuramos neste tópico refletir sobre o processo de ascensão e a manutenção dos dirigentes no poder e a gestão de um presidente do futebol brasileiro, olhando especialmente para a CBF e as federações. Nesse bojo procuramos sinalizar como são as relações entre CBF e federações e destas com a sociedade política.

⁴¹⁵ Apropriamos-nos do título de uma série de reportagem da Rádio Gaúcha, realizada em 2015 sobre a administração do futebol brasileiro. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/06/coroneis-do-futebol-bola-chuteira-e-televisao-em-troca-de-votos-4787533.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Genealogia do poder

A CBF já possui um novo presidente para o período de 2019 a 2022 é o paulista Rogério Caboclo. Ele foi o indicado de Marco Polo Del Nero, o ex-presidente da CBF que foi banido pela FIFA por participação em atos de corrupção juntamente com José Maria Marin, preso nos EUA⁴¹⁶.

Caboclo chegou à CBF por meio do seu “padrinho” que o já tinha levado para a Federação Paulista no início dos anos 2000 quando ainda atuava no setor financeiro do São Paulo Futebol Clube. Marco Polo Del Nero convidou Caboclo para trabalhar no Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, posteriormente o efetivou como diretor executivo da CBF.

Em 2018 Caboclo foi o chefe da delegação brasileira na Rússia, quando levou 37 dirigentes (27 presidentes de federações e 10 de clubes) e familiares, com passagens e diárias pagas pela CBF- seus eleitores- e atualmente é diretor do Comitê que organiza a Copa América de 2019 no Brasil.

A benção de Marco Polo Del Nero foi fundamental para a eleição de Caboclo. O “padrinho” articulou o apoio das federações e dos clubes ao seu pupilo. Às federações prometeu a continuidade das “mesadas” anuais, bem como o repasse de US\$100 milhões aos estados que não receberam jogos da Copa do Mundo (lucro do evento que foi encaminhado à CBF), a permanência dos estaduais - principal fonte de renda das federações maiores - e, ainda, criou mais cargos de vice-presidentes, agora são 8, antes eram 5. Aos clubes, a CBF aumentou o prêmio da Copa do Brasil e Caboclo apoiou a posição das equipes contra as exigências fiscais do PROFUT⁴¹⁷.

Além disso, para garantir o apoio, ou melhor, o voto de “cabestro”, a CBF também indica presidentes das federações e clubes para representar a entidade nos amistosos e nas competições em que as seleções principais e de base participam, bem como disponibiliza convites e todo o suporte para estarem presentes nos eventos, jogos e outras atividades em que a CBF e a seleção brasileira estão envolvidos⁴¹⁸. Ainda cabe citar que a CBF paga

⁴¹⁶ Reitera-se que Marin, Del Nero e Ricardo Teixeira foram denunciados por envolvimento em atos ilícitos envolvendo a comercialização de direitos de transmissão de eventos no Brasil e na América do Sul. Porém, até o momento somente o primeiro foi preso pelo FBI, os outros evitam deixar o país com receio de ter o mesmo destino de Marin.

⁴¹⁷ Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2018/03/10/para-fechar-chapa-unica-cbf-prometeu-agrado-e-investimento-a-federacoes/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴¹⁸ A reportagem da Rádio Gaúcha relata alguns desses eventos em que houve a participação de membros de federações e clubes. Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/06/coroneis-do-futebol-a-farra-de-repasses-da-cbf-as-federacoes-cj5vzvst13uqxbj09rc3t8tp.html>. Acesso em: 27 jun. 2018.

mensalmente para cada presidente de Federação R\$ 20 mil como remuneração pelo trabalho exercido⁴¹⁹.

Mas para evitar qualquer surpresa no processo eleitoral a CBF mudou o peso de cada membro no colégio eleitoral. Em assembleia realizada em março de 2017 estabeleceu que o voto das federações tem peso 3; os clubes da série A, peso 2; e os clubes da série B, peso 1. Com isso, 80 votos dos 141 são das federações, assim, quem possui o controle dessas entidades consegue se eleger facilmente presidente da CBF. Anteriormente apenas as 27 federações e os 20 clubes da série A tinha direito a voto, porém, com o PROFUT veio a ampliação do número de clubes, assim, a eleição poderia ser decidida por eles e não pelas federações. Portanto, a CBF movimentou para novamente deixar a cargo das federações o poder decisório.

A entidade manteve no estatuto a norma de que para ser candidato é preciso ter a adesão de 8 federações e, pelo menos, 5 clubes. Cabloco conseguiu a adesão de 25 federações, sendo exceções as duas maiores que pretendiam lançar o nome do presidente da Federação Paulista. Entre os clubes, foram 37 (20 clubes da série B e 17 da série A) que o apoiaram apenas Corinthians, Flamengo e Atlético PR não assinaram o manifesto de candidatura. Portanto, o candidato de Del Nero teve o apoio de quase todo o colégio eleitoral, sendo candidato único.

Na eleição, todas as federações, inclusive a Paulista e a Carioca, votaram em Caboclo, entre os clubes, apenas o Corinthians votou em branco, o Flamengo se absteve e o Atlético PR não encaminhou representante para a assembleia. Registra-se que na costura realizada por Marco Polo Del Nero para a eleição de Caboclo foi necessário compor a chapa com 8 vice-presidentes, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 1: Relação dos vice-presidentes eleitos e suas características.

Vice-presidentes	Características
Castellar Neto	Ex-presidente da Federação Mineira e advogado. Chegou a se posicionar na oposição, mas acabou fazendo união com a chapa de Rogério Caboclo. Faz parte do Comitê "Players Status" da FIFA.
Fernando Sarney	É um dos vices da CBF desde os tempos de Ricardo Teixeira. Filho do ex-presidente da República José Sarney, é um dos representantes da América do Sul no Conselho da FIFA e também participa das reuniões do Conselho da Conmebol.
Marcus Vicente	Deputado Federal (PP-ES), já foi presidente da Federação de Futebol do Espírito Santo e chegou a presidir a CBF por um mês, entre

⁴¹⁹ Informação disponível em: <https://soundcloud.com/radiogaucha/coroneis-do-futebol-revela-sistema-de-perpetuacao-de-poder-na-cbf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

	dezembro de 2015 e janeiro de 2016, quando Marco Polo Del Nero se licenciou.
Coronel Nunes	Antônio Carlos Nunes é o atual presidente em exercício da CBF. É o vice-presidente mais velho, tem 79 anos, tendo sido eleito para manter o poder com os aliados de Del Nero quando ele se licenciou do cargo. Presidiu a Federação do Pará por mais de 20 anos.
Francisco Novelletto	Presidente da Federação Gaúcha, já fez parte do grupo dos "rebeldes", mas se aproximou da gestão da CBF a ponto de ser escolhido para ocupar uma das vice-presidências.
Ednaldo Rodrigues	Presidente da Federação Bahiana de Futebol por 16 anos, também já foi um dos "rebeldes", mas estreitou os laços com atual cúpula da CBF.
Gustavo Feijó	Já é dono de uma das vice-presidências da CBF, representando o bloco de dirigentes do Nordeste. Foi presidente da Federação Alagoana e é prefeito da cidade de Boca da Mata (AL).
Antônio Lopes	Aquino Toniquinho, como é apelidado, é o presidente da Federação de Futebol do Acre pelo sexto mandato seguido (34 anos). Tem 71 anos e será vice da CBF por representar o bloco de entidades da região Norte.

Fonte: As informações sobre o perfil dos vice-presidentes da CBF estão disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/esportes/candidato-unico-rogerio-caboclo-eleito-presidente-da-cbf-22601133#ixzz5JSVpZKie>. Acesso em: 25 jun. 2018. Elaboração do autor (2018).

À exceção de Sarney, todos os demais passaram pelo menos uma década como dirigente de federação e, como o filho do ex-presidente do Brasil, alguns deles também já ocuparam ou estão exercendo cargos públicos seja no âmbito executivo ou legislativo. Portanto, todos de alguma forma foram presidentes de federação, de clube ou participam da política nacional. Além disso, tiveram fortes laços com o Ricardo Teixeira, como parte do seu ciclo de poder.

Entre os vices de Caboclo destaca-se o atual presidente da CBF e presidente da Federação do Pará, há quase 30, o Coronel Nunes. Ele que já foi prefeito biônico de Monte Alegre (PA) e é anistiado político, assumiu o lugar de Marco Polo Del Nero, em definitivo, em abril de 2018 por ser o vice-presidente mais velho.

No que se refere a Del Nero, observa-se que nem concluiu seu mandato como presidente da CBF. Ele foi eleito em 2014 na chapa “continuidade administrativa” que contava com José Maria Marin como um dos seus vices. Del Nero até 2014 estava na direção da Federação Paulista e era um dos vices de Marin que, por sua vez, obviamente, foi vice-presidente na chapa de Ricardo Teixeira na CBF.

Del Nero, assim como Caboclo, foi candidato único, contou com o apoio de Marin e também teve apenas três resistências ao seu nome no processo eleitoral. Além disso, da mesma forma que Caboclo, prometeu continuar com “a excelente administração do Marin. Não vai ter muita diferença de gestão. A continuidade será mais ou menos nessa linha. Pode ser que mude alguma coisa, mas é só uma questão de como conduzir, não do perfil - afirmou o novo presidente”.

Já José Maria Marin assumiu em março de 2012 após a renúncia de Ricardo Teixeira. Ele que foi vereador e Deputado Federal por São Paulo durante a Ditadura Militar e também vice-governador e governador (por 1 ano) do mesmo Estado, também durante o regime autocrático, foi presidente da Federação Paulista de 1982 a 1988 e desde então esteve na CBF com Teixeira. Marin herdou a cadeira de presidente da CBF por ser à época o vice-presidente mais velho e como todos os presidentes seguintes prometeu continuar o trabalho do seu antecessor: “assumo a presidência de acordo com o estatuto da entidade e cumprirei o mandato até o final para fazer uma gestão de continuidade ao que vinha sendo feito - disse o novo presidente⁴²⁰”.

Nota-se que todos prometem continuidade do trabalho daqueles que os antecederam, sem qualquer ruptura no método de gestão. A continuidade significa a manutenção do modelo de gestão de Ricardo Teixeira que caracterizou pelo caráter centralizador, pouco transparente, sustentado em um sistema de reciprocidade e coerção aos adversários (REBELO; TORRES, 2001; FARIA, 2017). Além disso, baseia-se na lógica de superposição do interesse privado sobre o público, com apropriação do patrimônio da entidade⁴²¹.

Nesse sentido, Caboclo e seus vices são herdeiros de Marco Polo Del Nero, José Maria Marin e Ricardo Teixeira, um grupo que comanda o futebol brasileiro há quase 30 anos. A ascensão de Caboclo significa que o controle da entidade continua nos mesmos ritmos e tom das gestões anteriores e isso pode ser confirmado pelo discurso dele ainda como candidato e após ser eleito. Ainda no período de campanha Caboclo afirmou que vai continuar o trabalho de Del Nero e exaltou medidas tomadas por ele. “Entre os pontos destacados estão o aumento

⁴²⁰ A trajetória de Marin e a atuação de Ricardo Teixeira ao longo dos 23 anos que esteve como presidente da CBF pode ser vista em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2012/03/marin-anuncia-renuncia-de-ricardo-teixeira-da-presidencia-da-cbf.html>. Acesso em: 26 maio 2018.

⁴²¹ Ao longo dos 23 anos na CBF Ricardo Teixeira acumulou denúncias, algumas estão registradas por Rebelo e Torres (2001), produto da CPI CBF-Nike, outras pela CPI do futebol de 2015 (FARIA, 2017). Ele deixa o cargo da CBF e do Comitê de Organização da Copa do Mundo de 2014 em 2012 justamente por escândalos de corrupção. Entre 2009 e 2012 Teixeira movimentou R\$ 500 milhões, o que chamou a atenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda e culminou com o indiciamento dele e outras três pessoas. Informação disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,ricardo-teixeira-movimentouquase-meia-bilhao-em-4-anos,1698440>. Acesso em: 01 jul. 2018.

de receita da CBF com novos contratos de televisão da Copa do Brasil e da seleção, e o investimento feito em competições como as Séries B, C e D”⁴²². Após ser eleito deixou claro como funciona a política na CBF “começo a agradecendo aqueles que confiaram em mim, reconheceram meu trabalho e respeitam minha trajetória. [...] estamos plenamente comprometidos com quem nos apoiou. [...] Sou leal e grato aos que me acompanham”⁴²³.

A política é clara: “aos amigos tudo aos inimigos a lei” ou “para os amigos pão, para os inimigos pau”. Reitera-se que Caboclo é o continuísmo de um modelo de gestão tradicional construído ao longo dos anos que se caracterizou pelo controle total do futebol brasileiro nas mãos de um seleto grupo de dirigentes, que se perpetuam no poder, com a troca de favores, benesses e constrangimento aos opositores, tratando a CBF e o futebol nacional como um patrimônio privado. Aspectos nocivos à boa gestão esportiva (RIBEIRO, 2012).

Nesse cenário pouco importa à plataforma da chapa, pois, a centralidade está naquilo que se oferecem em troca do apoio político. A lógica é a distribuição de favores e benesses aos eleitores. Isso não é visto apenas na CBF, pois, se reproduz entre as federações e na política brasileira como um todo (BEZERRA, 1996).

Sem dúvida, uma marca da administração do futebol nacional é a pouca alternância no poder. Aliás, as federações são administradas como feudos, com o poder centralizado nos mesmos grupos há várias décadas, comandadas pelas mesmas pessoas que somente deixam os cargos por causa de acidentes, mortes ou para assumir outros cargos na CBF.

A média é ficar na direção das federações por 15 anos e depois passar o bastão para um vice-presidente de confiança. Nesse sentido, a federação de Roraima está há 44 anos com o mesmo presidente, no Acre há 33 anos, no Pará o Coronel Nunes conduz a entidade com mão de ferro há 29 anos, um ano a menos tem o presidente da Federação do Amazonas Dissica Valério. Esse, que já tentou seguir a carreira na política, porém não teve êxito nas candidaturas a Deputado Estadual e para prefeito de Eirunepé pelo MDB⁴²⁴.

No Tocantins o feudo é do ex-Deputado Federal e ex- Senador Leomar Quintanilha, que desde a criação da Federação, em 1989, possui o controle total do futebol no estado. Nos 29 anos de existência da federação ele ficou por cinco anos licenciado do cargo, porém, continuou no período dando as cartas.

⁴²²Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2018/03/10/para-fechar-chapa-unica-cbf-prometeu-agrado-e-investimento-a-federacoes/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴²³Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/candidato-unico-na-eleicao-rogerio-caboclo-e-eleito-presidente-da-cbf.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴²⁴ Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/06/coroneis-do-futebol-bola-chuteira-e-televisao-em-troca-de-votos-4787533.html>

Por um período semelhante ao de Quintanilha está Heitor Luís Costa, ex-Deputado Estadual e Constituinte, à frente da Federação de Rondônia. Ele comanda a entidade desde 1996 e fica no cargo pelo menos até 2019, com a possibilidade de permanecer por mais 4 anos.

Para completar o “clube” daqueles que possuem mais de 20 anos no comando de uma federação está o ex-prefeito de Rio Negro (MS) Francisco Cesário de Oliveira. Ele, que desde os anos 1980, está na entidade, comanda o futebol no estado há 22 anos.

Quadro 2: Dirigentes das federações e tempo no comando das entidades.

Federação	Nome do presidente	Tempo na direção
Roraima	Zeca Xaud	44
Acre	Antônio Aquino Lopes	33
Pará	Coronel Nunes	29
Amazonas	Dissica Valério Tomaz	28
Tocantins	Leomar Quintanilha	24
Rondônia	Heitor Luís costa	24
Mato Grosso do Sul	Francisco Cezário de Oliveira	22
Bahia	Ednaldo Rodrigues Gomes	16
Amapá	Roberto Góes	14
Rio Grande do Sul	Francisco Novelletto Neto	14
Rio de Janeiro	Rubens Lopes da Costa	12
Goiás	André Luís Pitta Pires	11
Rio Grande do Norte	José Vanildo da Silva	11
Paraná	Hélio Pereira Cury	11
Piauí	Cesarino oliveira	9
Ceará	Mauro Carmélio Santos	9
Pernambuco	Evandro Carvalho	7
Maranhão	Antonio Americo Lobato Gonçalves	7
Espírito Santo	Gustavo Vieira	4
Paraíba	Amadeu Rodrigues	4
São Paulo	Reinaldo Carneiro Bastos	4
Alagoas	Felipe Feijó	3
Sergipe	Milton Dantas	3
Mato Grosso	Antônio Carlos	2
Santa Catarina	Rubens Renato Angelotti	2
Distrito Federal	Daniel Vasconcelos	1
Minas Gerais	Adriano Aro	1

Fonte: Sítio eletrônico das federações. Elaboração do autor (2018)

Entre as federações com mandatário com menos tempo no poder destaca-se Minas Gerais, Distrito Federal, Santa Catarina, Mato Grosso, Sergipe, Alagoas, São Paulo, Paraíba e Espírito Santo. Em Minas Gerais e Alagoas, as entidades “pertencem” respectivamente às famílias Aro e Feijó. No caso do estado da região Sudeste a família Aro administra a Federação Mineira por mais de 30 anos com o pai, o avô e com o tio de Adriano Aro, atual presidente. Nos últimos quatro anos eles indicaram Castellar Guimarães para comandar a entidade enquanto Adriano era seu vice, agora os papéis se invertem, sendo que Castellar

também assume um dos cargos de vice-presidente da CBF. O irmão de Adriano Aro, Marcelo Aro é Deputado Federal e durante a tramitação do PROFUT no Congresso Nacional ganhou o cargo de Diretor de Transparência e Ética da CBF, justamente pelos relevantes serviços prestados à entidade.

Em Alagoas, o pai de Felipe Feijó, Gustavo Feijó, deixou o cargo na federação alagoana após 7 anos para assumir a prefeitura de Boca da Mata (AL) e uma vice-presidência da CBF. Gustavo Feijó é investigado pela Polícia Federal por usar recursos oriundos da CBF para a federação alagoana de futebol como caixa 2 na sua campanha eleitoral. Em junho de 2016 a Política Federal fez busca nos imóveis dele e do filho, em Maceió⁴²⁵.

Na Federação do Distrito Federal nos últimos quatro anos foram 3 presidentes diferentes. O último, eleito em 2016, deixou o cargo um ano depois sob a acusação de fraude na prestação de contas da entidade. O atual presidente foi indicado pelos presidentes de clubes, alguns retirados da Federação pelo ex-presidente sob a suspeita de comandar um esquema de venda ilegal de ingressos e sonegação de impostos⁴²⁶.

O fato concreto é que a Federação vive um momento atípico, pois, ocorre uma disputa entre grupos diferentes pelo controle dos negócios da entidade, algo que é raro de se encontrar no interior das administrações esportivas. Normalmente há uma acomodação, distribuição de benesses e favores entre aqueles que fazem parte do comando do futebol nacional.

No caso da Federação de Mato Grosso o atual presidente assumiu após a morte do ex que comandava a entidade há 34 anos. O mesmo ocorreu em Santa Catarina em que o dirigente está há apenas dois anos no comando, pois, o ex-presidente após 30 anos a frente da entidade faleceu no acidente aéreo que levava o time da Chapecoense em 2016 para disputar a final da Copa Sul-Americana na Colômbia. Registra-se que o mesmo aconteceu com Eduardo Viana no Rio de Janeiro em 2006, que estava há 21 anos no comando da Federação fluminense e, desde então, Rubens Lopes da Costa manda no futebol naquele estado.

No Mato Grosso aconteceu algo inédito no universo da gestão das entidades de administração do futebol que é um dirigente não conseguir ser reeleito. Após a morte de Carlos Orione em 2016 assume um dos vice-presidentes, porém, nas eleições realizadas neste ano a oposição conseguiu formar uma chapa e vencer o pleito. Entre as 27 federações esse é único caso em que um grupo que não estava no comando de uma federação consegue derrotar

⁴²⁵ Informação disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/06/09/pf-faz-apreensao-em-casa-de-vice-da-cbf-e-prende-presidente-de-federacao.htm>. Acesso em: 27 un. 2018.

⁴²⁶ O contexto de disputa na Federação Brasiliense pode ser visto em: https://www.df.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/futebol-candango/2017/09/15/noticia_futebol_candango_62111/clubes-pedem-a-destituicao-do-presidente-da-federacao-de-futebol-do-di.shtml. Acesso em: 27 jun. 2018.

a chapa da situação. Em todas as demais federações a marca é a continuidade, seja com a mesma pessoa ou com alguém indicado do grupo dirigente.

Em Sergipe o atual presidente fica no cargo pelo menos até 2024. Ele assumiu em 2016 após a federação ser comandada por Carivaldo Souza por 26 anos. Diante da desistência de Carivaldo em continuar na direção da entidade, Milton Dantas, com o apoio do seu antecessor, foi eleito em 2016 para ficar no cargo até 2020 e, em junho de 2018, foi reeleito para o período de 2020 a 2024.

Em São Paulo nenhuma novidade, pois, o atual presidente está na entidade desde 1988 e atuou junto a Del Nero. Ele assumiu com as bênçãos de Del Nero que deixou o cargo para assumir a presidência da CBF em 2014.

Na Paraíba tudo está “em casa”, afinal, depois de 25 anos da “dama de ferro” Rosilene Gomes no controle da entidade, o bastão foi para um aliado. Ela comandou o futebol paraibano de 1989 a 2014, herdando o cargo do seu marido que também presidiu a entidade. Porém, foi afastada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, após denúncias de apropriação de recursos da entidade e, mesmo assim, conseguiu eleger o seu sucessor⁴²⁷.

No Espírito Santo o presidente é Gustavo Vieira, que antes era membro da gestão de Marcus Vicente. Este saiu depois de 21 anos à frente da federação para assumir uma vice-presidência da CBF. Atualmente além da função na CBF também é Deputado Federal (PP)⁴²⁸.

Na Federação do Maranhão o presidente é um ex-interventor nomeado pela CBF para assumir a entidade após escândalos de corrupção. Já em outro estado da mesma região, Pernambuco, o presidente é o mesmo que estava na entidade desde 1985 como vice-presidente e que deve ser eleito esse ano para mais 4 anos de mandato. O mesmo ocorre na Federação do Piauí e do Ceará, na primeira o atual presidente está na entidade desde 1993, sendo que, a partir de 2004 como vice-presidente e, de 2011, como presidente e, na segunda o atual presidente ocupa cargos na Federação também desde 1993, como vice de 2004 a 2009 e presidente a partir de 2009.

Para completar a região Nordeste, na Bahia o atual presidente está no quarto mandato indo para o quinto a partir de 2019. Edvaldo Rodrigues Gomes é ex-atleta e ex-presidente de clube de futebol do interior do Estado, além disso, ocupa um cargo de vice-presidente da CBF. Já no Rio Grande do Norte, o presidente José Vanildo Silva também foi o Secretário

⁴²⁷ Informação disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/esportes/a-forca-da-dama-de-ferro-os-25-anos-de-reinado-de-rosilene-da-fpf.html>. Acesso em: 27 jun. 2018.

⁴²⁸ Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/lance/pool-marcus-vice-no-comando-da-cbf-e-questionado-no-espírito-santo.cd96956ab25186a09cfaf6742b211b57qde0qry9.html>. Acesso em: 27 jun. 2018.

estadual responsável pela Copa do Mundo e o Secretário de Esporte e Lazer em 2017 no estado. Ele que já comanda a entidade desde 2007 ficará, pelo menos, até 2022⁴²⁹.

Da mesma forma, para concluir a região Norte falta a Federação do Amapá comandada pelo ex-prefeito de Macapá e atualmente Deputado Federal Roberto Góes (PDT). Há 14 anos ele comanda o futebol no estado e ficará no cargo até 2022.

Na região Sul falta mencionar o estado do Rio Grande do Sul que tem a sua federação controlada pelo empresário Francisco Novelletto Netto há 14 anos. Ele é dono de uma rede de aparelhos eletrônicos e controla toda a publicidade do campeonato estadual. Na gestão de Caboclo na CBF será um dos oito vice-presidentes⁴³⁰.

Por fim, cabe sinalizar que a Federação Goiana é comandada por André Pitta que chegou à entidade contratado pelo seu tio Wilson da Silveira em 2005 como *office boy*. Posteriormente ocupou diversos cargos e, com a morte do tio em 2007, assumiu a entidade que comanda até, pelo menos, 2019⁴³¹.

Registra-se que em 2007 com a perspectiva de o Brasil sediar a Copa do Mundo em 2014, a CBF em seu estatuto orientou as federações, caso fosse de interesse delas, prorrogar o mandato do seu presidente até o término do mundial. O apontamento foi seguido a risca pelas entidades, inclusive mencionado explicitamente nos estatutos, como fez a federação do Acre:

Art. 82- Caso o Brasil seja confirmado a sediar a Copa do Mundo de 2014, diante da prévia escolha pela FIFA, o mandato do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros do Conselho Fiscal que se encerram em 31 de janeiro de 2012, será excepcionalmente, prorrogado até 31 de janeiro de 2015, tudo de acordo com o art. 102, caput, parágrafo único e art. 103, todos do Estatuto da Confederação Brasileira de Futebol⁴³².

A decisão de Ricardo Teixeira em 2007 de autorizar a prorrogação dos mandatos dos dirigentes foi feita sob o argumento de que era necessário experiência para organizar a Copa do Mundo, porém, o fato concreto é que atendeu as federações que não tiveram nenhum envolvimento com o mundial e, fundamentalmente, tal medida apenas contribuiu para fortalecer a imagem de que o esporte – e isso não é exclusividade do futebol e nem das

⁴²⁹ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/rn/noticia/jose-vanildo-estende-mandato-de-presidente-da-fnf-ate-2022.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2018.

⁴³⁰ Informação disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/2018/04/1600/francisco-novelletto-quisera-toda-a-empresa-fosse-igual-a-cbf-esse-pais-seria-diferente/>. Acesso em: 27 jun. 2018.

⁴³¹ Informação disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/esporte/por-unanimidade-presidente-da-fgf-%C3%A9-eleito-para-quatros-anos-de-mandato-1.673240>. Acesso em: 27 jun. 2018.

⁴³² O estatuto da Federação de Futebol do Acre pode ser visto em: http://ffac.com.br/wp/?page_id=2759. Acesso em: 27 jun. 2018.

entidades esportivas do país conforme sinaliza Martins e Reis (2017) – e democracia, mesmo que formal, são dispares, pois, a lógica é a eternização de dirigentes no poder.

Nesse sentido, a radiografia que apresentamos confirma que democracia (mesmo que seja formal) e futebol são coisas que não combinam. Afinal, se considerarmos os argumentos de Bobbio, Matteucci, Pasquini (1998) de que democracia no sentido *stricto sensu* envolve consenso eleitoral, participação nos pleitos e, às vezes, é governo e outra, oposição, questionamos se de fato temos uma democracia, ainda que formal, no âmbito do futebol nacional. Pois, mesmo nos cenários em que ocorrem os processos eleitorais não significa a existência de um regime democrático, uma vez que não há alternância dos grupos dirigentes nas entidades, sendo ora governo e ora oposição.

Da mesma forma é preciso ressaltar que a participação daqueles que estão envolvidos com a modalidade, atletas, treinadores, árbitros e torcedores, seja simplesmente nos processos eleitorais ou no cotidiano das entidades esportivas é limitada. Inclusive para registrar uma chapa concorrente na direção da CBF ou em uma das federações é preciso passar pela “cláusula de barreira”, ou seja, ter um número mínimo de filiados avalizando sua candidatura e, em alguns casos, ter sido presidente de clube, como é na Federação do Mato Grosso.

Observa-se que a longevidade de dirigentes ou dos mesmos grupos no comando do futebol nacional somente é possível pela relação clientelista existente entre CBF e federações e destas com os clubes e ligas, bem como pela restrição do poder decisório em poucas mãos, com baixa transparência e sem qualquer presença de representantes da sociedade civil nos conselhos e colegiados das entidades.

Sobre o primeiro aspecto já narramos o sistema de reciprocidade da CBF, o qual também se estende para as relações estabelecidas entre as federações e seu colégio eleitoral. A lógica clientelista conforme sinaliza Carvalho (1997, p.3) caracteriza-se pela “relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo voto”. Ela somente sobrevive na política brasileira por causa de sua “[...] capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral” (AVELINO FILHO, 1994, p. 3).

No tocante às organizações esportivas sobrevivem pela substituição do antigo modo de indicação do dirigente por membros do Estado. Nesse sentido, materializa-se por meio da doação aos clubes e ligas amadoras de bolas, uniformes, chuteiras e até televisores. “[...] em

época de eleição, a federação vem e dá um presente: bola, jogo de camisas, jogo de calção. Pior é um clube profissional que se vendeu por dez televisores”⁴³³.

A série de reportagem da Rádio Gaúcha denominada de “Coronéis da Bola” revelou também, como citamos, que o sistema de perpetuação no poder dos cartolas, tanto da CBF como das federações passa por coerção física, perseguição aos opositoristas e distribuição de dinheiro entre os filiados”⁴³⁴.

Registra-se que as manobras eleitorais, mudanças nos estatutos, distribuição de favores, bens materiais e dinheiro é algo presente ao longo da história da CBF e das federações. Isso fica mais visível com a chegada de Ricardo Teixeira a CBF em 1989. Aliás, “antes mesmo da eleição [1989], Teixeira gastou US\$ 2 milhões para enviar um aparelho de fax para cada uma das 27 federações”. À época, o então presidente da Federação de Pernambuco, Fred Oliveira, narra também que ele “comprou material, conseguiu patrocínio de material esportivo, já tinha algumas empresas conversando com ele e essas empresas mandavam recursos para as federações, como bola, camisa, chuteira, fax e equipamentos. Ele ajudou muito”⁴³⁵.

Figueiredo (2017, p. 223) narra ainda que a dupla Havelange-Teixeira em campanha “bancou passagens, hospedagens e ingressos para presidentes de clubes e federações e suas famílias para os mais diversos eventos futebolísticos”.

Portanto, o primeiro mecanismo utilizado ao longo da história para perpetuação no poder por parte dos cartolas é a distribuição de cargos e bens públicos do futebol nacional (CBF e federações), sejam material ou imaterial, a federações, clubes e ligas em troca de apoio político-eleitoral.

Assim, essas práticas patrimonialistas, em que o poder político é exercido em causa própria, apropriando-se do que é público (FAORO, 2012), quanto às ações clientelistas que usam esse patrimônio público para obtenção de sustentação política (CARVALHO, 1997) são faces de um modelo de gestão tradicional presente no futebol brasileiro, que associadas aos interesses das grandes empresas, inclusive do setor de comunicação, leia-se Rede Globo, contribuem para a perpetuação dos mesmos indivíduos e grupos no poder.

Destaca-se que a longevidade no poder de uma casta de dirigentes que suga os recursos do futebol para atender suas demandas pessoais e daqueles que estão em sua volta

⁴³³ Relato do candidato derrotado na última eleição de Alagoas. Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/06/coroneis-do-futebol-bola-chuteira-e-televisao-em-troca-de-votos-4787533.html>. Acesso em: 28 jun. 2018.

⁴³⁴ Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/06/coroneis-do-futebol-bola-chuteira-e-televisao-em-troca-de-votos-4787533.html>. Acesso em: 28 jun. 2018.

⁴³⁵ Informação disponível em: <https://gaucha.atavist.com/coroneisdofutebol2>. Acesso em: 28 jun. 2018.

somente é possível porque é lucrativo para as frações da burguesia que estão envolvidas com a modalidade. Conforme revelou Ribeiro (2012, p.), após entrevistas com dirigentes esportivos e segmentos do mercado sobre a governança esportiva no Brasil, “a estabilidade na gestão das Federações é interessante para o patrocinador, pois permite o desenvolvimento de relações duradouras com as entidades e estabilidade nos contratos”.

Da mesma forma, para a fração da burguesia que está dirigindo o Estado a relação com uma casta de dirigentes que ocupa cargos há muitos anos é mais simples para se conseguir benefícios políticos e econômicos, seja seu corpo executivo e/ou legislativo.

Porém, não são apenas as práticas clientelistas e patrimonialistas que sustentam esse modelo de gestão, pois, há também um fenômeno conhecido como mandonismo. “O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico [...] exerce sobre a população o *domínio pessoal e arbitrário* [...]” (CARVALHO, 1997, grifos nosso). Além disso, Leal (2012, p. 60) afirma que o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários, sendo raramente cordiais. “O normal é a hostilidade”.

Nesse sentido, o controle absoluto exercido por uma casta de dirigentes das entidades de administração do futebol exclui qualquer possibilidade de participação dos envolvidos com a modalidade no processo decisório. Isso inicia com as limitações impostas pelos estatutos para o lançamento de chapas a direção da CBF e federações, com as cláusulas de barreira, se estende a vinculação do Conselho Fiscal ao presidente da entidade, tendo em vista que é eleito na mesma chapa, o que constrange as iniciativas que vão de encontro aos interesses do mandatário e concretiza com a restrição da participação dos representantes de clubes, atletas, árbitros, treinadores e outros segmentos nas assembleias.

Ressalta-se que a CBF nos últimos anos mesmo com a imposição do PROFUT de que nas assembleias da entidade deveria ter a participação dos clubes da série A e B, tal medida foi negligenciada, por exemplo, na discussão do estatuto da entidade, quando foi ampliado o peso das federações no colégio eleitoral, as federações e nas reuniões de prestação de contas. Além disso, a CBF e as federações continuam à margem da legislação ao não incluir nas comissões que discutem os regulamentos das competições os representantes dos atletas profissionais⁴³⁶.

Ainda no tocante à participação da sociedade civil nas decisões e no monitoramento da rotina da CBF e das federações é visível a falta de transparência e publicidade das

⁴³⁶ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/03/1869562-assembleia-da-cbf-foi-absolutamente-ilegal-diz-deputado-relator-do-profut.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2018.

informações. Um parâmetro para isso é a ausência nos sítios eletrônicos da CBF e das federações dos estatutos, dos balanços financeiros e da periodicidade das assembleias com os filiados. No *site* da CBF, por exemplo, não está disponível o estatuto da entidade e nem o cronograma de reuniões e assembleias.

Já entre as 27 federações, apenas quatro (Acre, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina) disponibilizam os estatutos e os balanços financeiros. Em 16 federações não consta nenhum dos dois documentos, em cinco está disponível apenas o balanço financeiro – em alguns casos incompletos, como da Federação Bahiana – e, em outras duas, tem apenas o estatuto.

Ainda que a presença dessas informações não seja garantia de uma gestão transparente e mesmo democrática. Da mesma forma, não significa que o divulgado seja verdadeiro, por outro lado, a ausência denuncia o total descaso das entidades com os atores envolvidos com a modalidade.

Assim, percebe-se que, apesar de existência de mecanismos intrínsecos, previstos nos estatutos, e uma legislação nacional que estabelece normas sobre a inserção de novos atores na gestão do futebol nacional, observa-se que o poder continua centralizado e o “coronel” continua mandando no seu “feudo”.

Nesse sentido, a consequência para aqueles que tentam fazer oposição é ostracismo político e ser perseguido. Algo visto, por exemplo, pelo presidente do Corinthians Andrés Sanches, após o discurso da vitória de Caboclo: “Pela forma como ele (Caboclo) disse no discurso que quem o apoiou será recompensado, Corinthians, Flamengo e Atlético-PR deverão ter problemas. Sinceramente espero que ele não cumpra com esse discurso”⁴³⁷. Reiteramos que os três clubes não votaram em Caboclo na eleição da CBF em 2018.

Além da centralização, da perseguição e da pouca transparência, o mandonismo caracteriza-se também por sua herança patriarcalista que, no caso específico, se refere à ocupação e ao loteamento de cargos na CBF e nas federações entre aqueles que possuem laços sanguíneos, entre os agregados da “família” – “baixa parentela” – e os amigos. Como aponta Ribeiro (2012, p. 107):

Não é raro que filhos, sobrinhos, cônjuges e amigos ocupem funções ou sejam beneficiados indiretamente por meio de contratos de prestação de serviços. Não se discute o mérito desses profissionais. Alguns podem até ter

⁴³⁷ Informação disponível em: <http://www.lance.com.br/futebol-nacional/andres-justifica-voto-eleicao-cbf-afirma-vou-ter-problemas.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

a habilitação desejada para a função exercida, mas esta situação pode gerar uma série de conflitos de interesses indesejáveis para a organização [...].

Nesse sentido, lembramos que não é à toa que a remuneração de recursos humanos é o principal gasto das federações e que o custo com a Gestão da CBF chega 41% da arrecadação da entidade.

A lógica familiar é visível, por exemplo, nas federações de Alagoas e Minas Gerais em que os atuais presidentes são herdeiros da política esportiva dos respectivos estados. Em outros estados foram os sobrinhos, netos entre outros parentes sanguíneos que assumiram os cargos de direção.

Nessa política “paternalista, calcada no “apadrinhamento” ou como definiu Leal (2012, p. 60) de “filhotismo”, o chefe ou dirigente para favorecer os membros do seu grupo político e os setores do Estado e mercado que estão envolvidos “resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência [...]. Por isso mesmo, o filhotismo tanto contribui para desorganizar a administração”.

Antes de seguir, cabe observar que a adoção de uma perspectiva racional-legal de dominação, alusão à ideia de tipo ideal de dominação de Marx Weber, não significa por si só que as entidades sejam democráticas, transparentes e imunes ao ilícito ou à “desorganização”. Registra-se que não há nenhum ecletismo teórico aqui, mas apenas a demonstração de que não é a existência de um modelo racional, burocrático, democrático, no sentido de ter eleições que garante a existência de alternância de poder, transparência e participação. Conforme apontam Martins e Reis (2017, p. 21):

[...] apenas para defender a modernização da gestão não é necessariamente resolver o problema. Dirigentes e políticos têm utilizado a defesa da modernização para beneficiarem a si próprios, justificando seu envolvimento com práticas autointeressadas, clientelistas e clandestinas [...]. Por sua vez, acadêmicos, jornalistas e “especialistas” em gestão têm utilizado o termo para defender a utilização do modelo empresarial para gerir o esporte, como se os interesses do empresário fossem isentos de práticas autointeressadas. Esse modelo, além de não resolver os problemas da falta de dinheiro das federações, das dívidas dos clubes de futebol com o Estado, ainda não é garantia nenhuma de um balancete publicitado e sem práticas indevidas. Além disso, pode se constituir também como um retrocesso, já que pode tornar a gestão das federações ainda menos democrática. Afinal, nela quem manda é o CEO, que não necessariamente é eleito e nem está sujeito a mecanismos de accountability perante seus representados, os consumidores do espetáculo esportivo, sem direito à voz e poder político de fato.

Assim, seja qual for o perfil da gestão, a “desorganização”, a corrupção e o favorecimento aos aliados em detrimento do conjunto dos envolvidos são mais presentes se, de fato, não tiver processos democráticos, transparentes e com a plena participação social. Além disso, é preciso pontuar que a corrupção, mais do que um desvio ético, é parte do próprio modo de produção capitalista, atuando como um mecanismo que busca reverter a lógica decrescente da lei tendencial de queda dos lucros.

Dito isso, é importante ressaltar que patrimonialismo, clientelismo e mandonismo perpassam toda a história política brasileira e também está presente ao longo da história do futebol no país. Obviamente que esses fenômenos manifestam de formas diferentes ao longo do tempo e persistem mesmo com a adoção de um regime representativo e com os mecanismos de participação social, seja no complexo da política nacional ou no interior do futebol.

Todos esses fenômenos constituem a seara política brasileira e estão presentes no futebol, sendo parte do que Leal (2012, p. 10) denominou de “coronelismo”, “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude dos resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. O “coronelismo”, como alerta Carvalho (1997), constituiu entre 1989 a 1930 uma complexa rede de relações que envolvia desde o coronel (local) ao presidente da república. No âmbito do futebol, está configurado nas relações entre os dirigentes esportivos nos diferentes níveis com os representantes do Estado.

7.3.3- As relações entre as entidades administrativas do futebol e o Estado

Para concluir este tópico é importante mencionar as diferentes relações existentes entre os representantes das entidades esportivas e os membros da sociedade política. Reitera-se que as organizações esportivas são entidades de direito privado sem fins lucrativos e ao Estado cabe exercer o papel de regulação e também de garantir as condições materiais (força física, infraestrutura e apoio financeiro) para que as competições e prática ocorram no país.

Desse modo, vislumbra-se três formas de relações existentes entre as entidades esportivas e a sociedade política: a) mutualista; b) desarmônica ou conflitiva; c) ocupação dos espaços no poder legislativo e executivo.

Nas relações mutualistas os dirigentes esportivos e os representantes do Estado se associam e ambos se beneficiam dessa união. Aos primeiros cabe abrir o “palanque esportivo” durante os eventos, estreitar os canais de comunicação com os representantes de clubes profissionais e amadores e ter ali “cabos eleitorais”. Por outro lado, aos membros da

sociedade política resta a tarefa de garantir infraestrutura esportiva (quando for o caso), transporte, segurança, materiais, inclusive esportivo, e recursos para o desenvolvimento das competições.

Um exemplo disso vem do Maranhão em que o governo do Estado investe diretamente na realização do campeonato estadual. Em 2017, foram R\$ 1,5 milhão para os clubes de futebol que disputam a primeira divisão. Sobre isso o atual governador disse que: “Ficamos felizes em ver o sucesso desses times de futebol e acreditamos muito que o Governo, ao apoiar o Campeonato Maranhense de Futebol, faz com que esses clubes possam ter patamar de qualidade técnica cada vez melhor [...]”. Já o Secretário de Esporte e Lazer ao falar sobre a parceria entre Estado e Federação de Futebol do Maranhão afirma que: “A exemplo de 2016, em 2017 o Governo do Estado manteve o apoio aos clubes que disputam o Campeonato Maranhense de Futebol e o faz por compreender a sua relevância de ordem econômica, de ordem social e cultural para o nosso país”. Por sua vez, o presidente da Federação, inclusive filiado ao mesmo partido político do governador, disse que o apoio estatal é fundamental para o futebol do maranhense. “Podemos ver que do ano passado para cá o nível dos clubes aumentou sensivelmente e hoje nós temos um campeonato mais equilibrado, temos clubes mais estruturados e isso se verteu a essa ajuda que foi dada no ano passado e está sendo repetida este ano”⁴³⁸.

No Pará o governo desde 2010 sustenta a realização do estadual, em 2018 foram R\$ 6 milhões, sendo que quase R\$ 4 milhões somente do Banco do Estado, que deu nome à competição. De acordo com o governador, “[...] esse evento é um esforço cada vez maior de dar dinamismo ao nosso esporte, fazendo do futebol uma ferramenta de integração do estado. Isso contribui para que o Pará se conheça melhor, para que as torcidas possam se confraternizar”. Já o presidente da Federação e os dirigentes dos clubes relataram que sem os recursos do estado dificilmente o campeonato aconteceria: “o apoio que o governo está dando é de suma importância para os times do interior prepararem suas equipes [...]. Nosso município está muito motivado com o nosso retorno e só temos a agradecer ao governador Simão Jatene”⁴³⁹. Este relato é do presidente do Bragantino, clube do interior do estado do Pará, e fica claro que a ação estatal não é vista como uma conquista ou um direito, mas como uma ação benevolente de um gestor público, que logo deverá receber sua recompensa-voto.

⁴³⁸ Todos os trechos citados são da matéria: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/politicas-sociais/governo-do-estado-mantem-apoio-aos-oito-clubes-do-campeonato-maranhense-de-futebol-2017>. Acesso em: 01 jul. 2018.

⁴³⁹ Os trechos estão disponíveis em: <http://zedudu.com.br/governo-do-estado-do-para-assina-contrato-para-realizacao-do-campeonato-paraense-de-2018/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Por outro lado, a participação estatal é sempre lembrada em eventos oficiais da CBF e federações, ainda no Maranhão, em 2015, durante o amistoso da seleção brasileira olímpica, o vice-governador recebeu a medalha comemorativa pelos 100 anos da seleção brasileira⁴⁴⁰.

Ainda sobre as relações mutualistas, Mascarenhas, Silva e Santos (2014, p. 509) ao problematizar as mediações entre o lulismo e o futebol lembra que o ex-presidente Lula, se por um lado, produzia ordenamentos e discursos demonstrando a necessidade de profissionalização e uma modernização da administração do futebol brasileiro – leia-se implementação de uma gestão empresarial –, por outro, reforçou o conservadorismo presente no relacionamento do Estado com as entidades de administração – clubes, federações e CBF e FIFA, transformando o “Estado em principal parceiro das entidades de administração do futebol no país”.

Registra-se que as práticas mutualistas estão espalhadas pelo país e podem ser confirmadas em uma simples visita aos endereços eletrônicos de federações e clubes. Nesse sentido, tanto os dirigentes esportivos como os dirigentes políticos procuram no futebol a sobrevivência política, o atendimento dos interesses das entidades/instituições ou pessoal (políticos e financeiros), bem como manter suas atividades e, também, garantir aos envolvidos o acesso ao futebol, como atleta ou torcedor.

Sobre este último aspecto é importante ressaltar que as relações mutualistas entre entidades esportivas e o Estado que estejam pautadas em princípios democráticos, transparentes e éticos contribuem para expansão da prática da modalidade, bem como para a apreciação estética dos espetáculos futebolísticos.

Assim, é possível ter esse tipo de parceria atendendo aos interesses coletivos e não particulares. Ou seja, os objetivos comuns se sobrepõem aos privados, inclusive aos econômicos. Entretanto, enquanto permanecer a atual estrutura do futebol brasileiro e a lógica predominante no país da pequena política, conforme sinaliza Coutinho (2010), as ações terão como prioridade a perpetuação no poder e o atendimento aos interesses dos envolvidos com a modalidade.

Um fato citado anteriormente importante é a definição dos papéis de cada ente no desenvolvimento da modalidade no país, pois, a ausência disso acarreta a sobreposição de ações ou negligência de ambas as partes. Por exemplo: quem deve ser o responsável pelo futebol feminino profissional no Brasil? O que cabe ao Estado e a CBF e federações? Nos

⁴⁴⁰ Informação disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-base-masculina/antonio-americo-presidente-da-fmf-faz-homenagens-no-castelao#.WziuYtVKjIU>. Acesso em: 01 jul. 2018.

últimos anos o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal realizaram uma série de atividades como:

[...] três Copas Libertadores da América de Futebol Feminino no Brasil. A primeira, em 2012, foi realizada em Pernambuco. A segunda, após articulação da Secretaria de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor com a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), foi disputada na cidade de Foz do Iguaçu (PR), em 2013. No ano seguinte, novamente com o apoio do Ministério do Esporte, a competição continuou no Brasil, tendo como sede São José dos Campos (SP).

Outra grande conquista para a modalidade foi a realização do Campeonato Brasileiro em 2013, algo que não acontecia desde 2001. O torneio contou com o patrocínio de R\$ 10 milhões da Caixa Econômica Federal e o apoio do Ministério do Esporte. Em 2014, 2015 e 2016 o incentivo se repetiu, com o mesmo valor anual.

Além disso, o Ministério do Esporte também fortalece a formação de base da categoria e investe na realização de campeonatos escolares Sub 17 e da Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino (CBUFF). A primeira edição da CBUFF, realizada em 2014, teve investimento do Governo Federal de mais de R\$ 2 milhões. Em 2015, o apoio cresceu e os recursos aplicados no torneio foram de R\$ 2,475 milhões⁴⁴¹.

Entretanto, a modalidade dentro do sistema FIFA é de responsabilidade da CBF, porém, a entidade apenas cuida da seleção principal e não incentiva clubes a formar e desenvolver a modalidade. Registra-se que o Estado que, por meio do PROFUT, obrigou os clubes, a equipes profissionais da modalidade e, também, a CONMEBOL a partir de 2019 exige dos clubes participantes da Taça Libertadores que tenham equipes femininas.

Ainda na esfera federal o Ministério do Esporte na sua Secretaria que cuida especificamente do futebol também possui um programa para atender apenas crianças e adolescentes que desejam praticar essa modalidade. De acordo com a pasta, o objetivo do Programa “Seleções do futuro” é “incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol para crianças e adolescentes, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte”⁴⁴². O mesmo tipo de ação se repete pelo país nos estados e municípios, sendo o futebol o principal objeto dos programas esportivos (MALAGUTTI; HIRATA; STAREPRAVO, 2016).

Porém, qual é o nível de articulação com a esfera federal e com as organizações esportivas? Não há qualquer tipo de coordenação dos trabalhos e compartilhamento de ações, cada ente federativo e os esportivos realizam suas ações sem uma definição de suas funções e uma participação coletiva.

⁴⁴¹ Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/futebol-feminino>. Acesso em: 04 jul. 2018.

⁴⁴² Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/selecoes-futuro>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Para mudar esse cenário é fundamental uma reorganização das entidades de administração do futebol, bem como do Sistema Nacional do Esporte, deixando claro o que cabe a cada federação, confederação, comitê e ao Estado em suas três esferas. Da mesma forma, é necessário que a sociedade civil se organize e “ocupe” os espaços da sociedade política tornando-a mais democrática e participativa.

Dito isso, o segundo tipo de relação existente entre sociedade política e organizações de administração do futebol é o oposto da anterior, pois, se caracteriza pelo conflito entre os dois entes. As relações desarmônicas ocorrem basicamente porque as entidades esportivas como sendo de direito privado entendem que qualquer iniciativa estatal de regulação do setor seja uma intervenção.

A relação conflitiva é visível desde a década de 1990 com a constituição dos primeiros ordenamentos no Congresso Nacional após o regime autocrático. As organizações esportivas se organizaram de forma contrária à aprovação do projeto original da Lei Zico e da Lei Pelé e atuaram fortemente no Congresso Nacional para modificá-los (OURIQUES, 1999). Durante as CPIs que investigaram cartolas, as entidades agiram em bloco questionando e atrapalhando o trabalho dos parlamentares (REBELO; TORRES, 2001; FARIA, 2017).

Mais recentemente observa-se que as relações entre CBF e o Governo Federal foram tensas quanto à definição dos papéis de cada um na organização da Copa do Mundo de 2014. As divergências iniciaram ainda na gestão da CBF de Ricardo Teixeira, que reclamava publicamente da lentidão do governo com as obras e os ordenamentos que beneficiaram as entidades esportivas e empresas associadas à FIFA com isenções fiscais. Por outro lado, o governo também questionava a ausência de espaço de diálogo e participação nas decisões sobre o Mundial.

A saída encontrada pela FIFA foi inserir o governo no Comitê Organizador Local da Copa. “O governo quer esquecer os problemas do passado – incluindo aí as desavenças com Jérôme Valcke –, mas principalmente apagar o período turbulento enquanto a CBF e o COL eram presididos por Ricardo Teixeira”⁴⁴³.

A saída de Teixeira e a entrada de Marin na CBF pioraram ainda mais as relações, pois, como ex-membro da ditadura militar, Marin foi um oponente direto da ex-presidente Dilma Rousseff. Assim, apesar de a FIFA incluir o governo federal no Comitê Organizador da Copa do Mundo a convivência e o diálogo entre o executivo federal e a principal entidade do futebol brasileiro foram conflituosos. “O clima entre Dilma Rousseff e José

⁴⁴³ Trecho da matéria disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol.com-anuencia-da-fifa-governo-intervem-e-entra-no-col,870258>. Acesso em: 02 jul. 2018.

Maria Marin segue turbulento, o governo não quer nenhuma relação comercial com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) enquanto Marin for presidente da entidade”⁴⁴⁴.

O término da Copa e a saída de Marin e a chegada de Del Nero não mudaram os humores dos dirigentes, pelo contrário, a situação somente piorou com a edição, em 19 de março de 2015, da Medida Provisória nº 671/2015 que criou o PROFUT.

CBF e a presidente Dilma Rousseff não se bicam. Não há a menor tolerância. Desde a publicação da Medida Provisória, arbitrando o refinanciamento da dívida dos clubes, a Confederação Brasileira de Futebol tem sido implacável com o governo federal. É como se fosse uma batalha. Argumenta a CBF que, do jeito que está, a MP vai promover uma ruptura no futebol brasileiro com o enfraquecimento da entidade nacional e das federações estaduais. E os clubes seriam os mais prejudicados. Dentro do governo, a MP não só daria um jeito na dívida de R\$ 4 bi que os clubes têm com a união, como também seria o alicerce de um novo parâmetro de administração do futebol no País e, por tabela, dos clubes⁴⁴⁵.

Conforme sinalizam Matias e Mascarenhas (2019, *no prelo*), durante a construção e tramitação da referida MP no Congresso Nacional o Governo Federal guardou distância dos cartolas e se aproximou do movimento dos jogadores de futebol- Bom Senso Futebol Clube. Nesse sentido, a MP atendeu, sobretudo, aos interesses desse movimento que, além de refinar as dívidas dos clubes com a União, estabeleceu uma série de exigências também para a CBF e federações, como a ampliação do colégio eleitoral, o limite dos mandatos em apenas 4 anos com uma reeleição e a punição por gestão temerária.

Ao longo da tramitação da matéria no Congresso Nacional as entidades esportivas acusaram o governo de intervenção na gestão do futebol e procuraram modificá-la, porém, não tiveram êxito. No entanto, desde agosto de 2015 quando a medida foi sancionada, as organizações esportivas buscam anular os efeitos da nova legislação, seja com atuação junto ao Poder Judiciário ou com modificações nos estatutos, como fez a CBF em 2017 com a alteração do peso dos votos das federações no colégio eleitoral.

Registra-se que as organizações esportivas, para evitar uma maior regulamentação do setor por parte do Estado, procuram cooptar representantes da sociedade política e também ocupar os espaços no legislativo, executivo e judiciário, seja local, estadual ou federal.

Esse é o terceiro aspecto das relações existentes entre organizações esportivas de administração do futebol e Estado, sendo que o movimento mais recente foi visto durante a

⁴⁴⁴ O texto completo pode ser visto em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/jornal-dilma-afasta-estatais-da-cbf-enquanto-marin-for-presidente,31993c2458b4e310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 02 jul. 2018.

⁴⁴⁵ A matéria “CBF e governo federal em conflito” está disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/blogs/prosperi/cbf-e-governo-federal-em-conflito/>. Acesso em: 02 jul. 2018.

tramitação do PROFUT em que a CBF realizou as mesmas ações de *lobby* e atração de parlamentares para a defesa dos seus interesses que realizara no passado. Alguns parlamentares foram nomeados para cargos na entidade e outros foram convidados para representá-la em jogos da seleção nacional, principal masculina e feminina ou de base, além dos jantares e presentes (FARIA, 2017).

O caso mais visível, inclusive já citamos, foi do Deputado Marcelo Aro (PHS), que assumiu a diretoria de ética da CBF durante a tramitação do PROFUT no Congresso Nacional, tendo uma atuação destacada contra a medida. Outro parlamentar, Vicente Cândido (PT), ocupa a diretoria de relações internacionais da CBF. Outros parlamentares como Roberto Góes (PDT) e Marcus Vicente (PP) estiveram em viagens representando a entidade, o primeiro, em evento da FIFA, em 2017; e o segundo, em amistosos da também em 2017.

O mais recente a ocupar um cargo na direção da entidade é o filho do senador Zezé Perrella (MDB) de Minas Gerais. Gustavo Perrella, que teve o helicóptero apreendido pela Polícia Federal com cocaína, em 2017, deixou o cargo de Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Torcedores no Ministério do Esporte em abril de 2018 para assumir a diretoria de Desenvolvimento e Projetos da CBF⁴⁴⁶.

A relação, na maioria das vezes promiscua, entre agentes da sociedade política e entidades esportivas sempre esteve presente, porém, mais visível desde a reabertura política do país com o fim da ditadura civil-militar em 1985 e envolve atores políticos de todo o espectro político-partidário. A democracia formal, mesmo com os seus limites de participação social, produz um cenário em que os diversos atores da sociedade civil buscam influenciar e atrair agentes públicos para a defesa dos seus interesses nas esferas de governo, uma lógica corporativa. Sem dúvida, isso não foi diferente com as entidades esportivas que atuaram junto ao Executivo e o Legislativo, formando uma “bancada da bola”, com parlamentares do campo esportivo ou não, mas que estão alinhados com os dirigentes esportivos.

No mesmo sentido, com o objetivo de fortalecer o grupo que defende os interesses da administração desse esporte no país, além do processo de cooptação de lideranças dos três poderes há também o apoio político e financeiro a diversos atores políticos durante os pleitos eleitorais.

Sobre isso, a série de reportagem da Rádio Gaúcha narra que

⁴⁴⁶ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/04/dono-de-helicoptero-apreendido-com-cocaina-vira-diretor-da-cbf.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2018.

[...] entre 2004 e 2008, na gestão do presidente Ricardo Teixeira, a CBF gastou R\$ 1,3 milhão em doações para campanhas eleitorais de candidatos a prefeito, vereador, deputado estadual e deputado federal. Entre os agraciados, destaque para dirigentes da CBF e de entidades filiadas.

Anteriormente, a CPI CBF-Nike já tinha revelado como as organizações esportivas financiavam campanhas de diversos parlamentares dos diferentes partidos políticos (REBELO; TORRES, 2001). Na eleição de 1998 a CBF doou R\$ 5,1 milhões entre políticos e associações. “As doações, que variaram entre R\$ 5 mil e R\$ 100 mil, foram parar no caixa de campanha de figuras da política nacional, como Delfim Netto, o senador José Agripino Maia, o presidente do Vasco, deputado Eurico Miranda e o deputado Darcísio Perondi”⁴⁴⁷.

A mais recente denúncia de financiamento de campanha eleitoral por parte da CBF e uso do dinheiro e materiais da federação em benefício próprio é do atual prefeito de Boca da Mata (AL) Gustavo Feijó (MDB)⁴⁴⁸. “Após a análise dos milhares de *e-mails*, anexos, imagens e arquivos encontrados no material digital, a CPI [Futebol] identificou mensagens com indícios de financiamento de campanha não declarado à Justiça Eleitoral, em favor de Gustavo Feijó”⁴⁴⁹.

Feijó é apenas um “peixe” pequeno que demonstra como funciona a estrutura de poder e a busca de manutenção de privilégios, e ausência de qualquer interferência do Estado sobre a administração do futebol nacional. Afinal, são diversos casos em que dirigentes esportivos utilizam do seu posto para alçar a cargos no parlamento e no executivo. Ressalta-se que o bom relacionamento com clubes e ligas amadoras forma um colégio eleitoral importante para as disputas nos legislativos (municipal, estadual e federal) e também para os cargos no executivo (prefeito, secretário municipal ou estadual).

Isso ocorre com diversos presidentes de federações, como no Rio Grande do Norte que já foi secretário de esporte e lazer e coordenou as atividades da Copa do Mundo de 2014 no Estado. O ex-presidente da Federação de Alagoas que deixou o cargo para assumir uma prefeitura no interior do Estado. Outro exemplo é do Espírito Santo em que o ex-presidente da Federação do Espírito Santo, Marcus Vicente, que construiu carreira como dirigente esportivo atualmente ocupa uma cadeira de Deputado Federal na Câmara dos Deputados e, também é vice-presidente da CBF.

⁴⁴⁷ Informação disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,cbf-doou-mais-de-r-5-milhoes-em-98,20010410p44264>. Acesso em: 03 jul. 2018.

⁴⁴⁸ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/operacao-da-pf-mira-vice-presidente-da-cbf-envolvido-em-caixa-2/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

⁴⁴⁹ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/operacao-da-pf-mira-vice-presidente-da-cbf-envolvido-em-caixa-2/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

Enfim, os exemplos se repetem pelo país, sendo uma prática comum, porém, nem sempre são os dirigentes que se dispõem a sair do seu “feudo” e procurar outras demandas, assim, colocam o seu peso político e os recursos das organizações esportivas a disposição de aliados políticos.

O fato concreto é que não há nada de ilegal ou imoral na busca dos setores organizados da sociedade civil por espaços na sociedade política. Pelo contrário, quanto mais a primeira estiver organizada mais influência terá sobre o Estado (sentido restrito), porém, a atuação das organizações esportivas de administração do futebol brasileiro, composta por atores de partidos de diferentes matizes ideológicas é no sentido de garantir que nada mude na legislação e nas políticas implementadas pelo Estado.

O que se evidencia na relação entre organizações esportivas e Estado é o império da pequena política e a luta pela manutenção do *status quo*, com mudanças apenas periféricas, sem abalar as estruturas da organização do futebol brasileiro, especialmente o seu núcleo de poder.

Ressalta-se que não foi objetivo deste tópico avaliar a relação das organizações esportivas e a sociedade política no sentido do desenvolvimento do futebol brasileiro, pois, procuramos somente sinalizar como aos agentes das federações e da CBF se relacionam com os membros dos poderes legislativos e executivos.

Essa análise mais geral será feita em outro momento, afinal, o poder público cumpre um papel fundamental na garantia das condições para o desenvolvimento do futebol profissional e amador do país, com a disponibilização de recursos seja orçamentário, extra-orçamentário – com patrocínios estatal, especialmente da Caixa Econômica Federal e com dinheiro das loterias –, com gastos tributários, seja com renúncias e incentivos fiscais e isenções.

Por fim, registra-se que o Estado possui limites para acompanhar o gasto das entidades de administração e prática do futebol, tendo em vista o caráter autônomo das organizações esportivas. As três esferas de governo disponibilizam os recursos, mas possui pouco poder de interferência e acompanhamento da execução das ações dessas entidades.

Além disso, é importante ressaltar a dificuldade existente em coordenar os projetos desenvolvidos por eles, pois, a ausência clara do que cabe ao setor público e as entidades esportivas, a resistência do setor esportivo com a presença de atores do futebol e agentes públicos acompanhado as atividades e, por fim, a hegemonia da pequena política, das trocas de favores, são fatores que limitam a implementação de uma política de acesso democrático à prática e à contemplação estética do espetáculo futebolístico.

No que se refere à CBF em relação à FIFA e às federações com a CBF é importante reforçar que há uma autonomia relativa, uma vez que possuem estatutos e fontes de financiamento próprios e liberdade de aplicação dos recursos. Todavia, estão umbilicalmente ligadas dentro do sistema mundial do futebol estabelecido pela FIFA, que é hierárquico, fechado e pouco transparente.

7.4- Os clubes de futebol do Brasil

O clube de futebol é o lócus que congrega toda a paixão de um grupo de pessoas pelo esporte, sendo o representante desse conjunto de sujeitos coletivos nas competições promovidas pela associação que estão vinculados ou mesmo nos eventos organizados pelas próprias agremiações.

Além disso, o clube é a “fábrica” de novos futebolistas, profissionais responsáveis pela realização dos espetáculos nos gramados e nos campos de terra batida. Ali são formados e preparados desde pequenos para “bailar” e seguir os regulamentos impostos de “cima para baixo”, estimulando os mais diversos sentimentos nos espectadores.

Em tempos em que a “mão invisível” está em tudo os clubes também são empresas ou procuram se organizar como tais, com processos racionais na administração, com uma burocracia própria que, além de resultados esportivos, títulos e recordes, também precisam ter lucro para sobreviver nas competições e na concorrência mercantil, própria do modo de produção capitalista. Obviamente que isso ainda não está materialmente unificado, porém, a gestão, sem dúvida, é cada vez mais profissional, sobretudo, daqueles que possuem destaque nas principais competições de seus países e de seu continente.

No levantamento junto às federações sinalizamos que, em 2018, o Brasil possui 860 clubes profissionais disputando alguma competição. No entanto, pelo cadastro da CBF esse número é menor, pois, há 9 anos o país tinha 783, em 2015 a entidade registrava 776 clubes, montante que teve pequena queda para 766 no ano seguinte e, em 2017, esse total ficou em 722. A redução provavelmente é pela dificuldade financeira que passa os clubes menores em todo o mundo⁴⁵⁰.

Na terra dos criadores da modalidade há o maior número de equipes de futebol profissional e semiprofissional do mundo, cerca de 40 mil. Porém, apenas as quatro primeiras ligas (divisões) possuem clubes inteiramente profissionais, o que se refere a 92 equipes (ou seja, a cada 570 mil pessoas uma equipe), os demais são clubes menores semiprofissionais,

⁴⁵⁰Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2018/01/22/futebol-brasileiro-tem-desaparecimento-de-44-clubes-em-2017/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

que disputam competições regionais, mas que podem ascender as divisões superiores, inclusive a Premier League⁴⁵¹.

Na Alemanha são três divisões com clubes profissionais, ao todo são 73 equipes. Os outros que compõem um universo de quase 3.400 equipes estão espalhados em outras quatro divisões regionais⁴⁵². Na Espanha são 3.200 clubes espalhados em sete divisões, porém, apenas a La Liga e a Liga 123 são formadas por equipes inteiramente profissionais, ao todo são 42 clubes⁴⁵³.

Ressalta-se que todos os clubes brasileiros são datados do século XX ou XXI, diferentemente dos ingleses, com clubes de meados do século XIX. No Brasil, a mais antiga agremiação criada para desenvolver a modalidade futebol e que ainda está em atividade é o *Sport Club* Rio Grande, que carrega o nome da cidade que pertence no interior do Rio Grande do Sul. O clube conhecido como “vovô” é de 19/07/1900 apenas 23 dias mais velho do que a Ponte Preta da cidade de Campinas.

O Rio Grande atualmente está na segunda divisão do campeonato estadual do Rio Grande do Sul e possui as cores da bandeira do estado. O clube surge da iniciativa de um jovem alemão que reuniu amigos para organizar um clube para difundir o *foot ball* em solo brasileiro. A ata e o discurso do seu fundador revelam a influência dos imigrantes na criação de diversos clubes pelo Brasil.

Foi quando o jovem alemão JOHANNES CHRISTIAN MORITZ MINNEMANN reuniu alemães, ingleses, portugueses e brasileiros, com o fito de fundar um Clube, nos escritórios da extinta firma THONSEN & Cia., JOHANES MINNEMANN, além de fundador, foi orador, secretário, guarda esportes e atleta, e conseguiu projetar e realizar a fundação do SPORT CLUB RIO GRANDE⁴⁵⁴.

Entre os 29 clubes que passaram pela série A do campeonato brasileiro no intervalo da Copa do Mundo de 2014 e a Copa do Mundo de 2018 a Associação Atlética Ponte Preta é a equipe mais antiga. O clube que esteve na primeira divisão de 2015 a 2017 e está na segunda divisão do campeonato brasileiro em 2018 é de 11/08/1900.

⁴⁵¹ Informação disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/a-inglaterra-e-o-verdadeiro-pais-do-futebol/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

⁴⁵² Informação disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-futebol-na-alemanha-da-primeira-%C3%A0-quarta-divis%C3%A3o/a-2294364-2>. Acesso em: 06 jul. 2018.

⁴⁵³ Informação disponível em: <http://www.lance.com.br/futebol-nacional/brasil-perde-numero-clubes-dos-registrados-cbf-joga-pouco.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

⁴⁵⁴ Para conhecer mais sobre a história do clube vale consultar o endereço eletrônico: <https://www.scriogrande.com/historia>. Acesso em: 06 jul. 2018.

O ano era 1900 e, na cidade de Campinas, um grupo de alunos do Colégio Culto à Ciência passava suas tardes jogando bola em campos improvisados de um bairro de nome curioso: Ponte Preta. A vizinhança fora batizada em virtude de uma ponte de madeira feita pela ferrovia e que, para ser melhor conservada, havia sido tratada com piche.

Os jovens alunos que naquele dia 11 de agosto resolveram fundar um clube não tiveram dúvidas ao nomeá-lo com o mesmo nome do bairro. Ali surgia a Associação Atlética Ponte Preta, o primeiro clube do Brasil em funcionamento ininterrupto e dono da maior torcida do interior do País⁴⁵⁵.

Por outro lado, o mais jovem a disputar a série A no mesmo recorte temporal foi o Paraná Clube do estado do Paraná. A agremiação, que atualmente disputa a primeira divisão nacional, é de 1989. O clube surge da fusão de outros dois clubes (Colorado e Pinheiros) da cidade de Curitiba.

Dito isso, é importante sinalizar alguns aspectos que marcam a criação dos clubes brasileiros. Ao observar o contexto e os atores envolvidos com o surgimento dos 29 clubes que estiveram ou ainda estão na primeira divisão do futebol nacional de 2014 a 2018 temos um panorama, com alguns poucos acréscimos, das características centrais, dos fatores que levaram à criação dos nossos clubes, quais sejam: a) um forte apelo ao bairrismo; b) poliesportivos; c) influência de imigrantes; d) grupo de jovens e estudantes; e) conjunto de operários⁴⁵⁶. Em alguns casos, esses aspectos estão integrados e não necessariamente são excludentes.

A primeira refere-se à forte identificação com o local em que os fundadores moravam, alguns exemplos disso são: Ponte Preta, Botafogo, Flamengo, Vitória, Atlético Goianiense e Santa Cruz. Outros carregam o nome da cidade sede ou do estado, como Joinville, Chapecoense, Curitiba (alusão à capital do Paraná), Criciúma, São Paulo, Santos, Paraná, Goiás, Ceará e Bahia.

Uma breve observação é que o Joinville, a Chapecoense e o Paraná são os clubes mais novos dentre os 29 e os três surgem da fusão de outras agremiações. O que sinaliza uma perspectiva de luta pela sobrevivência econômica das equipes por meio da integração das agremiações⁴⁵⁷.

Nem todos que citamos anteriormente são criados tendo o futebol como prioridade, o principal exemplo é o Flamengo que carrega no nome a modalidade preferida pelos seus

⁴⁵⁵ Informações do site do clube. Disponível em: <http://www.pontepreta.com.br/o-clube/historia>. Acesso em: 06 jul. 2018.

⁴⁵⁶ O levantamento foi feito a partir da consulta dos clubes que tiveram na série de 2014 a 2018, sendo as informações coletadas no sítio eletrônico dos 29 clubes.

⁴⁵⁷ O São Paulo Futebol Clube também surge da união de outros dois clubes (entre a Associação Atlética das Palmeiras e o Club Atlético Paulistano) em 1930. Informação disponível em: <http://www.saopaulofc.net/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

frequentadores no final do século XIX. O clube surge em 1985 com a finalidade de participação nas competições de Remo e somente em 1912 passa a disputar também competições de futebol.

Da mesma forma que o Flamengo, a maioria dos clubes que nascem nas primeiras décadas do século XX são, desde sua criação, poliesportivos e associações culturais. A exceção é o fluminense que foi criado em 1902 tendo como prioridade o futebol.

Outra característica muito presente nas raízes dos clubes brasileiros é a forte presença de imigrantes na formação das agremiações. Os imigrantes, ao chegarem ao Brasil, conhecedores da modalidade que conquistava a Europa, se associam com os brasileiros e formam grupos, associações e clubes para a prática da modalidade e para participarem nas competições locais. Assim, diversos clubes são o resultado da atuação dos estrangeiros no país, como o Internacional e o Coritiba fundados por imigrantes alemães e o Palmeiras e Cruzeiro, com forte influência italiana.

O quarto aspecto é mais genérico e trata-se da união de jovens e estudantes que gostavam da modalidade e sentiram a necessidade de se organizarem para disputar com outros conterrâneos partidas de futebol. O Goiás, Criciúma, Santa Cruz, Avaí, Atlético PR e Atlético MG, América MG e Sport.

Vale registrar também que clubes como Bahia e Santos são resultados da associação de atletas de futebol que participavam de outros clubes e decidiram se unir e fundar uma instituição própria.

O quinto elemento é um marcador importante, pois, da mesma forma que temos clubes que nascem em “berço de ouro”, como América MG, Fluminense e São Paulo, pois, à época para entrar no Fluminense, por exemplo, Mario Filho narra que os jogadores tinham que ser “homens feitos, chefes de firmas, empregados de categoria de grandes casas, filho de papai rico, educados na Europa, habituados a gastar. Era uma vida pesada. Quem não tivesse boa renda, boa mesada, bom ordenado, não aguentava o repuxo” (2010, p.32), também havia diversas agremiações que saíram de bairros pobres, do chão das fábricas. Nesse sentido, do grupo dos 29 clubes que analisamos o principal exemplo disso é o Corinthians Paulista que é fundado por um grupo de operários em 1910. O nome inspirado em um clube inglês (*Corinthian-Casuals Football Club*) que, à época estava fazendo excursão no país, surge como sendo o “clube do povo”⁴⁵⁸.

⁴⁵⁸tr Informação disponível em: <https://www.corinthians.com.br/clube-historia/>. Acesso em: 06 jul. /2018.

Mesmo fora da elite nacional vale citar o Bangu do estado do Rio de Janeiro que nasce dentro da fábrica (Companhia Progresso Industrial do Brasil). Os técnicos ingleses juntamente com trabalhadores brasileiros jogavam no seu “tempo livre” no terreno vazio ao lado da fábrica com bolas que chegava da Inglaterra juntamente com os produtos da empresa⁴⁵⁹.

Conforme sinaliza Mário Filho (2010, p. 43):

O que distinguia o Bangu do Botafogo, do Fluminense, era o operário. O Bangu, clube fábrica, botava os operários no time em pé de igualdade com os mestres ingleses. O Botafogo e o Fluminense, não, nem brincando, só gente fina. Foi a primeira distinção que se fez, entre clube grande e pequeno, um, o clube dos grandes, o outro, o clube dos pequenos.

É inegável que os cortes de classe e de raça fazem parte do processo de criação dos clubes de futebol da época. Aliás, o futebol é reflexo e reflete a sociedade em que ele está localizado. Os clubes carregam consigo a história construída pelos homens nas condições objetivas do seu contexto histórico que ao longo dos anos vão conservando alguns traços e acumulando outras características.

Portanto, elencamos cinco aspectos que captamos ao analisar o processo de criação dos clubes de futebol do Brasil, a partir daqueles 29 que formaram a série A do futebol brasileiro nos últimos cinco anos.

Ao tentar fazer um paralelo com a história dos clubes que estão disputando a principal liga de futebol do mundo, a *Premier League*, na temporada 2018/2019, observa-se que são equipes criadas para a prática do futebol ligada especialmente aos frequentadores de igrejas e aos trabalhadores das fábricas do século XIX, com raras exceções como Chelsea que surge do desejo de empresário em ter um clube de futebol para participar das competições. Assim, apenas 3 clubes dos 20 que estão na atual edição da *Premier League* surgem no século XX, todos os demais são do século XIX, os mais antigos são o Wolves, de 1877 e o Everton e Manchester United, de 1978.

Entretanto, diferentemente dos clubes ingleses que desde o início do século XX se organizam como sociedades LTDA, os brasileiros apenas a partir de 1993 tiveram a opção de se tornar empresa. Porém, a marca dos nossos clubes é a lógica do associativismo, com a forte presença estatal e da televisão garantindo as condições estruturais e financeiras das equipes.

Ressalta-se que o Estado até o final do século XX teve um importante papel na definição do funcionamento do futebol brasileiro e também com a cessão de terrenos, disponibilização de infraestrutura esportiva, estádios, isenções e recursos financeiros via

⁴⁵⁹ Vale a pena consultar o *site* do Bangu: <https://www.bangu-ac.com.br/bangu/sua-historia/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

loteria- a partir de 1969. Essa presença com um tom incisivo do Estado na vida da sociedade brasileira e, especificamente no futebol, foi substituído a partir da redemocratização por uma lógica neocorporativa, uma vez que, tendo as organizações esportivas autonomia, porém, continua com relações com as esferas governamentais, especialmente no que se refere à busca de recursos e refinanciamento de dívidas junto ao Estado.

Mas essa não é a diferença significativa entre os nossos clubes e os europeus no que se refere ao modo de organização, pois, por lá o Estado também exerce o mesmo papel neocorporativista, normatizando e garantindo benefícios econômicos. Aliás, algo que é feito com todos os segmentos da economia. O ponto central é que enquanto os clubes das grandes ligas ao longo do século XX foram se estruturando formalmente como empresas ou adotando parâmetros empresariais, no Brasil a possibilidade de mudança no estatuto jurídico a partir da década de 1990, com as políticas neoliberais no contexto mais amplo e, com a liberalização do futebol com a lei Zico e, posteriormente, com a lei Pelé, não conduziu a uma mudança no regime jurídico dos principais clubes.

Assim, mesmo com a possibilidade de os clubes deixarem de se organizar como associações culturais e poliesportivas sem fins lucrativos e se tornarem sociedade anônima, entre os 29 que desde 2014 passaram ou ainda estão na série A e B do futebol brasileiro apenas o Figueirense, que atualmente está na segunda divisão, é uma sociedade anônima, sendo apenas 5% das ações da associação. O clube, desde janeiro de 2018, é controlado pela *Holding Elephant* que assumiu todas as dívidas e terá 95% do lucro da agremiação pelos próximos 20 anos, com possibilidade de renovar o contrato por mais 15 anos.

Registra-se que a realidade do futebol brasileiro é o oposto do que ocorre nas grandes ligas- *Premier League*, *Bundesliga*, na *La Liga*, *Liga One* e *Série A Tim*- que predomina a lógica empresarial. Inclusive, na primeira divisão inglesa todos os clubes são sociedades anônimas e alguns com ações na bolsa de valores.

O perfil jurídico dos clubes do Brasil também é diferente do movimento existente entre os grandes clubes do Chile e da Colômbia que estão abrindo o capital a grupos de investidores⁴⁶⁰.

Assim, os principais clubes do país continuam sendo administrados pelo seu corpo de sócios, inclusive com direito de voto nas decisões da agremiação e uso dos espaços do clube. O objetivo com a arrecadação dos recursos é a melhoria da infraestrutura e do próprio departamento de futebol, sem a perspectiva de gerar lucro.

⁴⁶⁰ Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2017/11/futebol-s-por-que-os-clubes-brasileiros-insistem-em-ignorar-o-mercado-financeiro.html>. Acesso em: 07 jul. /2018.

Algo bem diferente de um clube-empresa que é comandado pelos acionistas, com *CEO* que controla toda a vida do clube e deve apenas prestar esclarecimentos para o(s) proprietário(s) da equipe. A finalidade continua sendo a conquista de títulos, porém, a rentabilidade financeira para quem investe no clube também é uma meta.

Isso é o que se espera do Figueirense S.A controlado pela *Holding Elephant*, ou seja, títulos e lucro. “Nas próximas duas décadas, a *holding* recolhe os lucros da sociedade anônima, da qual o clube Figueirense tem apenas 5%, e detém todos os ativos e passivos relativos ao futebol da agremiação”⁴⁶¹.

Vale registrar que o Figueirense também foi um dos pioneiros em outro tipo de administração dos clubes no Brasil. A agremiação, até janeiro de 2018, era predominantemente uma associação, porém, a marca, a imagem e demais aspectos do departamento de futebol foram terceirizados a investidores, especialmente, grupos que comercializam jogadores de futebol. Nesse sentido, as decisões do dia a dia do clube eram tomadas pelo presidente, representante eleito pelos sócios, porém, as estratégias mercadológicas, como a obtenção de patrocínio e venda e compra de atletas eram do grupo empresarial.

Registra-se que nos últimos cinco anos o mesmo fenômeno se repetiu em apenas uma equipe, o Londrina-PR. O clube paranaense desde 2010 possui o seu futebol comandado pela SM Sports, grupo de investidores estrangeiros e da cidade de São Paulo. O contrato é válido até 2020⁴⁶².

Portanto, temos no futebol brasileiro conforme o § 11 do art. 27 da Lei Pelé dois modelos jurídicos de constituição dos clubes: a) totalmente associação; b) constituição de sociedade empresária em qualquer de suas modalidades. Além disso, temos alguns movimentos híbridos que caracterizam pela cessão do departamento de futebol aos investidores.

Ressalta-se que nem no sítio eletrônico da CBF, nem o sítio das federações há qualquer documento que mencione a configuração jurídica das agremiações espalhadas pelo país. Entretanto, sem dúvida, o modelo associativista continua predominando no país. Sobre isso, o relatório da CPI do futebol aprovado em dezembro de 2016 afirma que:

⁴⁶¹ O trecho citado anteriormente e toda a negociação que envolveu o Figueirense e a Holding, inclusive as pessoas envolvidas com o negócio pode ser visto em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/03/figueirense-virou-sa-com-atuacao-de-citados-na-lava-jato.shtml>. Acesso em: 07 jul. 2018.

⁴⁶² Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/pr/futebol/times/londrina/noticia/2016/12/nova-sede-dividas-e-renovacao-com-sm-metas-de-canuto-no-londrina.html>. Acesso em: 07 jul. 2018.

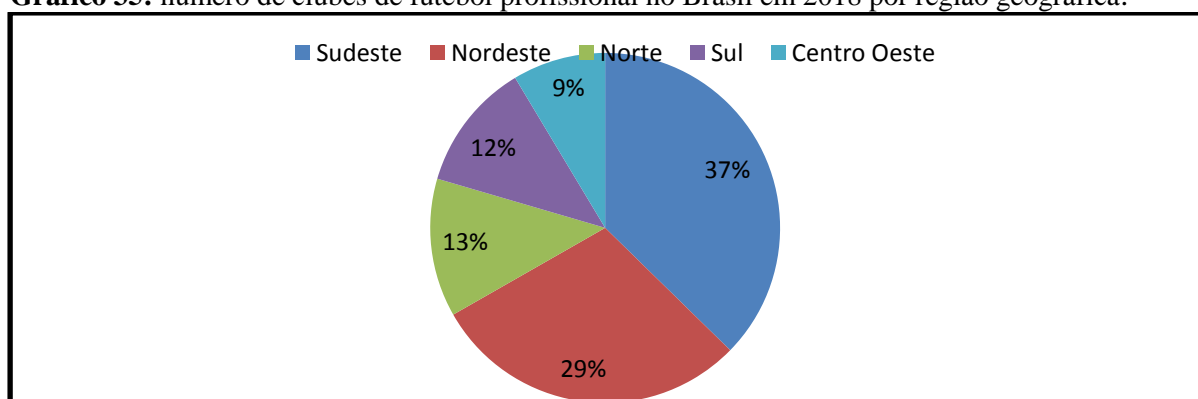
De fato, a associação civil sem fins lucrativos é a formatação jurídica predileta pelos clubes de futebol no Brasil, ao contrário de clubes da Inglaterra, Espanha, Itália, Portugal e dos Estados Unidos, que são constituídos como empresas, com acionistas, e onde as estruturas de propriedade mostram-se mais aderentes às propostas da governança das corporações. Nesses países, notadamente os europeus, o regime por associação civil já está em desuso desde a década de 1980. Incorre em impropriedade, contudo, quem afirma que é um modelo fracassado, haja vista os exemplos do Real Madrid e do Barcelona, que não optaram pela constituição empresarial (SENADO FEDERAL, 2016, p. 87).

Entre os clubes com as maiores torcidas do país e com conquistas internacionais todos são associações sem fins lucrativos. Da mesma forma, já mencionamos que entre os participantes da série A e B de 2018 apenas o Figueirense é uma sociedade anônima e o Londrina que concedeu o seu departamento de futebol à exploração da iniciativa privada.

Quanto à distribuição geográfica dos clubes brasileiros, nota-se que na região sudeste está o maior número de clubes profissionais, ao todo são 37%, sendo o estado de São Paulo responsável por 15,5% do total de clubes do país. Destaca-se que esse estado possui mais clubes do que as regiões sul, norte e centro-oeste individualmente e mais da metade do que existe em toda a região nordeste.

A região que possui menos equipes é a norte com apenas 9%, sendo o Tocantins com mais clubes da região 3,1% do total de agremiações que se dedicam ao futebol profissional no Brasil. No geral é também nessa região que está o estado com menos clubes, que é Roraima com 0,9%.

Gráfico 35: número de clubes de futebol profissional no Brasil em 2018 por região geográfica.



Fonte: sítios eletrônicos das 27 federações. Elaboração do autor (2018).

A região sudeste possui mais clubes do que a região norte, centro-oeste e sul juntas. Já nas duas regiões mais ricas do país estão praticamente a metade dos clubes profissionais (49%) e ocupam quase 76% das vagas na série A do campeonato brasileiro.

Aqueles que participam da primeira divisão do campeonato brasileiro estão concentrados nas regiões sudeste e sul do país. Nos últimos cinco anos foram 22 dos 29

clubes (12 da região sudeste e 10 da região sul), o que representa 75,8%, sendo mais 2 da região centro-oeste, especificamente do estado de Goiás (equivale 6,9%), e 5 da região nordeste (17,4% dos participantes), sendo 2 da Bahia, 2 de Pernambuco e 1 do Ceará. Já a região norte, a última vez que teve um clube na série A do campeonato brasileiro foi em 2005 com o Paysandu. Isso também reflete no número de clubes existentes nessas regiões em relação as demais.

A desigualdade de representantes regionais na série A é o reflexo da realidade socioeconômica existente no país, com bolsões de miséria concentrada mais ao norte, com um produto interno bruto maior nos estados mais ao sul. Isso significa um “vazio” do espetáculo futebolístico nas regiões mais pobres, com um calendário reduzido e o consumo daquilo que é comercializado pelos estados e clubes dos centros econômicos e futebolísticos.

Após apresentarmos alguns aspectos históricos, normativos e a distribuição geográfica dos clubes brasileiros cabe na sequência analisarmos a situação das finanças das principais agremiações do país. Isso é importante, pois, nos possibilitará uma visão mais geral da situação do nosso futebol.

7.4.1- Aspectos financeiros dos clubes brasileiros

Inicialmente é importante reiterar que os clubes são entidades de direito privado e gozam de autonomia de organização e funcionamento nos termos da legislação brasileira. Todavia, conforme sinaliza a lei nº 12.395/2011, para obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus aos programas de recuperação econômica são obrigados a publicar as demonstrações financeiras juntamente com relatórios de auditores independentes.

Registra-se que isso foi reforçado em 2015 pela lei nº 13.155, inclusive estendendo a mesma exigência para as entidades de administração do esporte brasileiro. Assim, todas as organizações esportivas que recebem algum recurso ou benefício estatal são obrigadas a disponibilizar os balanços financeiros.

Entretanto, basta uma rápida passagem pelos sítios eletrônicos das agremiações para identificar que tal medida ainda está longe de se materializar. Os técnicos da área de crédito do banco Itaú publicaram em junho de 2017 um balanço das finanças de 27 clubes que possuem destaque nas competições no país e afirmaram que

[...] apesar de alguns clubes apresentarem balanços bastante detalhados e esclarecedores, há uma enorme dificuldade em ter a mesma qualidade em

todos os balanços [...]. E mesmo para clubes que disponibilizam informações estruturadas, ainda restam dúvidas relevantes⁴⁶³.

Neste texto vamos utilizar os dados publicados pelo banco Itaú e pela BDO consultoria. Ressalta-se que inicialmente procuramos nos sítios eletrônicos dos 29 clubes que passaram ou estão na série A do futebol brasileiro de 2014 a 2018, entretanto, pela ausência de informações públicas, pelo pouco detalhamento daqueles balanços disponíveis e também pelo trabalho já consolidado de algumas empresas de consultorias, caso da BDO⁴⁶⁴, Pluri Consultoria⁴⁶⁵ e Sport Value⁴⁶⁶, bem como pela Revista Época em sua seção sobre futebol⁴⁶⁷ e pela equipe técnica do banco Itaú⁴⁶⁸ decidimos por usar as informações já consolidadas.

Porém, a metodologia adotada por cada um é diferente, em alguns casos falta clareza de como chegaram às informações publicadas e os índices utilizados para fazer a correção dos valores. Além disso, o período de análise não é uniforme e nem a quantidade de equipes que tiveram os balanços analisados. Observa-se que apenas nas reportagens da Revista Época, a Sport Value e a BDO apresentam os dados de 2017, no entanto, somente a última apresenta uma série histórica. Além disso, a Sport Value disponibiliza informações “soltas”, sem demonstrar a origem e se houve correção dos valores. No que se refere à Pluri Consultoria consta apenas no seu sítio eletrônico a análise das finanças dos clubes de 2008 a 2013, não tendo informações dos anos mais recentes.

Sem dúvida, a análise mais consistente é a realizada pelo banco Itaú, inclusive, com comparativo com os clubes europeus. O banco publicou relatório do período de 2009 a 2016 com dados e análises de 27 clubes, sendo 18 da série A de 2018, as exceções são o Ceará e o Paraná. Além disso, constam Santa Cruz, Goiás, Ponte Preta, Coritiba, Figueirense, Joinville, Criciúma e Avaí que estiveram nos últimos cinco anos na primeira divisão e o Náutico que teve em 2013 a sua última participação na série A, atualmente todos estão na segunda divisão.

Como o relatório do banco Itaú não apresenta informações sobre o ano de 2017 vamos utilizar os dados das demonstrações financeiras dos 27 clubes coletadas junto à BDO

⁴⁶³ Disponível em: <https://www.itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 08 jul.2018.

⁴⁶⁴ Para consulta dos relatórios da BDO visitar o site: <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>. O procedimento foi realizado em: 08 jul. /2018.

⁴⁶⁵ Para consulta dos relatórios da Pluri visitar o site: <http://www.pluriconsultoria.com.br/>. O procedimento foi realizado em: 08 jul. 2018.

⁴⁶⁶ Para consulta dos relatórios da Sport Value visitar o site: <https://www.sportvalue.com.br/>. O procedimento foi realizado em: 08 jul. 2018.

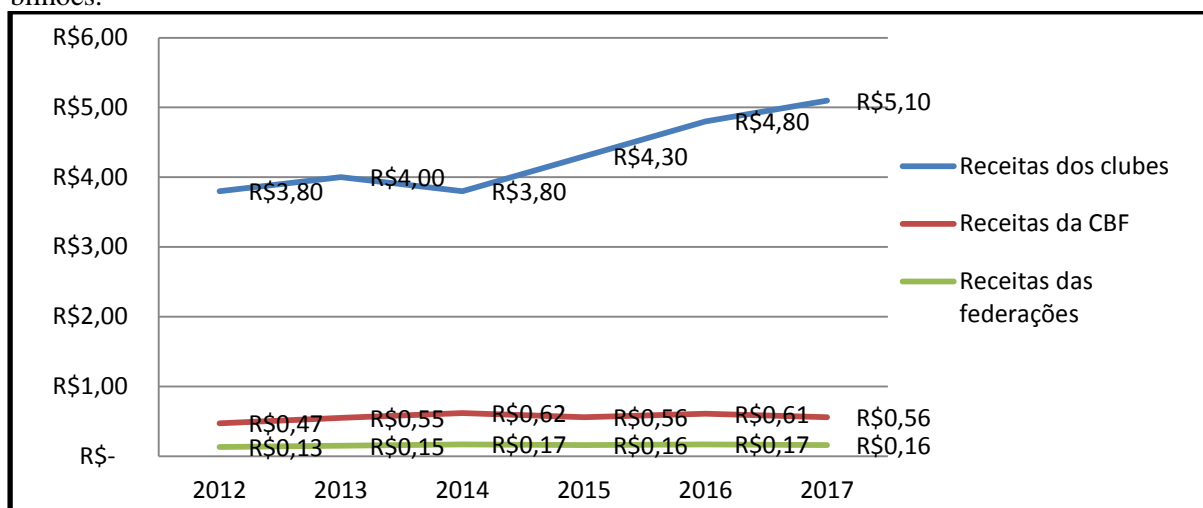
⁴⁶⁷ A série de reportagens da revista Época pode ser lida em: <https://epoca.globo.com/esporte/epoca-esporte-clubes/noticia/2018/05/financas-do-futebol-pioram-em-2017-clubes-brasileiros-faturam-menos-e-devem-mais.html>. Acesso em 08 jul. 2018.

⁴⁶⁸ Para ter acesso ao relatório do banco Itaú basta acessar: <https://www.itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 08 jul. 2018.

consultoria e sítios eletrônicos das equipes. A BDO também possui bons relatórios com os dados financeiros dos clubes. Registra-se que todos os valores foram atualizados pelo IGP-DI no dia 31 de abril de 2018 e o intervalo de análise será o mesmo utilizado para a CBF e federações, ou seja, 2012 a 2017, pois, foi a partir desse período que a entidade que comanda o futebol no país disponibilizou os seus relatórios em seu *site*.

Assim, para o período de tempo citado os clubes arrecadaram aproximadamente R\$ 25,2 bilhões, o que representa 85% de toda a movimentação financeira do futebol brasileiro. Registra-se que estamos trabalhando com receitas totais, isso significa que os valores angariados com a venda de jogadores estão inclusos.

Gráfico 36: Arrecadação de 27 clubes de futebol, da CBF e das federações entre 2012 e 2017 em R\$, bilhões.



Fonte: <https://www.itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financiera-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>; <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>; *site* dos clubes, da CBF e das federações. Elaboração do autor (2018).

As receitas dos clubes brasileiros mesmo com o país em situação de crise econômica, baixo crescimento do PIB e aumento da inflação, mantiveram-se em um contínuo crescimento, com exceção de 2014. Em 10 anos, as receitas dos clubes cresceram quase R\$ 4 bilhões, sendo que o aumento de 2017 em relação a 2016 foi de 5,9%.

Em relação à CBF e as federações observa-se que enquanto as entidades de administração estagnaram a sua arrecadação, com oscilações ora para baixo e ora para cima, a arrecadação dos clubes desde 2008 só cresce, com uma pequena queda em 2014, porém, com um patamar semelhante à arrecadação de 2012. O aumento de 2017 é superior ao PIB do Brasil que fechou em 1% e a inflação oficial de 2,9%.

Os aspectos que ajudam a entender isso são os contratos de comercialização dos direitos de transmissão, sobretudo, com a Rede Globo, que são extensos, o último foi renovado em 2016 com a TV fechada para o período de 2019 a 2022, o que garantiu inclusive quase R\$ 1 milhão em luvas somente nesse ano⁴⁶⁹ e a recorrente venda de atletas.

Um dado interessante é que a arrecadação dos 27 clubes (R\$ 25,2 bilhões) é quase o dobro do que o Governo Federal (R\$ 13 bilhões) destinou para o esporte nas três fontes de financiamento existentes (orçamentária, gasto tributário e extra-orçamentário) no mesmo período. Ou seja, apenas 27 clubes de futebol conseguem mobilizar mais recursos do que é destinado pela União para as diferentes manifestações do esporte nacional.

O levantamento realizado pelo banco Itaú, aquele realizado pela BDO e complementado pelo levantamento de dados dos sítios eletrônicos dos clubes demonstram que de 2012 a 2017 os cinco clubes que mais arrecadaram corresponderam por 44% de todo o montante, do 6º ao 10º foi 28%, o 11º ao 15º apenas 16% e os demais 12%.

Tabela 12: Concentração da arrecadação dos clubes do futebol brasileiro no período de 2010 a 2016, em %.

Clubes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Grupo 1	47%	48%	44%	44%	40%	42%	43%	44%
Flamengo São Paulo Corinthians Palmeiras Cruzeiro								
Grupo 2	29%	28%	28%	28%	29%	29%	26%	28%
Grêmio Atlético MG Santos Inter Vasco								
Grupo 3	15%	14%	16%	17%	17%	16%	17%	16%
Fluminense Botafogo Atlético PR Coritiba Sport								
Grupo 4	9%	10%	12%	12%	14%	13%	14%	12%

⁴⁶⁹ Informação disponível em: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Goiás
Bahia
Vitória
Figueirense
Chapecoense
América MG
Santa Cruz
Náutico
Ponte Preta
Joinville
Criciúma
Avai

Fonte: <https://www.italy.com.br/itaubba-pt/noticias/italy-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Elaboração do autor (2018).

Observa-se que o Grupo 1 conseguiu ao longo dos sete anos manter o percentual da arrecadação acima dos 40% e quando houve diminuição foi distribuído de forma equânime entre os grupos 3 e 4. A diferença entre o grupo 1 e 2 em 2010 era de 18%, em 2016 foi de 17%, para o grupo 3 a diferença caiu de 32% para 26%, porém, ainda muito elevada e para o grupo 4 saiu de 38% para 32%. Na média do período a diferença é de 16% do grupo 1 para o 2, de 28% para o 3º e de 32% para o 4º. Registra-se que apenas os grupos 3 e 4 conseguiram crescer nos últimos anos em relação a 2010 e 2011 e o percentual de arrecadação do grupo 1 e 2 tiveram uma pequena queda.

Vale ressaltar que de 2012 a 2017 a diferença de receita entre Flamengo (R\$ 2,1 bilhões), São Paulo (R\$ 2 bilhões), Palmeiras (R\$1,8 bilhão) e Corinthians (R\$ 1,8 bilhão) é pequena, porém, a partir do Cruzeiro (R\$1,3 bilhão) esse fosso começa a aumentar: no caso do time mineiro para o Flamengo a diferença foi de R\$ 800 mil. A relação com o Vasco (R\$ 1 bilhão), clube com a menor arrecadação do grupo 2, a diferença neste período chega a R\$ 1,1 bilhão.

Essa diferença na arrecadação reflete na conquista de títulos? De certa forma sim, pois, os 10 clubes que mais arrecadam somam 72% de toda a receita e, se somarmos com o percentual do Fluminense e do Botafogo, isso chega a 80%. Portanto, 12 clubes concentram 80% de tudo que é movimentado pelas agremiações do futebol brasileiro e todos os títulos nacionais e internacionais do país (exceção a Chapecoense em 2016 com a Sul-Americana) entre 2012 a 2017 foram conquistados por esses 12 clubes.

Observa-se que nas duas principais competições do futebol nacional, campeonato brasileiro série A e Copa do Brasil, nesse período em análise, todos os clubes do grupo 1 – com exceção do São Paulo e dois clubes do grupo 2 – conquistaram pelo menos um título. Além deles o Fluminense do grupo 3 ganhou uma vez o campeonato brasileiro da primeira divisão. Não há uma hegemonia de um clube, mas os títulos das competições nacionais estão

centralizados no grupo 1. Em 6 disputas do campeonato nacional 5 títulos foram do grupo 1 (2 do Corinthians, 2 do Cruzeiro e 1 do Palmeiras), e 1 do Grupo 3 (Fluminense).

Já da Copa do Brasil foram 4 títulos do grupo 1 (2 do Palmeiras, 1 do Cruzeiro e 1 do Flamengo) e 2 do grupo 2 (1 do Grêmio e 1 do Atlético MG). Além disso, as conquistas do Grêmio (R\$ 1,3 bilhão) e do Atlético MG (R\$1,2 bilhão) também possuem relação com a arrecadação dos clubes do grupo 1, pois, está próxima àquela conseguida pelo Cruzeiro. Apenas o Fluminense destoa dos demais clubes e dificilmente em curto espaço de tempo conseguirá repetir tal feito.

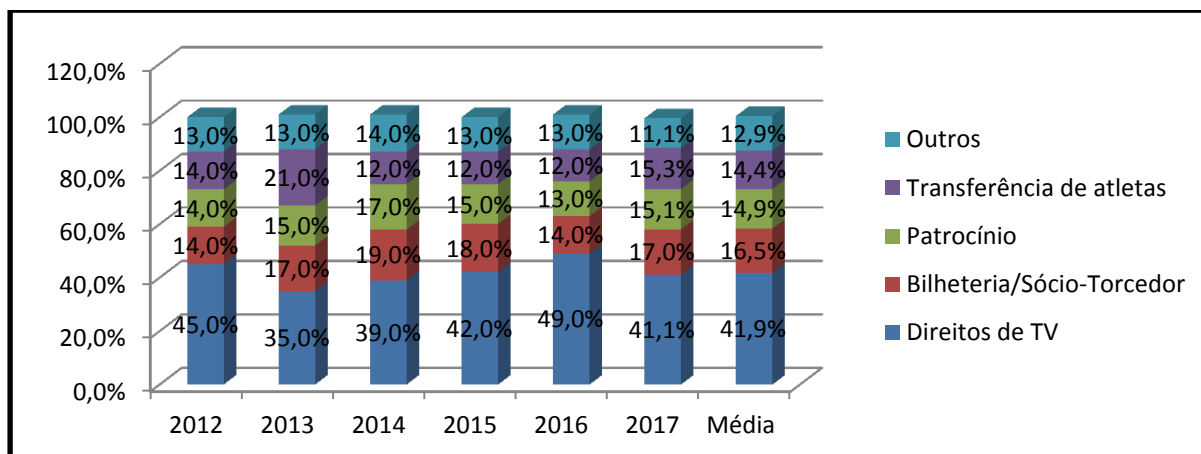
No contexto sul-americano o cenário não é diferente, pois, foram 3 conquistas da Taça Libertadores no período, sendo 1 do grupo 1 (Corinthians) e 2 vezes do grupo 2 (Atlético MG e Grêmio). No que se refere à Sul-Americana, o grupo 1 conquistou com o São Paulo e o grupo 4 também obteve um título com a Chapecoense.

Observa-se, portanto, que todos os clubes do grupo 1 teve uma conquista nesse período, porém, no grupo 2 apenas o Grêmio e o Atlético MG. De outros grupos apenas o Fluminense e a Chapecoense obtiveram alguma conquista⁴⁷⁰. Ou seja, a possibilidade que um clube do grupo 3 e 4 vencer uma competição nacional é remota. De outro modo, ainda de forma subordinada é possível que o grupo 2 incomode os cinco clubes do primeiro grupo.

Mas qual é a origem dos recursos dos clubes? Para responder isso vale registrar que, diferentemente da CBF que consegue parte significativa dos seus recursos com patrocínio (66%), os clubes conseguem menos de ¼ disso, sendo diretamente dependentes dos contratos com as emissoras de televisão. Enquanto a venda dos jogos da seleção brasileira, especialmente a adulta masculina rende para a entidade máxima do futebol 21%, para os clubes os contratos de direitos de transmissão representam 42% de toda a receita.

Gráfico 37: Origem dos recursos de 27 clubes no período de 2012 a 2017 em %.

⁴⁷⁰ Diante do acidente aéreo envolvendo os jogadores e comissão técnica que estavam indo para a Colômbia disputar a última partida da final a COMEMBOL declarou o clube brasileiro campeão da competição.



Fonte: <https://www.italu.com.br/itaubba-pt/noticias/italu-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>; <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>; site dos clubes. Elaboração do autor (2018).

Portanto, a comercialização dos direitos de transmissão é disparada a principal fonte dos recursos dos clubes. Em 2016, devido às luvas do novo contrato da TV fechada com a Rede Globo e o Esporte Interativo, chegou a quase 50% da arrecadação, percentual superior ao de 2012 quando ocorreu o mesmo. Isso explica porque a Rede Globo, emissora que controla há 30 anos as transmissões do futebol no Brasil interfere no calendário, nos dias e horários das partidas.

Os clubes do grupo 1 respondem por 35,3% de toda a receita com TV, sendo que Flamengo e Corinthians juntos alcançam a metade disso. O grupo 2 representa 27,8%, com Fluminense e Botafogo o percentual dos 12 clubes chega a 70% de toda a receita com TV. Registra-se que todos eles estão localizados na região sul e sudeste, especificamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os 12 clubes, o Atlético MG é o que mais depende da TV. No período em análise a arrecadação da agremiação com TV representou 49,9%, na sequência está outro clube mineiro, o Cruzeiro com 42,4%.

As demais fontes representam individualmente montantes e percentuais semelhantes para as contas dos clubes. A variação, na média, é de apenas 3,6%, de 12,9% a 16,5%. Este último percentual representa a segunda principal fonte de recursos dos clubes, bilheteria/sócio-torcedor, com predomínio nos últimos três anos das receitas de sócio-torcedor (52%) sobre a bilheteria (48%).

A perspectiva de crescimento da arrecadação com essa fonte é limitada, pois, está diretamente associada à condição macroeconômica do país e ao espetáculo ofertado. Afinal, em momentos de crise econômica, com desemprego, inflação, cortes de direitos sociais e

baixo crescimento do PIB são normais as quedas nas despesas com o lazer. Além disso, com exportação dos melhores atletas é evidente que o espetáculo produzido pelos clubes é de baixa qualidade o que também afasta os torcedores dos estádios.

Apenas para confirmar isso, de 2012 a 2017 a média de público desses clubes foi de pouco mais de 15 mil pessoas por partida⁴⁷¹, sendo apenas a 18ª maior média de público entre as competições nacionais de futebol, atrás da segunda liga inglesa e alemã, por exemplo. Registra-se que, mesmo com as novas arenas, a média de público não sofreu significativas mudanças, ainda que nos novos estádios o público tenha sido ligeiramente maior do que nos antigos⁴⁷².

Entre todos os clubes, o Cruzeiro e o Flamengo são os que mais arrecadam com bilheteria/Sócio-Torcedor. O primeiro tem 22,4% de sua receita com essa fonte e o segundo 19,9%. Entretanto, cabe destacar que agremiações como Corinthians, Palmeiras, Grêmio e Inter não recebem todo o recurso dos dias de jogos devido aos contratos com as empresas que construíram ou administram as arenas, isso diminui a arrecadação deles com bilheteria.

Outra fonte de recursos para os clubes é o patrocínio e a publicidade. Por meio desse mecanismo eles obtiveram 15% de suas receitas no período de 2012 a 2017, cerca de R\$ 3 bilhões, obviamente que algumas equipes como Palmeiras e o Flamengo conseguiram superar esse percentual. O primeiro é o que mais arrecada com patrocínio, sendo que, de 2012 a 2017, a receita com essa fonte representou 22,3%, inferior apenas à venda dos direitos de transmissão (33,8%). Logo na sequência está o Flamengo que conseguiu 20,5% com essa fonte, superada também pelos recursos da televisão que totalizaram 39,5%.

Nesse campo é importante mencionar a forte presença estatal como patrocinador máster de grandes e pequenas equipes do futebol nacional. Refere-se especificamente acerca da presença da Caixa Econômica Federal que desde 2012 iniciou o movimento de estampar sua marca nos uniformes de diversos clubes do país e também em patrocinar campeonatos estaduais, campeonato brasileiro da série B e C e torneios de futebol feminino, tornando, em pouco tempo, o principal patrocinador do futebol nacional.

Em 2017, foram 14 clubes que disputaram a primeira divisão do campeonato brasileiro com o patrocínio do banco e, em 2018, são 13 equipes (Flamengo, Vasco, Botafogo, Santos, Cruzeiro, Atlético MG, América MG, Atlético PR, Paraná, Sport, Bahia, Vitória, Ceará). O Grêmio e o Inter também contam com recursos de banco público (Banco do Rio Grande do

⁴⁷¹ Informação disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro#.W0PF99VKjIU>. Acesso em: 09 jul. 2018.

⁴⁷² Informação disponível em: https://www.torcedores.com/noticias/2017/08/o-publico-nos-estadios-brasileiros-nos-ultimos-cinco-anos-camp-brasileiro-serie?enable-feature=new_layout. Acesso em: 09 jul. 2018.

Sul). Atualmente outros três clubes também contam com empresas ligadas às finanças, Palmeiras com a Crefisa; São Paulo, com o Bank Inter; e o Fluminense, com uma franquia de cartões de Crédito, Valle Express. Além disso, constam na primeira divisão a Chapecoense com empresa de alimentos Aurora e o Corinthians sem patrocinador principal na camisa.

O que se observa é a forte presença de instituições bancárias/financeiras no futebol e, como já demonstramos, não é exclusividade no Brasil. A particularidade no nosso caso é a presença de instituições públicas, especialmente de um banco público federal.

A Caixa justifica a sua atuação no futebol como parte de uma estratégia para atrair novos clientes para os produtos que o banco oferta no mercado. “[...] o patrocínio ao futebol está atrelado ao objetivo de ‘ser o principal banco de relacionamento da Nova Classe Média’”. Entretanto, a Controladoria Geral da União (CGU) manifestou preocupação com os investimentos realizados pelo banco “sem a devida clareza e transparência de objetivos aliada à ausência de mecanismos para medir o retorno financeiro com o seu patrocínio a clubes. O órgão ainda ressaltou que o banco se expôs a potenciais danos de imagem nos acordos”⁴⁷³.

Seja como for, sem dúvida, a Caixa é a principal patrocinadora dos clubes do país. No período de 2012 a 2017 foram 32 agremiações que tiveram o apoio, sendo equipes da primeira e segunda divisão do futebol nacional de todas as regiões do país. Nesse intervalo de tempo, o banco aplicou nas agremiações R\$ 537 milhões, sendo que 44,1% em apenas Corinthians (R\$ 121 milhões) e Flamengo (R\$ 116 milhões), o que revela uma concentração de recursos nas equipes com as maiores torcidas⁴⁷⁴.

Entre os 27 clubes dos quais o banco Itaú analisou os balanços financeiros 23 receberam recursos da Caixa e somam R\$ 505 milhões. Isso significa que o banco foi responsável por 17% de todo o recurso movimentado com patrocínio no período de 2012 a 2017. O percentual de dinheiro público aumenta para 22% quando acrescenta as receitas destinadas pelo Banrisul ao Inter e ao Grêmio. Ou seja, quase um ¼ do patrocínio dos clubes é de origem de instituições bancárias do setor público.

Para o Corinthians e Flamengo, clubes que mais receberam recursos públicos, o patrocínio da Caixa representou respectivamente 37,4% e 29,4%. Porém, individualmente, foi o Palmeiras que mais conseguiu recursos de patrocínio. O valor que o clube recebe anualmente da Crefisa é em torno de R\$ 100 milhões, mais que o triplo do que a Caixa

⁴⁷³ A nota da Caixa e da CGU podem ser ligas em: http://www.espn.com.br/noticia/587066_cgu-patrocínio-da-caixa-a-clubes-nao-tem-a-devida-clareza-e-transparência. Acesso em: 09 jul. 2018.

⁴⁷⁴ Os dados da Caixa Econômica Federal foram obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação. Registra-se que os dados foram disponibilizados rapidamente (dia 18/06/2018) e de forma detalhada. Nos relatórios constam os anos e os montantes destinados para cada equipe e competição patrocinada pelo banco, bem como quem recebeu os recursos, nos casos dos eventos organizados por pessoa jurídica.

pagava ao Corinthians (R\$ 30 milhões) e quatro vezes o montante que o Flamengo recebe do banco (R\$ 25 milhões). No caso do Palmeiras, de acordo com a presidente do grupo que investe “isso engloba contrato de patrocínio, ajuda em pagamentos de salários de jogador, premiação de títulos que o Palmeiras conquistar [...]”⁴⁷⁵.

Porém, vale ressaltar que a jogada da Crefisa com o Palmeiras não se tratava até janeiro de 2018 efetivamente como patrocínio, pois, a instituição financeira comprava os direitos de imagem dos jogadores, usava em seus negócios e recebia um percentual sobre a comercialização deles para outros clubes. A Receita Federal entendeu que isso era na verdade empréstimos e não doação, uma forma de pagar menos impostos. “A Crefisa foi multada em R\$ 30 milhões por lançar todos os atletas que comprou para o clube como despesa e não como empréstimo”⁴⁷⁶. Assim, desde janeiro foram alterados os termos da parceria para os próximos dois anos tratando efetivamente de patrocínio.

Destaca-se que Palmeiras, Corinthians e Flamengo são os clubes que mais conseguem receitas com *marketing* no país. Em 2015 os três fisciaram 41% de todas as receitas, em 2016 foram 43% e, em 2017 o índice subiu para 47%, sendo que neste ano a arrecadação do Palmeiras com isso ficou em 27%, o Corinthians obteve 24% da sua receita com patrocínio e publicidade e o Flamengo, 21%. No caso do Palmeiras o mais incrível é que o percentual é o mesmo com a comercialização dos direitos de transmissão (27%) e inferior apenas com bilheteria e sócio-torcedor nesse ano (31%).

Os clubes com as maiores torcidas são aqueles que conseguem mais recursos com patrocínio e publicidade, porém, ao dividir o valor recebido pelo número de torcedores observa-se que aqueles com as maiores torcidas estão entre os que menos receberam *per capita*. Enquanto o Palmeiras consegue R\$ 9 reais por torcedor dos seus parceiros, Corinthians obtém apenas R\$ 2,62 e o Flamengo R\$ 2,00. O valor recebido por esses dois últimos é inferior a clubes com menos expressão nacional como Bahia (R\$ 2,64), Vitória (R\$ 3,37) e Sport (R\$ 3,98), por exemplo.

No caso do Palmeiras vale comentar que as receitas de *marketing* foram fundamentais para modificar o *status* da equipe, pois, se em 2014 a equipe brigava para não ser rebaixada, em 2015 conquistou o título da Copa do Brasil, justamente no ano em que a Crefisa começou

⁴⁷⁵ O montante e o trecho citado são fragmentos de uma entrevista de Leila Pereira presidente do grupo FAM e Crefisa que está disponível em: <https://sportv.globo.com/site/programas/selecao-sportv/noticia/leila-pereira-diz-que-investe-em-torno-de-r-100-milhoes-por-ano-no-palmeiras.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁴⁷⁶ Informação disponível em: <https://esportes.r7.com/prisma/cosme-rimoli/receita-federal-acabou-com-a-festa-da-crefisa-no-palmeiras-19022018>. Acesso em: 10 jul. 2018.

a injetar dinheiro no clube, em 2016 o título do campeonato brasileiro, 22 anos depois e, em 2017 ficaram em segundo lugar na mesma competição.

Cabe sinalizar que a parceria também está sendo lucrativa para a Crefisa que conseguiu ampliar o lucro líquido nos últimos três anos, período da parceria com o Palmeiras, em relação aos anos anteriores. A maior visibilidade da instituição que empresta dinheiro com juros elevados para quem não tem crédito “na praça” elevou em mais de R\$ 250 milhões o lucro em 2015 quando começou a parceria em relação a 2014, conseguindo R\$ 1 bilhão de lucro líquido, figurando entre os 10 maiores bancos e instituições financeiras que atuam no país.

Nos próximos anos devemos acompanhar o que acontecerá com o Palmeiras quando o contrato com a Crefisa não for mais renovado, pois, exemplos de outros clubes demonstram que, após uma bolha de investimento, os clubes tiveram redução significativa de receitas, ampliaram as dívidas e diminuíram as conquistas esportivas, inclusive sendo rebaixados no campeonato brasileiro.

Da mesma forma, é importante acompanhar como será o cenário do futebol brasileiro sem a presença estatal. Afinal, as parcerias do Corinthians e Flamengo, por exemplo, com a Caixa foram e ainda estão sendo fundamentais para os clubes equilibrarem as finanças e conquistarem bons resultados esportivos, tendo em vista que recentemente foram campeões do campeonato brasileiro e da Copa do Brasil, respectivamente.

Dito isso, outra fonte inesgotável de recursos para os clubes brasileiros é a comercialização de jogadores de futebol (empréstimos e vendas), seja para o mercado interno, mas, especialmente, para o mercado externo. O Brasil é o maior produtor dessa matéria prima para os clubes de todo o globo, o país conta com mais de 28 mil atletas profissionais e milhares em formação.

Entre 2010 a 2017 a “fábrica” do São Paulo faturou quase meio bilhão de reais com a venda de atletas, na sequência estão Corinthians, com aproximadamente R\$ 415 milhões, o Inter com R\$ 345 milhões, o Santos com cerca de R\$ 300 milhões e o Cruzeiro fecha o grupo dos 5 com R\$ 230 milhões⁴⁷⁷.

A comercialização da Força Esportiva é historicamente para o São Paulo a segunda principal fonte de renda atrás apenas dos direitos de transmissão, em alguns anos liderou a arrecadação do tricolor paulista, como em 2017 que o percentual na receita total chegou a 37% e os direitos de TV foram de 26%.

⁴⁷⁷ Informação disponível em: <https://www.bdo.com.br/pt-br/publicacoes/noticias-em-destaque/10%C2%BA-valor-das-marcas-dos-clubes-brasileiros>. Acesso em: 18 ago. 2018.

O outro grande vendedor é o Corinthians que teve 25% de sua receita em 2017 de venda de atletas, porém, a dependência do timão dessa fonte é menor do que o São Paulo. Ele possui um equilíbrio maior ao longo dos anos, apesar de os direitos de TV também serem a principal fonte de recursos.

Já o Inter sempre foi elogiado por suas categorias de base, porém, a venda de atletas caiu continuamente nos últimos anos e repercutiu diretamente na queda de arrecadação da agremiação. Em 2016, apenas 6,6% e, em 2017, somente 11%.

Outro clube que trata bem as categorias de base é o Santos, o clube da mesma forma que o São Paulo, tem na venda de jogadores a sua segunda principal fonte de receita, em 2016 representou 25% e em 2017 cerca de 27%, atrás apenas dos direitos de TV que neste último ano foi de 38%.

Por fim, o Cruzeiro que é também reconhecido pela infraestrutura e formação de jogadores no país e tem na venda de atletas cerca de 12% de sua receita anual, um percentual semelhante ao que consegue com patrocínio inferior apenas a bilheteria e sócio-torcedor e direitos de TV.

Em diversos momentos o aumento na venda de Força Esportiva é vista pelos clubes como algo positivo e digno de comemoração, todavia, é de fato motivo de lamentação, uma vez que, significa que aqueles que possuem a capacidade de produzir os melhores espetáculos vão fazer isso fora do país. Além disso, a venda é feita para “pagar salários e fechar buracos de caixa, eventualmente reforçando elenco com atletas de desempenho incerto”⁴⁷⁸.

A comercialização da Força Esportiva apesar de contribuir com as finanças dos clubes representa uma saída equivocada quando identificamos que a agremiação está desfazendo de parte do seu patrimônio, que poderia render mais ao longo do tempo, para poder equilibrar momentaneamente as suas contas.

Por fim, além de arrecadar recursos com a comercialização dos direitos de transmissão, bilheteria/Sócio-torcedor, patrocínios e comercialização de Força Esportiva, os clubes também possuem outras fontes de receitas que somam 12,9%, como: cessão da exploração dos estádios e arenas para grupos de investimento, arrecadação com as partes sociais dos clubes, premiações e, também, recursos das loterias, como loteca, lotegol e Timemania.

Dentre todos esses itens destacamos a Timemania que entre as loterias é aquela que repassa um maior volume de recursos para os clubes. Ela foi criada com a finalidade de gerar

⁴⁷⁸ Informação disponível em: <https://www.itau.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 09 jul. 2018.

receitas e contribuir para que as equipes pudessem diminuir os débitos com a União (SILVA, 2013).

A Timemania – de 2008, quando começou a funcionar, até dezembro de 2017 – arrecadou R\$ 2,5 bilhões, sendo que 22% disso foram repassados para os clubes que aderiram ao programa de refinanciamento das dívidas com o Estado. Assim, as agremiações receberam cerca de R\$ 555 milhões. O Flamengo e o Corinthians lideram o *ranking* em todos os anos e obtiveram mais recursos. Eles representam, respectivamente, 5,8% (R\$ 69,6 milhões) e 4,8% (R\$ 58,2 milhões) de toda a receita com a Timemania⁴⁷⁹.

Entretanto, a arrecadação da Timemania está bem abaixo da expectativa do governo que esperava arrecadar cerca de R\$ 500 milhões e, na média, consegue apenas a metade disso. O máximo que já obteve foi de R\$ 475 milhões em 2017.

Além disso, o endividamento dos clubes não diminuiu ao longo dos anos, seja com o governo ou com agentes do setor privado, bancos, instituições financeiras, pessoas jurídicas e físicas. No caso governamental, apenas para citar um exemplo para confirmar isso, em 2012 os débitos dos clubes somavam R\$ 3,8 bilhões e em 2017 estava em R\$ 6,9 bilhões⁴⁸⁰. Diante da baixa arrecadação e do aumento das dívidas da maioria das equipes o Governo Federal entrou mais uma vez em campo e em 2015 refinanciou novamente as dívidas e criou outra loteria para ajudá-los, a Lotex.

Ao longo dos anos, os repasses da Timemania para os clubes representaram cerca de 0,4% de toda a arrecadação deles, um percentual pequeno, porém, é 18% de toda a receita que é obtida na categoria “outras” pelos clubes em análise, ou seja, quase 1/5.

Seja qual for o percentual, o fato concreto é que trata-se mais uma vez de recursos que o Estado deixa de arrecadar ou destinar para áreas sociais e destina ao Futebol de Espetáculo com o intuito de manter a estrutura funcionando. Isso ocorre com as loterias e as empresas estatais, especificamente a Caixa Econômica, com o patrocínio a clubes e a campeonatos e acontece com os gastos tributários como via Lei de Incentivo com a construção e reformas de centros de treinamento e manutenção de equipes de base, por exemplo⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ Os dados sobre a Timemania podem ser encontrados em:

<http://www20.caixa.gov.br/Lists/News/DispForm.aspx?ID=5887&ContentTypeId=0x010025A2FACA7E6B46F2A76A26CEB39985D4006ED0B85A680DCB46904AF184D51AB990>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁴⁸⁰ Vamos retomar mais adiante à discussão sobre o endividamento dos clubes. Os dados constam no relatório do banco Itaú que está disponível em: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 09 jul.2018.

⁴⁸¹ Nesse sentido, recentemente o Ministério do Esporte inaugurou juntamente com a direção do Criciúma o novo centro de treinamento do clube construído com recursos da referida lei. Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58248-aviso-de-pauta-ministro-do-esporte-inaugura-centro-de-treinamento-do-criciuma>. Acesso em: 12 jul. 2018. Sobre os patrocínios da Caixa aos clubes já comentamos neste capítulo, cabe apenas sinalizar que o banco também destina desde 2013 recursos

Ainda dentro da categoria “outras” uma receita cada vez mais importante para os clubes globais e que começa a ter um peso significativo no Brasil são as parcerias com grandes empresas para administrar os estádios de futebol. No Brasil o caso de maior repercussão e sucesso é o do Palmeiras com WTorre. O estádio foi construído com financiamento da empresa que vai administrá-lo até 2049. No contrato o clube possui todo o dinheiro arrecadado com bilheteria dos jogos, porém, precisa pagar a taxa de manutenção nos dias de jogos que pode chegar a R\$ 300 mil. No período de 2014 a 2017 o Allianz Parque rendeu para a empresa R\$ 146 milhões, o clube ficou aproximadamente com R\$ 12 milhões, isso sem a receita de ingressos, apenas com o percentual sobre aluguel do estádio, os camarotes, os *shows* etc. A bilheteria rendeu mais R\$ 122 milhões ao clube⁴⁸².

O Palmeiras é o clube que possui a maior diversidade de fontes de arrecadação de recursos, sendo que, de 2012 a 2017, conseguiu fora das “fontes tradicionais” (direitos de transmissão, bilheteria/Sócio-Torcedor, patrocínio e venda de atletas) 21,8%, percentual bem longe do São Paulo que é a segunda agremiação que mais possui receitas de outras fontes (16,4%), sobretudo oriundas dos espaços sociais do clube.

Por fim, acredita-se que a tendência para os próximos anos é de os clubes continuarem tendo dependência dos recursos dos direitos de transmissão, uma realidade que é do futebol global, com exceção dos grandes clubes que conseguem obter recursos junto aos grupos de investimentos. No caso brasileiro isso deve permanecer, tendo em vista que o mercado futebolístico é pouco atrativo para o capital externo, sobretudo, porque se caracteriza pela venda dos melhores atletas e também com dificuldades econômicas, que impossibilita as camadas inferiores pagar por preços elevados de ingressos e pelos programas de sócio-torcedor.

Diante dessa exposição sobre as fontes de financiamento dos clubes e a observação de que nos últimos anos, especialmente a partir de 2014, houve um contínuo aumento das receitas questionamos: o aumento da arrecadação foi seguido da ampliação dos gastos? O crescimento das receitas significa superávit?

Inicialmente é importante sinalizar que de 2012 a 2017 os clubes gastaram em média 68,8% com o departamento de futebol profissional, sendo que esse percentual diminuiu de 78% em 2014 para 69% em 2015 e para 58% em 2016, porém, em 2017 voltou a crescer e

para empresas e organizações esportivas realizarem campeonatos, como a Copa Verde, Copa do Nordeste, Campeonato brasileiro da série B e C, Torneio Internacional de futebol feminino, campeonato brasileiro feminino, campeonatos estaduais, como baiano, goiano, mato-grossense, paraibano e potiguar.

⁴⁸² Os detalhes do contrato do Palmeiras com a empresa e os dados financeiros estão disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/01/1954013-em-briga-por-estadio-palmeiras-e-wtorre-dividem-lucro-de-r-280-mi.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2018.

fechou o ano em 71%. O resultado de 2015, mas principalmente o de 2016, é atípico influenciado pelo aumento das receitas com a TV.

Ressalta-se que as outras despesas dos clubes incluem os gastos com as categorias de base, cerca de 5%, com aquisição de atletas em torno de 13% e as despesas financeiras e tributárias que somam 11%. Os percentuais são referentes ao ano de 2017, porém, desde 2012 são pequenas as variações.

Ainda sobre 2017, o menor gasto com o departamento de futebol profissional foi do Flamengo com apenas 54%, seguido do Cruzeiro com 63%, por outro lado, o Inter gastou 87% seguido pelo Palmeiras, com 81%. O interessante é que mesmo com aumento dos gastos esses dois clubes não conseguiram títulos nesse ano. Destaca-se que os valores despendidos pelo Flamengo e Cruzeiro refletiram em superávit em 2017, por outro lado o Inter terminou mais um ano no vermelho.

Nos últimos dez anos apenas em 2012, 2015, 2016 e 2017 o conjunto dos 27 clubes fecharam com superávit, uma realidade bem diferente da realidade recente das contas públicas do país, que nos últimos quatro anos foram de déficits. As agremiações futebolísticas em 2012 tiveram um superávit de R\$ 10 milhões, em 2015 foram R\$ 120 milhões, em 2016 aproximadamente R\$ 436 milhões e, em 2017, foram R\$ 22 milhões⁴⁸³. Os valores de 2012 e 2016 foram diretamente influenciados pelo recebimento das luvas da TV fechada e em 2015 pela renegociação das dívidas com o PROFUT.

Além disso, é importante destacar que, tanto o “caixa” do Flamengo quanto do Palmeiras também tiveram uma influência direta no bom resultado do conjunto dos clubes. Os analistas do banco Itaú consideram que os dois clubes estão em outro patamar no futebol brasileiro, pois, nos últimos três anos a dupla comanda as finanças e representam perto de 20% das receitas do futebol nacional e, principalmente, são responsáveis por mais de 1/3 da geração de caixa total dos clubes brasileiros⁴⁸⁴.

Esta sim uma concentração importante, porque mostra quem tem efetivamente sobra de caixa para pagar suas Dívidas e, especialmente, fazer Investimentos. [...] a boa gestão de Custos e Despesas possibilitou aos dois clubes uma sobra de caixa que os torna mais poderosos na disputa por atletas⁴⁸⁵.

⁴⁸³ Informação disponível em: <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁴⁸⁴ Informação disponível em: <http://blogs.lance.com.br/somoggi/financas-dos-clubes-brasileiros-em-2017/> e <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 18 ago. 2018.

⁴⁸⁵ Informação disponível em: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itau-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Apenas os dois clubes e o Vasco conseguiram concluir no intervalo de 2012 a 2017 com superávit, porém, as informações disponibilizadas por esse último não são transparentes, inclusive os relatórios de gestão não estão disponíveis em seu *site*. Não é possível afirmar com segurança qual é o montante arrecadado e de fato o que foi gasto. Além disso, os débitos com empréstimos bancários subiram nos últimos anos, o que evidencia a utilização desses recursos para controlar as contas do clube.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo da situação dos doze clubes que mais arrecadam no país e hegemonizaram as conquistas nacionais e internacionais, como representantes do Brasil, nos últimos anos.

Tabela 13: Superávit x déficit dos clubes que possuem as maiores arrecadações do país, em milhões de R\$.

Clubes	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Acumulado
Flamengo	-60,4	-19,5	64,3	130,4	153,4	159,1	427,3
São Paulo	0,8	23,5	-100,1	-72,5	0,8	15,1	-132,4
Corinthians	7,5	1	-97,0	-97,1	31,0	-35,1	-189,7
Palmeiras	31,8	-22,6	-27,6	10,5	89,5	57,0	138,6
Cruzeiro	-30,9	-22,8	-38,6	-25,7	-29,3	30,5	-10,5
Grêmio	28,1	-56,8	-31,6	-37,5	35,3	2,7	-59,8
Atlético MG	-33,2	-22,5	-48,4	-11,9	2,1	-25,1	-139,0
Inter	11	0,9	-49,1	27,5	-11,0	-62,5	-83,2
Santos	14,6	0,4	-58,9	-78,1	54,1	2,9	-65,0
Vasco	-0,1	-10,3	-13,6	119,8	11,9	-22,9	84,8
Fluminense	-3,3	-3,7	-7,1	8,3	31,8	-79,4	-53,4
Botafogo	-49,2	-80,2	-174,8	-73,9	-9,2	53,3	-334

Fonte: <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>. Elaboração do autor (2018).

Todos os clubes tiveram pelo menos um ano fechando com déficit, sendo praticamente uma regra para conquistar o campeonato brasileiro, pois, apenas Corinthians (2013) e Palmeiras (2016) conseguiram fugir desta “norma”. Nos últimos três anos Flamengo e Palmeiras destacam pela sequência de superávit uma tendência que pode continuar nos próximos anos tendo em vista o aumento das receitas dos dois clubes e a política de controle de gastos, especialmente do Flamengo.

Em 2017 foram 9 clubes entre os 27 analisados que fecharam com déficit. Um resultado positivo em relação aos anos anteriores em que ocorria o contrário. Isso, sem dúvida, é uma consequência do PROFUT que obriga os clubes a ter, no máximo, 10% de déficit de sua receita bruta a partir de 1º de janeiro de 2017 e 5% a partir de 1º de janeiro de

2019. Além disso, a lei limita em 30% a antecipação das receitas, o que dificulta as manobras dos dirigentes para fechar as contas e empurrar os problemas financeiros para os anos seguintes.

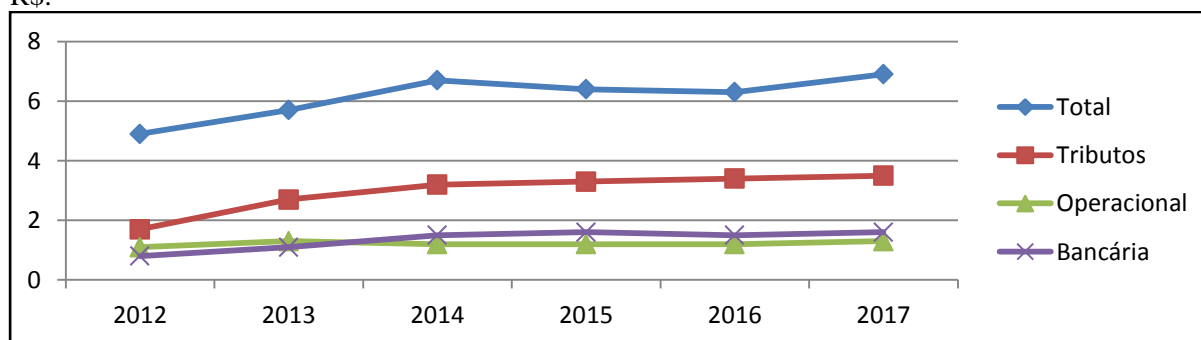
Registra-se que quatro clubes descumpriram a norma do PROFUT e fecharam 2017 com um déficit superior aos 10%: Inter (21,4%), Vitória (53%), Fluminense (27%) e Vasco (10,8%). A APFUT está analisando os balanços dos clubes e pode até excluí-los do programa de refinanciamento implementado pela lei⁴⁸⁶.

Nota-se, portanto, com raras exceções, que os superávits ocorrem quando houve algo externo à rotina operacional dos clubes, caso dos anos de renovação dos contratos com a TV e o PROFUT. Nos próximos anos é necessário avaliar se os clubes de fato conseguiram cumprir a determinação dessa lei e reduziram os gastos.

Nesse sentido, cabe verificar o comportamento da torcida e dos sócios, pois, controlar os gastos com o futebol em diversos momentos significou poucos títulos e resultados esportivos negativos. Afinal, um clube de futebol que não é uma empresa não precisa gerar elevados superávits, mas deve ter bons resultados em campo. A torcida vai cobrar, os sócios vão pressionar e os dirigentes o que farão?

Um dado que demonstra certa reticência com o resultado financeiro dos clubes é que a dívida voltou a crescer em 2017. Depois de dois anos de um (pequeno) recuo, o montante chegou a R\$ 6,9 bilhões, um aumento em relação a 2016 de 8,7%. O crescimento ocorreu justamente nos débitos com o Estado, pois, as despesas operacionais oscilaram levemente para cima e a dívida com o setor bancário, aquela que possui juros maiores, estão estáveis com leve tendência de queda⁴⁸⁷.

Gráfico 38: Evolução das dívidas de 27 clubes do Brasil no período de 2012 a 2017, em milhões de R\$.



Fonte: <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil> e <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itaubba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Elaboração do autor (2018).

⁴⁸⁶ Informação disponível em: <http://www.flamengorj.com.br/noticia/rodrigo-mattos-por-profut-governo-fiscaliza-balancos-ha-clubes-da-serie-a-com-problemas>. Acesso em: 12 jul. 2018.

⁴⁸⁷ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/vendas-de-jogadores-impulsionam-e-receitas-de-clubes-atingem-valor-recorde.ghtml> e <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/noticias/itaubba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Nota-se que o endividamento tributário não diminuiu em nenhum ano, só cresceu, por outro lado, os débitos operacionais e bancários oscilaram, entretanto, sem grandes elevações ou quedas. Destaca-se que atualmente 56% do endividamento dos clubes são com o governo e já foram renegociados pelos clubes seja via PROFUT ou por meio de outros programas de refinanciamentos. Outros 25% são dívidas com bancos e instituições financeiras e 19% são débitos operacionais com fornecedores, outros clubes e funcionários.

O fato é que parece evidente que nos anos em que houve recuo das receitas cresceram os déficits e o endividamento, quando algo fora da rotina operacional ocorre, como em 2012, 2015 e 2016, os clubes não alteram o seu padrão de gasto, mas conseguem no geral obter superávit e diminuir as dívidas bancárias e operacionais. Nos anos “normais”, como 2013, 2014 e 2017, o cenário é de endividamento e déficits, com sinalização em 2017 de uma possível reversão desse aspecto, porém, que precisa ser verificado nos próximos anos.

A tabela 14 apresenta o cenário do endividamento no período de 2012 a 2017. Entre os 12 maiores clubes do país em receita, 11 ampliaram suas dívidas, a exceção é o Flamengo que reduziu em 54,9%. Nos últimos dois anos o clube foi acompanhado pelo São Paulo e Grêmio. Em 2017 foram 5 que conseguiram diminuir os débitos em relação a 2016.

Tabela 14: Endividamento dos clubes com as maiores receitas do Brasil.

Clubes	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (2012-2017) em %
Flamengo	741,7	759,4	697,8	579,3	435,9	334,6	-54,9%
São Paulo	261,3	250,6	340,9	359,4	335,2	295,3	13,1%
Corinthians	177,1	193,7	382,1	452,6	425,8	448,4	253%
Palmeiras	324,5	311,8	332,7	409,7	394,7	461,9	14,2%
Cruzeiro	143,0	199,9	252,9	289,9	363,1	313,5	118%
Grêmio	187,2	276,0	382,1	423,7	397,3	392,5	109%
Atlético MG	414,5	438,4	491,3	496,5	518,7	538,1	29%
Inter	215,4	229,3	340,5	282,3	660,5	700,5	325%
Santos	296,7	296,7	373,2	409,9	356,5	360,7	21,6%
Vasco	430,0	518,4	596,5	467,5	456,8	505,9	17,6%
Fluminense	422,7	422,7	439,5	461,9	501,9	560,6	33,4%
Botafogo	661,5	698,1	845,1	730,5	750,7	719,1	8,7%

Fonte: <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil> e <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/vendas-de-jogadores-impulsionam-e-receitas-de-clubes-atingem-valor-recorde.ghtml>. Elaboração do autor (2018).

Se por um lado o Flamengo é aquele que aumentou as receitas, obteve superávits e ao longo dos anos diminuiu as dívidas, o cenário é o oposto para o Botafogo e para o Inter. Para

o primeiro a situação sempre foi ruim e piorou nos últimos anos com o crescimento das dívidas. Já o Inter ampliou os débitos, sobretudo, em 2016, devido à queda na venda de jogadores, aumento dos empréstimos bancários e as dívidas com a reforma do Beira Rio. Sem dúvida, a principal justificativa para o salto da dívida do Inter em 2016 é devido a inclusão de cerca de R\$ 330 milhões de débitos com a empresa AG que reformou o estádio do clube. O pagamento é feito na forma de sessão desse equipamento esportivo, não tendo desembolso financeiro.

Registra-se que no geral a situação dos clubes não é pior porque o Governo Federal perdoou em 2015 quase R\$ 600 milhões, entre juros e multas com o PROFUT. Os maiores beneficiados foram Botafogo (R\$ 146 milhões), Vasco (R\$113,5 milhões) e Flamengo (R\$ 91 milhões), Fluminense (R\$ 59 milhões) e Inter (R\$ 47 milhões)⁴⁸⁸.

Alguns clubes vivem situação delicada, pois, as dívidas chegam ao dobro do que eles arrecadam em um ano. Isso com Botafogo e Inter, por outro lado, o endividamento do Flamengo, São Paulo e Cruzeiro é menor do que a receita que eles conseguem em um ano.

Sobre esse cenário de endividamento os técnicos do banco Itaú sinalizam que:

As Dívidas não chegam a ser um problema incontornável, mas precisam ser tratadas com mais atenção. Os clubes perderam uma oportunidade de ouro de se organizarem, reduzirem passivos e pensarem no fluxo de caixa futuro, ao não utilizarem a geração de caixa e as Luvas. As Dívidas Bancárias são aceitáveis para alguns, mas elevadas para a maioria. Os Impostos estão alongados, mas como o volume é grande, é preciso preservar o fluxo de caixa para pagá-los. E as Operacionais, especialmente Fornecedores, representam obrigação de hoje jogada para ser paga amanhã. A conta chega. E os Clubes não entenderam, ou não querem entender⁴⁸⁹.

Ainda que os analistas apontem que seja aceitável, seja pelo montante ou pelo cenário do futebol mundial, ou mesmo, pelas condições do próprio Brasil que é de endividamento e déficits nas contas públicas, inclusive o país chegou em 2017 ao seu maior índice de endividamento 74% do PIB e possui 60,8% das famílias com algum débito – a maioria com cartão de crédito e empréstimos bancários⁴⁹⁰ -, a situação é preocupante porque as equipes não apenas acumulam déficit de 2012 a 2017, como no geral estão aumentando os débitos.

⁴⁸⁸ Informação disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2016/05/03/governo-perdoa-r-579-milhoes-em-dividas-de-clubes-grandes-veja-lista/>. Acesso em: 14 jul. 2018.

⁴⁸⁹ Informação disponível em: <https://www.italu.com.br/itaubba-pt/noticias/italu-bba-divulga-analise-economico-financeira-dos-clubes-de-futebol-brasileiros-2017>. Acesso em: 18 ago. 2018.

⁴⁹⁰ Informação disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5258773/proporcao-de-brasileiros-endividados-volta-crescer-em-2017-diz-cnc> e <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Portanto, o cenário de 2012 a 2017 dos principais clubes do país é de crescimento na arrecadação, com hegemonia dos recursos de direito de transmissão, raros momentos de superávits, sendo os melhores resultados nos anos mais recentes e concentrado em alguns clubes e de forte endividamento, inclusive com aumento nos débitos, mesmo com a vigência da Timemania, PROFUT e outros ordenamentos de refinanciamento das dívidas.

O fato concreto é que a administração financeira dos clubes de futebol tende ao desequilíbrio mesmo com ações pontuais de gestores da modalidade e do Estado buscando o equilíbrio. Isso ocorre fundamentalmente pela necessidade de obtenção de melhores resultados esportivos e, conseqüentemente, a busca pela satisfação aos torcedores. Além disso, cabe citar as diversas ações adotadas pelos dirigentes que se caracterizam como gestão temerária – gastos elevados em relação a receita, endividamento, apropriação do patrimônio e de recursos públicos etc., conforme previsto na Lei do Profut (BRASIL, 2015).

No tópico seguinte continuamos com essa discussão dando ênfase a questão da estrutura de poder dos clubes no que se refere à limitação e alternância de mandatos, a transparência, a autonomia do conselho fiscal e a participação dos sócios nas decisões dos dirigentes.

7.4.2- A gestão dos clubes de futebol do Brasil

Neste capítulo mencionamos que a maioria das agremiações do futebol profissional do país continua com o regime jurídico associativista, ainda que a legislação desde 1993 permita o empresariamento. Mas independente do regime jurídico todos estão submetidos às normas legais existentes, especialmente ao capítulo III do PROFUT que trata da gestão temerária.

Registra-se que hierarquicamente os clubes estão subordinados às federações estaduais e conseqüentemente a CBF, mesmo tendo receitas próprias. Eles só podem participar das competições dentro do sistema FIFA, sejam estaduais, regionais, nacionais e internacionais, com a filiação a sua respectiva federação.

Quanto à relação com o Estado é importante mencionar que os clubes não estão hierarquicamente submetidos aos interesses daquele, pois, ao setor público cabe estabelecer as normas gerais sobre o esporte no país, porém, sem qualquer interferência na autonomia de funcionamento e estruturação das equipes de futebol e demais entidades esportivas do país.

Todavia, além de regulamentar o futebol nacional, o Estado brasileiro ao longo do século XX e também nos últimos anos estabeleceu diversas formas de financiamento e refinanciamento de dívidas, seja com os clubes ou entidades de administração. A Copa do Mundo de 2014 é um bom exemplo disso, afinal, foram R\$ 14 bilhões gastos (via orçamento,

gastos tributários e extra-orçamentário) com infraestrutura permanente e temporária para o megaevento, sendo R\$ 7,3 bilhões em empréstimos a um valor abaixo de mercado para a construção e/ou reforma dos estádios. Ao incluir os gastos com infraestrutura urbana chega-se a aproximadamente R\$ 39 bilhões, ou seja, 87,4% dos recursos para a realização da Copa são oriundos do fundo público e apenas 12,6% foram do setor privado (FIGUEIREDO, 2017).

Além disso, entre 2012 a 2017 o Governo Federal destinou ao futebol cerca de R\$ 14,3 milhões, principalmente por meio da Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Torcedores do Ministério do Esporte, para ações como prevenção a violência física e verbal nos estádios, incentivo ao futebol feminino e garantia da aplicação do Estatuto do Torcedor, no que se refere aos direitos dos consumidores dos espetáculos futebolísticos.

Já pela fonte extra-orçamentária, destacam-se os recursos da Caixa Econômica Federal aos clubes, às entidades esportivas e empresas de eventos esportivos. Ao todo nesse período foram R\$ 537 milhões para os clubes e mais R\$ 86,8 milhões para a realização de eventos (Copa Verde- R\$ 9,7 milhões-, Copa do Nordeste- R\$ 17,8 milhões-, Campeonato Goiano- R\$ 1,8 milhão-, Campeonato Baiano- R\$ 2,5 milhões-, Campeonato Brasileiro da série B e C- R\$ 10,6 milhões-, Campeonato Brasileiro de futebol feminino- R\$ 50 milhões- Torneio internacional de seleções feminino- R\$ 1,2 milhão-, Campeonato Sergipano- R\$ 1,7 milhão-, Campeonato Paraibano- R\$ 500 mil-, Campeonato Potiguar- R\$ 500 mil-, e Campeonato Sul-Mato-Grossense- R\$ 400 mil). Na mesma fonte ainda constam os repasses diretos das loterias que somente a Timemania rendeu aos clubes mais R\$ 555 milhões⁴⁹¹.

As organizações do futebol nacional ainda possuem benefícios fiscais, com isenções e participação em programas de incentivo fiscal, como a Lei de Incentivo ao Esporte que desde 2007 destinou quase 10% do valor arrecadado aos clubes de futebol profissional para desenvolver a modalidade em suas categorias de base (MATIAS et al, 2013).

Portanto, diante dessa presença estatal o governo decidiu em 2015 cobrar contrapartidas na gestão das entidades de administração e prática do futebol. Assim, o PROFUT estabelece limite de tempo para permanência de dirigentes no poder, transparência na gestão, autonomia do conselho fiscal e maior participação dos sócios nas decisões dos clubes.

Quanto ao primeiro aspecto, cabe sinalizar que diferentemente do que ocorre com as federações, nos clubes desde o final dos anos 1990 não se observa mais dirigentes ocupando o

⁴⁹¹Informação disponível em: <http://www20.caixa.gov.br/Lists/News/DispForm.aspx?ID=5887&ContentTypeId=0x010025A2FACA7E6B46F2A76A26CEB39985D4006ED0B85A680DCB46904AF184D51AB990>. Acesso em: 12 jul. 2018.

cargo de presidente por décadas. Aliás, atualmente quem está há mais tempo no cargo entre os 27 clubes analisados pelo banco Itaú é o presidente do Flamengo que foi eleito em 2013 e reeleito em 2016.

Nos estatutos dos clubes o limite de tempo no mandato de presidente varia entre 2 a 4 anos, sendo que a maioria segue o intermediário de 3 anos. Porém, se por um lado observa-se alternância de poder, inclusive com a oposição conquistando a direção dos clubes, algo que ocorreu recentemente com o Santos e o Vasco, por exemplo, por outro lado a participação dos sócios, seja na escolha do mandatário ou mesmo na tomada de decisões é limitada na maioria dos clubes.

Registra-se que predomina entre os clubes os processos indiretos de escolha do presidente e de tomada de decisões. Isso significa que os sócios elegem os representantes para o conselho deliberativo e este grupo escolhe o presidente e o vice. Em alguns casos o poder de participação dos sócios é ainda mais limitado, pois, como acontece no São Paulo 2/3 dos conselheiros são vitalícios e apenas 1/3 são escolhidos a cada 6 anos pelos sócios.

Na minoria dos clubes adota-se a assembleia geral dos sócios como mecanismo de escolha do presidente e vice, isso ocorreu nas últimas duas eleições no Palmeiras e também já acontece há alguns anos no Flamengo, Corinthians, Grêmio e o Inter, por exemplo. A escolha direta pelos sócios amplia o colégio eleitoral, democratiza as escolhas para a ocupação dos cargos e também para a tomada de decisão.

Outro modelo de regime nos clubes é o que acontece no Santos, por exemplo, em que a escolha dos dirigentes é feita por meio da assembleia dos sócios ao eleger um presidente e um vice para um Comitê Gestor formado por mais 7 membros escolhidos pelo presidente. Esse grupo de 9 pessoas é que administra o clube e comanda todas as ações. Não é um regime presidencialista, em que o presidente possui autonomia diante do Conselho Deliberativo, mas de um colegiado.

O processo direto de consulta aos sócios ainda é minoria entre os clubes, a escolha indireta feita por um seletivo grupo é o que possui a hegemonia no interior dessas entidades. Mas seja qual for o tipo de regime observa-se com muita força fenômenos como clientelismo e patrimonialismo, característicos da pequena política brasileira. Três casos de eleições que ocorrem no final do ano de 2017 exemplificam isso:

Nos times do Vasco e do Santos, as diretorias são acusadas pelas respectivas oposições de matricularem pessoas que não existem como novos sócios para conseguir mais votos. Em comum, casos como dez moradores do mesmo

apartamento, e taxas de novos sócios muito acima da média exatamente nos últimos meses em que novos associados teriam o direito de votar.

Já no Corinthians, tanto a atual diretoria quanto pelo menos um candidato da oposição são acusados de compra de votos, por métodos diferentes, ao oferecerem formas de associados inadimplentes regularizarem suas situações financeiras com o clube para ter direito a voto⁴⁹².

Esses três exemplos ilustram como funciona a política no meio do futebol profissional, nada diferente da política nacional partidária. Na maioria dos clubes brasileiros os dirigentes precisam fazer acordos para chegar ao poder e administrar, além disso, a meta clara é a obtenção resultado esportivo, pois, é isso que satisfaz os sócios e a torcida. O equilíbrio fiscal é visto como um bônus.

Já em um clube empresa os dirigentes devem prestar contas apenas para os acionistas, sendo que a sua permanência depende diretamente da obtenção de títulos e também de lucro.

Destaca-se que a plataforma básica de qualquer dirigente de clube é atender as demandas corriqueiras do seu colégio eleitoral ou dos acionistas e a conquista de bons resultados esportivos, nos casos dos grandes, a obtenção de título é uma obrigação. Reitera-se que aparentemente o problema de perpetuação do mesmo dirigente no poder não é um problema existente nos clubes, ainda que tenhamos diversos exemplos de que os mesmos grupos controlam a gestão dos clubes há alguns anos, porém, há espaço para a organização da oposição e de alternância de poder.

Portanto, o limite de mandato dos dirigentes previstos no PROFUT já é uma realidade nos clubes, porém, outro problema que a legislação não deu conta é sobre a ampliação da participação dos sócios e demais envolvidos com o futebol, especialmente atletas e torcedores, na tomada de decisão dos clubes. A restrição aos sócios e pior, o domínio do modelo indireto nas administrações, com práticas clientelistas, patrimonialistas assentadas na pequena política impendem a democratização dos clubes.

As assembleias com os sócios ocorrem apenas a cada 2, 3 anos. Além da pouca periodicidade, se limita, na maioria das vezes, em apenas escolher parte dos membros do conselho deliberativo dos clubes. Quando ocorrem para a escolha dos dirigentes ou para discutir outra pauta observa-se a presença de práticas presentes na nossa democracia formal como compra de votos, manipulação da relação de votantes e de resultado dos pleitos.

Portanto, é fundamental aos clubes como ao Estado atenção no processo decisório, com a perspectiva de ampliação da participação, inclusive com espaços formais de discussão com atletas e torcedores, pois, a vida do clube pulsa a partir deles.

⁴⁹² O trecho está disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/papel-dos-presidentes-de-clubes-na-governanca-do-futebol/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

No que se refere ao Conselho Fiscal registra-se que todos os clubes são obrigados a ter no seu interior pessoas responsáveis pelo acompanhamento (de forma autônoma) das finanças, porém, é difícil isso de fato materializar tendo em vista que os membros do conselho fiscal são escolhidos e nomeados pelo dirigente da agremiação.

Ainda que a legislação avance nesse sentido é preciso que esse Conselho não seja nomeado pelo presidente, mas escolhido a partir de critérios técnicos, pelo conjunto dos sócios durante a definição do corpo diretivo dos clubes. Além disso, que não exerça apenas a função de fiscalização, mas que tenha poderes de decisão (RIBEIRO, 2012).

No que tange à transparência das informações utilizamos dois aspectos citados por Martins e Reis (2017) e Ribeiro (2012) ao analisar as confederações esportivas do Brasil. Ou seja, a disponibilidade do Estatuto e das demonstrações financeiras nos sítios eletrônicos dos clubes. Obviamente, conforme o alerta dos autores, isso por si só não significa boa prática de gestão, afinal, ter os documentos disponíveis ao público não significa retidão por parte dos dirigentes e nem que sejam claros e objetivos. Mas é indiscutível que isso é uma ação positiva, afinal, está possibilitando aos interessados o acesso àquilo que rege o clube e uma noção sobre a saúde financeira da entidade. Ressalta-se que o PROFUT também exige dos clubes a publicização de relatórios de auditores independentes.

Nesse sentido, 2/3 daqueles 27 clubes que analisamos as finanças disponibilizam nos *sites* oficiais as demonstrações financeiras, porém, nove deles (Atlético MG, Coritiba, Chapecoense, Grêmio, Figueirense, Joinville, Náutico, Santa Cruz e Vasco) não ofertam nenhuma informação sobre as receitas, despesas e dívidas⁴⁹³.

Enquanto alguns clubes investem na construção de plataforma de transparência como o Inter e o Botafogo outros não apresentam nenhuma informação sobre o seu funcionamento, como a Chapecoense e o Figueirense. Aliás, este que possui 95% de suas ações com um *holding* de investimento não tem nenhum mecanismo público de acesso à informação.

Registra-se que entre o 1/3 que não coloca para o público os relatórios de suas finanças estão equipes menores, com pouca receita, mas há também grandes clubes com arrecadação elevada que possuem corpo técnico, mas simplesmente negligenciam as informações e contrariam o disposto no ordenamento legal.

De forma complementar a isso também estão ausentes os estatutos nos sítios eletrônicos de oito clubes (Bahia, Coritiba, Chapecoense, Goiás, Grêmio, Fluminense, Joinville e Náutico). Ou seja, o documento básico que rege a vida de qualquer entidade

⁴⁹³ Os dados foram coletados em junho de 2018.

esportiva não está disponível ao acesso público na rede mundial de computadores, justamente no principal mecanismo de comunicação e informação dos clubes.

A publicidade das informações, dos documentos que sustentam o funcionamento do público é princípio básico para qualquer modelo de gestão que preze por transparência e participação e, conseqüentemente, pela ampliação dos processos decisórios (democracia), inclusive com a organização dos sócios e demais envolvidos em discussões sobre o futuro da agremiação, com a tomada de decisão e assunção de responsabilidades.

Observamos, nesse sentido, que os clubes possuem autonomia em relação ao Estado, o que deve ser preservado, porém, não significa ausência da sociedade política regulamentando o setor. Da mesma forma, a relação estatal com os clubes acontece com a disponibilização de recursos financeiros, fundamentais para a produção e o consumo dos espetáculos futebolísticos. Além disso, reitera-se que diferentemente do que acontece com as federações não há entre os clubes a perpetuação dos mesmos dirigentes no comando, porém, os processos decisórios, inclusive eleitoral, são limitados na maioria dos clubes à forma indireta, sem a plena participação dos sócios e, sem qualquer mecanismo formal de envolvimento de atletas e torcedores. Por fim, localizamos que ainda há um percentual grande de equipes que afrontam a legislação nacional e não permitem ao público o acesso às informações de como estão organizados os clubes e nem as suas finanças.

Assim, concluímos a radiografia do futebol brasileiro e no tópico seguinte a ideia é estabelecer alguns paralelos entre o mercado de Futebol de Espetáculo no Brasil e outros mercados periféricos e globais.

7.5- O “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola

Neste momento procuramos à luz da Teoria Marxista da Dependência estabelecer mediações sobre a organização do futebol mundial e brasileiro, sinalizando o “lugar” do Brasil no mercado mundo da bola. Nesse sentido, estabelecemos uma reflexão inicial sobre a teoria da dependência e, posteriormente expomos como são as relações no Futebol de Espetáculo, inclusive acerca do processo de produção e troca desigual da Força Esportiva e do espetáculo entre os países centrais e periféricos, tendo obviamente o Brasil como exemplo.

Para tanto, inicialmente questionamos: qual é o “lugar” do Brasil no mundo, especificamente na economia global? Esta é a questão colocada para a primeira parte deste tópico, no entanto, adiantamos que não temos nenhuma pretensão de respondê-la integralmente, uma vez que esta talvez seja a pergunta mais emblemática existente para os interpreses da sociologia brasileira. Assim, a intenção neste momento é apenas problematizá-

la para que posteriormente possamos realizar uma reflexão semelhante acerca do futebol no Brasil.

Desde já é importante assinalar que alinhamos a linhagem teórica que concebe desenvolvimento e subdesenvolvimento como um par dialético em que, apesar das melhorias nos indicadores econômicos e sociais e de ocupação de mais espaço no plano militar mundial de uma nação, em determinados momentos históricos, não significa que foram rompidos os grilhões econômicos, sociais e culturais que limitam a possibilidade de crescimento auto sustentável de uma nação historicamente condicionada ao desenvolvimento e à expansão de outra⁴⁹⁴.

Conforme assinala Marini (1973, p. 140) no contexto do capitalismo mundial há uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Portanto, a partir dessa compreensão Carcanholo (2013) diz que a existência de países desenvolvidos perpassa diretamente por ter subdesenvolvidos, sendo a presença deles parte necessária do processo de expansão do capitalismo mundial. Ou seja: o subdesenvolvimento é “um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo” (DUARTE; GRACIOLLI, 2005, p. 3).

Desse modo, descarta-se qualquer possibilidade linear ou de existência de estágios (países em desenvolvimento ou emergentes), conforme defende a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de um país sair de uma condição econômica, social e militar e inferior (subordinado e periférico) e ascender ao patamar superior ou também denominado de central ou desenvolvido sem superar os marcos históricos do capitalismo⁴⁹⁵.

⁴⁹⁴ É importante mencionar que dentro da teoria da dependência existem duas correntes, sendo uma mais heterodoxa com influência weberiana, destaque para os escritos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que defendiam uma interdependência ou ainda a presença de um capitalismo dependente-associado entre burguesia nacional e internacional e, a outra com corte marxiana tendo Ruy Marini como principal autor, com perspectiva estrutural da dependência, ao qual nos alinhamos neste momento (DUARTE, GRACIOLLI, 2005; MAURO, 2007).

⁴⁹⁵ A CEPAL para além de difundir a teoria desenvolvimentista dos países ricos também se preocupou em apontar as causas e as saídas para os países pobres (MAURO, 2007). Os principais autores da CEPAL, entre eles Celso Furtado, defendiam que a superação da condição de periferia dos países latinos passava diretamente pelo investimento estatal na industrialização. Somente assim poderiam sair de uma condição de país em desenvolvimento e atingir o estágio superior de país central ou desenvolvido. A contribuição da CEPAL acerca da análise da existência de economias centrais e periféricas foi importante para que os estudos da teoria da dependência pudessem avançar no sentido de perceber que centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos distintos de uma mesma realidade, antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares entre si, em uma relação dialética com o cenário internacional, algo diferente do que anunciado pelos autores “Cepalinos”.

Pois, ainda que as economias estejam integradas, o ritmo e a forma como manifestam as tendências do modo de produção capitalista são diferentes, ou melhor, são desiguais.

Historicamente verifica-se isso a partir da compreensão de que a integração da América Latina e também da África ao mercado mundial foi forjado na estreita consonância do capitalismo no século XVI como alicerce para o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentando o sistema manufatureiro europeu e propiciando as condições do caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 1973).

No caso brasileiro, particularmente, por mais de três séculos o país foi uma colônia de exploração de Portugal, sem qualquer perspectiva e estrutura para se tornar uma nação independente. A empresa colonial portuguesa explorava de forma rudimentar, com mão de obra escrava, as riquezas naturais da colônia e produzia nos latifúndios produtos para serem comercializados na Europa. Sendo assim, conforme assinala Prado Junior (2011, p. 29):

É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...]. Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.

Após o período de dependência colonial inicia o processo de dependência industrial-financeira. Nesse sentido, no contexto da industrialização diversos países conquistam a independência formal, porém, isso não significou de fato a independência, pois, diante do abismo econômico, social, científico e tecnológico, entre as antigas colônias de exploração e os colonizadores, aqueles ficaram subordinados aos fluxos de mercadorias e depois de capital dos ingleses e, posteriormente, de outras metrópoles.

Assim, estabelece-se uma lógica em que os países mais industrializados fornecem produtos manufaturados, com maior teor científico e tecnológico e as ex-colônias de exploração constituem como consumidores dessas mercadorias e ofertam alimentos, matéria prima e produtos manufaturados, porém, mais baratos.

Conforme assinala Gonçalves (2014), no período colonial três *commodities* representaram quase 90% do valor das exportações brasileiras, sendo 56% foi de açúcar e 32% ouro e diamante. Outros produtos, como tabaco, algodão, pau-brasil, couro, cacau etc., completam os itens exportados à época. Atualmente as *commodities* representam 63% das exportações do país, sendo alimentos, minérios e petróleo os principais itens exportados para

China, EUA, Europa, principais parceiros, entre outros países e continentes. Por outro lado, os itens mais importados pelo Brasil são: petróleo refinado; peças para veículos; medicamentos embalados; telefones; circuitos integrados; turbina a gás⁴⁹⁶.

Na América Latina o Brasil é quem depende menos das *commodities*, Bolívia, Equador, Guiana, Venezuela e Paraguai o percentual ultrapassa os 90%. Esse é o papel que cabe aos países que foram colônias da Espanha e Portugal no nosso continente, ou seja, fornece especialmente matéria prima e alimentos ao mundo. Assim, à medida que há um aumento nos preços das *commodities*, as economias periféricas acumulam crescimento do PIB, porém, quando ocorre o inverso, fenômeno que recentemente aconteceu em 2011 com a diminuição do “apetite” da China, os países dependentes da venda de produtos *in natura* entram em crise⁴⁹⁷.

Registra-se que nos países subdesenvolvidos há um exército de reserva mais volumoso e com força de trabalho mais barata, menos qualificada do que nos países desenvolvidos que possuem empregos mais qualificados e com maior renda. Por isso, a produção em larga escala de matéria prima e o deslocamento das fábricas para a periferia é um movimento natural do capital em busca de acumulação. Porém, é importante apontar que há também superexploração da mão de obra nos países do centro, mas, ainda assim, predomina no centro dinâmico a mais valia relativa, contexto diferente dos países dependentes.

Em tempos mais recentes, a dependência financeira-industrial permanece e exacerba a dependência financeira-tecnológica. Assim, já no final do século XX, com o processo de mundialização financeira, sustentado na conexão entre subsistemas nacionais fortemente hierarquizados (CHESNAIS, 1996), provocou o crescimento das transações de natureza especulativa, sendo a principal forma de instabilidades macroeconômicas no capitalismo contemporâneo. Porém, conforme coloca em relevo Marques (2013, p.94):

Os países periféricos ou semiperiféricos, não obstante, se mantêm numa posição subordinada no interior desse sistema, onde os fluxos de capitais para esses países dependem fortemente de fatores exógenos, tornando-os mais vulneráveis às turbulências financeiras globais, sejam elas motivadas por reversões nos ciclos de acumulação das economias mais dinâmicas, pelas mudanças na condução de suas políticas monetárias e/ou pelo aumento da preferência pela liquidez dos investidores globais.

⁴⁹⁶ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/brasil-esta-ainda-mais-dependente-das-commodities/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

⁴⁹⁷ Para entender mais sobre *commodities* e a situação atual desse mercado recomendamos a seguinte reportagem: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Assim, observam-se fluxos de capital por todo o mundo causando instabilidade nas bolsas dos países pobres e captura do fundo público por meio da compra de estatais, papéis, juros e amortizações de dívidas. Sobre isso, Damasceno (2013, p. 795) depois de uma ampla análise de dados econômicos afirma que:

[...] não existem evidências de que Fluxo Total de Capitais, Fluxo Equity, Fluxo Debt, Investimento Externo Direto, Investimento de Portfólio e Outros Investimentos estimulam o crescimento econômico nos países em desenvolvimento. Ademais, não existem evidências de que o efeito marginal de Fluxo Total de Capitais, Fluxo Equity, Fluxo Debt, Investimento Externo Direto, Investimento de Portfólio e Outros Investimentos sobre o crescimento econômico nos países em desenvolvimento depende dos níveis de desenvolvimento institucional, desenvolvimento financeiro, abertura comercial, estabilidade macroeconômica e capital humano nos países da amostra.

Reitera-se apenas que diferentemente do autor consideramos um equívoco tratar países dentro da estrutura econômica mundial capitalista como em desenvolvimento ou emergente, trata-se na verdade de escamotear uma realidade de subordinação e dependência. Mas o que de fato é relevante neste momento é apontar que historicamente há um processo desigual de troca no comércio internacional e uma intensificação nas últimas três décadas de remessas do fundo público das nações subdesenvolvidas para economias centrais, inclusive “através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida” (FONTES, 2010, p. 25).

Esse processo de apropriação dos bens e recursos públicos assumiu nas últimas décadas proporções globais de domínio frações da burguesia que não estão mais localizadas territorialmente em um lugar, mas espalhada em forma de rede pelos países desenvolvidos.

Além disso, é importante registrar também os processos de “colonização” cultural, de transferência de informações e uma movimentação de turistas, tendo em vista o custo de vida mais barato, em direção aos países periféricos. De outro modo, como caminho inverso, além da transferência de capital, bens manufaturados de baixo preço e de valor tecnológico inferior, matéria prima e alimentos, há também cessão de mão de obra migrante dos países periféricos para os serviços em que os nativos não realizam nos países centrais⁴⁹⁸.

⁴⁹⁸ Com isso não estamos negligenciando os problemas recentes de imigração em massa de africanos que, fugindo da pobreza e violência buscam, asilo nas antigas metrópoles e nos demais países da UE. Ao contrário,

Portanto, compreender o “lugar” de uma nação integrada ao modo de produção capitalista perpassa entender o cenário econômico, social, político e militar e como está localizada no fluxo mundial de mercadorias e capital e de força de trabalho ao longo da sua história. Os movimentos ciclos de bonança ou de mudança de *status* em um desses aspectos não significa alteração da sua condição de centro ou periferia.

Como uma tentativa de síntese do que dissemos anteriormente assinalamos que nos casos dos países dependentes, como é o Brasil e todos os outros da América Latina e da África, além da maioria dos países asiáticos e de alguns da Europa, especialmente do leste, caracterizam por:

[...] a) superexploração da força de trabalho; b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc.); d) alta concentração de renda e riqueza; e e) agravamento dos problemas sociais (CARCANHOLO, 2013, p. 200).

No que se refere à superexploração do trabalho, reitera-se que é uma condição estrutural das economias periféricas, porém, que na contemporaneidade também se generaliza entre as economias centrais, ainda que seus efeitos historicamente sejam mais nefastos nas economias dependentes (ANTUNES, 2018). Conforme apresenta Marini (2000, p. 291):

Deste modo se generaliza a todo o sistema [superexploração], inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua consequência (que era sua causa) é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedentes e agudizar sua pauperização, no momento mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos.

Nesse sentido, vale a pena ficar atento aos relatos realizados por Antunes (2013, p. 21) acerca da superexploração do trabalho nas economias centrais:

Como é cada vez mais difícil competir com os padrões chineses e indianos de superexploração do trabalho, até a velha Europa encontra-se agora no fio da navalha: quer repetir o mesmo receituário do FMI, que devastou o Sul do mundo, e impô-lo aos governos dos países onde a crise é mais agressiva, mas, ao proceder desse modo, caminha celeremente para o desmonte do que resta dos chamados Estados de bem-estar social. Trata-se, então, de salvar as grandes corporações em detrimento do que resta do mundo do trabalho e de

isso é uma resposta à forma cruel de como foram explorados os países periféricos e a situação de dependência econômica.

seus direitos. E, quanto mais a crise avança, quanto mais o receituário destrutivo do capital financeiro, com seu Fundo Monetário Internacional à frente, se impõe, mais avança a sua pragmática letal para o trabalho. Os exemplos desse quadro crítico são abundantes: o desemprego vem atingindo as mais altas taxas das últimas décadas nos EUA, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, Grécia, França, Japão, e a lista é interminável, lembrando que o epicentro da crise atual se encontra alojado nos países do Norte capitalista. A Alemanha, por exemplo, tem conseguido mascarar os índices de desemprego porque os compensa através da ampliação do trabalho parcial e precário, que substitui o trabalho estável e dotado de direitos.

Portanto, a superexploração característica de economias dependentes em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, como assinala Marini (1973), também assola cada vez mais os países centrais em nome da manutenção da acumulação de capital.

Obviamente que no Brasil esse cenário não é diferente, pois, as constantes medidas retiradas de direito e a reforma trabalhista realizada em 2017 (lei nº 13.467) caminha no sentido de explorar ainda mais a força de trabalho⁴⁹⁹. Mesmo antes disso, Antunes (2013, p. 24) ressalta superexploração da força de trabalho no país.

[...] há jornadas de trabalho no centro da cidade de São Paulo, na indústria de confecções, que atingem 17 horas por dia, por meio da contratação informal de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos (ou, ainda, de outros países latino-americanos), controlados por patrões frequentemente coreanos ou chineses. No agronegócio do açúcar, é também constante a burla dos direitos no trabalho: os trabalhadores rurais que cortam mais de dez toneladas de cana por dia (média em São Paulo, mas no Nordeste esse volume pode chegar a 18 toneladas diárias), para a produção do etanol, raramente recebem pelo que efetivamente produzem, pois as medições da produção são sempre favoráveis ao agronegócio. Seu corpo produtivo é, então, destroçado pelas engrenagens do capital.

Nesse sentido, Pires (2013, p. 17) afirma que o que presenciamos hoje é “[...] a crise do trabalho vivo e de sua degradação social em virtude da exploração e espoliação da sua corporalidade viva – corpo e mente – pelo capital”.

Se o fenômeno da superexploração do trabalho atinge cada vez mais contornos globais, os elementos “b e c” apontados por Carcanholo (2013) são os condicionantes estruturais da dependência de uma economia periférica em relação a uma central, ou, de outro modo, de um país desenvolvido em relação ao país subdesenvolvido. No que se refere às trocas de mercadorias, já mencionamos como funciona a balança comercial brasileira com a

⁴⁹⁹ A matéria a seguir relata algumas consequências para os trabalhadores: <https://www.cartacapital.com.br/politica/reforma-trabalhista-entenda-o-que-muda-para-o-trabalhador>. Acesso em: 21 jul. 2018.

transferência de produtos de baixo valor agregado e a importação de mercadorias com custo elevado e com mais aparato tecnológico.

Quanto ao item “c” que trata das transferências de (mais) valor para as economias centrais, com pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de *royalties* etc., destacamos que: em relação ao primeiro item, transferência de recursos do fundo, Oliveira (1998) ressalta que ele é palco de disputa entre as diferentes classes e frações de classe da burguesia, nacional e internacional, uma vez que é estrutural para a garantia de produção e reprodução do capital, seja no centro ou na periferia.

Nesse sentido, uma forma de transferência para os credores externos de recursos do fundo público é o pagamento de juros e amortizações da dívida da União. Sobre isso, em 2018, por exemplo, o orçamento prevê que o governo gaste 52%, em anos anteriores, o percentual foi um pouco inferior, ficando na casa de 48%. Entre os principais credores, 90% envolvem agentes do mercado fictício (fundo de previdência- 25%-, fundos de investimentos- 26,9%, bancos, especialmente comerciais como Itaú e Bradesco, e outras instituições financeiras- 22,4%-, de investimentos, investidores estrangeiros via instituições financeiras- 12%- e seguradoras- 3,9%) que possuem pessoas físicas de diferentes lugares do mundo, especialmente com sedes nos países centrais e paraísos fiscais. Conforme assinala o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcelo Medeiros: “o montante que o governo deve a pessoas físicas brasileiras através do tesouro direto é ínfimo”⁵⁰⁰.

Isso significa que anualmente uma parte importante do salário da classe trabalhadora brasileira é drenando por especuladores do capital *fictício* que circulam pelo mundo, expropriando recursos que poderiam reverter o cenário de exclusão social vivenciado pela maioria da população.

No que se refere à remessa de lucros e dividendos, de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos de Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE (2014), o volume de recursos enviado ao exterior totalizou o montante de US\$ 23,8 bilhões, em 2013, aumento de 107% em relação a 2006. Esse volume, quando desagregado por setor, apresenta o seguinte perfil: 56,4% da indústria; 40,8% dos serviços e 2,8% referem-se à agricultura, pecuária e atividade extrativa mineral. Nesse período, 11 países representam 88% do destino do dinheiro: Holanda; EUA; Espanha; Luxemburgo, Suíça, França, Japão, Suécia, Reino Unido,

⁵⁰⁰ As informações sobre a dívida brasileira pode ser encontrada em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/en/a-divida-em-grandes-numeros>. Já a análise de Marcelo Medeiros pode ser vista em: <http://mameconomia.com/2017/05/15/gastos-com-a-divida-publica-correspondem-a-366-do-orcamento-de-2017/>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Itália e Alemanha. Alguns desses são conhecidos pela falta de transparência na divulgação das informações sobre os serviços financeiros *offshore*, caso da Holanda, Suíça e Luxemburgo.

O relatório do DIEESE ainda mostra que entre as maiores empresas do país em 2013 a metade era de capital externo, sendo o restante 75% capital interno privado e 25% estatal. Entre as estrangeiras a maioria é dos EUA (20%), França e Alemanha (10% cada) e Japão, Holanda e Itália (respectivamente com 4%, 3% e 3%). Ressalta-se que a maior parte é do ramo automotivo, bens de consumo (inclui bebidas), telecomunicações e varejo.

Observa-se que, mesmo com a situação de queda no PIB e desemprego elevado, as empresas multinacionais com investimentos no Brasil continuam obtendo lucro. Além disso, o predomínio do setor industrial revela o quanto o país é dependente, seja na forma de investimento direto ou na importação de produtos com alto teor científico e tecnológico. Por fim, nota-se o caso típico de predomínio da relação entre país subdesenvolvido e desenvolvido na emissão dos lucros e dividendos do Brasil para fora.

Outra forma de capturar os recursos financeiros dos países periféricos é por meio da transferência de tecnologia, licença, cobranças de *royalties* entre outros. Diante da dificuldade e da falta de investimento na produção de inovações nos países periféricos, as empresas localizadas nos países centrais conseguem obter lucro apenas com a patente de determinada mercadoria⁵⁰¹. Um exemplo disso é o que ocorre no setor de medicamentos, um campo sensível para os pobres de todo o mundo,

Por exemplo, 150 mg do medicamento para HIV *fluconazole* custa 55 dólares na Índia, onde não é protegido por patente, e 697 dólares na Malásia, 703 dólares na Indonésia e 817 dólares nas Filipinas, onde existe a proteção por patente. O papel das patentes na redução do acesso a medicamentos inclui, ainda, o fato de que elas dificultam a produção de versões genéricas, normalmente mais baratas, de medicamentos patenteados, e reduzem a possibilidade aos governos de permitirem o licenciamento obrigatório e importações paralelas de produtos farmacêuticos (NWOBIKE, 2006, p. 2).

O mesmo acontece com o Nexavar, utilizado para o tratamento de câncer, que é produzido pela Bayer uma das maiores multinacionais desse mercado. O remédio custa R\$ 65 mil por ano para cada paciente, porém, também na Índia a justiça quebrou a patente e o medicamento sai por R\$ 2 mil⁵⁰².

⁵⁰¹ Em 2016 no *ranking* mundial de inovação o Brasil aparece na posição 69ª, atrás de países como Chile, Colômbia e Uruguai. Os dez primeiros são respectivamente: Suíça, Suécia, Reino Unido, EUA, Finlândia, Singapura, Irlanda, Dinamarca, Holanda e Alemanha (PONTES, 2017).

⁵⁰² Informação disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/a-industria-farmaceutica-e-as-drogas-201cpara-ocidentais-que-pagam201d-9084.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Pontes (2017, p.42) demonstra que as principais indústrias farmacêuticas com patentes são grandes multinacionais localizadas na Suíça, EUA e Reino Unido. O Brasil representa apenas 0,2% de todas as patentes do setor⁵⁰³.

A partir desses exemplos a intenção é apenas demonstrar que a posse da tecnologia ou de uma informação é uma arma também utilizada pelas grandes multinacionais obterem recursos, obviamente que isso atinge todo o globo, porém, com mais força as nações subdesenvolvidas, com menor poder tecnológico, inovação e de renda.

Os últimos dois itens que caracterizam a condição de país subdesenvolvido é a alta concentração de renda e riqueza e o agravamento dos problemas sociais. Nesse sentido, no contexto mundial o relatório da OXFAM demonstra que, de tudo que foi produzido em 2017, 82% ficou restrito ao 1% mais rico do planeta. Enquanto isso, a metade mais pobre da população global – 3,7 bilhões de pessoas – não ficou com nada⁵⁰⁴. Registra-se que a concentração de riqueza e renda não é uma exclusividade dos países periféricos, nos países centrais também a diferença é crescente, como demonstra Piketty (2013).

No entanto, o quadro é mais grave nas economias periféricas, caso do Brasil. O país que está entre as 10 maiores economias do mundo, atualmente é a 8ª, sendo o 6º em Paridade de Poder de Compra, porém, ocupa apenas o 84º lugar no *ranking* do PIB *per capita* em um universo de 188 países. O Brasil está atrás de alguns vizinhos como Chile (58º), Uruguai (62º), Argentina (65º). Além disso, está bem distante da renda *per capita* dos países que são o centro futebolístico: Alemanha (19º), Reino Unido (27ª), França (28º), Espanha (36º) e Itália (35º)⁵⁰⁵.

A concentração de renda e patrimônio no Brasil é abissal, pois, apenas cinco pessoas possuem patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população do país. Em 2017 o aumento foi 13% em relação a 2016 e os 50% mais pobres reduziram sua riqueza de 2,7%

⁵⁰³ Com isso não estamos defendendo que o país deve investir mais recursos, inclusive público, em patentes, especialmente em campos como a saúde humana. O fato concreto é que quanto mais desenvolvido mais tecnologia possui a nação e aumenta a chance de criar inovações e patentiar novos produtos.

⁵⁰⁴ O relatório da OXFAM pode ser encontrado em:

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵⁰⁵ Apenas por curiosidade a maior renda *per capita* do mundo é a do Qatar, quase 9 vezes mais a renda *per capita* do Brasil. O Qatar que será a sede da Copa do Mundo FIFA 2022. A relação e o PIB *per capita* dos 188 países do ano de 2016 publicado pelo FMI está disponível em: <https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/richest-countries-in-the-world?ref=driverlayer.com&page=12>. Acesso em: 23 jul. 2018.

para 2%⁵⁰⁶. Ressalta-se que nos países desenvolvidos há uma melhor distribuição da renda e da riqueza, mas também há desníveis conforme já demonstramos.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede a longevidade, renda e educação, o Brasil ocupa o 79º em um *ranking* com 188 nações. O índice que em 1990 era de 0,612 e em 2000, de 0,682; em 2010, de 0,739; fechou em 2015 em 0,754, o que demonstra uma melhoria na vida da população brasileira, especialmente no aumento na expectativa de vida e nos anos de escolarização. Porém, isso não reflete na queda da desigualdade, pois o índice é semelhante àquele da década de 1960. Os dados de 2015 do Coeficiente de *Gini* apontam que o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo e o quarto da América Latina, à frente apenas do Haiti, Colômbia e Paraguai. “Segundo o levantamento da ONU, o percentual de desigualdade de renda no Brasil (37%) é superior à média da América Latina, incluindo os países do Caribe (34,9%)”⁵⁰⁷.

Para complicar o cenário nacional, há no país quase 14 milhões de brasileiros desempregados e 11 milhões na informalidade, além disso, 44,5 milhões dos que trabalham recebem menos do que um salário mínimo⁵⁰⁸, enquanto isso, o país possui 42 brasileiros na lista de bilionários no mundo⁵⁰⁹.

O quadro econômico e social do Brasil reflete diretamente a condição de país subdesenvolvido com uma taxa elevada de pessoas em subempregos (11 milhões), na miséria (aumentou o número de pessoas na extrema pobreza nos últimos anos, em 2016 era 13,3 milhões e, em 2017, chegou a 14,8 milhões)⁵¹⁰, sem teto (33 milhões)⁵¹¹ ou morando em situação de risco (8 milhões)⁵¹², com um patamar epidêmico de mortes por violência intencional (30 em cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa). Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional, especialmente entre a população jovem e negra. Como exemplo, “No país, 33.590

⁵⁰⁶ O relatório da OXFAM pode ser encontrado em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵⁰⁷ O trecho citado e os demais dados podem ser encontrados em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵⁰⁸ Dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Informação disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/desemprego-e-informalidade-sao-o-retrato-do-mercado-de-trabalho-na-era-temer-b945>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵⁰⁹ Informação disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Dinheiro/noticia/2018/03/brasil-tem-42-bilionarios.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵¹⁰ Informação disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵¹¹ Informação disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil.678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵¹² Informação disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/numero-de-brasileiros-em-areas-de-risco-passa-de-8-milhoes-diz-ibge>. Acesso em: 22 jul. 2018.

jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. O dado é péssimo especialmente porque em 2015 houve uma pequena redução ante 2014, de -3,6%”, sendo que a maioria era negros, pois “[...] a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0 por 100.000 habitantes contra 40,2)”⁵¹³.

No que se refere à escolarização observa-se que melhoraram os índices quantitativos de presença de um maior número de pessoas frequentando os bancos das escolas e universidades. Porém, o país ainda possui aproximadamente 5% de sua população sem saber ler e escrever, sendo que 7,5% dos jovens em idade escolar de 15 aos 17 não estão nas unidades de ensino e, dentre aqueles que estavam, 1/3 não estava na série/idade adequada. Além disso, metade da população com 25 anos ou mais não completou o ensino médio (66,3 milhões de pessoas) e apenas 15% possui ensino superior⁵¹⁴.

Por fim, é importante mencionar que, se por um lado há um brutal processo de concentração de riqueza e renda nos países centrais em relação à periferia, por outro, não menos trágica, é a concentração que ocorre dentro da própria periferia. Isso reflete na presença de regiões do país concentram a maioria dos investimentos produtivos e em infraestrutura (Sul e Sudeste), outras são condenadas ao completo abandono. “Isso torna possível encontrar, dentro de um mesmo país, algumas ilhas altamente desenvolvidas e amplas regiões convivendo com a extrema pobreza, ou seja, é o desenvolvimento e o subdesenvolvimento convivendo lado a lado” (MAURO, 2007, p. 179).

Porém, é a existência dessas ilhas de desenvolvimento associada com forte investimento estatal e estrangeiro que garante a alguns países um papel de subimperialista em relação aos seus vizinhos ou parceiros de comércio.

Como sinaliza Marini (1993, s/n):

El subimperialismo corresponde a la expresión perversa de un fenómeno resultante de la diferenciación de la economía mundial, con base en la internacionalización del capital, que llevó a la superación de la división simple del trabajo —expresa en la relación centro-periferia, tematizada por la Cepal— en provecho de un sistema mucho más complejo. En él, la difusión de la industria manufacturera, elevando la composición orgánica media del capital, es decir, la relación entre medios de producción y fuerza de trabajo,

⁵¹³ A Organização Mundial considera epidêmicas taxas superiores a 10 mortes em um grupo de 100 mil habitantes. O Atlas sobre a violência no Brasil está disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em: 22 jul. 2018.

⁵¹⁴ Os dados da PNAD do IBGE sobre educação estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

da lugar a subcentros económicos (y políticos), dotados de relativa autonomía, aunque permanezcan subordinados a la dinámica global impuesta por los grandes centros. Como Brasil, países como Argentina, Israel, Irán, Irak y Sudáfrica asumen —o han asumido, en cierto momento de su evolución reciente— carácter subimperialista, al lado de otros subcentros en los que esa tendencia no se ha manifestado plenamente o tan solo se ha insinuado, como México y Venezuela.

Marini (1993) identificou que mesmo existindo a forma desigual de inserção das economias na lógica do capital criou em algumas nações subcentros com maior pujança produtiva em relação aos outros países periféricos a partir do pós-segunda guerra mundial, algo que vai muito além de uma ideia de subimperialismo como um imperialismo de menor grandeza (LUCÉ, 2011).

O subimperialismo é decorrente de diversos fatores seja pela presença de um maior mercado consumidor em determinada nação, maior extensão de recursos naturais, por instalação de fases intermediárias de grandes indústrias e investimento estatal em ciência e tecnologia ou investimento no setor empresarial. Desse modo, algumas economias periféricas elevaram

as suas composições orgânicas do capital em relação à média da economia mundial e, no plano do comércio internacional com alguns parceiros regionais, replicar os mecanismos de transferência de (mais) valor que o imperialismo sustenta com as economias dependentes para seus parceiros regionais (CARCANHOLO, 2005, p. 202).

Marini (1977, p. 208), ao analisar o contexto latino, afirma que somente o Brasil reúne as condições para ser subimperialista, ou seja, “una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma”, integrada e dentro dos marcos imperialistas, “nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza”.

Portanto, ainda que o Brasil esteja integrado de forma subalterna ao centro irradiante do capital-imperialismo, como sinaliza Fontes (2010)⁵¹⁵, o país desde meados da década de

⁵¹⁵ De forma proposital trouxemos Fontes (2010) para o diálogo, pois, apesar das diferenças sinalizadas pela autora aos escritos de Marini sobre subimperialismo, das quais discordamos integralmente, pois são falsas oposições, acreditamos que ambos ressaltam o papel importante do Brasil dentro do modo de produção capitalista, sendo integrado e subordinado, porém, com domínio acerca de outras economias periféricas. Ressalta-se que talvez a grande contribuição de Fontes seja apresentar a hegemonia do capital fictício, algo anunciado por Marini, mas não desenvolvido, até mesmo pelo tempo histórico do autor, bem como as formas imperialistas exercidas pelo Brasil em relação aos seus parceiros comerciais subdesenvolvidos e seu papel na expansão do que a autora denominou de capital-imperialismo- a fase atual do modo de produção capitalista.

1960 procura exercer esse papel junto aos seus vizinhos latinos e, mais recentemente países africanos, com a expansão econômica de suas empresas e empréstimos do BNDES, com a formação de um bloco econômico subimperialista- BRICS, com a inserção em órgãos de segurança das Nações Unidas, inclusive com chefia de missões como no Haiti⁵¹⁶ e uma política externa, especialmente nos governos da coalizão liderada pelo PT ativa.

Para exemplificar melhor o papel subimperialista exercido pelo Brasil especialmente com os seus vizinhos da América do Sul, Carcanholo e Saludjian (2012, p. 24) analisaram os dados das relações comerciais do Brasil de 1985 a 2009 com os outros países sul-americanos e concluiu que:

A economia brasileira se especializou na exportação de produtos com conteúdo tecnológico (principalmente médio) para o restante da América do Sul, enquanto esta se especializou na exportação de produtos primários e baseados em recursos naturais para a economia brasileira. Isto reproduz, em escala regional, justamente a divisão internacional do trabalho que contrapõe as economias centrais às economias dependentes, criando uma espécie de dependência regional.

Assim, o capital nacional (individual ou associado com estrangeiro) apropria-se de reservas naturais e força de trabalho de outras nações periféricas e procura exercer maior poder político e econômico no cenário internacional, porém, sem romper as amarras históricas de país dependente⁵¹⁷.

Diante do exposto, da reflexão sobre os aspectos que determinam o lugar periférico e dependente do Brasil no modo de produção capitalista, cabe avançar na reflexão e entender como nesse cenário se organiza o futebol brasileiro. Nesse sentido, a seguir tratamos do Brasil no mercado mundo do futebol.

7.6- Centro e Periferia no Futebol de Espetáculo

Além disso, destacam-se as contribuições de Fontes para o entendimento do processo de expropriação secundária vigente desde o processo de reestruturação produtiva da década de 1980, isso tanto no centro como na periferia.

⁵¹⁶ Um debate que precisa ser feito é se o BRICS é de um bloco formado por países subimperialistas ou tendo em vista o poder econômico da China não estaria presente nele nações subimperialistas e imperialistas. Neste momento acreditamos que a China é um país subimperialista que possui uma economia baseada na superexploração da força de trabalho e na mais valia absoluta, algo característico de economias dependentes, bem como exerce um papel subimperialista na África, América Latina e em regiões da Ásia, sendo determinada pelo domínio internacional dos EUA.

⁵¹⁷ Registra-se que há um conjunto de intelectuais, inclusive membros do governo federal liderado pelo PT durante o período de 2013 a 2016 que defendem que ao invés de relações subimperialistas o que houve foram ações dos países periféricos no sentido de fortalecer as economias periféricas diante da política unilateral dos EUA de expansão do seu poder baseado no recurso da força. Não negligenciamos a existência de tal iniciativa, todavia, entendemos que não são fenômenos distintos, pois, ao passo que busca-se maior projeção política e econômica internacional dos países subimperialistas também pode ter ocorrido uma política contra- hegemônica ao imperialismo dos EUA.

Iniciamos este tópico lembrando que as relações de dependência entre as nações são históricas e estruturais, sendo o resultado do próprio desenvolvimento capitalista. Desse modo, reiteramos que as transformações em um indicador econômico ou social não significa mudança de patamar, pois, permanecem as discrepâncias nas relações desiguais existentes entre os países, mesmo com movimentos tardios de industrialização em algumas nações da periferia, caso do Brasil.

Quanto ao Brasil sinalizamos que os processos históricos da nossa formação possuem traços de subordinação e de dependência aos centros capitalistas, ainda que o país exerça um papel de subimperialista em relação aos seus vizinhos e parceiros comerciais do cone sul do globo (MARINI, 1977; FONTES, 2010). As trocas desiguais e os graves problemas econômicos e sociais denunciam o seu lugar de periferia no mundo.

Mas, e no mercado mundo do Futebol de Espetáculo, qual é o “lugar” do Brasil? Eis uma questão que somente pode ser respondida ao compreender o modo de produção capitalista em sua totalidade, ou seja, a análise deve ser feita a partir dos complexos que formam a realidade brasileira. Qualquer observação isolada sem olhar para o contexto histórico produzirá resultados aparentes. De outro modo, estamos dizendo que, se a formação brasileira em seu todo é dependente, não é possível que em determinados setores o país possa exercer o papel de centralidade. Assim, é impossível ser rico em um campo e ser uma nação subdesenvolvida, dependente do desenvolvimento de outra(s).

Nesse sentido, a centralidade de um país na economia do futebol requer a existência de poder econômico e condição social de destaque no globo. De outro modo, a inserção sulbaterna limita o desenvolvimento econômico, seja pela menor movimentação financeira ou pela presença de graves problemas sociais que impedem o pleno desenvolvimento de um mercado consumidor.

Assim, um primeiro aspecto que caracteriza uma economia do futebol como central ou periférica é o seu “lugar” no modo de produção capitalista. Entretanto, ainda que esta seja uma condição essencial por si só não garante à nação o *status* de centralidade, pois, se assim o fosse, os EUA, Japão entre outros países ricos ocupariam um papel de destaque no mercado mundo do futebol.

Desse modo, acrescentam-se pelo menos outros quatro elementos: 1) o enraizamento do futebol na cultura local; 2) regimes democráticos com livre mercado; 3) o modelo empresarial de gestão do futebol; 4) existência de zona de livre comércio de Força Esportiva. Portanto, para além da situação histórica de ser ou não uma economia central, registra-se que

isso é fator determinante, esses quatro aspectos são fundamentais para entender o “lugar” da organização da modalidade de um país no mercado mundo do futebol.

O enraizamento cultural da modalidade no país é ululante para a criação de vínculo simbólico entre as pessoas e os clubes, para ter uma infraestrutura, uma mídia especializada e, principalmente um mercado interno consumidor. Ademais, um país central na economia do futebol possui representatividade histórica, seja de sua seleção ou clubes, no cenário internacional, um envolvimento das pessoas daquele território com a modalidade e, reitera-se, um mercado consumidor interno do futebol relativamente grande e pujante, ainda que sua produção seja também para captação de capital externo.

Outro aspecto fundamental foi tratado por Brohm (1982) quando alertou para a importância de regimes democráticos (formal) para a sistematização do esporte e sua difusão. Nesse sentido, no processo de expansão das relações econômicas do futebol a organização democrática garante aos agentes da burguesia maior segurança e clareza das regras de funcionamento do mercado⁵¹⁸. Além disso, é fundamental por parte dos agentes do Estado a adoção de políticas governamentais de livre mercado, que garanta o pleno trânsito de mercadorias, pessoas e capital e, também, de funcionamento do livre mercado do futebol.

Porém, cabe colocar em relevo que referimo-nos aos regimes democráticos localizados em parte específica do planeta, ou seja, de nações que estão localizadas em um centro dinâmico do capitalismo, em áreas de intensas trocas comerciais e de visibilidade internacional. Quanto mais ao norte do globo e ao ocidente maior é a movimentação de capital e de pessoas com dinheiro. Os países industrializados e as antigas metrópoles, centro do capitalismo global são mais propícios a ocupar um papel de relevo na economia da modalidade.

O terceiro aspecto que listamos trata-se da adoção de gestão empresarial no futebol-ligas e clubes-, ainda que não sejam empresas. O modelo adotado é aquele que segue as regras do mercado, com uma gestão pautada em princípios racionais, tendo os resultados esportivos e os financeiros pesos semelhantes.

Em todas as grandes ligas europeias segue-se esse padrão ainda que em algumas os clubes não sejam totalmente subordinados ao controle acionário de grupos de investidores, caso específico da Alemanha em que os sócios possuem o maior poder acionário. Da mesma forma acontece na Espanha com os dois grandes clubes (Barcelona e Real Madrid) que são

⁵¹⁸ Com isso não estamos dizendo que nos regimes autocráticos a burguesia não satisfaz os seus interesses. O Brasil é um exemplo concreto de como a ditadura militar contribuiu para a manutenção da concentração de riqueza e renda. Apenas sinalizamos que nas democracias liberais a burguesia possui o controle de tudo utilizando a força, mas especialmente o consenso.

associações sem fins lucrativos. Entretanto, todos funcionam a partir de um modelo empresarial, com normas financeiras e administrativas impostas pelo governo local e pela UEFA.

Entretanto, reafirma-se que é um equívoco defender o empresariamento dos clubes nos países periféricos como saída da condição de subalternidade em relação às agremiações dos países centrais. O discurso de agentes políticos e da mídia esportiva em geral, conforme constatam Matias e Mascarenhas (2019, *no prelo*), sustentado por interesses mercantis, de que a mudança no regime jurídico é a saída para a situação de subordinação do futebol brasileiro não possui lastro na realidade, pois, ao se observar os exemplos de outros países da Europa, Grécia, Bélgica, Ucrânia, Portugal entre outros, ou, mesmo, da América do Sul, Chile e Colômbia, nota-se que não houve qualquer alteração do padrão de mercado periférico. Além disso, como já demonstramos a mudança para sociedade anônima não alterou o *status* de endividamento, déficits e falência de clubes nas pequenas e grandes ligas europeias.

No Chile, por exemplo, a lei das sociedades anônimas foi implantada em 2005 (lei nº 20.019) e desde então os clubes não tiveram nenhum resultado esportivo expressivo no continente e ampliou a situação de endividamento, mesmo com a entrada de poderosos grupos econômicos. O ex-ministro do governo à época Francisco Vidal que conduziu o processo de criação da lei diz que está arrependido por ter impulsionado a criação da lei: “El grueso de las Sociedades Anónimas Deportivas fracasó. Impulsamos la ley para salvar a la actividad, pero no ha resultado porque los clubes grandes deben el doble de lo de hace ocho años, y el 85% del total están quebrados. Por eso hay que revisarla”⁵¹⁹.

Portanto, o empresariamento dos clubes ou a adoção de uma gestão com princípios empresariais é apenas um aspecto presente nas economias centrais do futebol, porém, dissociado dos demais não provoca nenhuma mudança do “lugar” do país na economia do futebol mundial. Além disso, não altera o padrão de endividamento e déficits, algo característico do futebol mundial.

Por fim, destaca-se que a centralidade econômica de uma liga e de clubes em relação aos demais é marcada pela concentração dos melhores atletas do mundo. Isso somente é possível com a presença do país em uma zona de livre comércio de atletas, sem as amarras de limites de estrangeiros do bloco que faz parte. Nesse sentido, desde 1995 com o “acórdão Bosman” os clubes dos países da UE podem contratar qualquer futebolista de uma nação do

⁵¹⁹ A entrevista do ex-ministro pode ser consultada em: <http://www2.latercera.com/noticia/ex-ministro-francisco-vidal-me-arrepiento-de-haber-impulsado-la-ley-de-sociedades-anonimas-deportivas/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

bloco sem entrar na cota de estrangeiros. Isso ampliou a presença de atletas de outras nacionalidades nos clubes, inclusive abrindo a possibilidade de ter mais não europeus.

O desfile de craques de todo o mundo atrai os olhares dos aficionados pelo futebol e também dos agentes do mercado. No entanto, nos próximos anos, um fato interessante a se observar é como irá se comportar a liga inglesa acerca da presença de estrangeiros de países europeus nos clubes que disputam a competição, pois, com a saída do Reino Unido da UE os jogadores daquele continente também passam a fazer parte da cota de cinco estrangeiros por clube. Caso não modifique a regra os clubes ingleses fatalmente diminuirão o seu potencial competitivo e de atração financeira.

Antes de seguir, vale mencionar também a importância que a presença estatal possui para o desenvolvimento econômico do futebol, pois, a atuação do Estado ocorre tanto em países periféricos como em países centrais, com ações de regulamentação de funcionamento do mercado e garantindo as condições de produção do espetáculo e de jogadores. Nos países periféricos a demanda pela presença estatal é maior, especialmente, com o suporte direto (recursos financeiros) aos clubes, mas também ocorre nas grandes ligas com empréstimos e refinanciamento e perdão de dívidas.

Dito isso, reitera-se que o conjunto de elementos que citamos anteriormente deve ser analisado de forma combinada e nunca isolada, pois, uma economia central do futebol requer que a nação seja um país desenvolvido com grandes grupos de mídia e econômicos atuando no território, com a modalidade enraizada na cultura daquela nação, com um mercado interno consumidor, com regime democrático localizado no ocidente, especialmente no hemisfério norte, que tenha clubes empresas ou com uma gestão empresarial e que esteja em uma zona de livre circulação de força esportiva.

Ao analisar esses cinco aspectos entende-se o porquê Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França são considerados países centrais do futebol mundial e, por outro lado, a ausência de um ou mais dos elementos referenciados em mercados periféricos como China, EUA, Brasil, Rússia, Japão entre outros.

Destaca-se que nos países centrais a produção do espetáculo e de jogadores de futebol (matéria prima) ocorre a partir da presença de capital privado externo dos países desenvolvidos (especialmente de instituições financeiras e bancos) e do capital privado nacional (sobretudo de emissoras de televisão), com objetivos econômicos evidentes: mais valia e valorização da marca ou da imagem do proprietário e do clube ou apenas destes quando a relação é de parceria, com a perspectiva de expansão da imagem da marca e também

dos produtos tanto do mercado interno como do mercado externo - centrais e periféricos (DANTAS; MATIAS, 2017).

De outro modo, nos países periféricos a produção ocorre preponderantemente com o capital de origem privada nacional (instituições financeiras, de construção civil entre outros) e inversões públicas (patrocínio de empresas estatais, por exemplo). Os objetivos são a valorização da imagem da marca dos parceiros no mercado interno. Destaca-se que a presença de recursos públicos acontece tanto com o estabelecimento de parcerias, patrocínios e publicidade, como no refinanciamento de dívidas, garantia da força policial e, em alguns casos, de infraestrutura esportiva.

Observa-se que a economia do futebol dos mercados periféricos fica à mercê do movimento econômico internacional que determina a economia dos países subdesenvolvidos, enquanto os clubes dos países centrais possuem possibilidades de obter recursos das diversas nações, com multinacionais e grupos de investimentos espalhados pelo mundo. Obviamente que os grandes clubes também estão suscetíveis às oscilações financeiras, contudo, possuem mais “portas” de escape.

A produção de Força Esportiva e espetáculo futebolístico acontecem nos países centrais e periféricos, porém, o processo de troca entre eles ocorre em uma lógica perversa para os clubes das nações subdesenvolvidas, pois, as agremiações das grandes ligas adquirem matéria prima de melhor e de maior potencial esportivo e comercial, por um preço baixo. Um jogador do Brasil é três vezes mais barato do que um espanhol. Aliás, entre os países exportadores, os atletas brasileiros são mais caros apenas que os argentinos, sendo mais baratos em relação aos franceses, ingleses e portugueses. De outro modo, os países centrais comercializam os espetáculos por todo o globo atraindo visibilidade e recursos financeiros⁵²⁰.

Registra-se que os países periféricos além de consumir o espetáculo produzido por sua Força Esportiva nos países centrais, também produz o seu próprio espetáculo, porém, com um menor preço comercial, atendendo na maioria das vezes apenas a demanda interna. Somente para reforçar isso, um clube médio da liga inglesa recebe cem vezes mais do que uma equipe grande do Brasil com a venda de jogos para outros países⁵²¹. Portanto, a atratividade do

⁵²⁰ Ressalta-se que o preço de um atleta de futebol é definido a partir de especulações no mercado, normalmente considera-se o potencial esportivo e também de retorno de imagem ao clube. Nos últimos anos as cifras têm se multiplicado principalmente com a entrada de grandes grupos de investimento dos EUA, Oriente médio e oligarcas do leste europeu. No que se refere aos dados sobre as transferências de jogadores de futebol podem ser consultados em: <https://oglobo.globo.com/esportes/brasil-o-recordista-em-exportacao-importacao-de-jogadores-20866699>. Acesso em: 24 jul. 2018.

⁵²¹ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/olhar-cronico-esportivo/post/o-valor-dos-jogos-do-brasileirao-la-fora-e-o-valor-dos-jogos-dos-ingleses-la-fora.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

mercado externo pelo espetáculo nacional é muito baixa, o que limita a produção a atender ao consumidor brasileiro.

Em resumo, a troca desigual se configura na produção do espetáculo pelos países centrais para atender tanto a demanda interna como para exportar para todo o mundo. Da mesma forma, esses países produzem matéria prima para o consumo próprio, como também para outras nações, especialmente centrais, com um preço mais alto, pois, como ocorre em outros setores da economia, as trocas comerciais de jogadores de futebol que movimentam mais dinheiro são aquelas entre os países centrais (CHESNAIS, 1996).

Em 2015, por exemplo, 82% de todo o recurso movimentado com a transferência de jogadores ocorreu no continente europeu, 11,1% na Ásia, sobretudo na China, 4% na América do Sul, sendo quase a metade foi gasto somente pelo Brasil e o restante foi América Central e do Norte e África. As rotas Alemanha para Inglaterra, França para Inglaterra, Espanha para Inglaterra e Itália para Inglaterra movimentaram R\$ 3,2 bilhões, seis vezes mais que todas as vendas do Brasil. Destaca-se que a liga inglesa é mais rica do mundo e aquela que anualmente mais gasta recursos⁵²².

Por outro lado, os países periféricos produzem o espetáculo para o mercado interno e Força Esportiva com o objetivo de troca com os clubes de países centrais, mas também para nações subimperialistas. Nesse sentido, o principal destino dos atletas brasileiros é Portugal, em 2015 foram 168, ou seja, quase 20% da exportação do país. Um detalhe importante é que a faixa etária dos atletas que saem do Brasil é baixa, entre 18 e 23 anos, tendo toda a carreira pela frente.

Nas economias periféricas do futebol além dos atletas terem um preço mais barato, com maior abundância de pés-de-obra, outra característica dessas nações é que os futebolistas recebem um salário inferior àquele pago no centro dinâmico. As cinco grandes ligas são aquelas que melhor remuneram os seus jogadores. No Brasil, os atletas profissionais dos clubes da série A do campeonato brasileiro recebem quase quatro vezes menos que os companheiros de profissão na Inglaterra, *locus* com o melhor salário e quase a metade dos os jogadores que estão na primeira divisão da Alemanha, Itália e Espanha e um 1/3 a menos que aqueles da França e Rússia, sendo a 7ª maior remuneração⁵²³. Entretanto é importante realizar duas ressalvas: 1- o preço pago ao atleta é proporcional ao retorno esportivo e de imagem, por

⁵²² Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/brasil-o-recordista-em-exportacao-importacao-de-jogadores-20866699>. Acesso em: 24 jul. 2018.

⁵²³ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2014/11/pesquisa-brasileirao-e-setima-liga-com-salarios-mais-altos-no-mundo.html>. Acesso em: 24 jul. 2018.

isso, há desigualdade na periferia e no centro; 2- na maioria das vezes o salário é uma parcela menor do que o jogador de fato recebe, pois, para fugir do pagamento de impostos os clubes pagam mais com direitos de imagem.

No que se refere às importações dos países periféricos como o Brasil, caracterizam-se pela contratação de jogadores já na metade para o fim de carreira. Ou seja, exporta jovens e adquire atletas que não tiveram êxito ou que estão próximos de encerrar a atividade de futebolista. Nesse sentido, o Brasil além de ser o maior exportador é também o maior importador de jogadores, em 2016 saíram 807 atletas e voltaram 679, a maioria dos importados estava na faixa etária de 24 a 29 anos⁵²⁴.

Por fim, vale mencionar que as nações subimperialista na economia do futebol apesar da maioria ser dependente no contexto econômico geral e no que se refere ao futebol ser consumidor dos espetáculos produzidos nos países centrais, normalmente funcionam como mercados alternativos que captam os melhores atletas nos países com menor poder econômico e organização e comercializam para os clubes das ligas centrais. Registra-se que não necessariamente esses países exportam os espetáculos produzidos, tendo em vista a própria concorrência com os mercados centrais, mas são centros de projeção de atletas para os clubes das grandes ligas ou de fim de carreira para grandes jogadores, como é o mercado norte-americano.

Esse papel é exercido por diversos países no continente europeu como Portugal, Ucrânia, Turquia e Rússia, por nações na Ásia, especialmente China e Japão, mais recentemente destaca-se Qatar e Arábia Saudita, na América do Norte pelo EUA e México e na América do Sul pelo Brasil e Argentina. O poder econômico dessas nações em relação aos demais países periféricos na economia do futebol os coloca como intermediários nas negociações com os clubes grandes ligas.

Os europeus juntamente com a China e Japão exercem um poder maior de compra e conseguem levar as matérias primas dos outros continentes que não tiveram mercado no primeiro mundo (nas grandes ligas), por outro lado, Brasil e Argentina são produtores e também consumidores de matéria prima produzida nos demais países da América do Sul fazendo a ponte com a Europa e a Ásia. Ressalta-se que os clubes europeus de ligas alternativas como dos países citados servem de laboratório para jovens atletas da América e

⁵²⁴ Informação disponível em: <https://marcelrizzo.blogosfera.uol.com.br/2017/07/20/como-o-brasil-se-tornou-o-pais-que-mais-compra-jogadores-no-mundo/> e em: <http://chuteirafc.cartacapital.com.br/mercado-da-bola-portugal-e-o-pais-que-mais-importa-jogadores-brasileiros/>. Acesso em: 24 jul. 2018.

África, sendo que aqueles com destaque ganham rapidamente mercado em um clube grande das ligas dos países centrais.

Quanto ao Brasil é importante mencionar que o seu protagonismo na América do Sul poderia ser maior caso tivesse aqui o mesmo mecanismo de livre circulação de jogadores existente na UE. Isso facilitaria a atração de jogadores sul-americanos de economias menores e, por outro lado, aumentaria o consumo dos espetáculos produzidos pelos clubes brasileiros nos países vizinhos.

Porém, diante do poder econômico dos clubes das ligas dos países centrais e também de ligas alternativas europeias e asiáticas, com entrada de grandes grupos econômicos em diferentes momentos, o Brasil e a Argentina figuram atualmente em um patamar inferior a alguns países subimperialistas. Um exemplo recente disso é o que ocorre com Arábia Saudita. Os dirigentes políticos desse país resolveram de uma hora para outra investir no futebol e passaram o “rodo” no futebol brasileiro contratando técnicos, outros membros de comissão técnica e jogadores de diversos clubes. Não satisfeitos, também compraram clube no Egito e fizeram a mesma coisa no Brasil - comprando jogadores de clubes pequenos e grandes⁵²⁵.

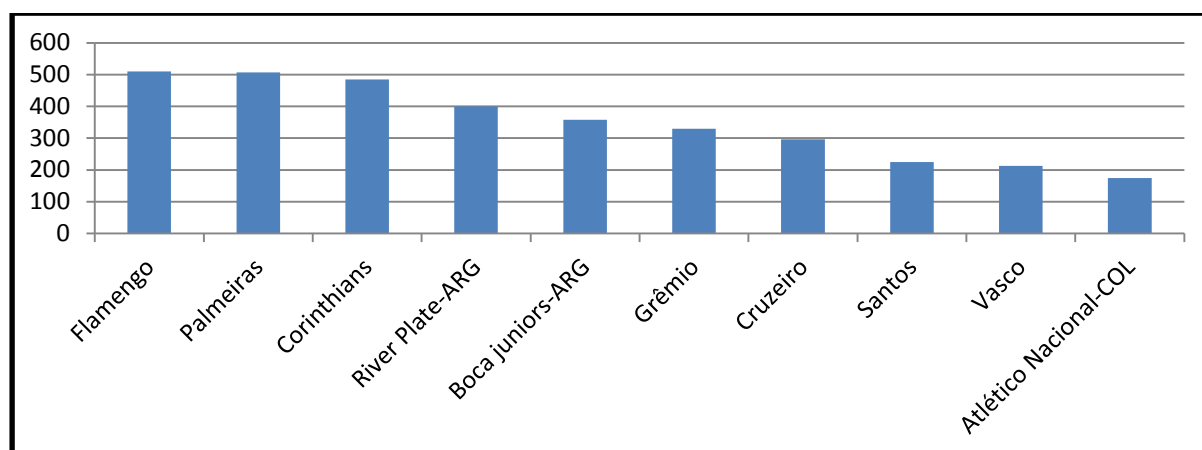
Registra-se que os sauditas não satisfeitos e de olho na Copa do Mundo de 2022 que será no seu vizinho Qatar passaram a comprar vagas para os seus atletas em clubes de grandes ligas europeias, como a espanhola que recebeu neste ano 9 jogadores⁵²⁶. Ou seja, é óbvio que é o dinheiro que comanda o futebol mundial, ainda que somente não seja o suficiente para tornar um país asiático uma potência global do futebol, pois não registram todos os cinco aspectos que elencamos anteriormente, mas movimentam a organização do futebol na periferia e também no centro.

Para concluir este tópico alguns outros exemplos econômicos que demonstram o “lugar” do mercado brasileiro em relação aos outros países da América e também do centro do futebol mundial. Inicialmente no contexto do nosso continente é inegável o maior poder econômico das equipes brasileiras. Em 2018, entre aquelas que disputam a principal competição continental, os sete clubes brasileiros estão entre os 10 que mais arrecadam na América do Sul, outros dois são argentinos e um colombiano.

Gráfico 39: Os 10 clubes que mais arrecadaram em 2017 e participam da Taça Libertadores da América em 2018.

⁵²⁵ Informação disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/briga-e-novo-mercado-patrao-de-carille-compra-time-egipcio-e-leva-mais-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁵²⁶ Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/02/de-olho-na-copa-arabia-saudita-compra-vagas-em-times-da-espanha.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2018.



Fonte: https://www.torcedores.com/noticias/2018/02/brasileiros-lista-fat-libertadores-2018?enable-feature=new_layout. Elaboração do autor (2018).

O poder econômico dos clubes brasileiros na América do Sul materializou em títulos, pois, nas últimas dez edições do torneio, 7 foram conquistados por agremiações do Brasil, duas vezes por argentinos e 1 vez por um clube colombiano. Nos últimos 20 anos foram 12 títulos do Brasil, seis da Argentina, 1 da Colômbia e 1 do Paraguai.

No contexto continental o poder econômico das equipes brasileiras não é diferente, pois, conforme o último levantamento da revista Forbes, especializada em negócios e economia, no ano de 2015 foram 5 clubes brasileiros entre as dez marcas mais valiosas do futebol do continente, isso inclui arrecadação e poder de atração de mercado, a lista é formada ainda por três clubes do México, 1 dos EUA e 1 da Argentina⁵²⁷.

Ressalta-se que os clubes mexicanos são empresas, alguns de propriedade de grandes monopólios como o Grupo Televisa, proprietário do América. Já o modelo norte-americano é bem diferente da realidade do Brasil e da Argentina, pois, por lá vigora a lógica de franquias, com limites de investimento e tetos salariais para os diferentes grupos de jogadores presentes em cada franquia⁵²⁸.

Observa-se, portanto, que na América os clubes do Brasil estabelecem uma relação de dominação, ainda que o cenário seja de endividamento. Porém, isso não significa exportação de nosso espetáculo para os vizinhos, tendo em vista a concorrência com a Europa e nem de um grande contingente de atletas, seja pela limitação de estrangeiros nos clubes brasileiros ou mesmo a disputa desigual com o futebol europeu. Nos últimos três anos, por exemplo, apenas 10% dos jogadores que atuam na série A do campeonato brasileiro foram estrangeiros, a

⁵²⁷ As informações estão disponíveis em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/09/11-times-de-futebol-mais-valiosos-da-america/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁵²⁸ Para entender melhor como funciona a organização do futebol norte-americano recomendamos a seguinte matéria: http://www.espn.com.br/blogs/mlsinside/506794_entenda-como-funcionam-os-orcamentos-e-as-regras-para-transferencias-na-mls. Acesso em: 25 jul. 2018.

grande maioria é de sul-americanos, com predomínio de argentinos, colombianos e equatorianos, ao todo são 10 países diferentes⁵²⁹. Na Europa, o percentual é de 25% de estrangeiros, porém, na liga inglesa isso chega a 2/3 dos atletas, reunindo futebolistas de 62 países⁵³⁰.

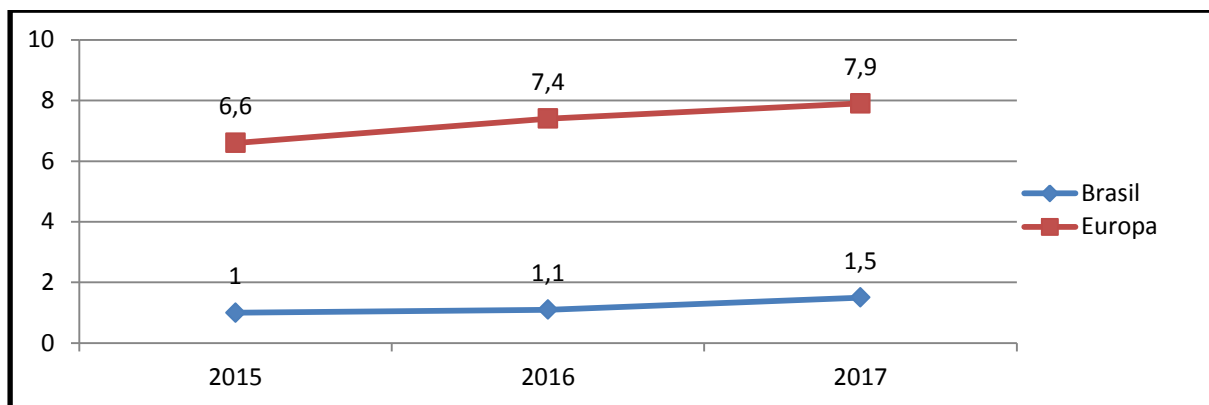
No que se refere ao contexto geral, a realidade do Brasil e dos demais membros do continente em relação ao mercado europeu é de subordinação, sobretudo, enquanto às ligas dos países centrais do futebol mundial. Somente no último ano no Brasil ou na temporada 2016/2017 na Europa o valor arrecadado por Real Madrid e Barcelona na Espanha ou pelo Manchester *United* e Manchester *City* na Inglaterra, ou ainda, pelo Bayern de Munique, Borussia Dortmund e Schalke 04 é superior ao que todos os clubes da série A do futebol brasileiro conseguiram em 2017. O valor de 1,2 bilhão de euros de receitas das equipes brasileiras é pouco mais que o dobro arrecadado pelo Paris Saint-Germain na França e 1/3 da Juventus na Itália.

Os 20 clubes do Brasil com as maiores receitas arrecadam 6,3 vezes menos que os 20 clubes com as maiores arrecadações das grandes ligas. Em relação à liga inglesa os dez clubes com as maiores receitas de lá (3,8 bilhões de euros) equivalem a 4,3 vezes da receita dos dez clubes que angariam mais recursos no Brasil (0,9 bilhão de euros).

Gráfico 40: Evolução do total das receitas dos 20 clubes com as maiores arrecadações do Brasil e os 20 clubes que mais angariam recurso no mundo, valores em milhões de euros.

⁵²⁹ Informação disponível em: <https://esportes.r7.com/futebol/futebol-e-excecao-e-bate-recorde-no-numero-de-estrangeiros-no-brasil-05042018>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁵³⁰ Informação disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/olhar-cronico-esportivo/post/premier-league-inglesa-no-nome-internacional-na-composicao.html>. Acesso em: 25 jul. 2018.



Fonte: <https://www2.deloitte.com/br/pt/misc/search.html#qr=futebol> e <https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil>. Elaboração do autor (2018).

Obviamente que a comparação exposta no gráfico acima seria mais exata se fosse apenas entre ligas ou mesmo entre os clubes com as maiores arrecadações dos continentes. Porém, diante da indisponibilidade de dados dos clubes do continente americano e de todos os clubes das ligas europeias optamos por fazer o paralelo entre os clubes brasileiros e os europeus que mais arrecadaram nos últimos três anos, observando que na Europa é por temporada. Dito isso, fica evidente a distância entre os dois “mundos”, algo que não regrediu ao longo dos anos, pelo contrário, aumentou de 2015 para 2016 e permaneceu inalterado no último intervalo de tempo analisado.

A discrepância de valores reflete diretamente nas relações de poder exercido pelos países centrais sobre os periféricos, tendo no gráfico o exemplo do Brasil. Afinal, o clube de maior receita da América (Flamengo) conseguiu apenas 22% dos ingressos financeiros do clube que mais arrecadou na Europa (Manchester *United*), sendo que essa realidade está presente há mais de duas décadas.

Porém, a diferença é ainda maior se considerarmos que cerca de 15% da arrecadação dos clubes brasileiros é de venda de atletas o que os clubes europeus não contabilizam como despesas operacionais.

O Flamengo não consta nem entre os 30 clubes que mais arrecadaram no mundo no último ano, atrás inclusive de Benfica de Portugal e Zenit da Rússia. Aliás, a última vez que um clube fora da Europa esteve no top 30 foi em 2014 com o Corinthians na 23ª posição.

Destaca-se que a economia do futebol mundial passa diretamente pela Inglaterra e se estende pela Espanha, Alemanha, Itália e França. Os demais países não conseguem

acompanhar o ritmo dos grandes clubes dessas nações, pois, nelas estão os clubes que mais arrecadam e mais valiosos do mundo⁵³¹.

Destaca-se que o Real Madrid, o Barcelona e o Manchester *United* são as únicas equipes de futebol entre os 10 clubes mais valiosos do mundo no esporte. O clube de Madrid lidera (US\$ 3,26 bilhões) seguido do Dallas *Cowboys* (US\$ 3,2 bilhões) do futebol americano dos EUA, do New York *Yankees* (US\$ 3,2 bilhões) do beisebol dos EUA, do Barcelona (US\$ 3,16 bilhões) e do Manchester *United* (US\$ 3,1 bilhões)⁵³². Percebe-se que a maioria dos clubes mais valiosos do mundo são das ligas norte americanas de futebol americano, beisebol e basquete, que são totalmente mercantilizadas, sendo inclusive parâmetro para a organização do futebol da liga inglesa de futebol.

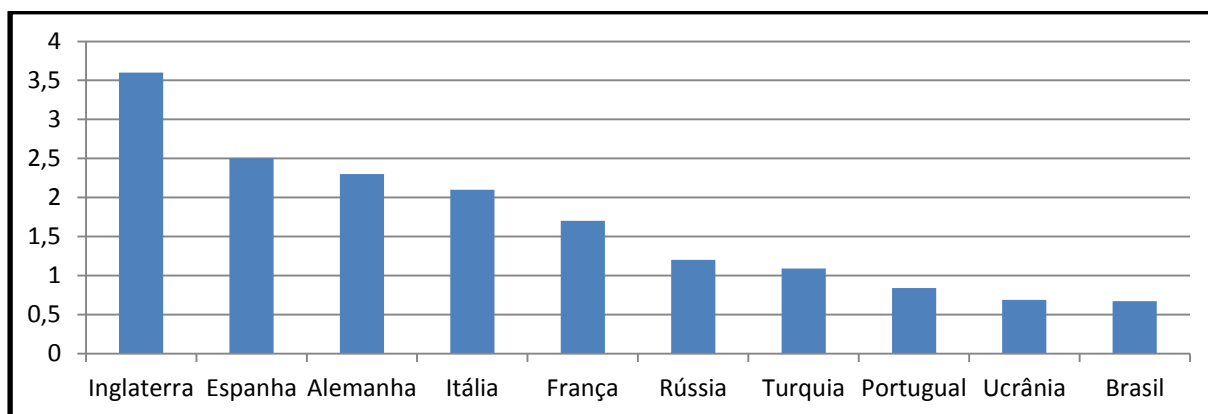
Os clubes brasileiros possuem um valor de mercado bem menor do que os europeus. A equipe mais bem avaliada no Brasil (Corinthians) pela revista Forbes valia em 2015, 10 vezes menos (R\$ 1,8 bilhão) do que o Real Madrid (R\$ 10,8 bilhões), que era o clube com a marca mais cara/atrativa⁵³³.

Ressalta-se que todas essas diferentes refletem diretamente no “lugar” do espetáculo ofertado pelos clubes no mundo. Afinal, a concentração dos melhores jogadores atrai mais visibilidade e recursos nacionais e internacionais para as grandes ligas europeias. Nesse sentido, a principal competição nacional do Brasil é apenas a 10ª mais valiosa no mercado (a comparação é feita a partir dos elencos das equipes participantes), atrás inclusive de ligas alternativas da Europa.

⁵³¹ Para acessar a relação dos clubes com as marcas mais valiosas do mundo basta consultar: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/05/os-20-clubes-de-futebol-mais-valiosos-do-mundo/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

⁵³² Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/09/11-times-de-futebol-mais-valiosos-do-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

⁵³³ Informação disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/05/os-20-clubes-de-futebol-mais-valiosos-do-mundo/>. Acesso em: 25 jul./2018.

Gráfico 41: Valor de mercado dos campeonatos nacionais em Euro/milhões.

Fonte: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-25-campeonatos-de-futebol-mais-valiosos-do-mundo#11>. Elaboração do autor (2018).

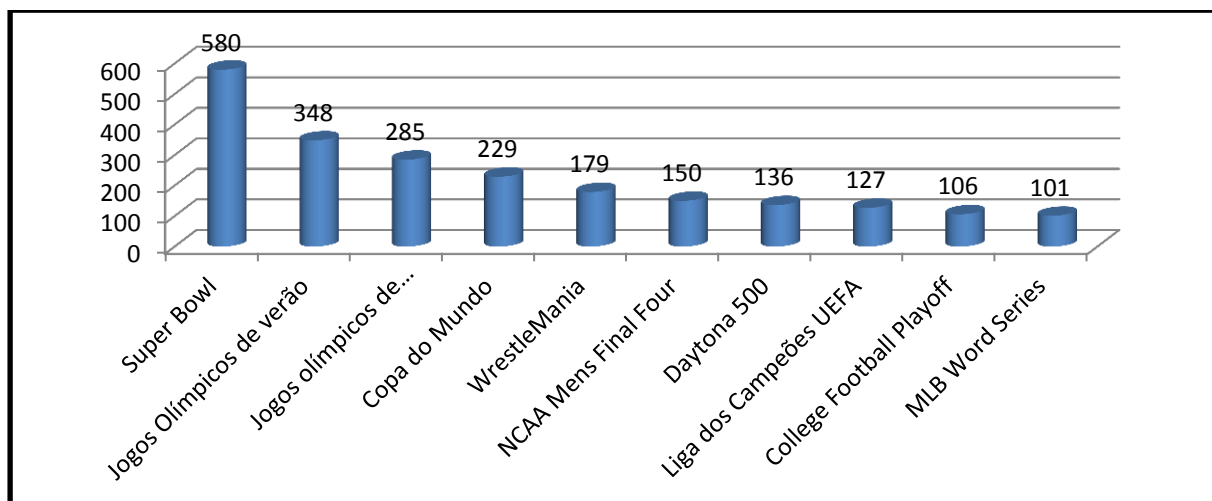
As cinco principais competições são aquelas que possuem também os grandes clubes de futebol do mundo, bem como estão nos países mais populosos e que possuem os maiores PIBs da Europa Ocidental. A média do PIB por habitante desses cinco países juntos é inferior somente àqueles dos EUA e Canadá, menor em 20%. Porém, esses dois países não possuem o futebol como um fenômeno de expressão cultural. O PIB *per capita* da Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França juntos é dobro da Rússia e Ucrânia e três vezes superior aos países da América Latina (PIKETTY, 2013).

Entre os dez países com as maiores ligas/campeonatos nacionais do mundo, cinco deles também estão entre as dez principais economias do mundo (Inglaterra-Reino Unido- é a 5ª, França a 6ª, Itália a 8ª e Brasil a 9ª). Entre as cinco grandes competições apenas a Espanha está fora da lista dos maiores PIBs, sendo a 14ª. Rússia (12ª), Turquia (18ª), Portugal (46ª) e Ucrânia (62ª) economicamente estão atrás do Brasil, mas possuem ligas mais poderosas do que o nosso país⁵³⁴.

Reitera-se que se a liga inglesa é a mais valiosa entre os campeonatos nacionais, sem dúvida, a principal competição de clubes do mundo também está na Europa, que é a Liga dos Campeões da UEFA. A competição que reúne os principais clubes do velho continente é uma das marcas mais poderosas no âmbito do esporte. Em 2015 ela foi a oitava marca de evento mais cara do mundo.

Gráfico 42: Marcas de eventos esportivos mais valiosos em US\$/milhões.

⁵³⁴ A classificação dos países pelo PIB pode ser encontrada em: <https://economia.terra.com.br/pib-mundial/>. Acesso em: 26 jul. 2018.



Fonte: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/10/10-eventos-esportivos-mais-valiosos-do-mundo/#foto1>. Acesso em: 13 maio 2016. Elaboração do autor (2018).

Dentre todas as competições listadas no gráfico acima, apenas a Copa do Mundo e a Liga dos Campeões da Europa são eventos de futebol, a primeira é disputada por seleções de todos os continentes e a outra é formada de clubes do velho continente.

A Liga dos Campeões ou UEFA *Champions league*, comandada pela UEFA tem o seu formato atual definido no início da década de 1990, mais precisamente na temporada 1992/1993 e desde então expandiu a visibilidade para todo o planeta. O número de participantes de cada país na competição é definido a partir dos resultados que os representantes das nações obtiveram nas últimas cinco edições. No que se refere aos patrocínios, a competição limita a oito o número de parceiros, todos transnacionais: um conglomerado bancário transnacional (Unicredit); uma empresa de material esportivo (Adidas), uma empresa de automóvel (Nissan), uma cervejaria (Heineken), uma empresa de cartões de crédito (MasterCard), uma empresa de aparelhos eletrônicos (Sony), uma empresa de Gás (Gazprom); e, uma de batatas fritas (Lay's). A competição movimenta muito dinheiro, somente para os 16 clubes que participaram da fase de grupos na temporada 2014/2015 foram quase US\$ 1 bilhão⁵³⁵.

Destaca-se que o desenvolvimento tecnológico foi fundamental para consolidar essas competições/mercadorias no mercado mundial de trocas. As transmissões dos jogos para os diversos continentes expandiram o comércio dos espetáculos produzidos pelos clubes nessas competições, bem como provocou a concorrência de diferentes setores do mercado para associar suas marcas às competições e disseminou a comercialização dos produtos secundários das ligas e dos clubes (material esportivo, por exemplo).

⁵³⁵ Informação disponível em: <http://torcedores.com/noticias/2015/10/uefa-divulga-lucro-dos-clubes-na-ultima-liga-dos-campeoes-e-lider-surpreende>. Acesso em: 10 maio 2016.

Diante da exposição, observa-se que o campeonato brasileiro ocupa um lugar periférico em relação às grandes ligas da Europa e, da mesma forma, a Taça Libertadores da América que sequer aparece entre as competições mais valiosas do mundo. O Brasil no interior do Futebol de Espetáculo é um exportador de Força Esportiva e os clubes dependentes disso para equilibrar suas contas.

Assim, o Brasil, apesar de se integrar desde os anos 1990 à dinâmica mercantil do futebol, inclusive com mudanças no ordenamento legal do seu funcionamento, reproduz, na economia mundial da modalidade, com singularidades de sua formação social, com características próprias de administração do esporte, com forte traço de subordinação aos mercados centrais e alternativos e, também, de desigualdades internas, com predominância do sul e sudeste do Brasil.

Portanto, neste último tópico procuramos à luz da Teoria Marxista da Dependência realizar algumas mediações entre centro e periferia e a relação com o futebol. Desse modo, observa-se que os países centrais controlam a dinâmica econômica mundial com a produção e exportação do espetáculo, em contrapartida, os países periféricos e subimperialistas adquirem os espetáculos e exportam Força Esportiva barata, com a produção de um espetáculo de menor preço no mercado. Os clubes das grandes ligas no processo de troca cedem o espetáculo e adquirem renda a partir da venda da imagem e, por outro lado, compram matéria prima barata e de qualidade mais elevada.

Por fim, vale salientar que, seja no centro ou na periferia, um dos principais problemas do futebol mundial é o endividamento das células produtivas. No caso da periferia a realidade é ainda pior porque é diretamente subordinada aos interesses dos clubes dos países centrais e dos países subimperialistas.

No caso brasileiro há ainda a subordinação há mercados alternativos que possuem dinheiro e adquirem os pés-de-obra sem mercado no primeiro mundo da bola ou que ainda precisam de algum período de adaptação para seguir para as ligas centrais. Assim, apesar de o papel de liderança no continente americano, o que cabe ao Brasil dentro da lógica do futebol integrado à dinâmica capitalista é aquele historicamente determinado pela nossa formação subordinada, dependente e periférica: ser um centro de fornecimento de Força Esportiva e consumo de espetáculo produzido no centro. Qualquer mudança nesse cenário perpassa por ir de encontro aos normativos existentes atualmente que impede um pleno desenvolvimento autônomo do país e do futebol brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burguesia precisava resolver no início dos anos 1970 o problema da baixa demanda, o dinheiro precisava circular, mas os mercados e os setores tradicionalmente explorados estavam saturados. Assim, a saída foi exportar capital, ampliar as relações mercantis nos velhos e em novos mercados e buscar novos segmentos que pudessem rapidamente fazer o dinheiro circular e ampliar acumulação de capital.

Desse modo, o mundo a partir daquele momento passou por uma nova reestruturação (política, econômica, cultural e no mundo do trabalho), os países do leste europeu, os asiáticos e os latinos, em especial, reconfiguram suas economias. A África continuava em guerra civil e miséria, com exceção de algumas “ilhas” de pseudoprosperidade.

O capital-dinheiro desde então circula livremente pelo mundo “pousando” naqueles lugares que podem render mais, porém, rapidamente “levantando voo” quando isso não é mais possível. As economias mais frágeis são diretamente subordinadas às relações financeiras, estando vulneráveis aos movimentos mais bruscos dos mercados.

O excedente do capital foi incorporando empresas e serviços públicos que anteriormente eram ofertados pelos Estados. Esses, no que lhes concerne, restringiram ainda mais suas presenças nos setores de integração social e ampliaram a atuação junto à estrutura da sociedade, com oferta de crédito, isenções, infraestrutura e tecnologia. Além disso, o capital avançou sobre os títulos das dívidas públicas, capturando cada vez mais parcelas do fundo público. Portanto, o capital, que não tinha para onde, ir avança sobre o fundo público e sobre os direitos das pessoas.

A busca pela ampliação de capital tornou o sistema ainda mais especulativo, com uma enorme liquidez do capital-dinheiro circulante pelo mundo. Nesse cenário, o setor de serviços passou a ser um dos segmentos mais atrativos para os capitalistas, especialmente o financeiro, pois, movimenta uma enorme massa de capital em segundos, proporcionando ganhos e perdas monumentais pelo mundo.

Mas não foram apenas os serviços financeiros que ganharam novos *status*, afinal, todo o segmento passou a receber cada vez mais excedente de capital em detrimento ao setor produtivo. Os serviços ganham terreno nas economias desde a década de 1960 e atualmente ocupam 70% do PIB mundial⁵³⁶.

⁵³⁶ Informação disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-fabrica-nao-para/>. Acesso em: 09 set. 2018.

Os países periféricos mesmo sem passar por completo pelo processo de industrialização incorporaram os serviços como o principal ativo das economias, ainda que sejam aqueles de baixo valor tecnológico, com mão de obra com baixa qualificação e superexplorada. Registra-se que no Brasil 70% do PIB são oriundos dos serviços⁵³⁷.

Contudo, a busca pelo setor de serviços como caminho para ampliar a acumulação levanta questionamentos se este realmente seria apenas um setor de circulação e não de produção de mais valia. A resposta dada ao longo deste texto é que depende, afinal, o que determina se um serviço é produtivo ou improdutivo são as relações de produção existentes no interior do circuito do valor. As relações entre produção e consumo estão cada vez mais imbricadas, sendo difícil a diferenciação em alguns segmentos. De qualquer forma, um mesmo serviço ora pode gerar mais valia e ora não, tudo vai depender de como estão postas as relações sociais.

Neste sentido, um dos segmentos que teve ampliação das relações mercantis no seu interior foi o esportivo, especialmente o futebol. Desde meados dos anos 1970 a FIFA e os clubes de futebol passaram por significativas mudanças, incorporando e ampliando os traços da lógica do valor nas atividades desenvolvidas.

Registra-se que a forma mercadoria dos espetáculos futebolísticos não é recente, bem como a existência de uma vasta indústria de produtos auxiliares, todavia, ganha novas dimensões e intensidade com a reconfiguração do modo de produção em 1970 com a entrada de grandes redes de televisão e grupos econômicos e financeiros no circuito de produção e circulação de Força Esportiva e do espetáculo.

O futebol é a principal manifestação esportiva e um dos principais produtos da “indústria cultural” do mundo. Ele surge na segunda metade do século XIX para atender às demandas da classe ascendente de formação de sua juventude e também de distinção social em relação às demais camadas sociais inglesas. Porém, rapidamente é disseminado por todo o mundo como um símbolo da cultura inglesa, sendo apropriado pelas diferentes classes sociais.

A sua internacionalização ocorre em paralelo com a formação e as disputas dos estados nacionais, sendo um dos elementos (juntamente com os meios de comunicação e a educação formal) que contribui para o desenvolvimento do sentimento nacionalista e de pertencimento das pessoas a determinada nação. Além disso, contribuiu para a sua expansão pelo globo a conquista de direitos dos trabalhadores, a existência de uma juventude em todo o mundo que buscava por novas práticas corporais, a criação de redes de transportes e dos

⁵³⁷ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajudar-na-recuperacao-da-economia.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2018.

meios de comunicação e a existência de uma estrutura burocrática mundial em cada continente e em cada território independente comandada pela FIFA, que possibilitou o surgimento de competições nacionais e internacionais de clubes e seleções, reforçando os sentimentos clubísticos e nacionalistas.

A formação de um mercado consumidor entre as guerras mundiais e, principalmente após a segunda guerra mundial, com a conquista pelos trabalhadores de uma série de direitos em diversos países da Europa ampliou o consumo das massas e dos meios de comunicação dos espetáculos futebolísticos. No entanto, as movimentações financeiras pelos clubes e entidades de administração da modalidade eram limitadas e satisfaziam basicamente às necessidades de manutenção das atividades produtivas.

A partir de meados da década de 1970 com a presença da televisão e a necessidade de o capital excedente expandir para novos segmentos, a estrutura do futebol começa a modificar. A primeira experiência foi nos EUA, porém, o fracasso da liga norte-americana naquela época ocorreu, sobretudo, pela ausência de enraizamento da modalidade na cultura local. Ou seja, ficou claro que não bastava uma organização mercantil do futebol era preciso ter um mercado consumidor da modalidade.

Aquela experiência foi reprovada pela FIFA, pois, até então a direção da entidade era controlada por um seleto grupo de europeus defensores do amadorismo. Contudo, isso modifica completamente com a chegada de João Havelange aliado com a Adidas e a Coca Cola, em 1974

A estrutura econômica da entidade no que se refere ao relacionamento com o mercado e o padrão de arrecadação modificou totalmente. A Copa do Mundo FIFA de futebol adulto masculina tornou-se um produto global, requisitado pelas nações e por grandes grupos midiáticos e econômicos/financeiros. Ao longo dos anos a entidade multiplicou as receitas, todavia, a sua distribuição continuou ao longo do tempo mantendo os privilégios de uma casta de dirigentes espalhada pelo mundo. Da mesma forma, os interesses políticos e econômicos da entidade continuam se sobrepondo aos anseios democráticos e de cidadania da população mundial. Assim, diversas alianças (pontuais e de longo prazo) foram realizadas com chefes de Estados, para a realização de eventos e megaeventos da modalidade.

Nesse sentido, ressalta-se que o futebol contribuiu até os anos 1970 com a integração simbólica dos residentes sob uma bandeira, seja da nação ou mesmo do clube. Isso ainda permanece, afinal, o sucesso econômico dos grandes eventos futebolísticos, caso da Copa do Mundo FIFA, ocorre também em função disso. Contudo, a face econômica domina a estrutura e a organização da modalidade em todo o globo. As mudanças processadas na FIFA e na

Copa do Mundo, inicialmente com as parcerias com a Adidas e Coca Cola e, posteriormente, com diversas multinacionais e empresas de mídia se expandem pelo mundo, sobretudo, na Europa e América Latina.

Apesar de isso ocorrer de forma combinada entre os países, o fato concreto que é desigual, pois, inicia no centro dinâmico do capitalismo europeu e depois nos países periféricos, caso específico do Brasil. As primeiras mudanças nos ordenamentos legais com a perspectiva de intensificar as relações mercantis na modalidade acontecem no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 na Itália, depois na Inglaterra no final desta década e na Espanha no início dos anos 1990. Um pouco depois a lógica de empresariamento dos clubes e ligas também ganha forma na Alemanha e na França e, também, em outros países com ligas e clubes menores da Europa.

Registra-se que na Europa seja nas grandes ligas ou nas ligas menores impera a lógica privada de administração do futebol, seja dos clubes ou das competições. Algo que ainda é diferente do cenário da América Latina que, com poucas exceções, predomina o formato associativista. Porém, a tendência é que o modelo empresarial avance também no nosso continente.

Aqueles cinco países são o centro dinâmico do capitalismo associado ao futebol. Neles estão os clubes e ligas globais, com as maiores movimentações financeiras, concentração de Força Esportiva e títulos internacionais da modalidade. As receitas se multiplicam ano após ano, com a presença de grandes grupos econômicos e financeiros, seja controlando diretamente os clubes ou estabelecendo parcerias em busca de valorização de sua marca e dos seus produtos. E, aquelas equipes que não são sociedades anônimas possuem uma gestão totalmente empresarial e visam bons resultados esportivos e crescimento das receitas.

Contudo, o cenário é de desequilíbrio (endividamento e déficits), de concentração e centralização de receitas, de Força Esportiva e de títulos em poucos clubes destas ligas. No cenário do Futebol de Espetáculo poucos são os clubes que possuem um equilíbrio em suas contas, a realidade é de déficits e de endividamento, mesmo com as tentativas dos governos locais e da UEFA de tentar equilibrar as finanças.

Por outro lado, as equipes menores mesmo nos países centrais do Futebol de Espetáculo restringem a sua atuação na formação e venda de Força Esportiva e convivem com baixas receitas, déficits e endividamento, culminando inclusive com falências.

As grandes equipes são reconhecidas não apenas no seu território, mas são verdadeiras empresas globais que buscam atrair torcedores (clientes) e comercializar suas marcas e produtos, assim como as marcas e produtos dos parceiros. Em relação ao passado ainda

persiste as rivalidades internas, a identificação com o local, porém, os grandes clubes são cada vez mais clubes do mundo.

As principais fontes de receitas destes clubes são: a própria marca, ou seja, a venda do direito de expor e usá-la pelos grupos econômicos e financeiros; a comercialização dos direitos de transmissão; e, as vendas de ingressos e outros produtos aos torcedores (clientes) em dias de jogos. As duas primeiras são disparadas as principais e variam de importância para cada clube, dependendo diretamente do tamanho que eles ocupam no mercado local e global. Registra-se que há quarenta anos a comercialização dos ingressos era a principal forma de receita, algo impensável para os dias atuais, especialmente para as finanças dos grandes clubes, tendo em vista o custo elevado com o pagamento de Força Esportiva (qualificada).

A parceria dos agentes do Futebol de Espetáculo com a televisão foi e ainda continua sendo fundamental para a multiplicação da movimentação das receitas no setor. Um negócio que é bom para os dois lados, tanto para a TV que amplia a audiência e a venda de outras mercadorias e para os clubes, especialmente os globais, que arrecadam mais, melhora a infraestrutura, capta os melhores atletas e conquista títulos e mais visibilidade internacional.

Assim, grandes grupos econômicos e financeiros passaram a atuar no futebol mundial, procurando valorizar suas marcas, ampliar a acumulação de capital ou lavar dinheiro. Sem dúvida, destaca-se a presença do setor financeiro e bancário, que não apenas patrocinam como também adquirem clubes e ligas.

Diante dessa mercantilização do futebol assiste-se a um fenômeno de afastamento das camadas mais pobres dos estádios e também do controle dos clubes. Nos países centrais e também na periferia, o público e os torcedores cada vez mais desejados são aqueles que podem render mais receitas para os clubes. Assim, temos uma substituição do perfil do público nos estádios, tal como uma elevação do padrão econômico dos acionistas.

Nesse sentido, os estádios se assemelham a *shoppings centers* e estúdios de televisão, com uma plateia de um programa de televisão que pouco manifesta durante o espetáculo e quando isso ocorre restringe aos poucos movimentos corporais. Nesses espaços vende-se de tudo, inclusive a possibilidade de assistir a um jogo de futebol. Essa política afasta os torcedores com menor poder aquisitivo e favorece a presença de um público rico, mais disciplinado e menos envolvido com o dia a dia do clube.

Ademais, neste contexto formou-se, especialmente com o “acórdão Bosman”, um mercado internacional de futebolistas. A livre circulação de atletas de origem de países da UE neste bloco e o poder econômico dos clubes das grandes ligas europeias produziram uma concentração dos melhores futebolistas do mundo nos grandes clubes da Inglaterra, Espanha,

Alemanha, Itália e França. Assim, a cada janela crescem as cifras movimentadas por um seleto grupo de clubes.

Destaca-se que a produção e venda de atletas é um mercado lucrativo para clubes e intermediários, sendo que o Brasil é o maior exportador do mundo, ainda que sua matéria prima seja de baixo valor agregado, pois, os clubes brasileiros arrecadam pouco em relação aos clubes das grandes ligas.

Ressalta-se que o atleta com um potencial esportivo e mercantil elevado é uma mercadoria extremamente disputada no mercado internacional, capaz não apenas de produzir resultados esportivos, mas de vender diversas outras mercadorias. Ele se tornou uma mercadoria de luxo dos clubes e dos intermediários, bem como um bem importante para diversas marcas que procuram a sua imagem. Ele, diferentemente da maioria dos outros atletas, consegue com sua Força Esportiva atrair receitas e ter uma vida luxuosa, sendo um herói internacional, admirado e seguido pelo público global.

Porém, a realidade de bonança é restrita a poucos atletas. A maioria vive a mesma realidade dos trabalhadores de outros segmentos, com baixos salários, baixa escolaridade e empregos sanzonais, inclusive sem a garantia de direitos.

Neste contexto, os clubes são as células básicas do Futebol de Espetáculo, responsáveis pela contratação da força de trabalho e dos meios de produção, sendo proprietários, em alguns casos juntamente com intermediários, da mercadoria especial Força Esportiva.

Esta mercadoria dotada da gramática do Futebol de Espetáculo, força física, técnica, tática e capacidade de vender a partir de sua imagem, requisitada por todos os clubes do mundo, especialmente se tiver uma “marca” capaz de atrair receitas e imagens para o clube e para os demais entes do mercado.

A Força Esportiva é objeto de trocas e também de produção do Futebol de Espetáculo. Enquanto troca, o seu valor de uso é secundário e o que importa é, simplesmente, o potencial existente, a sua marca, em produzir o espetáculo.

Os espetáculos produzidos são objetos de troca com o público presente nos estádios, que busca satisfazer as necessidades da fantasia ou com o público mediado pela televisão, sem dúvida, o principal comprador, com os demais grupos econômicos, seja diretamente controlando o processo de produção ou como parceiros.

A Força Esportiva e o espetáculo são mercadorias especiais, “objetos” de troca que rendem aos seus proprietários receita que são reinvestidas no próprio processo de produção (meios de produção e salários), que são usadas para o pagamento de taxas e juros (se for o

caso) e o que sobra é o lucro. Este também pode ser reinvestido seja neste negócio ou em outro, mas também pode ser utilizado para atender necessidades essenciais humanas ou luxuosas.

Observa-se que, guardadas as especificidades deste fenômeno, o Futebol de Espetáculo está integrado ao circuito do capital, sendo o valor de uso da Força Esportiva e do próprio espetáculo, enquanto elemento enriquecedor do gênero humano, um chamariz para as trocas mercantis.

Nesse processo é inegável que em paralelo ocorra a busca por resultados e títulos esportivos, sejam individuais ou coletivos. Isso é uma das especificidades deste segmento que em alguns momentos impossibilita a existência de lucros mais significativos.

De qualquer forma, cabe mencionar que mesmo diante de um cenário econômico mundial negativo cresceram nos últimos anos a importância do Futebol de Espetáculo para as economias dos países centrais, seja no montante movimentado, seja na geração de empregos e nas receitas para o Estado. Destaca-se que toda a economia do Futebol de Espetáculo e dos produtos auxiliares equivale ao que é movimentado em um país que ocupa o 20º maior PIB do mundo ou cerca de 44% do PIB do Brasil em 2013. Na Espanha o percentual é de quase 2% do PIB nacional, com a geração de quase 70 mil empregos. Na Alemanha, em 2016, os 36 clubes da primeira e segunda divisão pagaram quase R\$ 4,5 bilhões em impostos.

Reitera-se que Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França são os centros dinâmicos da economia política do futebol mundial, com a existência das maiores movimentações financeiras deste segmento.

Nesse sentido, nota-se que, à exceção da Espanha, os outros quatro países estão entre os dez com os maiores PIBs do mundo, sendo que os cinco encontram-se entre os 30 maiores PIB *per capita* do planeta. Sem dúvida, do ponto de vista fiscal e social, os melhores indicadores são dos alemães, porém, de outro modo, Itália e Espanha são aqueles com a situação fiscal e social mais delicada, inclusive foram aqueles que mais sofreram com última grande crise do capital iniciada em 2008.

No entanto, mesmo no cenário de dificuldade econômica dos países, os grandes clubes continuaram ampliando as receitas. Porém, os clubes menores sofreram as consequências das oscilações do mercado internacional. Assim, observa-se que a realidade do Futebol de Espetáculo nas grandes e nas ligas menores é uma representação da situação econômica e social das classes sociais dos países, com um número restrito ganhando e a maioria lutando para sobreviver.

A economia política do Futebol de Espetáculo segue formas e ritmos diferentes pelo mundo. Em um ritmo menor de movimentação financeira estão as ligas periféricas da Europa e dos países asiáticos que seguem o mesmo formato dos países centrais, todavia, com um poder econômico inferior do que as ligas dos países centrais que possuem os clubes globais. No mesmo ritmo daqueles, porém com uma base organizativa diferente, estão os clubes da maioria dos países da América Latina, caso do Brasil, que ainda impera uma lógica associativista, com uma movimentação financeira, inclusive inferior a algumas ligas de países da periferia da Europa e Ásia.

Vale salientar que em relação ao Brasil, sem dúvida, principal potência econômica da América do Sul, porém, permeada por problemas sociais, a extensão das relações mercantis no futebol ocorre na década de 1990, a partir da lei Zico e com a lei Pelé, com a possibilidade de os clubes tornarem empresas e o fim da lei do passe.

Nos anos seguintes outras medidas procuraram acelerar a inserção das regras do mercado no futebol, sendo que a medida mais recente é o PROFUT sancionado em 2015 que busca contribuir com equilíbrio das finanças dos clubes brasileiros e obrigá-los a adotar uma governança mais empresarial, com a perspectiva de poder competir em igualdade de condições com os grandes clubes globais.

Entretanto, a situação periférica do Futebol de Espetáculo do Brasil é decorrente tanto da formação histórica de organização da modalidade no país, com um caráter essencialmente associativista e tutelar do Estado, perpetuando os mesmos vícios da política nacional, como também da formação social brasileira de dependência e subalternidade em relação aos países centrais.

Ressalta-se que a mudança brasileira e também de toda a América Latina em direção à forma assumida pelos clubes nos mercados centrais é lenta, gradual e com resistências tanto da classe dirigente como dos torcedores. Além disso, o Brasil pela posição econômica e social do país no mundo – com um amplo mercado consumidor, mas com pouco poder aquisitivo, com graves problemas sociais e com uma moeda mais frágil –, caracteriza-se por ser um exportador de *commodities*, inclusive no futebol, e um importador de produtos com maior poder tecnológico, sendo no futebol um país consumidor dos espetáculos produzidos nas ligas centrais.

Observa-se que o futebol, inicialmente restrito aos clubes da elite nacional e dos imigrantes no Brasil, aos poucos ganha terreno entre os trabalhadores que passam a ter os próprios clubes, mas também a ter acesso a partir da segunda década de 1900 aos clubes já tradicionais das metrópoles, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse sentido, os atletas até 1933 recebiam basicamente por meio de “bicho”, pois, não eram considerados profissionais e as competições não permitiam a presença de atletas remunerados. Apesar da possibilidade de receber um salário pelo esforço físico a partir de 1933, essa medida somente foi regulamentada na década de 1970.

Entre os poucos anos de democracia e os regimes autocráticos, o futebol tornou-se a principal manifestação esportiva do país, sendo consumida pelo público em geral e pelos meios de comunicação. Isso com forte presença estatal garantindo as condições de produção do espetáculo, com a oferta de terrenos, isenções, infraestrutura, inclusive esportiva, e mantendo todo o controle das entidades de administração do esporte nacional.

Sem dúvida, o futebol foi um dos fenômenos fundamentais para a formação da identidade brasileira, para inculcar valores nacionalistas e ufanistas na população e também para a projeção do país no campo internacional, especialmente a partir da década de 1950 e 1964, com a ditadura civil-militar.

A reestruturação do modo de produção capitalista e as modificações na organização do futebol nos países centrais a partir de meados da década de 1970 e o cenário econômico do país, com o fim do “milagre econômico” e os graves problemas sociais, também atingem o futebol brasileiro naquele momento histórico. Assim, inicia um período de transição, com menos presença do Estado no controle das entidades de administração e prática, porém, continua destinando recursos, especialmente por meio de patrocínios e com programas de refinanciamento de dívidas, com a abertura do segmento para o mercado e a partir de 1998 com o fim da lei do passe, que amplia a saída de atletas brasileiros para o exterior.

Porém, apesar da abertura do setor ao mercado, a administração dos clubes e das entidades de administração conservam traços históricos da gestão do futebol nacional, com a manutenção do modelo jurídico dos clubes, com as entidades tendo o controle das competições e com a administração do futebol nacional sendo realizada por castas que permanecem por décadas controlando a modalidade, com pouca transparência e participação.

Com exceção da CBF, as federações e clubes convivem com déficits e endividamentos, sendo que as entidades de administração centralizam os gastos na manutenção da própria máquina em detrimento do desenvolvimento do futebol nacional. A CBF possui como principal fonte de receitas os patrocínios, a seleção brasileira de futebol masculino é uma marca poderosa no mercado internacional. Já os clubes dependem diretamente dos recursos da venda dos direitos de transmissão, tendo que constantemente desfazer dos principais atletas para manter as atividades.

A situação financeira dos clubes brasileiros é alvo de constante normatização pelos agentes estatais, contudo, as medidas de refinanciamento das dívidas, perdão de juros e multas e criação de novas fontes de financiamento não conseguiram reverter a tendência vista em todo o mundo de endividamento, déficits, ou seja, de desequilíbrio, ainda que tanto na Europa quanto no Brasil a situação tenha melhorado nos últimos anos.

Ao olhar para o cenário brasileiro nota-se que há uma concentração de Força Esportiva e títulos em alguns clubes, o que repercute em todo o continente, com o maior poder econômico dos clubes brasileiros exercendo nos últimos anos o domínio nas competições e da contratação dos melhores atletas, quando não são vendidos diretamente para os clubes europeus ou para ligas alternativas na Ásia.

Entretanto, não temos dúvida de apontar o papel subalterno do Brasil no mercado do mundo do Futebol de Espetáculo, inclusive subordinado às ligas de países que não possuem uma centralidade no globo, mas, devido ao poder econômico das nações, acabam se sobrepondo à realidade do futebol do Brasil, caso recente da Arábia Saudita.

Da mesma forma, ressalta-se que a adoção de um modelo empresarial ou a conquista de equilíbrio financeiro por si só não garante ao país ou ao clube, em particular, um destaque no cenário internacional. O “lugar” na economia política global e as condições degradantes da maioria do Brasil denunciam qual é o seu papel no mundo, ou seja, vender produto de baixo valor tecnológico e ofertar mão de obra barata, no caso do futebol, pés de obra.

Assim, apesar do destaque do país em relação aos seus parceiros comerciais do cone sul do globo, com um papel subimperialista, o Brasil no mercado mundo do Futebol de Espetáculo ocupa a função de garantir aos países centrais o acesso ao que de melhor produzimos em Força Esportiva e a consumir o que de melhor produzem nos gramados pelo mundo.

Por fim, cabe sinalizar que esta pesquisa não possui um “apito final”, o jogo ainda está sendo jogado, aquilo que apresentamos ao longo desta exposição deve ser objeto de novas análises, afinal, o que temos aqui são apontamentos *do que foi e está sendo* o Futebol de Espetáculo, com uma vasta agenda de pesquisa.

De qualquer forma, neste momento temos uma certeza: aos pesquisadores e aos apaixonados por esta modalidade cabe no contexto do ‘admirável mundo novo’ do Futebol de Espetáculo buscar elementos que enriqueçam o gênero humano. O estudo e o consumo da imagem não podem se sobrepor ao êxtase com a produção humana dos mais belos gestos daquilo que denominamos de futebol. A capacidade criativa humana com o sentido do seu desenvolvimento e emancipação deve ser o horizonte, do contrário, a partida sempre terá um

resultado negativo para o ser humano. Enfim, “deixa o menino jogar [...], deixa o menino aprender”⁵³⁸.

⁵³⁸ Fragmento da música “Deixa o menino jogar”, da banda Natiruts.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, Antonio Carlos Kfour; LEONCINI, Marvio 2011; (ORGS.), João José de Oliveira. **A nova gestão do futebol**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALVES, Giovanni. Prefácio: O adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In: **O Averso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas./ NAVARRO, Vera Lucia e LOURENÇO, Edvânia Ângela de S. (orgs.). São Paulo: outras expressões, 2013.
- AQUINO, Jefferson Nicássio Queiroga de. **O torcer no futebol como possibilidade de lazer e vínculo identitário para torcedores de América-MG, Atlético-MG e Cruzeiro**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). 2017. 83fls. Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- ANDRADE, Diego César Terra de; RAMOS, Heidy Rodrigues. Futebol paixão ou negócios? Uma análise da produção científica mundial. **Podium**, v. n. 3, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. A Corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: NAVARRO, Vera Lucia; SOUZA, Edvânia Ângela de. **Averso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. Ed.: Boitempo, 1999.
- _____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, vol. 28, núm, 81, 2014.
- _____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo, 2018.
- ATHAYDE, Pedro et al. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. **Motrivivência**, v. 28, n. 49, 2016.
- _____. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais**. 2014. 415fls. Tese (doutorado em Política Social). Departamento de Serviço Social. UnB, Brasília, 2013.
- AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. Revisitando velhos problemas. **Novos Estudos**. São Paulo, nº 38, p. 225-240, 1994.
- AZEVEDO, Carlos. In: Os frutos da CPI. REBELO, A.; TORRES, S. **CBF-NIKE**: as investigações da CPI do futebol da câmara dos deputados desvendam o lado oculto dos

grandes negócios da cartolagem e passam a limpo o futebol brasileiro. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2001.

BANCHI, Paula. HATJE, Marli. Mídia e esporte: os valores-notícia e suas repercussões na sociedade contemporânea. **Motrivivência**, ano nº 18, nº 27, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política: 6ª Edição**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. As renovações e extensões unilaterais de contratos de trabalho e os chamados “Contratos de Gaveta” entre clubes e atletas. **Direito esportivo**, setembro 2012.

BAZANINI, Roberto. et al. Empreendedorismo na sociedade do espetáculo: gestão do futebol no universo globalizado. **Perspectivas em gestão e conhecimento**. João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BELMAR, Thiafo Hinojosa. **Grupos de interesse e o processo de modernização do futebol brasileiro: redemocratização ao Bom Senso do Futebol Clube**. São Paulo, 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

BERTELLA, André de Cesara. **O clube de futebol como sociedade empresaria**. Ribeirão Preto, 2015, 111f. Monografia (Graduação em Direito), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

BETTI, Mauro. **A Janela de Vidro: esporte, televisão e educação física**. 1. ed. Campinas: Papirus, 1998a.

_____. Mídia e Educação: Análise da relação dos meios de comunicação de massa com a educação e os esportes. In: Seminário Brasileiro em Pedagogia do Esporte, 1998b, Bauru, **Anais...**Bauru: Seminário Brasileiro em Pedagogia do Esporte, 1998b.

_____. **Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no esporte-espetáculo**. Ijuí: Unijuí, 1997.

_____. Esporte na mídia ou esporte da mídia? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 17, p. 107-111, 2002.

_____. Esporte, televisão e espetáculo: o caso da TV a cabo. **Conexões**, Campinas, n.3, p. 74-91, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de

Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Coleção Saraiva de legislação.

_____. **Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.** In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205630>. Acesso em: 08 nov. 2012.

_____. **Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.** In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em: 06 nov. 2012.

_____. **Lei nº 8672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.** In: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8672.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. **Lei nº 9615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Lei nº 13.155 de 04 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. trad. Carmen C, Varriale et all. **Dicionario de política**. 11ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. São Paulo: Editores Vozes, 2017.
- BOITO JR., A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n.42, p.155-162, 2016.
- BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: editora, 2009.
- BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira. O partido midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In: VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo, 2009, São Paulo, **Anais...São Paulo: VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo**, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da administração pública. **RGPP**. 2011, 1(2):1-6.
- BRITTO, Valério; SANTOS, Anderson David Gomes. Processos midiáticos do esporte: do futebol na mídia para um futebol midiaticizado. **Comunicação, mídia e consumo**, vol. 9 n. 26 p. 173-190 nov. 2012.
- BROHM, Jean-Marie. **Sociología Política del Deporte**. México: Fondo e Cultura Económica, 1982.
- BROHM, Jean-Marie. **20 Tesis sobre el deporte**. IN: Brohm, J.M. et al (ORG). **Materiales de sociología del deporte**, pp. 47-55. La Piqueta. Madrid, 2ª Edição, 1993.
- BRUSCHI, Valéria. **Mais Marx: material de apoio à leitura d'O capital**, Livro I. Trad. Luiz mariano de Campos. São Paulo: Boitempo. 2016.
- CHADE, Jamil. **Política, propina e futebol: como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta**. São Paulo: Objetiva, 2015.
- CAMPOS, Flavio de; TOLEDO, Luiz Henrique de. O Brasil na arquibancada: notas sobre a sociabilidade torcedora. **Revista USP**, n. 99, 2013.
- CANALE, Vitor dos Santos. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). 2012. 120fls. Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2012.
- CARCANHOLO, Reinaldo. Mercadoria, valor e fetichismo. In: CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- _____. **Capital: essência e aparência**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013

_____. Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor de Adam Smith. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 13, n.1, p. 153-180, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina. In: **Political economy and the outlook for capitalismo**, 2012, Paris (França).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOLMES, Helder. **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física. 2011.188fls. Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELANNI FILHO, Rafael Moreno. **O futebol profissional e o processo de formação de grupo**. São Paulo, 2017. 250f. Tese (doutorado- Programa de Pós-graduação em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: Garcia, Carla Cristina; HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André: Alphrabbio, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 98-114, junho/2014.

CASTRO, Damian Garcia. **Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano**: os jogos olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em engenharia urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola politécnica, Programa de Engenharia Urbana, 2012.

- CAVALCANTI, Everton de Albuquerque; CAPRARO, André Mendes. A mídia e o ídolo Ronaldo: analisando as matérias da folha online (2002-2009). **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, vol.35 no.3 Porto Alegre July/Sept. 2013.
- CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.
- CHAS, Thiago Matos Prates; PELINSON, Fabiana. Direitos televisivos e a ousadia da gestão no futebol: O caso Benfica TV. In: VII Simpósio nacional da Associação Brasileira de Ciberultura, 2013, Curitiba. **Anais...Curitiba: ABCIBER**, 2013.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COELHO, Paulo Vinicius. **Jornalismo esportivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: CBF, 2017. Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201804/20180430162832_0.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra Corrente**. São Paulo: Cortez, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R; RIZEC, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.
- CLEZAR, Mateus, de Souza. **Futebol e facismo: como o facismo italiano se manifestou no calcio**. 2015. Monografia (Graduação em História), Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- CRUZ, Rodrigo Machado. A formação de atletas de futebol: um estudo na categoria sub-15 do Cruzeiro Esporte Clube, Belo Horizonte-MG. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 13, 2012.
- DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Fluxos de capitais e crescimento econômico nos países em desenvolvimento. **Estud. Econ.**, São Paulo, vol. 43, n.4, p.773-811, out.-dez. 2013.
- DAMO, Arlei. **Do Dom à profissão: Uma etnografia do futebol espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Porto Alegre, 2005. 435f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 139-150, 2008.

_____. Das palavras e dos palavrões - um olhar antropológico sobre formas de sociabilidade e construções narrativas nos estádios de futebol. **Sociabilidades Urbanas Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, p. 81-100, 2017.

_____. Bons Para Torcer, Bons para se Pensar: os clubes de futebol no Brasil e seus torcedores. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 11-48, 1998.

DANTAS, Luana Pedro da Silva; MATIAS, Wagner Barbosa. O patrocínio máster e esportivo dos clubes de futebol da Europa. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2017, Goiânia. **Anais...Goiânia: CONBRACE**, 2017, p. 112-115.

DAOLIO, Jocimar. As contradições do futebol brasileiro. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, ano 3, nº 10. Buenos Aires, 1998.

DEBORD, Guy. **Sociedade do Espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1983.

DIAS, Eldernan dos Santos. **Da formação humana à espetacularização do esporte**. Brasília, 2016. F. 134. Tese (Mestrado em Educação Física), Universidade de Brasília, Brasília, 2016

DIAZ, Alvaro Rodríguez. **El deporte em la construcción del espacio social**. CIS, Montalbán: Madri, 2008.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**.

Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC32F.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Difel: Lisboa. 1992.

ELIOMAR FILHO, José. Geopolítica do G-14: disputas pelo mercado asiático de futebol. **Geografias**, Belo Horizonte 03(2) 17-23 julho-dezembro de 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FARIA, Romário. **Um olho na bola, outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro**. São Paulo: Planeta, 2007.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ª ed. São Paulo, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Positivo, 2010.

- FERREIRA, Pedro Tiago da Silva Ferreira. **O impacte do Acórdão Bosman na Estrutura Desportiva Europeia**. Dissertação (Mestrado em Políticas Europeias). 2008. 205fls. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERRAZ, Diogo Medes Moura. **Casas de apostas online**: estudo exploratório sobre a satisfação e fidelidade do cliente no mercado de apostas desportivo. Porto, 2011. 116 f. Dissertação (mestrado em gestão de serviços). Faculdade de Ecibinua, Universidade do Porto, 2011.
- FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol**: Copa para quem? Brasília, 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. São Paulo: contraponto, 2007.
- FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GALASSI, Douglas Lopes de Souza. **Direito de formação**: regras de proteção do clube formador e do atleta em formação. Monografia (graduação em Direito). UNICEUB, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais- FAJS, Brasília, 2016.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. São Paulo: L&PM Pocket, 2015.
- GASPARINO, Henrique. **Estudo da transmissão esportiva na televisão brasileira**. 2013. 75fls. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Arquitetura, artes e comunicação social. UNIP, 2013.
- GASTALDO, Édison Luís; **Copa do Mundo no Brasil: a dimensão histórica de um produto midiático. Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 25/ 41, p. 115-133, 2004.
- _____. **O 'país do futebol' mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. Sociologias**, v. 22, p. 352-369, 2009.
- _____. **Uma Arquibancada Eletrônica: reflexões sobre futebol, mídia e sociabilidade no Brasil. Campos**, Curitiba, PR, v. 6, p. 113-123, 2005.
- GILLET, Bernard. **História del deporte**. Barcelona: Oikos-Tau, 1971.
- GIULIANOTTI, Giulianotti. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n° 37, p. 7-39, janeiro 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GASPARETTO, Thadeu Miranda. O futebol como negócio: uma comparação financeira com outros segmentos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, 2013, vol.35, n.4, pp.825-845.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; PENNA, Adriana Machado. O esporte sob a lógica do capitalismo contemporâneo: apontamentos iniciais. **Efdeportes**, Buenos Aires, ano 14, n° 134, 2009.

GONÇALVES, Julio Cesar de Santana; COSTA, Carlos Everaldo Silva da. **"Empresarização" e controle**: o caso do Figueirense Futebol Clube. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. 5, p. 3, 2007.

GUTERMAN, Marcos. **O Futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Condição pós-moderna**. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. de João A. Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. Neoliberalismo como destruição criativa. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, ago 2007.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELAL, Ronaldo. **A Lei, a Ordem e o Espetáculo**: reflexões sobre a organização do futebol brasileiro. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 92, n.02, p. 88-103, 1998.

HIRSCHBRUCH, Ricardo Daskal. Reflexões sobre o modelo norte-americano de futebol: a estruturação do futebol feminino. In: Pichetti, Vanessa C. **Mundo afora**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26^a ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOLANDA, Bernardo Borges; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. Das torcidas jovens às embaixadas de torcedores: uma análise das novas dinâmicas associativas de torcer no futebol brasileiro. **Recorde: Revista de História do Esporte**. Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 1-37.

HOLANDA, Bernardo Buarque de. Torcidas organizadas no Brasil e na França: considerações preliminares para uma comparação. **Razón y palabra: Deporte, Cultura y Comunicación**”, Número 69, 2009.

HUNGARO, Edson Marcelo et all. Balanço inicial do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): Avanços, ausências e perspectivas. IN: HUNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Lino de. **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo Andre: Alpharrabio, 2008.

IANNI, Octávio. **Pensamento social brasileiro**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

JENNINGS, Andrew. **Jogo Sujo: o mundo secreto da FIFA**. São Paulo: Panda Books, 2011.

JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. **Crítica marxista**, São Paulo: Xamã, n.7, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE JR., Emanuel. **Cotas de televisão do Campeonato Brasileiro: apartheid futebolístico e risco de espanholização**. Recife: Editora do autor, 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LEONCINI, Marvio Pereira; SILVA, Márcia Terra da. Entendendo o futebol como um negócio: um estudo exploratório. **Gestão e produção**, v.12, n.1, p.11-23, jan.-abr. 2005.

LIBANIO, João Pedro Marchiore Libanio. **A bolsa de valores como fonte de financiamento e estratégia de valorização patrimonial de clubes de futebol no Brasil**. Campinas, 2015. 62f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Instituto de economia, UNICAMP, 2015.

LLOPIS-GOIG, Ramon. Identificación con clubes y cultura futbolística en España: Una aproximación sociológica. **Revista Internacional de Ciencias del Deporte**, vol. 9, nº. 33, 2013, págs. 236-251.

_____. Propiedad y gestión de los clubes de fútbol perspectiva de los aficionados. **Revista Internacional de Ciencias del Deporte**, vol. 10, nº. 35, 2014, págs. 16-33.

_____. Prácticas e identificaciones transnacionales en el fútbol europeo un estudio referido a nueve países. **Revista de humanidades**, nº. 34, 2018, págs. 155-172.

LOPES, Felipe Tavares Paes; CORDEIRO, Mariana Prioli. Torcidas organizadas do futebol brasileiro: singularidades e semelhanças com outros grupos de torcedores da América do Sul e da Europa. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 9, nº 104, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Tese (doutorado), UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, Porto Alegre, 2011.

KOMMERS, Jorge. **Futebol como mídia**: relação entre futebol, televisão e patrocinadores. Monografia (graduação em Comunicação Social). 2016. 93fls. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

MALAGUTTI, João Paulo Melleiro; HIRATA, Edson; STAREPRAVO, Fernando Augusto. O futebol/futsal e as políticas públicas das cidades do estado do Paraná. **Pensar a Prática**, v. 19, n.4, 2016.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do Capitalismo Tardio. In: MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

_____. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaio, 1998.

MANHÃES, Eduardo. **Política de esportes no Brasil**. São Paulo: Graal, 2002.

MARQUES, Pedro. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA: ABET, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, Emir S. (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dos momentos en la integración latinoamericana**. 1993. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/076_integracion_latinoamericana.html. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. **Dialética da dependência**. 10ª ed. Editora Era, México, 1973.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, México, abr-jun 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>. Acesso em: 05 maio 2018.

MARTÍNEZ-LEMONS, Rodolfo Iván. **Sociedades anónimas deportivas de la liga de fútbol profesional em espana**: um análises empresarial descriptivo. Revista española de educación física y deportes, nº 408, ano 67, 2015.

MARTINS, Mariana Zuaneti. **Aperfeiçoando o imperfeito**: a ação sindical dos jogadores de futebol no período pós-lei Pelé. Campinas, 2016. 355f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2016.

MARTINS, Mariana Zuaneti; Heloisa Helena Baldy dos Reis. Poder, transparência e democracia nas gestões esportivas. In: VELASCO, Adriana et all. **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil**: Movimento é vida- atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017.

MARX, Karl. **O capital**. O capital: crítica da economia política. Livro 1, volume I. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, volume II. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Campinas, 2005, 325f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.

_____. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

_____. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, 2016, Out-Dez; 30(4):963-80.

MASCARENHAS, Fernando. SILVA, Silvio Ricardo da. SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.495-517, abr./jun. de 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo 2001. 276 p.

- MASCARENHAS, Gilmar. **Um jogo decisivo, mas que não termina**: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. *Cidades*, v. 10, n.17, 2013.
- MATIAS, Wagner Barbosa Matias. **O enigma olímpico**: o percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula. Brasília, 2013. 199f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, UnB, 2013.
- MATIAS, Wagner Barbosa. MASCARENHAS, Fernando. Jogos Olímpicos Rio 2016: vencedores e perdedores. **Motrivivência**, v. 27, n. 45, p. 230-246, setembro/2015.
- MATIAS, Wagner Barbosa Matias; MASCARENHAS, Fernando. **Caracterização histórica e a legislação sobre futebol no Brasil**. *Licere*, Belo Horizonte, v. 20, nº 4, dez/2017.
- MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. A constituição do PROFUT: atuação parlamentar e grupos de pressão. **Motrivivência**, v. 31, n. 57, 2019. No prelo.
- MATOS, José Miguel Pereira Diamantino de. **Apostas desportivas online**: comportamento e perfil do apostador português. Lisboa, 2013. 56f. Mestrado (Dissertação de mestrado em Marketing. ISCTE Business School, Universidade de Lisboa.
- MAURO, Rogério Antônio. Brasil: Um país em desenvolvimento? A atualidade da dialética da dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina. **Libertas**, Juiz de Fora, edição especial, p.162 - 181, fev / 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo et al. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIGUEL, Ricardo Georges Affonso. A possibilidade de contratação do atleta menor de futebol e a utilização do instituto da antecipação de tutela para transferência do atleta de futebol. **Direito esportivo**, set., 2012.
- MIRANDA, Gustavo Jaguaribe de. **A compensação do direito de formação na transferência do jogador de futebol**. 64 fls. 2016. Monografia (graduação em Direito). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, UniCEUB, 2016.
- MON FRIERA, Carlos; RODRÍGUEZ-GUERRERO, Plácido. (2016) El balance competitivo en la primera división de la liga de fútbol en España. **Journal of Sports Economics & Management**, 6(1), 18-34.
- MONTAGNER, Paulo César & RODRIGUES, Eduardo Fantato. Esporte-Espetáculo e Sociedade: Estudos Preliminares sobre sua Influência no Âmbito Escolar. **Conexões**. Campinas-SP, v.1, n.1, 2003

MURAD, Mauricio. **Para Entender a Violência no Futebol**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. v. 2000.

NAVARRO, Vera Lucia; SOUZA, Edvânia Ângela de. **Avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

NEBREDA, Xabier Martín et al. Produção científica sobre futebol em revistas espanholas de ciência da atividade física e esportes. **Movimento**, Porto Alegre, p. 659-672, jun. 2015.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. Texto de Comunicação do autor presente na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie” **III Encontro Nacional “Civilização ou Barbárie”**. São Paulo, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NEVES, José. Uma economia do olhar: notas para uma história do futebol na era da televisão. In: LOPES, Felisbela; PEREIRA, Sara (Orgs.). **A TV do futebol**. Porto: Campo das Letras, 2006.

NEVES, Maria Lucia; PRONKO, Marcela. A atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

NWOBIKE, Justice C. Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: o caminho a seguir. **Sur**, International Journal On Human Rights. vol.3 no.4 São Paulo June 2006.

OLIVEIRA; Rodrigo Salgado de. **Uma esfera chamada Europa**: o poder transformador da União Europeia na rede de governance do futebol europeu. Lisboa, 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. São Paulo: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Chico de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA NETO, Edi Alves de. **Violência no futebol e torcidas organizadas**: um estudo em representações sociais. Monografia (graduação em Sociologia). 2013.58fls. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Brasília, 2013.

OSORIO, Luiz Felipe Brandão. **Um estudo crítico da união europeia: contradições de seu desenvolvimento institucional e normativo**. Rio de Janeiro, 2015, 244f. Tese (doutorado em economia política internacional) - Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

OURIQUES, Nilson. O gol contra do rei: a lei Pelé e suas conseqüências. **Motrivivência**, Florianópolis, v. XI, n. 12, p. 37-64, 1999.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria. **Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

PALMIÉRI, Júlio César Jatobá. **Quanto vale um talento?** Uma análise antropológica sobre a valorização e circulação dos jogadores de futebol profissional no mercado esportivo. Mestrado (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). 2009. 145fls. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PAOLI, Próspero Brum. **Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos**. Tese (Doutorado em Educação Física). 2017, 178fls., Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

PAOLI, Próspero Brum; SILVA, Cristiano Diniz da; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Tendência atual da detecção, seleção e formação de talentos no futebol brasileiro. **Rev Bras Futebol**, 2008, Jul-Dez; 01(2).

PASSOS, Felipe Barbosa. **Análise do esporte na política de assistência social**. 2017. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)**, v.3, n.10, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social**: temas e questões. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. IN: **Capitalismo em crise**: política social e direitos. BOSCHETTI, Ivanete et all. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In BOSCHETTI, Ivanete, et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p.87-108.

PIERINI, Alexandre José. Grupos de interesses, de pressão e lobbying: revisitando os conceitos. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, mai./ago. 2010.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Torcidas organizadas de futebol: identidade e identificações, dimensões cotidianas. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas organizadas de futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

PONTES, Carlos Eduardo Collazo. Patentes de medicamentos e a indústria farmacêutica nacional: estudo dos depósitos feitos no Brasil. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v.3, n.2, p.38-51, agosto, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

POZZI, Luis; RIBEIRO, Carlos Henrique V. Esporte e Mídia. In: DA COSTA, Lamartine (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro. Conef, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio; Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, v. 4, n. 4, 1973.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 15^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e esporte-empresa**. Campinas, 1998. 275f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1998.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia do esporte**: um campo de estudo em expansão. In: 1^o Encontro da ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”, UFPR – Curitiba, Paraná, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/48.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

PRONI, Marcelo W.; SILVA, Leonardo Oliveira da. **Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014**: projeções superestimadas. Texto para Discussão (Campinas), v. 211, p. 1-24, 2012.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Por Dentro do Processo Decisório**: como se fazem as leis. Brasília: Diap, 2006.

QUELHAS, Alvaro de Azeredo. **Trabalhadores de educação física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro**. Marília, 2012. 250 f.; Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

REBELO, A.; TORRES, S. **CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol da câmara dos deputados desvendam o lado oculto dos grandes negócios da cartolagem e passam a limpo o futebol brasileiro**. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2001.

REIS, Heloisa Helena Baldy; Lopes, Felipe Tavares Paes. O torcedor por trás do rótulo: caracterização e percepção da violência de jovens torcedores organizados. **Movimento**, v. 22, p. 693-706, 2016.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos Reis; ESCHER, Thiago de Aragão. **Futebol e sociedade**. Brasília: Líber Livro, 2006.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; PEREIRA, Carlos Alberto. A gestão de contratos de jogadores de futebol: uma análise sob a perspectiva da teoria da agência- o caso do clube do Atlético Paranaense. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 2, n. 3, p. 95-123, 2010.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, 2008.

RIBAS, Lycio Vellozo. **O Mundo das Copas**. São Paulo: Lua de Papel, 2010.

RIBEIRO, Rodolfo. **Desenvolvimento de recursos para o desempenho superior: uma análise sobre os fatores determinantes para o aumento de torcida em um clube de futebol**. Tese (Doutorado em Ciências). 2017. 144fls. Faculdade de economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO JR. et al. **O lado sujo do futebol: a trama de propinas, negociatas e traições que abalou o esporte mais popular do mundo**. São Paulo: Planeta, 2014.

RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá. **Modelos de governança e organizações esportivas: uma análise das federações e confederações esportivas brasileiras**. Tese (Doutorado em Administração Pública), FGV, Rio de Janeiro: 2012.

ROBERTSON, Roland; GIULIANOTTI, Richard. Fútbol, globalización y glocalización. **Revista Internacional de Sociología**. Vol. LXIV, nº 45, septiembre-diciembre, 9-35, 2006.

RODRIGUES, Henrique. Da suficiência do actual regime criminal de combate à manipulação de competições desportivas face ao apelo económico e características do mercado de apostas desportivas online: algumas notas. **Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Desportivo**. Comitê Olímpico de Portugal, 2016.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire; SIDNEY, Martins Caetano. Comércio Internacional de jogadores brasileiros de futebol. **Revista Tomo**, n. 15, 2009.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire; O Fim do Passe e as Transferências de Jogadores Brasileiros em uma Época de Globalização. **Sociologias**, v. 24, p. 338-380, 2010.

_____. O Programa "Sócio-Torcedor" do Sport Club Internacional. **Aurora**, v. 9, p. 128-138, 2010.

_____. Direitos federativos, negociações de jogadores e flexibilização de contratos de trabalho no futebol brasileiro. **Barbarói**, v. 30, p. 85-101, 2009.

_____. **O Fim do Passe e a Modernização Conservadora no Futebol Brasileiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007.

ROSSO, Sadi Dal. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, vol. 27, núm. 70, 2014, pp. 75-89.

ROCCO JR, Ary José; GIGLIO, Sérgio Settani; MAZZEI, Leandro Carlos. Patrocínio e evolução histórica da relação fornecedor-clubes de futebol no Brasil e na Europa. **Pretexto**, v. 15, n. 2, p.77-92, 2014.

ROUYER, Jacques. **Pesquisa sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da educação física**. In: ADAM Y. et al. Desporto e movimento humano. Lisboa: Seara Nova, 1977.

RUGGI, Lennita Olveira. **Sonhos em campo: mercado internacional de futebolistas brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), 2008, 14fls. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Futebol-negócio e discurso de modernização na placar da segunda metade dos anos 1990. In: XV Encontro Nacional de pesquisadores em jornalismo, 2017, São Paulo. **Anais...**São Paulo: SBJor, 2017, p. 1-16.

SANTOS, Irlan Simões. **“O público que devemos abolir”**: a elitização do futebol brasileiro e as novas arenas. 92 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, SE, 2014.

SANTOS, Irlan Simões da Cruz; HELAL, Ronaldo George; Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube. **Triade: comunicação, cultura e mídia**, v. 4, p. 53-69, 2016.

SANTOS, Irlan Simões. For the love, not the money: futebol , produção do comum e direito à cidade. **Revista Lugar Comum**, n.º 48 – 2016.2.

- SANTOS, Anderson David Gomes dos; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Futebol e Economia Política da Comunicação: revisão de literatura e propostas de pesquisa.. **Redes.com**, v. 1, p. 378-395, 2015.
- SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **O futebol na agenda do governo Lula: um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**. 2011. 222 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. UnB. Brasília, 2007.
- SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.
- SALVADOR, José Luis. **El deporte em Occidente: historia, cultura y política**. Madrid: Cátedra, 2004.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.
- SANCHEZ, Luis Carlos; SANCHEZ-FERNANDEZ, Patrício; BARAJAS, Angel. Estructuras de propiedad y rentabilidad financiera en el fútbol europeo. **Journal of Sports Economics y Management**, 6(1), 5-17, 2016.
- SAVENHAGO, Igor José Siquieri; Futebol na TV: evolução tecnológica e linguagem do espetáculo. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 22-31, 2011.
- SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2015.
- SEVCENKO, N. (1994). Futebol, metrópoles e desastinos. **Revista USP**, (22), 30-37.
- SILVA, Camile Luciane; MARCHI JUNIOR, Wanderley. In: ROESE, Gustavo; MYSKIW, Mauro (Orgs.). **Mídia e esporte: temas contemporâneos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2010.
- SILVA, Silvio Ricardo da; SOUZA NETO, Georgino Jorge; CAMPOS; Priscila Augusta Ferreira. Lazer, torcidas e futebol. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Silvio Ricardo (orgs); **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- SILVA, Silvio Ricardo da. et. al. **Levantamento da produção sobre futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG, 2009.
- SILVA, Ana Márcia. **Esporte espetáculo: a mercadorização do movimento corporal humano**. Florianópolis, 1991. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

- SILVA, Alessandro Soares. **A mercadorização do futebol e seus impactos na infância pobre**. Revista universitária de la educación física y el deporte, ano 4, nº 4, outubro de 2011.
- SILVA NETTO, Gilberto da Motta e. Pertencimento clubístico: Uma avaliação da produção socioantropológica e novas possibilidades analíticas. In: 36ª Encontro Anual da ANPOCS, 2010, Recife. **Anais...**Recife: Encontro Anual da ANPOCS, 2010.
- SILVA, Dirceu Santos. A gestão da lei Timemania e os principais resultados do *marketing* esportivo. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2013, Brasília. **Anais...**Brasília: CONBRACE, 2013.
- SILVA, Frederico Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis. O consumo cultural das famílias brasileiras. In: Silveira, Fernando Gaiger et al. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007.
- SILVA, Silvio Ricardo; DEBORTOLI, José Alfredo de Oliveira; Gibson Moreira Praça; Izabela Guimarães Augusto ; Tiago Felipe da Silva ; GOMES, A. S. . Torcedores Organizados em Belo Horizonte. In: Silvio Ricardo da Silva; José Alfredo de O. Debortolli; Tiago Felipe da Silva. (Org.). **O Futebol nas Gerais**..Belo Horizonte: UFMG, 2012, v. 1, p. 25-50.
- SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas modernas**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller Circulo, 1992.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos**, 2015.
- SOARES, Antônio Jorge et al. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 905-921, out./dez. 2011.
- SOARES, Edileuza. **A bola no ar - o rádio esportivo em São Paulo**. São Paulo: Summus, 1994.
- SOUZA, Juliano de; Marchi Junior, Wanderley. As linhagens da sociologia do futebol brasileiro: um programa. **Movimento**, v. 23, p. 101-118, 2017.
- SOUZA, Camilo Araújo. Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros. **Horiz. antropol.** vol.14 no.30 Porto Alegre July/Dec. 2008.
- Souza, Jessé. (2000a). **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. UnB.
- SOUZA, Fábio Augusto Pera de.; ANGELO, Claudio Felisoni de. O fim do passe e seu impacto sobre o desequilíbrio competitivo entre as equipes de futebol. **R.Adm.**, São Paulo, v.40, n.3, p.280-288, jul./ago./set. 2005.

- SOUZA, Camilo Araújo Máximo de. et al. Dificil reconversão: futebol, projeto e destino de meninos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, vol.14 no.30 Porto Alegre July/Dec. 2008.
- SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino- americana da política social pública no século XXI. 2011. R. **Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.
- STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América latina sob o olhar dos organismos internacionais. **SER Social**, Brasília, nº 18, p. 79-125, jan./jun. 2006.
- TAVOLARO, Sergio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **RBCS** , vol. 20 nº. 59,2005.
- TOLEDO, Gastão Alves de. **Grupos de Pressão no Brasil**. Brasília: Programa Nacional de Desburocratização – PrND: Instituto dos Advogados de São Paulo, 1985.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. A cidade das torcidas: representações do espaço urbano entre os torcedores e torcidas de futebol na cidade de São Paulo. In: MAGNANI, José Guilherme C.;
- TORRES, Lilian de Lucca (org). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2000.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.
- TREJO, Fernando Segura M.; MURZI, Diego. Alternativas europeas comparadas de gestión de la seguridad y la violencia en los estadios de fútbol: tres enfoques y aplicaciones diferentes. ¿Qué se puede aprender? In: GARRIGA Zucal, José. **Violência em ef fútbol: investigaciones sociales y fracasos políticos**. Buenos Aires: EGodot Argentina, 2013.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., pp. 75-103, 2009.
- VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro; MARINHO, Marcus Vinícius Moreira; LISBÔA, Daniel Pereira. Fábricas de craques: as academias e o renascimento do futebol alemão. In: PICHETTI, Vanessa Catharino. **Mundo afora: planejamento e gestão no futebol**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015.